

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL

ALANA CAMOÇA GONÇALVES DE OLIVEIRA

ENTRE O SOL, A ÁGUIA E O DRAGÃO:
DINÂMICAS DE PODER E SEGURANÇA ENTRE JAPÃO, EUA E CHINA
NO LESTE ASIÁTICO E O ESTUDO DE CASO DAS ILHAS SENKAKU/DIAOYU NO
SÉCULO XXI

RIO DE JANEIRO
2019

ALANA CAMOÇA GONÇALVES DE OLIVEIRA

ENTRE O SOL, A ÁGUIA E O DRAGÃO:
DINÂMICAS DE PODER E SEGURANÇA ENTRE JAPÃO, EUA E CHINA
NO LESTE ASIÁTICO E O ESTUDO DE CASO DAS ILHAS SENKAKU/DIAOYU NO
SÉCULO XXI

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Doutora em Economia Política Internacional.

Orientadora: Profa. Dra. Isabela Nogueira de Morais

RIO DE JANEIRO
2019

FICHA CATALOGRÁFICA

O48 Oliveira, Alana Camoça Gonçalves de
Entre o sol, a águia e o dragão: dinâmicas de poder e segurança entre Japão, EUA e China no leste asiático e o estudo de caso das ilhas senkaku/diaoyu no século XXI / Alana Camoça Gonçalves de Oliveira. – 2019.
404 p. ; 31 cm.

Orientador: Isabela Nogueira de Morais
Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2019.
Bibliografia: f. 354-393.

1. Política externa. 2. Relações exteriores – Japão - Estados Unidos - China. 3. Realismo Neoclássico. I. Morais, Isabela Nogueira de, orient. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Economia. III. Título.

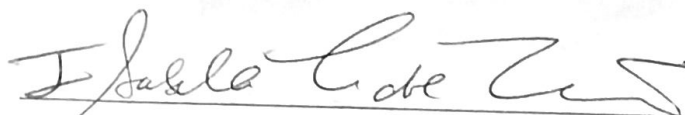
CDD 327

ALANA CAMOÇA GONÇALVES DE OLIVEIRA

ENTRE O SOL, A ÁGUIA E O DRAGÃO:
DINÂMICAS DE PODER E SEGURANÇA ENTRE JAPÃO, EUA E CHINA
NO LESTE ASIÁTICO E O ESTUDO DE CASO DAS ILHAS SENKAKU/DIAOYU NO
SÉCULO XXI

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Economia Política Internacional, do Instituto de Economia,
da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos
requisitos necessários para a obtenção do título de Doutora em
Economia Política Internacional.

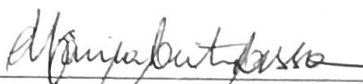
Banca Examinadora



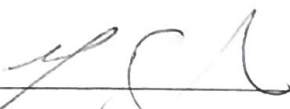
Profa. Dra. Isabela Nogueira de Moraes (Orientadora, UFRJ - PEPI)



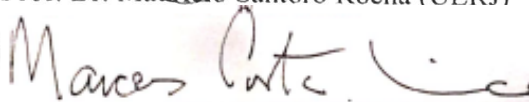
Profa. Dra. Cristina Soreanu Pecequillo (UNIFESP - PEPI)



Profa. Dra. Mônica Leite Lessa (UERJ)



Prof. Dr. Maurício Santoro Rocha (UERJ)



Prof. Dr. Marcos Ferreira da Costa Lima (UFPE)

RIO DE JANEIRO
2019

AGRADECIMENTOS

O processo de escrita de uma tese é estressante, por vezes, assustador e, em inúmeros momentos, solitário. Todavia, não fosse pelo apoio que recebi de amigos, professores, familiares, colegas e instituições nacionais e internacionais, esta tese não seria o que é hoje.

Primeiramente, gostaria de agradecer imensamente à minha orientadora, a professora Isabela Nogueira, que me apoiou durante a jornada, contribuindo não só para o meu crescimento acadêmico, como também para o pessoal.

Agradeço eternamente ao meu companheiro, Hélio Kenzo, por ter me aturado durante os surtos e as crises do Doutorado. Se não fosse pelo seu suporte, esta tese não seria nem um quinto do que é hoje. Agradeço igualmente ao apoio de meus familiares, que acreditaram todos os dias que eu era capaz e me estimularam a continuar estudando, apesar de todas as intempéries que vivemos no Brasil. Agradeço em especial e com muito carinho à minha mãe, Denise, ao meu pai, Américo, ao meu irmão, Bruno, à minha tia, Aida Regina, e à minha avó, Aida. Também gostaria de registrar meu muito obrigada aos meus companheiros irmãos, meus dois gatos, Montezuma e Temujin, que me apoiaram, mesmo sem saber, durante a produção deste trabalho. Do mesmo modo, sou muito grata a uma família que eu nem sabia que tinha. Se não fosse por Hellen Pinho e Judy Austen, minha vida na Universidade de Columbia teria sido muito diferente.

Também gostaria de agradecer a outros professores que me ajudaram com todo o processo da tese, seja com a formulação do projeto, seja com o apoio emocional, ou ainda pelas trocas e discussões enriquecedoras e pelas oportunidades que me deram ao longo do período do Doutorado. Nesse sentido, envio minha mais sincera gratidão aos professores Mônica Leite Lessa, Cristina Rego, Daniel Barreiros, Maurício Metri, Severino Cabral, Cristina Pecequilo, Marcos Costa Lima e Maurício Santoro. Agradeço em especial ao professor Raphael Padula, que não só apoiou minhas empreitadas internacionais, mas também pelo papel que tem desempenhado como coordenador do programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional.

São igualmente inesquecíveis os professores que conheci e dialoguei no exterior, que, além de me darem oportunidades inigualáveis, compartilharam comigo o seu conhecimento e, por isso, sou eternamente grata a eles. Deixo também registrado aqui os meus agradecimentos especiais à Japan Foundation, que me permitiu fazer pesquisa de campo e intercâmbio acadêmico no Japão na Universidade de Osaka, ao professor Akihisa Matsuno, da Universidade de Osaka no Japão, e à professora Carol Gluck, da Universidade de Columbia nos EUA.

Sou, também, imensamente grata aos professores Saori Kawai, Scott Harold, Robert Jervis, Jack Snyder, Haruoh Sato, Chen Ching-Chang, Akio Takehara, Chisako Masuo, Ryo Sahashi, Takako Hikotani, Thomas Christensen, Alexis Dudden, Eto Masumi, Kevim Koh, e a todos que, de algum modo, contribuíram para que este trabalho fosse realizado.

Agradeço, ainda, à CAPES pela minha bolsa de Doutorado, visto que, se não fosse ela, eu não teria condições de escrever a tese nos anos iniciais, e ao CNPQ, que me deu a oportunidade de fazer Doutorado Sanduíche no Exterior na Universidade de Columbia. Ambas as agências de fomento brasileiro acreditaram e acreditam nos trabalhos de tantos pesquisadores, fundamentais para o desenvolvimento da ciência no Brasil.

Agradeço infinitamente aos meus amigos e colegas que me ajudaram durante a escrita da tese. Não tenho palavras para descrever o que o apoio de Pablo Fontes, que não só leu e releu exaustivamente a minha tese, como também me ajudou a entender a minha posição como pesquisadora, significou para mim. Deixo registrada, inclusive, minha gratidão aos meus colegas acadêmicos: Danielle, Taísa, Laura, Bernardo, Simone, Ísis, Walfredo, Mário, Paulo, Bruno, Ricardo, Larissa, e diversos outros, pelas trocas de conhecimento, dicas ou críticas ao meu projeto. Por fim, agradeço à Fang Chao pela ajuda na tradução de alguns materiais em chinês, que foram utilizados na tese, e à Karina Ventura, pelo cuidadoso trabalho de revisão textual da presente tese.

I walked ten thousand miles, ten thousand miles to see you
And every gasp of breath I grabbed at just to find you
I climbed up every hills to get, to you
I wondered ancient lands to hold, just you
And every single step of the way, I pay (...)
Every single night and day
I searched for you
Through sandstorms and hazy dawns I reached for you
(...)
I lived off rats and toads, and I starved for you
I fought off giants bears and I killed them too
And every single step of the way, I pay (...)
Through sandstorms and hazy dawns I reached for you...
(The Sore Feet Song – Kerr Ally – Mushishi)

RESUMO

Esta tese tem como ponto de partida a constatação do papel relevante que o Leste Asiático conquistou no cenário internacional no século XXI, devido à ascensão econômica chinesa, aos impulsos em busca da mudança constitucional japonesa, ao tensionamento de conflitos no Mar do Sul e no Mar do Leste da China e ao redimensionamento da política externa norte-americana para a região. Diante disso, o objetivo central da presente tese é analisar, principalmente no século XXI, as transformações na dinâmica de poder e segurança do Leste Asiático, as políticas externas e as relações entre China, Japão e EUA neste espaço geográfico. Circunscrevemos nossas análises nos pressupostos realistas e na teoria realista neoclássica das relações internacionais, incorporando um debate sobre as pressões sistêmicas e domésticas (relações Estado-sociedade, nacionalismo, instituições domésticas, percepções/imagens das lideranças e cultura estratégica) que influenciaram as ações dos países no Leste Asiático. Além disso, a tese utiliza-se do estudo de caso da disputa territorial sino-japonesa pelas ilhas Senkaku/Diaoyu, debatendo sobre os efeitos do conflito para o Leste Asiático e sobre a relevância das transformações no equilíbrio de poder. Nesse ponto, analisamos como e se as ilhas têm sido instrumentalizadas interna e externamente pela China e pelo Japão para tentar legitimar suas ações, bem como se a disputa catalisa a necessidade norte-americana de fortalecer sua presença na região. A tese conclui que pressões sistêmicas e questões domésticas têm influenciado as estratégias e as políticas externas das potências do Leste Asiático no século XXI e que as ilhas foram instrumentalizadas; contudo, os efeitos de tal fato afetaram a China e o Japão de modos distintos, visto que, no caso do segundo, a instrumentalização legitimou sua maior atuação em outros tabuleiros.

PALAVRAS-CHAVE: Relações Japão, EUA e China; Ilhas Senkaku/Diaoyu; Mar do Leste e do Sul da China; Realismo Neoclássico.

ABSTRACT

This thesis has as its starting point the realization of the relevant role that East Asia has in the international scenario in the 21st century, due to: the Chinese economic rise, the Japanese search for constitutional change, the conflicts in the East China Sea and the South China Sea and the reorientation of US foreign policy to the region. The main objective of this thesis is to analyze, especially in the 21st century, the transformations in the dynamics of power and security of East Asia as well as the foreign policies and the relations between China, Japan and the USA in the region. We have circumscribed our analysis on the Realism presets and the Neoclassical Realist Theory of International Relations, incorporating a debate regarding systemic and domestic pressures (state-society relations, nationalism, domestic institutions, leadership perceptions/images, and strategic culture) that influenced the actions of countries in the East Asia. In addition, the thesis uses the case study of the Sino-Japanese territorial dispute over the Senkaku / Diaoyu Islands, debating the effects of the dispute for East Asia and the relevance of transformations in the balance of power. At this point, we analyze how and if the islands have been instrumentalized internally and externally by China and Japan aiming to legitimize their actions, as well as whether the dispute catalyzes the US need to strengthen their presence in the region. The thesis concludes that systemic pressures and domestic issues have affected the foreign policies and strategies of East Asian powers in the 21st century and that the islands have been instrumentalized, but with different effects for China and Japan, in the Japanese case, the instrumentalization legitimized its presence in other theaters.

KEYWORDS: Japan, USA and China Relations; Senkaku / Diaoyu Islands; East and South China Sea; Neoclassical Realism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa Demonstrativo das Ilhas Senkaku/Diaoyu do governo japonês	21
Figura 2: Mapa Demonstrativo das ilhas Senkaku/Diaoyu do governo chinês	21
Figura 3: Fluxograma das variáveis do Realismo Neoclássico para analisar o comportamento dos países	45
Figura 4: A correlação das variáveis intervenientes – influências domésticas	47
Figura 5: Trocas Comerciais e Sistema Sinocêntrico	73
Figura 6: Mapa de Negociações do Reino de Ryukyu	94
Figura 7: Mapa do Japão Imperial (1894-1945)	110
Figura 8: Mapa das Conquistas Japonesas na China na Segunda Guerra Sino-Japonesa (1937-1945)	112
Figura 9: Coordenadas Ordenança nº68	138
Figura 10: A unipolaridade e a multipolaridade do sistema internacional e regional, respectivamente, na década de 1990	161
Figura 11: Cadeia de ilhas segundo a estratégia de Liu Hiaqing	215
Figura 12: ADIZ chinesa no Mar do Leste da China	261
Figura 13: Imagens de propagandas sobre as ilhas Senkaku/Diaoyu no People's Daily (direita) e no CCTV (esquerda)	273
Figura 14: Opinião de especialistas sobre a política do Pivô para a Ásia	282
Figura 15: Análise de contingências entre os EUA e a China em relação à Taiwan e às Ilhas Spratly	291
Figura 16: Panfleto das Ilhas Senkaku pelo governo japonês	324
Figura 17: Percepções de países asiáticos uns dos outros	337
Figura 18: Visões de determinados países em relação às disputas territoriais com a China	338
Figura 19: Visões dos países do Ásia-Pacífico sobre a militarização chinesa	338
Figura 20: A confiança de países no Ásia-Pacífico com relação à Xi Jinping	339

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Comparação das relações entre sino-coreanas e sino-japonesas	76
Gráfico 2 Opinião Pública - O Japão deve se rearmar?	149
Gráfico 3: PIB do Japão, da China e dos EUA (2000-2017)	232
Gráfico 4: Gastos de defesa da China em Yuan e % do PIB (2000-2017)	243

Gráfico 5: Gastos militares de países do Leste Asiático (2000-2017)	244
Gráfico 6: Gastos militares chineses e norte-americanos (2000-2017)	247
Gráfico 7: Número de embarcações chinesas nas zonas contíguas e territoriais das Ilhas Senkaku/Diaoyu	262
Gráfico 8: Gastos de Defesa dos EUA em dólares e percentagem do PIB (2000-2017)	290
Gráfico 9: Gastos em Defesa e percentagem do PIB do Japão em milhões de ienes (2001-2017)	319
Gráfico 10: Gastos de defesa de países seleccionados em 2017	320

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Taxa Média de Crescimento anual do PIB de países seleccionados	157
Tabela 2: Comparação de atitudes dos Governos da Alemanha e do Japão realizada pela Xinhua	271
Tabela 3: Tropas norte-americanas no Ásia-Pacífico (2016)	289

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AD/A2 – Anti-acesso e área de negação
ARF – Fórum Regional da ASEAN
ASEAN – Associação das Nações do Sudeste Asiático
CMC – Comissão Militar Central do Partido
CNP – Congresso Nacional Popular
CPTPP – Comprehensive and Progressive Agreement for Trans-Pacific Partnership
CPSU – Congresso do Partido Comunista da União Soviética
CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas
EPE – Executivos de Política Externa
FAD – Forças de AutoDefesa
GCC – Guarda Costeira Chinesa
GCJ – Guarda Costeira Japonesa
MEXT – Ministério da Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia do Japão
MLC – Mar do Leste da China
MODC – Ministério da Defesa da China
MODJ - Ministério da Defesa do Japão
MOFA – Ministério de Relações Exteriores do Japão
MSC – Mar do Sul da China
NAFTA – Acordo de Livre Comércio da América do Norte
ODA – Ajuda para o Desenvolvimento
ONU – Organização das Nações Unidas
PCC – Partido Comunista Chinês
PCJ – Partido Comunista do Japão
PDJ - Partido Democrata Japonês
PLA – Forças Armadas da República Popular da China
PLD – Partido Liberal Democrata
PSJ – Partido Socialista do Japão
SLOCs – Linhas de Comunicação Oceânicas
TPP – Transpacific Pact
UNCLOS – Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar
ZEEs – Zonas Econômicas Exclusivas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1 - O REALISMO NEOCLÁSSICO COMO FERRAMENTA PARA REFLETIR SOBRE AS DINÂMICAS DO LESTE ASIÁTICO E AS RELAÇÕES ENTRE CHINA, JAPÃO E EUA	27
1.1 DUAS PREMISSAS CENTRAIS DE ANÁLISE: A HISTÓRIA E A GEOGRAFIA	31
1.1.1 AS TRANSFORMAÇÕES NO EQUILÍBRIO DE PODER DO LESTE ASIÁTICO À LUZ DA HISTÓRIA	31
1.1.2 A IMPORTÂNCIA DA GEOGRAFIA NAS ANÁLISES SOBRE O LESTE ASIÁTICO	33
1.2 O REALISMO NEOCLÁSSICO: UMA ABORDAGEM DE ANÁLISE MULTINÍVEL	36
1.2.1. A PROPOSTA DE ANÁLISE E SUAS VARIÁVEIS	40
1.2.1.1 INSTITUIÇÕES DOMÉSTICAS	47
1.2.1.2 RELAÇÃO ESTADO-SOCIEDADE	49
1.2.1.3 CULTURA ESTRATÉGICA	51
1.2.1.4. IMAGEM/ PERCEPÇÕES DAS LIDERANÇAS (EPE)	54
1.2.1.5. NACIONALISMO	56
1.3 ASPECTOS TEÓRICOS DE BALANCEAMENTO	61
1.4 EM SÍNTESE	63
CAPÍTULO 2 - O JAPÃO, A CHINA, OS EUA E AS TRANSFORMAÇÕES NO LESTE ASIÁTICO: DO SISTEMA SINOCÊNTRICO AO APOGEU DO IMPERIALISMO JAPONÊS	68
2.1 O SISTEMA SINOCÊNTRICO E O JAPÃO: AS RAÍZES DAS RELAÇÕES ENTRE OS PAÍSES	69
2.1.1 O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA SINOCÊNTRICO	70
2.1.2 AS RELAÇÕES SINO-JAPONESAS: O ROMPIMENTO E O PERÍODO SAKOKU	75
2.1.2.1 O PERÍODO SAKOKU (1639-1854): AS RELAÇÕES POLÍTICAS E COMERCIAIS DO JAPÃO	78
2.2 AS TRANSFORMAÇÕES DO LESTE ASIÁTICO E AS POTÊNCIAS OCIDENTAIS	80
2.3 CHINA, JAPÃO, EUA E AS GRANDES GUERRAS DO LESTE ASIÁTICO E PACÍFICO	86
2.3.1 A PRIMEIRA GUERRA SINO-JAPONESA (1894-1895) E O TRATADO DE SHIMONOSEKI (1895)	86
2.3.1.1 A INCORPORAÇÃO DE OKINAWA PELO JAPÃO E OS PRIMÓRDIOS DA DISPUTA PELAS ILHAS SENKAKU/DIAOYU	91
2.3.2 A GUERRA RUSSO-JAPONESA (1904-1905) E O TRATADO DE PORTSMOUTH (1905)	96
2.3.3 AS “21 DEMANDAS” JAPONESAS (1915) E O TRATADO DE VERSALHES (1919)	99
2.3.4 A INVASÃO E A OCUPAÇÃO DA MANCHÚRIA (1931-1933)	105
2.3.5 A SEGUNDA GUERRA SINO-JAPONESA (1937-1945) E O EMBATE NIPO-AMERICANO (1943-1945)	107
2.3.5.1 A ESTRATÉGIA EXPANSIONISTA JAPONESA	108
2.3.5.2 O MASSACRE DE NANQUIM (1937)	110
2.3.5.3 O EMBATE NIPO-AMERICANO, PEARL HARBOR E AS ROSAS NUCLEARES DE HIROSHIMA E NAGASAKI	112
2.4. EM SÍNTESE	117

CAPÍTULO 3 - ENTRE A ESPADA E O CRISÂNTEMO: AS TRANSFORMAÇÕES JAPONESAS NA METADE DO SÉCULO XX, SUA MILITARIZAÇÃO E A ALIANÇA NIPO-AMERICANA

119

3.1 O SURGIMENTO DA ALIANÇA NIPO-AMERICANA: A OCUPAÇÃO DAS FORÇAS ALIADAS (1945) E OS TRATADOS DE SEGURANÇA MÚTUA (1951/1960)	122
3.1.1 A CONSTITUIÇÃO DE 1947	124
3.1.1.1 A FIGURA DO IMPERADOR E O SISTEMA POLÍTICO JAPONÊS	124
3.1.1.2 O PACIFISMO JAPONÊS E O ARTIGO 9º	126
3.1.2 OS TRATADOS DE SEGURANÇA MÚTUA (1951/1960) E O GUARDA-CHUVA NORTE-AMERICANO	129
3.1.2.1 TRATADO BILATERAL DE SEGURANÇA ENTRE EUA E JAPÃO DE 1951	131
3.1.2.2 TRATADO DE SEGURANÇA MÚTUA ENTRE JAPÃO E EUA DE 1960	132
3.1.3 A QUESTÃO DE OKINAWA: O CONTROLE ADMINISTRATIVO NORTE-AMERICANO E SUA POSTERIOR DEVOLUÇÃO AO JAPÃO	134
3.1.3.1 A PRESENÇA NORTE-AMERICANA EM OKINAWA E A ADMINISTRAÇÃO DAS ILHAS SENKAKU/DIAOYU	134
3.1.3.2 AS NEGOCIAÇÕES DA REVERSÃO DO TRATADO DE OKINAWA DE 1971/1972	139
3.2 A GRANDE ESTRATÉGIA JAPONESA, O NACIONALISMO E A GRADATIVA MILITARIZAÇÃO DO ARQUIPÉLAGO	142
3.2.1 A DUALIDADE DA ESPADA E DO CRISÂNTEMO: AS FORÇAS DE AUTODEFESA (FAD), AS POLÍTICAS DE SEGURANÇA E O NACIONALISMO ENTRE 1945 E 1960	145
3.2.2 O CRESCIMENTO ECONÔMICO, NACIONALISMO ECONÔMICO E CULTURAL JAPONÊS E O SISTEMA INTERNACIONAL (1960-1990)	156
3.2.3 O IMEDIATO PÓS-GUERRA FRIA: AS EXPECTATIVAS, O COMPORTAMENTO E O NEO-NACIONALISMO DO JAPÃO	161
3.3 SÍNTESE	169

CAPÍTULO 4 - A RECUPERAÇÃO DO DRAGÃO: AS TRANSFORMAÇÕES CHINESAS NA METADE DO SÉCULO XX, SUA MILITARIZAÇÃO E A QUESTÃO DA LEGITIMIDADE DO PCC

172

4.1 A POLÍTICA DA CHINA NO PÓS-SEGUNDA GUERRA E O PCC	173
4.1.1 A ASCENSÃO DO PCC E A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA	179
4.1.2 O PCC E A LEGITIMIDADE: A AMEAÇA, A ECONOMIA E A IDEOLOGIA	179
4.1.2.1 A UNIDADE NACIONAL E A AMEAÇA EXTERNA: A HUMILHAÇÃO E A GLÓRIA	181
4.1.2.2 A IDEOLOGIA COMO LEGITIMIDADE	183
4.1.2.3 A ASCENSÃO DA ECONOMIA COMO PERFORMANCE: A NECESSIDADE DE RECUPERAR A POSIÇÃO DA CHINA	184
4.2 A CHINA, AS TRANSFORMAÇÕES DE PODER E O ENTORNO REGIONAL: AS ALIANÇAS, A MILITARIZAÇÃO, AS ESTRATÉGIAS E O NACIONALISMO	186
4.2.1 O ANTI-IMPERIALISMO DE MAO TSÉ-TUNG (1949-1970) E O ENTORNO REGIONAL CHINÊS	187
4.2.2 O INÍCIO DA DÉCADA DE 1970 E SUAS TRANSFORMAÇÕES: A INSERÇÃO INTERNACIONAL, A REAPROXIMAÇÃO COM OS EUA E O CASO DAS ILHAS SENKAKU/DIAOYU	197
4.2.2.1 A APROXIMAÇÃO SINO-AMERICANA: OS DOIS LADOS DA MOEDA	198

4.2.2.2 AS ILHAS SENKAKU/DIAOYU: DESCOBERTA DE RECURSOS NATURAIS EM MEIO ÀS RELAÇÕES CHINA-JAPÃO-EUA	208
4.2.3 A CHINA NO FINAL DA GUERRA FRIA: A ASCENSÃO DE DENG XIAOPING, O PRAGMATISMO, A ECONOMIA E O FORTALECIMENTO DAS RELAÇÕES SINO-JAPONESAS E SINO-AMERICANAS	208
4.2.4 A CHINA PÓS-GUERRA FRIA: O CRESCIMENTO ECONÔMICO, O NACIONALISMO E A MODERNIZAÇÃO MILITAR	215
4.2.4.1 OS TENSIONAMENTOS DAS ILHAS SENKAKU/DIAOYU DE 1990 E 1996	222
4.3 EM SÍNTESE	227
CAPÍTULO 5 - AS NOVAS DINÂMICAS DE PODER E DE SEGURANÇA DO SÉCULO XXI NO LESTE ASIÁTICO ENTRE O DRAGÃO E A ÁGUIA: A ASSERTIVIDADE MARÍTIMA CHINESA E O PIVÔ PARA A ÁSIA	229
5.1 A ASCENSÃO DO DRAGÃO: A BUSCA PELO SEU LUGAR NOS CÉUS	230
5.1.1 UMA TRANSFORMAÇÃO DA ESTRATÉGIA? A MUDANÇA DA ASCENSÃO PACÍFICA PARA REJUVENESCIMENTO CHINÊS	236
5.1.1.1 O AUMENTO DAS CAPACIDADES MILITARES CHINESAS	243
5.1.1.2 OS TENSIONAMENTOS DAS ILHAS SENKAKU/DIAOYU NO SÉCULO XXI: A ASSERTIVIDADE CHINESA APÓS AS TRANSFORMAÇÕES NA BALANÇA DE PODER	248
5.1.1.2.1 OS RECURSOS NATURAIS E AS MARÉS: A DISPUTA ENTRE 2004-2008	248
5.1.1.2.2 O PESCADOR E A INTENSIFICAÇÃO DO CONFLITO EM 2010	252
5.1.1.2.3 A NACIONALIZAÇÃO E O ESCALONAMENTO DE 2012	256
5.1.1.2.4 A INSTRUMENTALIZAÇÃO INTERNA E EXTERNA DAS ILHAS SENKAKU/DIAOYU PARA A CHINA	264
5.2 OS EUA NA ÁSIA NO SÉCULO XXI: UMA ÁGUIA CANSADA?	274
5.2.1 O PIVÔ PARA A ÁSIA NO SÉCULO XXI E OS SEUS PERCALÇOS	279
5.2.2 O PODER MILITAR DA ÁGUIA: OS PROBLEMAS E A SUPERIORIDADE	289
5.3 EM SÍNTESE	292
CAPÍTULO 6 - O SOL NASCENTE E AS PERCEPÇÕES DE TRANSFORMAÇÕES NA BALANÇA DE PODER: O RECRUDESCIMENTO MILITAR DO JAPÃO E SUAS ESTRATÉGIAS DE BALANCEAMENTO NO MAR DO SUL DA CHINA	294
6.1 A CONTÍNUA BUSCA PELA NORMALIZAÇÃO DO JAPÃO: UM NOVO ALVORECER?	295
6.1.1 O RECRUDESCIMENTO E A ESTRATÉGIA JAPONESA: O FATOR ABE E A REINTERPRETAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO EM 2014-2015	300
6.1.1.1 A INSTRUMENTALIZAÇÃO INTERNA DA AMEAÇA CHINESA E DA DISPUTA PELAS ILHAS SENKAKU/DIAOYU	312
6.1.2 PARA ALÉM DA REINTERPRETAÇÃO: OS GASTOS MILITARES NIPÔNICOS	318
6.2 A INSTRUMENTALIZAÇÃO EXTERNA DAS ILHAS SENKAKU/DIAOYU	322
6.2.1 AS ÁGUAS DO MAR DO LESTE E DO MAR DO SUL SE SOBREPÕEM: A ATUAÇÃO JAPONESA NO MAR DO SUL DA CHINA E A BALANÇA DE AMEAÇAS	326
6.2.2 A CONEXÃO PARA O JAPÃO ENTRE O MSC E O MLC	328
6.2.3 ENTRE PERCEPÇÕES E AÇÕES EM ALTO MAR: BALANCEAMENTO À VISTA?	331
6.2.4 SAINDO DA ENCOSTA	341
6.3 EM SÍNTESE	344
CONCLUSÃO	347

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	354
ANEXO A	394
ANEXO B	404

INTRODUÇÃO

A balança de poder no Leste Asiático passou por consideráveis transformações ao longo dos anos e, em um cenário de constantes mudanças na arquitetura do sistema internacional, a região conquistou uma importância notável tanto do ponto de vista econômico como do geopolítico. Nesse contexto, as tensões no Mar do Leste¹ (MLC) e no Mar do Sul da China² (MSC) têm reacendido a relevância de estudar a história das relações político-econômicas entre os atores regionais, as alianças e as disputas territoriais da região asiática.

Desde o gradativo restabelecimento das relações bilaterais sino-japonesas em 1972, as relações econômicas entre ambos os países floresceram e se dinamizaram, sobretudo, a partir de 1978, com o Tratado de Amizade Sino-Japonês. De fato, após o acordo, as importações do Japão para a China saíram de US\$430 milhões em 1969 para US\$3 bilhões em 1978 (KOO, 2009). O comércio entre os países se expandiu, e, em 2016, por exemplo, quase 7% do que a China exportava era direcionado ao Japão, sendo este o maior parceiro comercial dos chineses em termos de importação. A China, por sua vez, representava quase 26% das importações japonesas, sendo, assim, o maior parceiro comercial do Japão (OEC, 2018; WORLD BANK 2018).

Entretanto, contrariando teorias de paz liberal e perspectivas neoinstitucionalistas como a de Keohane e Nye (2001), que compreendem que o aumento das relações econômicas e a interdependência entre os países produziriam a paz ao longo do tempo, fricções e dissuasões entre os países no âmbito político e diplomático são recorrentes e podem ser vistas nos problemas dos livros de história do Japão³, na educação patriótica chinesa, nas visitas de líderes

¹ Diversos conflitos regionais existem no MLC e os principais são: a disputa pelas Ilhas Senkaku/Diaoyu entre China e Japão, que trataremos ao longo da tese; a disputa pelas Ilhas Curilas entre Japão e Rússia; e a disputa pelas ilhas Dokdo/Takeshima entre Japão e Coreia do Sul. Há, ainda, outra disputa territorial que não é propriamente por soberania, mas pela extensão territorial baseada nas ZEEs (Zonas Econômicas Exclusivas), que é a de Okinotorishima. Trata-se de um território efetivamente japonês, mas que, segundo o governo chinês, é um atol (ilha oceânica) incapaz de abrigar vida humana e, por esse motivo, o Japão não teria direito a possuir uma ZEE ao redor do atol. As ilhas têm sido, inclusive, fortalecidas e o governo japonês tem investido em infraestrutura para impedir que o atol se desintegre no oceano.

² As tensões existentes no Mar do Sul da China (MSC) estão escalonando em níveis alarmantes no século XXI. As reivindicações sobre a soberania das ilhas na região envolvem questões históricas e trazem um discurso constante de insegurança. As principais disputas são pelos arquipélagos de Paracel e de Spratly, além de outras. O MSC é uma área marítima de cerca 3 milhões de km², localizado no Sudeste Asiático, onde interagem China, Taiwan, Malásia, Brunei, Indonésia, Singapura, Vietnã e Filipinas. Abordaremos mais sobre tal assunto no Capítulo 6 da tese.

³ Em linhas gerais, o governo da China acusa o do Japão de amenizar ou mentir sobre alguns incidentes da Segunda Guerra Sino-Japonesa (1937-1945). Tais acusações diplomáticas ocorreram entre os países, principalmente, na década de 1980 e persistem no século XXI.

políticos japoneses ao Santuário Yasukuni⁴, na existência da disputa pelas ilhas Senkaku/Diaoyu e em outras questões.

A interdependência econômica não é um impeditivo para os países se perceberem como ameaças e não é o suficiente para apagar cicatrizes históricas que foram produto das transformações de poder ao longo dos anos. Assim, não seria errôneo assumir que uma das frases mais representativas das relações sino-japonesas é a afirmativa de Self (2002, p.77, tradução nossa), que declara: “*China e Japão estão equilibrados na beira da navalha entre cooperação e uma perigosa rivalidade*”. De fato, as relações sino-japonesas no âmbito político e diplomático não só remontam a uma longa história de conflitos e aproximações, como também se evidenciam em pleno século XXI, contexto marcado pela retomada de uma disputa importante, existente desde o final do século XX e que envolve diretamente três potências no sistema: China, Japão e Estados Unidos.

Recentemente, alguns trabalhos têm demonstrado preocupações a respeito da ascensão chinesa no século XXI como um possível desestabilizador da ordem mundial e do fim da unipolaridade⁵ do sistema (WOHLFORTH, 1993; SORENSEN, 2013; CHRISTENSEN, 2015; MEARSHEIMER, 2001). De fato, o crescimento da China tem sido vertiginoso – no início do século XXI, atingiu 10% ao ano e continuou com elevadas taxas mesmo após a crise de 2008. Além disso, há o gradativo aumento dos seus gastos militares, que, só em 2016, por exemplo, foram de US\$ 151 bilhões (SIPRI, 2018). Nessa perspectiva, a assertividade chinesa, somada ao aumento de suas capacidades econômicas e militares, têm evocado um pessimismo no cenário internacional a respeito do seu comportamento, visto que a ascensão da China no século XXI não só ocasionou o início de um projeto de expansão do país para a África e para a América Latina por meio de obras de infraestrutura e grandes investimentos, como também pode estar influenciando as ações do governo chinês no que diz respeito às disputas territoriais com países do Leste Asiático. Tal comportamento tem colocado em xeque as prerrogativas e os discursos chineses que enfatizavam a ascensão/o desenvolvimento pacífico e o desejo pela “harmonia” no seu entorno regional.

Enquanto isso, as percepções sobre mudanças na estratégia e na política externa do Japão em sua busca por se tornar um “Estado Normal” têm reacendido o debate sobre os

⁴ O principal problema referente ao Santuário Yasukuni reside no fato de que, no local, há homenagens a criminosos de guerra. Como consequência, o governo chinês (bem como o sul coreano), critica as visitas de oficiais japoneses ao templo, interpretando-as como uma afronta e uma provocação.

⁵ Consideramos a interpretação de Wohlforth (1999), que entende o sistema unipolar como aquele que possui larga assimetria de poder relativo na escala global, levando um Estado a ser significativamente mais forte que o restante, em uma discrepância tão flagrante que outros Estados não conseguem contrabalanceá-lo.

interesses japoneses no Leste Asiático. O recrudescimento das capacidades militares japonesas, por sua vez, tem estimulado a insegurança no entorno regional e revivido discussões sobre as cicatrizes históricas do imperialismo japonês na região asiática (SMITH, 2015; SORENSEN, 2013; SALTZMAN, 2015). Além disso, o fortalecimento das relações militares entre Japão e EUA e a recente política externa dos governos do ex-presidente Barack Obama (2009-2016), intitulada “*Pivot to Asia*”, tornaram mais relevante compreender os estudos da região. Por esse motivo, essas transformações e estratégias dos países no século XXI são os principais pontos de análise da presente tese.

Nota-se que as transformações vivenciadas pelos países desde o fim da Segunda Guerra Mundial (1945) e a atuação norte-americana na região do Leste Asiático incentivaram determinadas estratégias, políticas e percepções sobre o ambiente internacional e sobre como os países percebem um ao outro. Enquanto a China assumia que o Japão continuaria sendo uma potência econômica que não visaria se tornar um poder político e militar na Ásia, deixando a liderança para governo chinês, os japoneses compreendiam que a China aceitaria a sua liderança na Ásia baseada no poder econômico do arquipélago (GREEN, 2006). Contudo, as transformações da distribuição de poder, somadas às intenções e percepções das principais potências no Leste Asiático, fazem com que persistam dinâmicas de insegurança, rivalidade e conflito, a despeito de qualquer projeto econômico.

Nesse cenário, o objetivo central da presente tese é analisar, principalmente no século XXI, as transformações na balança de poder do Leste Asiático, a disputa pelas ilhas Senkaku/Diaoyu e as relações entre China, Japão e EUA. De modo mais específico, objetiva-se analisar: a assertividade marítima chinesa no MLC; a política norte-americana do pivô para a Ásia; o recrudescimento militar japonês; e as causas e consequências desses três pontos. Para esse fim, debateremos as transformações de poder entre Japão, China e EUA no Leste Asiático, analisando as políticas externas, as grandes estratégias⁶ e a interação entre os países. O estudo de caso da disputa territorial pelas ilhas Senkaku/Diaoyu permeará toda a tese, conversando com os pontos acima mencionados. Apesar de uma análise que remonta desde o século XIX para recuperar debates sobre as relações entre os países e demonstrar importantes fatos que influenciam até os dias de hoje estas relações, o principal enfoque da tese é o século XXI.

⁶ Para a presente tese, as grandes estratégias envolvem “a priorização de metas de política externa, a identificação de recursos existentes e potenciais e a seleção de um plano ou roteiro que use esses recursos para atingir essas metas. (...) A grande estratégia é o processo inevitável de classificar e avaliar esses interesses, ameaças e recursos” (DUECK, 2006, p.1, tradução nossa). Consideramos grandes estratégias como uma relação calculada entre fins e meios, na presença de um ou mais oponentes em potencial (DUECK, 2006), com o objetivo de aumentar o poder nacional ou a sua segurança (CHRISTENSEN, 1996).

No que tange às disputas territoriais, elas não surgem no vácuo e são, em muitos casos, se não em todos, resultados de processos históricos de expansão. Elas podem ser motivadas por diversas razões, envolvendo interesses econômicos e por recursos, percepções de ameaça, interesses das lideranças de reforçar sua legitimidade frente à população, proteção da integridade territorial e aumento e/ou manutenção do prestígio da Nação (MORGENTHAU, 2003; SMITH, 2015; COSTA, 2017; ARAI et al., 2012; LAI, 2008). A disputa pelas ilhas Senkaku/Diaoyu é um interessante exemplo para compreendermos as transformações das estratégias e das políticas externas dos países no século XXI, com o redimensionamento da política norte-americana para a Ásia, com a maior assertividade chinesa em disputas marítimas e com o processo de normalização do Japão. Além disso, a disputa nos ajuda a compreender quais são as consequências de tal interação para o sistema internacional, inclusive, afetando direta e indiretamente outras regiões próximas. Afinal, é uma disputa territorial que emerge na década de 1970 que impacta profundamente as ações japonesas, chinesas e até mesmo norte-americanas no século XXI.

Em linhas gerais, as ilhas Senkaku/Diaoyu são constituídas por oito pequenas ilhotas rochosas desabitadas na parte leste do Mar da China, localizadas a cerca de 170 km do nordeste de Taiwan, 330 km do leste da China, 170 km do norte das ilhas de Ishigaki (Japão) e 410 km do sudeste das ilhas de Okinawa (Japão) (DRIFTE, 2013; MOFA, 2014a). Apesar de parecerem insignificantes à primeira vista, essas pequenas ilhas e rochas no oceano estão no centro de uma disputa e de uma rivalidade histórica que até hoje causam atritos e preocupações internacionais.

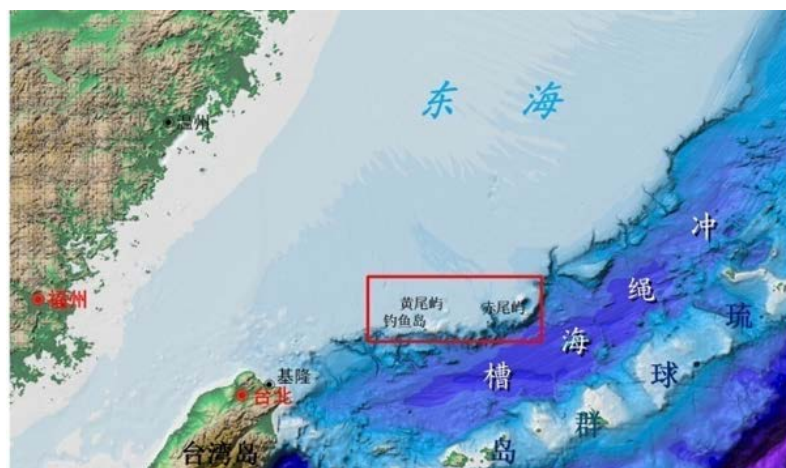
Além da importância dos oceanos como via pela qual é transportada a maior parte da riqueza mundial e da relevância das ilhas para a estratégia de defesa e projeção de poder dos Estados, mais recentemente os mares também se tornaram fonte de recursos naturais e minerais estratégicos para o desenvolvimento estatal (KLARE, 2009). Nesse sentido, além do conflito territorial, existem problemas com relação aos países sobre a definição de suas ZEEs. Em resumo, a China compreende que sua plataforma continental deveria se estender até próximo ao eixo de Okinawa, distando mais de 200 milhas, mas não ultrapassando 350 milhas o mar exterior ou da costa chinesa – tal medida é respaldada pelo artigo 76 da UNCLOS (United Nations Convention on the Law of the Sea). Em contrapartida, o Japão utiliza o artigo 57, de acordo com o qual as Zonas Econômicas Exclusivas (ZEEs) não podem se estender para além das 200 milhas náuticas. Tal conflito de interpretações é uma representação da importância geopolítica do MLC (PETERSON, 2009; PAN, 2007).

Figura 1: Mapa Demonstrativo das Ilhas Senkaku/Diaoyu do governo japonês



Fonte: MOFA (2014a)

Figura 2: Mapa Demonstrativo das ilhas Senkaku/Diaoyu do governo chinês



Fonte: DIAOYUDAO.ORG (s/d)

Ainda é preciso mencionar que territórios não são importantes apenas do ponto de vista estratégico-militar e do econômico. Em muitos casos, por se considerar alguns territórios como inalienáveis em relação à integridade de um Estado, há um valor simbólico neles. Ademais, pela relevância de um território, seja ela imaterial ou material, os países conseguem instrumentalizá-lo para alcançar audiências internacionais e nacionais a fim de legitimar suas ações e reações.

Em linhas gerais, os países pleiteiam a soberania das ilhas a partir de tratados internacionais assinados ao longo dos séculos XIX e XX. A reivindicação japonesa compreende que elas foram incorporadas ao seu território por intermédio da Prefeitura de Okinawa em 1895, após autoridades da província concluírem que não havia ocorrido uma ocupação desses territórios por outro país anteriormente. Após sua incorporação pelo Japão e no pós-Segunda

Guerra Mundial, o Japão considera que as ilhas ficaram sob controle norte-americano devido ao Tratado de São Francisco (1951) e logo após a guerra retornaram ao Japão em 1972 com a Reversão de Okinawa (1971).

Todavia, escritos chineses apontam que as ilhas pertenciam à China desde as dinastias Ming e Qing (1644-1911). No discurso chinês, ao final do século XIX, com a Primeira Guerra Sino-Japonesa (1894-1895), o Japão, vitorioso, conquistou alguns territórios chineses⁷, que lhe foram cedidos pelo Tratado de Shimonoseki (1895). De acordo com a posição da China, as ilhas estavam presentes nesse tratado; porém, deveriam ter sido devolvidas com a aceitação incondicional japonesa da Declaração de Cairo (1943), de Potsdam (1945) e com o Tratado de São Francisco, visto que o Japão ficou obrigado a retornar os territórios usurpados durante sua expansão e a devolver Taiwan à soberania chinesa (CHEN, 2014; SUGANUMA, 1996). Apesar de o Tratado apresentar explicitamente o nome de Taiwan e não o das ilhas Senkaku/Diaoyu, afirmava-se que o Japão também deveria ser expulso de todos os outros territórios que tomou pela violência e ganância (SAN FRANCISCO TREATY, 1951).

Por fim, cabe mencionar a posição dos EUA, que, apesar de não reivindicarem a soberania das ilhas, detêm um importante papel, visto que as ilhas ficaram sob sua administração entre 1951 e 1972. A posição do governo norte-americano é a de neutralidade e de oposição ao uso da força para a resolução da soberania das ilhas. Na reversão de Okinawa, os EUA devolveram os territórios à administração japonesa e reiteraram que a devolução não impactava em questões relacionadas à soberania do território, uma vez que os EUA estariam devolvendo somente os direitos administrativos⁸ (ANEXO A) (SUGANUMA, 1996).

Diante dos cenários de tensões e disputas territoriais mencionados e considerando a busca por poder e segurança entre os países ao longo da história, a presente tese parte de **duas perguntas centrais**, seguindo uma lógica de efeito causal: (i) Como as transformações na balança de poder no Leste Asiático, ao longo do tempo, vêm afetando as relações entre as potências (China, Japão e EUA) e, conseqüentemente, a existência da disputa pelas ilhas Senkaku/Diaoyu? (ii) Quais são os efeitos da disputa pelas ilhas nas estratégias norte-americanas, japonesas e chinesas no século XXI e para o fortalecimento de alianças no Leste Asiático?

⁷ O Tratado assinado ficou conhecido como Shimonoseki e ratificou a vitória japonesa na guerra e as posições conquistadas no Mar da China. A China cedeu as ilhas Miyako e Yaeyama, assim como Taiwan e a Península Liaodong, e além disso teve que pagar uma indenização ao Japão.

⁸ Informações pormenorizadas e detalhes específicos das ilhas sobre o posicionamento dos países e mapas podem ser encontrados no ANEXO A da presente tese.

Considerando tais perguntas, esta tese utiliza-se do arcabouço dos realismos, precisamente do realismo neoclássico, para respondê-las. A escolha do realismo neoclássico decorre da necessidade de abirmos a caixa preta do Estado e para além de levarmos em consideração o sistema internacional, compreendermos também aspectos domésticos, visto que teorias neorrealistas não são suficientes para explicar questões como as que envolvem, por exemplo, o comportamento japonês, visto como um ator anômalo pelo realismo estrutural (WALTZ, 1993). Ademais, como objetivamos compreender as grandes estratégias dos países e suas políticas externas, o realismo neoclássico aumenta o poder explicativo sobre o nosso objeto na medida em que conjumina os aspectos sistêmicos e domésticos que afetaram a formulação e a implementação das políticas externas e das grandes estratégias dos países.

A partir desta abordagem, a tese trabalha com **três hipóteses** que nos auxiliam a entender as relações de poder no Leste Asiático e como as ilhas estão envolvidas nesse jogo estratégico e político japonês, chinês e até mesmo norte-americano.

A **primeira hipótese** é a de que, no século XXI, **H1a)** há uma relativa perda de poder e uma dificuldade de mobilização de recursos norte-americanos para fortalecer sua presença no Leste Asiático, o que tem gerado dúvidas sobre a capacidade de os EUA arcarem com os custos do sistema unipolar. **H1b)** Concomitantemente, o aumento do poder relativo chinês devido ao seu crescimento estimulou percepções internas sobre a postura do país internacionalmente, influenciando para a sua maior assertividade marítima por meio da demonstração de poder com ações militares em disputas territoriais. **H1c)** Diante desse cenário, há uma busca por balanceamento interno do Japão, por meio do recrudescimento de suas políticas de segurança e do estímulo a um processo de “normalização” político-militar do país e, ao mesmo tempo, há um balanceamento externo, promovido por alianças e aproximações com outros atores regionais devido às percepções de ameaça e à transformação no equilíbrio de poder. Tais questões se inter-relacionam e criam efeitos espirais que aumentam a insegurança na região do Leste Asiático.

A **segunda hipótese** da tese é a de que o aumento das relações econômicas entre China e Japão não fazem com que ambos os países se sintam mais seguros, uma vez que ainda continuam a se perceberem como ameaça. Tal percepção é instrumentalizada por ambos os países com o objetivo de justificar seus comportamentos e suas ações no século XXI. Assim

como em uma arte marcial como o *Aikido*⁹ ou o *Tai Chi*¹⁰, que buscam usar a força do oponente para fortalecimento próprio, a China e o Japão buscam usar o poder um do outro para se fortalecerem e, conseqüentemente, legitimar seus projetos estratégicos nacional e internacionalmente¹¹.

As ilhas Senkaku/Diaoyu nos ajudam a compreender como **H2a)** a China usa a ameaça japonesa e, conseqüentemente, a competição pelas ilhas para fortalecer a coesão nacional, alimentando o nacionalismo e a legitimidade do PCC internamente. Ao mesmo tempo, utiliza-se da ameaça também como uma das formas de justificar seus gastos militares e sua expansão marítima, com o intuito de consolidar sua imagem de um país pacífico internacionalmente. **H2b)** Enquanto isso, o Japão considera a ameaça chinesa e sua assertividade marítima, como no caso da disputa pelas ilhas, como um dos fatores que justificam e fortalecem o seu interesse e a sua busca por um maior ativismo político-militar regional, legitimando doméstica e internacionalmente o recrudescimento do poder militar japonês no século XXI.

Observa-se que, para além das tensões no MLC, outras disputas marítimas chinesas têm sido despertadas e as ações da China nesses tabuleiros têm **H2c)** gerado um efeito cascata, legitimando cada vez mais a atuação do Japão no Indo-Pacífico no século XXI. Nesse sentido, avalia-se que, para além da instrumentalização das ilhas por parte de ambos os países, argumenta-se que existe uma conexão entre as disputas marítimas chinesas no Mar do Sul e do Leste e no redimensionamento da capacidade estratégica das ações japonesas.

Por fim, **a terceira hipótese** é a de que **H3a)** os EUA são um ator central no Leste Asiático e na disputa territorial sino-japonesa. Argumenta-se que a existência da disputa pelas ilhas Senkaku/Diaoyu no século XXI é resultado de um jogo político-estratégico norte-americano, sendo a sua indefinição um resíduo da política externa dos EUA para a Ásia consolidada pouco depois do final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). **H3b)** Ao passo que a balança de poder no cenário asiático tem se transformado gradativamente com a ascensão chinesa no século XXI e com a deterioração da influência norte-americana na região vis-à-vis o crescimento chinês, os EUA passaram a participar de forma mais ativa na Ásia e em questões referentes a disputas marítimas, como no caso das ilhas Senkaku/Diaoyu, por meio do fortalecimento da sua aliança com o Japão, visando consolidar o *status quo* no Leste Asiático.

⁹Arte marcial japonesa que surgiu no início do século XIX e que tem como intuito utilizar a força do oponente contra ele.

¹⁰Arte marcial chinesa que se tornou popular na China no século XII e visa, em combate, utilizar-se da força do oponente para anulá-lo.

¹¹Agradecimento especial ao professor Scott Harold que me auxiliou a formular tal analogia.

Esta tese se divide em seis Capítulos para além da introdução e da conclusão. O primeiro Capítulo pretende debater o arcabouço teórico, identificando quais são os interesses de enquadrarmos nossa abordagem no realismo neoclássico e os conceitos que serão elencados ao longo do presente trabalho, apresentando nossas variáveis independentes e intervenientes. O segundo Capítulo desta tese, por sua vez, visa apresentar uma análise histórica, demonstrando a distribuição de poder na região até a metade do século XX, os principais acontecimentos que marcam as rivalidades sino-japonesas – incorporando o debate histórico sobre o nacionalismo da China e do Japão -, a participação norte-americana durante o período e as estratégias geopolíticas dos países. Analisaremos (i) as guerras entre os países (Primeira Guerra Sino-Japonesa, Guerra Russo-Japonesa, Segunda Guerra Sino-Japonesa), (ii) os Tratados Desiguais e a profunda humilhação chinesa, (iii) o poder do Japão enquanto potência imperialista e seu apogeu, (iv) como os EUA influenciam as dinâmicas e (v) os alicerces históricos para a existência da disputa pelas ilhas Senkaku/Diaoyu.

Nos Capítulos 3 e 4, destacaremos o comportamento dos países e as transformações domésticas do Japão e da China vis-à-vis o sistema internacional no Pós-Segunda Guerra Mundial (1945), enfatizando a participação norte-americana em ambos os processos. Demonstraremos quais são as estruturas formadas domesticamente tanto no Japão como na China e que denotam características importantes para considerarmos nossas variáveis intervenientes. O terceiro Capítulo será destinado à análise das concepções de identidade nacional, cultura estratégica e nacionalismo japonês, e, nesse contexto, também debateremos a aliança nipo-americana e a militarização nipônica. No quarto Capítulo, por sua vez, apresentaremos historicamente como a China se transforma após o final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) no comando do Partido Comunista Chinês (PCC), e como o nacionalismo chinês surge e se transforma. Em ambos os Capítulos, apresentaremos também questões sobre os tensionamentos das ilhas Senkaku/Diaoyu e o histórico da disputa.

No Capítulo 5 da presente tese, abordaremos as transformações do século XXI, elucidando questões sobre a distribuição de poder relativo no sistema internacional, pontuando as transformações ou ajustes nas grandes estratégias, nas políticas externas e nos comportamentos chineses e norte-americanos no Leste Asiático. Nesse sentido, analisa-se, à luz do realismo neoclássico, a ascensão chinesa e a sua assertividade regional marítima com ênfase no exemplo das ilhas Senkaku/Diaoyu e o redimensionamento da estratégia norte-americana para a Ásia.

Por fim, no sexto Capítulo, pretende-se estudar a transformação do comportamento japonês e de sua estratégia, analisando o recrudescimento de seu poder militar e sua busca por

maior ativismo regional. Nesse Capítulo, traremos também os efeitos da assertividade chinesa no MLC e da percepção de um possível declínio do poder relativo norte-americano para os países do Leste Asiático como um todo. Desse modo, estabeleceremos a correlação entre a disputa sino-japonesa no MLC e a capacidade de atuação do Japão no MSC. Ao debatermos sobre as ilhas e enfatizarmos nossas análises para o século XXI, demonstraremos como questões relacionadas à legitimidade interna e externa endossam as transformações nas políticas externas, nas grandes estratégias e nos comportamentos chineses, japoneses e norte-americanos.

CAPÍTULO 1 - O REALISMO NEOCLÁSSICO COMO FERRAMENTA PARA REFLETIR SOBRE AS DINÂMICAS DO LESTE ASIÁTICO E AS RELAÇÕES ENTRE CHINA, JAPÃO E EUA

Um ditado popular chinês afirma que “*dois tigres não habitam a mesma montanha*” (一山不容二虎). Do nosso ponto de vista, este ditado também serve para ilustrar as relações entre os Estados e as disputas de poder e segurança no sistema internacional¹², sobretudo no caso das relações sino-japonesas e do Leste Asiático. Particularmente no entorno regional do Nordeste Asiático, interagem: uma potência em contínua ascensão, a China; uma potência econômica que visa se tornar um “Estado Normal” se militarizando, o Japão; uma nação com altos gastos militares e que partilha de receios históricos profundos na relação com seus vizinhos, a Coreia do Sul; uma nação que constantemente faz testes de força com o objetivo de demonstrar seu poder no cenário internacional e garantir a manutenção do regime, a Coreia do Norte; um Estado que busca ser considerado soberano, Taiwan; e uma superpotência que afeta diretamente a configuração de poder global e o equilíbrio regional, os Estados Unidos (EUA) (MAGALHÃES, 2007).

Diante da interação de potências em um específico entorno geográfico, conflitos de interesse estratégico emergem e são tensionados, fazendo com que surjam teses a respeito da eclosão de possíveis guerras e conflitos. Ao passo que o sistema internacional tem vivenciado mudanças com a ascensão de novos atores e agendas no século XXI, as tensões no MSC e no MLC têm reacendido a relevância de se estudar a história das relações diplomáticas entre os atores regionais e as disputas de poder e de território da região asiática.

Em um cenário em que interagem três das quatro maiores economias mundiais, a disputa pelas ilhas Senkaku/Diaoyu ganhou notoriedade diante de tensionamentos marítimos que tem ocorrido no século XXI. A disputa pelas ilhas Senkaku/Diaoyu¹³ é um jogo perigoso, visto que, ao mesmo tempo em que envolve a China e o Japão, inclui também os EUA, que têm o arquipélago nipônico como o aliado mais importante na região do Ásia-Pacífico. A disputa

¹² Consideramos o sistema internacional como o ambiente político no qual os países interagem (WALTZ, 1979), e que emergiu, do modo que conhecemos, na Europa Ocidental nos séculos XVI e XVII. Consideramos, ainda, que tal sistema, no final do século XIX e início do século XXI, cresceu para se tornar um único sistema internacional global, abrangendo o Leste Asiático, as Américas, a África, a Ásia Central e o subcontinente indiano (RIPSMAN; TALIAFERRO; LOBELL, 2016, p. 35).

¹³ Considerando as desavenças que o Japão e a China têm atualmente, as ilhas se destacam. Outros importantes fatores que ajudam a deteriorar a relação entre os países são: as visitas de alguns primeiros-ministros japoneses ao templo Yasukuni, onde estão enterrados heróis de guerra; e o caso contado nos livros de história do Japão, no qual países como China e Coreia do Sul acusam o Japão de ocultar os crimes e atrocidades cometidas pelo arquipélago durante o século XX, sobretudo na Segunda Guerra Mundial. Ainda assim, na disputa pelas ilhas, há o envolvimento e a participação direta dos EUA.

pelas ilhas, nesse sentido, é um excelente exemplo que nos elucidam os dilemas de segurança da região e a insegurança no Leste Asiático.

Disputas territoriais são tradicionalmente tratadas na literatura como uma das fontes mais comuns de conflito e diversos autores já se debruçaram em pesquisas enfatizando a conexão entre um território disputado e a eclosão de conflitos bélicos (HENSEL, 1996; WIEGAND, 2011). Nota-se que os territórios podem ser importantes pelos recursos naturais e minerais que contêm, pela população que neles habita e para as percepções de segurança; além disso, eles podem se localizar no coração da identidade nacional e podem refletir também o prestígio e o orgulho nacional perante o internacional (HENSEL, 1996). Do nosso ponto de vista, a existência da disputa pelas ilhas Senkaku/Diaoyu nos permite observar transformações que ocorreram no comportamento dos países no século XXI e compreender de forma mais precisa as dinâmicas da região do Nordeste Asiático e até mesmo do Leste Asiático como um todo.

Diante de um sistema internacional anárquico¹⁴, os países dependem de si mesmos para garantirem a sua segurança e sobrevivência, e, por esse motivo, disputas por poder e pela segurança são comuns na história mundial. Tal pressuposto permeia os realismos das relações internacionais como um todo, mesmo que as nuances da importância da pressão do sistema e o determinismo variem significativamente dependendo da corrente realista.

Considerando as relações entre os países no Leste Asiático, suas grandes estratégias, suas políticas externas e a disputa pelas ilhas Senkaku/Diaoyu, principalmente no século XXI, a presente tese partilha da compreensão de que tais pontos devem ser analisados à luz da existência da anarquia do sistema e da constante disputa por poder e segurança por parte dos países. Por esse motivo, nossas análises se enquadram nos realismos das relações internacionais.

Em linhas gerais, os principais pressupostos dos realismos podem ser identificados por três princípios centrais. De acordo com Taliaferro, Lobell e Ripsman (2009, p.14-15), o primeiro deles é a ideia de que os indivíduos não conseguem sobreviver sozinhos e, por essa razão, eles vivem como membros de grupos, ao qual dedicam sua lealdade e garantem sua segurança de inimigos externos¹⁵. O segundo, por sua vez, é a luta perpétua entre grupos de

¹⁴ A anarquia do sistema internacional se refere à inexistência de um governo mundial e, por esse motivo, os Estados não podem apelar para um árbitro final a fim de resolver suas disputas; por isso, dependem de si mesmos para sobreviver, a autoajuda. (WALTZ, 1979).

¹⁵ O Estado realista herda aspectos do pensamento hobbesiano, que assume a função de manter a paz dentro das suas fronteiras e de defender seus cidadãos de possíveis agressores externos. Na concepção de Thomas Hobbes (2009) na obra "O Leviatã", sem o Estado Civil, os homens viveriam no Estado de Natureza, que é marcado pela

interesse próprio sob condições de escassez geral e incerteza. A escassez pode ser relativa tanto às capacidades materiais como ao desejo por recursos sociais, tais como prestígio e *status*. Por fim, o terceiro princípio seria o poder como algo necessário para qualquer grupo que deseje alcançar determinados objetivos, que podem consistir tanto na dominação universal como na autopreservação.

Isso não significa dizer que inexistem contradições e críticas destoantes dentro e entre cada corrente dos realismos das Relações Internacionais. De fato, há, dentro do realismo clássico, discordâncias sobre quando o conflito e suas causas residem no ambiente externo ou na própria natureza humana. Existem, ainda diferenciações, por exemplo, entre realistas ofensivos¹⁶ e defensivos¹⁷, que divergem sobre a quantidade de conflitos desnecessários ou não intencionais gerados pelo sistema internacional e sobre as implicações resultantes de como cada Estado deve avaliar as intenções uns dos outros e promover melhor a segurança para si mesmo¹⁸.

Por fim, existem os realistas neoclássicos que conjunham as duas correntes anteriores e evocam o rigor teórico do realismo estrutural, com a capacidade de agência dos Estados dos realismos clássicos. O realismo neoclássico é uma teoria híbrida que amalgama a estrutura do sistema com variáveis no nível doméstico para explicar a política externa, as políticas de segurança, as grandes estratégias dos países e, recentemente com Lobell, Ripsman e Taliaferro (2016), compreender as mudanças dentro e na estrutura do sistema internacional.

As diferenças do nível de análises dos realismos podem ser explicadas à luz da categorização de Waltz no seu livro de 1959 (2004) intitulado “*O Homem, o Estado e a Guerra*”. O autor define que existiriam três imagens das relações internacionais: a primeira definiria a política internacional como um produto das ações de indivíduos; a segunda a explicaria a partir das ações dos regimes estatais domésticos; e a terceira, defendida por Waltz, analisaria as relações internacionais a partir de fatores sistêmicos (WALTZ, 2004). Enquanto os realismos clássicos se inserem no debate da primeira e da segunda imagem, o neorealismo

guerra de todos contra todos. Existiria uma sensação permanente de medo, visto que o homem é desconfiado e busca sua autopreservação.

¹⁶ No realismo ofensivo, os Estados nunca estariam satisfeitos com o poder que possuem, e buscam sempre maximizá-lo, aumentando também sua influência; assim, eles garantiriam sua segurança por meio de dominação e hegemonia. Nesse sentido, os Estados agiriam de forma agressiva no sistema anárquico e tenderiam a aumentar suas capacidades militares com o intuito de responder a possíveis ameaças futuras (MEARSHEIMER, 2001).

¹⁷ O realismo defensivo, estruturado e alicerçado na teoria sistêmica de Waltz, argumenta que a estrutura anárquica do sistema internacional encoraja os Estados a manterem políticas moderadas e pouco assertivas para garantir a segurança. O realismo defensivo compreende, portanto, que o comportamento agressivo do Estado causaria desequilíbrios no poder e iria de encontro à ideia de segurança de um país (1979).

¹⁸ Para um debate detalhado sobre realismo defensivo e realismo ofensivo, consultar o livro de Steven Lobell, “Structural Realism/Offensive and Defensive Realism. International Studies Association”. Oxford Press, 2010.

defende que as análises do sistema internacional devem ser consolidadas na terceira. Diferente de ambos e complementar, o realismo neoclássico unifica as três imagens, sendo considerada uma teoria multinível de análise. De fato, o realismo neoclássico complexifica o realismo estrutural, incorporando a capacidade de agência das unidades que deixam de ser opacas e se tornam translúcidas.

Do nosso ponto de vista, os Estados variam em relação a suas habilidades, atitudes e percepções sobre o cenário internacional, visto que, enquanto alguns países são mais responsivos e sensíveis às transformações, levando adiante seus objetivos de interesse nacional, outros podem ser menos ativos e justificar suas ações nas próprias instituições domésticas. Tais pontos se relacionam com a própria posição do país, do prestígio e do seu poder perante os outros Estados no sistema internacional. Apesar das pressões internacionais, as escolhas dos Estados dependem da política doméstica, das lideranças, das suas percepções e dos seus constrangimentos. Afinal, como afirma Zakaria (1998), a política internacional não é feita por Estados, mas sim por líderes de Estado.

Observando as rivalidades históricas sino-japonesas e as relações entre China, Japão e EUA, torna-se difícil partir de uma abordagem que exclua um dos níveis de análise. Do nosso ponto de vista, compartilhamos visões teóricas do realismo neoclássico, na medida em que o mesmo apresenta o impacto da anarquia do sistema no comportamento dos Estados, mas elucida como variáveis domésticas – intervenientes - influenciam a política externa dos países, os ajustes em suas grandes estratégias e o seu comportamento.

Portanto, utilizamos uma teoria multinível que compreende desde a distribuição de poder no sistema internacional até a configuração doméstica dos Estados. É somente por meio dessa concepção que pensamos ser possível compreender, por exemplo, o caso do Japão, uma das incógnitas dos neorealismos nas relações internacionais, como expressaremos mais adiante. Com o intuito de analisarmos de forma realista neoclássica o comportamento dos países e, principalmente, suas políticas externas e estratégias no século XXI para o Leste Asiático, pretendemos realizar uma combinação teórica, conversando com os realismos das Relações Internacionais. Dialoga-se principalmente com Steven Lobell, Norrin M. Ripsman e Jeffrey Taliaferro (2009; 2016), mas outros autores realistas, como Hans Morgenthau (2003), Stephen Walt (1987), Kenneth Waltz (1979; 1993; 2000), William Wohlforth (1993), Thomas Christensen (1996), Collin Dueck (2006) e Edward Carr (2001), também trazem contribuições pertinentes que se conjunham com o enfoque teórico apresentado e desenvolvido nessa tese.

No livro “*Neoclassical realist theory of international politics*”, publicado por Ripsman, Taliaferro e Lobell (2016), os autores visam criar uma agenda teórica de pesquisa para o

realismo neoclássico e, para isso, apresentam três tipos de derivações teóricas/análises. O primeiro tipo objetivo corrigir o neorealismo ou o realismo estrutural, utilizando-se de variáveis domésticas e da percepção das lideranças para explicar anomalias históricas sobre *underbalancing*¹⁹, por exemplo. O segundo tipo seria um refinamento da teoria, compreendendo que existiriam algumas variáveis intervenientes que explicariam o comportamento da política externa de um determinado Estado, o que o torna, propriamente, uma teoria de política externa. O tipo três, por sua vez, é o defendido por eles e consiste em uma teoria capaz de explicar a política internacional. Nesse sentido, ela poderia esclarecer desde um fenômeno político até tomadas de decisões de crise de curto prazo, explicando, também, comportamentos de política externa e padrões de ajuste nas grandes estratégias de Estados individuais, até mesmo resultados sistêmicos de longo prazo e, por fim, a evolução da estrutura do próprio sistema internacional (RIPSMAN; TALIAFERRO; LOBELL, 2016).

Esta tese se aproxima do terceiro tipo enunciado por Ripsman, Lobell e Taliaferro (2016), analisando não só a política externa de um determinado período, mas também compreendendo as mudanças nas grandes estratégias dos países e como ambas podem influenciar o sistema como um todo, sobretudo o contexto regional próximo.

Considerando a agência política e a estrutura do sistema, nas próximas páginas apresentaremos duas premissas que norteiam esta tese: (i) a importância da história para compreender as relações sino-japonesas e a disputa de poder entre eles, incluindo a participação norte-americana na Ásia; e (ii) a importância da geografia para analisar o Leste Asiático. Argumentamos que essas premissas se tornam chave, visto que, somente ao considerá-las, é possível compreendermos as transformações no equilíbrio de poder na região e de que maneira tais mudanças formaram o cenário que temos hoje. Após demonstrarmos ambas as premissas, apresentaremos nosso arcabouço teórico, nossas variáveis de análise e alguns dos conceitos que serão evocados ao longo da tese.

1.1 DUAS PREMISSAS CENTRAIS DE ANÁLISE: A HISTÓRIA E A GEOGRAFIA

1.1.1 AS TRANSFORMAÇÕES NO EQUILÍBRIO DE PODER DO LESTE ASIÁTICO À LUZ DA HISTÓRIA

Como afirma um dos ditados de Confúcio, “*se queres prever o futuro, estuda o passado*”. Ensinaamentos como este foram dados por teóricos posteriores, como Maquiavel (2010), que defendeu a necessidade de o governante estudar a história para aprender com os

¹⁹ De acordo com Schweller (1998), *underbalancing* é quando os Estados falham em reconhecer ameaças e escolhem não reagir a elas ou responder de forma imprudente.

erros do passado, e Sun Tzu (2001), que apresentou no livro a “*Arte da Guerra*” a necessidade de estudar a história para se preparar para as grandes guerras.

A história nos ajuda a entender o sistema internacional, sua formação e sua transformação, assim como nos permite produzir narrativas sobre acontecimentos do passado que influenciam diretamente as relações contemporâneas entre os países. Isso posto, devemos considerar que as relações sino-japonesas foram construídas ao longo de uma história secular e passaram por grandes transformações, principalmente entre o século XIX e XX. Ao mesmo tempo, as relações trilaterais entre Japão, EUA e China foram modificadas no período. Afinal, com o Comandante Perry em 1854, pela primeira vez os EUA conseguiram adentrar com valores, costumes, mercadorias e tecnologias no arquipélago nipônico e, gradativamente, alteraram algumas relações de poder por meio de tratados internacionais, como foi o caso do Tratado das Nove Potências²⁰, assinado em 1922.

Ao passo que debatemos a história das relações dos países desde o século XIX, demonstraremos não só como eles interagem diante das transformações na balança de poder, mas também como tais relações evoluem ao longo do tempo. Não é possível compreender, sem analisarmos a história dos desdobramentos do fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a dificuldade do Japão, por exemplo, em mobilizar recursos e modificar normas domésticas de segurança em busca de uma normalização do seu *status* no cenário internacional. É preciso considerar que, após a derrota, o arquipélago nipônico continuou existindo a partir de regras e ditames norte-americanos que moldaram e influenciaram sua política doméstica com a Constituição de 1947²¹ (BERGER, 2012).

Ao olharmos para a história das relações entre os países e do cenário asiático, compreendemos também a formação de alianças. Victor Cha (2010), ao analisar o porquê de as relações bilaterais serem predominantes no Leste Asiático — diferentemente dos arranjos de segurança dos EUA na Europa, por exemplo, com a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) —, define que, naquele contexto, era mais interessante para o governo norte-americano construir alianças assimétricas de forma a controlar determinados aliados na região do que mobilizar um arranjo regional de segurança. Além disso, memórias e cicatrizes históricas impactaram a decisão norte-americana, uma vez que seria impensável a possibilidade de construir uma aliança entre Japão e Coreia do Sul, por exemplo. Inclusive, esse é um

²⁰ Em linhas gerais, foi um tratado internacional confirmando a soberania e a integridade territorial da China, enfatizando a política de portas abertas assinado por Estados Unidos, Japão, China, França, Grã-Bretanha, Itália, Bélgica, Holanda, e Portugal.

²¹ Assunto que debateremos no Capítulo 3 desta tese.

problema que a região do Nordeste Asiático enfrenta em pleno século XXI, momento no qual memórias históricas são reavivadas e florescem em um debate cada vez mais problemático com relação ao “esquecimento” de alguns problemas do passado²² (WANG, 2012). Por essa razão, a aliança Japão-EUA e EUA-Coréia do Sul foram priorizadas.

Ao lidarmos com história, estamos trabalhando com um recorte temporal amplo, mas que nos permite compreender a configuração da aliança entre os Estados e também trazer questões sobre o nacionalismo e sobre as percepções de ameaça que os países construíram um do outro. Além disso, demonstramos como heróis, ações políticas e sociais, derrotas na guerra, massacres, experiências traumáticas, vitórias, consagrações, remorsos, entre outros, influenciam os discursos e a identidade nacional de cada país. A emergência de ideais pacifistas no Japão e sua institucionalização e a ascensão da união e coesão nacional nos discursos do Partido Comunista Chinês (PCC) são exemplos de como os acontecimentos históricos podem servir para inflar ou legitimar propostas institucionais, políticas e/ou sociais.

Em linhas gerais, essa tese recupera a história como forma de compreender: (i) a balança de poder no Leste Asiático, mais especificamente no Nordeste Asiático, e os interesses dos países ao longo dos anos; (ii) quais são as bases da rivalidade sino-japonesa; (iii) qual é a participação norte-americana para fortalecer ou apaziguar tal rivalidade entre os países; e (iv) como se transformaram as estruturas domésticas da China e do Japão após o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

1.1.2 A IMPORTÂNCIA DA GEOGRAFIA NAS ANÁLISES SOBRE O LESTE ASIÁTICO

O controle de territórios sempre foi um dos temas centrais do jogo político entre os Estados, tanto como fator nos realismos das relações internacionais quanto como elemento para manutenção ou aumento do poder ou para sobrevivência no sistema, como elucidado em teorias geopolíticas²³ de Halford Mackinder (1904; 1943), Alfred Mahan (2004; 2013) e de diversos outros autores. A importância desse tema é também notável do ponto de vista teórico, visto que Huth (1998), ao analisar as disputas por territórios ao longo dos anos, constata que essas têm tido elementos que conduziram os Estados à guerra, e que pelo menos cinquenta conflitos desse tipo permaneciam ativos.

²² Recentemente o prefeito de Osaka afirmou que romperia as relações com a cidade de São Francisco nos EUA pelas estátuas de bronze representando as escravas sexuais que o governo japonês fez durante a Segunda Guerra Mundial. Mais informações em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-45758037>. Acesso em 15 de janeiro de 2019.

²³ Define-se para esta tese a geopolítica como o campo de estudo que tem “por objeto de estudo as relações e mútuas interações entre o Estado e sua geografia” (MELLO, 1999, p. 74)

As disputas territoriais que se centravam majoritariamente na Europa foram gradativamente migrando para a Ásia e para a África. Parcialmente, podemos culpabilizar justamente as potências europeias e os EUA por fazerem com que algumas das disputas territoriais existam nos dias de hoje, visto que, no Leste Asiático, algumas delas são frutos do Tratado de São Francisco (1951) e da sua falta de definições/delimitações fronteiriças (HARA, 2006).

Como afirma Spykman (1938, p.9), pelo fato de as características geográficas dos Estados serem relativamente imutáveis e inalteráveis, as demandas geográficas dos Estados permanecem as mesmas por séculos e, pelo fato de que o mundo ainda não alcançou *“aquele feliz momento onde os desejos de um homem não conflitam com os desejos de outro homem, estas demandas irão causar atrito. Por isso, podemos colocar na geografia a culpa por muitas lutas duradouras que aparecem persistentemente através da história, enquanto governos e dinastias se erguem e sucumbem.”* (SPYKMAN, 1938; p.9, tradução nossa).

Assim como a posição geográfica traz benefícios para um Estado, também constrange as ações de determinados países que convivem diretamente com rivais e grandes atores no próprio entorno regional. Como dois Estados não têm características geográficas e limites territoriais exatamente iguais, seus interesses estratégicos não são idênticos, uma vez que estão baseados em vivências e condições políticas próprias que vão, eventualmente, influenciar e constranger sua política interna e externa. A geografia seria um fator que *“não apenas afeta a capacidade e a disposição das unidades de interagir, mas também determina quais tipos de níveis de interação são possíveis e desejados”* (RIPSMAN; TALIAFERRO; LOBELL, 2016, p.39).

Consideremos a geografia no caso das análises sobre Japão, China e EUA. Nota-se que, atualmente, há maior dificuldade em alcançar a China pelas rotas terrestres, afinal, o país é quase isolado pelas suas barreiras naturais. O Deserto de Gobi, o deserto do Taklamakan e as cadeias montanhosas da região do Tibete são algumas das fortificações naturais do território chinês que fortalecem suas capacidades de defesa terrestre. Nesse sentido, o Tibet é de extrema relevância para a China, assim como Xinjiang, pois se, de alguma forma, eles se tornarem independentes, o país perde as chamadas “zonas tampões” que impedem qualquer evolução indiana ou russa em direção ao centro do território chinês. É somente no nordeste da China, na região de fronteira com a Rússia e com a Coreia, que existem pontos de travessia, que, por segurança, são protegidos pelas forças militares chinesas.

A China Imperial tinha interesse relativamente pequeno nas questões marítimas em boa parte da sua história, visto que incursões marítimas afetavam a periferia do território e não o

núcleo da civilização chinesa²⁴. Contudo, a decadência da China Imperial adveio dos oceanos, com as potências europeias no século XIX. Nesse contexto, a debilidade marítima do país e a busca pela reestruturação no pós-guerra fizeram com que uma estratégia marítima baseada na defesa e na integridade do território chinês fosse formulada na década de 1980. A estratégia chinesa para os mares é derivada do pensamento de Liu Huaqing²⁵ (1916-2011), e sua principal contribuição foi o desenvolvimento da estratégia das “Cadeias Marítimas”, que falaremos no Capítulo 4 (COLE, 2015).

Em termos geográficos, o Japão é um bom exemplo para demonstrar os constrangimentos físicos que vivencia e que direcionam seus interesses nacionais. Como está situado no cinturão vulcânico do Pacífico, o país possui um vasto número de cadeias montanhosas do extremo norte ao sul, que o tornam escasso em recursos e o deixam somente com uma pequena parcela de terras apropriadas para agricultura (KENNEDY, 1988).

O Japão é um país insular que forma um arco no Oceano Pacífico até o leste do Continente Asiático, sendo rodeado pelo Mar do Japão e pelo MLC, que separam o arquipélago do continente. O ponto de seu território mais próximo da Península Coreana se situa a 100 milhas do local, e seus territórios marítimos fazem fronteira com a China, as Coreias do Norte e do Sul, a Rússia, Taiwan e Filipinas.

Os EUA são atores influentes no Ásia-Pacífico desde antes do século XX, por conta da abertura do Japão no final do século XIX e da existência de territórios norte-americanos no Pacífico, como Guam (1898); ademais, o país ainda detém parcerias militares com a Coreia do Sul e com o Japão²⁶, mantendo bases militares em ambos os locais. A elementaridade dos EUA na região e, conseqüentemente, nas disputas territoriais, reside no fato de que o país atua como um importante poder regional.

Desse modo, a capilaridade de poder dos EUA possibilita a sua atuação nos mais diversos teatros mundiais. A atuação norte-americana no mundo pode ser evidenciada quando levamos em conta as bases militares que o país detém em algumas nações ao redor do mundo. De fato, há mais de 800 bases, espalhadas em mais de 70 países, sendo mais de 38% dessas na Ásia; nesse sentido, os EUA detêm comandos marítimos, aéreos e terrestres espalhados nas mais diversas áreas geográficas de “responsabilidade” ou com atuações funcionais – operações especiais, projeções de poder ou transporte – como o caso da USPACOM (Comando dos EUA

²⁴ De acordo com Zhang (2002), somente em dois momentos antes do século XX as dinastias chinesas teriam dado importância às rotas marítimas: a Dinastia Song (1127–1279) e a Dinastia Ming (1368–1644).

²⁵ Um oficial-general que auxiliou na modernização das Forças Armadas chinesas, principalmente a Marinha do Exército de Libertação Popular.

²⁶ Assunto que debateremos no Capítulo 3 desta tese.

no Pacífico), da USAFRICOM (Comando dos EUA na África), etc. (PEW RESEARCH, 2017a).

O Japão e a China são eternos vizinhos e ao longo dos anos essa proximidade fez com que trocas culturais, comerciais e políticas acontecessem²⁷. De um equilíbrio sistêmico, que era questionado e tensionado por ambas as partes desde o século XVI, as erupções de conflitos territoriais no final do século XIX promoveram as bases para as desavenças entre ambos os países na história moderna e contemporânea. Podemos interpretar que as relações e rivalidades sino-japonesas são intensificadas no século XIX como produto da expansão europeia e do sistema vestfaliano de disputa por poder e segurança. Tais relações se modificam diante das transformações de poder relativo dos países ao longo do tempo, incorporando novos atores e transformando conflitos regionais, em conflitos que englobam o mundo como um todo.

1.2 O REALISMO NEOCLÁSSICO: UMA ABORDAGEM DE ANÁLISE MULTINÍVEL

Os realismos das relações internacionais têm suas raízes na tradição política filosófica de escritos da antiguidade nos trabalhos de Tucídides²⁸ (2001) e Sun Tzu (2001). É um tanto nebuloso separar e delimitar todos os autores do realismo clássico, visto que este também pode ser considerado um repositório de diversos textos de diversos autores desde a antiguidade, o que significa, basicamente, que cada um destes autores escreveu diferentes propostas em diferentes contextos no curso de 2.500 anos (TALIAFERRO; LOBELL; RIPSAN, 2009). Ou seja, Nicolau Maquiavel (2010), Tucídides (2001), Raymond Aron (2002), Hans Morgenthau (2003), Thomas Hobbes (2009) e muitos outros podem ser considerados como realistas clássicos. Uma das importantes contribuições do realismo clássico é evocar a capacidade de agência dos Estados e como eles atuam e operam dentro do sistema internacional.

Diferentemente dos realismos clássicos, o neorealismo surgiu com o intuito de ser uma pesquisa elegante e reducionista, capaz de analisar no nível do sistema o comportamento dos Estados e de fazer previsões sobre o mesmo. O neorealismo emergiu no cenário internacional tendo como principal autor Kenneth Waltz (2004; 1979). Definindo sua teoria como não

²⁷ Tema a ser trabalhado no Capítulo 2 desta tese.

²⁸ Tucídides, na sua obra seminal “História da Guerra do Peloponeso”, narra e deixa suas impressões sobre os acontecimentos do período. Os princípios do realismo na obra de Tucídides são sumarizados no Diálogo Meliano, no qual atenienses e melianos conversam sobre o futuro da pequena ilha de Mélos. Os atenienses, dotados de poder e recursos, diante dos receios da evolução da guerra contra os espartanos, tentam assegurar o território de Mélio como seus aliados. O povo meliano, por sua vez, prefere manter-se neutro e é dizimado pelas tropas atenienses. O debate de Tucídides elenca aspectos que podem ser relacionados com o cálculo de poder e recursos materiais e dissuasão.

enquadrada nos escopos de uma teoria de política externa, Waltz considera que a estrutura do sistema é o arranjo entre as unidades que interagem entre si e que compõem este sistema. As unidades se comportam de acordo com a estrutura, sendo impelidas a agir ou não pelas dinâmicas do próprio sistema. A preocupação waltziana era entender, por intermédio de sua teoria, os padrões internacionais e as consequências de determinadas ações, posicionando como sua variável independente a distribuição de poder e a polaridade²⁹. Na teoria neorrealista waltziana, os Estados almejam a sobrevivência como o primeiro objetivo dos países, mas, ao mesmo tempo, não se desconsidera que os objetivos dos Estados podem variar dramaticamente, oscilando desde a dominação universal até a sobrevivência (WALTZ, 1979, p. 117).

Como o sistema internacional é anárquico, os Estados são forçados a depender de suas capacidades materiais – juntamente com a de seus aliados – com o objetivo de sobreviver e/ou de acumular mais poder (WALTZ, 1979; MEARSHEIMER, 2004). Consequentemente, as pressões internacionais são a causa primária para determinar o comportamento dos países. Na prática, os neorrealistas *“não negam que cada estado-nação dentro do sistema internacional possa ter legados históricos, culturais e/ou domésticos particulares, mas eles insistem que essas diferenças domésticas tendem a ser eliminadas pelas pressões generalizadas da competição internacional”* (DUECK, 2006, p. 16, tradução nossa). Como resultado, os neorrealistas sugerem que todos os Estados tendem a agir eventualmente da mesma maneira, pelo fato dos países estarem atentos à sua posição relativa no sistema internacional e buscarem promover seu poder e sua segurança.

A incapacidade dos neorealismos de prever o fim da União Soviética (URSS) e a ascensão de novos atores no sistema internacional fez com que os realismos perdessem credibilidade e cada vez mais espaço nas análises do sistema internacional, permitindo que novas correntes florescessem (HERZ, 1997). Preocupações com a política doméstica, com a fala dos silenciados e com as normas e as instituições, por exemplo, fizeram com que o realismo precisasse ser reinventado para continuar servindo como ferramenta de análise em um sistema internacional cada vez mais complexo.

Desde a década de 1990, há uma tendência entre os autores realistas incorporarem em suas análises não só os fatores sistêmicos propostos pelo neorealismo, como também abordar

²⁹ Para esta tese, tal ponto se refere ao “número de grandes potências ou Estados importantes que existem dentro de um sustento em um determinado momento, dependendo de seu controle sobre os componentes materiais do poder, bem como dos meios políticos e burocráticos para extrair e mobilizar esses recursos quando necessário” (RIPSMAN; TALIAFERRO; LOBELL, 2016, p.45). Assume-se também que a unipolaridade, bipolaridade ou multipolaridade são tipos ideais e o sistema simplesmente se aproxima dessa configuração de poder (IKENBERRY et al., 2009).

pontos dos realistas clássicos, recuperando o debate acerca de questões domésticas que nos ajudam a explicar de forma mais precisa sobre o comportamento dos países na arena internacional. O realismo neoclássico foi pela primeira vez introduzido no debate acadêmico pelo artigo de Gideon Rose (1998), “*Neoclassical Realism and Theories of Foreign Policy*”, publicado na revista *World Politics*. Nele, há referências aos estudos de autores como Thomas J. Christensen (1996), Randall L. Schweller (1998), William Curtis Wohlforth (1993) e Fareed Zakaria (1998), que discutiram as políticas externas das grandes potências e apresentaram variáveis domésticas que, em certa medida, influenciaram o comportamento dos Estados.

Thomas Christensen (1996) buscou analisar as relações entre China e EUA nos primeiros anos da Guerra Fria e argumenta que a rivalidade entre os países serviu aos interesses norte-americanos e chineses para mobilização de recursos internos a fim de consolidar suas estratégias. Através da categorização dos países como animais, Randal Schweller (1998) com seu zoológico definiu sobre como as lideranças europeias percebiam as diferenças de poder relativo antes da Segunda Guerra Mundial e como questões domésticas influenciaram as ações dos países. O autor também defendeu que os países são movidos não só pela segurança, mas também por interesses.

Wohlforth (1993), analisando as percepções das elites da URSS, argumentou que as estratégias soviéticas devem ser consideradas a partir da percepção dos países em relação às capacidades relativas dos outros Estados. Zakaria (1998) analisou o comportamento dos EUA no final do século XIX, e questionou os motivos que levaram o país a demorar a agir no sistema internacional como um todo, encontrando as respostas na própria estrutura doméstica norte-americana.

Gideon Rose (1998) identificou um programa comum de pesquisa entre estes estudos, e argumentou que eles estariam baseados nas concepções realistas sobre a anarquia e a distribuição de poder relativo no sistema internacional. Todavia, ele também ponderou que variáveis no nível doméstico foram incluídas nas análises das estratégias dos Estados no sistema internacional. Como afirma Rose (1998), as ações dos Estados são executadas de maneira a sistematizar a política externa dos países e a manter a sobrevivência do Estado no cenário internacional.

Incorpora explicitamente variáveis externas e internas, atualizando e sistematizando certos insights extraídos do pensamento realista clássico. Seus partidários argumentam que o escopo e a ambição da política externa de um país são impulsionados, em primeiro lugar, pelo seu lugar no sistema internacional e, especificamente, por suas capacidades de poder material relativas. É por isso que eles são realistas. Eles argumentam, no entanto, que o impacto de tais capacidades de poder na política externa é indireto e complexo, porque as pressões sistêmicas devem

ser traduzidas através de variáveis intervenientes no nível da unidade. É por isso que eles são neoclássicos (ROSE, 1998, p. 146, tradução nossa).

O realismo neoclássico surgiu inicialmente como uma teoria de política externa e, em contraposição aos argumentos do artigo de Kenneth Waltz de 1996 intitulado “*International Politics is Not Foreign Policy*” – que era uma resposta ao texto de Colin Elman “*Horses for Courses*”, também de 1996, que defendia a tentativa de utilizar o neorealismo como uma teoria de análise de política externa –, definiu um rigor teórico para analisar de forma multinível o comportamento dos países. De fato, o realismo neoclássico partilha das ponderações de Waltz e da sua estrutura sistêmica, mas amplia o leque de análise ao incorporar variáveis domésticas para aumentar o poder explicativo de uma determinada ação, por exemplo.

As análises neoclássicas iniciam-se a partir da posição de um país no sistema internacional e, em particular, as suas capacidades relativas de poder material constituem o parâmetro da sua política externa, das suas grandes estratégias e de seu próprio comportamento. Esses fatores representam uma realidade objetiva que influencia as ambições dos Estados na arena internacional. Todavia, raramente apenas imperativos sistêmicos são as únicas forças que influenciam os tomadores de decisão (ou os Executivos de Política Externa - EPE). As decisões estratégicas e a política externa dos Estados são feitas no nível doméstico por indivíduos que possuem crenças, personalidades e identidades, e que, ao mesmo tempo, apresentam constrangimentos domésticos relacionados à própria estrutura do Estado.

Os realistas neoclássicos argumentam que o poder material relativo estabelece os parâmetros básicos da política externa de um país; eles observam, na fórmula de Tucídides, que “os fortes fazem o que podem e os fracos sofrem o que devem”. No entanto, eles apontam que não existe um cinturão de transmissão imediato ou perfeito que ligue os recursos materiais aos comportamentos de política externa. Escolhas de política externa são feitas por líderes políticos e elites reais, e assim são suas percepções de poder relativo que importam, não simplesmente quantidades relativas de recursos físicos de forças em ser (...) os realistas neoclássicos acreditam, [entendem que] (...) as ligações entre poder e política requerem um exame atento dos contextos em que as políticas externas são formuladas e implementadas (ROSE, 1998, p. 146-147, tradução nossa).

Os realistas neoclássicos compartilham uma ontologia baseada no ambiente externo, dando primazia ao ambiente em que os Estados interagem, mas rejeitam a implicação de que os Estados respondem fluída e mecanicamente a esses estímulos (RIPSMAN; TALIAFERRO; LOBELL, 2016, p.21). Nesse sentido, as condições estruturais são “*causas permissivas ou 'profundas' de ações específicas: elas permitem que certas coisas aconteçam fornecendo oportunidades e restrições aos comportamentos dos atores*” (SCHWELLER, 1998, p.3, tradução nossa). O realismo neoclássico flexibiliza não só análises rígidas de momentos

específicos, mas também elucidada como variáveis intervenientes podem afetar o comportamento dos Estados ao longo do tempo.

A partir dessa flexibilização da teoria neorrealista e das concepções das pressões do sistema, que estão presentes na própria obra de Waltz (1979), o realismo neoclássico incorpora análises que abrangem não só aspectos materiais, mas também imateriais. Nesse sentido, o realismo neoclássico passa a dialogar, em diversos momentos, com teorias construtivistas das relações internacionais, na medida em que incorpora um leque maior de variáveis ideacionais.

Um exemplo é o artigo de Kitchen (2010), no qual o autor busca analisar as transformações das estratégias dos países à luz do realismo neoclássico, defendendo a incorporação das ideias nas análises realistas, visto que “*o ambiente internacional é composto não apenas da distribuição de poder, mas também de um clima de ideias, que contém certos valores morais com força suficiente para delimitar ‘a esfera de possíveis interesses políticos’*” (KITCHEN, 2010, p.126, tradução nossa). As ideias podem ser elementos do poder, uma vez que, enquanto as capacidades materiais são intrínsecas, as ideias podem interferir no nível unitário, seja por meio de indivíduos (lideranças), instituições e normas, seja por meio da própria cultura do Estado (KITCHEN, 2010).

Em suma, o realismo neoclássico recupera questões relativas às análises de risco e à racionalidade dos atores, além de permitir compreender as decisões e os motivos que levaram um determinado país a se comportar de determinada forma (KITCHEN, 2010; SCHWELLER, 2004; STERLING-FOLKER, 1997; 2009; TALIAFERRO, 2006; RIPSAN; TALIAFERRO; LOBELL, 2016; ROSE, 1998).

1.2.1. A PROPOSTA DE ANÁLISE E SUAS VARIÁVEIS

Na presente tese, nossa análise se aproxima do realismo neoclássico tipo três, como mencionamos no início do Capítulo e, para isso, precisamos ponderar qual é a metodologia do presente trabalho e quais são as variáveis que permeiam a tese. Como mencionamos, o realismo neoclássico conjumina questões sobre as pressões sistêmicas ou internacionais oriundas das relações entre os Estados, mas considera fatores domésticos que influenciam e/ou restringem a elaboração da política dos países, seus comportamentos e suas estratégias.

A metodologia desta tese incorpora tanto uma análise qualitativa como uma quantitativa. Seguindo concepções sobre a lógica de efeito causal, por meio do *process tracing*, analisamos sequências cronológicas de eventos que sejam potencialmente causas de outros acontecimentos. O método do *process tracing* tem como objetivo “*gerar e analisar dados sobre os mecanismos causais, ou processos, eventos, ações, expectativas e outras variáveis*

intervenientes, que ligam causas putativas aos efeitos observados” (apud RIPSAN; TALIAFERRO; LOBELL, 2016, p. 119). Considera-se, também, que a presente tese se utiliza do método dedutivo, o que não significa, todavia, excluir a indução. Afinal, como argumentam Ripsman, Taliaferro e Lobell (2016, p.118), todas as análises dedutivas têm pelo menos um componente indutivo e todas as análises indutivas detêm algum componente de teorização dedutiva.

Para tanto, recorreremos a um extensivo estudo histórico dos pontos considerados fundamentais, que servem como alicerces para nossa análise pormenorizada sobre a história do tempo presente, do século XXI, momento no qual ocorrem questões relacionadas à assertividade marítima chinesa, ao redimensionamento da política norte-americana para a Ásia e ao recrudescimento do poder militar japonês. Realizamos, portanto, uma catalogação de fontes primárias disponibilizadas nas Bibliotecas Nacionais do Congresso norte-americano e japonês, bem como em documentos e discursos oficiais dos governos chinês, japonês e norte-americano disponibilizados nos sites do Ministério de Relações Exteriores dos respectivos países e em seus Ministérios da Defesa. Além disso, a presente pesquisa recorreu a especialistas e a ex-membros do governo das nacionalidades dos países estudados com o objetivo de fortalecer a argumentação. No caso das fontes secundárias, utilizamos um diversificado referencial bibliográfico acerca das teorias realistas, ampliando, inclusive, o leque para outras agendas das relações internacionais, o que permite de forma mais fluída o debate com autores de outros enfoques teóricos como, por exemplo, os construtivistas.

No realismo neoclássico, como enunciamos na seção anterior, os estímulos sistêmicos constituem a variável independente da teoria. Em linhas gerais, os realismos neoclássicos trabalharam de forma mais específica com questões da polaridade e da distribuição de poder no sistema internacional, mas Ripsman, Taliaferro e Lobell (2016) elencaram outros pontos que comporiam a variável independente dos estímulos sistêmicos. Tais pontos são definidos como: (i) a polaridade e a distribuição de poder no sistema, (ii) o ambiente estratégico e (iii) a claridade do sistema internacional em uma determinada ação.

No que tange à polaridade e à distribuição de poder no sistema, o realismo neoclássico partilha da concepção de que o poder pode ser medido ou definido por meio das capacidades materiais, como PIB, tamanho das forças armadas, desenvolvimento militar e tecnológico, tamanho da população, capacidade industrial, disponibilidade de recursos naturais e tamanho do território (RIPSAN; TALIAFERRO; LOBELL, 2016, p.44). Todavia, como mencionamos anteriormente, também existem questões mais imateriais, como a qualidade da diplomacia e o caráter nacional, por exemplo (MORGENTHAU, 2003). Acima de tudo, apesar dos aspectos

materiais do poder, existem questões sobre as percepções das lideranças em relação ao sistema internacional.

Como nossa tese está enquadrada na base teórica dos realismos neoclássicos, circunscrevemos nossas análises em algumas informações quantitativas. Diante das dificuldades de comparar algumas características do poder do Japão, dos EUA e da China do ponto de vista do tamanho do território, da população e da disponibilidade de recursos naturais, por exemplo, devido à discrepância entre eles, a tese compreende como elementos materiais do poder dos Estados, principalmente, os seguintes pontos: o PIB e os gastos militares. Para isso, utilizamos dados de bibliografias secundárias e databases como o FMI (Fundo Monetário Internacional), o SIPRI (Stockholm International Peace Research Institute) e a RAND Corporation. Isso não significa dizer que não elucidaremos outros aspectos que achamos necessários ao longo do estudo (e traremos análises de outros autores sobre a distribuição de poder no sistema), mas que esses são os principais pontos que consideraremos em nossas análises, visto que são mais precisos em demonstrar a balança de poder asiática e sustentar nossos argumentos sobre as alterações na transformações de poder.

Como parte dos estímulos sistêmicos, há, também, a clareza, que é um produto da estrutura e da agência política. A clareza detém três componentes: a) o nível no qual as ameaças³⁰ e as oportunidades³¹ são discerníveis; b) se o sistema fornece informações sobre os horizontes temporais de ameaças e oportunidades; e c) se a melhor opção política se destaca ou não. Resumidamente, pelo fato de o sistema internacional ser *“raramente cristalino, os estados tipicamente enfrentam certo grau de incerteza em seus cálculos do equilíbrio de poder, nas intenções de outros estados e no horizonte de tempo que enfrentam. Por esta razão, a incerteza é uma propriedade inerente de um sistema internacional anárquico”* (RIPSMAN; TALIAFERRO; LOBELL, 2016, p. 51, tradução nossa).

Por fim, o realismo neoclássico de Ripsman, Taliaferro e Lobell (2016) categoriza que o ambiente estratégico onde os Estados interagem pode ser permissivo ou restritivo. Nessa perspectiva, quanto mais iminente ou perigosa for a ameaça, ou mais tentadora for a

³⁰ No que diz respeito às claras ameaças da parte dos outros Estados e/ou semelhantes aos Estados, existem três atributos elencados pelos autores. O primeiro é o revisionismo ou hostilidade expressada para causar danos à integridade territorial ou aos interesses basilares de um Estado. O segundo é a capacidade econômica e militar que esse Estado tem de causar danos, o que, por sua vez, depende da geografia e das tecnologias dos países. Por fim, o terceiro ponto é o senso de urgência, que seria o quanto se espera que um determinado país use ou tenha capacidade de causar danos em curto prazo.

³¹ No que tange às oportunidades, é válido destacar que elas podem ser divididas em três componentes: (i) a evidência de que capacidades relativas favorecem o Estado em questão; (ii) a evidência de que falta no outro Estado a resolução política para resistir às ações do outro; e (iii) a evidência de que as capacidades militares favoráveis não persistirão por muito tempo, sendo necessário agir rapidamente.

oportunidade, mais restrito será o ambiente. Por outro lado, quanto mais remota ou menos intensa for a ameaça ou a oportunidade, mais permissivo será o ambiente estratégico. Nesse sentido, um ambiente restritivo estimula as percepções de ameaça³² e, por vezes, de urgência, o que pode fazer com que países tomem decisões mais abruptas. Em linhas gerais, enquanto a claridade e a incerteza são o escopo da informação que o sistema fornece, o ambiente estratégico é o conteúdo dessa informação. Tais pontos serão apresentados em alguns momentos ao longo da tese.

Como há uma recuperação da agência política dos Estados, combinando o neorealismo com o realismo clássico, considera-se que a resposta dos Estados às pressões do sistema não é imediata e nem opaca, visto que, por exemplo, as próprias lideranças mudam ao longo dos anos e propiciam novas respostas ao cenário internacional diante de situações semelhantes³³. Um país pode estar mais inclinado a adotar uma postura mais defensiva, visando manter o *status quo* ou o prestígio, ou uma postura mais assertiva, objetivando obter mais prestígio ou transformar a sua posição no sistema.

Considerando o comportamento dos países, cabe elucidarmos dois outros conceitos, que são as categorizações de países *status quo* e revisionistas (GILPIN, 1981), ou imperialistas e *status quo* (MORGENTHAU, 2003) ou satisfeitos e insatisfeitos (CARR, 2001), ou de políticas externas e ações que poderiam ser consideradas como estáveis ou expansivas. Como relaxamos as concepções do realismo estrutural de Waltz e trazemos a capacidade de agência dos países, demonstramos que os países não necessariamente estão propensos ao *status quo bias*. Nesse sentido, do nosso ponto de vista, os países não buscam somente segurança, mas procuram, também, aumentar o poder e o prestígio. Nesse sentido, podem existir no sistema países que, em determinados momentos, atuam como revisionistas ou *status quo*, ou, ainda, é possível que algumas políticas de países sejam interpretadas de tal forma.

Morgenthau (2003) argumenta que existiriam três padrões típicos de políticas internacionais. Uma das primeiras estratégias é seguida por uma nação cuja política externa, no que diz respeito ao poder, propende mais a conservá-lo do que a modificar sua distribuição no sistema internacional em seu favor, perseguindo uma política do *status quo*. A outra estratégia é a revisionista (representada em Morgenthau como imperialista), adotada pelas nações que

³² Quando definimos “ameaça”, seguimos a concepção de Walt (1987), que a assume como um resultado composto por poder agregado, proximidade geográfica e capacidade e intenções ofensivas. Além disso, consideramos a história em comum entre os países.

³³ Postula-se que as lideranças, apesar de perseguirem interesses imediatos que podem ser relativos às suas próprias legitimidades perante a sociedade, também agem de acordo com os interesses estratégicos em curto, médio e longo prazo dos Estados no que se refere aos ideais militares, econômicos, políticos e diplomáticos.

modificam a distribuição do poder no sistema internacional com o intuito de aumentá-lo, acumulando-o progressivamente³⁴. Ações revisionistas têm um papel fundamental na percepção dos outros países, tornando políticas revisionistas um importante elemento para se pensar a reação e as mudanças nas estratégias dos outros países.

Além disso, Morgenthau (2003) aponta que existem países que buscam prestígio. Em nossa visão, o prestígio pode integrar parte das estratégias de países *status quo* e revisionistas cujo subproduto final não consista simplesmente na reputação de poder, mas na perpetuação de uma relação de forças pré-existentes ou na transformação destas forças através do reconhecimento. Com relação à reputação do poder, como a política internacional ocorre entre grupos, consideramos que, por vezes, o prestígio e o *status* podem guiar algumas decisões políticas de países que visam a legitimidade e autoimagem no cenário internacional.

Um autor que avança nesse debate é Robert Gilpin (1981). Ele alega que os países revisionistas são aqueles que buscam modificar a distribuição de poder, a hierarquia e o prestígio, e as normas e regras que governam ou influenciam as interações entre os Estados. Nossa compreensão partilha das compreensões de Morgenthau (2003) e Gilpin (1981), e, por isso, consideramos que países revisionistas são aqueles que buscam alterar a distribuição de poder, o prestígio, a sua posição e as regras no sistema internacional, enquanto os países *status quo* são aqueles que desejam manter a configuração de poder, a hierarquia, as regras e a sua posição no sistema internacional.

Em nossa concepção, questões sobre *status quo* e revisionismo consistem em conceitos que serão elencados ao analisarmos a disputa ao longo dos anos e ao apresentarmos as transformações da distribuição de poder no Leste Asiático, e mais especificamente no Nordeste Asiático no século XIX, momento no qual as rivalidades sino-japonesas florescem, e no século XXI, quando ocorrem importantes tensionamentos nas relações entre China, Japão e EUA, bem como na disputas territoriais. Afinal, as incursões marítimas chinesas, o redimensionamento da política dos EUA para a Ásia e o recrudescimento de políticas de segurança do Japão demonstram interesses que se relacionam com uma postura que detém características revisionistas e/ou *status quo*³⁵ (SORENSEN, 2013; SALTZMAN, 2015).

³⁴ Podemos ilustrar tal ponto com o caso do Japão, que, durante o final do século XIX e início do XX, visava a transformação do Leste Asiático em uma área controlada e influenciada pelo arquipélago de modo que ele fosse a liderança regional do contexto. Tal objetivo nipônico tem estreita relação com a geopolítica de Haushoffer e com a ideia de Pan-Regiões. O Japão não visava a conquista mundial, mas a hegemonia regional (SPANG, 2006).

³⁵ Esta tese não se predispõe a designar e categorizar de forma rígida se um país é revisionista ou *status quo*, mas demonstrar que, ao longo da história, e com relação à disputa territorial, de poder regional e nas relações entre as potências, os países se comportaram com determinadas políticas que podem ser conceituadas com relação a tais conceitos. Quando estamos lidando com China, Japão e EUA, analisar tipologias como *status quo* e revisionista é

Para além de questões sistêmicas, como mencionamos, a teoria neoclássica nos permite identificar algumas variáveis intervenientes que atuam como “correntes de transmissão” entre os acontecimentos e estímulos sistêmicos e o comportamento dos Estados. Nas palavras de Saltzman (2015, p. 502, tradução nossa), “*as variáveis intervenientes denotam uma compreensão subjetiva da informação material e não material que os decisores políticos confrontam*”. Estas variáveis refletem “*as várias restrições sobre os atores centrais, as interações dentro e entre os tomadores de decisão e a sociedade como um todo, e os processos e mecanismos pelos quais a política externa é formulada, cada qual podendo afetar a maneira pela qual os estados respondem aos estímulos externos*” (RIPSMAN; TALIAFERRO; LOBELL, 2016, p. 61, tradução nossa).

Como enfatizamos, o realismo neoclássico constrói suas análises de política externa, de grande estratégia e internacional por meio do balanceamento de constrangimentos do sistema internacional e de dinâmicas internas do Estado (FIGURA 3). Em linhas gerais, as variáveis intervenientes são fatores que influenciam indireta ou diretamente as decisões de política externa e as grandes estratégias dos Estados e que, conseqüentemente, afetarão os resultados das interações entre os países na arena internacional.

Ou seja, como argumentam Lobell, Ripsman e Taliaferro (2016), ao longo do tempo, são a política externa e as grandes estratégias dos Estados que produzem a política internacional. O realismo neoclássico representaria um avanço e um progresso das teorias realistas, uma vez que busca clarear e ampliar a lógica empregada pelos realismos, incorporando a primeira, a segunda e a terceira imagens em suas variáveis.

Figura 3: Fluxograma das variáveis do Realismo Neoclássico para analisar o comportamento dos países

algo presente na nossa narrativa e, por esse motivo, ao longo de nossa análise histórica e do estudo de caso, estes conceitos serão, por vezes, trabalhados em nossas análises.



Fonte: Elaboração própria com base no realismo neoclássico de RIPSAN;
TALIAFERRO; LOBELL (2016) e Taliaferro (2000).

Esta tese compreende como variáveis intervenientes expressas pelo tipo três do realismo neoclássico de Lobell, Taliaferro e Ripsman (2016): (i) as instituições domésticas; (ii) as relações estado-sociedade; (iii) a cultura estratégica; e (iv) as lideranças, que, com suas percepções e interesses, influenciam diretamente os processos de tomada de decisão para mudanças ou ajustes nas grandes estratégias, redimensionamento de políticas externas e até mesmo apaziguamento ou escalonamento de conflitos. Em todos os sentidos, tais pontos influem nas ações dos Estados e, conseqüentemente, nas relações entre China-Japão, EUA-Japão e China-EUA.

Além disso, também incorporamos mais uma variável interveniente fundamental: (v) o nacionalismo (estatal e popular). Autores como Sterling-Folker (2009), Costa (2017), Lai (2008) e Taliaferro (2009) argumentaram sobre a centralidade de pensar o nacionalismo como uma variável interveniente para analisar: a) as percepções das lideranças em disputas (por exemplo, lideranças sino-japonesas no caso das ilhas Senkaku/Diaoyu) (COSTA, 2017; LAI, 2008); b) a capacidade de um Estado mobilizar recursos para responder a uma ameaça (TALIAFERRO, 2009); e c) os motivos que levam os países a serem interdependentes economicamente, mas ainda assim se perceberem como inimigos (STERLING-FOLKER, 2009). É importante mencionar que estas variáveis não necessariamente influenciam todas as vezes, ao mesmo tempo ou com a mesma intensidade em todos processos de tomada de decisão de uma política externa ou de uma grande estratégia, e nem precisam ser consideradas em todos os aspectos. Do nosso ponto de vista, ainda que elas sejam diferenciadas, se afetam entre si e

se influenciam durante os processos de percepção, tomada de decisão e aplicação de uma determinada política.

Figura 4: A correlação das variáveis intervenientes – influências domésticas



Fonte: Elaboração própria.

1.2.1.1 INSTITUIÇÕES DOMÉSTICAS

O realismo neoclássico, ao compreender os constrangimentos domésticos das políticas dos países, nos permite olhar para as normas e instituições domésticas que regulam as estratégias e influenciam o comportamento dos Estados na arena internacional. Instituições formais, rotinas e processos organizacionais, regras e leis de um determinado país definem como uma política pode ser formada na esfera doméstica. As instituições formais podem determinar quem contribuiu para a formação de uma política, os atores que podem vetá-la, quantas etapas tem cada processo decisório e assim por diante (RIPSMAN; TALIAFERRO; LOBELL, 2016).

Conforme Ripsman (2009) afirma, Estados com maior autonomia estrutural interna conseguiriam adotar políticas externas de forma mais independente das pressões domésticas, enquanto que, em Estados menos autônomos, as tomadas de decisão dependem da sociedade e o executivo não possui tanto grau de autonomia, existindo, assim, uma maior influência da política doméstica nas respostas do sistema internacional.

Em um regime democrático, a permanência de determinado partido no poder depende, dentre vários fatores: (i) da sua performance econômica e política; e (ii) do apoio da sociedade. Ou seja, as lideranças, quando tomam determinada decisão no âmbito da política externa e para redimensionar ou modificar suas grandes estratégias, estão constrangidas: (i) pelo sistema internacional e pelo seu poder relativo; (ii) pela estratégia nacional do país; e (iii) pela sociedade

e opinião pública. Assim, devem obedecer a instituições domésticas e rituais burocráticos, como mencionamos anteriormente.

Ripsman (2009) cita o exemplo da falta de liberdade nas tomadas de decisão de Nikita Krushev (1894-1971) após a crise dos mísseis de Cuba diante da estrutura e das instituições internas. No caso norte-americano, por sua vez, em dois momentos diferentes, a autonomia dos líderes foi variável. Woodrow Wilson (1856-1924), quando retornou da França após as negociações de paz de Versalhes (1919), não conseguiu pleitear a assinatura do tratado porque estaria pressionado pelo legislativo, por conta de problemas relacionados à Constituição e aos poderes do senado dos EUA. Contudo, o governo de Harry Truman (1945-1953) conseguiu agir com liberdade e independência do legislativo devido ao privilégio que o Poder Executivo detinha, devido a uma interpretação de que a ameaça externa da União Soviética era demasiadamente urgente para que recaísse em pautas legislativas.

Considerando regimes democráticos, importantes variáveis que podem afetar o comportamento dos Estados são: o nível em que um poder é concentrado na mão do EPE; as relações entre o legislativo e o executivo; o sistema partidário; o sistema político como um todo; as regras eleitorais; e a qualidade do governo e sua competência administrativa (RIPSMAN; TALIAFERRO; LOBELL, 2016). O sistema norte-americano, por exemplo, devido à sua Constituição, preserva valores de “*checks and balances*” e pode dificultar a ação de algumas decisões de lideranças norte-americanas em momentos que necessitem modificar suas grandes estratégias e/ou redimensionar suas políticas externas. Todavia, nota-se que, em diversos momentos da história, os presidentes norte-americanos agiram sem solicitar autorização ao legislativo. Como exemplo, podemos citar as ações de Harry Truman sobre a Guerra da Coreia (1951-1953), Ronald Reagan e o bombardeio à Líbia (1986) e a invasão à Granada (1983), George H. W Bush e a invasão do Panamá (1989) e outras que foram tomadas por presidentes norte-americanos sem solicitar autorização ao legislativo.

No que tange às transformações nas estratégias dos EUA, Zakaria (1998) e Christensen (1996) argumentam sobre a necessidade das lideranças norte-americanas de mobilizar recursos e apoio antes de levar adiante suas políticas e estratégias. Para isso, o sistema político pode impactar ao promover o contrapeso para regular ou moldar as decisões das lideranças. Tal questão se correlaciona de forma evidente com a variável “relação Estado-Sociedade”, que apresentaremos a seguir.

Como debateremos no Capítulo 3, no caso do Japão, as instituições domésticas alicerçadas em um sistema político parlamentar e democrático se assemelham aos problemas vivenciados pelos EUA nas transformações de sua grande estratégia e no direcionamento de

suas políticas de segurança e externas. Outro exemplo para o caso do Japão é a questão da Constituição japonesa e do artigo 9º, também conhecido como cláusula pacifista (TSUCHIYAMA, 2007; SHIGENORI, 2011; SALTZMAN, 2015).

Já em regimes não democráticos, *“as instituições domésticas determinam o escopo de autoridade da liderança e o grau em que ela deve consultar ou respeitar os desejos dos principais interesses da sociedade, como os militares, a aristocracia ou importantes elites empresariais”* (RIPSMAN; TALIAFERRO; LOBELL, 2016, p. 77). No caso do sistema político chinês, que apresentaremos com maior detalhe no Capítulo 4, o poder decisório se concentra nas mãos do Partido Comunista Chinês (PCC) desde 1949. Apesar de terem algumas reestruturações institucionais internas ao longo do tempo, a política externa chinesa e suas estratégias são definidas principalmente pelo corpo permanente do Politburo. Contudo, um aspecto essencial do modelo chinês é o fato de as próprias bases que alicerçam a legitimidade do próprio PCC se relacionam tanto com as instituições políticas como com a *“relação estado-sociedade”*.

1.2.1.2 RELAÇÃO ESTADO-SOCIEDADE

Algumas questões centrais, como o nível de harmonia entre o Estado e a sociedade, a competição entre coalizões societais, o nível de coesão política e social dentro de um Estado e o apoio da opinião pública para a implementação de uma política externa ou o apoio aos objetivos nacionais de segurança, são alguns dos fatores que podem afetar a capacidade das lideranças *“de extrair, mobilizar e aproveitar o poder da nação”* (RIPSMAN; TALIAFERRO; LOBELL, 2016, p.71, tradução nossa). De acordo com Schweller (2004), a falta de um certo nível de consenso e coesão entre sociedade e Estado pode afetar a capacidade de uma determinada liderança de tomar uma atitude específica em algum evento.

Como afirma Taliaferro (2009), a política doméstica pode dificultar a maximização do poder relativo do Estado no sistema internacional. Isso não faz com que os Estados deixem de buscar uma estratégia, mas que definam a política externa também analisando o ambiente interno. Afinal, como disse Morgenthau (2003), a ação política e a política externa dependem do período histórico e do contexto político e cultural. Outro ponto são as dinâmicas de apoios de grupos societais e econômicos dentro do Estado. De acordo com Ripsman, Taliaferro e Lobell (2016, p.72, tradução nossa), *“na medida em que um determinado grupo de interesse socioeconômico, setor econômico ou coalizão de interesses conquiste o Estado, ele pode ser incapaz de implementar políticas que divergem das preferências daquela coalizão subjacente”*.

Como mencionamos na seção anterior, tal ponto dialoga com a questão do nível de responsividade do Estado em relação à população. O desalinhamento entre os Executivos da Política Externa (EPEs) e a sociedade pode gerar constrangimentos para a mobilização de estratégias na medida em que, mesmo dentro do Estado, os políticos lidam com aspectos próprios para manter o seu poder no nível doméstico. Como observa Dueck (2006, p.20, tradução nossa), *“mudanças na grande estratégia são muitas vezes dispendiosas, envolvendo a extração e mobilização de recursos nacionais consideráveis. Tais mudanças devem ser politicamente viáveis no país, antes que possam ser implementadas; elas devem ser vistas como legítimas”*. Um interessante exemplo dessa observação na prática ocorre na China, que, apesar de realizar um regime considerado autoritário, é um país onde as lideranças precisam, em diversos momentos, legitimar as suas performances e responder aos anseios da sociedade para que o sistema prevaleça e para que o PCC continue exercendo o mesmo poder (SORENSEN, 2013).

Nesse ponto, um importante elemento que será trazido em alguns momentos da tese são as pesquisas de opinião pública nacional. Carr (2001) elucida a importância da opinião pública (ou a do poder sobre a opinião), quando encara a necessidade de regimes de se utilizarem, por exemplo, de propagandas e publicidades para estimular o alinhamento entre a sociedade e o Estado³⁶. Nesse sentido, compreender a questão das propagandas nos permite observar os empecilhos para as transformações das políticas externas e das estratégias do Japão no decorrer do tempo, como demonstraremos ao longo da tese, e entender como a China responde aos anseios da população, sobretudo no século XXI. Além disso, apresentaremos pesquisas de opinião quando debatermos a política norte-americana para a Ásia no século XXI.

³⁶ Não temos o interesse de debater se a opinião pública é coesa ou se é a soma de suas opiniões que cria os interesses dos Estados. Argumentamos que as lideranças, que detêm informações privilegiadas, agem, mas, por vezes, têm suas ações constrangidas pela opinião pública, visto que, para as mudanças em algumas estratégias ocorrerem, por exemplo, pode ser necessário o apoio da população. Também diferenciamos a opinião pública doméstica e a internacional. No caso da internacional, tendemos a concordar com Morgenthau (2003) e Carr (2001) no que tange à sua ineficiência para constranger ações de interesses nacionais de países. Carr (2001) argumenta que a opinião pública internacional, quando desprovida de interesse nacional de algum Estado e correlacionada ao poder militar e econômico, é inofensiva. Não estamos lidando e advogando por uma opinião pública internacional pensando em instituições; em determinados momentos do trabalho apresentaremos a preocupação dos países de serem percebidos como uma ameaça e, por esse motivo, os Estados visam preservar, mostrar (por meio de poder ou propaganda) uma determinada imagem. Do nosso ponto de vista, no nível doméstico, a opinião pública se relaciona com o apoio da sociedade a uma determinada política ou à aprovação de uma liderança, etc., algo trabalhado por Midford (2011) no seu livro sobre opinião pública e Japão. Também enfatizamos que a opinião pública ser contrária a uma atitude bélica não necessariamente significaria que os Estados jamais prosseguiriam com atitudes militaristas, mas que podem ter empecilhos para que um país adote uma determinada política.

1.2.1.3 CULTURA ESTRATÉGICA

Todo e qualquer país pode ter uma cultura estratégica, ou seja, instintos que estão em ação e meios utilizados quando um país define e avança seus interesses no mundo. Isso afeta tudo, desde como os países definem suas prioridades até como eles corrigem e/ou definem o equilíbrio entre a diplomacia e o uso da força. De acordo com Ripsman, Lobell e Taliaferro (2016), a cultura estratégica pode ser dividida majoritariamente em duas conceituações. A primeira é a cultura organizacional e operacional de um país, envolvendo o *apparatus* militar e burocrático, por exemplo. A segunda, por sua vez, abrange uma noção mais ampla, e assume que a cultura estratégica se relaciona com crenças, visões de mundo e expectativas da sociedade como um todo, tanto relativas a uma ação de política externa como aos interesses nacionais de um país. Para a presente tese, optamos pela segunda definição.

Nesse sentido, o termo cultura estratégica é amplo e muitas vezes tratado na literatura de forma a considerar aspectos culturais, como geografia, história e ideologia, como seus influenciadores e/ou formadores. A cultura estratégica influencia direta ou indiretamente a forma como os Estados se comportam, fazendo-os adotar, por exemplo, posturas mais ofensivas ou defensivas, ou ainda os induzindo a agir de forma a causar limitações no uso de armas de destruição em massa. Afinal, como argumenta Dueck (2006), em alguns casos, as lideranças podem optar por ajustar uma escolha estratégica devido às preferências culturais aceitáveis na sociedade.

Por meio da socialização e institucionalização de normas e regras sociais, “*essas suposições e expectativas coletivas se tornam profundamente arraigadas e restringem o comportamento e a liberdade de ação de um Estado ao definir o que são escolhas estratégicas aceitáveis e inaceitáveis*” (RIPSMAN; TALIAFERRO; LOBELL, 2016, p.57, tradução nossa). Nota-se que há um caráter mutável da cultura estratégica, que pode ser construída e reconstruída ao longo do tempo devido ao ato consciente do governo, ao impacto de grandes eventos históricos e à imposição de forças estrangeiras (SCOBELL, 2003; RIPSMAN; TALIAFERRO; LOBELL, 2016).

Não pretendemos debater de forma pormenorizada o conceito e o seu surgimento, visto que a tese se utiliza da cultura estratégica como variável interveniente e não como o centro das análises. Nesse sentido, partimos de definições específicas de cultura estratégica dos países aqui analisados e demonstraremos se as suas decisões estão de acordo com tal cultura estratégica ou não, observando, assim, se ela contribuiu para que o comportamento do Estado fosse um ou outro.

Dessa maneira, o presente trabalho não tem como objetivo discutir em detalhe as características amplas e complexas das culturas estratégicas norte-americana, japonesa e chinesa. De fato, existem riscos de simplificação, mas compreendemos que a ponderação específica nos oferece os mecanismos que desejamos utilizar para as nossas análises sobre as relações entre os países, suas grandes estratégias e suas decisões de política externa.

No caso do Japão, partimos da compreensão de Oros (2014) no artigo “*Japan’s Strategic Culture*”. De acordo com o autor, o Japão vivenciou três temporalidades de cultura estratégica: (i) uma isolacionista e não militarista até o século XIX; (ii) uma militarista com sua abertura ao ocidente no século XIX; e (iii) o surgimento da aversão ao uso do poder militar após 1945. Apesar de ser questionável até que ponto a cultura estratégica era não militarista até o século XIX, nos é mais relevante considerar, na presente tese, a cultura estratégica nipônica após o século XIX. Nesse sentido, elencaremos questões sobre militarismo e antimilitarismo que são importantes para definir aspectos do comportamento japonês, principalmente, a partir da segunda metade do século XX (BERGER, 1996; OROS, 2014).

Apresentaremos, no Capítulo 3 da tese, acontecimentos que influenciaram a formação de tal cultura estratégica, como a derrota da guerra, a Ocupação norte-americana e a própria norma constitucional japonesa. Tensionaremos o debate sobre o pacifismo japonês, mas, ao mesmo tempo, apresentaremos que, de fato, alguns ideais permeiam a sociedade nesse aspecto e se correlacionam com a estratégia adotada pelas lideranças.

No caso da China, não há consenso na literatura sobre qual seria a cultura estratégica chinesa, o que torna o assunto mais complexo. O debate inicial surge no livro de Johnston (1995), intitulado “*Cultural Realism*”, onde, analisando os escritos da antiguidade, o autor aponta a existência de duas características que formariam a cultura estratégica chinesa: o *parabellum* e a tradição confuciana-menciana. De ambas as características, a primeira seria mais saliente e demonstraria que a China agiu constantemente de forma ofensiva ao longo dos anos.

Scobell (2003), por sua vez, no livro “*China’s Use of Military Force*”, argumenta que, apesar de a China se comportar de forma agressiva em alguns momentos, o faz sob preceitos presentes nas próprias ideias que são permeadas pelo pacifismo. Por isso, de acordo com o autor, a cultura estratégica chinesa não pode ser caracterizada como pacifista ou belicosa, mas como dualística.

Por fim, o terceiro expoente da literatura a tratar de cultura estratégica chinesa é Feng (2007). Por meio de uma análise quantitativa e qualitativa das decisões de política externa das lideranças em guerras no século XXI, o estudioso conclui que a China age de forma defensiva

e não de forma ofensiva. Partindo das análises de Johnston e criticando suas traduções de ditos e provérbios populares chineses, Feng utiliza-se do axioma “*enquanto estiver em paz, pense sobre as ameaças; sem preparações militares, haverá calamidades*”. A interpretação pode coadunar com o afirmado por Johnston sobre a postura ofensiva chinesa, ou com a visão de Feng (2007), de que a mesma age de forma defensiva e buscando a resolução de conflitos. Portanto, o autor conclui que é a vertente confuciana-menciana que impera no comportamento chinês.

Entretanto, existe um problema nas visões de Feng (FENG, 2007), na medida em que o mesmo enfatiza o pacifismo de forma exagerada. Do nosso ponto de vista, Feng traz a contribuição da *bias* chinesa como defensiva e concordamos com esse último ponto para a presente tese. Considerando tal fato, isso não significa que a China não agiria de forma resoluta em decisões, mas que existe uma predisposição para defesa e não para o ataque e o expansionismo.

Também ampliamos e incorporamos outro ponto a ser considerado ao pensarmos na cultura estratégica chinesa e nas ideias que permeiam a sociedade. Cabe incorporarmos também um caráter que versa sobre as expectativas da China de “recuperar a posição no sistema internacional” e a ênfase das características de superioridade presentes na cultura confuciana³⁷. Quando tratarmos de cultura estratégica no trabalho, enfatizaremos não só se a China se comportou em concordância com os preceitos defensivos, mas também tem relação com as ideias que pairam sobre a expectativa de a mesma cumprir os objetivos de recuperar a sua posição no sistema internacional.

Por fim, cabe mencionarmos a cultura estratégica norte-americana que consideramos para a presente tese. Optamos pela terminologia e análise de Dueck (2006) sobre a cultura estratégica norte-americana ser composta por dois aspectos: as concepções de difusão de ideais liberais e a responsabilidade limitada. Em linhas gerais, a cultura estratégica norte-americana foi influenciada profundamente pela geografia, tendo em vista que, com bordas relativamente pacíficas, os EUA não precisaram se preocupar com ameaças de seus vizinhos. A situação criou um favorável ambiente econômico e territorial para a expansão do país, influenciando a visão dos EUA sobre si e sobre o mundo. Tais elementos criam a compreensão de excepcionalismo norte-americano com a crença de que o país “*representa o mais alto estágio de civilização*”

³⁷ Historicamente, a narrativa Confuciana-Menciana descreve um sistema mundial chinês harmonioso, hierárquico e ordenado. Neste imaginário geopolítico, a China foi representada como o centro cultural do universo, com o direito ao respeito e à deferência dos outros entes políticos e de outras pessoas com quem tivesse contato.

alcançado pela humanidade (...) e que incorpora de forma única os valores da liberdade e da democracia” (SAITO, 2009, p.78, tradução nossa).

Esses aspectos influenciaram a característica “messiânica” norte-americana de transformar o sistema internacional levando ideais liberais democráticos para os outros países. Nesse sentido, Dueck (2006) pontua que o liberalismo seria um dos aspectos da cultura estratégica norte-americana e tal caráter poderia ser associado à ideia dos cruzados. Além disso, associa-se a característica do excepcionalismo com os interesses norte-americanos de desenvolver tecnologias em situações de guerra, sendo esse um traço importante da cultura estratégica norte-americana em questões operacionais e na composição de suas forças militares.

Nas palavras do autor, *“podemos dizer que os líderes americanos e oficiais de política externa tenderão a gravitar em direção a opções estratégicas que sejam consistentes com os pressupostos liberais clássicos, mesmo apesar das pressões internacionais em contrário”* (DUECK, 2006, p.26, tradução nossa). O liberalismo que também pode ser associado com o idealismo é um dos pressupostos presentes na cultura estratégica norte-americana (DUECK, 2006) e, ao mesmo tempo, tende a caracterizar um dos aspectos da política externa do país ao longo do tempo (PECEQUILO, 2003).

O segundo ponto que caracteriza a cultura estratégica norte-americana é a responsabilidade limitada. Sobre esse fator, Dueck (2006) menciona, como exemplo, o fato de os EUA já deterem capacidades materiais suficientes para impor seus objetivos no início do século XX, embora estivessem relutantes em promovê-los na Europa e no Leste Asiático. Mesmo que tal ação seja mais comum no início do século XX, tal prerrogativa permeia a ação de oficiais norte-americanos que, por vezes, não conseguem levar adiante as estratégias do país pela falta de esforço e coesão na adoção de uma política externa. Tal cultura estratégica influenciará também, por exemplo, a configuração do próprio sistema político norte-americano, sendo retroalimentada por ele (DUECK, 2006).

1.2.1.4. IMAGEM/ PERCEPÇÕES DAS LIDERANÇAS (EPE)

De acordo com Wohlforth (1993), se o poder influencia as relações internacionais, ele o faz por meio das percepções daqueles que agem em nome do Estado. Os indivíduos e as lideranças desse processo de decisão são os Executivos da Política Externa (EPE), e incluem o presidente, primeiro-ministro ou ditador, assim como os membros do gabinete, ministros e conselheiros. Essa variável leva em consideração não somente quem são os tomadores de decisão, mas também os valores, as crenças e os interesses de cada um dos EPE no momento em que tomam determinada decisão.

Nesse sentido, “*todas as pessoas possuem um conjunto de valores, crenças e imagens centrais que guiam sua interação com o mundo exterior e sua compreensão dele*” (RIPSMAN; TALIAFERRO; LOBELL, 2016, p.62, tradução nossa). Por esse motivo, dependendo das próprias características de determinadas lideranças, diante de uma mesma situação, elas podem responder de maneira diferente e optar pela política externa ou por uma estratégia *x* em detrimento da *y*.

Para fins metodológicos, esta tese compreende que os EPEs são: a) no caso japonês, principalmente o primeiro-ministro e, em segundo plano, os membros de seu gabinete oficial e os ministérios da Defesa (MODJ) e das Relações Exteriores (MOFA), bem como as Forças de Autodefesa (FAD) e o Conselho Nacional de Segurança fundado em 2013; b) no caso chinês, considera-se primeiramente o presidente, mas também o primeiro-ministro e o Comitê Permanente do Politburo, assim como membros do Ministério de Relações Exteriores (MFA), a Comissão Militar Central (CMC) e o Ministério da Defesa (MODC), a Comissão Nacional de Segurança, a Administração Oceânica do Estado e o Conselho de Estado³⁸; e c) no caso norte-americano, basicamente o presidente e o secretário de Estado, e, em seguida, o gabinete e membros dos Ministérios da Defesa (MOD), do Departamento de Estado, do Conselho Nacional de Segurança e da Agência Central de Inteligência (CIA).

As lideranças e/ou os tomadores de decisão são fundamentais no processo de condução da política externa e das grandes estratégias. Por esse motivo, eles são os pilares centrais de nossas análises. As lideranças também são motivadas por influências externas da própria estrutura do sistema e por questões domésticas, sendo constrangidas pelas instituições, pela cultura estratégica, pela opinião pública e pelo nacionalismo das próprias lideranças e/ou por movimentos nacionalistas. Ainda assim, as imagens das lideranças e/ou dos tomadores de decisão também possuem percepções, crenças pessoais etc., que influenciam no processo de tomada de decisão.

Eventos semelhantes podem ser respondidos de forma diferente devido aos protagonistas distintos que vão operar na diplomacia dos países (JERVIS, 2017). As relações China-Japão, Japão-EUA e China-EUA não são somente determinadas materialmente, mas também são construídas pela intersubjetividade entre indivíduos (HE, 2016). Nesse sentido, as

³⁸ De fato, no caso da China, decisões sobre questões de soberania territorial são feitas principalmente pelo Comitê Permanente do Politburo e liderado pelo secretário Geral do Politburo, que, em geral, também é o líder do CMC, estabelecendo uma importante ligação entre as lideranças civis e as militares (COSTA, 2017). Existem outros atores mais ou menos envolvidos na questão das ilhas, como o Ministério da Pesca e o Ministério das Terras e dos Recursos, e, no que tange às relações exteriores, o principal corpo oficial é a Comissão Central de Relações Exteriores (antes conhecida como Central Foreign Affairs Leading Small Group, ou FALSG).

ações dos países e as percepções das lideranças podem afetar, por exemplo, a forma como os Estados se percebem e incentivam a perpetuação ou a intensificação de dilemas de segurança entre os países (JERVIS, 2017).

Schweller (1998) argumenta que os líderes agem de acordo com suas próprias perspectivas e percepções, sendo influenciados pela sua subjetividade e pelas suas experiências e memórias, tomando decisões que, por vezes, podem não ser as mais adequadas diante de determinadas situações. Nessa perspectiva, não só as percepções das lideranças influenciam a política externa e as grandes estratégias, como também a busca da liderança por legitimidade, por prestígio e *status* também são importantes: *“percepções de prestígio – isto é, a reputação de um estado de ter poder, especialmente poder militar – e status – isto é, uma posição reconhecida do Estado dentro da hierarquia internacional – também desempenham um papel importante na política mundial”* (TALIAFERRO, 2006, p.40-41, tradução nossa). As lideranças e suas percepções são influenciadas pelo linear das pressões internacionais e da capacidade de ação diante da política e de constrangimentos domésticos.

1.2.1.5. NACIONALISMO

A globalização do mundo, o crescente número de atores no cenário internacional e o fortalecimento de organismos multilaterais eram algumas das teses que colocavam em xeque a relevância sobre identidade nacional e nacionalismo na atualidade. Todavia, manifestações de nacionalismo não desapareceram e se tornaram cada vez mais fortes no cenário internacional no século XXI, sendo evidentes na Europa, com a emergência de discursos nacionalistas, nos EUA, com as eleições de Donald Trump (2016), e também na Ásia, com o escalonamento de disputas territoriais.

O nacionalismo é, portanto, um tema extremamente atual e que impacta diretamente a formulação das diretrizes de política externa, assim como influencia a tomada de decisões de determinados países em suas relações bilaterais e multilaterais. Não diferente é a relevância do nacionalismo³⁹ e da identidade nacional no contexto asiático, sobretudo no caso das relações sino-japonesas.

Precisamos lembrar que o realismo neoclássico estuda as coletividades humanas e parte de um princípio basilar que é também pensado pelos realismos das relações internacionais,

³⁹ É importante asseverar que, quando tratamos de nacionalismo asiático, é preciso certo cuidado, visto que o nacionalismo, enquanto conceito e base teórica, surge na Europa, e é, portanto, um conceito exportado para a realidade asiática. A base histórica, política e social que configura o nacionalismo na Europa é diferente da asiática, que, por sua vez, é inspirada nas tradições milenares e com a herança do confucionismo tanto no caso japonês como chinês.

o de que os homens são animais sociais que naturalmente formam grupos e, como os construtivistas argumentaram, grupos formaram e uniram indivíduos por meio de práticas sociais, instituições e identidades comuns (STERLING-FOLKER, 2009). O fato de os seres humanos serem naturalmente sociais e, portanto, predispostos a formar grupos, tem implicações tanto para a política dentro dos grupos quanto para o modo como os grupos interagem uns com os outros. Ao interagirem e se perceberem como diferentes dos demais, o nacionalismo e a identidade ganham espaço e são questões que precisam ser consideradas quando analisamos as tomadas de decisões, a existência de rivalidades históricas e a percepção do outro como uma ameaça.

Antes de continuarmos, é necessário definir o que consideramos como identidade nacional e o que definimos como nacionalismo. A identidade nacional é uma forma de identidade coletiva, definida e construída por elementos capazes de fortalecer a coesão nacional e por relações externas com outros grupos de pessoas:

... compartilhar um conjunto de características particulares cria a crença subjetiva de que os membros deste conjunto possuem uma ancestralidade comum. A crença em uma cultura, história, tradição, símbolos, família, língua, religião, território, momento de fundação e destino em comum tem encadeado, com variada intensidade em diferentes momentos e lugares, das pessoas clamarem por compartilhar uma identidade nacional em particular (...). Identidade Nacional reflete o sentimento de pertencimento a uma nação independente desta possuir ou não um Estado próprio. Na minha visão, identidade nacional possui cinco dimensões: psicológica, cultural, territorial, histórica e política (GUIBERNAU, 2004, p.134-135).

Como os homens são seres sociais e formam grupos, eles passam a se identificar com estes grupos e, nesse contexto, buscam pertencer e se fazer diferente dos demais. A formação coletiva da identidade cria a distinção *in-group/ out-group*, e tal ponto tem implicações para as relações externas, bem como para as políticas e competições internas (STERLING-FOLKER, 2009).

No sistema Westfália, onde a construção da identidade coletiva está ligada à autonomia coletiva nacional e à autodeterminação territorial, a competição sub-grupo pelo controle estatal pode se manifestar como lutas eleitorais, burocráticas e / ou de liderança, dependendo de uma democracia política. Obviamente, nem todas essas competições envolvem formação e reprodução de identidade nacional, mas os símbolos de identidade nacional são tipicamente implicados, evocados ou encorajados como um meio de ganhar tais competições. E os líderes estaduais sempre tentam encorajar, reiterar ou impor visões particulares da identidade nacional a fim de obter apoio para suas políticas e preferências (STERLING-FOLKER, 2009, p.114, tradução nossa).

Nações, em particular, conquistam uma relevância pessoal para indivíduos quando eles se tornam ligados de forma sentimental (envolvidos afetuosamente), quando são motivados a

ajudar seu país (orientados pelos seus objetivos), e quando sentem um senso de identidade e autoestima por meio de sua identificação nacional (envolvimento do ego).

A nação, como o indivíduo, é o resultado de um longo processo de esforços, de sacrifícios e de devotamentos (...). No passado, uma herança de glória e de nostalgias a partilhar, no futuro um mesmo programa a realizar; ter sofrido, ter sido feliz, esperado conjuntamente, eis o que vai melhor que limites comuns e fronteiras conformes às ideias estratégicas; eis o que compreendemos, malgrado as diversidades da raça e da língua. Eu disse há pouco: “ter sofrido conjuntamente”; sim, o sofrimento em comum une mais que a ventura. Em matéria de lembranças nacionais, os lutos valem mais que os triunfos, pois eles impõem deveres, eles comandam o esforço em comum. (...) A existência de uma nação é (perdoem-me esta metáfora) um plebiscito de todos os dias, como a existência do indivíduo é uma afirmação perpétua da vida. (RENAN, 1882, p.18-19).

Políticas de educação nacionalista, memória histórica e preservação de monumentos são alguns dos fatores que podem afetar a propensão dos indivíduos a se identificarem com a Nação. Por isso, a identidade nacional é “*aquele aspecto da autoimagem dos indivíduos que está ligado à sua nação, juntamente com o valor e o significado emocional que eles atribuem à participação na comunidade nacional*” (GRIES, 2004, p.9, tradução nossa).

A identidade nacional se relaciona ao nacionalismo⁴⁰. O nacionalismo, nas relações internacionais, pode aparecer como: (i) uma das causas de conflitos; (ii) uma forma de oposição entre sistemas estatais ou países; (iii) uma oposição às instituições internacionais e supranacionais de cooperação, ou aos mecanismos de integração; e (iv) um determinante do poder do Estado nas relações internacionais (KELLAS, 1991; p.43).

Para esta tese, utilizamos as concepções de Lai (2008) sobre o nacionalismo e, por isso, consideramos que o nacionalismo pode ser pensado como uma condição psicológica ou um estado da mente que cultiva sentimentos de pertencimento e de união a um grupo de pessoas (Nação), onde os membros compartilham uma identidade nacional (GUIBERNAU, 1996; LAI, 2008).

Ainda assim, postulamos que é um princípio político ou ideológico que identifica a Nação com o Estado. Como argumenta Lai (2008), o nacionalismo mobiliza o desejo político da população de decidir e realizar o seu destino político comum doméstica e internacionalmente. Por fim, vale observar que o nacionalismo pode ser um instrumento político utilizado pelo Estado e pelas elites para a mobilização das massas⁴¹ e de outros grupos

⁴⁰ É necessário pontuar e reiterar que estamos utilizando conceitos ocidentais para explicar a questão asiática, o que ocasiona, portanto, uma naturalização dos conceitos.

⁴¹ Algumas vezes, quando existem dificuldades para a população enxergar determinada ameaça como um problema imediato, o nacionalismo tende a ser preterido e apoiado por líderes de Estado como forma de aumentar a coesão social para ser mais fácil extrair e mobilizar recursos e apoio da sociedade para a concretização de determinada política externa.

políticos domésticos, sendo conhecido, assim, como nacionalismo oficial/estado; ele também pode ser usado por grupos nacionalistas⁴² como uma pressão política no processo de decisão do governo⁴³, sendo, nesse caso, conhecido como nacionalismo popular (LAI, 2008, p.13). Por isso, compreendemos que existiriam ao menos dois tipos de nacionalismo: um direcionado do Estado para a sociedade “*top-down*” e outro da sociedade para o Estado “*bottom-up*”, podendo os dois estar presentes no mesmo momento ou em momentos distintos.

Por um lado, as lideranças chinesas podem usar o nacionalismo como uma forma de mobilizar a população “*com o objetivo de pressionar outros estados e desviar o foco de suas próprias fraquezas ou erros. Por outro lado, o aumento do sentimento nacionalista aumenta as ambições da liderança e as expectativas das pessoas de que a liderança irá agir com firmeza na condução da política externa e de segurança*” (SORENSEN, 2013, p.378, tradução nossa). As lideranças japonesas, por sua vez, podem ser pressionadas por movimentos nacionalistas a agir de forma mais ou menos assertiva em decisões políticas, enquanto podem fomentar um nacionalismo com o objetivo de legitimar suas decisões (LAI, 2008).

Quando tratamos de uma disputa territorial, sobretudo no caso sino-japonês no século XXI, estamos lidando com identidade nacional e nacionalismo, uma vez que a importância de um território, além de abranger valores estratégicos, econômicos, militares e políticos, também envolve um valor simbólico. Nessa perspectiva, não é necessário que os indivíduos tenham experiências pessoais com o território de forma direta e material para que exista a ideia de vínculo com tal local. Afinal, os territórios podem ser os emblemas de uma Nação por histórias que foram passadas de geração em geração ou por meio de discursos que enfatizam a necessidade de recuperar e/ou manter uma parte integrante de sua soberania territorial. Um exemplo é o estopim para a entrada norte-americana na Segunda Guerra Mundial no caso do ataque japonês à Pearl Harbor. Ocorrem diversas propagandas nacionalistas dos EUA para mobilizar recursos e conquistar apoio para legitimar a entrada norte-americana e incentivar o alistamento militar.

Ao se identificarem com um determinado grupo, como argumenta Kimie Hara (2006, p.194), a ideia de “inimigo comum” ou de “ameaça comum” emerge. A existência de um

⁴² Todavia, excluimos para efeitos de estudo da tese qualquer debate que se refira à etnicidade ou nacionalismos de secessão.

⁴³ Como argumenta Gries (2004, p.87, tradução nossa) ao analisar o nacionalismo chinês: “no campo da China, a visão das ‘elites usam o nacionalismo’ se traduz em um poderoso consenso ‘propaganda partidária’ sobre a gênese do nacionalismo chinês: com o declínio do comunismo, a elite do Partido promove e usa o sentimento anti estrangeiro na tentativa de reter o poder. Essa explicação de ‘propaganda partidária’ do nacionalismo chinês nos cega para os papéis críticos que as pessoas e as paixões exercem nela. Tanto a elite do partido quanto os nacionalistas populares participam da política nacionalista, e as preocupações emocionais e instrumentais impulsionam seu comportamento. A legitimidade do regime e o próprio significado de ser chinês estão em jogo”.

inimigo comum ajuda a unificar as pessoas e os países, visto que é capaz de não só mobilizar o nacionalismo e fortalecer a identidade nacional, como também de abrir caminhos para o desenvolvimento de parcerias militares. Nesse sentido, mesmo onde não existe ameaça significativa, os líderes políticos podem, às vezes, alegar que um determinado país representa uma ameaça.

Diante das transformações históricas vividas pela China com o grande “século de humilhação”⁴⁴ e com a Revolução Chinesa (1949), o governo chinês liderado pelo Partido Comunista Chinês (PCC) desde 1949 precisou fortalecer a coesão nacional (WANG, 2012). Diante da necessidade do fortalecimento desta coesão nacional, a ameaça e o inimigo comum são parte do combustível que alimenta o nacionalismo promovido pelo Estado, que também é retroalimentado pela população (MEISSNER, 2006; CALLAHAN, 2004; WANG, 2012). Ainda assim, as transformações do sistema regional do Nordeste Asiático desde o século XIX, relaciona-se com a busca de recuperação da face chinesa (GRIES, 2004) e o interesse de recuperar uma posição perdida no cenário internacional⁴⁵.

Ao debatermos o recrudescimento das políticas de segurança do Japão, devemos levar em consideração que existem constrangimentos relacionados à própria população, uma vez que a institucionalização da Constituição de 1947 sociabilizou normas e interpretações que afetaram a identidade nacional e o nacionalismo japonês. Berger⁴⁶ (1996) argumenta que, como resultado das experiências históricas, a forma com a qual estas experiências foram interpretadas pelos atores políticos domésticos permitiu o desenvolvimento de crenças e valores contra o uso da força na Alemanha e no Japão.

Observa-se que não pretendemos debater questões do nacionalismo norte-americano, já que isso aumentaria em muito o escopo da tese; ademais, considerando questões do Leste Asiático e da região, o nacionalismo dos EUA não tem os mesmos impactos e relevância do que o do Japão e o da China.

⁴⁴ O assunto será discutido de forma aprofundada no Capítulo 2 da Tese. O século de humilhação se inicia com a Guerra do Ópio em 1848 e tem seu fim com a derrota japonesa na Segunda Guerra Mundial (1945).

⁴⁵ Ao falar no 13º Congresso Nacional da China em 2018, Xi Jinping afirmou que " Estamos decididos a lutar uma sangrenta batalha contra os nossos inimigos ... com uma forte determinação para tomar o nosso lugar no mundo" (apud JAPANTIMES, 2018a, tradução nossa).

⁴⁶ Cabe a menção de que, como Sterling-Folker (2009) menciona, o Realismo Neoclássico permite incorporar variáveis antes consideradas de estudos Construtivistas. Ainda assim, como mencionam Ripsman, Lobell e Taliaferro (2016) quando vão mencionar as diferenças do realismo neoclássico para o Construtivismo, argumentam que existem questões comuns como a concepção de ameaça, a identidade nacional e nacionalismo, por exemplo. Assuntos que muitas vezes era incorporado somente ao debate Construtivista (apesar de Morgenthau (2003) já trazer certos aspectos de nacionalismo ao falar sobre índole nacional) foram incorporados aos Realistas Neoclássicos. Por esse motivo, esta Tese sob resguardo das concepções de realismo neoclássico, por vezes, utilizará alguns autores japoneses e chineses que seriam categorizados como construtivistas como fonte secundária para argumentação.

Em linhas gerais, as cinco variáveis intervenientes enunciadas serão utilizadas ao longo da tese para compreender as políticas externas dos países, bem como as transformações de suas grandes estratégias, por meio de uma análise pormenorizada no século XXI. Por esse motivo, ao longo da tese, expressaremos como tais variáveis se modificam, além de observar se influenciam determinados momentos da história e das relações entre China, Japão e EUA.

1.3 ASPECTOS TEÓRICOS DE BALANCEAMENTO

O realismo neoclássico traz o escopo para a análise da percepção de ameaças e de oportunidades no sistema. Por esse motivo, nos permite incorporar ao presente trabalho os pressupostos de Stephen Walt (1987) da sua teoria sobre balança de ameaças, que está alinhada com concepções relacionadas às percepções das lideranças dos países e a necessidade de ação no sistema internacional. De fato, a presente tese pressupõe a utilização de conceitos e terminologias do neorealismo de Waltz (1979) e de Walt (1987), bem como as categorizações de balanceamento para debater as relações dos Estados, e, principalmente, analisar as ações japonesas no século XXI.

A balança de poder é um dos conceitos mais presentes nas relações internacionais e pode ser traçado em obras da Antiguidade, como a de Tucídides e a História da Guerra do Peloponeso e a disputa entre Atenas e Esparta. Tradicionalmente, o conceito é interpretado, à luz do neorealismo de Waltz (1979), como os esforços domésticos e internacionais dos Estados, que correspondem, respectivamente, aos balanceamentos interno e externo, para alcançarem o poder de outros países com o intuito de garantir a sua sobrevivência.

Como argumenta Waltz (1979), quando um país opta por balancear internamente, ele investe em potencial militar com o intuito de promover sua própria segurança. Além disso, o Estado pode optar pelo balanceamento externo por meio do apoio de outros países, agregando poder com os aliados diante de uma ameaça em comum. O balanceamento interno pode ser custoso do ponto de vista doméstico, devido à necessidade de investir e direcionar recursos para o desenvolvimento bélico, o que pode gerar insatisfação na população. Tal ponto relaciona-se diretamente com o comportamento dos Estados e com a necessidade de mobilizar recursos para as suas estratégias. Ademais, como veremos nas próximas seções, questões de balanceamento interno são importantes para pensar sobre como o nível doméstico influencia a capacidade dos Estados de fazê-lo ou não.

Apesar de o balanceamento externo ser menos custoso do ponto de vista de recursos internos, ele pode ser mais arriscado, visto que há o risco de os países aliados abandonarem – *abandonment* – o acordo no caso de uma crise ou guerra ou mesmo de não conseguirem cumprir

com o acordado (WALTZ, 1979; WALT, 1987; TOGO, 2005). Além disso, uma aliança entre países pode evocar os receios de *entrapment*, isto é, quando um país pode ser obrigado a participar de uma determinada ação devido à sua aliança.

A categorização de Waltz (1979) detém, no nosso ponto de vista, dois problemas. O primeiro é a consideração de uma balança de poder mecânica, que ignora questões domésticas dos países – problemática que o realismo neoclássico busca corrigir – e o segundo, explicitado por Walt (1987), é o fato de que os países não balanceiam o poder, e sim a ameaça. De fato, Walt (1987), no livro “*A Origem da Formação das Alianças*” afirma que os Estados tendem a se aliar contra um poder ameaçante. Assim, diferentemente de uma concepção meramente atrelada às ideias da distribuição de poder relativo como delimitador do comportamento dos Estados no que tange às ameaças, Walt (1987, p.265) compreende que os Estados balanceiam as ameaças em vez de somente o poder.

O poder ameaçante de um país seria composto por quatro fatores: (i) o poder agregado; (ii) a proximidade geográfica; (iii) a capacidade ofensiva; e (iv) as intenções agressivas. O primeiro se refere à quantidade total de recursos que um Estado possui, envolvendo aspectos materiais como população e capacidades industrial, militar e tecnológica. Nesse contexto, quanto maior a totalidade destes, maior pode ser a ameaça que um Estado representa para outros. O segundo, por sua vez, é influente na decisão de balancear os Estados, porque a habilidade de projetar poder diminui com a distância. Por conta disso, Estados regionais estão mais sensíveis a ameaças de outros poderes regionais (WALT, 1987, p. 158). Por isso, o número de países e as nações com as quais um Estado faz fronteira complexifica e influencia o comportamento do país, suas grandes estratégias e sua política externa. O terceiro assume que os Estados com grandes capacidades ofensivas são mais suscetíveis a demonstrar maiores ameaças do que aqueles que adquirem capacidades defensivas. Na definição de Walt (1987, p. 24), é a habilidade de ameaçar a soberania ou a integridade territorial de outro Estado como um custo aceitável para realizar determinada ação. Por fim, o quarto fator desempenha um papel vital na escolha das alianças, visto que os países evitam se associar com Estados que parecem agressivos, tendendo, inclusive, a se aliar contra nações que demonstrem esse tipo de intenção. Justamente por isso, existe uma preocupação dos Estados fortes de serem vistos como ameaças, mas eles tomam certo cuidado para não parecerem agressivos⁴⁷ (WALT, 1987).

⁴⁷ Outro autor que avança em questões sobre balanceamento à luz do realismo neoclássico é Randall Schweller (1998); contudo, as análises dele visam compreender práticas de bandwagon, trazendo aspectos dos interesses dos Estados para analisar a formação de alianças. Do nosso ponto de vista, o enfoque de Schweller é o redimensionamento de uma análise de balanceamento para países mais fracos e, portanto, trazem aspectos

1.4 EM SÍNTESE

A presente tese parte dos pressupostos das teorias realistas das Relações Internacionais, especificamente, da teoria realista neoclássica. Após apresentado o marco teórico, é importante lembrarmos alguns pontos e conceitos importantes que elencaremos ao longo das análises que serão feitas nesta tese a respeito das relações entre Japão, China e EUA e das disputas por segurança e poder na região do Leste Asiático e pelas ilhas Senkaku/Diaoyu. O presente marco teórico compreende uma teoria multinível, sendo considerada como eclética na medida em que incorpora variáveis usualmente trabalhadas por outras escolas teóricas das relações internacionais (RIPSMAN; TALIAFERRO; LOBELL, 2016). Todavia, partilha principalmente dos pressupostos dos realismos, incorporando a parcimônia do neorrealismo de Waltz (1979) com o valor explicativo dos realismos clássicos sobre o poder de agência do Estado e seus interesses.

Nesse sentido, a teoria aumenta o poder explicativo sobre o comportamento dos países, suas grandes estratégias e políticas externas ao longo dos anos. Afinal, abrir a caixa preta dos neorrealismos nos permite analisar de forma mais aprofundada quais são as principais influências domésticas que impactaram, principalmente no século XXI, as ações dos Estados e como tais atos impulsionaram transformações na distribuição de poder no sistema internacional, nas percepções dos países e das lideranças e, inclusive, na formação e/ou no fortalecimento de alianças. Afinal,

Os Estados não apenas precisam se esforçar para perceber seus ambientes com precisão, eles também devem levar em conta as percepções dos outros (...) os Estados precisam entender se os outros os veem como ameaçadores ou não, fracos ou fortes (tanto em questões de capacidades e ação), e firmes ou mutáveis. A maneira como o outro responde ao que o Estado faz dependerá, pelo menos em parte, de como ele vê o Estado (JERVIS, 2017, p.XVIII, tradução nossa).

Por esse motivo, cabem algumas indagações. Como explicar as relações econômicas entre os países e a continuação da percepção que ambos os Estados têm um do outro de ameaça? Existe uma disputa de poder no nível regional? O que a história nos conta e qual é o seu papel no equilíbrio de poder regional? Quais são as causas do afinco mais intenso do Japão em se militarizar no Século XXI? De que forma as alianças têm se configurado na região? Como explicar a maior assertividade e a intensificação, em pleno século XXI, com relação à disputa territorial pelas ilhas Senkaku/Diaoyu? Qual é a relação entre as disputas no MLC e no MSC?

interessantes para análise de países no MSC, por exemplo. Entretanto, a complexificação da teoria de Schweller não traz benefícios para a presente tese, uma vez que elencamos questões sobre balança de ameaças para apresentar a postura japonesa e não a dos países do MSC.

Para responder estas e outras perguntas e dialogar sobre a tese, recorreremos às duas premissas primárias apresentadas no início deste Capítulo. Do nosso ponto de vista, existem questões históricas e geográficas que devem ser consideradas quando analisamos as relações sino-japonesas e o equilíbrio de poder regional, e que precisam ser observadas quando visamos entender sobre a existência da disputa pelas ilhas Senkaku/Diaoyu, bem como quando analisamos qual é o papel dos EUA na região do Leste Asiático.

No próximo Capítulo, abordaremos a história dos países e, apesar de voltar ao debate anterior ao século XIX parecer uma abordagem demasiadamente extensa, nossa escolha tem o intuito de demonstrar as transformações de poder no Leste Asiático e as relações entre os países, bem como quais são as origens de questões sobre a disputa pelas ilhas Senkaku/Diaoyu. Analisar as transformações de poder nos permite elencar os acontecimentos que marcam a percepção sobre os outros, bem como os eventos históricos que impactaram e/ou influenciaram as configurações regionais e domésticas e as relações entre China, Japão e EUA.

Ao passo que a história nos ajuda a explicar as rivalidades históricas e as percepções de ameaça, a geografia nos permite compreender os motivos que levaram os países a buscar aumentar seus territórios e seu poder, assim como nos permite observar as razões que levam os territórios a serem valiosos do ponto de vista econômico e militar. A geografia também nos apresenta constrangimentos que impactam diretamente a percepção de ameaça que o Japão e a China têm um do outro, afinal, por conta do caráter praticamente imutável da localização de um terreno no globo terrestre no decorrer de décadas, as duas nações estão fadadas a serem vizinhas por um longo tempo. E, assim como o oceano divide os EUA da região asiática, a nação norte-americana, como unipólo do sistema internacional desde o fim da Guerra Fria (1989), precisa ponderar sobre como manter suas esferas de influência em zonas regionais mais afastadas.

Neste Capítulo, mostramos que esta tese, ao mesmo tempo em que se enquadra em uma análise realista neoclássica, transita dialogando com diversos autores dos realismos nas relações internacionais. Também apresentamos questões relacionadas ao balanceamento dos países, sejam eles internos e ou externos, sendo parte de uma análise realista compreender de que modo os países respondem ao sistema internacional – se formando alianças e/ou se fortalecendo militarmente. Por esse motivo, apresentamos a teoria de Stephen Walt, com a qual pretendemos dialogar quando analisarmos a resposta japonesa à ascensão chinesa e a possível relativa perda de poder norte-americano no século XXI, aproximando-se de países no MSC e no Indo-Pacífico.

Por fim, demonstramos que esta tese se utilizará de variáveis intervenientes (percepções/imagens das lideranças, relação estado-sociedade, cultura estratégica, instituições domésticas e nacionalismo) para compreender de que forma elas constrangeram os países no que tange às tomadas de decisão, afetando, conseqüentemente, suas grandes estratégias e suas políticas externas e de segurança ao longo dos anos. Tanto no Capítulo 3 como no 4, o realismo neoclássico permeia as análises sobre as relações entre os países, a evolução das grandes estratégias e o comportamento das nações no cenário internacional. Nesse sentido, as variáveis independentes e intervenientes serão apresentadas nos momentos mais relevantes para demonstrar sua evolução ao longo do tempo.

Nos Capítulos 5 e 6, analisaremos as relações entre os países, as grandes estratégias e as suas políticas externas para a Ásia de forma pormenorizada, debatendo especificamente sobre a assertividade chinesa no século XXI em disputas territoriais marítimas, a política do pivô para a Ásia e o recrudescimento militar japonês, bem como a sua “normalização”. Com relação ao nosso estudo de caso das ilhas Senkaku/Diaoyu, o papel dos EUA na região (e sua participação na disputa), as ações japonesas ao longo dos anos e as ações e reações assertivas chinesas desde 2010 nos permitem observar o aumento da insegurança regional e entender as percepções dos países do Leste Asiático.

Cabe ressaltarmos novamente que as nossas variáveis intervenientes não necessariamente influenciam todas as vezes, ao mesmo tempo ou com mesma intensidade todas as políticas externas e as grandes estratégias, tampouco precisam ser consideradas em todos os aspectos. Inclusive, em alguns processos, é possível que as influências coadunem com as expectativas de um específico comportamento no cenário internacional. Todavia, abrir a caixa preta aumenta, do nosso ponto de vista, poder explicativo sobre as ações dos Estados.

Argumenta-se ainda que esta tese tem como objetivo principal utilizar-se de ferramentas teóricas para explicar o problema e o objeto de estudo. Nas relações internacionais, os estudos que abordam China, EUA e Japão são variados, mas usualmente se concentram nas relações entre dois dos países supracitados ou na evolução de seus comportamentos (e de suas estratégias) ao longo dos anos. Não cabe enunciarmos cada livro ou artigo que trabalhou tal temática, visto que seria um esforço desnecessário na medida em que dialogaremos com eles no decorrer da presente tese.

Nesse momento, é importante apresentarmos dois autores que trabalharam com China, Japão e EUA em suas análises neoclássicas que envolviam as ilhas Senkaku/Diaoyu. A presente tese utiliza-se da análise das ilhas como um complemento para o argumento sobre as políticas externas, a transformação (ou ajustes) das grandes estratégias e o comportamento dos países,

na medida em que vislumbramos em nossa segunda hipótese que elas são instrumentalizadas pelo Japão e pela China para legitimar interna e externamente suas ações no século XXI.

Yew Meng Lai (2008) e Anna Costa (2017) escreveram livros a partir do realismo neoclássico como lente teórica. Lai (2008) apresenta um modelo teórico realista neoclássico, no qual incorpora variáveis do nacionalismo para entender a política japonesa e as relações bilaterais com a China a partir da análise de dois estudos de caso: os livros de história e as ilhas Senkaku/Diaoyu. Em suas análises, o autor argumenta sobre a importância de explicar o nacionalismo como uma variável doméstica política e ideacional que interage com o sistema internacional e determina a orientação das políticas do Japão, o que afeta as relações sino-japonesas durante o governo do ex-primeiro-ministro japonês Koizumi (2001-2006). Ao longo desta tese, dialogaremos com tal autor, uma vez que ele apresenta dados relevantes para se pensar as relações entre os países a partir do nacionalismo.

Anna Costa (2017), por sua vez, produziu um livro com uma proposta que, eventualmente, se aproxima de certos pontos analisados em nosso estudo. Durante o processo de confecção desta tese, o livro *“The China-Japan Conflict over the Senkaku/Diaoyu Islands: Useful Rivalry”* de Anna Costa foi lançado, e buscou, como principal intuito, demonstrar como a China e o Japão instrumentalizam as ilhas, seja para justificar a sua expansão marítima (no caso chinês), seja para recrudescer suas políticas de segurança (no caso japonês), perpassando, assim, por alguns aspectos semelhantes aos da nossa segunda hipótese.

Entretanto, os estudos divergem, tanto em relação ao enfoque metodológico quanto no que tange ao objetivo pretendido. Costa (2017) utiliza-se de um arcabouço teórico Realista Neoclássico inspirado nos trabalhos de Thomas Christensen (1996), e propõe uma análise de política externa na qual apresenta pontos sistêmicos e domésticos para analisar a disputa, tentando corrigir aspectos do realismo ofensivo. Nesse sentido, ela objetiva abordar como as nações lidaram com as ilhas ao longo do tempo e analisar de forma neoclássica os posicionamentos dos países somente nos ciclos das crises. A presente tese, todavia, embora também parta do realismo neoclássico, o faz a partir da perspectiva de diversos teóricos, considerando, em especial, os estudos de Ripsman, Taliaferro e Lobell (2009; 2016) e a base neorrealista de Waltz (1979)⁴⁸, e tem o principal interesse de demonstrar as transformações do comportamento e das estratégias dos países ao longo do tempo, enfatizando nossas análises no

⁴⁸ Vale enfatizar que, ao mesmo tempo em que consideramos os pressupostos de Waltz (1979), ampliamos o debate, incorporando a agência política da capacidade de ação dos Estados. Devolvemos às nações, portanto, os interesses dos países no que tange à afirmação de Morgenthau (2003) de que os países buscam demonstrar, manter ou acumular poder.

século XXI sobre a insegurança do Leste Asiático. Por esse motivo, nos aproximamos da autora somente em nossas análises sobre a China e o comportamento do país em relação à disputa pelas ilhas no século XXI.

É importante ressaltar, ainda, que um avanço de nosso trabalho consiste na avaliação acerca da instrumentalização das ilhas, buscando analisar até que ponto tal acontecimento está sendo positivo ou negativo para os países, tanto em um sentido interno quanto externo; outrossim, nossa análise também contempla as vantagens e desvantagens dos países na instrumentalização das ilhas. Afinal, simplesmente apontar a instrumentalidade de uma disputa territorial não é o suficiente para explicar seus efeitos nas estratégias dos países e no sistema internacional. Por esse motivo, chegamos a conclusões diferentes das de Costa (2017) com relação à instrumentalidade das ameaças chinesas e japonesas e da própria disputa. Dessa maneira, visamos compreender as consequências políticas no nível sistêmico para a instrumentalização, analisando a conexão entre a disputa no Mar do Leste entre China e Japão, e a aproximação entre o Japão e os países do Sudeste Asiático, bem como a sua capacidade de atuação no Mar do Sul da China no século XXI.

Apresentado o marco teórico e diferenciações em relação a literatura já existente, no próximo Capítulo, trabalharemos com um marco histórico para debater as raízes da rivalidade sino-japonesa, a percepção que ambos os países têm um do outro e a presença norte-americana na Ásia.

CAPÍTULO 2 - O JAPÃO, A CHINA, OS EUA E AS TRANSFORMAÇÕES NO LESTE ASIÁTICO: DO SISTEMA SINOCÊNTRICO AO APOGEU DO IMPERIALISMO JAPONÊS

Começamos este Capítulo com três perguntas centrais: (i) quais as transformações na distribuição de poder e nas estratégias das potências do Leste Asiático e como elas influenciaram as relações sino-japonesas? (ii) quais são os eventos históricos que marcaram as relações entre os países que contribuem para que ambos se percebam como ameaça? e (iii) qual a participação dos EUA (se houve) nesses eventos?

Como argumentamos no Capítulo anterior, debatermos sobre a relação de poder na região, a rivalidade entre os países envolvidos, as suas estratégias para o Leste Asiático e também a disputa pelas Ilhas Senkaku/Diaoyu sem considerarmos a história das relações sino-japonesas e a participação norte-americana nesse processo seria uma análise incompleta e distorcida. Sem isso, não conseguiremos compreender (a) os eventos que marcam a rivalidade entre os países, (b) suas percepções de ameaças, (c) os seus interesses estratégicos (sobretudo geopolíticos), (d) como emerge o nacionalismo e, principalmente, (e) como o equilíbrio de poder no Leste Asiático se modificou e influenciou as relações entre os países ao longo dos anos.

Afinal, como compreender o discurso de Xi Jinping (2013) sobre “recuperar a posição da China” no sistema, sem entender qual era a posição chinesa? Como compreender os motivos que levam a Coreia do Sul e a China a enfatizarem discursos de medo com qualquer mudança nas políticas de segurança do Japão sem acessarmos as atrocidades cometidas pelo arquipélago durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945)? Como argumentar que as políticas japonesas de segurança estão se transformando sem considerarmos os eventos que fizeram com que tais políticas fossem formuladas e institucionalizadas de determinada forma?

Nota-se que o presente Capítulo tem o intuito de demonstrar os acontecimentos históricos importantes para compreender as relações entre as três potências do Leste Asiático e não propriamente os detalhes históricos pormenorizados de cada acontecimento. Pretende-se discutir sobre as transformações do ambiente estratégico do Leste Asiático, com foco no Nordeste Asiático e, à luz destas debater como eventos específicos são alicerces para compreender o surgimento das rivalidades sino-japonesas, a inserção norte-americana no contexto do Leste Asiático e as relações entre eles. Além disso, ao longo deste Capítulo enunciaremos determinadas estratégias que foram adotadas tanto pela China, como pelo Japão e pelos EUA. Ainda assim, apresentaremos questões sobre o nacionalismo e a identidade

nacional chinesa e japonesa, demonstrando como elas surgiram e se transformaram ao longo de um processo histórico.

Nosso intuito de debater a partir do século XIX é que a partir deste marco acontecem os principais eventos que definem as relações contemporâneas entre os países e é também o período em que as raízes históricas da disputa pelas ilhas Senkaku/Diaoyu surgem, elementos essenciais para responder às perguntas e sustentar o argumento da presente tese. Nesse sentido, na condição de analisarmos a relação entre China e Japão, iniciamos o debate sobre a história do sistema sinocêntrico e do sistema japonês de reclusão (*Sakoku*), buscando apresentar como suas relações sofrem profundas transformações no final do século XIX com a entrada de potências estrangeiras no Leste Asiático. Todavia, dedicaremos uma parte deste Capítulo para apresentar questões mais longínquas das relações entre China e Japão para situarmos como era o sistema asiático antes do século XIX.

Logo em seguida, analisaremos cinco grandes eventos: (a) a Primeira Guerra Sino-Japonesa (1894-1895) e o Tratado de Shimonoseki com o intuito de demonstrar como pela primeira vez as relações de poder se modificaram entre os dois países; (b) a Guerra Russo-Japonesa (1904-1905) com o objetivo de debater sobre a vulnerabilidade chinesa em face ao novo mundo com potências travando guerras em seu e pelo seu território; (c) as 21 Demandas Japonesas e o Tratado de Versalhes (1919), (d) a invasão japonesa à Manchúria e (e) a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), enfatizando a Guerra Sino-Japonesa (1937-1945) e o Massacre de Nanquim (1937) e a Guerra do Pacífico (1941-1945) entre EUA e Japão. Do nosso ponto de vista, todos estes eventos marcam as transformações de poder no Leste Asiático e, portanto, são cruciais para compreendermos questões sobre a distribuição e redistribuição de poder e hegemonia regional, nacionalismo, influência norte-americana na região e rivalidades entre China e Japão.

2.1 O SISTEMA SINOCÊNTRICO E O JAPÃO: AS RAÍZES DAS RELAÇÕES ENTRE OS PAÍSES

Autores como Kang (2010), Fairbank (1942), Fairbank e Goldman (2006), Wang⁴⁹ (2011; 2012) e diversos outros estudaram as relações de poder no Leste Asiático, debatendo sobre as interações entre os países e o sistema político, econômico e cultural que os

⁴⁹ Os primeiros dois autores acessam a benevolência do império chinês e o pacifismo dos valores de Confúcio como uma prática chinesa do período, Kang (2010) enfatiza questões culturais, Fairbank (1942) e Fairbank e Goldman (2006) recorrem principalmente às questões econômicas, enquanto Wang (2011; 2012) retrata os interesses políticos e de segurança utilizando-se do neorealismo de Waltz para explicar a China.

influenciava. Todos concordam, em certa medida, que antes do século XIX a China foi uma espécie de centro do sistema regional do Leste Asiático, onde sua posição em relação aos outros países e/ou reinados que a rodeavam era assimétrica.

As relações da China com os outros países do seu entorno podem ser compreendidas a partir do pensamento estratégico e da cultura chinesa que eram baseados, principalmente em Confúcio⁵⁰ (551 a.C – 479 a.C). Um dos principais ensinamentos do confucionismo é a ideia de hierarquia que se mantém por ser composta por “alguém que manda” e protegida por “alguém que obedece”, sendo que cada posição tem certas responsabilidades e obrigações. A hierarquia existiria tanto do ponto de vista familiar, como em relação à posição da China no mundo. Existiria, portanto, a compreensão de uma superioridade chinesa em relação aos outros países, ou aos “bárbaros”.

Essa concepção de superioridade cultural, econômica e política é central para compreendermos o nacionalismo, a identidade nacional chinesa e a cultura estratégica. Antes da emergência do nacionalismo, havia na China o culturalismo - valores culturais como propulsores da união do império chinês - que eram estimulados por fatores, como: a história comum, a identidade das pessoas de origem *han* – o principal grupo étnico entre as raças chinesas - como descendentes do Imperador Amarelo, a singularidade da língua chinesa, a filosofia, as artes, a medicina e as invenções.

Diferenciava-se os “outros” do “eu” através de ensinamentos que valorizavam os membros pertencentes a um determinado grupo. Portanto, reforçava-se um desejo psicológico da necessidade de pertencer a algum lugar no mundo, de ter raízes e compartilhar suas experiências com determinados grupos, reforçando as distinções entre pessoas do país/grupo e pessoas de fora do país/grupo (STERLING-FOLKER, 2009).

Ao longo dos séculos a China ergueu-se e consolidou-se como o país mais poderoso do sistema asiático. A China era de longe a maior, a mais avançada tecnologicamente e a mais poderosa Nação da região, senão do mundo. Em 1750, a China possuía um nível de industrialização *per capita* equivalente ao da Europa Ocidental e ao dobro das colônias americanas (KANG, 2010, p.29). Como argumenta Kennedy (1988, p.6, tradução nossa):

De todas as civilizações dos tempos pré-modernos, nenhuma parecia mais avançada e nenhuma se sentia mais superior que a da China. Sua considerável população de cerca de 100-130 milhões em comparação com os 50-55 milhões da Europa no século XV; sua cultura notável; suas planícies extremamente férteis e irrigadas, ligadas por um esplêndido sistema de canais desde o século XI; e sua administração hierárquica e

⁵⁰ A partir da dinastia Han (206 a.C. - 220 d.C.) diversos governantes chineses passaram a se inspirar em suas ideias como forma de organização da sociedade. É importante mencionar que Confúcio não deixou nenhuma obra escrita, mas através de seus discípulos seus pensamentos se tornaram livros clássicos como: I-Ching, O Livro das Mutações, O Livro dos Rituais e etc.

unificada dirigida por uma burocracia confucionista bem-educada deu coerência e sofisticação à sociedade chinesa que causava inveja a visitantes estrangeiros. É verdade que a civilização havia sido submetida à destruição das hordas mongóis e à dominação após as invasões de Kublai Khan. Mas a China tinha o hábito de mudar seus conquistadores muito mais do que era alterada por eles, e quando a dinastia Ming emergiu em 1368 para reunir o império e finalmente surrupiar os mongóis, grande parte da antiga ordem permaneceu.

Desde as dinastias clássicas chinesas Qin e Han (III a.C. - III d.C.), mas principalmente após as dinastias Tang e Song (VII - XIII), através de trocas comerciais e pela assimetria de poder, surgiu uma espécie de sistema gravitacional que fazia da China o centro do Leste Asiático (SPENCE, 1990; KITAOKA, 2011). O chamado sistema sinocêntrico é uma representação do pensamento confuciano de hierarquia, segundo o qual a China representaria o “*heartland*”, enquanto os outros seriam vistos como a periferia do sistema.

O Império do meio recolhia tributos de países no sudeste asiático⁵¹ e nordeste asiático que, em troca do comércio com a China, enviavam sucessivas missões tributárias e se submetiam ao poder chinês. O sistema funcionava como uma instituição que ajudava a China a manter relações estáveis com outros países, preservar sua posição dominante no Leste asiático e manter suas bordas pacíficas. Um país que desejasse participar do comércio asiático e obter benefícios através dele precisava aceitar, apreciar e reconhecer a superioridade da civilização chinesa e a posição única do Imperador chinês no mundo. Nesse sentido, o tributo significava para as nações consideradas bárbaras sua admissão a um lugar no sistema sinocêntrico chinês, sendo uma benção e um privilégio (FAIRBANK, 1942, p.134).

Wang (2011, p.147, tradução nossa) afirma que durante diversos períodos da história, a China não obtinha lucros das relações oriundas do sistema tributário, “*tendo em vista que o que o imperador conferia aos estrangeiros sempre excedia o que eles tinham trazido para a corte imperial. Como um Império auto-suficiente, a China não estava interessada em terras estrangeiras e não desejava mercadorias estrangeiras. Pelo contrário, eram os estrangeiros que desejavam produtos chineses*”.

Quando um país era incorporado neste “cosmos” tributário, era realizada uma reunião com o Imperador e um documento era emitido para reconhecer o *status* de um país como tributário, tornando-o oficialmente num “membro”. Além disso, muitas vezes um *status* de nobreza era conferido e reconhecido pelo Imperador chinês ao soberano do outro país e um selo imperial era concedido para ser usado como assinatura dos tributos a serem apresentados

⁵¹ O Sudeste Asiático funcionava como mandalas (Tailândia, Burma, Laos e Camboja) deste sistema, sendo influenciado por diversos valores, não só confucianos, mas também hindus e muçulmanos. Entretanto, tais mandalas também enviaram missões tributárias (com regularidade muito variável ao longo da história) e reconheciam a superioridade do Imperador Chinês.

futuramente (FAIRBANK, 1942, p. 134). Existia, portanto, uma prática de prestígio e reconhecimento, em que alguns imperadores buscavam legitimar-se domesticamente através das práticas tributárias, posto que o Imperador chinês conferia títulos de “Reis” aos soberanos que pagavam tributos à China.

No caso do Leste Asiático, diversas interpretações concordam com os estudos de Kang (2010) sobre uma configuração diferenciada de relação entre os países, apontando a existência da hierarquia – ordenamento de capacidades - e da hegemonia chinesa – incorporação de elementos do poder material e do consenso – baseados em premissas de legitimidade e questões sobre o sistema social (KANG, 2010, p.24). Mantinha-se a hierarquia pela assimetria de poder entre os Estados e também pela difusão de valores na região e nos países mais próximos, como Vietnã, as Coreias e o Japão.

Através das trocas comerciais e dos rituais tributários, os ideais chineses, as políticas, suas instituições e toda a sua cultura adentravam a região do Leste Asiático. Entretanto, não fosse também a superioridade militar chinesa, tal estrutura não teria se mantido. De acordo com Wu Chunqiu, autor do livro “*On the Grand Strategy: A Chinese View*”, os sábios estrategistas antigos da China nunca advogaram depender apenas do poder militar para conquistar o inimigo, enfatizando combinar o poder militar com o poder não-militar (WU *apud* ZHANG, 2002). Compreende-se, por fim, que a capilaridade do poder chinês, sua superioridade e a difusão de seus valores faziam com que as guerras e os conflitos na região até o século XVI fossem casos isolados⁵² e raros (HAMASHITA, 1994; LEE, 2014; 2016).

2.1.1 O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA SINOCÊNTRICO

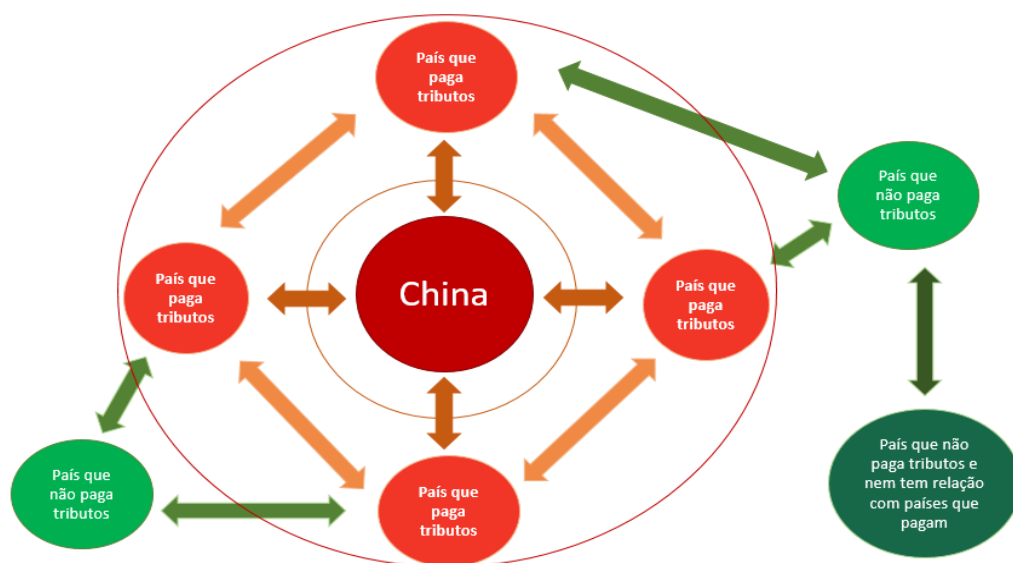
Como China possuía um avançado e lucrativo mercado, ela puxava quase que de forma gravitacional os países da região para que fizessem parte deste sistema, facilitando sua reprodução e seu fluxo através de uma capilaridade de poder que era possível pelo (a) estabelecimento de relações comerciais, (b) pela transmissão da cultura, (c) pela difusão das instituições chinesas na política doméstica dos outros países e (d) pela capacidade militar chinesa.

No que diz respeito ao (a) comércio e as trocas, esquematicamente o sistema sinocêntrico funcionava da seguinte forma: 1) sempre que um “*tribute-bearer*” chegava aos

⁵² Nota-se que existiam no período povos nômades e piratas (wazu) que representavam ameaças, mas não detinham força ou capacidade suficiente para sobrepujar a integridade territorial dos Estados confucianos. No caso dos povos nômades, eles eram poucos influenciados pelos valores, mas a submissão tributária em troca de comércio era uma prática comum. Nota-se também que durante o sistema sinocêntrico chinês existiram conflitos em regiões do Sudeste Asiático, em que a China funcionava, por vezes, como mediadora.

portos chineses, os oficiais locais deveriam reportar imediatamente ao Imperador e 2) se a entrada não fosse permitida, os “tribute-bearers” deveriam enviar ao Imperador o memorial que trouxeram de seu próprio governo, onde precisavam relatar os artigos de seu tributo. e 3) se o Imperador permitisse que a missão prosseguisse, os oficiais chineses deveriam organizar uma audiência e providenciar o que fosse necessário para a realização das trocas comerciais e a continuidade da missão comercial dos “tribute-bearers”⁵³ (HAMASHITA, 1994, p. 96).

Figura 5: Trocas Comerciais e Sistema Sinocêntrico



Fonte: Elaboração própria com base nas análises de HAMASHITA (1994)

Nota-se que o sistema de tributos e a dependência econômica era utilizada, por vezes, pelos governantes chineses como forma de punir tais países. De acordo com Wang (2011, p.148, tradução nossa), como as relações entre a China e os países que faziam parte de seu sistema sinocêntrico eram assimétricas, “a China poderia usar a suspensão de relações tributárias para disciplinar os estados indisciplinados, uma ferramenta semelhante ao que pode ser chamado de “sanções econômicas” hoje. Por exemplo, quando o estado Mogul de Turfan conquistou Hami no século XVI, a corte Ming encerrou o tributo Turfan como punição, cortando o fluxo do comércio”.

⁵³ De acordo com Hamashita (1994), quando um mercador chegava por vias marítimas, os oficiais confiscavam a mercadoria pegando três peças entre dez ou 30% das commodities trazidas e após devolviam ao mercador o restante. Caso o Imperador quisesse alguma mercadoria em particular, ele teria a preferência e o direito de obtê-la, mas pagava o valor exato para que não fosse cometida nenhuma injustiça. Tal tipo de comércio era o único permitido pelas autoridades chinesas, tanto que desde 1371 a dinastia Ming proibia os chineses de viajar para o exterior por motivos privados e eram rígidos com relação às oportunidades de comércio estrangeiro.

Havia também a importância da (b) cultura que é outro dos principais fatores que justificam e explicam a aceitação e a existência da hierarquia presente no sistema sinocêntrico. Os valores e as normas transbordavam para as adjacências através dos escritos, do próprio calendário chinês que era utilizado nas trocas comerciais, da porcelana, das iguarias, das tradições e das vestimentas. Um bom exemplo da influência cultural chinesa é a forma de escrita da palavra “País” que foi derivada do conceito de Estado do período Chou (b.C 400) que é escrito como *guo* (国) em chinês, em coreano é *kuk* (국), em vietnamita é escrito como *quốc*, e em japonês é escrito como *koku* ou *kuni* (国) com o mesmo ideograma chinês. É notório que tal termo é usado para identificar e se referir a cada um deles muito antes das conceituações ocidentais de Estado e centralização de poder (KANG, 2010).

Além disso, os modelos das (c) instituições chinesas penetraram nos países do Leste Asiático, como foi o caso do sistema burocrático, da administração centralizada e da distribuição do poder em distritos administrativos até o nível provincial. Um exemplo da influência chinesa no caso japonês é que durante a era Heian (749-1185) o governo japonês criou um sistema burocrático regido por práticas e normas semelhantes. Além disso, as universidades no século XI eram baseadas nos currículos de estudo dos clássicos chineses e, ainda, a capital japonesa na época, Quioto, foi inspirada na capital da Dinastia Tang, Chang’an (KANG, 2010).

Por fim, (d) a capacidade militar chinesa pode ser vista pelo fato da China deter grande poder econômico, sendo um país autossuficiente, o que possibilitou ao país possuir durante muitos séculos primazia militar na região⁵⁴. Como apresenta Wang (2011), por exemplo, durante a dinastia Ming foram despachadas sete expedições marítimas entre 1405-1433 para os oceanos. De acordo com autor, “*o tamanho das frotas era inédito, maior do que o da Armada Espanhola de 1588. Cada expedição transportava cerca de 27.000 soldados em 250 navios. O maior dos navios de tesouro (baochuan) tinha 440 pés de comprimento, superando a Santa Maria de oitenta e um metro de Cristóvão Colombo*” (WANG, 2011, p.157, tradução nossa).

Todos esses fatores que enunciamos a respeito do “cosmos” chinês, nos ajudam a compreender como funcionava o sistema do Leste Asiático e nos permite acessar um debate sobre a interação dos países na região. Os países aceitavam a autoridade e a superioridade

⁵⁴ Como afirma Needham (apud WANG, 2011, p.158, tradução nossa) a predominância naval chinesa era sem precedentes na história e que naquele período a marinha Ming provavelmente “superou a de qualquer outra nação asiática em qualquer época da história, e teria sido mais do que compatível com a de qualquer Estado europeu contemporâneo ou mesmo uma combinação deles”.

chinesa porque não existiam alternativas devido à falta de capacidades relativas, proximidade geográfica e a inexistência de um aliado capaz de contrabalancear o poder chinês (WANG, 2011). Durante muitos anos o Japão aceitou a soberania chinesa, mas a sua submissão ao sistema oscilou ao longo dos anos e ele foi o primeiro país a romper com essas relações oficiais, como veremos a seguir, criando seu próprio subsistema.

2.1.2 AS RELAÇÕES SINO-JAPONESAS: O ROMPIMENTO E O PERÍODO SAKOKU

Do ponto de vista das relações sino-japonesas, postula-se que o Japão esteve ligado ao sistema tributário chinês durante muitos anos através da realização de contínuas missões tributárias na dinastia Han (202 a.C – 220 d. C) desde 57 d. C. Entretanto, somente no século XIV as relações se tornaram reguladas com Ashikaga Yoshimitsu (1358-1508) que recebeu o título de “Rei do Japão” por parte dos Imperadores Ming Chien-wen (1398-1402) e Yung-lo (1402-1424). Os tributos pagos ao Imperador incluíam enxofre e produtos artesanais japoneses como espadas e armaduras (KITAOKA, 2011).

Nota-se que a incapacidade dos mongóis invadirem o Japão no século XIII, foi um dos elementos anteriores que afetaram as relações sino-japonesas. Pouco antes de Ashikaga Yoshimitsu, em 1369, o príncipe japonês Kanenaga executou e aprisionou alguns oficiais chineses que foram enviados para cobrar tributos do Japão. Naquele período a dinastia Ming ameaçou a invasão pelo comportamento japonês, mas os japoneses afirmaram que os mongóis tentaram conquistar o Japão em 1281, mas falharam⁵⁵ (WANG, 2011).

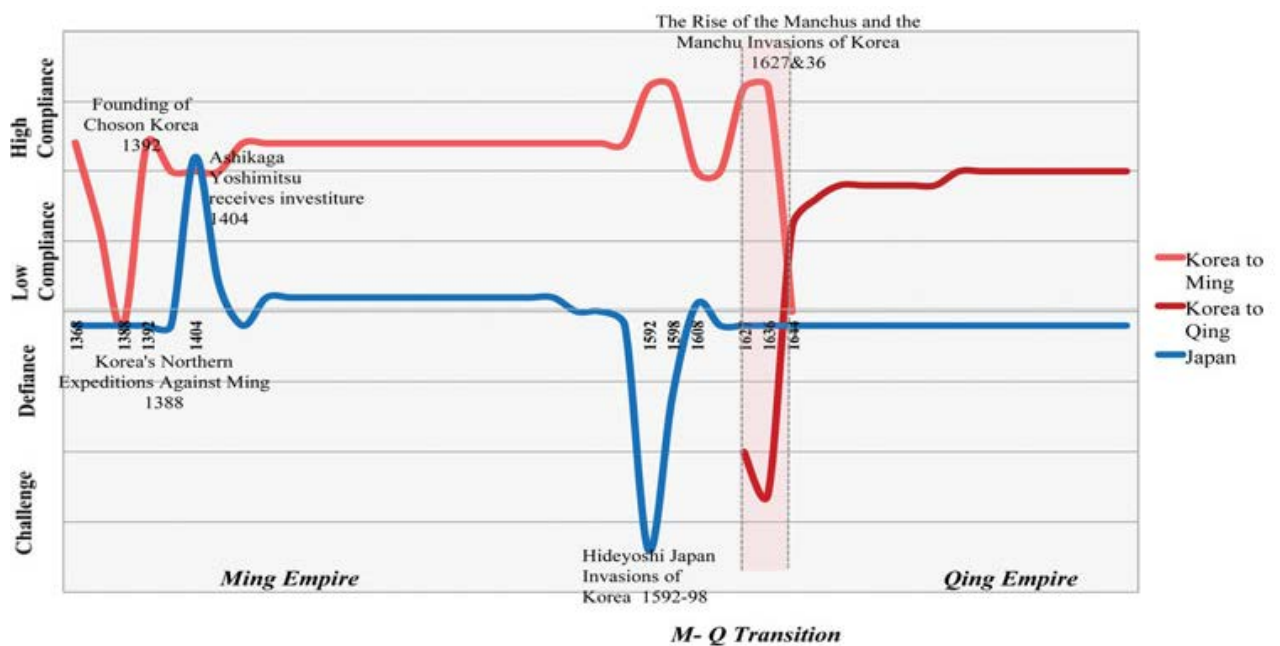
Existiam graus de aderência e aceitação ao sistema gravitacional chinês, como explica Lee (2016). Na comparação Coreia e Japão ficam evidentes as diferenças, tendo em vista que enquanto o Japão não manteve relações oficiais e diplomáticas durante a dinastia Qing e se recusou a mandar missões tributárias em alguns períodos históricos, as relações sino-coreanas tinham um padrão de conformidade. De acordo com Lee (2016, p. 336), no fim da dinastia Ming e no início da dinastia Qing somente um dos reis coreanos não recebeu o título de “rei de Joseon” do Imperador chinês. Durante quase cem anos a Coréia enviou uma missão tributária à capital da China três ou quatro vezes por ano, enquanto o Japão enviou cerca de vinte missões oficiais durante todo o período.

⁵⁵ A superioridade militar mongol era evidente no período. A inferioridade japonesa em termos militares nos ajuda a entender como um dos elementos que fizeram com que o arquipélago naquele momento não visasse expandir-se para o Ocidente. Além disso, os ventos divinos fortaleceram a ideia do povo japonês como um povo escolhido pelos deuses.

Cronologicamente, a Coreia começou a prestar homenagem à China no período dos Três Reinos: entre os séculos IV e VII, e continuou a fazê-lo até o século XIX. Em contraste, o Japão deixou de receber títulos do Imperador chinês e retirou-se do sistema de tributo em 839 e não retornou até 1401 com o Shogunato de Ashikaga - Ashikaga Bakufu ou período Muromachi (1336 – 1573).

Quanto ao Japão, durante esses primeiros anos da ordem hegemônica Ming, a aceitação da autoridade hegemônica Ming por Ashikaga Yoshimitsu, líder do governo japonês, ao ser designado como “o rei do Japão”, marcou uma exceção no final do período medieval e início da história moderna. (...) vários historiadores argumentam que a decisão de Yoshimitsu deveria ser colocada no contexto doméstico de elevar sua posição acima da posição do Imperador japonês. Após a conclusão da guerra civil entre as cortes do norte e do sul em 1392, os rivais políticos de Yoshimitsu não eram apenas as mais poderosas casas militares conhecidas como shugo, mas o próprio Imperador japonês. (...) Yoshimitsu procurou validar sua posição ao receber reconhecimento externo do governo chinês de Ming. Apesar do status de Yoshimitsu abaixo do Imperador Ming, seu título como rei do Japão “simbolizava um novo senso de nacionalidade japonesa em relação ao mundo exterior, com o shogun [Yoshimitsu] - não o imperador - como seu principal símbolo (LEE, 2016; p. 337, tradução nossa).

Gráfico 1: Comparação das relações entre sino-coreanas e sino-japonesas



Fonte: LEE (2016)

Além disso, na era Heian e no período Nara (710 - 794 d.C), a China já era um dos motivos de conflitos entre líderes locais no Japão que se dividiam em anti-China e pró-China, mesmo que o objetivo fosse o mesmo: assegurar a soberania do arquipélago. Ou seja, é possível tentar traçar um paradigma do comportamento do Japão em relação à China muito antes do século XIX, bem como questões sobre a segurança.

A geografia foi um dos elementos que permitiu esse processo de afastamento do Japão deste cosmo, mas não foi o único, posto que o Reino de Ryukyu se manteve subserviente às práticas tributárias, mesmo sendo formado por uma cadeia de ilhas. É preciso considerarmos que existiam também eventos internos que fizeram com que gradativamente as lideranças japonesas buscassem legitimar-se internamente e transformar sua posição no sistema.

Apesar da instabilidade da relação sino-japonesa em determinados períodos, as relações só desmoronaram e culminaram em um rompimento das transações comerciais entre os países após as tentativas frustradas do Japão de invadir a China através da Coréia na chamada Guerra de *Imjin* (1592-1598). Tal guerra foi um conflito no qual o regente japonês Toyotomi Hideyoshi, sucessor de Oda Nobunaga, decidiu conquistar a China solicitando assistência à dinastia Joseon (1392-1897) através do livre trânsito das tropas japonesas na Península Coreana. Com a negação do pedido, a invasão nipônica ocorreu em dois momentos, o primeiro foi entre 1592 e 1593 quando houve a tentativa do estabelecimento de um acordo de paz que dividiria a Coréia entre Sul e Norte (GORDON, 2003).

A China recusou o acordo proposto pelo Japão e com isso em 1597 as tropas japonesas continuaram a atacar com o intuito de conquistar a Coréia. O Japão foi derrotado em 1598, o que culminou na retirada das tropas japonesas da península coreana (SPENCE, 1990). A invasão de Hideyoshi representa o primeiro momento em que havia uma alteração na hierarquia do Leste Asiático com a ascensão não só do Japão, mas de outras tribos no nordeste da China (KAZUI; VIDEEN, 1982). Um fator interno que mobilizou a campanha da invasão à Coréia foi a necessidade de Hideyoshi Toyotomi (1537 –1598) se estabelecer como última autoridade em território japonês.

... outras casas militares poderosas foram seus inimigos no processo de unificação. Quando ele travou a campanha da Coréia, ele estava no processo de construir uma nova ordem política centrada em sua própria autoridade, legitimando sua posição através da autoridade simbólica do Imperador japonês. (...) Como Hideyoshi incorporou poderosas casas militares independentes em um novo assentamento pós-unificação, ele não deu a seus ex-pares nenhuma opção a não ser lutar em sua guerra contra a Coréia. Essas poderosas casas militares eram obrigadas a oferecer serviço militar para lutar contra as campanhas da Coréia, não para fazer as suas próprias, e nesse processo, Hideyoshi "levou o país inteiro ao estado de choque e medo extremo", invocando um "senso incomum de respeito", medo e temor em suas mentes (LEE, 2016, p. 340-341, tradução nossa).

Após a invasão, a China deixou de reconhecer o arquipélago nipônico como pertencente ao seu sistema e o Japão se tornou uma espécie de pária no Leste Asiático. O Japão precisou encontrar uma forma alternativa de conduzir suas relações diplomáticas e, principalmente,

comerciais. Nesse momento é iniciado o período *Sakoku*⁵⁶ (SPENCE, 1990; HAMASHITA, 1994; KITAOKA, 2011).

O Japão, ao sair do sistema chinês, não só deu um primeiro passo para o surgimento das rivalidades históricas que ocorreram no século XIX, como este afastamento criou políticas e modificou o comportamento do Japão no sistema asiático. Afinal, o Japão não só ficou relativamente mais isolado no entorno regional, como estabeleceu certas regras que contribuíram para o seu desenvolvimento através da criação de um sistema próprio onde ele era o centro e era quem tinha o controle do comércio e das relações econômicas que desejava ter. Ou seja, o Japão criou uma espécie de “cosmo” em coexistência com o “cosmo” chinês. A invasão à Coreia foi o primeiro de três movimentos⁵⁷ de emancipação ou desafio com relação ao universo de submissão chinês e o momento fulcral do século XVI, em que o Japão objetiva sair de sua posição geográfica insular para alcançar terras no continente. Gradativamente, o Japão foi se transformando (ou voltando a ser) no “outro”, no “bárbaro”.

2.1.2.1 O PERÍODO SAKOKU (1639-1854): AS RELAÇÕES POLÍTICAS E COMERCIAIS DO JAPÃO

A relativa ruptura das relações sino-japonesas, fez com que o Japão criasse um sistema próprio de relações econômicas com outros países. Durante o chamado Shogunato Tokugawa - Período Edo ou Tokugawa *Bakufu* (1603-1868) foram feitos esforços para uma política de “boa vizinhança” por meio do restabelecimento de relações diplomáticas com a Coreia e na busca pela continuidade de transações comerciais com países no Leste Asiático. A política chamada de “*Sakoku*” foi o grande locomotor da estratégia japonesa de criar uma ordem ao seu redor, representando uma forma de reconstrução da sua política externa e um esforço para se livrar do controle chinês, não sendo, portanto, um mero isolamento como é retratado em inúmeros livros de história.

O Japão manteve quatro portas de entrada e de comércio abertas, o que permitiu a relação direta ou indireta do Japão com quatro países durante o período: a China, a Coreia, o Reino de Ryukyu e a Holanda. Para além destes países existiam relações com algumas ilhas que eram chamados de Satan (populações da costa do nordeste asiático) e Ezo, a terra de Ainu, que representa hoje a região de Hokkaido.

⁵⁶ Arano (2013) argumenta que o termo mais correto para interpretarmos a política japonesa é *kaikin* ou restrições marítimas.

⁵⁷ Nosso argumento é de que o Segundo Movimento foi na Primeira Guerra Sino-Japonesa (1894-1895) e o terceiro com a Invasão da Manchúria que discutiremos mais adiante.

O Japão criou o seu próprio sistema, mas isso não significou a ruptura definitiva do comércio com a China. Segundo Kitaoka (2011, p.4), o afastamento do Japão do sistema sinocêntrico, ao mesmo tempo em que representou uma continuidade das influências chinesas em seu território por vias indiretas, também motivou o desenvolvimento de uma cultura e identidade única que se distinguia da chinesa. Diferente de relações diplomáticas comuns, no caso sino-japonês, existiam somente relações comerciais e econômicas, portanto, não existiam nem relações diplomáticas formais entre os dois países, nem ambos assumiam uma relação de soberania e vassalagem nas transações realizadas entre eles.

Neste cenário, o comércio da prata⁵⁸ foi um dos pilares das relações comerciais por vias indiretas entre os dois países. Antes do *Sakoku* e das restrições, o Japão já exportava grandes quantidades de prata e cobre para a China e para o Sudeste Asiático. Em retorno, o Japão recebia seda e outros produtos como açúcar, tinturas e, principalmente, ouro. O Japão não deixou de exportar prata para a China, assim como não parou de importar produtos em sua nova política comercial e externa. Existiam intermediários em suas relações, mercadores chineses, muitas vezes portugueses e, principalmente, holandeses que faziam a paridade e a arbitragem (VON GLAHN, 1996).

Para além de holandeses e portugueses, o Japão adotou desde o final do século XVI e início do século XVII o sistema de licenças chamado de “*shuinsen*” ou “selos vermelhos”. Tal sistema permitia que mercadores de qualquer nacionalidade comprassem mercadorias em portos em Kyushu, sendo um dos pilares das trocas comerciais japonesas até ser abolido em 1635 quando Tokugawa decidiu limitar o comércio e os privilégios:

... expulsando completamente os portugueses e confinando os mercadores holandeses e chineses ao porto único de Nagasaki. A exportação de prata japonesa para a China havia aumentado acentuadamente durante o auge dos navios de selo vermelho, mas o volume de exportações de prata japonesa alcançou níveis ainda maiores durante o período de 1636 a 1639 e permaneceu em um nível alto no início dos anos 1640, apesar das restrições e da expulsão dos portugueses. Estatísticas do comércio exterior para o Japão indicam que o Japão exportou aproximadamente 2.400 toneladas de prata para a China no período de 1604 a 1645 (VAN GLAHN, 1996, p.437, tradução nossa).

Diferente do caso chinês, o Japão manteve relações próximas com a Coréia, estabelecendo relações diplomáticas formais estáveis, tanto que sempre que um novo *shogun* era nomeado, havia uma troca especial de credenciais entre o novo governo no Japão com a Coréia. Já no caso das relações do Japão com o território do Reino de Ryukyu, há uma relação

⁵⁸ A prata é central não só para compreender a continuidade das relações comerciais sino-japonesas por vias indiretas ou ilegais, mas também para entender a abertura da China aos países ocidentais. A entrada gradativa de prata na China fez com que se tornasse monetizado e o comércio da prata resultou em uma hiperinflação que desencadeou conflitos, crises sociais e, posteriormente, pode ter sido um dos fatores que impactou o poder e estimulou a queda da dinastia Ming.

curiosa, visto que apesar de Ryukyu ter sido incorporado ao domínio Satsuma⁵⁹ após a conquista do clã Shimazu no século XVII, sua situação era um tanto diferente, visto que ao mesmo tempo em que era vassalo da China, também era parte do território do Japão (KAZUI; VIDEEN, 1982).

Por fim, a Holanda era o único dos países europeus com o qual o Japão mantinha relações durante o período Edo, mas eram mantidas somente relações comerciais limitadas ao comércio privado (KAZUI; VIDEEN, 1982, p. 289; KITAOKA, 2011). Como menciona Arano (2013) as relações com a China e a Holanda por Nagasaki eram conduzidas entre mercadores de Nagasaki, mercadores holandeses e chineses sem qualquer envolvimento direto do governo.

Ao restringir o acesso a Nagasaki aos comerciantes chineses e holandeses, o Shogunato esperava garantir um abastecimento constante de importações, evitando conflitos internacionais, encerrando influências católicas (consideradas subversivas e advindas dos portugueses) e garantindo lealdade ao Shogunato. A não relação diplomática do Japão com a China e a Holanda demonstrava a existência de certa separação das relações econômicas e diplomáticas.

2.2 AS TRANSFORMAÇÕES DO LESTE ASIÁTICO E AS POTÊNCIAS OCIDENTAIS

A centralidade e supremacia chinesa não suportaram as pressões externas no século XIX e aos poucos sucumbiram, assistindo não só seu sistema secular ser desmantelado por “bárbaros” ocidentais, como também viram ao antigo vassalo ascender à posição de potência imperialista⁶⁰. A Primeira Guerra do Ópio⁶¹ (1840-1842) iniciou o “século de humilhação”

⁵⁹ No episódio conhecido como Invasão de Ryukyu, o domínio feudal de Satsuma conquistou em 1609 o território de Ryukyu. Atualmente é a metade oeste da prefeitura de Kagoshima na região de Kyushu no Japão. Tal território só foi oficializado como parte do governo Japonês no final do século XIX.

⁶⁰ Até o final do século XVIII a China detinha o maior mercado do mundo, devido ao comércio doméstico e as trocas comerciais entre províncias. Diferente do caso europeu, como a prioridade do Estado era manter a ordem e o equilíbrio, não havia uma lógica de acumulação e de lucro. Apesar da relevância da agricultura e das inovações tecnológicas com a elevada capacidade de irrigação, por exemplo, a produção agrícola crescia pouco acima do crescimento populacional, não rompendo com o teto pré-capitalista de produção. Ainda assim, a protoindústria era movimentada pela seda, porcelana, aço e chá, sendo a elite e os governantes fortemente contrários ao processo de industrialização tecnológica nos setores. Tais questões são capazes de explicar a inexistência de uma lógica de acumulação permanente.

⁶¹ Esta tese não tem o interesse de debater todos os eventos que marcaram a humilhação chinesa, entretanto ressalta-se que a Guerra do Ópio é o estopim para as transformações na Ásia. A Grã-Bretanha buscava mercados consumidores para seus produtos industrializados e tinham interesse no mercado consumidor chinês. Diante das restrições impostas pelo sistema tributário chinês e as regras para comercializar com a China, os ingleses passaram a vender ópio de forma ilegal para a população da China. Mesmo sob os protestos do governo chinês, os ingleses continuaram a vender a droga na China. Com os vícios da população chinesa, o Imperador ordenou em 1839 o confisco e a destruição de carregamento de ópio de navios ingleses. Tal ação serviu como pretexto para que fosse deflagrada a guerra.

chinesa, transformando as relações de poder no Leste Asiático⁶², onde a China vivenciou a ruína da sua posição no sistema regional e um duro período de perda de face e humilhação nacional (*xiurù* 羞辱) (ZHAO, 1998; 2008; GRIES, 2004; CHEN, 2005; FAIRBANK; GOLDMAN, 2006). A China foi obrigada a assinar diversos tratados desiguais com as potências ocidentais, sendo alguns dos tratados assinados no período o Tratado de Nanquim (1842), o Tratado de Wangia (1844) e o Tratado de Wamphoa (1844). Tais tratados serviram aos interesses de países que conquistaram um grande mercado e acesso à recursos na China (FAIRBANK; GOLDMAN, 2006, p.207).

A superioridade industrial, tecnológica e bélica das potências ocidentais, somada aos problemas vivenciados pela China internamente⁶³, fizeram com que a China fosse colonizada no período e dividida. Além da extraterritorialidade que permitia que os ocidentais fossem julgados somente pelas leis de cada país, as potências estrangeiras conseguiram por meio dos tratados desiguais tarifas que preveniram os chineses de protegerem suas indústrias nascentes.

Do lado externo, o sistema do tratado pode ser dividido em três fases. A primeira, que durou até a década de 1870, foi dominada pelo “imperialismo do livre comércio” britânico. (...) A segunda fase, aproximadamente dos anos 1870 a 1905, viu a rivalidade imperialista na China das potências industrializadas, durante a qual Rússia, França, Alemanha, Japão e Grã-Bretanha invadiram o território Qing (...) o terceiro (ou início do século XX) do século do tratado era a era preeminente da participação estrangeira na vida do povo chinês, um ponto alto de intercâmbio cultural na história mundial antes da era eletrônica (FAIRBANK; GOLDMAN, 2006, p. 205, tradução nossa).

Gries (2004) compreende que a humilhação chinesa significou a perda de face chinesa no final do século XIX e início do século XX. A face chinesa pode ser representada por dois conceitos: *lian* ou *mianzi*. Os dois são similares aos conceitos de honra e dignidade, mas *lian* é objetivo, enquanto *mianzi* subjetivo. Enquanto *lian* é baseado na aderência da aceitação de uma série de valores morais, o *mianzi* é julgado pela performance social de um determinado grupo que interage com outros grupos ou pessoas.

⁶² Diversos conflitos e dissuasões intensificaram a disputa por poder no Leste da Ásia, algumas outras disputas e guerras do período foram: a Segunda Guerra do Ópio (1854-1860), a Guerra Sino-Francesa (1884-1885) e a Guerra dos Boxers (1899-1901).

⁶³ Cabe mencionarmos que nos séculos XVI e no XVII, a China sofreu dois choques econômicos que afetaram profundamente todo ordenamento político, social e econômico do país. O primeiro ocorreu em 1590 com a invasão da península coreana e a inauguração do flanco do imperialismo nipônico, o que trouxe problemas devido ao comércio da prata com o Japão que se tornou escasso. O outro foi entre 1500 e 1650 quando há um novo choque com potências estrangeiras, pois o comércio com as potências europeias trouxe grandes quantidades de prata, que substituíra o cobre e as notas de papel como a moeda de troca principal na China, mas o fluxo diminuiu consideravelmente, comprometendo toda a economia das duas últimas dinastias chinesas. Ainda assim, a queda da temperatura média no século XVIII fez com que a agricultura sofresse das calamidades naturais, que estimularam revoltas camponesas e a fragmentação do poder (SPENCE, 1990).

O dragão chinês buscou manter o seu *status quo* no sistema asiático, enquanto as potências europeias visaram transformar a ordem, sobrepujando o antigo poder chinês. O encontro entre os sistemas regionais europeu e asiático-oriental impactou profundamente a interação entre as Nações e, como afirmou Halford Mackinder (1904) ao descentralizar a história-geográfica europeia, transformou o mundo em um sistema político fechado. Como argumenta Green (2017, p.57, tradução nossa), “*o fim do Concerto da Europa e o declínio irreversível da Dinastia Qing fizeram com que a política do poder europeu se espalhasse para a região, sendo o efeito ampliado por navios a vapor, ferrovias e ideologias imperialistas de novos aspirantes como a Alemanha e o Japão*”.

O Império do Meio não só lutava pela sua sobrevivência como Estado-Nação, como também lutava pela sobrevivência da distribuição de poder e da sua posição. Enquanto as potências europeias como Grã-Bretanha, visando mais mercados diante de uma pressão industrial com a sua Revolução Industrial e a gradativa escassez de territórios que poderiam ser conquistados, viram na Ásia a região ideal para expandir-se. Internamente, a China vivenciava um período de descrença da população com relação à Dinastia Qing que cada vez perdia mais influência e poder, rebeliões e conflitos internos se tornaram corriqueiros, como o acontecimento da Rebelião de Taiping⁶⁴ (1851-1854), por exemplo.

Historicamente, a China enfrentou três grandes ameaças no final do século XIX: (i) as nações europeias que trouxeram uma nova concepção sobre a ordem mundial, (ii) a Rússia que se expandia militarmente pelo interior chinês e (iii) o Japão, que diferente das outras nações “*não tinha nenhum interesse na sobrevivência das instituições antigas da China ou na ordem mundial sinocêntrica. A partir do Leste, não só ocupou partes significativas do território chinês, mas substituiu Pequim como o centro de uma nova ordem internacional do Leste Asiático*” (KISSINGER, 2011, p.99, tradução nossa).

Como a entrada das potências europeias na Ásia esfacelou o domínio chinês e abriu portas para um novo equilíbrio de poder na região, o sistema sinocêntrico e o sistema japonês não mais foram mantidos. Todavia, no primeiro restou a abrupta perda de poder e posição, enquanto ao segundo, a abertura forçada aos EUA e a aceitação por parte do arquipélago, permitiram que o país se modernizasse.

⁶⁴ As forças da China imperial lutaram com grupo liderado por Hung Hsiu-ch’uan (1813-1864) com ideias insurgentes sobre a necessidade de mudar os valores confucionistas da sociedade para valores cristãos. Para mais informações do conflito consultar Fairbank e Goldman (2006).

Diferente do caso chinês, quem forçou o processo de abertura do Japão foi os EUA ⁶⁵, sob a viagem realizada pelo Comandante Perry (1853) que ao chegar em Edo ordenou o ataque e destruição de construções no porto japonês. Em um cenário onde a China se via humilhada frente às nações europeias que adentravam em seu território, o Japão pode formular estratégias de como se comportar no tabuleiro internacional. Com as opções de enfrentar a guerra com as nações ocidentais e, provavelmente, falhar que nem a China, ou permitir a entrada das potências ocidentais e modernizar-se, o Japão optou pela segunda.

Enquanto o governo Bakufu decidiu responder ao crescente número de navios estrangeiros ao redor do Japão pela força bruta, por outro lado, fez muito pouco para fortalecer suas fortificações costeiras de defesa. Isso começou a mudar, no entanto, quando a Guerra do Ópio eclodiu na vizinha China em 1840. (...) Embora isolado, o Japão estava alerta para a invasão ocidental, e temendo um destino semelhante ao da dinastia Qing, os Bakufu mudaram com prudência uma política que evitaria um conflito direto com as potências ocidentais. Isto foi feito revogando o comando para repelir embarcações estrangeiras e emitindo uma nova proclamação em 1842, o comando para o fornecimento de Combustível e Água, que permitia que combustível, comida e água fossem fornecidos a navios estrangeiros conforme necessário (MINOHARA; IOKIBE, 2017, p. 5, tradução nossa).

Tal estratégia coincidiu com mais uma das tentativas de Washington estabelecer relações com o arquipélago. O período expansivo norte-americano coincide com os incentivos para as políticas de portas-abertas, tendo como objetivo não só estimular a economia norte-americana, como difundir determinados valores democráticos no cenário asiático (GREEN, 2017). Com o intuito de preservar sua sobrevivência, a terra do sol nascente assinou o Tratado de Kanagawa de 1854. O tratado abriu as portas japonesas de Shimoda e Hakodate ao comércio com os EUA. Tal tratado foi seguido pelo Tratado de Amizade e Comércio de 1858, também conhecido como Tratado Harris, que concedeu extraterritorialidade, a abertura de novos portos e o *status* de nação mais favorecida aos EUA, e pouco depois o Japão fez acordos com a França e a Rússia (KANAGAWA TREATY, 1854; HARRIS TREATY, 1858). Gradativamente, mais portos japoneses foram abertos com o aumento da pressão norte-americana, russa e francesa, o que demonstrou ao povo uma fragilidade do *Shogunato* Tokugawa (GORDON, 2003; KENNEDY, 1988).

⁶⁵ Tradicionalmente os EUA mantiveram uma postura isolacionista em assuntos que não envolviam o continente americano. Todavia, no século XIX, alguns presidentes norte-americanos já começaram a ter interesse em expandir o comércio para a região asiática. Antes do encontro com o Comandante Perry, de acordo com Minohara e Iokibe (2017, p.4, tradução nossa) em 1836, “o presidente Andrew Jackson enviou Edmund Roberts como enviado especial para convencer o Japão a encerrar sua política de isolamento e abrir a nação ao comércio. Infelizmente, a expedição foi interrompida quando Roberts faleceu repentinamente em Macau a caminho do Japão devido a uma doença. No ano seguinte, Jackson enviou uma segunda expedição ao Japão, liderada por Charles W. King, no navio mercante Morrison. No entanto, King foi forçado a terminar sua missão quando o primeiro encontro oficial entre os Estados Unidos e o Japão, perto da costa de Uruga, levou a um uso unilateral da força pelos japoneses”. Nota-se que pouco antes da Guerra do Ópio, o Japão já tinha resistido aos EUA.

Nos anos seguintes, com a abertura dos portos, o processo de modernização acelerou, inclusive por meio da entrada de ideais ocidentais. Tais fatos fizeram com que o *Shogunato* Tokugawa perdesse cada vez mais legitimidade aos olhos dos aliados e da população que não concordava com as demandas estrangeiras. Com isso, as ideias em busca da revitalização do poder do Imperador renasceram e resultaram na Restauração Meiji⁶⁶ (1868). De acordo com Sasaki (2012, p.38, tradução nossa),

... a família Tokugawa não conseguia mais lidar com o caos doméstico causado pelas potências ocidentais, o que ocasionou o ato civil e resultou no nascimento do novo governo Meiji. O governo precisava se apressar em construir o poder nacional para proteger o Japão, e uma das primeiras coisas que fez foi construir as forças armadas, não apenas para defender o Japão, mas também para criar um senso de nação na população, implementando o serviço militar obrigatório e forçando a população a lutar pelo Japão. Além disso, o governo criou a ideologia Kokutai, que incentivava a população a servir fielmente ao Imperador.

Com a Restauração Meiji, o nível de centralização do poder político e militar no Japão aumentou consideravelmente e o arquipélago iniciou um processo de emulação do modelo europeu de estado, quanto às suas funções, organização institucional e incorporou ideais estratégicos. Na primeira metade da Era Meiji, a contratação de assessores estrangeiros para transferir ciência e tecnologia foi significativa, com a inserção da presença de inúmeros conselheiros em ministérios, organizações, empresas e universidades (CRESPO et al., 2016).

Com a era Meiji a essência do nacionalismo e da identidade nacional japonesa floresceram baseadas e derivadas primariamente da tradição cultural e dos símbolos nipônicos. O Estado Meiji reinventou e inculcou a ideologia nacionalista via educação, imprensa e outros aparatos como o sistema educacional, o serviço militar e organizações burocráticas locais (LAI, 2008). A Constituição Meiji de 1889 é um elemento central na construção dos mitos e da identidade nacional do Japão na modernidade, visto que ela não só dava início a um legado de transformações na forma de governo com a implementação de uma monarquia constitucional, onde o poder do Imperador era limitado pela Constituição⁶⁷; como também tinha uma importância à nível internacional, porque ela demonstrava as credenciais japonesas de uma sociedade civilizada e uma Nação autônoma (GLUCK, 1985).

⁶⁶ De forma resumida, a Restauração Meiji foi o processo de derrubada do Shogunato Tokugawa (1603-1868) e o restabelecimento do poder para a família real japonesa. A Restauração é um marco para o Japão visto que deu fim a ascensão da classe guerreira, substituindo a estrutura descentralizada do feudalismo em direção a um Estado central governado por um soberano, além da abertura política e econômica.

⁶⁷ Durante tal período foram instituídos modelos semelhantes ao da democracia Ocidental, com duas casas de votação e com eleições para homens acima de 25 anos. O modelo de governo da Constituição Meiji era a monarquia constitucional, onde o poder das decisões estava nas mãos do imperador e de uma assembleia legitimamente eleita.

Os *slogans* de uma Nação dotada de riquezas e Forças Armadas (*fukoku kyohei*) poderosas, uma indústria crescente (*shokusan kogyo*) e um país civilizado (*bunmei kaika*) eram os emblemas e instrumentos da política nacional japonesa do período (GLUCK, 1985). É somente a partir da Constituição Meiji que as ideias de Nação se tornaram maduras e foram fortalecidas questões do desenvolvimento de uma identidade nacional, de ser um *Kokumin* (Cidadão japonês).

Dois eventos marcaram profundamente o nacionalismo, a identidade nacional e as estratégias geopolíticas japonesas entre o final do século XIX e início do século XX: a Guerra Sino-Japonesa (1894-1895) e a Guerra Russo-Japonesa (1904-1905). Nesse sentido, o período de 1887 e 1895 representou o primeiro momento de vitória japonesa e expansão no sistema, e pela primeira vez os japoneses entendiam que poderiam alcançar o mesmo *status* das grandes potências.

A primeira consagrou a superioridade japonesa vis à vis ao antigo centro do sistema do Leste Asiático, invertendo a assimetria de poder; enquanto a segunda aflorou ainda mais o nacionalismo e o militarismo no Japão, posto que representou o triunfo de uma nação asiática contra uma nação ocidental. Tais acontecimentos inflaram o nacionalismo japonês que encontrou no discurso de liderança na Ásia e na necessidade de expulsar as potências estrangeiras do entorno regional a justificativa para o seu expansionismo (GLUCK, 1985; BENNER, 2006). Como afirma Gómez (2001, p.160, tradução nossa), “as conquistas expansionistas do Japão foram feitas através de duas guerras frente a seus poderosos vizinhos, China e Rússia, que na prática se mostraram gigantes com pés de barro”.

O Japão foi o primeiro país do eixo não-ocidental a suceder no processo de industrialização e foi o primeiro a se estabelecer como uma potência asiática no século XIX. A configuração de poder que existia no Leste Asiático não mais sustentava os modelos e as tradições de tributos, por isso questões relacionadas à pressão competitiva, a necessidade de sobreviver e garantir sua segurança frente às potências ocidentais, fizeram com que o Japão precisasse “jogar conforme as regras do jogo” (MINOHARA; IOKIBE, 2017).

Durante esse período, a estratégia norte-americana buscou a aliança com o Japão, preocupando-se constantemente com a possibilidade de que o arquipélago buscasse conquistas territórios norte-americanos, como o Havaí. Theodore Roosevelt (1901-1909), ex-presidente norte-americano, foi influenciado por Alfred Mahan, ex-comandante da marinha norte-americana e expoente figura geopolítica do período, durante grande parte da sua vida política (GREEN, 2017). No que tange o contexto asiático, Roosevelt compreendia ser necessário uma aliança com o arquipélago nipônico e postulava que a abertura japonesa aos ideais ocidentais

tornava o diálogo com a Nação asiática como algo de suma importância para a segurança de territórios norte-americanos no Pacífico. Nesse contexto, Green (2017, p.116) define a grande estratégia norte-americana para a Ásia como deixo a porta aberta, reabilite a China e satisfaça o Japão.

Nota-se que as capacidades militares superiores das potências ocidentais⁶⁸, a perda de prestígio da Nação chinesa e o fim dos canais de transmissão de determinadas práticas de poder econômicas, culturais e políticas, modificaram as relações de poder e as interações entre os Estados na região. Nesse sentido, os anseios chineses em pleno século XXI de recuperar a posição perdida no sistema internacional, relacionam-se com as transformações do século XIX e XX com a inversão no equilíbrio de poder mediante a industrialização, sua inserção econômica e seus avanços tecnológicos.

2.3 CHINA, JAPÃO, EUA E AS GRANDES GUERRAS DO LESTE ASIÁTICO E PACÍFICO

As potências europeias deram o primeiro passo para a transformação do sistema asiático e o Japão, no fim do século XIX, participou desse processo. Com suas capacidades militares superiores em relação à China que vivenciava sua decadência, o Japão visou conquistar os mesmos benefícios e status nas suas relações com o Império do Meio. Os tratados comerciais desiguais e os problemas econômicos enfrentados contribuíram para precipitar a inabilidade e a gradativa perda de capacidade de gerenciamento do governo chinês sobre o seu território. E as vitórias japonesas permitiram que este galgasse uma posição diferenciada no sistema internacional, guerreando contra a China e participando ativamente do século de humilhação nacional.

2.3.1 A PRIMEIRA GUERRA SINO-JAPONESA (1894-1895) E O TRATADO DE SHIMONOSEKI (1895)

Como mencionamos, as guerras no Leste asiático não eram frequentes, mas a presença europeia na região permitiu a acelerada modernização japonesa que impulsionou não só as

⁶⁸ Posterior às guerras com as potências europeias, a China vivenciou um período de profundas derrotas, tendo em vista que as tentativas de reforma chinesas não promoveram uma transformação de fato, mesmo com alguns avanços científicos e técnicas militares ocidentais, a construção de ferrovias e o sistema de comunicação, a transformação na sociedade e no poder imperial não ocorreu. O Império estava tão ou mais preocupado em se manter no poder do que promover políticas modernas capazes de estimular a industrialização no país (CRESPO et al, 2016).

políticas econômicas e sociais, como trouxe consigo anseios expansionistas por territórios no continente asiático. Guerras e dissuasões passaram a ser frequentes, sendo a Primeira Guerra Sino-Japonesa o exemplo de uma delas.

Assim como a China, o Japão também vivenciava uma grande ameaça no período: a expansão ocidental fazer o mesmo que fez com a China no Japão. Por esse motivo, o pensamento estratégico da época era de que ou o Japão deveria tomar a iniciativa e dominar a China, ou seria dominado pelo próximo impulso expansionista das forças estrangeiras francesas e inglesas (KISSINGER, 2011).

Estrategicamente, um outro problema aos olhos do arquipélago era a possível submissão da região coreana às potências europeias, visto que como a história nos conta, a península coreana serviu como um trampolim para alcançar o território japonês, como o caso das tentativas mongóis de invadir o Japão no século XI. Além disso, a Coréia já era uma região disputada pelos dois países e desde a década de 1870 tal disputa tinha se intensificado entre o Japão e a China com visões contraditórias sobre quem era e como a Coréia deveria se posicionar no sistema internacional - ou independente como desejava o Japão, ou uma nação tributária, como enxergava a China (MUTSU, 1983).

Historicamente, a Coréia vivenciava conflitos e rebeliões internas que foram sanados e estabilizados com a ajuda de tropas chinesas e japonesas e os desdobramento das resoluções foi a Convenção de Tientsin⁶⁹ (1885). Com a Rebelião Donghak em 1894, a China enviou tropas para auxiliar o governo coreano, mas ao realizar tal ação, o Japão usou a Convenção de Tientsin para enviar as suas (MAKITO, 2011).

A entrada do Japão na região coreana foi rápida e em agosto de 1894 foi declarada a guerra à China e, apesar de ser esperada uma vitória massiva da China, foi o Japão quem saiu vitorioso nos grandes embates do confronto⁷⁰. A Guerra de Pyongyang determinou o Japão como o país que passaria a controlar a região coreana e a vitória japonesa permitiu não só o avanço das tropas nipônicas por todo o território, como também pressionou a China diante da divisão fronteira do Rio Yalu. Subsequentemente, foi travada a Batalha de Yalu somente um dia depois da conquista japonesa da capital Coreana. A Batalha no Rio Yalu consolidou o Japão

⁶⁹ Em tal tratado as nações o Japão e a China deveriam retirar tropas da região da Coréia, o Rei da Coréia deveria procurar assistência militar de uma outra Nação para treinar e modernizar o exército coreano e nenhuma das nações poderia enviar tropas para Coréia antes de notificar uma à outra.

⁷⁰ A Guerra foi marcada por quatro grandes batalhas: i) de Pyongyang, ii) no Rio Yalu, iii) no Porto Arthur e iv) em Weihaiwei, sendo que as duas primeiras ditaram os rumos da guerra e foram lutadas em apenas três dias de setembro, enquanto as outras duas foram travadas no final de novembro de 1894 e no início de fevereiro de 1895, respectivamente (PAINE, 2003).

como uma potência marítima ao mesmo tempo em que expulsou a China definitivamente da região coreana.

Os dois últimos embates fortaleceram a imagem de superioridade militar e estratégica do Japão em relação à China e com a queda de Weihaiwei foi confirmada a mudança na balança de poder do Leste Asiático, onde não mais a China era a grande potência daquele entorno regional. De acordo com Paine (2003, p. 182, tradução nossa), “*em um período de três dias, o Japão usou armas modernas de maneira tão profissional e derrotou a China na terra e no mar de forma tão decisiva que, de repente, o mundo ocidental percebeu o Japão como uma potência moderna. O Japão se tornou a primeira potência não européia nos tempos modernos a sobrepujar a China*”.

As resoluções de paz da Primeira Guerra Sino-Japonesa foram realizadas com auxílio de forças estrangeiras tanto americanas como britânicas. Diversas conversas foram feitas por memorandos e presencialmente, como foi o caso em Hiroshima em janeiro de 1895. Entretanto, somente em 17 de Abril de 1895 foi assinado o Tratado de Shimonoseki que deu fim oficialmente à guerra sino-japonesa.

As cláusulas impostas pelo Japão no Tratado de Shimonoseki não só insultaram o Império chinês como aprofundaram a humilhação chinesa, tendo em vista que a China, em linhas gerais (i) foi obrigada a reconhecer a Independência Coreana e como consequência as relações cerimoniais tributárias deveriam ser extinguidas; (ii) cedeu parte da Província de Liaodong que incluía a parte sudeste com começo no início do Rio Yalu, incluindo os portos de Dalian e Lushin, e as ilhas Formosa e dos Pescadores⁷¹; (iii) deveria indenizar o Japão o total de 200 milhões de taéis; e (iv) outros.

O Tratado de Shimonoseki, em termos econômicos, ao mesmo tempo em que fez com que a China precisasse levantar fundos para pagar sua dívida, garantiu capacidade financeira e monetária ao arquipélago nipônico. Além dos 200 milhões de taéis de indenização, a China ficou obrigada a pagar 30 milhões de taéis pela devolução da península de Liaodong. Os custos de mais de 230 milhões de taéis destinados ao pagamento de indenizações do Japão representavam mais do que o quádruplo da receita anual do pequeno arquipélago. Para pagar a enorme quantia, o imperador chinês teve que levantar fundos com potências ocidentais, somando à indenização os juros sobre os empréstimos.

Durante a assinatura do Tratado de Shimonoseki, as potências europeias funcionaram como mediadoras oficiais do acordo e os EUA participaram de forma não oficial dando

⁷¹ Esse tratado é utilizado pela China para legitimar sua posição sobre as Ilhas Senkaku/Diaoyu (ANEXO A).

conselhos às lideranças japonesas (MINOHARA; IOKIBE, 2017, p.21). Apesar da validação do tratado, a Rússia juntamente com Alemanha e França – chamada Tripla Intervenção – perceberam o Japão como uma potencial ameaça e intervieram na decisão final do acordo de paz entre os dois países asiáticos através de um documento aconselhando a devolução da Península de Liaodong. Tais potências europeia agiram de forma a balancear e controlar os impulsos expansionistas japoneses, posto que o controle da península de Laodong dava ao Japão importantes portos comerciais e acesso ao continente (MUTSU, 1983; PAINE, 2003). Nesse sentido, as potências visaram preservar seu *status quo* na China, diante da ameaça e ascensão japonesa.

Julgando que poderia ser uma ameaça das três potências europeia ao Japão, em novembro de 1895 foi assinada uma nova Convenção informando a devolução da Península de Liaodong à China, mas sob a compensação de 30 milhões de taéis, que mencionamos anteriormente⁷².

Foi nesse episódio que os japoneses experimentaram pela primeira vez desde a abertura de seu país a realidade do jogo internacional do poder. (...) Tanto o povo japonês quanto o seu governo acreditavam que as concessões obtidas por meio do tratado de 1895 eram de direito do arquipélago, tendo em vista os atuais costumes internacionais e, além disso, haviam sido conquistadas com o sangue de soldados japoneses. (...) Além disso, o povo japonês ficou irritado com o fato de seu país ser tão fraco que não teve escolha senão aceitar as ações das grandes potências. Isso rapidamente englobou a Nação. Não demorou muito para que um forte ódio contra a Rússia e um desejo de vingança crescessem na maioria das mentes japonesas (KODA, 2005, p.16, tradução nossa).

Em contraste com as relações entre o Japão e as potências europeia, os EUA fortaleceram-se como um importante aliado aos olhos do Japão. Como os EUA se recusaram a cooperar com as potências europeia e auxiliaram o Japão pressionando o governo Qing a ratificar o Tratado de Shimonoseki, as relações entre os países se fortaleceram. Todavia, com a queda da China e a abertura de novos espaços de influência nos países do Sudeste Asiático e com os EUA e o Japão expandindo suas esferas de influência no final do século XIX, o Oceano Pacífico se tornou um lugar muito pequeno (MINOHARA; IOKIBE, 2017, p.21, tradução nossa).

É nesse período que podemos compreender tanto o nacionalismo chinês, como o japonês. Com a derrota chinesa pelas tropas britânicas na Guerra do Ópio (1840-1842) e o paulatino início da desintegração do império chinês, a elite política chinesa passou a repensar

⁷² Como afirma Gómez (2001, p.158, tradução nossa), apesar das transformações e a acelerada ascensão nipônica, a distribuição de poder entre o arquipélago e as potências europeias como França e Inglaterra era assimétrica. Em 1914 “sua capacidade industrial era doze vezes menor do que a dos EUA, mais de seis vezes menor que a da Alemanha e da Inglaterra e menos da metade da francesa. Seu poder militar era inferiores a de qualquer um dos poderes europeus”.

os conceitos oriundos do culturalismo e a formar uma nova base para a defesa e recuperação da face chinesa (ZHAO, 1998; 2008; MEISSNER, 2006).

O nacionalismo emerge na China com o intuito de promover a coesão nacional, sendo em determinados momentos mobilizado pelo Estado e, por vezes, impulsionado por forças sociais e pela parcela da população, como veremos no decorrer da tese. A exemplo, alguns movimentos como o 4 de maio de 1919 e a Guerra dos Boxers, são movimentos populares que já demonstravam a existência de um nacionalismo popular emergente no país. Em todos os sentidos, a humilhação sofrida pelo país durante o expansionismo europeu e japonês no Leste Asiático no final do século XIX, influenciam o nacionalismo e a face chinesa, tanto do Estado, como da sociedade (GRIES, 2004).

No caso japonês, autores como Saya Makito (2011) argumentam que é nesta guerra que nasce o chamado nacionalismo japonês, sendo importante tanto do ponto de vista expansivo e geopolítico, como do ponto de vista cultural e de construção de coesão nacional. A consolidação deste nacionalismo só foi possível mediante aos meios de comunicação que levaram notícias sobre a guerra e as vitórias japonesas. Tais notícias chegavam através de notícias e relatos de guerra. Uma das fontes eram os escritos de Matsubara Iwagoro que escreveu o *seijin yoroku* (Episódios da Campanha Coreana), onde retratou as diferenças entre os japoneses e os coreanos⁷³.

A vitória do Japão na guerra e as notícias mencionando a grandiosidade dos soldados japoneses na mesma impulsionou um movimento de consciência nacional. O sistema educacional e o militar foram os mecanismos sociais que tornaram possível transformar o povo japonês em cidadãos de uma nação moderna (MAKITO, 2011; p. 138). As vitórias inflaram sentimentos nacionalistas, legitimaram o governo, o processo de modernização e as estratégias políticas japonesas. Nesse sentido, as vitórias permitiram que o Japão fosse cada vez mais capaz de mobilizar recursos materiais e humanos em direção ao continente.

Ou seja, a Primeira Guerra Sino-Japonesa marcou o legado da identidade nacional tanto japonesa, como chinesa, no primeiro caso através da exaltação das vitórias da guerra e do novo *status quo* conquistado pelo Japão tanto internamente como no cenário internacional, e no

⁷³ A retratação das diferenças culturais enfatizou o “não desenvolvimento” da Nação coreana, fortalecendo, através destes textos e relatos, ideias sobre a necessidade do arquipélago nipônico auxiliar na modernização coreana devido a dita superioridade japonesa em relação aos seus vizinhos. Os escritos de Matsubara influenciaram a criação de uma série de artigos publicados no jornal Kokumin, sendo um dos mais famosos do escritor Kinukida Doppo que retratou as experiências lidando com coreanos e chineses nas proximidades da península de Liaodong. Ambos os escritores tentaram demonstrar os fatos, mas a visão de mundo deles estava imbuída pelos princípios culturais japoneses, que enxergavam nas nações vizinhas, nos outros, o inverso do moderno, viam a China e a Coreia como os exemplos do atraso (MAKITO, 2011).

segundo caso marcou o processo de erosão do Império chinês no século de humilhação que é utilizado posteriormente, como veremos ainda nesta tese, para mobilizar e fortalecer a coesão nacional como um dos exemplos do passado sombrio da Nação antes das conquistas do PCC.

Nota-se que não podemos falar de nacionalismo antes das transformações provocadas pelo ocidente na balança de poder no Leste Asiático. Tal abertura provocada pelo ocidente legitima o contexto internacional, a sociedade westfaliana, em que os Estados, como autoridade soberana, representam e conectam a sociedade ao sistema internacional. Dentro desse sistema os Estados com suas populações interagem baseados no reconhecimento da soberania, da autonomia e do monopólio e da integridade territorial. Como afirma Lai (2008, p.109, tradução nossa), *“esses princípios espelhavam a concepção realista da condição anárquica do sistema internacional moderno, que enfatiza a “sobrevivência” como a meta suprema dos estados-nação, e a utilidade plausível da força / guerra para realizar os interesses nacionais que são primariamente definidos em termos de sobrevivência”*.

Do ponto de vista geopolítico, a influência das potências estrangeiras e a ação para retirar territórios estratégicos do domínio japonês demonstravam que pela primeira vez o Japão era considerado como parte do grande jogo das grandes potências. Geograficamente, a guerra reafirmou os anseios do Japão e seu destino enquanto território insular que sempre buscava terras no continente. Portanto, a Primeira Guerra Sino-Japonesa foi o segundo movimento que reacendeu e consolidou a rivalidade sino-japonesa. E é o segundo momento que podemos perceber como a China passou a enxergar o Japão como uma ameaça no sistema internacional, posto que ele não só feriu a “reputação” do Império, invertendo a assimetria de poder na região, como atuou de forma a expandir seu poder e território em direção ao continente, participando da perda de face chinesa.

2.3.1.1 A INCORPORAÇÃO DE OKINAWA PELO JAPÃO E OS PRIMÓRDIOS DA DISPUTA PELAS ILHAS SENKAKU/DIAOYU

Embora virtualmente destruído da memória histórica convencional, a Okinawa pré-moderno era um sistema econômico, cultural e político vigoroso e independente que florescia nas fronteiras do início da Ásia moderna. Sua música e artes cênicas e seu artesanato, incluindo artigos de laca, têxteis tingidos e cerâmica, eram amplamente conhecidos e apreciados. No entanto, o reino insular que floresceu nos séculos XV e XVI foi profundamente afetado por grandes mudanças no equilíbrio geopolítico global, começando no final do século XVI e continuando até meados do século XX (MCCOMARCK; NORIMATSU, 2012, p.3, tradução nossa).

Como mencionamos anteriormente, o reino de Ryukyu tinha uma relação ambígua tanto com a China como com o Japão através do pagamento de tributos para os dois países. O Reino

de Ryukyu vivia sobre o estrito controle do clã Satsuma desde 1609, mas somente em Agosto de 1871 o Japão proclamou a jurisdição de Ryukyu como parte da prefeitura de Kagoshima e, conseqüentemente, como integrante do território japonês.

Apesar de durante muitos anos ter sido possível o Reino de Ryukyu⁷⁴ se manter como um Estado tributário tanto da China como do Japão, a expansão européia e norte americana no oriente, trouxe consigo um aporte de valores e instituições ocidentais com ideias oriundas do mundo westfaliano em que se inseriam (CHEN, 2014). Em outras palavras, o Direito Internacional passou a ter grande relevância no que se entendia sobre soberania e sobre território, por isso o sistema ambíguo de tributos do Reino de Ryukyu para a China e para o Japão não mais se enquadrava em uma realidade onde era possível a sua existência. O oficial japonês Shishido Tamaki compreendia que não existia a possibilidade de continuar a ambiguidade de relações da China e do Japão com o Reino de Ryukyu, por isso só existiam duas opções para o destino das ilhas: ou deveriam ser independentes ou parte de um dos países em questão (*apud* KITAOKA, 2011).

Alguns incidentes corroboraram para a decisão sobre o rumo das ilhas Ryukyu. No evento ocorrido em novembro de 1871, cerca de 69 pescadores das Ilhas Miyako e Yaeyama naufragaram em Taiwan e cerca de 54 foram assassinados. Os outros pescadores foram para a província de Kagoshima, onde oficiais japoneses propuseram o envio de uma missão expedidora punitiva às ilhas próximas. Todavia, a resposta foi cautelosa e somente quando em março de 1873 quatro marinheiros da prefeitura de Oda foram roubados após naufragarem em Taiwan que o Japão enviou o Ministro de Relações Exteriores Soejima Taneomi, almejando reparações do governo Qing pelo acontecido. Os oficiais chineses recusaram “*assumir a responsabilidade, alegando que os perpetradores pertenciam a um povo que vivia em uma terra bárbara que ficava fora da jurisdição de Qing*” (KITAOKA, 2011, p.22, tradução nossa).

Como resposta, o governo japonês desejou em fevereiro de 1874 mandar uma força expedicionária à Taiwan e, apesar das críticas das potências estrangeiras, o governo não retrocedeu e obteve sucesso suprimindo os aborígenes das ilhas. Como o governo Qing negou a responsabilidade das ações feitas por bárbaros em Taiwan, muitos viram isso como uma oportunidade do Japão clamar pela soberania do território. Em 1874, Okubo viajou até Pequim

⁷⁴ De acordo com Kitaoka (2011, p. 21, tradução nossa) “após a invasão de Shimazu Iehisa em 1609, o clã Shimazu controlou efetivamente o Reino de Ryukyu. Mas como a oferta de tributos à corte Qing resultou em termos de negociação favoráveis, os governantes de Shimazu mantiveram essa prática. Eles também se abstiveram de forçar os moradores locais a adotar os costumes japoneses, permitindo que eles mantivessem sua própria cultura”.

para negociar um acordo entre o Japão e a China a respeito dos incidentes e tal acordo foi mediado por Thomas Wade, ministro britânico da corte de Qing (CHEN, 2014).

Em 31 de outubro de 1874, ficou acordado que a China pagaria uma indenização para compensar as famílias que foram mortas ou sofreram no incidente (JAPAN-CHINA TREATY, 1874). Do ponto de vista da perspectiva da lei internacional foi um erro a China admitir os cidadãos de Ryukyu como parte do governo japonês. Entretanto, como afirma Shogo (2009, p. 158-159, tradução nossa), embora os chineses admitissem que Ryukyu pertencia ao Japão isso não significava necessariamente que eles haviam renunciado às suas reivindicações a Ryukyu, *“porque dentro do arcabouço normativo do Sistema de Tributos, um Estado/governo poderia “pertencer” a outro com base em tributos, hierarquias, independentemente de haver ou não a governança efetiva estabelecida”*.

As relações de Ryukyu com a China continuaram até 1875 quando o Ministro japonês Matsuda Michiyuki confirmou uma série de ordens que estavam de acordo com a lei internacional. A primeira delas era de que o reino de Ryukyu deveria acabar com as práticas tributárias à China e foram obrigados a fechar a missão de Ryukyu em Fuzhou. De acordo com Shogo (2009), a importância dessas ordens está no fato do Japão ter começado a considerar as leis internacionais e sua legitimidade no sistema internacional. Ou seja, o Japão já tentava aos poucos alcançar um reconhecimento enquanto uma Nação civilizada perante as potências internacionais, saindo da lógica existente do sistema operante do Leste asiático, tanto o seu sistema “nipocêntrico” como o sinocêntrico.

Os oficiais de Ryukyu insistiram em continuar com as práticas tributárias, mas o governo japonês rejeitou os pedidos, o que fez com que os líderes locais de Ryukyu pedissem apoio à dinastia Qing (KITAOKA, 2011, p.24). Todavia, em 1879 as ilhas Ryukyu foram incorporadas ao território japonês como partes da prefeitura de Okinawa e as ilhas Senkaku/Diaoyu fariam parte deste território (HAMAKAWA, 2007). *“Ryukyu queria continuar existindo como um pequeno país independente que não foi absorvido por qualquer Nação e se opôs à absorção / anexação unilateral do Japão”* (TAKARA, 2012, p.18, tradução nossa).

O ponto central do diálogo sobre tais territórios ocorreu quando Ulysses Simpson Grant – político norte-americano – visitou a China e o Japão em 1879. Ulysses Grant mediou a disputa a pedidos de Li Hongzhang e do Príncipe Gong, importante estadista da dinastia Qing. De acordo com tal documento, as Ilhas Ryukyu seriam divididas em três partes (i) a parte central que pertenceria ao reino de Ryukyu e seria protegido tanto pelos japoneses como pelos chineses, (ii) a parte sul que pertenceria a China, devido à proximidade com Taiwan (o que teoricamente

incorporaria as Ilhas Senkaku/Diaoyu) e (iii) a parte mais ao norte pertenceria ao Japão, devido à proximidade com Satsuma (Kagoshima). Os japoneses concordaram em negociar, mas desejavam que a ilha principal de Okinawa pertencesse ao Japão (CHEN, 2014; TAKARA, 2012; SUGANUMA, 1996).

O escritório internacional (*Zongli yamen's*) assinou o acordo com Shishido Tamaki em outubro de 1880, entretanto Li Huongzhang, diplomata chinês, rejeitou o acordo que nunca foi ratificado. O acordo de 1880 pode ser considerado como um dos elementos que torna a disputa pelas Ilhas Senkaku/Diaoyu ainda existente. De acordo com Chen (2014, p.98, tradução nossa), a ação de Li e sua relutância de permitir que o Japão aproveitasse dos mesmos benefícios que os estrangeiros. Ele não estava “*preocupado com a penetração econômica japonesa no interior da China (...), mas com o fato de que seria necessário tratar o Japão como um país ocidental, algo que não refletiria seu suposto lugar na sociedade internacional do Leste Asiático (interrompendo assim o princípio de organização da sociedade)*”.

Figura 6: Mapa de Negociações do Reino de Ryukyu



Fonte: MUSEU DE OKINAWA (2018)

A dinastia Qing buscou retomar o poder do território tributário das ilhas, mas a demora pela resposta fez com que tanto a população de Ryukyu passasse a (e tivesse que) aceitar o controle japonês. Entretanto, a dissuasão continuou e somente foi resolvida na Guerra Sino-Japonesa (1894-1895).

É importante notar que a anexação de Ryukyu foi uma prática de incorporação de um país ao outro, mas a ambiguidade de relações da região de Okinawa, tanto com a China como o Japão e os laços estabelecidos através do domínio Satsuma, fizeram com que Ryukyu fosse incorporado pelo Japão sem grandes problemas de acordo com a lei internacional. Todavia, é importante refletir que o reino de Ryukyu era um país independente, tanto que mantinha relações e acordos diplomáticos não só com japoneses e com os chineses, mas também com os coreanos, alguns países do sudeste asiático e, inclusive, algumas potências europeias (CHEN, 2014; TAKARA, 2012).

Apesar da anexação do Reino de Ryukyu não significar o controle das ilhas Senkaku/Diaoyu, foi o primeiro movimento que tornou possível o argumento sobre a soberania japonesa, posto que são consideradas como parte da prefeitura de Ishigaki. O Japão incorporou o território das ilhas Senkaku/Diaoyu posteriormente em 1895 e postula-se que o governo japonês fez pesquisas anteriores e considerou o território como *terra nullis* (SUGANUMA, 1996) (ANEXO A).

Contrariamente, durante a investigação a respeito da soberania das ilhas em 1885, um magistrado de Okinawa afirmou que as ilhas apresentadas como “descobertas” e clamadas pelo morador da província de Okinawa poderiam ser as mesmas que apareciam nos “*Zhongshan Mission Records*” que eram usados como apoio nas rotas de navegação entre os reinos Ryukyu e a Dinastia Qing, sendo o ponto de demarcação e fronteira do território. Os conselhos do magistrado de Okinawa foram ignorados e o ministro escreveu uma carta ao Ministro de Relações Exteriores, apontando que apesar de existirem traços de que as ilhas mencionadas no documento poderiam ser as mesmas, não existiam evidência de que aquelas ilhas pertenciam à China (SHAW, 1999).

O Ministro de Relações Exteriores, por sua vez, escreveu outra carta confidencial, onde afirmou que os jornais chineses estavam notificando e espalhando rumores da intenção do governo japonês de ocupar as ilhas. O conselho naquele momento foi de que deveria esperar um momento mais apropriado para que o governo japonês tomasse mais medidas com relação àquele território. Por esse motivo, as pesquisas realizadas e a investigação das ilhas “*não devem ser publicadas no Boletim Oficial ou nos jornais. Por favor, preste atenção especial a isso*” (apud SHAW, 1999, tradução nossa). Tal questão explicaria os motivos da incorporação do território por parte do Japão ter demorado 10 anos, sendo realizada somente em 14 de janeiro de 1895, quando o Japão já estava em condição de superioridade em relação à China na Guerra Sino-Japonesa.

2.3.2 A GUERRA RUSSO-JAPONESA (1904-1905) E O TRATADO DE PORTSMOUTH (1905)

Historicamente, a relação Rússia-Japão esteve apoiada em bases frágeis, principalmente após a Tripla Intervenção, levando em consideração que ambos os países almejavam controle ou ao menos influência sobre o território da Manchúria. As dívidas da China com o Japão fizeram com que o governo chinês precisasse pegar empréstimos e angariar fundos com países como a Rússia para pagar suas indenizações. Diante da aproximação com a Rússia, foi feito um acordo em 1896 de construção da *Chinese Eastern Railway ou North Manchuria Railway*.

Como os empréstimos oferecidos pela Rússia não foram pagos pela China, como forma de compensação, foi oferecido um acordo de arrendamento por 25 anos de Port Arthur e das redondezas em 1898. No documento afirmava-se que a finalidade era de assegurar que as forças navais russas possuíssem uma base inteiramente segura no litoral do norte da China.

O aumento das relações Rússia-China instigou e fomentou dúvidas sobre qual seria o próximo passo da Rússia na Ásia, gerando receios por parte do Japão. A Guerra dos Boxers ou o Levante dos Boxers (1899-1901), que foi consequência da mobilização chinesa diante da humilhação vivenciada devido à presença de forças estrangeiras em seu território, aumentou ainda mais as tensões entre Rússia e Japão com a consolidação do poder russo na região da Manchúria⁷⁵. O levante que visava a independência chinesa e a soberania do território teve como efeito o contrário, com o Protocolo de Paz dos Boxers (1901) as potências estrangeiras não só aumentaram sua capilaridade e penetração no território e no comércio chinês, como também receberam indenizações, deixando a China em uma situação cada vez mais frágil no cenário internacional.

É importante mencionar que desde a metade do século XIX a expansão russa assombrava o Japão com receios que seus territórios ao norte, como Hokkaido, fossem aos poucos engolidos pelo urso branco que enviava constantemente navios e frotas para a região. Somado a isso, a construção da *Chinese Eastern Railway* não agradava ao Japão ou a Inglaterra, visto que se a Península Coreana caísse nas mãos dos russos, eles teriam grande capacidade e liberdade de ação no leste através de rotas marítimas preciosas (KODA, 2005).

Após tentativas frustradas de um acordo entre Rússia e Japão a respeito de delimitações territoriais concernentes ao território da Manchúria e da Península Coreana, a guerra foi deflagrada pelo Japão no dia 10 de fevereiro de 1904. Como não é o objetivo desta tese discursamos intensamente sobre tal conflito, cabe mencionarmos qual a relevância dele para o nacionalismo, a estratégia e as relações sino-japonesas.

A guerra Russo-Japonesa foi travada em território chinês e a vitória do Japão em 5 de setembro de 1905 concedeu territórios chineses ao Japão. A surpreendente vitória japonesa só foi possível mediante a aliança com os EUA que forneceram ajuda econômica para o arquipélago, posto que o Japão ainda detinha capacidades inferiores em relação à Rússia (MINOHARA; IOKIBE, 2017).

No fim da guerra, foi assinado o Tratado de Portsmouth (1905) que restaurou a soberania da Manchúria à China e ao mesmo tempo permitiu que o Japão obtivesse o controle da Península de Liaodong e do sistema de ferrovias russo na Manchúria meridional “*entre Changchunfu e Kuanchangtsu e Port Arthur, e todas as filiais, juntamente com todos os*

⁷⁵ A indignação do povo chinês com relação a presença e a penetração estrangeira no território, os violentos movimentos em busca de expulsar as tropas europeias, japonesas e norte-americanas da região, culminaram em milhares de estrangeiros e chineses mortos, e provaram a incapacidade da Dinastia Qing atender às necessidades da população chinesa. A resposta dos outros países foi dura e arrasadora com a organização de um exército internacional com soldados russos, americanos, ingleses, franceses, japoneses e alemães (SPENCE, 1990).

direitos, privilégios e propriedades pertencentes a essa região, bem como todas as minas de carvão na referida região que pertencem ou trabalharam em benefício da estrada de ferro” (PORTSMOUTH TREATY, 1905, tradução nossa).

Nesse sentido, o Japão conquistou territórios na China e obteve territórios na Rússia como a parte Sul das ilhas Sacalinas, além de ter o reconhecimento por parte da Rússia de que a Coreia era território do Japão. Nota-se que em 1905 também foi assinado o Tratado de Eulsa entre Japão e Coreia, que transformou a Coreia em protetorado do Japão, sendo oficialmente anexada em 1910 no Tratado de Anexação da Coreia, onde “*o Imperador da Coreia faz a completa e permanente cessão de todos os direitos de soberania do território coreano para o Imperador do Japão*” (KOREA ANNEXATION TREATY, 1910, tradução nossa).

No que diz respeito a Guerra Russo-Japonesa, Shimazu (2006) argumenta que os soldados se sentiam mais e mais pertencentes à Nação japonesa. Os soldados enfrentavam uma potência europeia e nesta jornada consolidou-se o senso de pertencimento à Nação. A jornada até o campo de guerra teve um efeito positivo nos soldados “*permitindo que eles se identificassem mais de perto com seu país, simplesmente viajando pelo espaço geográfico do Japão. Isso lhes permitiu romper com sua identidade altamente localizada e desenvolver uma identidade mais nacional*” (SHIMAZU, 2006, p.62, tradução nossa).

No tratado de paz entre os países, a Rússia não foi obrigada a pagar nenhuma indenização ao arquipélago nipônico e aos olhos dos cidadãos japoneses isso gerou revolta. Quando o público soube que o Japão não receberia nenhuma indenização, levaram a indignação da população com uma massiva manifestação no Parque Hibiya em Tóquio em 5 de setembro de 1905 (MINOHARA; IOKIBE, 2017). De acordo com Lai (2008, p.118, tradução nossa), a forma com a qual as potências ocidentais tratavam o Japão em alguns períodos e “*a percepção contínua do bullying externo desempenhou um papel significativo, mobilizando a lealdade nacional sob um estado japonês cada vez mais paroquial e encorajando a ascensão do ultranacionalismo militarista*”. Com a necessidade de sobreviver no sistema internacional e ser reconhecido, o nacionalismo promovido pelo Estado e apoiado pela sociedade, que passava a se identificar cada vez mais como cidadão japonês e como único diante das vitórias nas guerras, foi central para permitir que o governo mobilizasse recursos humanos para guerras vindouras.

O Japão vivenciou períodos em que agia de forma revisionista e *status quo*, com o intuito de consolidar sua posição, acumulando mais territórios e, em outros, assegurando o que havia conquistado. O arquipélago agia de tal forma não meramente porque visava mais poder, mas porque as pressões das potências estrangeiras e os interesses estratégicos nacionais faziam com que essas ações fossem necessárias para preservar a sua segurança.

O Japão precisava não só desenvolver-se econômica e militarmente, mas também mostrar poder para que não fosse ameaçado pelas potências do sistema internacional. Após a guerra, o governo japonês perseguiu dois objetivos: assegurar os direitos e interesses nas áreas conquistadas e garantir que as outras nações apoiariam ou legitimariam o novo *status* conquistado.

Dessa maneira, as configurações de poder no Leste Asiático estavam aos poucos se transformando após a Guerra Russo-Japonesa e as conquistas norte-americanas após a Guerra Hispano-Americana (1898). Com a conquista japonesa da península coreana, o arquipélago logo fez acordos com os EUA e com a Grã-Bretanha para assegurar sua posição e suas conquistas territoriais. No início do século XX, o Japão era um importante aliado do governo norte-americano que viu no arquipélago uma possibilidade de fortalecer uma fragilidade marítima norte-americana na Ásia para defender o território das Filipinas⁷⁶ (MINOHARA; IOKIBE, 2017).

Se de um lado a Guerra Russo-Japonesa robusteceu a presença japonesa em territórios chineses tanto do ponto de vista geográfico como político-econômico, por outro também inflou o ego da Nação japonesa que consolidava sua expansão para o Leste Asiático. A guerra serviu para enraizar ainda mais a humilhação da influência estrangeira em território chinês, pois era uma guerra em territórios chineses, no qual o governo da China não tinha qualquer poder de voz e comando. O Japão confirmou que ele era uma das peças do jogo de xadrez no tabuleiro internacional, enquanto a China serviu como o tabuleiro das grandes potências.

2.3.3 AS “21 DEMANDAS” JAPONESAS (1915) E O TRATADO DE VERSALHES (1919)

As vitórias nas guerras, as derrotas, a expansão territorial, a perda de territórios, o estabelecimento de regras, a imposição de regras, entre outros, foram os mecanismos que ajudaram a inflar ou mobilizar o nacionalismo nos países. Enquanto a identidade e o nacionalismo japonês emergiram alicerçados a partir das sucessivas vitórias, as derrotas da

⁷⁶ Nota-se que no período pós-guerra e com as relações amigáveis entre EUA e Japão, japoneses migraram para os EUA em busca de trabalho e estudos. Como apresentam Minohara e Iokibe (2017), casos de racismo e preconceito estavam presentes na sociedade americana em um caso que aconteceu na Califórnia. Escolas estavam separando crianças japonesas de norte-americana. Um preconceito que se estabeleceu diante da difusão do “perigo amarelo”. Naquele contexto nem o governo japonês e nem o governo norte-americano estavam preocupados com hordas e movimentos demonstrando amor à pátria. Afinal, o presidente norte-americano, Theodore Roosevelt (1901-1909) preocupava-se mais com a necessidade de assegurar uma posição estratégica e os interesses no pacífico. Enquanto o governo japonês, como a única Nação não-branca entre as potências mundiais e visando o status e reconhecimento, não fez com que o problema afetasse a relação Japão-EUA. Para saber mais sobre o incidente, consultar Minohara e Iokibe (2017).

China serviram como combustível para alimentar o nacionalismo e os discursos sobre a necessidade de unificação nacional no século XX e XXI.

De acordo com Gordon (2003, p.173), a Primeira Guerra Mundial (1914-1919) foi um importante momento em que, como as potências europeias estavam focadas no continente europeu, o Japão conseguiu fortalecer suas demandas em seu entorno regional, sobretudo com a China, como foi o caso das 21 Demandas. Além disso, também nesse período o Japão continua a florescer economicamente, posto que a guerra “*cortou os comerciantes europeus de seus clientes asiáticos, e isso deu um enorme impulso à economia recém-industrializada do Japão. Entre 1914 e 1918, a produção industrial do Japão subiu de 1,4 bilhão para 6,8 bilhões de ienes*” (GORDON, 2003, p.139, tradução nossa).

Como mencionamos anteriormente, Zhao (2008) argumenta que existiam três concepções a respeito da identidade chinesa. O nacionalismo mais saliente do período era uma mescla pela busca de recuperar valores e tradições - até mesmo anteriores da dinastia Ming -, o interesse em emular práticas ocidentais para se livrar das amarras dos mesmos e como sobreviver no sistema internacional sem ser desmembrada. Destaca-se Sun Yat-Sen (1866-1925)⁷⁷, estadista e líder revolucionário no início do século XX, que é muitas vezes conhecido como o “Pai da Nação Chinesa” e como uma das figuras que representa a união do povo chinês, sendo venerado tanto em Taiwan como na China na atualidade. Além de desempenhar um papel fundamental na queda da Dinastia Qing (1644-1912), foi o primeiro presidente provisório quando foi fundada a República da China em 1912 e foi um dos fundadores do *Kuomintang*.

Sun Yat-sen foi o primeiro a assumir a presidência da nova República da China, mas foi forçado a entregar o poder a Yuan Shikai (1912-1915). De acordo com Spence (1990, p.267, tradução nossa):

O golpe final contra os Qing ocorreu no final de janeiro de 1912, quando quarenta e quatro comandantes do exército de Beiyang enviaram um telegrama ao gabinete de Pequim pedindo a formação de uma república na China. Enquanto os príncipes manchus mais intransigentes recuaram para a Manchúria, onde tentaram coordenar uma resistência. A mãe do imperador e seus conselheiros próximos negociaram freneticamente com Yuan Shikai e os outros líderes do exército Beiyang para um acordo que garantiria suas vidas e uma medida de segurança financeira. Quando Yuan e o senado do governo provisório em Nanjing concordaram em garantir ao Imperador

⁷⁷ Devido à pressão que a China sofria com as derrotas e o estabelecimento de tratados desiguais, as elites compreenderam que era necessária uma reforma. No entanto, as diretrizes dessa mudança propiciaram uma divisão política no interior do Estado chinês, onde de um lado estavam o grupo de reformistas que apoiava a ascensão da imperatriz Cixi e de outro o grupo que privilegiava reformas a serem guiadas pelo imperador Guangxi. A chamada Reforma de Cem Dias tinha objetivo um movimento de reformas nacionais no meio cultural, político e educacional sob liderança de K'ng Youwei que apoiava Guangxu. Tal reforma durou de 11 de junho a 21 de setembro de 1898. Algumas das reformas foi a extinção do mandarinato, a adaptação dos currículos educacionais adaptados sob inspiração dos padrões ocidentais e uma economia envolta por alguns contornos liberais. Todavia, as reformas não surtiram o efeito desejado, visto que enfrentavam as tradições, as contínuas derrotas e uma forte oposição por parte dos aliados da imperatriz Cixi.

e à sua família o direito de continuar residindo na Cidade Proibida de Pequim e de possuir seus grandes tesouros imperiais, bem como uma quantia de US \$ 4 milhões por ano e proteção de todos os templos ancestrais Manchu, o tribunal anunciou a abdicação do Imperador Puyi em 12 de fevereiro de 1912.

O governo de Yuan Shikai durou apenas três anos. Em 1915, ele se autodeclarou imperador da China e foi criticado pelos seus apoiadores, abdicando de sua posição. O vácuo de poder deixado na China fez com que o país passasse a ser administrado por coligações de chefes militares provinciais. Ou seja, a nova constituição política da China não trouxe estabilidade, pelo contrário, acontecimentos externos, como veremos a seguir com as demandas japonesas e a continuação das práticas europeias, perpetuaram a insegurança doméstica (SPENCE, 1990, p.271).

Enquanto a China destruída precisava se reerguer, o Japão começava a participar do jogo das grandes potências e aliar-se aos países com o intuito de assegurar territórios e consolidar seu poder. Durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o Japão participou como um aliado da Tríplice Entente (Rússia, Grã-Bretanha e França), tendo como papel lutar contra a marinha imperial alemã na região do Pacífico. As forças japonesas ocuparam rapidamente territórios alemães, como as Ilhas Mariana, Caroline e Marshall. Ainda assim, como as potências aliadas estavam envolvidas com a guerra na Europa, o Japão aos poucos conseguiu estabelecer posições na China, como Shandong.

Com o intuito de consolidar ainda mais a posição nipônica no continente asiático, o Japão apresentou ao presidente chinês Yuan Shikai (1911-1915) o documento conhecido como “21 Demandas” (對華二十一カ条要求 ou Taika Nijyūichikkajō Yōkyū). Tais demandas se dividiam em cinco grupos e visavam ampliar direitos territoriais e econômicos japoneses na China em Shandong, na Manchúria e na Mongólia. Os primeiros dois grupos eram designados a confirmar a posição dominante do Japão em Shandong, no sul da Manchúria e no leste da Mongólia. O grupo três apontava o interesse japonês no complexo industrial da China, enquanto o quarto grupo proibia a China de conceder territórios na costa ou nas ilhas para potências estrangeiras. O último grupo era o mais problemático, tendo em vista que o Japão requeria que conselheiros japoneses se instalassem na China e influenciassem o governo chinês econômica e militarmente. Tal grupo de demandas tornaria a China um protetorado japonês.

As demandas foram levadas à China como “anseios”, posto que o Japão visava assegurar uma posição semelhante a conquistada por países ocidentais na China. De acordo com Minohara, Takahara e Murai (2017), o grupo cinco de demandas era mais um instrumento de barganha do governo japonês do que algo que as lideranças nipônicas esperavam concretizar.

Os chineses compreendiam que tais demandas eram uma forma do Japão se aproveitar da posição débil que a China se encontrava no cenário internacional.

Por isso, para mitigar a capacidade de barganha japonesa, o governo de Yuan vazou uma versão exagerada das demandas japonesas para os EUA e para a Europa. Para Yuan, *“eles sabiam o que os japoneses estavam pretendendo o tempo todo, mas eles decidiram transformar a ação japonesa em uma arma contra o próprio país, revelando as “demandas” irracionais japonesas para o mundo, a fim de transformar a opinião pública internacional contra o Japão”* (MINOHARA; TAKAHARA; MURAI, 2017, p.53, tradução nossa).

Apesar de levantes populares dentro da China e críticas do governo norte-americano sob comando de Woodrow Wilson⁷⁸ (1913-1921), em 7 de maio de 1915, o governo japonês emitiu um ultimato à China, mas dispensou o grupo cinco de demandas. Yuan aceitou os termos no dia 9 de maio, que ficaria conhecido na mente de muitos chineses como o dia da humilhação nacional (MINOHARA; TAKAHARA; MURAI, 2017; SPENCE, 1990). A ocasião além de marcar as relações sino-japonesas, também foi o primeiro importante momento em que os EUA e o Japão abertamente conflitavam em relação a uma decisão ou ação do governo japonês.

Ainda como uma das consequências da Primeira Guerra Mundial, o Tratado de Versalhes (1919) também foi um dos grandes eventos da trajetória da grande humilhação chinesa, visto que a província de Shandong foi mencionada como uma das possessões do Japão. Tal tratado merece destaque, posto que a resolução de 1919 mobilizou a população chinesa no que ficou conhecido como Incidente 4 de maio de 1919. De acordo com Fairbank e Goldman (2006, p.268, tradução nossa), *“a notícia desta decisão levou cerca de 3.000 estudantes da Beida e outras instituições de Pequim a realizarem uma manifestação em massa em Tiananmen, na porta de entrada para o palácio. (...) Demonstrações semelhantes foram realizadas em Tianjin, Xangai, Nanjing, Wuhan, Fuzhou, Guangzhou. e em outro lugar”*.

Segundo Spence (1990), o movimento representa um dos principais pontos para se pensar o nacionalismo e a identidade nacional chinesa na modernidade. Os acontecimentos de Versalhes, somados com a fragmentação chinesa e lideranças locais corruptas que se formaram em uma espécie de sistema “feudal” após a renúncia de Yuan Shikai, permearam e influenciaram o movimento 4 de maio que foi uma tentativa de redefinir a cultura chinesa como parte do mundo moderno.

⁷⁸ As críticas do governo de Woodrow Wilson eram resposta ao desejo de preservar uma política portas abertas e preservar a integridade administrativa e territorial chinesa.

Tal movimento não foi mobilizado por líderes políticos e lideranças, foi um movimento que partiu da população e foi um fenômeno nacional. O pensamento formativo dele originou-se, primeiramente, nos centros universitários, sobretudo, na Universidade de Pequim. Tal movimento representou a busca pela coesão nacional e pela recuperação da face chinesa, criticando o Japão e, posteriormente, o governo chinês.

A disputa por Shandong continuou sendo uma questão forte nas relações entre a China com os países ocidentais e o Japão. Em 1921, na Conferência de Washington, países europeus e os EUA, desconfiados das incursões japonesas em territórios chineses, realizaram negociações com a China e, em 1922, foi assinado o Tratado de Shandong, devolvendo à China os territórios, contrariando as ambições japonesas (SPENCE, 1990). Tal ponto é fundamental para compreender questões relacionadas à legitimidade do Partido Comunista Chinês (PCC) durante o século XX e XXI, ainda sim é de suma importância para se pensar o controle do governo chinês de manifestações nacionalistas.

É importante salientar que existia uma diferença marcante no comportamento do Japão e dos países ocidentais nas negociações. De acordo com Minozara, Takehara e Murai (2017), mesmo participando da Conferência, diferente das potências ocidentais que opinavam em todos os assuntos, o Japão pouco opinava sobre assuntos que não tinham relação com seus interesses nacionais de garantir direitos sob a província de Shandong e assegurar os direitos às minas e construções em Qingdao, controlar ilhas alemãs no pacífico e propor a inclusão de uma cláusula de igualdade racial na Liga das Nações⁷⁹. A última cláusula representava a busca pelo Japão se legitimar com o *status quo* que conquistou ao longo do seu processo expansionista e a garantindo, consolidava o reconhecimento e o prestígio sobre o controle de determinados territórios. Era a busca pelo Japão de ser tratado como um “igual”, perante ao ocidente e não ojerizado e discriminado por não ser um país propriamente ocidental.

Do ponto de vista doméstico, o retorno do território de Shandong à China deu fôlego e incentivos para que grupos mobilizassem e disseminassem a necessidade de reunificar a China. Nesse sentido, Sun Yat-Sen foi uma figura central para esse processo. Nota-se que além de Sun ter participado da reestruturação da China o líder escreveu relatos enfatizando a importância do nacionalismo e retratando a necessidade de recuperar a face chinesa⁸⁰.

⁷⁹ Os motivos desse interesse supracitados com relação a alguns incidentes de preconceito e xenofobia. O Japão ao mesmo tempo em que desejava preservar o prestígio nacional, visavam não ser discriminado pelas potências ocidentais.

⁸⁰ No desenvolvimento da tese dos “Três Princípios do Povo” (o nacionalismo, a democracia e o “bem-estar do povo”), o nacionalismo é considerado como o primeiro princípio, porque só após a unificação nacional poderia ser pensada e instaurada a democracia, para então estabelecer um modelo de pensamento social e com capacidade de diminuir as assimetrias da população.

Era necessário um processo de adesão e aceitação da população de que era preciso vencer as forças que tornavam a China uma “semicolônia”, por isso aos poucos a lealdade às famílias e aos clãs deveriam se transformar e se configurar na lealdade à Nação. Se os chineses buscavam se reerguer e sobreviver no sistema internacional, eles deveriam reviver a coesão nacional. Para isso, a população precisava entender a posição da China no sistema, onde Japão, EUA, Inglaterra e França representavam grandes ameaças para a existência da China. Sun Yat-Sen (1924, p.33) afirma que “*com nosso histórico e nossos recursos naturais e humanos, seria mais fácil para nós ascendermos à posição de potência de primeiro mundo do que para o Japão. (...) Nós seremos dez vezes mais poderosos do que o Japão porque nosso país é mais de dez vezes maior e mais rico do que o Japão*”.

A sociedade chinesa visava se encontrar, enquanto Nação e o Estado ansiava em se estabelecer enquanto país autônomo. Afinal, a China conservou parte de sua integridade territorial, mas devido à imposição de práticas de comércio por parte do ocidente, era “saqueada” constantemente. De acordo com Sun (1924, p.40) as Nações estrangeiras pegavam da China cerca de US\$1,200,000 anualmente com os tratados desiguais e tal quantia crescia ano após ano.

Na década de 1920, Sun Yat-Sen estabeleceu uma base revolucionária no Sul da China e buscou unificar o fragmentado país. O PCC, criado em 1921 por Mao Tsé Tung, e o *Kuomintang*, partido de Sun, se aliaram como resultado do desespero e da esperança de recuperar a China. Com a morte de Sun Yat-Sen em 1926, Chiang Kai-shek assumiu o controle do *Kuomintang* e a aliança com o PCC perdurou somente até as conquistas sob seu governo na parte sul e centro da China, numa campanha conhecida como “Expedição do Norte”. Após derrotar as lideranças das regiões, Chiang obteve apoio e em 1927 expulsou os exércitos comunistas e seus chefes das bases no sul e leste da China.

Nesse sentido, como afirma Spence (1990, p.273), restou ao PCC se reagrupar em áreas rurais isoladas, enquanto os Nacionalistas consolidaram seu poder, unificando da Manchúria até Guandong em uma só bandeira. Todavia, ao passo que o governo do *Kuomintang* se consolidava, o governo chinês precisou enfrentar novamente as ações japonesas em seu território, como veremos a seguir.

A China travava constantemente uma luta interna e uma busca por reconstruir um legado ao passo que era pisoteada pelas potências do período. Por isso, as bases que vão alicerçar o nacionalismo chinês a comando do PCC, como veremos no Capítulo 4, são formadas nesse período. A identidade nacional chinesa e o nacionalismo são aflorados em relação a percepção do outro, sobretudo, da ameaça externa no que tange às mudanças na distribuição de poder do

sistema internacional e nas relações da China com os outros países, sobretudo o Japão ao longo do século XX e dos EUA a partir da metade do século XX (GRIES, 2004; CHEN, 2005; MEISSNER, 2006; ZHAO, 2008).

2.3.4 A INVASÃO E A OCUPAÇÃO DA MANCHÚRIA (1931-1933)

Visando dominar a China, em 1931 o Japão invadiu e conquistou com sucesso a região da Manchúria, criando o Estado Independente de Manchukuo em 1932, que serviu como um Estado fantoche dos interesses japoneses. Diferente do caso coreano ou taiwanês, a região não foi incorporada diretamente ao território japonês, mas funcionava de acordo com os interesses do arquipélago por recursos fundamentais para alimentar sua indústria com o ferro e o carvão.

A ocupação da Manchúria teve início na explosão dos trilhos da estrada de ferro da Manchúria Meridional e postula-se que explosão foi planejada e executada por oficiais do exército japonês, também conhecido como exército Kwantung⁸¹. O ponto central da invasão da Manchúria e da penetração do Japão no território chinês emergiu da ideia crescente do verdadeiro lugar no mundo do Japão. Na Manchúria⁸² uma campanha de modernização objetivou melhorar as escolas, os hospitais, o sistema sanitário e elétrico e etc. De fato, a modernização da região entorno da linha ferroviária contribuiu com as ideias do Japão sobre a “força civilizadora” pretendida na ocupação de suas colônias ou Estados marionetes.

A invasão do Japão e a criação de Manchukuo fez com que pela primeira vez desde sua criação a Liga das Nações precisasse interferir e intermediar um incidente na região asiática. O incidente foi considerado grave por parte do governo chinês que protestou formalmente a presença japonesa robustecida na região. Após dias de investigação, uma Comissão de Inquérito em um documento denominado Relatório Lytton, apresentou à Assembleia Geral da Liga das Nações um parecer contrário à presença do Japão na região (SPENCE, 1990).

⁸¹ O exército Kwantung era o maior segmento do exército imperial japonês. Era uma unidade das Forças Imperiais japonesas designadas permanentemente a região de Kwantung em Liaodong. De acordo com Yoshikawa (2015) uma das motivações do exército japonês Kwantung de explodir e forjar o incidente na Manchúria foi uma resposta ao interesse chinês que dava indícios de tentar retomar os territórios de Lushin e Dalian, que foram dados ao Japão como espólios da vitória na Guerra Russo-Japonesa. As forças de Kwantung objetivavam tomar o controle da Manchúria e da parte oriental da Mongólia, mas as Forças Armadas Imperiais japonesas não aprovaram, por esse motivo o governo criou o regime fantoche de Manchukuo, instalando Pu Yi - que foi o último Imperador da China da Dinastia Qing de 1908 até 1912 - como líder como uma forma de tentar amenizar as críticas, mas que não tenha funcionado.

⁸² Economicamente, a invasão da Manchúria coincidiu com mudanças na economia doméstica do Japão. De acordo com Gordon (2003, p.195, tradução nossa), “de 1931 a 1934, a produção industrial aumentou 82%, com o Japão se recuperando da depressão muito mais rapidamente do que as economias ocidentais. O volume de exportações fora do império quase dobrou de 1930 a 1936 (...). Tudo dito, a economia cresceu em cerca de 50 por cento de 1930 a 1936”.

O relatório concluiu que tendo examinado cuidadosamente as evidências apresentadas em reuniões oficiais e privados, bem como através de cartas e declarações, concluímos que o "novo governo da Manchúria" é percebido pelo povo chinês como um fantoche do governo japonês e que o mesmo não tem o apoio do público chinês. (...) Sentindo que o Relatório Lytton não estava a seu favor, o Japão proclamou Manchukuo como um Estado independente em setembro de 1932, poucos dias antes do relatório ser divulgado. No ano seguinte, o Japão foi a única voz de dissidência quando a Liga das Nações adotou uma resolução contra o reconhecimento do estado de Manchukuo. Apesar de sua adesão permanente ao Conselho, o Japão se retirou da Liga (YOSHIKAWA, 2015, p.5, tradução nossa).

A Liga das Nações não reconheceu Manchukuo, tendo como explicação o fato de não ser um Estado formado por um movimento independente autêntico do povo chinês, mas sim uma criação de políticos e militares japoneses. A decisão culminou na saída do Japão da organização internacional e alavancou uma nova fase da diplomacia japonesa, causando o isolamento do país perante a sociedade internacional.

Além da saída da Liga das Nações e da Ocupação da Manchúria, outros acontecimentos contribuíram para o Japão trilhar gradativamente um caminho em direção à guerra. A invasão japonesa serviu para agravar os problemas internos partidários e o conflito entre as lideranças e o apoio popular da China. De um lado o Partido Nacionalista chinês liderado por Chiang Kai-Shek priorizou eliminar o Partido Comunista para depois enfrentar os japoneses sob o slogan “*Primeiro a pacificação interna, depois a resistência externa*” (先安内, 后攘外) e, do outro lado, o Partido Comunista sob liderança de Mao Tsé Tung objetivavam unificar a China e eliminar as forças estrangeiras apoiado no slogan “*chineses não lutam contra os chineses*” (中国人不打中国人).

Um livro sátira escrito por Lao She, um influente escritor chinês na época, intitulado “*Cat Country*” publicado em 1932, reconta os acontecimentos do período apresentando a história de um viajante do espaço que chega à Marte e encontra um país repleto de gatos, sendo invadido por uma forte Nação de pequenas pessoas. Lao She narra as divisões políticas e sociais do povo dos gatos (China) e reflete que isso impedia que o país conseguisse enfrentar o povo de pessoas pequenas (Japão). Diante de tal situação restava somente o duro aço da história, enquanto um país era desintegrado e os inimigos simplesmente o viam se autodestruir (*apud* SPENCE, 1990).

De acordo com Spence (1990, p.419), estudantes responderam a sátira de Lao She e impulsionaram movimentos anti-Japão que estavam crescendo na China, por esse motivo, o PCC conquistou mais espaço e passou a influenciar cada vez mais os chineses insatisfeitos com os abusos cometidos pelo arquipélago nipônico. Em 1933 o Japão já tinha incorporado a parte Leste da Mongólia Interior e ameaçava as cidades de Pequim e Tianjin com Ocupação. A trégua

de Tanggu em 1933 tornou a ocupação japonesa estável na China, visto que Chiang Kai-Shek aceitou desmilitarizar uma área que se estende do sul da Grande Muralha, até uma linha ao nordeste do Rio Bai, na província de Hebei, no norte da China. Além disso, houve o reconhecimento por parte do governo do *Kuomintang* da existência de Manchukuo.

No ano seguinte, em 1934 o Partido Comunista começou o movimento que ficou conhecido como a “Longa Marcha”, que tinha como intuito escapar da perseguição militar do *Kuomintang* e estabelecer forças para controlar e organizar. Nota-se que a invasão japonesa serviu como combustível para alimentar o descontentamento popular contra o Japão naquele período, o que fortaleceu a coesão e o apoio popular ao PCC (SPENCE, 1990; FAIRBANK; GOLDMAN, 2006).

Mesmo com o fortalecimento do PCC, Chiang Kai-Shek, que resistia à união do *Kuomintang* com o PCC, cedeu em 1936 quando foi sequestrado pelo marechal Zhang Xueliang, e durante duas semanas, ficou em contato com líderes comunistas que defendiam uma política contra os japoneses e a união tanto do Partido Comunista como do *Kuomintang* para expulsá-los, formando a chamada Segunda Frente Unida (FAIRBANK; GOLDMAN, 2006). Durante esse período, a agência de notícias Xinhua divulgou notícias sobre o PCC e os trabalhos de Mao Tsé-Tung clamando pela união nacional e união contra as forças japonesas, mesmo que tenham sido censurados em algumas regiões controladas pelo Japão. A pressão contra os japoneses e a união nacional foram desencadeadores dos rumos para o início da Segunda Guerra Sino-Japonesa (1937-1945) no evento que ficou conhecido como “Incidente da Ponte de Marco Polo” em 1937. Tal conflito marcou profundamente o nacionalismo chinês, onde um Embaixador Americano em Nanquim em 1937 estava “*preocupado que os sentimentos anti-japoneses tivessem finalmente se tornado uma parte da consciência racial chinesa*” (SPENCE, 1990, p.444, tradução nossa).

2.3.5 A SEGUNDA GUERRA SINO-JAPONESA (1937-1945) E O EMBATE NIPO-AMERICANO (1943-1945)

Nos eventos acima demonstramos como gradativamente a China foi perdendo seu poder e posição no cenário internacional. Enquanto isso o Japão ascendeu à posição de potência revisando toda a distribuição de poder do Leste Asiático, sobretudo na sua relação vis à vis a China. Além disso, paulatinamente os EUA saíram de uma posição isolacionista que mantinham no início do século XIX e passaram a influenciar cada vez mais as dinâmicas políticas e econômicas na região asiática.

Entretanto, como enunciam Minohara e Iokibe (2017) a região do Pacífico acabou se tornando pequena para os anseios e interesses expansionistas japonesas e a busca dos EUA de assegurar posições na região. Ao passo que os interesses estratégicos geopolíticos nipônicos direcionaram seus esforços para se consolidar como uma liderança ou o centro de poder na região, as relações nipo-americanas ruíram e gradativamente eclodiram em conflitos. Como não cabe aqui narrarmos todos os conflitos ocorridos durante a Segunda Guerra Mundial, o recorte adotado é a discussão de três pontos: (i) a estratégia expansionista japonesa, (ii) o Massacre de Nanquim e (iii) o conflito entre EUA e Japão. Todos estes eventos/ questões de alguma forma afetaram as relações entre Japão, EUA e China.

2.3.5.1 A ESTRATÉGIA EXPANSIONISTA JAPONESA

Na década de 1930, movimentos ultranacionalistas vão levar à radicalização do discurso nacionalista através da “Renovação *Showa*” que visava reconstruir a ordem doméstica japonesa (LAI, 2008). Diferente do nacionalismo do período Meiji, tal nacionalismo era mais xenófobo e tinha por objetivo o retorno do controle imperial no lugar de uma democracia e a expansão do poder militar. O governo lançou em 1937 o *Kokutai no Hongi* ou “*Princípios Cardinais da Identidade Nacional do Japão*”, uma das primeiras propagandas do Ministério da Educação durante a Segunda Guerra Mundial (GLUCK, 1985; TANN, 2010). O *Kokutai* se torna um ponto central nas análises (SASAKI, 2012; TANN, 2010), posto que é um documento que visava fortalecer o governo e reconstruir uma postura japonesa mais expansiva para Ásia. Utilizando-se da combinação do mito com o descontentamento da população em relação à entrada dos estrangeiros, o nacionalismo e a identidade nacional japonesa passaram ganhar uma forma clara (GORDON, 2003; SASAKI, 2012; PYLE, 2007).

De acordo com Tann (2010), o *Kokutai no Hongi* é considerado como o primeiro livro ou escrito base do nacionalismo japonês no século XX. O *Kokutai no Hongi* é considerado um *Nihonjinron*⁸³ e é utilizado pelo governo como uma ideologia hegemônica e endossada por estabelecimentos corporativos para incentivar a cooperação, a diligência e a lealdade (BEFU *apud* TANN, 2010). Tais atributos eram necessários para que o governo japonês conseguisse mobilizar recursos para alicerçar seus interesses estratégicos em direção ao continente e como liderança asiática⁸⁴.

⁸³ O conceito se tornou popular após a Segunda Guerra Mundial, com livros e artigos que buscavam analisar, explicar e explorar as peculiaridades da mentalidade e da cultura japonesa em contraposição às outras.

⁸⁴ Historicamente, o conceito de *Kokutai* pode ser encontrado em diversos escritos japoneses na época do governo Tokugawa. Um exemplo é o trabalho de Aizawa Seishisai (1781-1863) no livro *Shinron* ou *Novas Teses* de 1825. Aizawa Seishisai é um dos escritores da chamada escola Mito. Ao mesmo tempo tentavam encontrar soluções para

O nacionalismo na década de 1930 foi impulsionado pelo governo e é neste momento que são mobilizadas as ideias de Pan-Asianismo lideradas pelo Japão. Como mencionamos, a expansão ocidental fez com que o Japão se abrisse para as ideias, os valores, o comércio e a literatura dos EUA, da Inglaterra e da Alemanha. Nota-se que apesar do nacionalismo e a incitação dele ser orquestrada pelo Estado, como Gluck (1985) afirma, o discurso popular também influencia constringendo e favorecendo agendas nacionalistas, e influencia na possibilidade do governo utilizar seus recursos de poder na guerra.

Durante esse período, uma das estratégias geopolíticas do ocidente foi incorporada às estratégias japonesas pelas lideranças do período. Um dos pressupostos geopolíticos do Japão da década de 1930 foi feito durante o governo do primeiro-ministro Konoe Fumimaro (1937-1939/ 1940-1941) que defendeu ideias conhecidas como “*The New Order in East Asia*” que deram origem e serviram como base da política externa japonesa ainda no século XX conhecida como política da “*Greater East Asia Co-Prosperty Sphere*” ou “Esfera de Co-prosperidade da Grande Ásia Oriental” (大東亞共榮圈). Tal política tinha como base ideológica o pensamento de unificar e organizar articulando de maneira múltipla questões militares, políticas, culturais e econômicas do Japão com os países da Ásia. A região era pensada enquanto um bloco de nações asiáticas liderados pelos japoneses e livre das potências ocidentais, a ideia de uma pan-região asiática liderada pelo Império japonês.

Postula-se que a principal base desta política foi o pensamento geopolítico de Karl Haushofer, que era dividir o mundo em “Pan-Regiões” que teriam dimensões continentais e estariam sob influência da aliança proposta por Haushofer e que, de Norte ao Sul, compreenderiam diversos tipos de relevos, climas e recursos, o que as fariam autossuficientes. A divisão do mundo deveria ser em quatro pan-regiões: (i) continente americano, liderado pelos EUA, (ii) o europeu-africano-oriente médio, liderado pela Alemanha, (iii) o sino-russa-indiana, liderado pela Rússia e (iv) o asiático-insular e Oceania, liderado pelo Japão (SPANG, 2006). Nota-se que o autor foi um dos precursores a levar a visão geopolítica ao Japão, tendo em vista que grande parte de suas publicações tratavam-se de assuntos asiáticos. Generais e homens de Estado como Goto Shinpei, Katsura Taro e Ito Hirobumi foram influenciados pelo pensamento estratégico do autor alemão (TAKEUCHI, 2000; SPANG, 2006).

a crise do sistema feudal e para a ameaça externa imposta pelas potências estrangeiras, compreendendo a necessidade de proteger o kokutai da destruição ocidental. Aizawa inventou o termo Kokutai e escreveu o livro com o objetivo de avisar o perigo que existia na abertura e entrada dos “bárbaros ocidentais” no arquipélago, conjuminando em seu argumento o mito de criação do Japão com a legitimidade do governo, conectando a ideia de identidade e essência nacional do Japão à antiguidade (BENNER, 2006).

A partir do final da década de 1930, cada vez mais o arquipélago aumentou as suas conquistas territoriais e afastou potências europeias da região. Além da Coréia, da região de Manchukuo, de territórios cedidos tanto diante de acordos realizados com a China, como com a Rússia por ilhas no Pacífico, o Japão continuou sua expansão durante a guerra como foi o caso da invasão às Filipinas em 1942, à Indochina francesa (Vietnã, Camboja e Laos) em 1940 e 1941, à Malaya (Malásia), às Índias orientais holandesas (Indonésia) em 1942, à Singapura em 1942, à Burma em 1942 e outros. Tal forma de imperialismo é denominada por alguns historiadores como “imperialismo continental” devido à proximidade geográfica, cultural e racial entre o Japão e suas colônias (MATSUDA, 2016).

Figura 7: Mapa do Japão Imperial (1894-1945)



Fonte: EDMAPS (2018)

2.3.5.2 O MASSACRE DE NANQUIM (1937)

A Segunda Guerra Sino-Japonesa teve início em 1937, com o conhecido incidente da Ponte de Marco Polo, quando os japoneses decidiram em julho de 1937 usar a ponte como base para avançar em direção ao centro da China, onde foram autorizados a atirar para o ar para estimular as condições de combate. No mesmo dia, os soldados chineses atiraram granadas

contra a assembleia japonesa sem causar fatalidades ou danos, mas como um dos soldados japoneses estava desaparecido após o enfileiramento das tropas, o comandante japonês, pensando que os chineses o tinham capturado, ordenou o ataque (SPENCE, 1990).

A superioridade nipônica era indubitável e, por essa razão, avançou inicialmente com maior facilidade em direção aos territórios nas regiões Leste e Sul da China, conquistando de 1937 a 1938, sucessivamente Xangai, Suzhou, Nanquim, Qingdao, Cantão e Hainan, impelindo o exército chinês para Oeste. Apesar da superioridade japonesa, as forças chinesas conseguiram minar e esgotar aos poucos as forças nipônicas e foi durante este conflito que ocorreu um dos fatos mais marcantes das disputas entre os dois países: o Massacre de Nanquim (SPENCE, 1990; FAIRBANK; GOLDMAN, 2006).

O Estupro de Nanquim é conhecido pelos graves crimes de guerra cometidos com a organização de campos de trabalho forçado, o estupro de mulheres e os experimentos realizados em cidadãos chineses. Em linhas gerais, o exército imperial japonês cometeu graves crimes de guerra, organizando campos de trabalho forçado, aprisionando e violentando mulheres em massa, e promovendo experimentos científicos e médicos em cidadãos chineses. De 13 de dezembro de 1937 até 1 de março de 1938 estima-se que cerca de 20,000 mulheres foram violentadas, 30,000 soldados fugitivos e mais de 12,000 cidadãos foram mortos⁸⁵.

O Estupro de Nanquim causa discórdia entre a China e o Japão em pleno século XXI, posto que alguns historiadores japoneses insistem que a estimativas de mortes são menores do que o difundido pelos chineses. Com isso, os livros de história no Japão são constantemente criticados pelas autoridades chinesas que insistem em afirmar que o arquipélago nipônico relativiza ou nega o passado de atrocidades⁸⁶ (GORDON, 2003).

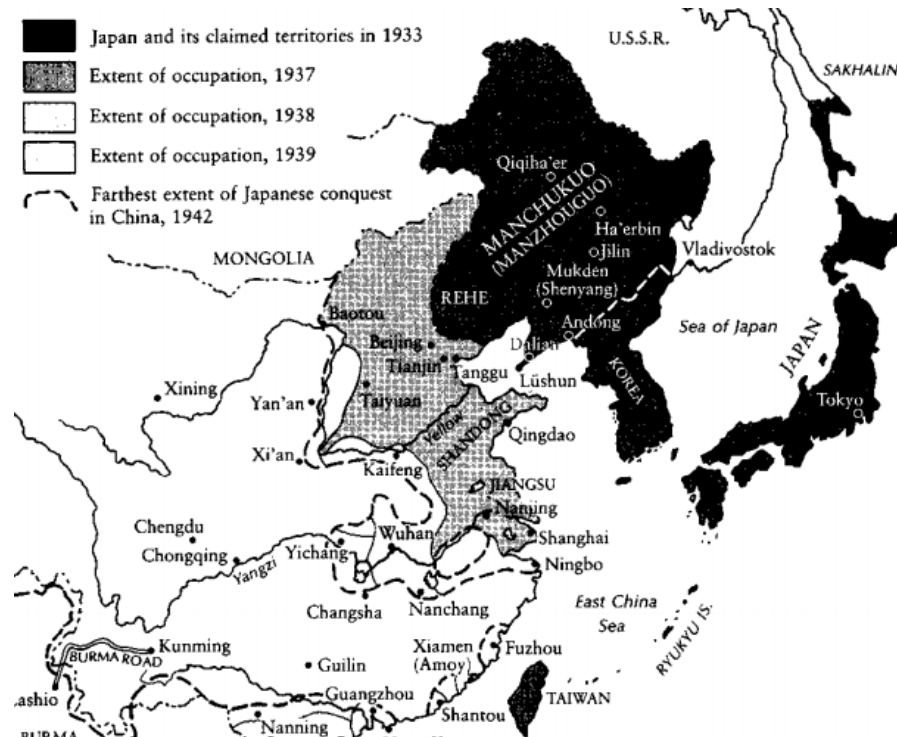
Devemos destacar também no período a questão das “Mulheres de Conforto” que é um eufemismo utilizado para designar as mulheres que foram forçadas à prostituição e a escravidão nos bordéis militares japoneses durante a guerra. As mulheres vinham das mais diversas regiões do Leste Asiático que foram controlados pelos japoneses. Tal evento é uma das marcas fundamentais para se entender as cicatrizes e as relações desconfiadas entre o Japão e alguns países do Nordeste Asiático e do Sudeste Asiático. Uma investigação realizada pela ONU

⁸⁵ A cidade de Nanquim foi deixada em ruínas e não há uma explicação clara sobre os motivos que levaram às atrocidades cometidas pelos japoneses. Uma possível resposta seria o fato de os soldados japoneses terem como expectativa uma vitória fácil, mas ao invés disso lutaram durante meses e, por isso, eles estariam “entediados, irritados, frustrados e cansados. As mulheres chinesas estavam indefesas ...” (SPENCE, 1990; p.445, tradução nossa).

⁸⁶ Com a minha experiência no Japão e conversando com alguns professores do Ensino Médio e Fundamental, eles confirmaram que os livros de história do Japão amenizam ou não mencionam questões relacionadas as atrocidades cometidas pelos soldados japoneses durante a Segunda Guerra Mundial.

aponta em um documento de 1994 que mais de 200,000 mulheres foram escravizadas pelos japoneses até o fim da Segunda Guerra Mundial (1945) (UN, 1994).

Figura 8: Mapa das Conquistas Japonesas na China na Segunda Guerra Sino-Japonesa (1937-1945)



Fonte: FAIRBANK; GOLDMAN (2006)

2.3.5.3 O EMBATE NIPO-AMERICANO, PEARL HARBOR E AS ROSAS NUCLEARES DE HIROSHIMA E NAGASAKI

As relações entre EUA começaram a se deteriorar desde meados da década de 1910 quando o Japão repetidamente investiu contra à China e as decisões por parte dos EUA iam de encontro aos interesses japoneses no Leste Asiático, como foi o caso de Shandong. A década de 1930 simbolizou a recusa por parte da política norte-americana de reconhecer as conquistas japonesas na China. O expansionismo japonês e sua postura assertiva territorialmente e em negociações impactou para que a política norte-americana observasse cada vez mais que o Japão era uma ameaça a ser contida. Contudo, a postura decisiva em relação ao Japão veio somente após o ataque à Pearl Harbor em 1941, como veremos adiante.

Além disso, ressalta-se que desde o fim da Dinastia Qing em 1912, os EUA visavam apoiar a nova China que se formava (SPENCE, 1990). Durante o processo expansivo japonês

e a invasão da Manchúria, as administrações do período, Herbert Hoover (1929-1933) e Franklin D. Roosevelt (1933-1945), não viram a necessidade e o interesse do povo americano lutar no Leste Asiático, sendo condizente com a cultura estratégica norte americana de não intervencionismo e também devemos considerar que é um período no qual os EUA estavam se recuperando da crise econômica de 1929. Por isso, a política norte-americana para a região foi limitada a algumas sanções econômicas e militares ao Japão e limitada assistência militar e econômica para a China (KUBO; HATTORI; HATTORI, 2017). A postura norte-americana pode ser pensada à luz da cultura estratégica dos EUA e do pensamento das lideranças norte-americanas em prol do não-intervencionismo, com o posicionamento, principalmente no fim da Primeira-Guerra e os 14 pontos de Woodrow Wilson a respeito da paz e redistribuição territorial.

O Japão estava se expandindo para o Sudeste Asiático com o intuito de conquistar espaços estratégicos, sobretudo em relação as rotas marítimas, transformando cada vez mais o equilíbrio de poder na região. Em 1940, o Japão assinou o Tratado Tripartite e aliou-se com Itália e Alemanha durante a Segunda Guerra Mundial, e tal tratado permitiu que o governo japonês negociasse com a França que havia sido ocupada por tropas alemãs. Com isso o arquipélago negociou um acordo para estacionar tropas na região Norte da Indochina francesa em 1941.

Em termos de balança de poder e conquista de territórios estratégicos, o arquipélago nipônico estava cada vez mais se aproximando de uma possível tensão com os EUA, devido às bases do país americano nas Filipinas. Portanto, os avanços nipônicos eram uma possível ameaça para a presença norte-americana no Sudeste Asiático e na região do Ásia-Pacífico. O Japão visava se consolidar e revisar o sistema do Leste Asiático e do Pacífico tornando-se a liderança e a grande potência da região, o que fazia do arquipélago uma ameaça para os interesses norte-americanos (PYLE, 2007).

Afinal, não existiam garantias de que com as conquistas japonesas, o arquipélago pararia de se expandir para outros territórios e ameaçar a integridade de Guam e do Havaí, por exemplo. Diante do expansionismo japonês, os EUA agiram de forma a minar as forças japonesas e chegar a um acordo com relação as tropas nipônicas tanto na Indochina como na China. Considerando que os Estados revisionistas são aqueles que buscam acumular mais poder alterando a distribuição de poder, como afirma Morgenthau (2003), ou aqueles que buscam alterar a hierarquia, o prestígio e as regras internacionais, como afirma Gilpin (1981), podemos considerar que, principalmente, desde o final do século XIX o Japão visou transformar a ordem, agindo como um país revisionista, em que buscava conquistar mais poder no cenário

internacional e regional, aumentar seu prestígio e modificar as regras e hierarquias estabelecidas pelo sistema sinocêntrico e, posteriormente, pela presença européia na região. No contexto da Segunda Guerra Mundial, os EUA agiram de forma a preservar o seu *status quo* na região, com o receio de que o expansionismo japonês poderia ser uma ameaça para os seus territórios no Pacífico.

As estratégias norte-americanas minaram a expansão japonesa para o sul da Indochina e a coalizão de interesses no Ásia-Pacífico cada vez menor pelos interesses dos EUA e Japão, fizeram com que gradativamente ambos os países entrassem em guerra. Com os receios dos contínuos avanços japoneses, em julho de 1941, Roosevelt agiu de forma a congelar a exportação de petróleo e derivados para o Japão, sendo apoiado pela Grã-Bretanha e pela Holanda. A estratégia norte-americana foi arquitetada pelo conhecimento da deficiência japonesa de recursos naturais devido às próprias características geográficas do arquipélago, como mencionamos no Capítulo anterior. O petróleo foi utilizado como um instrumento de poder, afinal de nada adiantava as conquistas territoriais marítimas japonesas e o controle de rotas marítimas no Sudeste Asiático, se os países se negavam a negociar e vender petróleo para o país do sol nascente.

O arquipélago precisou se decidir entre continuar as incursões na Indochina Francesa e controlar o território, ou entrar em um acordo com os EUA em busca de suprimentos de petróleo e recursos diversos. Em termos de capacidades materiais, o Japão era muito inferior em diversos aspectos, como na produção de aço, carvão e outros recursos essenciais para suprir a sua indústria e seu arsenal bélico. De acordo com Kubo, Hattori e Hattori (2017, p.99, tradução nossa), *“uma comparação simples da capacidade de produção das duas nações em 1941 mostra que os Estados Unidos foram capazes de produzir 9,3 vezes mais carvão, 12 vezes mais gusa e aço, 74 vezes mais minério de ferro e 527,9 vezes mais petróleo do que o Japão. Em média, a capacidade de produção dos EUA foi 77,9 vezes maior que a do Japão”*.

Os riscos do Japão e algumas decisões internas em busca de negociações diplomáticas com os EUA foram um importante marco para repensar as estratégias dos japoneses frente às capacidades militares norte-americanas e a deficiência japonesa.

As tensões entre os EUA e o Japão vinham se desenvolvendo há algum tempo. Ao longo da década de 1930, os americanos apoiaram a autodeterminação chinesa de maneira assertiva, mas não haviam comprometido recursos significativos para os nacionalistas. Alguns interesses comerciais esperavam cooperar com o Japão no desenvolvimento econômico da Manchúria. Mas em julho de 1939, na esperança de enviar um sinal que impediria a expansão japonesa, Roosevelt interrompeu o tratado comercial nipo-americano. Este passo permitiu que os EUA pudessem colocar um embargo às exportações para o Japão, caso fosse necessário. Quando o Japão se agiu

no norte da Indochina, os americanos reagiram com um crescente embargo de exportações (GORDON, 2003, p.208, tradução nossa).

Nas negociações o Japão estava disposto a recuar na Indochina, mas não tinha interesse de fazer o mesmo na China. Durante as negociações o Japão ansiava que os EUA parassem de contribuir com ajuda militar e econômica aos chineses. Os EUA não aceitavam nada menos do que o recuo japonês da Indochina e da China. Diante do impasse, as autoridades japonesas só viam a solução da guerra contra os EUA como a única solução para tentar transformar a posição norte-americana com relação aos embargos econômicos e de petróleo.

No dia 7 de dezembro de 1941 o Japão atacou Pearl Harbor. Nota-se que o ataque nipônico foi considerado pelo governo norte-americano como um ato de traição e deslealdade. Afinal, os japoneses não emitiram nenhuma declaração de guerra antes do ataque. É sabido, porém, que o governo japonês tinha a intenção de entregar um memorando notificando os norte-americanos de que as negociações tinham terminado antes do ataque à Pearl Harbor (PYLE, 2007). O documento oficial deveria ter sido entregue ao secretário de Estado norte-americano da época, Cordell Hull, às 13 horas, cerca de 25 minutos antes do ataque. Entretanto, a carta demorou 1 hora e 20 minutos a mais para ser entregue. Por isso, quando os EUA receberam a declaração de guerra japonesa, o ataque já havia começado⁸⁷ (GORDON, 2003; NY TIMES, 1994). De acordo com Gordon (2003, p.217-218, tradução nossa), *“o ataque a Pearl Harbor ficou consagrado na memória americana como um “ataque furtivo” imoral. (...) “Remember Pearl Harbor” tornaram-se palavras de ordem e as reverberações ecoaram no pós-guerra na forma de uma visão estereotipada dos japoneses como povo indigno de confiança”*.

Diante da expansão japonesa e participação de massacres ao longo da Segunda Guerra Mundial, ferindo princípios internacionais de não intervenção e indo de encontro a alguns tratados da década de 1920⁸⁸, o Japão passou a significar cada vez mais um inimigo a ser combatido⁸⁹. No decorrer da guerra as forças japonesas foram gradativamente sendo minadas ou controladas tanto na China com as táticas de guerrilha chinesas, como nas incursões no Pacífico diante da força norte-americana (GORDON, 2003; PYLE, 2007). Nota-se que no início da Guerra do Pacífico (1941-1945), o Japão acumulou vitórias e conquistas territoriais com o

⁸⁷ O memorando foi enviado eletronicamente para a embaixada no final do dia 6 de dezembro, depois que o diplomata de serviço, Shozo Okumura, foi para casa. O memorando foi decodificado ao meio-dia de 7 de dezembro, mas os diplomatas demoraram até bem depois da hora de ataque para entregá-lo (NY TIMES, 1994).

⁸⁸ Um exemplo é a saída do Japão do Tratado Naval de Washington de 1922 firmado entre Japão, EUA, Grã-Bretanha, Itália, França e Itália. Tal tratado estabelecia restrições de tonelagem aos navios de guerra. O Japão renunciou o tratado em 1930.

⁸⁹ Algumas charges e propagandas de guerra dos EUA anti-Japão podem ser encontradas no link: https://www.huffingtonpost.com/entry/pearl-harbor-japanese-americans_us_5a283fb8e4b02d3bfc37b9f6 Acesso em 20 de setembro de 2018.

controle de Singapura, Burma e Filipinas ainda em 1942. Todavia, as derrotas nas ilhas Coral em 1942 e a derrota na Batalha de *Midway* em junho do mesmo ano afetaram as estratégias japonesas (PÝLE, 2007).

No dia 26 de julho de 1945, o presidente norte-americano Harry S. Truman (1945-1953), o primeiro-ministro britânico Winston Churchill (1940-45/1951-55) e o líder chinês Chiang Kai-Shek emitiram um documento também conhecido como Declaração de Potsdam (1945) dando um ultimato para que o arquipélago se rendesse. Seguindo os termos da Declaração do Cairo de 1943, asseveravam que a soberania territorial japonesa deveria ser limitada às ilhas de Honshu, Hokkaido, Kyushu, Shikoku e outras ilhas menores que as Forças Aliadas determinariam. Os japoneses deveriam ser desarmados e ocupados para consolidar e reestruturar o arquipélago política e economicamente.

O Japão não se rendeu às forças norte-americanas e em 6 de Agosto de 1945 os EUA lançaram a bomba nuclear de Hiroshima, a "*Little Boy*". Apenas três dias depois, no dia 9 de agosto de 1945 a bomba "*Fat Man*", que era destinada à cidade de Kokura, caiu em Nagasaki, deixando milhares de mortos. As forças nipônicas gradativamente foram minadas e ao mesmo tempo em que o conflito nipo-americano se prolongava, o Japão sofreu uma investida da URSS na chamada "Operação Manchúria", onde a URSS⁹⁰ avançou na região desestabilizando o controle japonês, tendo como aliados as forças chinesas. Inclusive, tal participação russa na expulsão japonesa do território chinês, consolidou uma visão positiva do urso branco frente à população chinesa. A vitória soviética foi rápida, posto que a batalha durou entre 8 de agosto de 1945 e 2 de setembro de 1945.

Diante dos desdobramentos do ano de 1945, pressionado no Pacífico, no sudeste asiático e no continente, o Japão se rendeu no dia 2 de setembro. A rendição japonesa abriu espaço para o processo de Ocupação das Forças Aliadas (1945-1951) em seu território e transformou profundamente as instituições políticas, a cultura estratégica e o nacionalismo japonês, como veremos no próximo Capítulo. Por fim, o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) transformou o equilíbrio de poder no sistema internacional como um todo, com uma Alemanha destruída, a Itália dizimada e as antigas potências europeias precisando se reconstruir econômica e politicamente. No Leste Asiático, o apogeu do arquipélago nipônico, as relações entre URSS e o PCC, gradativamente fizeram da região um importante palco da Guerra Fria.

⁹⁰ Posteriormente os soviéticos ocuparam o norte da Coreia, o Sul das ilhas Sacalinas e as ilhas Curilas, sendo a última uma disputa territorial que persiste entre Japão e Rússia até os dias atuais.

2.4. EM SÍNTESE

De forma resumida, visamos demonstrar nesse Capítulo as transformações do equilíbrio de poder no Leste Asiático, mais especificamente no Nordeste Asiático, e como essas transformações afetaram profundamente as relações sino-japonesas e nipo-americanas. Os tratados desiguais entre China e Japão e as investidas japonesas em direção ao continente, contribuíram para o processo de erosão do Império chinês que vivenciou o chamado “século de humilhação”. Ainda assim, a China foi saqueada e destruída com a entrada de potências ocidentais que a dividiram em esferas de influência e durante mais de cinquenta anos participaram do processo de queda e perda de face chinesa.

Como demonstramos, o Japão foi um dos países que participou ativamente da queda chinesa, não somente pelas invasões militares e o extermínio, mas também porque o arquipélago já havia sido “vassalo” da China, tendo feito parte do “cosmo” chinês através de constantes trocas culturais e comerciais. A Primeira Guerra Sino-japonesa foi a primeira vez em que a China foi derrotada pelo arquipélago e a inversão da balança de poder ficou evidente. Não foi o primeiro impulso nipônico ao continente, mas foi a primeira vez que ele obteve êxito.

As transformações no equilíbrio de poder do Leste Asiático, impulsionadas pelas pressões europeias e a abertura do Japão aos EUA, permitiram que a assimetria de poder entre China e Japão se invertesse. Nota-se também que é com o objetivo de garantir o recuo do Japão do território chinês e a discórdia interna - representada na sátira de Lao She - que o PCC ganhou apoio popular. A ameaça externa japonesa e o apoio popular ao PCC estiveram conectados e, como veremos ao longo da tese, tornam possível que mudanças no comportamento de políticas de segurança e de suas grandes estratégias do arquipélago possam ser usadas como força para legitimar reivindicações chinesas, sobretudo internamente (OLIVEIRA; MORAIS, 2018).

A Guerra Russo-Japonesa consagrou, como mencionamos, o Japão como potência e fez do arquipélago gradativamente uma ameaça às potências estrangeiras. As 21 Demandas, a invasão da Manchúria, o expansionismo em direção às antigas colônias europeias e a Segunda Guerra Sino-Japonesa foram momentos que conformaram o arquipélago como uma ameaça ao sistema internacional como um todo, sobretudo quando este atacou os EUA em 1941.

Diante desses acontecimentos o Japão agiu, por vezes, como um país *status quo* e, principalmente, com o rompimento com o sistema sinocêntrico e a partir da década de 1930 como um país revisionista na ordem ocidental. Diante disso, o nacionalismo japonês aflorou, as questões sobre o pertencimento estiveram fortemente vinculadas ao militarismo, principalmente no século XX. A necessidade constante de se legitimar frente às outras potências

do cenário internacional estão relacionadas com a necessidade de prestígio e de que tais países aceitassem o *status* japonês e suas conquistas.

Nesse período há a incorporação das ilhas Senkaku/Diaoyu por parte do governo japonês durante a Primeira Guerra Sino-Japonesa e a anexação das ilhas representa um impulso japonês de legitimar-se frente ao cenário internacional. Ainda assim, a incorporação foi resultado de uma transformação no equilíbrio de poder na região.

No caso chinês, a perda de face fez com que sua estrutura secular ruísse e os valores culturais fossem questionados pelas elites e pela população que via na assimetria de poder entre a China e as potências estrangeiras industrializadas e modernizadas uma ameaça para a sua existência. A humilhação vivenciada pela China, como veremos nos próximos Capítulos, são eventos centrais para entendermos o nacionalismo, como o PCC precisa legitimar-se e como o Japão é um dos pilares para conservar essa legitimidade interna. Com isso os discursos que permitem a instrumentalização de disputas entre China e Japão são possíveis na medida em que as guerras e os massacres do século XX, marcaram profundamente a sociedade chinesa e continuam a assombrar e serem lembrados pelo PCC.

Nesse contexto do século XIX e XX, os EUA participaram ativamente do processo de abertura do Japão e da constituição do arquipélago como potência. Todavia, os anseios japoneses, seu expansionismo, suas estratégias geopolíticas e suas capacidades materiais, logo tornaram o Pacífico, um espaço muito pequeno para eles. Os EUA agiram de forma a contrabalancear o poder japonês na China e os países europeus como Holanda e Grã-Bretanha participaram desse processo através de embargos econômicos e de petróleo. Além disso, a URSS, apoiando o PCC, também participou desse processo de derrota do Japão durante a Segunda Guerra Mundial.

CAPÍTULO 3 - ENTRE A ESPADA E O CRISÂNTEMO: AS TRANSFORMAÇÕES JAPONESAS NA METADE DO SÉCULO XX, SUA MILITARIZAÇÃO E A ALIANÇA NIPO-AMERICANA

As bombas nucleares de Hiroshima e Nagasaki não só deixaram cicatrizes e deram fim ao período expansionista japonês, como serviram de alerta para o mundo sobre o poder nuclear e seu potencial de destruição. Como vimos no Capítulo anterior, desde o fim do século XIX com a expansão europeia em direção ao Leste Asiático, o equilíbrio de poder na região se transformou com a queda e ascensão de potências, no caso a China e o Japão. Além disso, com a reconstrução europeia no pós-guerra, os EUA figuraram como a grande potência no cenário internacional e se aproveitaram da vulnerabilidade do Japão para fazer do arquipélago uma de suas bases e esferas de influência para conter possíveis ameaças no Leste Asiático.

Segundo Pecequilo (2003), os EUA começaram a atuar de forma a seguir com sua política externa de construção da ordem mundial liberal através da sua atuação no sistema internacional de forma a projetar o seu poder e formar capilaridades que constituiriam partes essenciais do poder norte-americano no decorrer do século XX e XXI. Os EUA precisaram agir cada vez mais no sistema internacional e arcar com os custos e benefícios do seu poder.

O processo de construção da nova ordem patrocinada pelos EUA começou ainda durante o conflito, nas conferências de Dumbarton Oaks e Bretton Woods. Nessas conferências foram criadas, respectivamente, as Nações Unidas (ONU), o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), definindo-se, ainda, novos parâmetros de relacionamento político e econômico para os países. Tal ordem era baseada na hegemonia norte-americana e combinou de maneira equilibrada todas as variadas dimensões de seu poder (estrutural, institucional e situacional) (PECEQUILO, 2003). Nesse período, há o lançamento do Plano Marshall e a construção de bases institucionais militares como o caso da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), através de alianças formais com os países da Europa - algo que não era seguido anteriormente pela estratégia da política externa norte-americana (PECEQUILO, 2003).

Nesse sentido, a bipolaridade, consolidada após a Segunda Guerra Mundial com a superioridade econômica-militar da URSS e dos EUA, funcionou como o orientador central não apenas das políticas norte-americanas e soviéticas, mas de todas as outras. Definiu-se, a partir dela, os paradigmas de política externa em termos de alinhamento ou não-alinhamento aos blocos ocidental e oriental (PECEQUILO, 2003, p.161).

A Ásia se tornou o tabuleiro de disputas entre a URSS e os EUA, o que fez com que a águia precisasse fortalecer sua presença na região e, conseqüentemente, o Japão precisou se adequar e aceitar as imposições institucionais e normativas que transformaram a sua política de segurança e impuseram restrições ao seu comportamento internacional. Restrições estas que não necessariamente foram negativas diante da necessidade do Japão transformar a sua imagem internacionalmente, deixando de lado uma impressão de um país percebido como ameaça e párea para se promover enquanto um país pacífico.

Os receios com relação a possível expansão soviética impactaram na necessidade norte-americana de manter tropas e poder na região asiática e impulsionaram a política de Contenção. Por esse motivo, o Japão serviu aos interesses da política externa e da grande estratégia dos EUA durante a Guerra Fria (e servem, inclusive, à política contemporânea)⁹¹. Questões sobre a primazia norte-americana, a difusão da ordem liberal e percepções de que o mesmo deveria liderar o mundo emergem nesse contexto e se mantêm como parte da grande estratégia norte-americana, apesar de ajustes e mudanças ao longo dos anos. Como argumenta Pecequilo (2003, pp. 140-141), *“a contenção foi perfeita ao sintetizar em seus termos a importância da “missão” que cabia aos Estados Unidos no pós-Guerra: a expansão dos povos livres e a sua proteção contra a ameaça soviética”*.

Inicialmente, a contenção seria cumprida pela construção de centros de poder e pelo fortalecimento econômico e político de algumas nações, incluindo os inimigos derrotados da Segunda Guerra: a Alemanha e o Japão (PECEQUILO, 2003, p.153). Porém, logo ela avançou para o campo militar com o documento NSC-68, ou *National Security Council-68*, de 1950, onde estava expresso que *“nós precisamos por meio de um desenvolvimento rápido e sustentado no desenvolvimento de força política, econômica e militar do mundo livre e, por meio de um programa assertivo com o objetivo de lutar contra as iniciativas da URSS (...) a Guerra Fria é uma guerra real na qual a sobrevivência do mundo livre está em jogo”* (NSC-68, 1950, tradução nossa).

A presença dos EUA na Ásia impactou diretamente o comportamento do Japão no cenário internacional, como pretende-se mostrar no presente Capítulo. Ao passo que no início do século XX o Japão vigorava como uma das grandes potências do cenário internacional; na metade do século XX o arquipélago foi obrigado a devolver seus territórios conquistados com

⁹¹ A política norte-americana do período de 1947 poder ser observado no artigo publicado na *Foreign Affairs* pelo Sr.X (George Kennan), *“The Sources of Soviet Conduct”*. O autor argumenta sobre o expansionismo soviético e os riscos de sua ameaça para os EUA, afirmando como princípios da política dos EUA a contenção da URSS.

o Tratado de São Francisco (1951) e ainda vivenciou a Ocupação das Forças Aliadas (1945-1951).

Este Capítulo tem como objetivo elucidar tanto (i) aspectos das relações nipo-americanas, (ii) quais são as instituições e normas criadas durante o período que influenciam as ações japonesas, suas políticas externas e sua grande estratégia ao longo dos anos e (iii) como o nacionalismo, a identidade nacional e a cultura estratégica se transformaram na e ao longo da segunda metade do século XX.

O presente Capítulo também serve como alicerce para a primeira hipótese desta tese que argumenta que o processo de recrudescimento das políticas de segurança ou militarização do arquipélago ganhou impulso diante das transformações no equilíbrio de poder no século XXI, tendo como um dos fatores motores a ameaça chinesa e a disputa territorial sino-japonesa. Do nosso ponto de vista, qualquer explicação ou análise sobre comportamento do Japão na atualidade precisa recorrer a um debate demonstrando quais as bases do pensamento estratégico japonês e de sua cultura estratégica, bem como quais as instituições que influenciam direta e indiretamente as lideranças e suas políticas externas e de segurança.

Ademais, considerado como um caso anômalo para os neorrealismos (WALTZ, 1993;2000), principalmente a partir do fim da Guerra Fria, busca-se apresentar uma explicação que analise o sistema internacional e que combine variáveis domésticas para aumentar o poder explicativo sobre as ações japonesas. Por isso, este Capítulo pretende em um primeiro momento apresentar e debater a Constituição de 1947 e os Tratados de Segurança entre EUA e Japão, bem como a sua forçada aproximação. Tais documentos são alicerces para se compreender a estratégia e política externa japonesa e de que forma o Japão gradativamente galga uma “normalização” de seu *status* para com o mundo.

A segunda parte deste Capítulo pretende elucidar a militarização do arquipélago durante o século XX, indo de encontro com o senso comum que enfatiza o pacifismo japonês e o arquipélago como um país sem capacidades militares. Nesse momento, analisaremos o processo evolutivo da grande estratégia japonesa, com enfoque em sua militarização e suas políticas de segurança, e de que forma o nacionalismo acompanha esse processo e se transforma ao longo dos anos. Ou seja, apresentaremos uma análise do comportamento japonês e elucidaremos aspectos de nossas variáveis intervenientes e suas evoluções ao longo dos anos.

3.1 O SURGIMENTO DA ALIANÇA NIPO-AMERICANA: A OCUPAÇÃO DAS FORÇAS ALIADAS (1945) E OS TRATADOS DE SEGURANÇA MÚTUA (1951/1960)

Com a Ocupação das Forças Aliadas (1945-1951) em território japonês houve uma consolidação da aliança nipo-americana e foram adotadas medidas que impactaram e ainda impactam as relações internacionais e o comportamento do arquipélago. Os três principais objetivos da Ocupação podem ser sumarizados na desmilitarização, na democratização e na reabilitação econômica japonesa – ou desmonopolização com o fim das *Zaibatsu*⁹². Em linhas gerais, o processo de desmilitarização do Japão foi impulsionado através de iniciativas que davam fim às Forças Armadas Imperiais, com exceção da Marinha, e com a prisão de alguns políticos de alto escalão e criminosos de guerra. Já a democratização foi promovida pela Constituição de 1947 e as mudanças no sistema de governo do Japão que passou a ser uma monarquia constitucional, com o poder político residindo nas mãos do primeiro-ministro. Por fim, a reabilitação das políticas econômicas japonesas foi realizada através de um processo de desmantelamento da concentração de poder político e econômico das grandes famílias, assim como por meio de investimentos econômicos promovidos pelos EUA.

No início da Ocupação, os EUA propuseram a criação de um órgão consultivo intitulado “Comissão Consultiva do Extremo Oriente” (*Far Eastern Advisory Commission*) que serviria para dar recomendações em relação aos passos necessários para garantir o cumprimento total do acordado na Declaração de Potsdam⁹³ (1945) e na rendição japonesa (WATANABE, 2012). O principal encarregado da implementação das políticas foi o general norte-americano Douglas MacArthur, também Comandante Supremo das Forças Aliadas no Pacífico (SCAP). MacArthur refutava constantemente as influências externas, mantendo controle quase que majoritário do Japão por parte dos EUA, sobretudo devido às desconfianças que detinha com relação a URSS e seus interesses na região de Hokkaido (MACARTHUR, 1964).

Os russos começaram a causar problemas desde o início. Eles pediram que suas tropas ocupassem Hokkaido, a ilha ao norte do Japão, e ainda, dividir o país em dois. As suas Forças não estariam sob o comando do Comandante Supremo, sendo totalmente independentes. Eu recusei. [...] Ele prosseguiu e afirmou que as Forças Russas iriam entrar com ou sem minha aprovação. Eu respondi afirmando que se um único soldado soviético entrasse no Japão sem minha autorização, eu colocaria de uma vez toda a

⁹² De forma resumida, os *Zaibatsu* eram conglomerados econômicos liderados por grandes famílias como a Mitsubishi, Mitsui e Sumitomo. Esta tese não tem como interesse debater de forma detalhada a recuperação econômica do Japão no pós-guerra, todavia cabe ressaltarmos que a reabilitação econômica dos EUA visava o desmantelamento das *Zaibatsu*, conglomerados industriais ou financeiros do Império japonês. De acordo com Torres (1999), só foi possível a reestruturação de sua política econômica, do seu contexto institucional e da consolidação de novas formas de conglomerados através da rearticulação dos *zaibatsu* sob a forma de *keiretsu*.

⁹³ A Declaração definia os termos da rendição japonesa e o retorno de territórios conquistados pelo Japão durante seu expansionismo desde o final do século XIX (ANEXO A).

missão russa, incluindo ele mesmo, na prisão. (MACARTHUR, 1964 *apud* WATANABE, 2012, p.40).

Com os interesses conflitantes entre os países das Forças Aliadas, em 27 de dezembro de 1945 foi criada a *Comissão para o Extremo Oriente* (CEO) (*Far Eastern Commission*), tendo representantes dos EUA, da URSS, do Reino Unido e da China. A Comissão tinha como missão formular políticas para implementar os termos da Declaração de Potsdam e revisar as ações do SCAP. Em tese, os países teriam poder de veto para decidir e influenciar nas tomadas de decisão, mas na prática a CEO não passava de um fórum de debates, posto que os EUA burlavam as decisões por meio de diretivas de emergência (WATANABE, 2012).

No dia 29 de agosto de 1945, o governo de Washington tornou público um documento intitulado “*United States Initial Post-Surrender Policy for Japan*”, informando sobre os principais objetivos da ocupação militar por parte dos EUA. Nesse documento, os EUA apresentam sobre a necessidade de garantir que o Japão não se transformasse novamente em uma ameaça para a segurança norte-americana e mundial e de estabelecer um governo responsável que respeitasse o direito dos outros Estados e apoiasse os princípios da Carta das Nações Unidas.

Nota-se que inicialmente a estratégia norte-americana durante a Ocupação não visava a recuperação econômica do arquipélago, mas sim punir o país asiático pelo seu militarismo através da desmontagem de suas indústrias pesadas e de alta tecnologia, da desarticulação de seus grandes blocos de capital e do fim do poder econômico e político concentrado nas mãos de famílias proprietárias dos *zaibatsu* (TORRES, 1999; p.235).

Todavia, a partir de 1947, com o acirramento da Guerra Fria e os acontecimentos no Nordeste Asiático com a Revolução Chinesa de 1949 e a Guerra da Coreia⁹⁴ (1950-1953), a situação geopolítica demandou que os EUA assegurassem um aliado estratégico em tal região e, por esse motivo, o governo norte-americano passou a ter o interesse de estabilizar o quanto antes as economias atingidas pela guerra, não só o Japão, como também a Alemanha Ocidental.

A Ocupação transformou o arquipélago política, econômica e militarmente e teve como produto dois documentos fundamentais: um desenvolvido e promulgado durante a Ocupação das Forças Aliadas e outro desenvolvido, promulgado e alterado com o retorno da soberania japonesa e o fim da Ocupação. O primeiro documento é a Constituição de 1947, o principal símbolo do pacifismo e do antimilitarismo japonês e um dos pilares para se compreender as políticas de segurança do Japão, sua cultura estratégica e as instituições domésticas. O segundo

⁹⁴ Durante a primeira metade dos anos 1950 o crescimento anual do PIB japonês era de aproximadamente 8,9% por ano. A Guerra da Coreia permitiu chegada de capital estrangeiro no país, passando a investir pesadamente na indústria de equipamentos e tecnologia.

documento é o Tratado de Segurança Mútua de 1951 e a sua revisão em 1960. Tal documento é a base para se compreender a aliança político-militar entre os EUA e o arquipélago, sobretudo no que concerne a contínua presença militar norte-americana no Japão ao longo do século XX e no século XXI.

3.1.1 A CONSTITUIÇÃO DE 1947

Sejam elas escritas ou não, as Constituições são um conjunto de normas que regem os países, onde são delimitadas as funções da entidade política. As Constituições são criadas e formuladas em determinados tempos, com determinadas concepções, mas como os governos não são estáticos e nem mesmo as interpretações são mantidas, as constituições mudam, podem ser emendadas ou refeitas do zero.

A atual Constituição japonesa foi promulgada em 3 de novembro de 1946 e entrou em ação no dia 3 de maio de 1947, sendo redigida à luz da Constituição dos EUA e em conformidade com os interesses das Forças Aliadas que, como mencionamos, visavam democratizar o Japão e assegurar que o arquipélago não se tornaria uma ameaça para o mundo novamente. De acordo com Hook e McComack (2005, p.16), o debate a respeito da Constituição japonesa envolve três importantes questões: (i) a localização da soberania, que deixou de residir na figura do Imperador e passou para a mão das pessoas através de eleições de membros da Dieta Nacional, (ii) a divisão de poderes e (iii) a definição de direitos e deveres dos cidadãos e do Estado, incluindo a questão dos direitos humanos.

Todavia, há uma quarta questão que é peculiar: a declaração de orientação do Japão como um país pacífico define qual foi o perfil e qual a postura nipônica no pós-guerra. Este princípio renova a concepção estratégica japonesa do final do século XIX e visava romper com o estigma imperialista do Japão para com as potências ocidentais e os países asiáticos.

3.1.1.1 A FIGURA DO IMPERADOR E O SISTEMA POLÍTICO JAPONÊS

O sistema político japonês que conhecemos hoje foi estabelecido com a Constituição de 1947, mas desde o século XIX, com a Constituição Meiji, o arquipélago já tinha gradativamente adotado algumas instituições políticas ocidentais (GLUCK, 1985). O poder político ao longo da história japonesa passou das mãos do Shogun (desde o século XII-XIII) para o Imperador no final do século XIX e deste passou para o primeiro-ministro após o fim da Segunda Guerra Mundial, com a Ocupação das Forças Aliadas.

A Constituição Meiji de 1889 trazia alguns aspectos e instituições ocidentais, sendo uma delas a criação de uma Assembleia Nacional Bicameral a também conhecida como Dieta

Nacional que era composta pela Câmara Baixa dos Representantes⁹⁵ (eleitos) e uma Câmara Alta (não eleita)⁹⁶ (WOODALL, 2014). Sob tal Constituição o Imperador era quem governava e era quem tinha a suprema autoridade por meio daqueles a quem ele delegava poderes (incluindo indicando o primeiro-ministro) e na concepção de MacArthur (1964) era uma espécie de ditadura hereditária.

O Imperador do Japão é um dos símbolos da tradição cultural e da mitologia japonesa, sendo também um dos emblemas da Restauração Meiji e da identidade nacional japonesa no século XIX. As prerrogativas constitucionais Meijis davam ao Imperador a voz e o controle político das decisões do arquipélago, todavia o sistema e a estrutura política faziam com que o governo se assemelhasse mais com uma espécie de monarquia em que o Imperador governava com a ajuda e auxílio do parlamento.

Em tese, à luz da política inicial de rendição do Japão, o Imperador poderia (deveria) ser julgado e identificado como um criminoso de guerra. Entretanto, diferente das exigências dos países Aliados, principalmente da China, a decisão de Washington foi de não julgar o Imperador com receios de como isso poderia ser encarado pela população japonesa (SUGITA, 2003). O Imperador japonês, no dia 27 de setembro de 1945 em uma reunião com MacArthur, responsabilizou-se inteiramente pelos atos cometidos pelo Japão durante a guerra e ofereceu-se para julgamento (MACARTHUR, 1964; WATANABE, 2012).

O General MacArthur ainda sim decidiu poupar o Imperador caso ele se mostrasse disposto a corroborar para a democracia (SUGITA, 2003). Nota-se que havia uma cisão interna dentro do governo norte-americano que se dividia entre aqueles que desejavam o julgamento e aqueles que não o desejavam. MacArthur foi autorizado a julgar o Imperador pelo governo de Washington, mas não o fez⁹⁷, decidindo instrumentalizar a figura em prol dos interesses norte-americanos (WATANABE, 2012).

Como elemento de união nacional e emblema cultural, MacArthur (1964) argumentava que temia os riscos de rebeliões ou guerrilhas caso o Imperador fosse morto ou condenado como criminoso. Como um elemento que conectava o povo japonês, o Imperador era necessário para

⁹⁵ Os representantes eram eleitos por homens acima de 25 anos de idade que contribuíssem com os impostos nacionais. De acordo com Woodall (2014), na prática apenas 1,3% da população japonesa estava apta a eleger a Câmara Baixa.

⁹⁶ Existia também um outro órgão que regulava as relações japonesas, o conhecido Conselho Privado que foi criado em 1888 com o objetivo de revisar os rascunhos da Constituição e, posteriormente, teve como papel controlar a Dieta Nacional e proteger os interesses e poderes oligárquicos (WOODALL, 2014).

⁹⁷ De acordo com Sugita (2003) a falta de um consenso interno dos EUA é um dos motivos que fizeram com que diversos criminosos de guerra não fossem levados à Comissão de Crimes de Guerra das Nações Unidas.

a coesão nacional e para que, na visão de MacArthur, os EUA conseguissem que a Ocupação cumprisse seus objetivos, assegurando uma posição privilegiada norte-americana na Ásia⁹⁸.

Com a Constituição de 1947, estabeleceu-se o sistema político japonês que conhecemos hoje, onde a Dieta Nacional é o órgão de maior poder do Japão. A Dieta está dividida em duas câmaras: a Câmara Baixa (Câmara dos Representantes), que é eleita por eleições diretas a cada quatro anos ou quando é dissolvida, e a Câmara Alta (Câmara dos Conselheiros), da qual todos os membros são eleitos por voto direto a cada seis anos, com a renovação de metade a cada três anos. A Dieta escolhe o primeiro-ministro dentre o líder do partido majoritário ou de um dos coligados e é o primeiro-ministro quem nomeia os ministros que compõem seu gabinete⁹⁹. Dessa maneira, o Imperador perdeu os poderes políticos e passou a deter somente o poder simbólico.

Todavia, cabe ressaltarmos que nas esferas de decisão sobre segurança e política externa existem alguns atores no Japão que tornavam o processo decisório mais complexo, como era o caso da burocracia¹⁰⁰, dos membros do partido e do próprio gabinete do primeiro-ministro. De acordo com Uehara (2003), até 2001 devido a Lei do Gabinete de 1947, o primeiro-ministro não poderia tomar decisões sem apoio unânime do seu gabinete. Além disso, o líder japonês não poderia propor novas políticas ou medidas, tendo em vista que muitas das decisões partiam quase que exclusivamente da burocracia dentro dos ministérios do governo. Por esse motivo, existiam percepções de que a política japonesa era reativa e não ativa. Tal ponto de inflexão é interessante para analisarmos medidas de segurança e algumas políticas do governo japonês após a liderança de Junichiro Koizumi (2001-2006) que trataremos no Capítulo 6.

3.1.1.2 O PACIFISMO JAPONÊS E O ARTIGO 9º

O artigo 9º é o principal ponto para compreender o comportamento do Japão internacionalmente e analisarmos os argumentos que entoam sobre o documento como um dos emblemas do pacifismo. O preâmbulo da Constituição japonesa afirma que “*nós, o povo*

⁹⁸ Com o intuito de “agradar” as potências como URSS e China que questionavam o não julgamento do Imperador, MacArthur solicitou a Hirohito uma nota declarando a sua humanidade. No dia 1º de janeiro de 1946, o Imperador renegou sua divindade em público no que ficou conhecido como “*Declaração de Humanidade*” ou no japonês 人間宣言 (Jinkansengen) afirmando que “*os laços entre nós e nosso povo sempre se relacionaram à confiança e ao afeto mútuo. Eles não dependem de meras lendas e mitos. Eles não são baseados na falsa concepção de que o Imperador é divino, e que o povo japonês é superior a outras raças e destinado a governar o mundo*” (NDL, 1946).

⁹⁹ O Gabinete do Japão consiste no primeiro-ministro e mais 19 membros, os Ministros de Estado. Para mais informações sobre a organização do Gabinete consultar: https://japan.kantei.go.jp/98_abe/meibo/daijin/index_e.html.

¹⁰⁰ Funcionários públicos de carreira que estão em cargo dos interesses de ministérios e instituições.

japonês, (...) determinamos que vamos assegurar para nós e nossa posteridade os frutos da cooperação pacífica com todas as nações e as bênçãos da liberdade nesta terra, e decidimos que nunca mais seremos acometidos com os horrores da guerra por medidas do governo” e em seu segundo parágrafo continua “desejando a paz em todo o tempo e profundamente conscientes dos altos ideais que norteiam o relacionamento humano, todos nós temos determinado preservar nossa segurança e existência, confiando na justiça e fé das pessoas de boa vontade do mundo” (CONSTITUTION OF JAPAN, 1947, tradução nossa). Já o Artigo 9º enfatiza que:

Aspirando sinceramente a paz mundial baseada na justiça e ordem, o povo japonês renuncia para sempre o uso da guerra como direito soberano da nação ou a ameaça e uso da força como meio de se resolver disputas internacionais. Com a finalidade de cumprir o objetivo do parágrafo anterior, as forças do exército, marinha e aeronáutica, como qualquer outra força potencial de guerra, jamais será mantida. O direito a beligerância do Estado não será reconhecido (CONSTITUTION OF JAPAN, 1947, tradução nossa).

No parágrafo 1 do Artigo 9º o direito a guerra é renunciado e a ameaça e o uso da força são meios que não devem ser utilizados para resolver disputas internacionais. Já no parágrafo 2, há a proibição da manutenção do potencial de forças de guerra, mas apesar de parecer clara, a interpretação deste artigo varia consideravelmente de um pacifismo absoluto para um pacifismo com “ressalvas” (ALMONG, 2014).

Com tal Constituição, o Japão passou a difundir sua imagem como um país pacífico e ser percebido como tal pelas potências ocidentais. Todavia, é preciso indagarmos sobre até que ponto o Japão é um país pacifista e desprovido de forças armadas como poderia ser considerado em uma das interpretações da Constituição.

Nossa análise se baseia na interpretação oficial do governo japonês que afirma que apesar do Artigo 9º prescrever a renúncia da guerra, a não possessão de potencial de guerra e o direito à beligerância como não reconhecido, essas disposições não “*negam o direito inerente de autodefesa do Japão como um estado soberano. Como o direito de autodefesa não é negado, o governo japonês interpreta isso como significando que a Constituição permite ao Japão possuir o nível mínimo de força armada necessário para exercer esse direito*” (MODJ, 2018c, tradução nossa). Tal interpretação permite que o Japão ainda discorde e entoe sobre o seu pacifismo, mas seja capaz de deter forças beligerantes sob nome de Forças de AutoDefesa (FAD), como veremos adiante.

É preciso mencionar que durante a discussão sobre o processo de escrita da Constituição, o direito a guerra não seria renunciado no rascunho inicial feito pelos japoneses, todavia o rascunho escrito e desenhado pelo SCAP juntamente com o General Douglas McArthur foi a versão final implementada. O rascunho foi criado baseado em dois documentos:

(i) um estatuto político feito pelo Comitê Coordenador do Estado-Guerra-Marinha (SWNCC) intitulado “*Reforma do Sistema de Governo Japonês*” (SWNCC-228) e (ii) o documento conhecido como Notas de MacArthur.

O (i) estatuto do SWNCC-228 além de discutir sobre a necessidade de uma mudança no sistema político japonês com o fim da instituição do Imperador, também discorria sobre o poder militar japonês. O documento não sugeria que o Japão renunciaria à guerra, pelo contrário, estabelecia a necessidade de novas forças militares japonesas após a abolição das antigas forças armadas.

10. Embora a autoridade e influência dos militares na estrutura governamental do Japão presumivelmente desapareçam com a abolição das forças armadas japonesas, a ação formal subordinará permanentemente os serviços militares ao governo civil, exigindo que os ministros de Estado ou os membros de um Gabinete, em todos os casos, sejam civis (...) (SWNCC-228, 1946, p.13, tradução nossa).

Todavia, nas (ii) Notas de MacArthur, o general norte-americano foi o primeiro a sugerir que na Constituição japonesa seria rejeitado o direito à guerra. As ideias propostas por MacArthur tangiam sobre três pontos: (a) imprescindibilidade de um novo sistema político, (b) a renúncia do direito à guerra onde o Japão renunciaria a ela como um instrumento para resolver suas disputas e até para preservar sua própria segurança e (c) o fim do sistema feudal (MACARTHUR, 1946). A sugestão de MacArthur a respeito da renúncia era irrealista na concepção de Charles L. Kades, chefe deputado da seção do governo do SCAP, que deletou a frase e nem o General MacArthur e nem outros membros da comissão tiveram alguma objeção sobre a mudança (TSUCHIYAMA, 2007, p.53).

Desde a sua proclamação, a Constituição japonesa não sofreu nenhuma emenda constitucional, apesar das tentativas políticas¹⁰¹ e pressões internacionais para que houvessem algumas mudanças nas suas políticas de segurança. Entretanto, ressalta-se que a interpretação oficial do governo japonês a respeito da Constituição permitiu uma maior flexibilidade de Tóquio com relação a composição de suas forças militares e seus mecanismos de defesa.

Nota-se que um dos grandes paradoxos a respeito da Constituição é o debate revisionista proposto pelo Partido Liberal Democrático (PLD) e a diferença entre a retórica e a ação política. Durante anos, diversos membros do PLD indagaram sobre a Constituição como uma imposição das Forças Aliadas, mas mesmo que tenha ficado no poder ininterruptamente desde 1955 até

¹⁰¹ De acordo com Shogo (2014), os partidos no Japão podem ser diferenciados em termos de ideias com relação às atitudes sobre o rearmamento e a mudança do artigo 9º da Constituição. Desde a década de 1990 há dois partidos principais no Japão: o Partido Liberal Democrata (PLD) e o Partido Democrata do Japão (PDJ), visto que antes a política era dividida somente entre o Partido Liberal Democrata de um lado e o Partido Socialista do Japão (PSJ) e o Partido Comunista do Japão (PCJ) do outro, mas com o final da Guerra Fria, tanto o PSJ como o PCJ com elementos do PLD e outros partidos menores criaram o PDJ. (SHOGO, 2014).

1998, o partido nunca abriu processos para modificá-la através de emendas e/ou com a criação de novos artigos. Em linhas gerais, argumenta-se que apesar do debate a respeito da Constituição se estabelecer na década de 1950, o sucesso econômico japonês na década de 1960 fez com que tal tema perdesse visibilidade, mesmo que nunca tenha deixado de existir (MAEDA, 1995).

O debate revisionista é dividido em três esferas, (i) um grupo que deseja modificar toda a Constituição, como é chamado o grupo de revisionistas reacionários – considerados ultranacionalistas – que compreende a Constituição japonesa como um documento imposto pelas potências estrangeiras e que não abarca os valores culturais japoneses; (ii) um grupo, principalmente o PLD e o Komeito, que considera a Constituição como algo a ser preservado, mas que precisa sofrer mudanças diante das transformações no sistema internacional, acredita-se que deveriam existir mudanças, no Artigo 9º, com a legitimação das FAD; e (iii) o último grupo é a favor da preservação da presente Constituição, sendo apoiada por líderes da esquerda ou centro-esquerda, como exemplo o Partido Democrático Constitucional do Japão (PDCJ), o Partido Democrata do Japão (PDJ) e o Partido Comunista Japonês (PCJ) ¹⁰² (HOOK; MCCOMARCK, 2005).

3.1.2 OS TRATADOS DE SEGURANÇA MÚTUA (1951/1960) E O GUARDA-CHUVA NORTE-AMERICANO

Para compreendermos o processo de institucionalização da Constituição e manutenção da norma pacifista, cabe ressaltarmos o papel fundamental do ex-primeiro-ministro japonês Shigeru Yoshida (1946-1947/1948-1954). O processo de militarização do Japão e a mudança constitucional poderia ter sido alavancada sob respaldo das ameaças no entorno regional japonês se não fosse os interesses de Yoshida de concentrar os esforços japoneses no crescimento econômico. O ex-primeiro-ministro japonês afirmava que a renúncia à guerra, mesmo em legítima defesa foi um passo necessário para retificar a impressão equivocada dos objetivos e intenções japonesas que eram percebidas por outras nações (YOSHIDA, 1961).

O primeiro-ministro japonês *“foi o responsável por criar um novo pensamento em torno do papel do Japão no mundo e perante os Estados Unidos, o que moldou a política externa até o fim da Guerra Fria”* (WATANABE, 2012, p. 47). Em 1950, o governo norte-americano sob comando de Harry Truman (1945-1953) selecionou John Foster Dulles como um dos conselheiros do Departamento de Estado para assuntos relacionados ao Japão (WATANABE,

¹⁰² Nota-se que não necessariamente todos os membros do partido coincidem com as ideias pró e contra mudanças constitucionais a serem realizadas no Artigo 9º da Constituição.

2012). Em sua primeira visita ao arquipélago como conselheiro em junho, iniciou os trâmites para a negociação do acordo de paz.

Durante o processo de negociação, o governo japonês enviou materiais expondo aspectos internos do país e que pudessem legitimar a possessão de determinados territórios (YOSHIDA, 1961, p.247). O governo Yoshida desejava que todos os territórios inclusive do Reino Ryukyu, ou das ilhas de Okinawa, retornassem ao controle e à soberania japonesa. O Japão resgatou parte da sua soberania com o Tratado de São Francisco em 1951 e deixou de ser oficialmente um país pária no sistema internacional, transformando-se novamente em um país que estava disposto a se comportar e agir em concordância com a ordem internacional e os EUA funcionaram como uma espécie de mediador nesse processo (SASAKI; NAKANISHI, 2017).

O arquipélago recuperou sua soberania, todavia a concessão norte-americana por parte do território de Okinawa não foi possível e as ilhas ficaram sob tutela administrativa dos EUA, servindo como uma espécie de satélite militar norte-americano na região.

O tratado de paz foi assinado no dia seguinte, em 8 de setembro de 1951. A Venezuela foi a última dos 48 países a assinar pelo lado dos Aliados, em ordem alfabética, e então, quando o Sr. Warren Kelchner, secretário Geral da conferência, chamou "Japão", eu fui assinar, seguido pelo resto da delegação Japonesa. Então o Sr. Acheson fez o discurso de encerramento, no qual a frase "nosso amigo Japão" ficou marcado na minha memória. Olhando para meu relógio, vi que era 11:44 da manhã (YOSHIDA, 1961, p. 256, tradução nossa).

De acordo com Pyle (2007, p.221), com receio de uma possível política pendular e da capacidade de barganha por parte do Japão devido à sua posição geográfica estratégica, o governo de Washington chegou à conclusão de que o arquipélago não poderia ter um destino independente e, por isso, decidiu manter sob sua administração algumas ilhas japonesas, como o caso de Okinawa.

Com o restabelecimento da soberania japonesa, o arquipélago se tornou apto a formular as suas próprias políticas externas, mas se manteve subordinado aos interesses norte-americanos. A grande estratégia japonesa, impulsionada por Shigeru Yoshida visou estabelecer diretrizes para a política externa japonesa que canalizavam os esforços do país para o desenvolvimento econômico e tanto a Constituição de 1947, como a aliança político-militar entre Japão e EUA permitiram que esse direcionamento político fosse possível.

Em um contexto que o Japão estava “desmilitarizado”, devolver a soberania para tal território sem criar mecanismos capazes de assegurar a sua segurança e sobrevivência no cenário internacional e diante da claridade da ameaça soviética poderia fazer com que o arquipélago fosse invadido. Por isso, a estratégia norte-americana se configurou com o interesse

de manter relações próximas com o arquipélago, culminando na aliança nipo-americana através de tratados de segurança (GREEN, 2017).

Como afirma Iokibe e Minohara (2017, p. 121-122, tradução nossa), o mapa político do Leste Asiático foi revisado de forma significativa na década de 1950 e *“cada vez mais consciente da importância estratégica do Japão, Truman queria garantir que o Japão continuaria a fazer parte da aliança ocidental após a sua independência e assim ele buscou um tratado de paz com o Japão sem a participação da União Soviética”*.

No que concerne às relações entre Japão e China no período, logo após a recuperação da soberania do arquipélago, as equipes dirigentes e grupos econômicos pressionaram para um gradativo restabelecimento de relações comerciais entre os países. Todavia, o alinhamento com os EUA e a natureza da Guerra Fria fizeram com que o arquipélago não conseguisse se reaproximar da China. Como argumenta Pecequilo (2003, p.139), *“a Guerra Fria deve ser vista como produto da percepção da incompatibilidade, mas também como resultado de confrontos de interesses reais as duas superpotências que, de fato, haviam se tornado os dois polos principais do sistema depois da Segunda Guerra Mundial”*. Diante disso, o Japão e os EUA assinaram dois importantes documentos que são as bases da política de segurança japonesa e da aliança nipo-americana: o Tratado de Segurança Bilateral entre EUA e Japão de 1951 e a renovação do mesmo com o Tratado de Segurança Mútua de 1960.

3.1.2.1 TRATADO BILATERAL DE SEGURANÇA ENTRE EUA E JAPÃO DE 1951

O tratado de segurança foi assinado logo após o Tratado de Paz de São Francisco (1951) e estabeleceu que o Japão, por estar desarmado e em um ambiente onde *“o militarismo irresponsável ainda não havia sido eliminado do mundo”*, desejava provisoriamente que os EUA mantivessem forças armadas em seu território. No Artigo 1º do tratado ficou estabelecido que:

O Japão concede, e os EUA aceitam, o direito, com a entrada em vigor do Tratado de Paz e deste tratado, de dispor das forças terrestres, aéreas e marítimas dos EUA no território do Japão. Tais forças **podem** ser utilizadas para contribuir para a manutenção da paz e segurança internacional no Extremo Oriente, bem como para a segurança do Japão contra ataques armados externos, incluindo também assistência prestada a pedido do governo japonês para combater distúrbios internos em grande escala e perturbações no Japão, causadas por instigação ou intervenção de um poder ou mais poderes externos (US-JAPAN SECURITY TREATY, 1951, grifo e tradução nossa).

Em termos práticos, mesmo que os EUA já detivessem o território japonês à sua disposição para manter potencial militar, a aliança oficializou e legitimou a presença norte-americana no Leste Asiático (WATANABE, 2012). O documento concedia aos EUA o direito

de manter Forças Armadas (nos espaços aéreos, terrestres e marítimos) em território nipônico, não tinha prazo definido para expirar e não garantia o compromisso com a defesa e proteção do território por parte dos EUA.

Nesse sentido, o tratado era assimétrico e dava poderes e direitos demasiados aos EUA na compreensão dos japoneses, tanto que tão logo entrou em vigor, o Japão iniciou um movimento para tentar modificar o acordo. O governo do Japão fez o primeiro movimento para modificá-lo em agosto de 1955, mas Allen Dulles, então secretário de defesa norte-americano, respondeu que o Japão precisava acelerar o processo de rearmamento e aumentar o compromisso com políticas de defesa antes da realização de qualquer emenda no tratado.

3.1.2.2 TRATADO DE SEGURANÇA MÚTUA ENTRE JAPÃO E EUA DE 1960

Somente em 1957, durante o governo do Kishi Nobusuke (1957-1960) que tinha o interesse de transformar a aliança EUA-Japão em uma relação simétrica, foi possível a criação de propostas para as mudanças no tratado entre os dois países. Além disso, com o intuito de recuperar a posição do Japão diante da comunidade internacional, Kishi estava disposto a iniciar um processo de reforma constitucional e o eventual rearmamento (MAEDA, 1995; TOGO, 2005; IOKIBE; MINOHARA, 2017; SASAKI; NAKANISHI, 2017).

A mudança do discurso norte-americano em favor das negociações com o Japão a respeito do tratado, foi resultado dos (i) avanços tecnológicos da URSS com o lançamento da Sputnik (1957) e (ii) pelo fato dos EUA estarem enfrentando a oposição crescente da população japonesa de Okinawa. A partir das novas ameaças os países decidiram renovar e ajustar o Tratado de Segurança.

Em 1958, as negociações começaram e no mesmo ano a estrutura básica do acordo já estava pronta. Em 19 de janeiro de 1960, o acordo foi assinado e entrou em vigor no dia 19 de maio do mesmo ano, mas o tratado foi acompanhado de um movimento contrário à sua revisão, que ficou conhecido como “Movimento Anti-Tratado de *Segurança*” ou “*Crise de 1960*”. O movimento é interessante para analisarmos o nacionalismo japonês, que apresentaremos com maior detalhe na próxima seção (SASAKI; NAKANISHI, 2017).

Em linhas gerais, os partidos de esquerda do Japão da época, o Partido Socialista Japonês (PSJ) e o Partido Comunista Japonês (PCJ), juntamente com mais de 100 organizações nacionais e grupos estudantis criaram, em março de 1959, o “*Conselho Nacional para a Prevenção da Revisão do Tratado de Segurança entre Japão e EUA*” e um ano depois o movimento já contava com mais de 1600 organizações que eram contra o acordo. Centenas de protestantes levaram à Dieta petições para que o tratado não fosse assinado, mas apesar da

magnitude dos protestos, as campanhas não conseguiram barrar a assinatura e nem sua aprovação. O movimento ficou conhecido como a maior demonstração popular da história do Japão no pós-Segunda Guerra com mais de cinco milhões de pessoas em greve.

A assinatura do tratado também foi controversa, posto que os membros do PSJ tentaram bloquear a votação. Nobusuke estava determinado em garantir que o tratado passasse de qualquer forma e solicitou à polícia que retirasse os membros do PSJ à força. Sem os membros do partido socialista a votação durou apenas 15 minutos e mesmo que o tratado tenha sido aprovado, ele impactou para a queda do governo de Nobusuke.

Os protestos se tornaram maiores e exigiam que Nobusuke resignasse, tanto que logo no dia 20 de maio, os membros do PSJ começaram a boicotar as sessões da Dieta. Os protestos se tornaram mais violentos, culminando na morte de uma manifestante. Diante da crise, Kishi utilizou-se das Forças de AutoDefesa para reprimir os protestos fazendo com que políticos do próprio partido (PLD), a mídia e a elite econômica receassem pela democracia japonesa (BERGER,1993). O próprio partido de Kishi não o apoiava mais e no dia 22 de junho uma greve geral com mais de 100,000 pessoas no entorno da Dieta fizeram com que Nobusuke renunciasse.

De acordo com Togo (2005, p.61, tradução nossa), existem duas explicações para a revolta popular, a primeira seria o medo de que qualquer mudança nas relações entre os países pudessem fazer com que o Japão fosse obrigado à agir em um conflito não desejado (*entrapment*) e no segundo caso a possibilidade de que fossem dados maiores poderes à polícia. Nesse sentido, se o Japão entrasse “*em acordo sobre uma nova obrigação de tratado obtendo maiores responsabilidades, haveria um risco maior de estar involuntariamente envolvido na guerra criada pelos EUA*”.

O Tratado de Segurança Mútua de 1960, também conhecido como Anpo (安保) em japonês, modificava o caráter de assimetria e colocava o Japão e os EUA em uma relação mais horizontal. No Artigo 5º do novo tratado ficou definido que ambos os países “*reconhecem que um ataque armado contra qualquer das partes em territórios sob a administração do Japão seria perigoso para as suas próprias paz e segurança e declararam que ambos agiriam para enfrentar o perigo comum de acordo com suas disposições e processos constitucionais*” (US-JAPAN MUTUAL SECURITY TREATY, 1960, tradução nossa).

Outro avanço do Tratado de Segurança Mútua em relação ao primeiro está no Artigo 6º, onde maiores mudanças no envio de tropas americanas em território japonês, nos equipamentos e no uso de instalações em áreas japonesas, como bases militares, devem ser assuntos

previamente consultados com o governo japonês (EXCHANGED NOTES, 1960; TOGO, 2005; DIAN, 2014).

No tratado assinado em 1951, o governo norte-americano tinha o direito de usar as instalações e territórios japoneses, mas não tinha a obrigação de defendê-los. Diferentemente, no tratado de 1960 os EUA não só eram obrigados a defender o Japão, como também precisavam consultar o governo japonês em determinados momentos. Se por um lado o tratado eliminou uma assimetria, criou outra, porque enquanto os EUA têm a obrigação de defender o Japão quando atacado, o Japão não é obrigado a defender os EUA, se os EUA fosse atacado¹⁰³ (TOGO, 2005; SAKURADA, 1997; TSUCHIYAMA, 2007; SHIGENORI, 2011; SASAKI; NAKANISHI, 2017; DIAN, 2014).

3.1.3 A QUESTÃO DE OKINAWA: O CONTROLE ADMINISTRATIVO NORTE-AMERICANO E SUA POSTERIOR DEVOLUÇÃO AO JAPÃO

Como a presente tese se utiliza da disputa pelas ilhas Senkaku/Diaoyu como um dos elementos para debatermos as transformações do comportamento dos países no século XXI, cabe enunciarmos alguns aspectos relevantes que se relacionam com ela. Nesse momento, elucidaremos o aspecto sobre as ilhas no que diz respeito a presença norte-americana em Okinawa e ao seu retorno administrativo ao Japão em 1971/1972 e, no próximo Capítulo, debateremos questões específicas sobre o surgimento da disputa pelas ilhas Senkaku/Diaoyu e seus tensionamentos no século XX.

3.1.3.1 A PRESENÇA NORTE-AMERICANA EM OKINAWA E A ADMINISTRAÇÃO DAS ILHAS SENKAKU/DIAOYU

Cabe destacarmos a questão de Okinawa logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, posto que além de ter grande importância para a grande estratégia norte-americana para a Ásia de contenção do comunismo (DUECK, 2006), existia a possibilidade da soberania das ilhas ficarem sob controle da China e não do Japão. Após a Batalha de Okinawa que ocorreu entre abril e junho de 1945¹⁰⁴, com a rendição japonesa, as ilhas passaram a ser administrada pelas forças norte-americanas, precisamente pela entidade conhecida como *Governo Militar Norte-*

¹⁰³ Todavia, do ponto de vista estratégico é preciso notar que os EUA não assinaram o tratado por puro altruísmo, mas sim porque no período em que foi assinado, devido à conjuntura da época e à Guerra Fria, ter bases no território japonês permitia que os EUA enviassem tropas para os mais diversos lugares e mantivessem uma posição estratégica na Ásia (SAKURADA, 1997).

¹⁰⁴ A Batalha de Okinawa foi um dos conflitos mais sangrentos do período. Estima-se que foram mortas mais de 210,000 pessoas, incluindo mais de 120,000 okinawanos locais de uma população que chegava a aproximadamente 460,000 (MCCOMARCK; NORIMATSU, 2012).

americano das Ilhas Ryukyu¹⁰⁵ e, em 1950, passaram a ser governadas pela *Administração Civil Norte Americana das Ilhas Ryukyu*¹⁰⁶.

Em 1951, legitimando a Ocupação norte-americana das ilhas Ryukyu, o Japão assinou o Tratado de São Francisco, onde ficou definido que:

O Japão irá concordar com qualquer proposta apresentada pelos EUA e das Nações Unidas, com os EUA como a única autoridade das ilhas de Nansei Shoto Sul Latitude Norte 29 (incluindo as Ilhas Ryukyu e Daito), Nanpo Shoto sul do Sofu Gan (incluindo as ilhas Bonin, Rosario e Volcano) e as ilhas Parece Vela e Marcus. Após a criação desta proposta e com as ações afirmativas seguintes, os EUA terão o direito de exercer todo e qualquer poder de administração, legislação e jurisdição sobre o território e os habitantes destas ilhas, incluindo suas águas territoriais (SAN FRANCISCO TREATY, 1951, tradução nossa).

Para entendermos um pouco mais sobre como responder parte da nossa terceira hipótese sobre a estratégia norte-americana durante a Guerra Fria, precisamos demonstrar a mudança de comportamento dos EUA com relação à Okinawa. Mesmo que não seja uma mudança com relação às Ilhas Senkaku/Diaoyu, as mesmas fazem parte da administração de Okinawa e passaram a ser administradas pelos EUA no período (HOSAKA, 1987).

Durante a Segunda Guerra Mundial, os EUA estiveram sempre conscientes da importância de Okinawa no tabuleiro asiático e por motivos estratégico-militares tinham, desde o início, uma política preparada para as ilhas (ELDRIDGE, 2001). De acordo com Ota (1987; p.295), um acadêmico e político japonês que serviu o governo de Okinawa entre 1990 e 1998, antes mesmo do fim da Segunda Guerra Mundial, os EUA começaram a rascunhar os termos de rendição do Japão. Nesse período a China teria declarado o interesse pelo território de Ryukyu, mas só demandou oficialmente o retorno da Manchúria e Taiwan.

De acordo com Huang e Suganuma (2016), arquivos do *Kuomintang* mostram que existiam reivindicações de que as ilhas Ryukyu deveriam ser cedidas ao território da China ou de Taiwan. Segundo Ota (1987), postula-se que em algum momento durante o processo de escrita da Declaração de Cairo e na Declaração de Potsdam, os seus criadores teriam considerado o território de Ryukyu como roubado pelo Japão, mas a sua não menção deixou dúvida sobre a quem pertenceria a soberania das ilhas.

Robert Eldridge no livro “*The Origins of the Bilateral Okinawa Problem*” (2001), analisa a presença norte-americana em Okinawa e destaca alguns documentos. Um deles é o T-343 ou conhecido informalmente como “*Masland Paper*”, redigido pelo Subcomitê Territorial do Departamento de Estado norte-americano. O documento detalhava algumas características

¹⁰⁵ No original “*United State Military Government of the Ryukyu Islands*”.

¹⁰⁶ No original “*United States Civil Administration of the Ryukyu Islands*”.

históricas e geográficas das ilhas de Okinawa, apresentando, também, questões relacionadas à importância estratégica do território para os EUA. A proximidade estratégica com a China e as rotas comerciais eram dois pontos retratados no documento. Além disso, tal documento expressava três opções para o território de Ryukyu; (i) transferir para a China, (ii) deixar sobre administração internacional (não era claro se o Japão perderia a soberania, posto que apenas afirmava que as ilhas deveriam ser vigiadas e investigadas por alguma autoridade supranacional) ou (iii) domínio condicional do território por parte do Japão. No último caso, as condições para que o Japão tivesse o controle das ilhas seriam o desarmamento do país, a devolução da soberania da Coreia, de Taiwan e de algumas outras ilhas e o estabelecimento de um sistema periódico de fiscalização e inspeção por alguma agência internacional apresentando que as ilhas estavam desmilitarizadas (*apud* OTA, 1987; ELDRIDGE, 2001).

Por meio da análise de diversas fontes primárias chinesas e do diário de Chiang Kai-shek, Xiang Zhai (2015) argumenta que desde 1932 há um relato de Chiang Kai-shek em seu diário informando que a China seria capaz de recuperar a Manchúria, Taiwan e Ryukyus, além de liberar a Coreia. A primeira menção pública as ilhas Ryukyu, por sua vez, foi em um discurso em abril de 1938 feito pelo Congresso Nacional provisório do KMT. Chiang teria clamado que “*desde as Reformas Meiji, o Japão estimulou um contínuo plano para invadir a China continental. Anteriormente, através da Primeira Guerra Sino-Japonesa, eles ocuparam nossa Taiwan e Ryukyus, e através da Guerra Russo-Japonesa, eles anexaram a Coreia e tomaram nosso Lu Shun e Dalian*” (*apud* ZHAI, 2015, p.1132, tradução nossa).

Durante a década de 1940, com as resoluções do Cairo e Potsdam, o diário de Chiang de 15 de novembro de 1943 demonstrou uma mudança do interesse dele de recuperar as ilhas para China. Em tal documento ele escreve que o *status* histórico das ilhas Ryukyu e Taiwan eram diferentes, Ryukyu era muito mais semelhante com a Coreia¹⁰⁷. De acordo com Zhai (2015), a conferência do Cairo foi a primeira oportunidade perdida por Chiang Kai-Shek de recuperar as ilhas Ryukyu, posto que tanto Roosevelt, então presidente norte-americano, como Chiang Kai-shek discutiram sobre a possibilidade de Okinawa ficar sob autoridade administrativa compartilhada entre EUA e China, mas na versão final do Tratado de Paz de São Francisco, somente a administração dos EUA foi conservada¹⁰⁸ (ELDRIDGE, 2001). Não

¹⁰⁷ Tal argumento também é endossado no livro de Wang Hui no livro *Politics of Imagining Asia* (2011).

¹⁰⁸ Nota-se que durante as conversas anteriores a finalização do tratado do Cairo, Roosevelt questionou mais de uma vez se a República da China iria querer o território de Ryukyu. Chiang Kai-shek respondeu que “a China concordaria com a ocupação conjunta do Ryukyu pela China e pelos EUA e, eventualmente, a administração conjunta dos dois países sob a tutela de uma organização internacional” (US DEPARTMENT, 1943, tradução nossa). Segundo Zhai (2015), Chiang Kai-Shek poderia ter tomado o território de Okinawa para a China em 1948 quando Kiyuna Tsugumasa, o líder da “Sociedade Revolucionária de Okinawa”, foi à Taiwan solicitar que as ilhas

podemos deixar de considerar que a versão final conservada tem relação com as transformações internas vivenciadas pela China, como veremos no próximo Capítulo. Naquele contexto nem era interessante que os EUA devolvessem o território à China, tendo em vista que se tornou uma das principais ameaças no período, nem que devolvessem à Taiwan, devido aos riscos de que esse território pudesse no futuro ser controlado pela China continental.

Como a situação das ilhas Ryukyu era atípica, tendo em vista o sistema tributário do território tanto à China como ao Japão antes do século XIX, as dúvidas sobre a quem os EUA deveriam devolver Okinawa não eram triviais. As dúvidas não se direcionavam somente às questões históricas e de legitimidade do território, pelo contrário, tangenciavam o cenário inicial da Guerra Fria na Ásia, onde eram traçados os pilares e estratégias futuras para os desdobramentos possíveis, mas ainda incertos.

É importante frisar que o reconhecimento de Taiwan e de Chiang Kai-Shek sobre as ilhas Ryukyu não implicava conhecimento direto sobre as ilhas Senkaku/Diaoyu. Nota-se que as conversas mencionadas nesta seção demonstram como a soberania de Ryukyu é complexa e relaciona-se diretamente com as transformações de equilíbrio de poder no contexto asiático com a emergência da Guerra Fria, porém elas criam os alicerces para as ilhas Senkaku/Diaoyu uma vez que as mesmas não são mencionadas.

Kimie Hara (2006) no livro *“Cold War Frontiers in the Asia-Pacific”* analisa detalhadamente o Tratado de Paz de São Francisco e seus manuscritos, visando relacioná-lo à existência dos problemas territoriais no Leste Asiático contemporâneos. Concordando com a autora, é possível observar que as ilhas Takeshima/Dohkdo, as ilhas Sacalinas e as ilhas Spratly foram heranças deixadas pelo Tratado de São Francisco que, não foi assinado nem por Taiwan, nem pela China ou pela URSS.

Os “problemas não resolvidos” derivados das disposições territoriais do Tratado de Paz de São Francisco são as fronteiras regionais da Guerra Fria na Ásia-Pacífico. De norte a sudoeste ao longo da Linha Acheson, problemas territoriais foram deixados entre o Japão e seus vizinhos - os Territórios do Norte com a URSS 100% comunista, Takeshima com Coréia 50% comunista e Okinawa/Senkaku com a China 90% comunista. Esses problemas se alinhavam como “cunhas”, assegurando o Japão no bloco ocidental, ou criavam “muros”, dividindo-o da esfera de influência comunista. O problema territorial entre o Japão e a China era originalmente Okinawa, mas após

Ryukyu se tornassem território chinês. De acordo com Zhai (2015), em junho de 1948, Chiang ordenou a Wu Tiecheng, secretário geral do Comitê Central do KMT a considerar o envio de forças para a região de Okinawa. Em dezembro do mesmo ano, Kiyuna enviou uma carta à Chiang solicitando provisões e navios para transportar os membros e para preparar materiais de propaganda em japonês como forma de divulgação em Okinawa. Kiyuna buscou uma resposta de Chiang diversas vezes, mas com os problemas e a guerra civil interna que a China vivia no período, a resposta positiva à causa nunca chegou. Como Chiang Kai-shek fugiu para Taiwan em 1949, os interesses internos e externos passaram a ser a soberania e integridade de Taiwan, as ilhas Ryukyu não estavam mais no plano estratégico imediato do partido nacionalista.

a reversão dos direitos administrativos para o Japão em 1972, o foco da disputa mudou para Senkaku (HARA, 2006, p.187-188, tradução nossa).

Como argumentam Hara (2006) e Eldridge (2001), o objetivo do governo norte-americano, além de permitir que as ilhas continuassem, mesmo que parcialmente, conectadas ao Japão tinha relação com o próprio objetivo norte-americano de não anexar e expandir seu território do ponto de vista legal e da soberania. Afinal, em 14 de agosto de 1941 na Carta do Atlântico, o Reino Unido e os EUA assinaram um compromisso, afirmando que seus países não buscariam a expansão territorial. A ideia de autoridade residual japonesa nas ilhas de Okinawa fizeram com que as ilhas Ryukyu se mantivessem de alguma forma unidas ao território japonês.

No que diz respeito às ilhas Senkaku/Diaoyu e à administração norte-americana, nos dias 29 de fevereiro de 1952 e 25 de dezembro de 1953, o USCAR emitiu dois documentos também conhecidos como a Ordenança N°68 sobre as provisões do governo das ilhas Ryukyu e a Proclamação N°27 sobre as fronteiras geográficas das ilhas Ryukyu. Em ambos os documentos são definidos os limites territoriais norte-americanos que não haviam sido explanados no Tratado de Paz de São Francisco. No primeiro documento as coordenadas eram:

Figura 9: Coordenadas Ordenança n°68

29° North Latitude, 125°22' East Longitude; thence
24° North Latitude, 122° East Longitude; thence
24° North Latitude, 133° East Longitude; thence
29° North Latitude, 131° East Longitude; thence to point of
origin.

Fonte: CA ORDINANCE (1952)

No segundo documento as ilhas Amami já tinham sido devolvidas ao governo japonês e, por isso, o governo norte-americano afirmou ser necessário que fossem definidos novos limites fronteiriços do território administrado pelos EUA.

28 Latitude Norte, 124.40' Longitude Leste; a partir disso (北緯28度・東經124度40分を起点とし)、24 Latitude Norte, 122 Longitude Leste; a partir disso (北緯24度・東經122度)、24 Latitude Norte, 133 Longitude Leste; a partir disso (北緯24度・東經133度)、27 Latitude Norte, 131.50' Longitude Leste; a partir disso (北緯27度・東經131度50分)、27 Latitude Norte, 128.18' Longitude Leste; a partir disso (北緯27度・東經128度18分)、28 Latitude Norte, 128.18' Longitude Leste; a partir disso até o ponto de origem (北緯28度・東經128度18分の点を経て起点に至る (CA ORDINANCE, 1953, tradução nossa)).

A disputa tem raízes iniciais na política norte-americana durante a Guerra Fria em face às ameaças do entorno estratégico do Nordeste Asiático devido à China e à URSS. Como afirma

Eldridge (2001), o problema de Okinawa com as tropas americanas não foi sanado com o Tratado de Paz de São Francisco, pelo contrário, trouxe as raízes das disputas domésticas e internacionais contemporâneas. Tais pontos são importantes para considerarmos, posteriormente o processo de devolução de Okinawa que falaremos adiante.

3.1.3.2 AS NEGOCIAÇÕES DA REVERSÃO DO TRATADO DE OKINAWA DE 1971/1972

Cabe avançarmos temporalmente para apresentar o caso da Devolução de Okinawa (1971/1972) que é importante para pensarmos a questão das ilhas Senkaku/Diaoyu e a aliança nipo-americana. Alguns fatores estimularam o retorno do território de Ryukyu ao Japão, como o caso das manifestações populares que tomaram as ilhas de Okinawa com o objetivo de clamar pelo seu retorno ao Japão ou para se tornarem um país independente. Tais pressões fizeram com que o tema ganhasse força, tanto que o primeiro-ministro, Eisaku Sato (1964-1972), quando assumiu o governo, entendeu continuamente sobre a prioridade da recuperação do território, com o intuito de transformar o Japão em “um único país” novamente (PYLE, 2007).

Sato foi o primeiro líder japonês após a guerra a visitar Okinawa. Em sua visita, afirmou que até que Okinawa seja devolvido, o Japão não teria saído completamente do período pós-guerra (SATO, 1974). Por esse motivo, a liderança japonesa realizou algumas viagens e encontros com líderes norte-americanos a fim de articular a devolução do território¹⁰⁹ (TOGO, 2005). Entre 14 e 15 de novembro de 1967, durante reuniões com o presidente norte-americano Lyndon B. Johnson (1963-1969), o processo começou a tomar forma.

Inicialmente, do ponto de vista norte-americano, a devolução de Okinawa não só envolvia os princípios da carta do Atlântico como também se relacionava com os protestos e questionamentos do povo okinawano frente à presença dos EUA nas ilhas¹¹⁰ (ELDRIDGE, 2001). Contudo, posteriormente, o território ganhou um valor diferenciado e cabe ser analisado, posto que o preço pago pelo Japão para recuperar as ilhas de Okinawa não foi pequeno e muito menos completamente publicizado na época devido ao seu valor estratégico no período da Guerra Fria (WAKAIZUMI, 2002).

¹⁰⁹ A ideia de recuperação do território de Okinawa foi um dos *slogans* adotados durante as eleições de 1964 e, apesar de Hayato Ikeda sair vitorioso, poucos meses depois Sato assumiu devido a resignação de Ikeda (HOSAKA, 1987).

¹¹⁰ Com as cicatrizes da guerra e a má gerência de alguns políticos locais durante a ocupação norte-americana, o povo de Okinawa se sentiu abandonado e tiveram diversas críticas à atuação dos americanos. Além disso, as ilhas arcaram com os custos da aliança na medida em que o território serviu (e ainda serve) como local para as bases dos EUA (ELDRIDGE, 2001). Inclusive, existem diversos problemas vivenciados pelo Japão e pelos EUA com relação às ilhas em plena atualidade.

Como apresentaremos no decorrer do Capítulo, entre 1968 e 1969, o gabinete de Eisaku Sato fez três importantes e interconectadas decisões que moldaram a política nuclear do Japão com: 1) os três princípios não-nucleares de a) não possuir, b) não produzir e c) não permitir a introdução de armas nucleares no Japão, 2) a reversão de Okinawa sem a presença de instalações nucleares e 3) a assinatura do Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP). Tais pontos são importantes para pensarmos as decisões a respeito da devolução de Okinawa e a estratégia norte-americana para a Ásia, como será visto a seguir.

Na Declaração conjunta em 21 de novembro de 1969 de Sato Eisaku e Richard Nixon (1969-1974), afirmava-se que tanto o presidente norte-americano como o primeiro-ministro japonês concordavam que, com o retorno dos direitos administrativos e afirmavam que o tratado de segurança dos dois países também se aplicaria ao caso de Okinawa¹¹¹ (WORLDJPN, 1969a).

Para que a devolução ocorresse, o governo japonês precisou ceder a alguns interesses do governo de Nixon. Kei Wakaizumi, o ex-conselheiro do governo e cientista político japonês, no livro *Tasaku nakarishiwo shinzemuto hossu (I Wish I Could Believe There Were No Other Option)* (2002 [1996]), relatou sobre o processo de negociação de Okinawa e o acordo secreto entre Japão e EUA que foram realizados em virtude (i) da necessidade de Nixon assegurar vantagens econômicas nas trocas comerciais envolvendo produtos têxteis e (ii) pela necessidade de Sato reaver os territórios de Okinawa para o governo japonês e legitimar-se internamente. Tóquio aceitou não só as políticas comerciais têxteis em favor dos EUA, como criou um precedente, mesmo que secreto, para o trânsito e a entrada de armas nucleares em Okinawa em casos emergenciais, sendo uma contradição em relação aos princípios não-nucleares defendidos pelo arquipélago nipônico.

No primeiro caso, durante a campanha eleitoral em 1968, Richard Nixon prometeu proteções às indústrias têxteis no Sul dos EUA em busca de votos nas eleições de novembro¹¹² e buscou cumprir tais promessas (WAKAIZUMI, 2002). Apesar dos esforços de Eisaku Sato em contribuir para os interesses norte-americanos no que dizia respeito às tarifas de exportação, o imbróglio comercial entre os EUA e o Japão foi perpetuado pela oposição tanto das indústrias têxteis japonesas, como pelo Ministério do Comércio e da Indústria (MITI).

¹¹¹ Um importante ponto da Declaração foi a afirmação de que o primeiro-ministro japonês estava preocupado com a manutenção da paz e a segurança na área de Taiwan e que esse era um dos fatores mais importantes para a segurança do Japão (WORLDJPN, 1969a). Tal menção causou fricções entre Pequim e Tóquio, onde a China encarou a declaração como uma possível volta do militarismo japonês e da estratégia da “Grande Esfera de Coexistência do Pacífico”, que mencionamos no Capítulo 2.

¹¹² Nixon firmou um acordo com o senador Strom Thurmond da Carolina do Sul e argumentou que tomaria todas as medidas necessárias para proteger as indústrias da região. No que diz respeito tal acordo, Nixon buscou uma taxa de importação para diminuir a entrada de tecidos japoneses nos EUA, com o intuito de promover as indústrias do Sul.

O governo de Washington deu um ultimato ao Japão em setembro de 1971 e se não fosse alcançado, o governo estadunidense iria implementar unilateralmente medidas protecionistas¹¹³ (SOEYA, ELDRIDGE, 2017). Apesar das dificuldades para a aceitação do projeto, com uma forte disputa comercial¹¹⁴ entre 1969 e 1971, no dia 15 de outubro de 1971 o Japão e os EUA chegaram a um acordo. No dia 3 de janeiro de 1972, assinaram um tratado de três anos no qual o Japão limitava a exportação de lã e de tecidos feitos à mão.

No caso do poder nuclear, na “*Agreed minute to joint communique of United States president Nixon and Japanese Prime minister Sato issue*”, em 21 de novembro de 1969, ficou acordado que:

Como afirmado em nosso Comunicado Conjunto, é intenção do Governo dos Estados Unidos remover todas as armas nucleares de Okinawa no momento da reversão real dos direitos administrativos para o Japão; e, posteriormente, o Tratado de Cooperação Mútua e Segurança e suas disposições relacionadas aplicar-se-ão a Okinawa, conforme descrito no Comunicado Conjunto. No entanto, a fim de cumprir efetivamente as obrigações internacionais assumidas pelos EUA para a defesa de países do Extremo Oriente, incluindo o Japão, em tempo de grande emergência, o governo dos EUA exigirá a reentrada de armas nucleares e direitos de trânsito em Okinawa com consulta prévia ao governo do Japão. (...) O governo dos EUA também exige a possibilidade de reativação dos locais de armazenamento nuclear existentes em Okinawa em tempos de grande emergência: Kadena, Naha Henoko e Nike Hercules (WORLDJPN, 1969b, tradução nossa).

Resumidamente, ao assinar a minuta e com o acordado no Tratado de Reversão de Okinawa, confirmando as menções já publicizadas no Comunicado de 1969, os EUA conseguiram, além de manter bases militares, a possibilidade de introduzir armas nucleares em Okinawa¹¹⁵ (WAKAIZUMI, 2002). Além do governo japonês trair/ofuscar negociações sobre os acordos têxteis e armamentos nucleares, também teve que pagar aos EUA pelo menos trezentos e vinte milhões de dólares¹¹⁶.

No dia 17 de junho de 1971, o Tratado de Reversão foi assinado, confirmando que os EUA devolviam os direitos administrativos dos territórios que estavam sob seu controle desde o Tratado de Paz de São Francisco (1951). Os EUA retornavam as ilhas Ryukyu e as ilhas Daito

¹¹³ Kissinger, Wakaizumi, Sato e Nixon decidiram ocultar a posição sobre a indústria têxtil em assuntos referentes às ilhas de Okinawa com receios de que tal ação poderia demonstrar a barganha entre o governo japonês e o governo norte-americano, afetando domesticamente o primeiro.

¹¹⁴ De acordo com Soeya e Eldridge (2017, p.177, tradução nossa), “enquanto a disputa têxtil entre EUA e Japão não teve impacto econômico significativo, ela estabeleceu o precedente para um padrão em que o Japão inicialmente rejeitaria as demandas americanas, mas acabasse cedendo às pressões norte-americanas”.

¹¹⁵ Ressalta-se que a minuta secreta não detém caráter vinculativo, posto que não foi adotado e votado na Dieta Nacional japonesa, contudo esboçava um princípio de aceitação da atuação norte-americana na região e a presença de armas nucleares em contingências.

¹¹⁶ Existem relatos de que o Japão chegou a pagar até mais do seiscentos e cinquenta milhões de dólares (MCCOMARCK; NORIMATSU, 2012).

e confirmavam que as mesmas estavam sob proteção dos outros tratados e convenções entre Japão e EUA, incluindo o Tratado de Segurança Mútua de 1960 (OKINAWA TREATY, 1971). Por fim, as ilhas foram cedidas ao Japão em 1972 e, conseqüentemente, os direitos administrativos das ilhas Senkaku/Diaoyu também. Como veremos no próximo Capítulo, o retorno de Okinawa foi um dos pontos que influenciaram no tensionamento da disputa pelas ilhas Senkaku/Diaoyu em 1970.

3.2 A GRANDE ESTRATÉGIA JAPONESA, O NACIONALISMO E A GRADATIVA MILITARIZAÇÃO DO ARQUIPÉLAGO

A partir desse momento pretendemos demonstrar como o internacional e o doméstico impactaram a grande estratégia, as políticas externas e de segurança do Japão desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Nesse sentido, analisaremos questões do entorno regional nipônico e as pressões sistêmicas durante e logo após o fim da Guerra Fria, mas elucidaremos aspectos domésticos, como as lideranças e as pressões da própria população que influenciaram direta e/ou indiretamente o comportamento do arquipélago.

Dois importantes autores que debateram sobre a política externa japonesa e sua grande estratégia desde o final da Segunda Guerra Mundial foram Kenneth Pyle no livro *“Rising Japan”* de 2007 e Richard Samuels no livro *“Securing Japan”* também de 2007. Enquanto o primeiro autor enfatiza como o sistema internacional impulsionou as transformações do Japão, inclusive de suas instituições, e como o arquipélago seria uma nação mercadora; o segundo autor enfatiza características domésticas do Japão para entender seu comportamento. Pyle se aproxima de leituras neorrealistas, enquanto Samuels incorpora em suas análises o valor das ideias e das normas, se aproximando dos construtivistas, denotando menor importância para o cenário internacional. Do nosso ponto de vista, a combinação das análises dos dois autores é mais interessante para entender o caso do Japão, posto que nos permite analisar a *“big picture”* sobre o comportamento do arquipélago ao longo dos anos.

As bombas nucleares e os horrores da guerra, a fome, a crise social japonesa e a destruição de alguns mitos que foram criados, sobretudo com a Revolução Meiji, impactaram profundamente a sociedade japonesa. Autores construtivistas como Thomas Berger (1993;1996), afirmam que a partir destes eventos históricos, surgiu no Japão uma espécie de cultura antimilitarista que impediria o arquipélago de se remilitarizar e transformar suas políticas de defesa de maneira acentuada.

Afinal, ao longo do século XX o Japão se recuperou economicamente e transforma-se na segunda maior potência econômica do mundo na década de 1970, mas nem por isso perseguiu uma política que visava aumentar seu poder militar da forma esperada pelos neorrealistas. Autores como Berger (1993;1996; 2012) e Katzenstein (1996), apontam que o comportamento estatal do arquipélago foi definido por essa cultura, pelas normas internas e pelos sentimentos de ojeriza em relação a guerra. Do nosso ponto de vista, como apresentamos no Capítulo 1, tais pontos influenciaram a cultura estratégica japonesas, portanto, as ideias e as expectativas da sociedade (OROS, 2014).

Apesar da ilustre explicação do construtivismo para compreender as políticas de segurança do Japão, sobre o papel das normas e das elites para a manutenção da mesma; as análises de Berger (1993; 1996) e Katzenstein (1996) carecem de um dos pontos importantes mencionados por Kawasaki (2001): o equilíbrio de poder. Ou seja, como fatores externos também explicam o comportamento japonês e impactam de forma mais significativa na evolução das políticas de segurança do Japão no decorrer dos anos.

Em nosso argumento, é preciso ir adiante e mencionar o papel das lideranças na formulação e na manutenção da norma, posto que apesar de existirem impedimentos constitucionais e institucionais, por exemplo, que fazem com que o primeiro-ministro japonês tenha restrições para agir politicamente. Existem decisões que vão de encontro com princípios pacifistas e que as percepções das lideranças muitas vezes são as determinantes para o desenvolvimento da política de segurança do Japão.

Além disso, como veremos no século XXI, o construtivismo não consegue explicar o recrudescimento das políticas de segurança do Japão e uma postura mais ativa com relação à China e à Coreia do Norte. Como afirma Dian (2014), mesmo diante de normas pacifistas que são enfatizadas pelos construtivistas, o Japão é um dos países que mais gasta com defesa, onde as restrições financeiras e legais ainda sim fazem do país um dos maiores orçamentos do mundo, como veremos no Capítulo 6 desta tese.

Todavia, seria tal militarismo somente um produto das mudanças no século XXI? Não será possível analisar a questão da influência externa e as políticas domésticas do Japão desde o final da Segunda Guerra Mundial? Se as análises restringem e insinuam a estratégia de segurança japonesa determinada apenas por normas domésticas e a ideia de uma cultura estratégica pacifista, dificilmente será possível enxergar as causas e compreender os motivos que levam a gradativa militarização japonesa mesmo no século XX e no século XXI.

Concordando com Dian (2014) e Pyle (2007), enfatizamos que existem fatores sistêmicos e percepções de ameaças que influenciam tal dinâmica, posto que a cultura

antimilitarista japonesa (que teria surgido) deveria ter impedido qualquer forma de militarização. Oros (2014), ao debater a cultura estratégica antimilitarista japonesa após o fim da Segunda Guerra Mundial, também enfatiza o papel da mesma no comportamento do arquipélago e releva o fato de que o próprio surgimento e perpetuação de tal cultura estratégica é produto da Ocupação norte-americana e dos princípios estabelecidos pela Doutrina Yoshida. Em nosso argumento, é preciso considerar que existe uma cultura estratégica que surge deste antimilitarismo que direciona a política japonesa ao longo do século XX. Tais princípios antimilitaristas permeiam a cultura japonesa e as ideias da sociedade, mas surgem pela imposição e socializam-se ao longo do tempo.

O presente Capítulo pretende elucidar sobre a grande estratégia japonesa alicerçada nas ideias de Shigeru Yoshida e, em relação a isso, debater alguns aspectos da evolução das políticas de segurança do Japão, levando em consideração questões que impactaram para o comportamento do arquipélago. Nesse sentido, apresentaremos um debate histórico, onde analisaremos também a importância dos EUA, bem como aspectos de sua grande estratégia durante a Guerra Fria. Ao mesmo tempo, elencaremos como o nacionalismo japonês evoluiu ao longo dos anos, dialogando com Lai (2008) sobre as temporalidades do nacionalismo japonês.

Com relação ao último, o nacionalismo japonês pode ser dividido em três momentos no pós-Segunda Guerra Mundial: (i) entre 1945 e 1960, (ii) entre 1960 e meados dos anos 1980 e (iii) 1990 até o presente (LAI, 2008). Cada um desses períodos entoa aspectos do nacionalismo predominante no arquipélago em determinados marcos temporais. Do ponto de vista das políticas de segurança, Togo (2005) argumenta que existem três importantes políticas adotadas com relação a defesa no século XX, sendo eles: (i) o “*Basic Policy for National Defence*” de 1957, (ii) o “*National Defence Programme Outline*” de 1976/1977 e (iii) o “*National Defence Programme Outline*” de 1995/1996. Estes documentos ditaram as diretrizes das políticas de defesa do Japão ao longo do século XX e ainda alguns deles, como o caso da política de 1957, ainda são diretrizes e guias para a política de segurança do Japão no século XXI.

Em resumo, as ações do Japão na década de 1990, fazem do mesmo um ator anômalo para o neorealismo, tendo em vista que Waltz (1993; 2000) esperava, por exemplo, que o arquipélago passasse a deter poder nuclear. Por isso, consideramos neste Capítulo, que ao traçarmos historicamente o nacionalismo, a percepção das lideranças e questões sistêmicas e outros, estamos aumentando o poder explicativo das ações do Japão no cenário internacional.

3.2.1 A DUALIDADE DA ESPADA E DO CRISÂNTEMO: AS FORÇAS DE AUTODEFESA (FAD), AS POLÍTICAS DE SEGURANÇA E O NACIONALISMO ENTRE 1945 E 1960

A Constituição de 1947 entoa o pacifismo como um dos lemas do “novo” Japão que ressurgiu no sistema internacional após a derrota na Segunda Guerra Mundial. Todavia, até que ponto o Japão se tornou um país pacífico e desmilitarizado como propunham as Forças Aliadas? Como vimos anteriormente, a Constituição japonesa não nega o direito do Japão à autodefesa e nem mesmo os EUA, com a assinatura do Tratado de São Francisco em 1951, pressupunham que os termos da paz significariam a completa desmilitarização do arquipélago.

A ilustre fala de John Foster Dulles no mesmo dia da assinatura do Tratado de São Francisco endossa nossa afirmação ao dizer que a proibição do uso da força por parte do arquipélago não negligenciava ao Japão o direito de autodefesa, posto que *"dar uma soberania que não pode ser defendida é o mesmo que dar uma casca vazia. Soberania indefensável não é soberania. Um Japão sem defesa e indefensável estaria tão sujeito às ameaças dos poderes do seu arredor que o Japão não seria capaz de seguir com uma existência independente"* (DULLES, 1951, tradução nossa).

O processo de transformação vivenciado pelo Japão sob pressão das Forças Aliadas e, sobretudo dos EUA, como vimos anteriormente, fizeram com que o arquipélago passasse de uma ameaça para um país que correspondia à e participava da ordem internacional. Tão logo o Japão recuperou a sua soberania, o arquipélago passou a alinhar-se com essa nova ordem mundial criada pelos EUA, através da sua entrada ou participação em acordos e organizações internacionais como a ONU, o GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio), a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), o Banco Mundial e etc. O Japão preocupou-se em promover uma imagem positiva e evitou ser percebido como uma ameaça novamente, seguindo uma estratégia já preconizada por Walt (1987, p.27) de que em um mundo de balanceamentos, políticas que transmitem contenção e benevolência são as mais interessantes a serem adotadas.

Todavia, apesar do processo de desmilitarização do Japão, algumas instituições imperiais se mantiveram, como foi o caso da Marinha Imperial japonesa que foi utilizada para retirar as minas submarinas instaladas ao redor do arquipélago. E, posteriormente, serviu para auxiliar os EUA na Guerra da Coreia¹¹⁷ (MAEDA, 1995, p.47).

¹¹⁷ A *Maritime Safety Board*, como ficou conhecida, foi equipada pelos EUA que ofereceram navios de combate a serem utilizados pelos japoneses e em 1952 foi criada a Força de Segurança Marítima (MAEDA, 1995).

Em um mundo bipolar, os EUA travavam uma guerra ideológica, mas também não tão fria assim em certos momentos. Como argumenta Pecequilo (2003, p. 162), devido ao potencial nuclear, para as superpotências “*a guerra deveria ser sempre fria com as guerras “quentes” desenvolvendo-se na periferia do sistema*”. Muitos países e territórios foram disputados pela influência norte americana e soviética, principalmente, durante os primeiros anos da Guerra Fria. Logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, diante de um ambiente estratégico restritivo devido à Ocupação, o arquipélago se transformou impulsionado pelas pressões estrangeiras.

Inicialmente o arquipélago não deveria constituir forças armadas ou qualquer potencial bélico, todavia pressões sistêmicas fizeram com que gradativamente o arquipélago pudesse e precisasse constituir forças militares para sua proteção. A militarização japonesa teve início antes mesmo da assinatura do Tratado de São Francisco e pode ser encarada como uma resposta à necessidade de o arquipélago formar forças militares para garantir a sua segurança diante da Guerra da Coreia (1950-1953)¹¹⁸.

De forma resumida, a Guerra da Coreia teve como estopim a ação da Coreia do Norte de ultrapassar os limites do Paralelo 38°, estipulados pelos EUA e pela URSS como suas zonas de influência após o Tratado de Yalta no dia 25 de junho de 1950. O desenvolvimento da batalha foi acelerado e apenas dois dias após o incidente, no dia 27 de junho, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou medidas para restabelecer a paz na península coreana e rapidamente o governo de Washington autorizou o uso de tropas norte-americanas a serem enviadas para guerrear contra os norte coreanos. MacArthur precisou enviar tropas estacionadas no Japão para tentar mitigar os avanços da Coreia do Norte.

Todavia, a necessidade de enviar tropas norte-americanas à península coreana foi uma decisão que MacArthur precisou ponderar a respeito do Japão. Afinal, o arquipélago ficaria vulnerável aos possíveis avanços da URSS. De acordo com Maeda (1995), a Guerra da Coreia fez com que MacArthur pensasse a respeito da formação de um poder militar japonês capaz de protegê-lo de possíveis ameaças. Por isso, no dia 8 de junho de 1950 MacArthur ordenou o rearmamento limitado do Japão através de uma carta enviada ao primeiro-ministro japonês.

Por meio de uma carta em 16 de setembro de 1947, eu aprovei a recomendação do governo japonês para aumentar a força total da força policial do Japão para 125.000 homens, estabelecendo uma nova força policial rural nacional de 30.000 homens (...) projetada para fornecer uma força adequada em torno da qual se poderia construir um sistema policial moderno e democrático, orientado para uma efetiva descentralização da responsabilidade policial em harmonia com o princípio constitucional da

¹¹⁸ Durante esse período, os EUA passaram a agir de forma mais ativa no cenário do Leste Asiático através de ajuda financeira à França na Indochina, a grupos anticomunistas nas Filipinas e nas garantias da independência de Taiwan (PECEQUILO, 2003).

autonomia local. (...) Assim, eu autorizo o seu governo a tomar as medidas necessárias para estabelecer uma reserva policial nacional de 75.000 homens e expandir a sua força militar existente que serve o Maritime Safety Board em 8000 (MACARTHUR, 1950, tradução nossa).

Após a carta de Douglas MacArthur, Shigero Yoshida em 10 de agosto de 1950 decidiu pela criação da Reserva Nacional de Polícia (RNP) que consistia em 75,000 oficiais (MAEDA, 1995). De acordo com Shigenori (2011, p. 238, tradução nossa), “*era aparente para todos que se constituía em uma força armada. Esse era o início do rearmamento do Japão*”. A carta de MacArthur sugeria a criação da RNP, mas Yoshida sabia que mais do que uma sugestão, era uma ordem.

Cabe destaque a figura de Shigeru Yoshida que mencionamos na seção anterior, posto que ele criou um pensamento que moldou a grande estratégia japonesa, suas políticas externas e de segurança e até mesmo a cultura estratégica do arquipélago durante toda a Guerra Fria (e continua a influenciar, em alguns aspectos, em pleno século XXI). Apesar de Yoshida ser um conservador, elitista e nacionalista, o mesmo opôs-se aos militaristas durante a Segunda Guerra Mundial, e tal oposição tornou-o aceitável como um novo líder diante da Ocupação norte-americana. De acordo com Pyle (2007, p. 227), Yoshida obteve sucesso em levar adiante uma proposta nacional que guiou o país pelas décadas seguintes.

As percepções de Yoshida de um possível conflito entre URSS e EUA, estimulou um pensamento estratégico para utilizar-se da localização do Japão como um instrumento para conseguir os objetivos do arquipélago. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, a grande estratégia japonesa esteve alicerçada no que ficou conhecido como Doutrina Yoshida (HUGHES, 2017). Tal Doutrina se baseava em três pontos: (i) a reabilitação econômica do Japão deve ser o principal objetivo do país, por isso a cooperação econômica com os EUA é necessária; (ii) o Japão deve se manter levemente armado para evitar o envolvimento em conflitos internacionais; e (iii) para ganhar garantias para a sua segurança, o Japão vai providenciar bases para as forças armadas, navais e militares norte-americanas (PYLE, 2007).

Tais princípios moldaram o comportamento do arquipélago e a evolução de suas políticas de segurança. A inicial militarização do Japão ganhou impulso com a Guerra da Coreia¹¹⁹ e foi um dos alicerces para o sucesso econômico nipônico e emulação das tecnologias norte-americanas¹²⁰. Em linhas gerais, as indústrias de defesa do Japão foram criadas durante

¹¹⁹ Resumidamente, a União Soviética ficou encarregada do leste da Coreia e nesse mesmo tratado foi decidida a divisão da Coreia. Cada país ficou sob o controle de uma metade da Coreia, sendo a do Norte controlada pela URSS e a do Sul pelos EUA, sendo escolhido o paralelo de divisão de fronteira denominado 38°.

¹²⁰ Como veremos no próximo Capítulo, a Guerra da Coreia também foi um período de inflexão para a China e os EUA.

a Ocupação e tiveram um papel fundamental na reestruturação econômica na década de 1950. A necessidade norte-americana por armamentos durante a Guerra da Coreia fez com que inúmeras fábricas, que foram proibidas de funcionar ou desmembradas, fossem reestruturadas¹²¹.

Nem mesmo as pressões norte-americanas¹²² durante a Guerra da Coreia (1950-1953) conseguiram tirar dos trilhos a estratégia de desenvolvimento interna amparada na Doutrina Yoshida. Todavia, o estadista precisou ceder a alguns dos interesses norte-americanos impulsionando um processo de militarização com a RNP¹²³.

É importante mencionar que a polícia era composta por voluntários e tão logo foi proposta a sua criação, começaram campanhas com cartazes espalhados mencionando que um Japão pacífico desejava voluntários para alistamento. Essa prática continuou a ser adotada após a transformação dela em Forças de AutoDefesa (FAD). A polícia foi armada com arsenais e equipamentos fornecidos pelos EUA e a RNP se assemelhava em termos potenciais a uma força menor norte-americana (MAEDA, 1995).

Para justificar os equipamentos militares usados pelo Japão foram necessários grandes cuidados com relação à escrita de cada equipamento cedido e utilizado pelas forças japonesas, porque os equipamentos precisavam soar menos agressivos para tentar não ir de encontro à Constituição nipônica - tanques de guerra, por exemplo, se tornaram veículos especiais. A Dieta Nacional questionou a constitucionalidade da criação da RNP, mas para Yoshida a nova organização serviria para manter a ordem dentro do território japonês e não poderia ser considerado como um rearmamento (YOSHIDA, 1961).

Durante esse período, foram assinados o Tratado de Paz de São Francisco e o primeiro Tratado de Segurança Mútua, como vimos anteriormente. No caso do segundo, o tratado foi, em parte, produto de uma barganha estratégica de Shigero Yoshida. Tal barganha pode ser analisada pelo dilema de *abandonment* e *entrapment*. Havia uma clareza da ameaça da URSS para os EUA e o primeiro-ministro estava confiante de que não seria abandonado pelo governo

¹²¹ De acordo com Watanabe (2012), em outubro de 1951, o Conselho de Cooperação Tecnológica foi criado para atender solicitações norte-americanas e em 1952 o Japão voltou a produzir armas e aviões.

¹²² Este debate pode ser visto no livro *Winners at Peace* de Richard Finn (1992). Resumidamente, apesar de Yoshida e MacArthur compreenderem a necessidade de um Japão desarmado, houve uma pressão durante os trâmites de acordos de paz entre EUA e Japão para o rearmamento japonês, sobretudo, com John Foster Dulles, político norte-americano.

¹²³ A forma organizacional da estrutura da polícia residia em cinco pontos: i) a RNP deve ser uma força pacificadora que lida com a violência pública, desordem civil etc, ii) a polícia deve ter um comando nacional na qual o país vai ser dividido em quatro distritos regionais; iii) o primeiro-ministro deve ter jurisdição direta sobre a polícia e abaixo dele deve existir um ministro de Estado responsável pela instituição, iv) o primeiro-ministro deve indicar o comandante da reserva de polícia; v) a polícia pacificadora deveria ter armamentos adequados para o seu funcionamento, como pistolas e armas leves (MAEDA, 1995, p. 8).

norte-americano não seguindo com um processo de militarização, pois o arquipélago detinha uma posição estratégica para Washington.

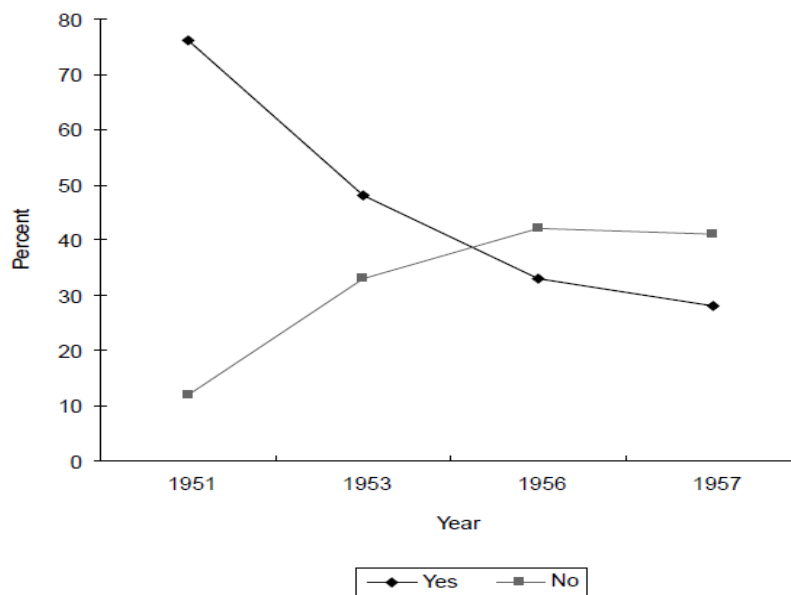
Do ponto de vista da aliança nipo-americana, Dian (2014, p.80, tradução nossa) argumenta que *“o Japão estava ciente de que a prioridade da grande estratégia dos EUA era garantir que nenhum agregado de poder industrial-militar na Ásia e na Europa pudesse se mobilizar contra ele, seja de forma independente, como na Segunda Guerra Mundial, seja por uma potência externa durante a Guerra Fria”*.

De acordo com Miyashita (2007), ao analisar sobre de onde surgem as normas, o autor questiona a explicação do construtivismo sobre as normas no Japão, levando em consideração pesquisas de opinião no início da década de 1950. Questionando Berger (1993; 1996), o autor afirma que apesar do argumento sobre o antimilitarismo fazer sentido, a institucionalização da Constituição de 1947 não impactou os sentimentos da população e as ideias que pairavam na sociedade japonesa de forma imediata. Analisando pesquisas de opinião da década de 1940 e 1950, o autor chegou à conclusão de que no início da década de 1950 os interesses pró-militaristas eram maiores do que os interesses pacifistas.

Embora seja verdade que as normas antimilitaristas foram mais fortes no Japão do que na maioria dos outros países importantes, a medida em que as normas pacifistas são sustentadas tem muito a ver com o ambiente de segurança do Japão e as condições políticas domésticas, com os laços de segurança com os EUA, a percepção de ameaça, a prosperidade econômica e a estabilidade política. (...) Quando, por exemplo, a segurança era (percebida como) abundante, as normas japonesas eram mais pacifistas; quando a segurança era escassa, as normas tornaram-se menos pacifistas (MIYASHITA, 2007, p.113, tradução nossa).

Por isso, Miyashita argumenta que as ameaças do sistema internacional afetavam o comportamento da opinião pública japonesa a respeito das normas de segurança. Por isso, torna-se inconsistente dizer que logo no pós-guerra houve uma transformação da identidade nacional e da cultura japonesa e que esses pontos influenciaram na norma constitucional e na sua difusão. Além disso, deve-se pensar que a norma foi imposta pela presença norte-americana, o que nos permite compreender como surge a norma que depois passa a ser socializada.

Gráfico 2: Opinião Pública - O Japão deve se rearmar?



Fonte: MIYASHITA (2007, p.30)

Entretanto, como explicar o fato da opinião pública legitimar inicialmente a militarização e as lideranças japonesas não mobilizarem transformações mais acentuadas nas políticas de defesa do Japão? Tal questão deve ser pensada a partir da importância das lideranças políticas japonesas com destaque às aspirações políticas e interesses de Shigero Yoshida que tornaram a recuperação econômica como o principal interesse do arquipélago, conforme mencionado anteriormente. Segundo Pyle (2007, p.231, tradução nossa), “*outros conservadores que poderiam ser líderes nessa época teriam feito escolhas diferentes. Eles discordavam fortemente dele e fortemente favoreciam o rearmamento e uma aliança mais estreita com os EUA [na Guerra da Coreia]*”.

Argumentava-se que a principal estratégia japonesa deveria ser o desenvolvimento industrial para promover a sua autonomia, algo que se torna recorrente na política japonesa desde a Restauração Meiji (PYLE, 2007; SAMUELS, 2007). Além disso, a derrota na guerra afetou a população como um todo, por esse motivo, apesar de pesquisas de opiniões indicarem o apoio ao rearmamento do arquipélago, seria difícil compreender a capacidade de mobilização de recursos diante dos problemas econômicos e sociais que o arquipélago vivia.

Do ponto de vista do nacionalismo, entre 1945 e 1960, de acordo com Lai (2008), o período pode ser representado por um momento em que o arquipélago estava dividido entre ideais nacionalistas militaristas e nacionalistas pacifistas. Nesse sentido, alguns grupos apoiavam uma postura militarista, sobretudo membros do Estado, questionando constantemente as instituições criadas e os tratados que colocavam em xeque a soberania japonesa, enquanto

outros grupos, principalmente partidos de esquerda e parcela da sociedade, priorizavam a promoção do Japão como um país pacífico (LAI, 2008).

Por esse motivo, dentro da própria Dieta existiam divergências entre conservadores e liberais, assim como o próprio Shigeru Yoshida. Apesar do autor entoar o militarismo como alicerce presente no Estado e o pacifismo ou antimilitarismo como alicerce do nacionalismo popular, não podemos considerar tal questão tão preta e branca, como demonstra o estudo de Miyashita (2007). Entretanto, as ponderações de Lai (2008) nos demonstram a existência dessa dualidade entre a espada e o crisântemo.

Retomando o debate sobre a militarização do Japão a respeito das suas forças militares. Em 1952, a Reserva Nacional de Polícia (RNP) se tornou a Força de Segurança Nacional¹²⁴ (*National Safety Force*) e pouco depois, em 1954, o governo promulgou o Ato SDF e converteu a Força de Segurança Nacional nas Forças de AutoDefesa sob a Lei nº 165 de 1952 na Lei (ou Ato) das Forças de AutoDefesa (FAD)¹²⁵.

De acordo com Maeda (1995), desde sua criação as FAD do Japão têm tido suas ações e prerrogativas aumentadas e aos poucos passaram a ganhar capacidades contrárias às prerrogativas e restrições constitucionais. Para justificar a autodefesa individual, o governo passou a legitimar-se com base nos princípios existentes no Artigo 51 do Capítulo VII da Carta da ONU, onde afirma-se que nada no documento “*poderia impedir o direito de autodefesa individual e coletiva caso um ataque armado ocorresse contra um membro das Nações Unidas...*” (UN CHARTER, 1945, tradução nossa).

Com as FAD, o termo “potencial de guerra” da Constituição precisou ser revisto e tal termo mudou de interpretação consideravelmente ao longo dos anos. A indefinição do que seria o potencial de guerra, permitiu que o arquipélago flexibilizasse suas medidas de segurança. A primeira interpretação era de que a RNP não era considerada como um potencial de guerra porque ela existiria na retórica para complementar as capacidades da Polícia Nacional Rural e das autoridades de polícia local, sendo definida como uma organização para manter a segurança pública.

¹²⁴ Os EUA pressionaram a remilitarização do Japão e propuseram a *Mutual Security Assurance (MSA)*, oferecendo ajuda financeira para o Japão em troca da expansão de suas Forças de Segurança Nacional de 110 mil homens para um exército de 350 mil homens (PYLE, 2007, p. 234; WATANABE, 2012; SASAKI; NAKANISHI, 2017). O MSA foi uma oportunidade para o avanço econômico do Japão através da criação de indústrias exportadoras de armamentos que não só estimularam o comércio e as relações bilaterais entre EUA e Japão, como assegurava que novas tecnologias chegassem ao Japão através da co-produção de armas norte-americanas (PYLE, 2007; WATANABE, 2012).

¹²⁵ No original 自衛隊法 (Jieitai-hō).

Todavia, com as trocas comerciais e de tecnologia entre Japão e EUA, que aumentaram o potencial bélico nipônico, essa interpretação não pôde ser mantida. Passou-se a definir potencial de guerra como a capacidade de “*pursue modern warfare*”, posto que o Japão não teria nem recursos humanos e nem armamentos para ser capaz de travar guerras. Já em 1954, a interpretação sobre o “potencial de guerra” deu lugar para “qualquer coisa além do mínimo requerido para um país se autodefender”. A interpretação oficial de 1954 é auto imposta pelo governo japonês, onde mantém-se o espírito de não agressão e uma postura de forças militares exclusivas para a defesa (*senshu boei*) (LIFF, 2017).

O princípio exclusivo para defesa tem como base três condições: 1) um ataque contra o Japão já ocorreu, 2) não existe outra medida que poderia ser tomada para defender o território e 3) o uso da força é limitado ao mínimo necessário. O Japão ainda mantém essa interpretação, mas é cada vez mais difícil considerar que o país não tem “potencial de guerra”, tendo em vista os expressivos gastos com defesa e os armamentos de alta tecnologia, como veremos no Capítulo 6.

Organizacionalmente, as FAD do Japão são divididos em três ramos militares: i) Força Terrestre de Autodefesa, ii) Força Marítima de Autodefesa; e iii) Força Aérea de Autodefesa. O primeiro-ministro, enquanto representante do gabinete pode ordenar a ação das FAD quando o Japão for atacado ou quando há claro e eminente perigo de um ataque armado (MAEDA, 1995). Quando surgiram, as FAD eram compostas por 150,000 oficiais nas forças terrestres, 15,808 nas forças marítimas, 6,287 nas forças aéreas, 20 conselheiros e 12,424 funcionários como secretarias e de seções administrativas. Conforme o Japão crescia, os gastos militares também aumentavam e conforme afirma Maeda (1995, p. 279), as FAD tinham quase tantos tanques quanto o exército britânico e tinham a melhor marinha costeira do mundo, além disso, as forças aéreas japonesas tinham um número de F-15s que perdia apenas para os EUA e também tinha mais mísseis patriot do que Israel.

Como o Japão era um elemento essencial da grande estratégia norte-americana e da política de contenção na Ásia, a criação de novas instituições militares no Japão foi apreciada pelos Estados Unidos. De acordo com Pecequillo (2003, p.171), “*com a incorporação da Ásia ao esquema de contenção, pode-se dizer que havia ocorrido a primeira importante expansão da zona de atuação dos Estados Unidos no caminho de se tornar um país com capacidade de projeção global*”. Também nesse período foi criado o Conselho de Defesa, em 1956, sendo a

primeira instituição de segurança do gabinete no pós-Guerra, que se provou ineficiente enquanto uma agência de consulta em processos decisórios referentes a defesa ¹²⁶ (LIFF, 2017).

Contudo, com o fortalecimento das relações nipo-americanas, cabe destaque as relações sino-japonesas no período. O arquipélago buscava crescer economicamente e os mercados chineses eram de interesse para que ele conseguisse levar adiante tal estratégia. Hatoyama Ichiro (1954-1956) visou uma política externa mais autônoma através de um processo de aproximação comercial e econômica com os vizinhos no Leste Asiático, o que incluía a China e, inclusive, a URSS ¹²⁷. O governo seguinte ao de Hatoyama foi de Ishibashi Tanzan (1956-1957), que também almejou uma reaproximação com a China, mas Ishibashi estava muito mais cauteloso em seguir tal estratégia em detrimento das relações com os EUA.

Os EUA exerciam um contrapeso para o possível restabelecimento das relações da China com seus países aliados. Como veremos com maior detalhe no próximo Capítulo, o governo norte-americano utilizava-se de estratégias para legitimar Taiwan como a verdadeira China. Como o Japão, apesar de gradativamente se militarizar, estava dependente dos EUA, o Japão não podia evitar ser arrastado para a diplomacia da Guerra Fria (DIAN, 2014, p.82).

Os EUA atuaram com o interesse de conter as ameaças socialistas chinesas e, principalmente, soviéticas e as teorias de Efeito Dominó de Truman continuavam a perpetuar as estratégias da política externa norte-americana para a Ásia (PECEQUILO, 2003; CHRISTENSEN, 2011). Conflitos e dissuasões entre EUA e China também estimularam a impossibilidade da reaproximação sino-japonesa, posto que em 1954 ocorrem a primeira e a segunda crise no estreito de Taiwan (1954 e 1958).

Com Kishi Nobusuke ¹²⁸ (1957-1960), as relações entre China e Japão voltaram a se deteriorar quando o primeiro-ministro foi à Taiwan assim que assumiu o poder (IOKIBE; SASAKI, 2017). Além disso, como vimos anteriormente, buscou transformar o Tratado de Segurança Mútua entre Japão e EUA a despeito das manifestações contrárias vindas da

¹²⁶ Durante o governo de Nakasone (1982-1987), o conselho foi transformado em Conselho de Segurança, herdando as prerrogativas do mesmo, mas apesar de ser relativamente mais eficiente, não foi satisfatório para auxiliar respostas mais rápidas do Japão em crises internacionais. Para mais informações consultar Liff (2018).

¹²⁷ De acordo com Sasaki e Nakanishi (2017, p.138, tradução nossa), “*inicialmente Hatoyama esperava construir laços com a China comunista também. No entanto, embora a política básica de Washington para as relações do Japão com a União Soviética fosse abster-se, desde que não prejudicasse o mundo livre, os EUA manifestaram abertamente sua desaprovação do potencial reconhecimento da China comunista por parte do Japão e uma reaproximação entre eles*”.

¹²⁸ Kishi Nobusuke, além de ter sido primeiro-ministro de 1957 a 1960, também foi Ministro do Desenvolvimento Industrial de Manchukuo e foi conhecido pelo seu preconceito em relação aos chineses e pelas atrocidades cometidas durante o período que esteve no poder, tanto que era conhecido como “Showa no Youkai” (昭和の妖怪) ou “O monstro da Era Showa”. Kishi Nobusuke foi ministro no Gabinete Tojo Hideki (1941-1944) durante o Japão Imperial e era acusado de ser um criminoso de guerra (PYLE, 2007).

sociedade. Os interesses militaristas de Kishi na metade da década de 1950 são o momento mais evidente da diferença do nacionalismo que partia das esferas da sociedade, que seria mais pacífico, e do nacionalismo dirigido pelo Estado, que persistia flertando com o militarismo (LAI, 2008).

Em novembro de 1955, com a criação do PLD (Partido Liberal Democrata) no sistema político do Japão surge o conhecido “Sistema de 1955” que marcou o início do período em que apenas um partido dominou a política japonesa por quase quarenta anos. De acordo com Pyle (2007, p.237), no início da criação do partido a ala conservadora conseguiu mais destaque sobre as outras e Kishi Nobusuke assumiu o poder em fevereiro de 1957.

Kishi Nobusuke era declaradamente anticomunista e foi o primeiro dos líderes após Shigero Yoshida a desafiar o artigo 9º e a Constituição do Japão. Apesar do apoio do PLD e da presença do partido no Congresso, Kishi não teve suporte o suficiente para aprovar todas as reformas que pretendia fazer no âmbito das políticas de defesa (WATANABE, 2012). No período, Kishi declarou que as armas nucleares não eram proibidas pela Constituição, posto que elas poderiam ser utilizadas para dissuasão, servindo como armamentos de defesa. Tal menção foi problemática, tendo em vista que três anos antes o arquipélago havia sofrido novamente com problemas oriundos do poder nuclear¹²⁹. Apesar da inclinação e da menção de Kishi às bombas nucleares, não houve nenhuma mudança nas políticas de defesa nipônicas em relação a isso (WATANABE, 2012).

Em 1957, o estadista emitiu a primeira “*Política Básica sobre a Defesa Nacional*” que indicava o desenvolvimento de uma defesa eficiente dentro dos limites estabelecidos para autodefesa. Essa política guia até hoje os princípios do desenvolvimento da segurança do Japão baseados na busca pela paz, na manutenção das relações nipo-americanas e na conformidade legal com os princípios basilares da Constituição (TOGO, 2005).

¹²⁹ Segundo Makoto e Minohara (2017), em março de 1954 um navio pesqueiro japonês foi exposto aos altos níveis de radiação devido aos testes de uma bomba atômica em Bikini Atoll. Esse episódio que ficou conhecido como “*Lucky Dragon incident*”, foi informado pelas mídias nacionais como uma nova ameaça que o Japão vivenciava e seria uma nova ameaça dos EUA ao Japão, o que teria levado as elites dirigentes japonesas começarem a repensar a política voltada somente para as relações com os EUA. O incidente ocorreu em 1 de março de 1954 quando a Comissão de Energia Atômica dos EUA mandou uma bomba termonuclear para Bikini Atoll, que é parte de uma das Ilhas Marshall. O teste tinha o nome de “Castle Bravo” e foi a primeira bomba de hidrogênio norte americana, sendo a maior explosão nuclear iniciada pelos EUA. O resultado dos testes foi maior do que o esperado e espalhou radioatividade e contaminação em uma grande área no Oceano Pacífico. A comissão avisou aos navios nacionais que não deveriam se aproximar de um perímetro de 30 milhas náuticas do local. Entretanto, navios estrangeiros não foram informados e um dos barcos de pescadores japoneses o “*Lucky Dragon*” acabou sofrendo com a contaminação. O incidente foi uma das grandes manchetes da mídia e logo após o acontecimento começou a eclodir um grande movimento anti-armas nucleares. tanto que em 1955 foi criado o Conselho japonês contra bombas atômicas e de hidrogênio.

Durante esse período, também foi assinado o Tratado de Segurança Mútua de 1960 renovando a aliança nipo-americana e, como mencionamos, diversos protestos contra as alterações promovidas por esse tratado foram mobilizados no país. Não cabe retomarmos e discutirmos novamente sobre o tratado, todavia cabe ressaltarmos que tais protestos são um exemplo de como o nacionalismo japonês gradativamente estava se transformando e como existia uma disparidade no governo de Kishi Nobusuke entre o nacionalismo de Estado e nacionalismo popular, representando um desalinhamento da relação estado-sociedade.

Em linhas gerais, diante de pressões sistêmicas que tornavam o ambiente regional restritivo, o período é o principal momento em que o arquipélago passou a se rearmar e podemos compreender que diversos arranjos políticos e decisões de lideranças fizeram com que a militarização fosse possível e ao mesmo tempo fosse restrita. No início de 1945, se não fosse pelos interesses de Shigero Yoshida de manter uma política externa voltada para a reestruturação econômica, o arquipélago poderia ter sido pressionado (e estimulado) a seguir um processo de militarização acelerado diante dos conflitos na península coreana. A percepção de Yoshida recaía também para um olhar da sociedade e a incapacidade de mobilização de recursos diante dos problemas sociais e econômicos do arquipélago.

Todavia, diferente de um pacifismo imediato, o arquipélago se remilitarizou através da criação das RNP e posteriormente das FAD, pressionado pelo cenário internacional e influenciado pelas percepções de Yoshida. Ainda assim, revisões sobre a interpretação constitucional precisaram ser feitas, tendo em vista que o “potencial de guerra” precisou ser redefinido.

Também nesse período, partidos de esquerda sobretudo o JSP, se mobilizaram contra medidas que pudessem ir de encontro ao pacifismo da Constituição de 1947. Na temporalidade definida por Lai (2008), a dualidade entre o militarismo e o pacifismo japonês existiram como correntes do nacionalismo da época e influenciaram tanto na militarização como na restrição à essa militarização.

As restrições à militarização do arquipélago foram influenciadas por partidos de esquerda e por grupos da sociedade, sobretudo na metade da década de 1950, contra um processo mais assertivo de militarização (e/ou nuclearização), devido, inclusive, à receios do *entrapment* (LAI, 2008; MIYASHITA, 2007; TOGO, 2005). Outrossim, a gradativa presença norte-americana no território e o crescimento do poder econômico japonês (PYLE, 2007; LAI, 2008) foram elementos que incentivaram tais estratégias políticas que apoiavam posturas mais pacifistas do arquipélago e que gradativamente definiram sua cultura estratégica mais próxima do crisântemo. Por fim, a institucionalização das normas pacifistas, como o caso da

Constituição de 1947, e os horrores à guerra também não podem ser descartados como elementos cruciais (BERGER, 1993; 1996; KATZENSTEIN, 1996) para que este período fosse marcado pela dualidade entre o crisântemo e a espada.

3.2.2 O CRESCIMENTO ECONÔMICO, NACIONALISMO ECONÔMICO E CULTURAL JAPONÊS E O SISTEMA INTERNACIONAL (1960-1990)

Apoiado na preocupação dos EUA com a Guerra Fria de promover segurança e o mercado aberto para o arquipélago, o Japão intensificou seus controles burocráticos e fortaleceu suas políticas mercantilistas (PYLE, 2007). Nesse sentido, os EUA mantiveram seu mercado aberto aos produtos japoneses, ao mesmo tempo em que permitiram que o Japão limitasse severamente o acesso à sua economia. Respalhando o argumento do interesse norte-americano, um oficial do governo afirmou em 1952 que:

O país mais industrializado do Extremo Oriente deve permanecer fora da órbita soviética se quisermos que haja uma Ásia livre e, para esse fim, a política dos EUA deve ser pensada como forma de garantir através de qualquer meio que seja necessário, militar ou econômico, ajuda no estabelecimento da política, da tranquilidade e para estimular economicamente toda a Ásia (...) e até que fique claro que o Japão possa se apoiar sozinho em seus próprios pés, os EUA devem necessariamente apoiá-los, até mesmo ao ponto de fornecer um mercado irrestrito para produtos japoneses que os consumidores americanos acham atraentes (*apud* PYLE, 2007, p.249, tradução nossa)

Diante de uma condição favorável para o desenvolvimento econômico do arquipélago e de sua indústria nascente, promovendo a autonomia constantemente almejada pelo Japão desde a Restauração Meiji, Hayato Ikeda (1960-1964) buscou incentivar a economia japonesa, seguindo a Doutrina Yoshida. Com o Plano Ikeda, o Japão vivenciou altas taxas de crescimento econômico e gradativamente o nacionalismo do Estado e o nacionalismo popular se transformaram em um consenso. Nesse sentido, o nacionalismo econômico do pós-guerra “*tem suas raízes nos ideais pré-guerra de construir um forte Estado-Nação japonês por meio da mobilização nacional e implementações de políticas e projetos econômicos “desenvolvimentistas” guiados pelo Estado, para acumular poder econômico para a autopreservação e sobrevivência nacional*” (LAI, 2008, p.123, tradução nossa).

O efeito conjunto de esforços da população e do Estado em prol do desenvolvimento se tornou a força motora para estimular o crescimento do poder econômico japonês, fazendo com que o arquipélago emergisse internacionalmente como uma das grandes potências econômicas. No final da década de 1960, o Japão já atingia um PIB superior ao da França e o do Reino Unido

juntos (KENNEDY, 1988, p. 418; TORRES, 1997, p.6) e com sua economia fortalecida projetos como a Ajuda Oficial para o Desenvolvimento (ODA)¹³⁰ ganharam força.

Com taxas de crescimento em 10% ao ano, o arquipélago não só emergiu “*relativamente incólume das crises globais do petróleo e da recessão econômica, sua admissão no G-7 sintetizou o sucesso do nacionalismo centrado na economia que ajudou a revitalizar o orgulho e a identidade nacional japonesa*” (LAI, 2008, p. 124, tradução nossa). Como afirma Pyle (2007, p.265, tradução nossa), “*o Japão do pós-guerra definia-se como um estado cultural que guardava princípios de liberalismo, democracia e paz, mas esses eram apenas os princípios superficiais (tatamae); os sentimentos reais japoneses (bonne) eram o direcionamento de esforços para o crescimento econômico*”.

Tabela 1: Taxa Média de Crescimento anual do PIB de países selecionados

Taxa média de crescimento anual do Produto Nacional Bruto (em %)				
(países selecionados)				
	1953-1973	1974-1982	1983-1991	1992-1995
Japão	9,4	4,0	4,4	0,7
EUA	3,6	1,5	3,0	3,2
Reino Unido	3,1	1,0	2,4	2,2
Alemanha Ocidental	5,8	1,6	3,1	1,1
França	5,3	2,4	1,9	1,4

Fonte: TORRES (1997)

Os riscos e as ameaças ao Japão no nível internacional existiam, mas o “equilíbrio de poder” promovido pela *deterrence* nuclear, faziam da eclosão de um conflito algo pouco provável, apesar de não impossível. O poder nuclear influenciou e continua a influenciar todo o cálculo estratégico dos Estados no sistema internacional, como um poder de *deterrence*, de barganha e denotando a capacidade de sobrevivência diante da anarquia (WALTZ, 1979).

As suas relações comerciais com países do seu entorno e a sua gradativa participação na ordem internacional, sobrepujavam os interesses de uma maior militarização. Objetivando fortalecer seu poder econômico e promover o seu desenvolvimento, o Japão passou a articular os seus impeditivos domésticos, institucionais e a opinião da população frente às negociações com os EUA quando estes desejavam por uma maior atuação militar japonesa (PYLE, 2007).

Diferente do governo de Kishi Nobusuke, Hayato Ikeda (1960-1964) detinha uma postura mais tolerante em relação à China, contudo, as relações não foram estabelecidas no período. Nota-se que durante a reestruturação japonesa constantemente as elites dirigentes nipônicas detinham um interesse nacional econômico que visava separar a política da economia nas relações entre o Japão e a China (IOKIBE; MINOHARA, 2017, p.158). Contudo, como

¹³⁰ A ODA foi criada em 1954 e através dela o arquipélago pode oferecer ajuda financeira para países asiáticos.

afirma Rose (1998, p.43, tradução nossa), “*o sistema internacional do período da Guerra Fria teve uma influência enorme nas relações sino-japonesas, trazendo a China e o Japão para os 'subsistemas' das duas superpotências e colocando-os como inimigos durante a Guerra Fria*”.

No que diz respeito à China e às políticas de segurança do Japão, quando Eisaku Sato (1964-1972) assumiu o poder, o governo chinês havia testado com sucesso a sua primeira bomba nuclear e isso causou tensionamentos por parte do governo norte-americano e do governo japonês, onde o segundo propôs uma possível nuclearização do arquipélago (IOKIBE; SASAKI, 2017). Segundo Iokibe e Sasaki (2017, p.162, tradução nossa), Eisaku “*comentou que, embora ele entendesse que a opinião pública no Japão “não estava pronta para aceitar tais ideias”, seria necessário tomar medidas no futuro para “educar o público sobre tais assuntos*”. Os EUA sob comando de Lyndon B. Johnson (1963-1969) enfatizaram a aliança nipo-americana e o comprometimento dos EUA de defenderem o território japonês em caso de qualquer ameaça, sendo contrários à nuclearização do Japão.

Durante o governo de Eisaku Sato (1964-1972), além da devolução do território de Okinawa, como apresentamos anteriormente, ocorre um dos mais importantes eventos que transforma significativamente não só o Leste Asiático, como os rumos da Guerra Fria. A aproximação sino-americana em 1971 forçou a necessidade de mobilizar uma aproximação sino-japonesa, que foi aos poucos estabelecida em 1972 com a Declaração Conjunta entre os países e em 1978 com o Tratado de Amizade Sino-Japonês, como veremos no próximo Capítulo. Tal acontecimento foi um dos pontos que ficou conhecido como “*Nixon Shock*”¹³¹ devido à natureza secreta das negociações sino-americanas e ao anúncio repentino da ida de Nixon à China no dia 15 do mesmo ano (LEE, 1976; PYLE, 2008; TOGO, 2005; DIAN, 2014). Segundo Lee (1976, p.99, tradução nossa), “*ao receberem a notícia da mudança na política americana sobre a China, Sato e seus associados experimentaram emoções mistas de inveja pelo avanço diplomático com a China e a amargura em relação à Nixon sobre tal ação, que afetou o prestígio doméstico e externo japonês*”¹³².

Um outro fator que trouxe receios ao Japão foi o fato de anteriormente, diante da exaustão norte-americana frente à Guerra do Vietnã (1964-1974), Richard Nixon lançou a

¹³¹ O primeiro foi o anúncio no dia 15 de julho de 1971 sobre a visita de Kissinger à China e o Segundo foi no dia 15 agosto de 1971, quando Nixon proclamou uma Nova Política Econômica, com medidas protecionistas e o fim do padrão-ouro.

¹³² Em outubro de 1970 tanto o Japão como os EUA concordaram em criar canais consultivos sobre qualquer alteração no status da China. Entretanto, a notícia norte-americana mostrou-se como uma mentira (LEE, 1976). Domesticamente Sato gradativamente passou a perder poder e legitimidade e com a entrada da China na ONU em outubro de 1971, grupos de extrema direita dentro da Dieta criticaram a política externa japonesa que não conseguiu impedir a entrada da China e a saída de Taiwan (LEE, 1976).

chamada Doutrina Guam (1969). Afirmava-se que os países asiáticos deveriam começar a prover a própria segurança, posto que os EUA não mais arcariam com tais custos. Apesar da confirmação do governo norte-americano da aliança com o Japão, a Doutrina Guam somada à aproximação sino-americana trouxe receios por parte do Japão – assim como trouxe receios para a China, como veremos no próximo Capítulo (DIAN, 2014).

As percepções das lideranças influenciaram para que a reação do Japão, à luz de uma tradição da era Meiji e receio de *abandonment*, fosse tentar se tornar um país autossuficiente em termos de capacidade tecnológica e militar, mas tais tentativas foram frustradas diante de constrangimentos internos, como veremos adiante (DIAN, 2014). Nesse mesmo contexto, há um decréscimo de tropas norte-americanas alocadas no Japão, o que pode ser considerado como um dos impulsos para a criação por parte do governo japonês de um novo programa de defesa (DIAN, 2014).

Lançado em 1976 durante o governo do primeiro-ministro japonês Miki Takeo (1976-1978), as Diretrizes Nacionais de Defesa informavam a necessidade e a capacidade do Japão desenvolver forças defensivas a partir de 1977 (WATANABE, 2012). No novo programa de defesa é apresentado que apesar da existência de um equilíbrio entre três grandes poderes - EUA, URSS e China -, as tensões ainda persistiam na península coreana e o crescimento de gastos militares na região eram alarmantes para os japoneses (NDPO, 1976). O documento também definiu o conceito japonês de defesa básica compreendendo-o a partir da (i) prevenção de uma invasão armada e (ii) a reação de uma invasão armada. De acordo com Watanabe (2012, p.89), “*o governo, representado pela Agência de Defesa, sofreu pressão da Dieta ao justificar a necessidade de construir uma doutrina militar, que não informava os limites conceituais do termo defesa*”.

O Japão e os EUA lançaram as suas primeiras Diretrizes de Cooperação em Defesa em 1978 que reforçavam o compromisso entre os dois países e estabeleciam proposições a respeito da cooperação em segurança (US-JAPAN GUIDELINES, 1978). Tais pontos reforçam os ajustes que expandiam as capacidades de segurança do arquipélago, mas que se mantinham próximos aos preceitos da Doutrina Yoshida.

No mesmo período, foi lançado o que ficou conhecido como Doutrina Fukuda projetada por Takeo Fukuda (1976-1978). Essa Doutrina não se distanciava dos preceitos da Doutrina Yoshida, fortalecia o interesse do arquipélago diversificar suas relações diplomáticas,

intensificando sua presença no Sudeste Asiático¹³³. Também era prevista a necessidade do país ser mais ativo internacionalmente, sendo que o último ponto ficou muito mais no campo da retórica do que da prática (UEHARA, 2003).

De acordo com Lai (2008), a confiança econômica facilitou o desenvolvimento do nacionalismo étnico-cultural, movendo o interesse de associar o desenvolvimento econômico japonês à concepção do Japão como uma cultura única no mundo. Nesse momento, teorias de *nihonjiron*¹³⁴ se proliferaram e há um alinhamento do nacionalismo da sociedade com o do Estado, que priorizava a economia, questões pacíficas e a cultura. Todavia, não é possível descartar que existiam ainda algumas lideranças políticas que temiam possíveis ameaças no sistema internacional e reforçavam a necessidade do Japão recuperar sua integridade. Isso não significa dizer que o nacionalismo japonês e as estratégias do Japão não refletiram os interesses econômicos, mas em determinados momentos aspectos de doutrinas militaristas impulsionaram determinadas práticas.

No contexto do lançamento das Diretrizes Nacionais de Defesa, para acalmar lideranças contrárias às medidas militares e a população, foi estabelecido o teto de que somente 1% do PIB japonês seria destinado para os gastos militares (TOGO, 2005). A postura de gastos do Japão restritos à somente 1% do PIB foi uma política oficial do PLD, todavia durante o governo de Yasuhiro Nakasone (1983-1986) tal porcentagem foi ignorada e pela primeira vez ultrapassou 1% em 0,004% em 1987¹³⁵. De fato, a política do 1% também não foi seguida somente em dois outros momentos no século XX, onde em 1988 e 1989 os gastos foram calculados respectivamente em 1.013% e 1.006% do PIB japonês.

Nota-se que o processo de formulação do documento andou em conjunto com diversas estratégias mobilizadas por Nakasone Yasuhiro, um estadista militarista, que estava como Diretor Geral da Academia de Defesa (PYLE, 2007). Do ponto de vista das políticas de segurança, em 1970 foi publicado o primeiro *White Paper* do Japão, novamente publicado em 1976 e desde então passou a ser um hábito do governo japonês.

¹³³ A doutrina tinha como princípios a permanência do Japão como país pacífico e que buscava contribuir para a paz e prosperidade do sudeste asiático, a promoção do estreitamento das relações com os países dessa região e a colaboração para resolução de conflitos entre eles (UEHARA, 2003).

¹³⁴ O conceito se tornou popular após a Segunda Guerra Mundial, com livros e artigos que buscavam analisar, explicar e explorar as peculiaridades da mentalidade e da cultura japonesa em contraposição à Europa, por exemplo.

¹³⁵ Durante a década de 1980, o governo respondeu a ameaça soviética articulando uma linha de defesa marítima na parte norte do Japão, em auxílio a estratégia marítima norte-americana de defesa e nesse momento os gastos de defesa ultrapassaram 1% (HORNUNG; MOCHIZUKI, 2016).

Os receios de uma possível mudança no equilíbrio do poder influenciavam para que o arquipélago e a percepção das lideranças impactassem na escolha das medidas que gradativamente militarizavam o arquipélago. Todavia, o nacionalismo econômico, a cultura estratégica, as normas e instituições domésticas ainda serviam como contrapeso e mecanismo restritivo para que o Japão se militarizasse de forma mais assertiva. Afinal, como apresenta Pyle (2007), Yasuhiro Nakasone (1982-1987) falhou em modificar a grande estratégia japonesa e o comportamento militar do mesmo, posto que durante o período em que foi primeiro-ministro, objetivou estimular a autonomia japonesa e levar adiante uma política externa mais ativa e menos reativa.

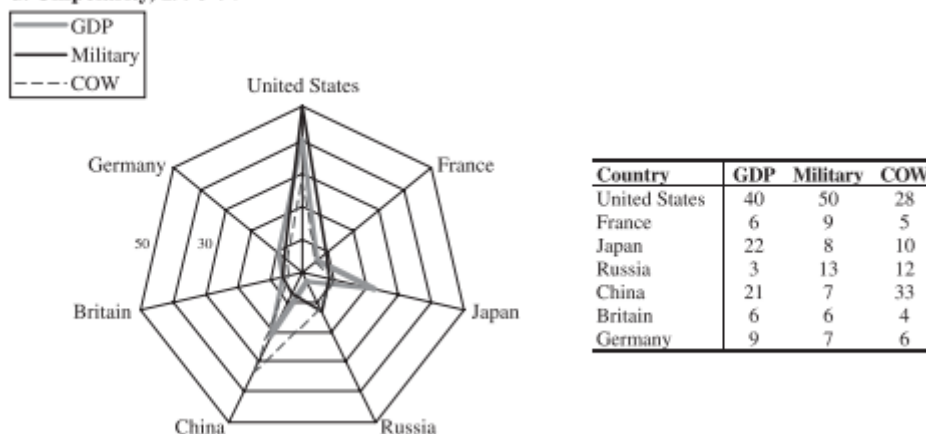
3.2.3 O IMEDIATO PÓS-GUERRA FRIA: AS EXPECTATIVAS, O COMPORTAMENTO E O NEO-NACIONALISMO DO JAPÃO

A queda do muro de Berlim em 1989, a erosão de poder e abertura da URSS, desde o final da década de 1980, trouxeram uma nova configuração para a polaridade no sistema internacional (WOHLFORTH, 1999). Nesse período, surgem teses tanto sobre a multipolaridade do sistema (MEARSHEIMER, 1995), como sobre a uni-multipolaridade (HUNTINGTON, 1999) e a unipolaridade (WOHLFORTH, 1999). Consideramos as concepções de Wohlforth sobre a unipolaridade no sistema internacional, mas não devemos descartar as configurações regionais, posto que a unipolaridade no nível global coincidiu com uma certa multipolaridade no nível regional asiático.

Figura 10: A unipolaridade e a multipolaridade do sistema internacional e regional, respectivamente, na década de 1990¹³⁶

¹³⁶ A medida Correlate Of War (COW) é utilizada por Wohlforth, porém tal dado não é considerado para a presente tese.

d. Unipolarity, 1996-97



Fonte: WOLHFORTH (1999)

Essa nova polaridade permitiu a emergência de antigos países que passaram a impactar diretamente na forma com a qual o Japão via e desejava se posicionar no mundo. Considerando o Japão, Waltz (1993; 2000) previu a ascensão japonesa ao *status* de grande potência que abraçaria o seu poder militar e nuclear. O destino do Japão pode ser sintetizado nas palavras do autor de que:

Países com grandes economias tornaram-se grandes potências com ou sem relutância. Alguns países podem se esforçar para se tornarem grandes potências; outros podem querer evitar fazê-lo. A escolha, no entanto, é restrita. Devido à extensão de seus interesses, as unidades maiores existentes em uma arena contenciosa tendem a assumir tarefas em todo o sistema. Mudanças profundas na situação internacional de um país produzem mudanças radicais em seu comportamento externo. (...) As inibições nucleares japonesas decorrentes da Segunda Guerra Mundial não durarão indefinidamente; pode-se esperar que eles expirem à medida que as memórias geracionais desapareçam (WALTZ, 1993, p.34-35, tradução nossa).

Waltz (1993;2000) faz previsões da possibilidade do Japão se comportar como uma grande potência, adquirindo poder militar e nuclear, mas nem por isso o Japão abraçou por completo seu *status* de potência militar. Ou seja, para corrigir tal anomalia é necessário considerar que existem pressões domésticas que influenciam na decisão do Estado e, ainda, é preciso asseverar que a claridade de uma ameaça influencia o comportamento do Japão, como veremos no Capítulo 6.

Além disso, apesar das previsões sobre o enfraquecimento da aliança nipo-americana e seu possível fim, as relações foram continuadas, mesmo diante de alguns abalos (DIAN, 2014). O arquipélago manteve-se subserviente às práticas norte-americanas e, inclusive, pressionado por elas em diversos momentos a transformar suas políticas de segurança. Como a segunda maior economia do mundo, até mesmo gastos de defesa extremamente modestos em porcentagem de PIB se traduziam facilmente no terceiro ou no quarto maior orçamento de defesa. Todavia, mesmo que o orçamento de defesa do Japão fosse grande em termos absolutos,

o custo de subsidiar forças americanas alocadas em seu território, altos custos de aquisições e proibições unilaterais de aquisição de armas nucleares ou capacidades ofensivas significa que o terceiro ou quarto maior orçamento de defesa estava longe de se comparar a terceira ou quarta máquina militar mais potente do mundo (MIDFORD, 2011).

A década de 1990 pode não ter marcado de forma significativa uma transformação da grande estratégia nipônica e o afastamento da Doutrina Yoshida, mas influenciou consideravelmente no caráter evolutivo das políticas de segurança do arquipélago. Nesse sentido, o Japão começou a relaxar interpretações constitucionais com o objetivo de cumprir com os custos da aliança nipo-americana. Afinal, *“restrições unilaterais fizeram do Japão um país dependente, em uma extensão muito maior que a maioria das grandes potências estariam dispostas a aceitar, da vontade e da confiabilidade em um aliado, incorrendo assim nos riscos gêmeos do entrapment e do abandonment”* (MIDFORD, 2011, p.15, tradução nossa).

Além disso, o Japão vivenciou uma grande crise econômica que se alastrava desde a década de 1980 e se perpetuava na década de 1990. As dívidas públicas do arquipélago eram as maiores entre os países industrializados e a depressão econômica agravou problemas sociais e suscitou escândalos de corrupção (LAI, 2008). A instabilidade econômica afetou diretamente a política japonesa e a supremacia do PLD que perdeu o poder e a dominância que mantinha desde 1955. Durante esse período, também conhecido como “década perdida”, o Japão perdeu não só sua prosperidade econômica como sua coesão política e, principalmente, sofreu impactos no seu *status* internacional.

No caso do último, seu prestígio foi diretamente afetado pela Guerra do Golfo (1990-1991) e a pressão estrangeira para uma maior participação do Japão no cenário internacional. Afinal, apesar da crise econômica vivenciada pelo arquipélago, o país ainda figurava como a segunda maior economia do mundo no início da década de 1990 (TOGO, 2005; PYLE, 2007). Devido à necessidade de mudança, Sasada (2006) argumenta que com o final da Guerra Fria e com as mudanças no tabuleiro regional, o nacionalismo ressurgiu em resposta a alguns acontecimentos no entorno regional asiático, o que fortaleceu a visão negativa sobre alguns vizinhos do Japão, como Coreia do Norte e China, e fortaleceu o apoio a políticas de defesas.

O presidente norte-americano George Bush (1989-1993) solicitou ao primeiro-ministro japonês Kaifu Toshiki (1989-1991) em agosto de 1990 o apoio do arquipélago aos EUA em conflitos no Oriente Médio. Alguns militares e diplomatas norte-americanos fizeram exigências pedindo uma maior participação do Japão com envio de fragatas, aviões, caça-minas e escoltas. Os EUA desejavam uma contribuição visível por parte do Japão, mesmo que para isso eles precisassem reinterpretar a Constituição (MAEDA, 1995, p. 284).

Com a impossibilidade de enviar as FAD para fora do país, tendo em vista que o arquipélago não reconhecia a *Collective Self Defense* e existiam restrições presentes na Constituição, o Japão optou por contribuir financeiramente. O não reconhecimento emergiu em 14 de outubro de 1972, quando o governo japonês divulgou um documento “*Relationship between the Right of Collective Self-Defense and the Constitution*” em que informa as bases lógicas para a existência das FAD e se opunha ao direito da *Collective Self-Defense*. Devido ao preâmbulo da Constituição pacifista, naquele momento o governo entendeu que o Japão o direito a *Collective Self-Defense* não seria permitido sob a Constituição japonesa (*apud* KOMEI, 2018).

Diante das restrições, inicialmente, o governo japonês ofereceu 400 milhões de dólares aos EUA, todavia foi criticado, questionado e alguns dias depois a quantia subiu para US\$ 4 bilhões. O Japão se recusava a mandar tropas para o exterior, mas como o país comprava grande quantidade de petróleo do Oriente Médio, a posição de afastamento em relação ao conflito através de um financiamento de tropas foi vista de maneira negativa no mundo. A ideia de que os triunfos econômicos japoneses e as políticas domésticas poderiam ser isolados das responsabilidades internacionais perderam a credibilidade. Por fim, o Japão chegou a oferecer um total de US\$ 13 bilhões com o intuito de isentar as responsabilidades militares do país, o que foi duramente criticado pela comunidade internacional (TOGO, 2005). O governo japonês aprendeu na Guerra do Golfo que apenas oferecer fundos não era o nível suficiente de envolvimento que o sistema internacional demandava dele. Quando a guerra acabou, o Japão não ganhou o crédito que achou que ganharia e houve duras críticas à posição do Japão que foi encarada como uma “diplomacia de pagamentos”. O Japão foi “humilhado” e passou a ser visto como um “anão político” (UEHARA, 2003; LAI, 2008).

Apesar de ser um dos doadores líderes das organizações internacionais e ter contribuído substancialmente para o dinamismo econômico no Leste Asiático, *raramente, foi possível ao Japão o nível de reconhecimento internacional/regional e influência capaz de definir agendas equivalente às suas contribuições, uma situação que se dissipou ainda mais com a retração de seus recursos econômicos induzida pela recessão*” (LAI, 2008, p.124, tradução nossa).

Com as pressões por parte dos EUA e algumas nações europeias, em outubro de 1990, o governo japonês apresentou à Dieta o projeto de lei de cooperação com a ONU e a essência desse projeto era criar uma Força de Cooperação de Paz das Nações Unidas, separada das FAD. As forças de cooperação teriam como fim monitorar e auxiliar no cessar-fogo, dar suporte na logística e oferecer tratamento médico (MAEDA, 1995). Na década de 1990, o governo japonês argumentou que as atividades visariam colaborar com as operações de paz, mas como não se

chegou a um consenso no parlamento, principalmente por parte de partidos de oposição como o JSP, o projeto de lei foi retirado em novembro do mesmo ano. O governo manteve-se fiel a grande estratégia japonesa, mas cada vez mais flexibilizou e apresentou a resiliência da Doutrina Yoshida (HUGHES, 2017).

A opinião pública também impactou na decisão do governo japonês e na falta do apoio para que medidas fossem tomadas em favor do envio das FAD para o exterior. De acordo com Midford (2011), através da análise de pesquisas de opinião do período ele asseverou que 67% dos entrevistados eram contrários ao envio das FAD para o exterior e apenas 19% eram favoráveis. No que diz respeito a opinião da população sobre a resposta japonesa de ajuda financeira, 40% afirmavam que ela tinha sido apropriada, enquanto 33% achavam que ela não tinha sido apropriada. Diante disso, é possível observar que ao mesmo tempo que a população desejava uma maior participação do Japão, ela não desejava um retorno aos princípios militaristas (MIDFORD, 2011, p.70-71).

Em 1991, um novo projeto de lei referente à cooperação com a ONU foi submetido. O projeto permitiu que as FAD participassem de operações humanitárias e fossem despachadas para o exterior, como aconteceu no caso do Camboja, Timor Leste e Golan Heights. De acordo com Togo (2005), outras atividades humanitárias baseadas nas resoluções da ONU e de outras organizações internacionais também eram incluídas, mas a cooperação em forças multinacionais foi excluída.

O projeto de lei promulgado em 1992 ficou conhecido como Ato de Cooperação Internacional para a Paz (*Act on Cooperation with International Peacekeeping Operations of the United Nations*) e após tal ato o governo pode enviar tropas das FAD para i) cooperar em operações de paz das Nações Unidas, ii) ser capaz de se envolver em ações de ajuda humanitária, iii) ajudar na supervisão das eleições para assegurar a execução justa do processo eleitoral e sua votação em áreas conflituosas e iv) providenciar mantimentos e recursos humanos para tais propostas¹³⁷ (MAEDA, 1995; SHIGENORI, 2011; FUKUSHIMA, 2007; COSTA, 2017).

Quando a lei entrou em vigor, estipulava-se que seria revisada após três anos, mas foi somente em 1998 que a lei sofreu alterações. A revisão propunha que o Japão também teria a capacidade de em determinadas condições, participar de atividades de observação em eleições

¹³⁷ Com o objetivo de deixar a participação do Japão restrita às atividades de pacificação, as forças deveriam estar em concordância com cinco condições: i) a existência de um acordo de cessar-fogo, ii) a existência do consenso da participação do Japão no conflito entre as partes conflitantes, iii) a posição imparcial das forças de pacificação, iv) caso nenhuma das condições seja seguida o Japão tem o direito de retirar as forças japonesas da operação e v) o uso de armas é restrito ao mínimo necessário para proteção (TOGO, 2005).

em regiões pós-conflito e fora do enquadramento das operações de paz das Nações Unidas (FUKUSHIMA, 2007, p.170). Tal mudança ampliou a possibilidade de ação do Japão que enviou no mesmo ano oficiais de eleição e observadores para Bósnia e Herzegovina quando as eleições estavam sendo conduzidas pela Organização de Segurança e Cooperação da Europa (OSCE) ¹³⁸.

Na década de 1990, o Japão viu de perto a ascensão de outros países no Leste Asiático com o paulatino sucesso econômico de economias no Sudeste Asiático e com a ascensão chinesa. Ainda sim, do ponto de vista da segurança, a península coreana e a crise nuclear ¹³⁹ se tornaram pontos fundamentais para se pensar os motivos que permitiram que o Japão conseguisse modificar algumas de suas políticas de segurança.

Cabe mencionarmos também o terceiro e último documento de suma importância para as políticas de defesa do Japão no século XX: as “*Diretrizes do Programa de Defesa Nacional*” de 1996. Apesar de preservar as características do antecessor de 1976, o documento reafirmava a importância das relações dos EUA e do Japão no período pós-Guerra Fria e ampliava as atividades das FAD em diversas regiões quando relacionadas às operações de paz ou em missões de resgates (WATANABE, 2012; DIAN, 2014).

Aqui, um novo conjunto de diretrizes para a capacidade de defesa do Japão é apresentado, levando em consideração que quase duas décadas se passaram desde a adoção do último programa. Desde o último, a situação internacional passou por mudanças significativas, incluindo o fim do estrutura do confronto militar entre Oriente e Ocidente, liderado respectivamente pela URSS e pelos EUA, ocasionado pelo fim da Guerra Fria, e que as expectativas para o papel das FAD aumentaram em função de mudanças, ampliando as funções para a prestação de auxílio em casos de desastres de grande escala e contribuição para a construção de um ambiente de segurança mais estável por meio da participação em atividades internacionais de cooperação em paz, além de ainda cumprir sua principal missão de defender o Japão (NDPO, 1995, tradução nossa).

¹³⁸ Além de ampliar a capacidade de enviar tropas para o exterior, a lei também foi revisada e permitiu que o Japão fizesse contribuições materiais em atividades de alívio humanitário, mesmo em casos em que não há o cessar-fogo. Por fim, outra importante mudança foi a utilização mínima de armas necessárias por parte das forças japonesas que ao invés disso, passaram a obedecer às ordens dos oficiais presentes no local. Para mais informações sobre a atuação do Japão na ONU, consultar Go Ito (2007).

¹³⁹ Desde 1965, a Coreia do Norte desenvolveu um programa nuclear com apoio da URSS, porém assinou em 1985 o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP). Já em 1990, os serviços de informação norte-americano relataram a existência de uma nova instalação nuclear e, em 1993, inspetores da Agência Internacional de Energia Atômica descobriram mais duas instalações na Coreia do Norte e foram impedidos de inspecioná-las, o que deflagrou uma crise diplomática e os EUA se utilizaram de sanções econômicas e existia o risco de uma intervenção norte-americana no território. Pouco depois, no ano de 2003, a Coreia do Norte saiu do TNP e as tensões reemergiram. Em 2005, foi realizada uma reunião (e posteriormente outras rodadas de debate) da Cúpula dos Seis, incluindo Rússia, EUA, China, Coreia do Sul, Japão e Coreia do Norte. O intuito da Cúpula era encontrar uma forma pacífica de resolver o escalonamento de tensões entre EUA e Coreia do Norte devido à sua saída do TNP e ao enriquecimento de urânio. No mesmo ano durante uma das reuniões a Coreia do Norte se comprometeu a abandonar todas as armas nucleares e os programas nucleares e a retornar futuramente para o TNP. Todavia, o comunicado não surtiu efeito e as promessas não foram cumpridas. No dia 3 de outubro de 2006, a Coreia do Norte testou a sua primeira bomba nuclear.

Durante a década de 1990, a aliança entre EUA e Japão apresentou outra falha de análise com previsões de que o fim da Guerra Fria, ocasionaria no fim dos arranjos de segurança como OTAN e a própria aliança nipo-americana. A relativa deterioração das relações nipo-americanas durante o início do governo Clinton (1993-2001) eram vistas com apreensão pelos chineses que temiam a militarização do arquipélago nipônico¹⁴⁰ (CHRISTENSEN, 2011).

A chamada “Iniciativa Nye” e o posterior “Relatório Nye”, um documento político analítico ordenado por Clinton, culminou no interesse pelo fortalecimento das relações nipo-americanas. O documento objetivava reconstruir as relações de segurança bilaterais no pós-Guerra Fria, erradicando os receios de uma possível saída norte-americana da área¹⁴¹ (GREEN, 2017; MURATA, 2017). A necessidade de reafirmar a aliança e o consenso político foi formalizada através da *Declaração Conjunta de Segurança* em abril de 1996. E em 1997 há uma revisão das diretrizes de cooperação entre os países, reafirmando a aliança nipo-americana, bem como a presença de tropas norte-americanas em território japonês.

Pouco depois em 1997, as *Diretrizes da Cooperação em Defesa* entre Japão e EUA foram finalizadas, estabelecendo que as FAD poderiam ser enviadas para fora do país e poderiam servir de suporte militar aos EUA e na inspeção de navios em águas internacionais em situações específicas (US-JAPAN GUIDELINES, 1997). Além disso, no documento ambos os governos acordam firmemente em manter os arranjos de segurança entre ambos os países e sustenta-se que os EUA “*manterá sua capacidade de dissuasão nuclear, suas forças avançadas na região da Ásia-Pacífico e outras forças capazes de reforçar as forças em territórios estrangeiros*” (US-JAPAN GUIDELINES, 1997, tradução nossa).

Do ponto de vista do nacionalismo, na década de 1990 surge o “neo-nacionalismo” no arquipélago (persistindo até o século XXI) que seria uma reflexão dos anseios da população e das lideranças com o intuito de revigorar o orgulho nacional e reafirmar a identidade japonesa (LAI, 2008). A perda de prestígio japonês no sistema internacional tornou cada vez mais fácil que propostas que versassem sobre rearmamento ou sobre um maior ativismo do Japão no cenário internacional ganhassem mais apoio¹⁴² (LAI, 2008).

¹⁴⁰ Os receios também podem ser encontrados com relação aos EUA. Em 1994 foi emitido o relatório Higuchi no Japão que enfatizava a necessidade de uma postura mais agressiva do arquipélago no cenário internacional. Alguns analistas dos EUA viram os comentários do relatório com cuidado e no ano seguinte, quase como em resposta ao mesmo, os EUA lançaram o Relatório Nye.

¹⁴¹ O número de tropas norte-americanas estava diminuindo na região desde o fim da Guerra Fria, passando de 130,000 para 100,000 em 1995 (DIAN, 2014).

¹⁴² Apesar de um neo-nacionalismo crescente, isso não significa que o mesmo penetra e emerge na sociedade japonesa como um todo de maneira uniforme. Isso significa dizer que a emergência do neo-nacionalismo possibilitou que tais medidas fossem apoiadas por parcela da população e pode ser observado, inclusive, em

De acordo com o autor, a crise econômica no final da década de 1980 e no início dos anos 1990¹⁴³ fez com que gradativamente o nacionalismo japonês se transformasse. O período pós-bolha econômico marcado pelas altas taxas de recessão, desemprego e problemas sociais, fizeram com que o Japão vivenciasse uma crise nacional de identidade (GORDON, 2003; LAI, 2008; COSTA, 2017). De acordo com Lai (2008, p.129, tradução nossa), “*emergiram líderes mais novos e confortáveis com a situação do mundo e menos preocupados com o passado nacional, inspirando mudanças na política de segurança e externa que direcionam os interesses do arquipélago para aumentar sua participação na comunidade internacional*”. Também, acompanhando esse processo, há o declínio de algumas forças pacifistas/de esquerda na Dieta após a metade da década de 1990 na política japonesa, que antes constrangiam e neutralizavam líderes nacionalistas de extrema direita e seus ideais militaristas (LAI, 2008).

O neo-nacionalismo pode ser observado na Dieta Nacional e se manifestava nos esforços para reinterpretar a história, promover reformas políticas, na educação e na segurança, bem como restaurar o orgulho nacional e o prestígio (LAI, 2008, p.129). Isso pode ser visto no fato de que em 1999, o Japão enviou o primeiro exercício unilateral de força contra um navio norte-coreano em suas águas e, apesar de tal ação infringir a Constituição, recebeu apoio popular de 80% (LAI, 2008). Por esse motivo, o nacionalismo ressurgente tem afetado as relações do Japão com a China e com a Coreia do Sul¹⁴⁴. De acordo com Lai (2008, p. 170, tradução nossa),

... em meio a mudanças na dinâmica do poder, o crescente nacionalismo instigou a reavaliação das percepções estratégicas e das preocupações de segurança nos últimos anos. (...) alimentou as preocupações chinesas sobre o papel de segurança em constante expansão do Japão e a paranoia ocasional com relação ao renascimento do militarismo japonês. Por outro lado, o neo-nacionalismo, gerado por sentimento de insegurança, deixou o Japão desconfiado do espetacular desenvolvimento econômico e militar da China.

Durante a década de 1990, as relações entre China e Japão floresceram economicamente, apesar de passarem por momentos de crise diplomática entre ambos com escalonamentos das ilhas Senkaku/Diaoyu em 1990 e 1996, que veremos no próximo Capítulo. Contudo, nesse mesmo período, algumas cicatrizes históricas vieram à tona devido a algumas

lideranças japonesas, como é o caso de Junichiro Koizumi (2001-2005) e Shinzo Abe (2012-) que veremos no Capítulo seis.

¹⁴³ Pode-se sintetizar o *boom* que originou a bolha especulativa e a crise financeira japonesa na década de 1990 a partir da interação de diversos fatores: a desregulamentação do sistema financeiro, na década de 1980; o Acordo do Plaza, de 1985; e a condução da política monetária.

¹⁴⁴ Todavia, as lideranças ainda são cuidadosas para não permitir que agendas nacionalistas dominem as suas deliberações políticas e de segurança, tanto para a sua imagem com a China, como para a sua imagem no cenário internacional como um todo.

medidas adotadas pelo governo chinês com o intuito de promover coesão nacional fortalecendo a imagem do Japão como uma ameaça.

3.3 SÍNTESE

Como afirma Pyle (2007), é preciso analisar que a história do Japão no pós-Segunda Guerra deve ser compreendida para além da orientação em direção ao crescimento econômico e uma política voltada para pressupostos pacíficos. Deve-se considerar que tal política foi produto de uma política externa e estratégia construída e implementada ao longo dos anos devido à uma miríade de fatores.

Primeiro, o comportamento do Japão no período só foi possível diante da aliança nipo-americana e dos receios norte-americanos no Leste Asiático. Nesse sentido, “*o propósito do Japão no mundo pós-Segunda Guerra foi o resultado de uma adaptação oportunista às limitações sob as quais as lideranças japonesas fundaram sua Nação e uma perseguição astuta de interesses nacionais cuidadosamente definidos dentro das constringências que a ordem do pós-guerra impôs a eles*”. Segundo, as normas e as instituições que surgiram na metade do século XX impulsionaram, moldaram e restringiram as ações do arquipélago ao longo dos anos. Todavia, elas não foram as únicas variáveis que influenciaram esse processo e, inclusive, não foram as primárias, posto que o Japão respondeu constantemente aos estímulos do sistema (PYLE, 2007, p.14, tradução nossa).

As lideranças e suas percepções também tiveram um papel fundamental de transformação, principalmente Shigero Yoshida que desde o início propôs uma estratégia política que vislumbrou o fato da posição estratégica do arquipélago como essencial para os EUA na Guerra Fria. A Doutrina Yoshida não só deu origem a grande estratégia japonesa no pós-Segunda Guerra (SAMUELS, 2007; PYLE, 2007; HUGHES, 2017), como influenciou até mesmo a cultura estratégica do país, que também foi influenciada pelas normas constitucionais. Normas que foram sociabilizadas e influenciaram as expectativas da população e, inclusive, o nacionalismo do período. Como o Japão não precisou estabelecer a defesa e a autonomia militar no curto período de tempo, tendo em vista a aliança norte-americana que introduziu tecnologias no país, o arquipélago pôde gradativamente utilizar-se dos mesmos mecanismos da Era Meiji e emular as tecnologias norte-americanas através de um processo de “*criação e difusão de tecnologia militar estrangeira, tanto para o setor militar como para o setor civil*” (DIAN, 2014, p.80, tradução nossa).

Do ponto de vista dos interesses nacionais do arquipélago vis à vis o cenário internacional, podemos considerar que o Japão buscou constantemente recuperar-se

economicamente e ser visto como uma potência pertencente à ordem internacional. Todavia, o arquipélago não estava disposto a contribuir para políticas que não refletiam ganhos diretos ao país.

É importante mencionar que a aliança entre Japão e EUA foi ponto central de todo o processo de desenvolvimento tanto econômico, como político e militar do Japão. Como Morgenthau (1932, p.244, tradução nossa) afirma, “*a manifestação histórica mais importante do equilíbrio de poder deve ser encontrada nas relações entre uma Nação ou aliança e outra aliança*”. Através da aliança, tanto os EUA conseguiram assegurar seu *status quo* no Leste Asiático, como o Japão conseguiu direcionar políticas para o seu desenvolvimento econômico.

Diferente de uma postura meramente pacífica, como é retratado por autores construtivistas como Berger (1993; 1996) e Katzenstein (1996), o Japão se comportou de acordo e foi influenciado constantemente pelas pressões e transformações sistêmicas. Apesar das pressões sistêmicas, as políticas de segurança do Japão ao mesmo tempo foram influenciadas pela percepção das lideranças, nacionalismo, instituições domésticas, cultura estratégica e pela sociedade como um todo. Reitera-se que mesmo que o neorrealismo consiga explicar o comportamento do Japão pós-Segunda Guerra Mundial até a década de 1990, num período em que o ambiente estratégico era restritivo; o aumento do poder econômico do arquipélago somado ao fim da URSS, tornam o Japão um país anômalo para os estudos neorrealistas de relações internacionais, visto que em um ambiente relativamente menos restritivo e com as transformações da polaridade, esperava-se uma maior militarização japonesa e a erosão da aliança nipo-americana.

Afinal, se pressupomos que o neorrealismo propõe que os Estados mais poderosos estariam inclinados a equilibrar as ameaças e manter as capacidades militares independentes e que buscariam seguir o caminho da *deterrence* e do poder nuclear, existe uma dificuldade de categorizar o comportamento do Japão. Mesmo que o Japão tenha optado por uma estratégia *free rider* ou *buck-passing*, como argumenta Mearsheimer (2001), ainda sim é insatisfatória a explicação sobre o Japão, principalmente a partir da década de 1990.

O Japão seguiu uma grande estratégia vinculada à Doutrina Yoshida que visava o progresso econômico e que não se transformou a despeito do sucesso nipônico (PYLE, 2007; SAMUELS, 2007). A grande estratégia japonesa direcionou os esforços do arquipélago para o desenvolvimento econômico e influenciou na evolução da sua militarização do período. Portanto, compreender a grande estratégia nipônica, a evolução de suas políticas de segurança e as restrições/influências domésticas que influenciaram tais decisões, nos permite entender de forma mais pormenorizada a evolução do comportamento japonês ao longo do tempo.

Além disso, apresentar a evolução das variáveis nos oferece uma importante base para respondermos parte da nossa primeira hipótese quando debatermos no Capítulo 6 o recrudescimento militar japonês e a busca pela normalização do seu “status” internacional no século XXI. Ainda assim, é possível observar que as indefinições do Tratado de São Francisco e a ocupação norte-americana de Okinawa, parte importante para sua estratégia de contenção na Guerra Fria, nos fornecem informações importantes para responder parte da nossa terceira hipótese sobre a relevância dos EUA na questão das ilhas Senkaku/Diaoyu.

CAPÍTULO 4 - A RECUPERAÇÃO DO DRAGÃO: AS TRANSFORMAÇÕES CHINESAS NA METADE DO SÉCULO XX, SUA MILITARIZAÇÃO E A QUESTÃO DA LEGITIMIDADE DO PCC

Em apenas um século, a China passou de império a Estado-nação, tornou-se República e depois República Popular, libertou-se do semicolonialismo para se tornar diplomaticamente igual e economicamente autossustentável, alinhada com a União Soviética, rompeu com ela e emergiu como um grande força na cena mundial (NATHAN; ROSS, 1997, p.19, tradução nossa).

Assim como a emergência da bipolaridade influenciou o Japão, a China foi profundamente impactada pela balança de poder e a competição entre as superpotências. Tão logo acabou a Segunda Guerra Mundial, a China precisou reestruturar-se e se adequar à nova ordem mundial, fortalecendo (ou oscilando entre) alianças internacionalmente, emulando tecnologias e recrudescendo o seu poder militar.

Ao longo da história, a China buscou a sua recuperação de face e a segurança regional, mas foi confrontada por problemas em diferentes teatros, tendo em vista a sua extensão e as suas fronteiras terrestres e marítimas (Nordeste Asiático, Sudeste Asiático, Sul da Ásia e Ásia Central). A ascensão do Partido Comunista Chinês (PCC) e a mudança com relação a aliança norte-americana, tendo em vista o apoio do último ao *Kuomintang*, fizeram com que a China vivenciasse um ambiente estratégico cada vez mais restritivo e fosse elemento central para a configuração de suas estratégias e para a sua aproximação com a URSS no início da Guerra Fria. Tal aliança e oposição aos EUA impactou e impacta até hoje as dinâmicas de poder do cenário asiático. Afinal, apesar do fim da Guerra Fria em 1989 com a queda da URSS, ainda persistem dinâmicas do período na região que podem ser vistas devido à própria situação na península coreana.

Diferente do Japão, a China não foi ocupada por forças estrangeiras, pelo contrário, se livrou de amarras que a prenderam e a controlaram durante um século. Entretanto, a China viveu revoluções e transformações internas que fizeram com que a Guerra Civil chinesa fosse reiniciada com o retorno do conflito entre o PCC e o *Kuomintang* pelo poder na China após o fim da Segunda Guerra Mundial.

Este Capítulo tem como objetivo elucidar (i) alguns aspectos domésticos da política chinesa, (ii) suas alianças no entorno regional ao longo dos anos, (iii) apresentar como o PCC ascende ao poder e quais são as bases para a sua legitimidade, (iv) o processo de militarização da China e (v) como o nacionalismo e a identidade nacional são pilares para compreender não só a legitimidade do PCC, como também a percepção do Japão como uma ameaça no século XX e, conseqüentemente, no século XXI. Tais pontos são fundamentais para respondermos

nossas primeira e segunda hipóteses da tese sobre, respectivamente, o comportamento chinês e a instrumentalização da ameaça japonesa como um mecanismo para legitimar o PCC (e suas políticas) e fortalecer a coesão nacional.

Nesse sentido, seguindo a lógica do Capítulo anterior, temos como objetivo apresentar algumas transformações que a China vivenciou a partir da Segunda Guerra Mundial, a atuação dos EUA e as relações com ele em alguns momentos específicos – como o caso da Guerra da Coreia e do Vietnã. À luz das pressões do sistema e do entorno regional, nossas análises evocam alguns dos principais acontecimentos do período da Guerra Fria e como tais pontos se correlacionam com a estratégia e o comportamento da China.

Na segunda parte deste Capítulo, pretendemos elucidar a evolução do processo de militarização da China ao longo do século XX, as transformações na sua grande estratégia e analisar algumas questões internas da política e economia chinesa. Nesse contexto, também apresentaremos como o PCC, a partir da década de 1990, utiliza-se da educação patriótica para fomentar o nacionalismo e como tal estratégia enaltece a percepção do Japão como uma ameaça. Também nesse Capítulo analisaremos os tensionamentos da disputa pelas ilhas Senkaku/Diaoyu a partir de 1970, pontuando constantemente as respostas chinesas aos incidentes, posto que tal ponto será fundamental para respondermos parte de nossa primeira hipótese no próximo Capítulo.

4.1 A POLÍTICA DA CHINA NO PÓS-SEGUNDA GUERRA E O PCC

A guerra é ao mesmo tempo o cemitério dos povos e o berço das nações. Nenhuma nação verdadeira nasce sem guerra; de fato, as nações se definem através do conflito com outras nações. A China moderna não é exceção. A "Guerra de Resistência contra o Japão" de 1931 / 1937-1945 foi o berço da República Popular da China. (...) Por mais de meio século agora, “derrotar os japoneses e salvar a nação” tem sido um duplo legado no coração das reivindicações comunistas chinesas à legitimidade nacionalista (GRIES, 2004, p. 68, tradução nossa).

O fim da Segunda Guerra Mundial, ao invés de promover a paz e a segurança na China, estimulou a continuidade da Guerra Civil que se iniciou no início do século XX e foi “congelada” após a necessidade de enfrentar as incursões japonesas, que mencionamos no Capítulo 2. Com a rendição japonesa, o comandante norte-americano Wedemeyer e Chiang Kai-shek, então líder do *Kuomintang*, iniciaram um processo para organizar a rendição de oficiais e militares japoneses em território chinês e coreano. Ambos concordaram que as forças norte-americanas da marinha e da aeronáutica ficariam disponíveis para os nacionalistas para que elas ajudassem durante o processo (SPENCE, 1990).

As forças nacionalistas chinesas, a despeito de suas perdas durante a Segunda Guerra Mundial, detinham 2,7 milhões de tropas em 290 divisões, enquanto as forças armadas comunistas continham aproximadamente 1 milhão de tropas. Os interesses do *Kuomintang* eram de que a rendição dos japoneses fosse feita somente aos oficiais e membros do partido nacionalista. Tal estratégia foi realizada com o intuito de que o vácuo de poder deixado pelos japoneses não fosse ocupado pelo PCC. Por outro lado, os comunistas foram instruídos a oferecer a rendição direta para os oficiais japoneses e fazer o que fosse possível para que isso acontecesse¹⁴⁵.

Ao passo que as tropas do *Kuomintang* recuperavam algumas cidades chinesas e objetivavam reconstruir uma China unificada, seu descuido, sua ineficiência, e muitas vezes a sua corrupção reduziu consideravelmente a sua base de apoio popular (SPENCE, 1990, p.486). Em dezembro de 1945, o General George Marshall, representando o governo norte-americano, procurou conciliar os comunistas e os nacionalistas, cujas divergências já iniciavam revoltas que geravam riscos à unidade chinesa. Ao passo que os nacionalistas eram apoiados pelas forças norte-americanas, os comunistas ganharam apoio da URSS, principalmente na região da Manchúria.

A tentativa de conciliação do governo norte-americano não foi bem-sucedida e, logo em 1946, os conflitos se intensificaram com a marcha ofensiva contra os “vermelhos” por parte do *Kuomintang*. Os ventos não pareciam favoráveis aos comunistas, considerando tanto a supremacia em números de tropas, equipamentos bélicos por parte do *Kuomintang* e a transformação da postura da URSS no âmbito diplomático através do reconhecimento do *Kuomintang* como liderança da China ainda em 1946.

Segundo Fairbank e Goldman (2006, p. 100), alguns fatores foram fundamentais para que os ventos se tornassem favoráveis para o PCC, sendo um deles a incapacidade de recuperação econômica da China, com altos níveis de inflação que tendiam a crescer, a miséria e a fome que assolavam o país. De acordo com os autores, a fome e a especulação continuaram em muitas áreas do campo, mas o retorno das tropas nacionalistas às províncias libertadas dos japoneses fez com que aumentasse o peso da tributação e da requisição.

Ao incorporar colaboradores que agiram sob administração japonesa durante a guerra, o governo foi visto com revolta por parte da população chinesa que compreendia que tais

¹⁴⁵ De acordo com Spence (1990, p.485), a operação de devolução da região foi gigantesca e demorou meses para ser concluída. Havia cerca de 1,25 milhão de soldados japoneses na China e outros 900 mil na Manchúria, sem contar todas as tropas fantoches, armadas ou parcialmente armadas, e mais de 1,75 milhão de civis japoneses em território chinês.

oficiais eram traidores e não deveriam ser compensados (FAIRBANK; GOLDMAN, 2006, p. 100). Nesse momento, já é possível vislumbrarmos a importância e de que forma o Japão e as cicatrizes históricas deixadas pelo arquipélago afetaram profundamente a população chinesa e como o repúdio aos japoneses, que mencionamos no Capítulo 2, era um dos emblemas que fortaleceram o PCC.

Outra falha do governo dos nacionalistas foi a supressão de movimentos sociais pacíficos, que o *Kuomintang* alegava ser movimentos conspiratórios comunistas. Com políticas que ao mesmo tempo utilizavam-se de japoneses para lutar contra o PCC, com uma economia destruída e com escândalos de corrupção, o Partido Nacionalista perdeu apoio popular e isso foi fundamental para que o PCC conseguisse suprimir o *Kuomintang* e expulsá-los para fora da China continental (SPENCE, 1990; FAIRBANK; GOLDMAN, 2006).

Em linhas gerais, a consolidação do poder do PCC ocorreu primeiramente em áreas rurais em vilas no Norte da China com o direcionamento de políticas para a reforma agrária, desmantelando a influência e o poder de magnatas e donos de terra. A estratégia do líder comunista Mao Tsé-Tung (1949-1971) foi a de cercar as cidades a partir dos campos com o apoio da população, enfatizando a necessidade de unificação nacional e revolução social (FAIRBANK; GOLDMAN, 2006, p. 103).

De forma resumida, em 1948, quase todo norte da China estava em poder dos comunistas que no início de 1949 conseguiram ocupar Tientsin e Pequim, além de dominarem a região central do país. Por fim, houve a queda de Shanghai, Nanquim e Cantão que representaram a liquidação do exército nacionalista que perdeu apoio e ajuda financeira e de armamentos dos EUA, em agosto de 1949 (SPENCE, 1990).

De acordo com Garver (2016), a percepção de uma postura calculista norte-americana era resultado do início da Guerra Fria, onde o país preocupava-se mais com a possibilidade de um alinhamento entre China e URSS no futuro, do que com a própria derrota do *Kuomintang*. Em 1949, há a derrota do Partido Nacionalista que se refugiou na ilha de Taiwan e criou a República da China. Nota-se que o governo norte-americano continuou oferecendo ajuda financeira para Taiwan, mas não se mobilizou de forma a aliar-se com Chiang Kai-shek para invadir a China e retomá-la para os nacionalistas. De acordo com Christensen (2011), uma explicação para tal fato era a incapacidade norte-americana de arcar com os custos de uma possível guerra em termos de mobilização de recursos internos logo após o fim da Segunda Guerra Mundial.

4.1.1 A ASCENSÃO DO PCC E A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

Com a vitória do PCC, a China emergiu como um pária perante a nova ordem mundial ocidental, onde pressões e imposições norte-americanas impactaram na sua legitimidade e inserção internacional. Como aliado norte-americano, o governo nacionalista de Chiang Kai-shek assumiu a cadeira na ONU ¹⁴⁶, influenciando para que a aliança do PCC com a URSS fosse necessária. Diante do ambiente estratégico restritivo e da ameaça norte-americana, avaliava-se que assegurar a Nação contra a ameaça estrangeira tornou-se a defesa da revolução e do estado revolucionário (GARVER, 2016, p.2).

O estabelecimento de um governo nacional eficiente para a China era uma das primeiras prioridades de Mao Tsé-Tung (1949-1971), posto que o seu sucesso deveria ser o elemento central para que a República Popular da China fosse a representante legítima perante a nova ordem internacional. O novo governo estabeleceu-se através da divisão do poder em três componentes centrais: o Partido Comunista Chinês, uma estrutura formal governamental e as forças armadas (People's Liberation Army ou PLA) (SPENCE, 1990).

Quem supervisionava todos os aspectos da ideologia e coordenava o trabalho do governo formal e do exército era a organização do partido comunista. O CCP tinha 4.448.080 membros em outubro de 1949, quando a fundação da República Popular da China foi anunciada. As exigências de governar o país levaram rapidamente a um enorme salto na filiação partidária, que chegou a 5.821.604 no final de 1950. Os membros do PCC foram integrados em todos os órgãos governamentais, organizações de massa, tribunais de justiça, sistema educacional e exército. Os ramos regionais do partido eram coordenados no topo pelo Comitê Central, que tinha quarenta e quatro membros em 1949; catorze desses membros constituíam o Politburo, que era efetivamente dirigido por seu "comitê permanente" de cinco homens (SPENCE, 1990, p.526, tradução nossa).

O sistema político chinês que conhecemos hoje passou por grandes transformações na década de 1970 com as reformas políticas de Deng Xiaoping. Esta tese e este Capítulo não tem o intuito de debater de forma pormenorizada a estrutura do sistema político chinês e as suas transformações ao longo dos anos, tendo em vista que este não é o escopo da tese. Todavia, para compreendermos o papel das lideranças na formulação das grandes estratégias e da política externa chinesa – que afetam o comportamento do gigante asiático no século XXI -, precisamos apresentar de que forma o sistema político chinês se estrutura para o leitor ocidental. Dessa maneira, demonstraremos de que forma o PCC se estabeleceu no poder, quais são suas bases e qual a estrutura que se consolidou na China e que persiste até o século XXI.

Inicialmente, o pensamento dominante que consolidou e estabeleceu as diretrizes seguidas pelo partido comunista é conhecido como Maoísmo ¹⁴⁷. No dia 6 de outubro de 1949,

¹⁴⁶ A República da China sob o comando de Chiang Kai-Shek foi um dos 51 países fundadores da Organização das Nações Unidas (ONU), criada no dia 24 de outubro de 1945.

¹⁴⁷ O Maoísmo foi uma interpretação do marxismo-leninismo que se encaixasse nas condições chinesas.

Mao Tsé-Tung proclamou a República Popular da China na porta da Tiananmen da Cidade Proibida em Pequim. Contudo, a estrutura do novo Estado tinha sido decidida pouco antes no dia 12 de setembro durante a Conferência Consultiva Política do Povo (中国人民政治协商会议) e durante tal conferência foi elaborado o Programa Comum. Tal documento enumerou uma série de objetivos imediatos, como a necessidade de uma reforma agrária e a definição de que o controle de empresas que se relacionassem com a vida econômica do país e que exercessem grande influência na vida das pessoas deveriam ser operadas pelo Estado.

O novo Estado estava sob o controle total do PCC através de suas organizações regionais coordenados por um Comitê Central que na época tinha 44 membros. Destes, catorze membros formavam o *Politburo*, que eram liderados por cinco membros do Comitê Permanente, que suportaram a maior responsabilidade do poder. Os cinco membros iniciais do Comitê Permanente, os verdadeiros líderes do novo regime foram: Mao Tse-tung, Liu Shaoqi, Zhou Enlai, Zhu De e Chen Yun.

Além de reformas sociais e econômicas, a China logo buscou restaurar a sua integridade territorial através do controle do Tibete em outubro de 1950 e de algumas ilhas menores em seu entorno próximo¹⁴⁸. A primeira Constituição chinesa foi a de 1954 que estruturava as instituições e a estrutura do governo da China. A adoção da Constituição chinesa representa uma marca da conquista do partido e da capacidade de governar do mesmo. Nesse sentido, “*a Constituição, ao embarcar em um novo estágio em direção ao socialismo, fornece à nação uma forma e sistema estatal que visa assegurar a monopolização política do poder pelo Partido Comunista da China*” (CHANG, 1956, p.519, tradução nossa).

A criação da Constituição simbolizou o fim de um estágio preparatório inaugurado em 1949 com o Programa Comum, que mencionamos anteriormente, para um período de transformações do sistema político interno adequando-se aos ideais socialistas. Por isso, “*a entrada do país em um período de construção econômica planejada, a partir de 1953, aparentemente marcou a conclusão do período preparatório e o início da transformação socialista sistemática*” (CHANG, 1956, p.522, tradução nossa).

A Constituição¹⁴⁹ enfatizava a inseparabilidade do poder do Estado e, por isso, a instituição mais importante era o *Congresso Nacional Popular* (CNP) que pode ser considerado como uma espécie de legislatura unicameral. Todavia, na prática o Congresso era e ainda é as

¹⁴⁸ Um dos países que não foi reincorporado ao território chinês foi a Mongólia que foi reconhecida como um país independente por parte do governo chinês diante de pressões da URSS.

¹⁴⁹ As outras Constituições promulgadas desde o surgimento da República Popular da China foram a de 1975 e a de 1978. A Constituição de 1975 aboliu a posição de presidente da China, mas tal posição foi restaurada em 1982.

vezes encarado como uma legislatura “cerimonial” que funcionava em concordância com os interesses do PCC (SAICH, 2015, p.1). Apesar de arranjos institucionais, na prática, o controle do Estado residia nas mãos das lideranças do PCC, principalmente de Mao Tsé-Tung.

No PCC e no país como um todo, o Comitê Permanente do Politburo, eleito – mesmo que apenas por formalidade – pelo Comitê Central do Partido, é a instância máxima. O tamanho e a composição do Politburo mudam com cada CNP – a cada cinco anos -, mas embora oficialmente o Politburo seja o principal órgão de decisão política, a entidade política e decisória mais poderosa do Partido é o seu Comitê Permanente¹⁵⁰ (LAMPTON, 2001; JACKOBSON; KNOX, 2010).

O resto da estrutura formal do Partido consiste em congressos e comissões locais, municipais e provinciais. Em linhas gerais, o chefe oficial do Politburo é o secretário Geral do Partido que desde 1982¹⁵¹ é também o presidente da China e o líder da Comissão Central Militar, detendo poder decisório sobre a PLA. O poder militar, que está unificado sob a Comissão Militar Central do Partido (CMC) que exerce comando das forças armadas chinesas desde 1982¹⁵². O órgão consiste nas forças militares do PLA, nas forças paramilitares das Forças Armadas de Polícia da China (*People's Armed Police Force*) e a milícia. A liderança de tal órgão é também o presidente da China e o secretário Geral do Partido. A característica central do sistema político chinês é a capilaridade do poder do PCC que detém a liderança em posições centrais. Nesse sentido, o partido, o governo e o poder militar são interconectados e alguns de seus membros ocupam cargos em todas as esferas de poder¹⁵³ (LAWRENCE, 2013).

Na natureza do sistema político da China, o processo de decisão de política externa e de segurança passou por transformações. De acordo com Sun (2013), durante a primeira e segunda geração de líderes desde 1949, o processo decisório em assuntos relacionados à segurança nacional eram caracterizados pela autoridade das lideranças de Mao Tsé-tung (1949-1976) e

¹⁵⁰ Cada membro detém funções específicas e responsabilidades em determinadas áreas, como política externa, assuntos militares, governo, economia e outros (SUN, 2013). Durante a era de Mao Tsé-Tung, o próprio Mao selecionou e expulsou membros, enquanto durante a era de Deng Xiaoping as consultas entre os anciãos do partido na Comissão Consultiva Central determinavam a adesão. Desde a década de 1990, a filiação ao Politburo foi determinada por meio de deliberações e pesquisas de opinião feitas por membros titulares e aposentados do Politburo e do Comitê Permanente.

¹⁵¹ Desde a abolição do posto de presidente do Partido Comunista da China pelo 12º Comitê Central em 1982, o secretário Geral é o mais alto funcionário do partido e chefia o Secretariado Central e o Politburo e seu Comitê Permanente.

¹⁵² O CMC existe desde 1954, entretanto o controle do poder militar restava nas mãos do Conselho Nacional de Defesa, em que Mao Tsé-Tung liderava e obtinha apoio de Lin Biao, importante figura política da China. Entretanto, em 1975 o Conselho Nacional de Defesa foi abolido e em 1982, com o objetivo de institucionalizar as forças militares, a Constituição de 1982 formalizou o papel das forças militares sob comando do CMC.

¹⁵³ Apesar da composição do partido e da estrutura do governo divergirem, o controle do PCC e do Politburo sobre a política perpetua uma estrita correlação entre ambos e, por isso, apesar do presidente da China ser eleito pelo CNP, tradicionalmente o presidente indicado é o secretário Geral do PCC.

Deng Xiaoping (1978-1992). Especialmente durante o governo Mao, as decisões sobre ir para a Guerra da Coreia e exportar a revolução era decidida por ele.

A estrutura da liderança foi reformada com o 3º Plenário do 11º Congresso do Partido em 1978 e o princípio de liderança coletiva foi institucionalizado, sendo uma das fundações do processo decisório do PCC durante os governos seguintes. Apesar disso, durante o governo de Deng, políticas sobre “um país, dois sistemas” com o caso de Hong Kong e o interesse por “engavetar disputas territoriais” foram feitas pela liderança (SUN, 2013). O CNP, o presidente, o Conselho de Estado e a Comissão Militar Central detém atualmente poder e influência no processo decisório que passou a incorporar questões de balança de poder interna. Contudo, os membros do Comitê Permanente do Politburo e, principalmente, o secretário Geral do Partido e o presidente da China ainda detém maior poder nas tomadas de decisão, por esse motivo são os atores considerados quando debatemos lideranças e os EPEs – com ênfase no presidente.

Afinal, mesmo que nos anos recentes haja uma pluralização dos atores de política externa dentro da China, onde empresas estatais, bancos públicos, forças armadas, *players* do setor privado e outros passaram a ter mais voz; os corpos burocráticos mais altos do PCC, como o Comitê Permanente do Politburo, permanecem sendo responsáveis por grande parte das decisões¹⁵⁴ (LU, 2001; LAMPTON, 2001; LAWRENCE, 2013).

4.1.2 O PCC E A LEGITIMIDADE: A AMEAÇA, A ECONOMIA E A IDEOLOGIA

Em linhas gerais, a legitimidade política é estabelecida pela compatibilidade dos valores dos governantes e dos governados. Todo sistema político seja ele democrático ou não, tenta estabelecer e cultivar a crença em sua legitimidade para que as ordens sejam obedecidas e para que a força não precise ser empregada.

De acordo com Lipset (1960, p.77, tradução nossa), a legitimidade de um sistema político pode ser definida como a “*capacidade do sistema de engendrar e manter a crença de que as instituições políticas existentes são as mais apropriadas para sua sociedade*”. Nos mais diversos tipos de regime existe uma correlação entre Estado e sociedade que deve ser

¹⁵⁴ O Politburo atua em torno de um núcleo de liderança, mas é importante ressaltar que esse núcleo pode centralizar-se em um único indivíduo, como foi o caso do órgão durante os anos de Mao Tsé-Tung e como pode ser o caso de Xi Jinping. No processo decisório chinês existem pequenos grupos, que normalmente são formados por membros do Comitê Permanente do Politburo e outras lideranças oficiais do Partido que são encarregados para as mais diversas decisões que se relacionam com diversas esferas. O principal corpo oficial das relações exteriores é a Comissão Central de Relações Exteriores, instituição formada por um líder, um ou dois adjuntos, e oficiais ministeriais de várias burocracias ligadas à atuação internacional. Contudo, mesmo nesse grupo referente à política externa, a decisão concentra-se na figura do presidente e de alguns membros do Comitê Permanente do Politburo (JACOBSON; KNOX, 2010).

compreendida na afirmação da legitimidade do Estado por parte da sociedade ou na afirmação da legitimidade vinda do Estado por meio da força.

Segundo Zhong (1996, p.204, tradução nossa), a legitimidade é “*fundamentalmente uma relação de poder entre as autoridades governamentais e os subordinados. Quanto mais legítimas forem as autoridades governamentais, mais eficaz será sua governança. Para qualquer governo, a erosão séria na legitimidade enfraquece sua autoridade e pode até levar à sua morte*”. Nenhum regime pode sobreviver sem algum nível de suporte e participação da população, mesmo regimes extremamente totalitários e dependentes das forças militares.

Na literatura argumenta-se sobre a centralidade do PCC se legitimar internamente para conseguir se manter no poder (DOWNS; SAUNDERS, 1999; LAI, 2008; COSTA, 2012; ZHONG, 1996). O PCC precisou constantemente se preocupar com a sua legitimidade, posto que ele não estava apenas em competição por poder, mas também pelas mentes das pessoas. Do nosso ponto de vista, três elementos são essenciais para solidificar a legitimidade do PCC e a coesão nacional ao longo dos anos: (i) unidade nacional e ameaça externa (SUTTER, 2008; OLIVEIRA; MORAIS, 2018; ZHAO, 1998; MEISSNER, 2006; GARVER, 2016), (ii) a ideologia¹⁵⁵ (ZHONG, 1996; GARVER, 2016) e (iii) a performance econômica (ZHONG, 1996; ZHAO, 1998; DOWNS; SAUNDERS, 1999; ZHU, 2011; GARVER, 2016; SUTTER, 2008). Isso não significa dizer que em todos os momentos esses elementos atuaram, mas sim que eles, de algum modo, estão e/ou estiveram presentes na política externa e nas estratégias nacionais chinesas ao longo dos anos¹⁵⁶.

Todavia, as formas do partido se legitimarem transformaram-se. Em resumo, durante a China da era Mao, a legitimidade do partido era produto do carisma da liderança de Mao e da ideologia comunista. Enquanto no período pós-Mao, a legitimidade se apoiava, principalmente, em questões econômicas e na necessidade de defender a Nação de ameaças externas.

¹⁵⁵ Não existe um consenso na literatura sobre o que ideologia significa, por isso nós utilizamos um conceito amplo de Eagleton (2007, pp.2-3) quando ele afirma que a ideologia pode significar o processo de produção de significados, os sinais e valores da vida social, o conjunto de ideias e características de um grupo ou classe social específica, ideias que ajudam a legitimar a dominação política de poder, formas de pensamento motivadas pelo interesse social, conjunto de discursos e poder, o meio pelo qual atores conscientes fazem sentido no mundo, conjunto de crenças orientadas a ação e um meio indispensável para que os indivíduos vivam suas relações na estrutura social.

¹⁵⁶ Garver (2016), em sua seminal obra sobre a política externa chinesa desde a década de 1949, afirma sobre as três questões que ponderamos, todavia ele subdivide tais formas de legitimidade e de atuação da política externa em atos, sendo o primeiro ato relacionado a ideologia entre 1949-1978, o segundo ato relacionado ao crescimento econômico entre 1978-1990 e o terceiro ato relacionado à ameaça externa entre 1990 – 2015. Concordamos com Garver nas delimitações sobre os elementos da legitimidade chinesa, mas discordamos que eles podem ser estritamente encaixados nas caixas temporais do autor. Principalmente no que diz respeito ao caso da década de 1990-2015, posto que encontramos questões relacionadas a necessidade de crescimento econômico muito presente na sociedade chinesa (OLIVEIRA; MORAIS, 2018).

4.1.2.1 A UNIDADE NACIONAL E A AMEAÇA EXTERNA: A HUMILHAÇÃO E A GLÓRIA

Em um sistema internacional anárquico, os Estados dependem em última instância da autoajuda para sobreviverem. Com o intuito de não serem engolidos pelos outros países, os Estados travam guerras e dissuasões políticas ocorrem, sendo um dos elementos importantes para compreendermos as delimitações territoriais e as estruturas domésticas dos países. A expansão europeia e japonesa em direção à China pode ser considerada como um dos elementos que permitiu o surgimento de forças políticas que visavam não só restaurar a China, como preencher o vácuo de poder que estava sendo deixado com o declínio da dinastia Qing.

Postula-se que um dos principais eventos que fizeram germinar o PCC foi a Guerra dos Boxers (1898-1901), que como apresentamos no Capítulo 2 foi um movimento popular iniciado em resposta à presença estrangeira em território chinês. A humilhação sofrida pela China e a ameaça externa são elementos tanto para a legitimidade do PCC, como para o nacionalismo e a identidade nacional chinesa (GRIES, 2004; LAI, 2008; ARAI et al., 2012). Tal questão é fundamental para analisarmos o caso das ilhas Senkaku/Diaoyu e das cicatrizes históricas chinesas, posto que de acordo com Zhao (2013a, p. 1, tradução nossa) “*com uma suspeita profundamente arraigada das potências ocidentais, o nacionalismo chinês é alimentado por uma narrativa do século de vergonha e humilhação da China nas mãos das potências imperialistas e demanda ao governo chinês que resgate os territórios perdidos*”.

Ao longo do século XX, o PCC surgiu e conquistou mais poder através de uma necessidade de expulsar as tropas estrangeiras que dividiam e usurpavam a China. Por isso, quando o PCC entoava discursos proferindo e relembrando as atrocidades cometidas pelo expansionismo japonês ou como a China foi dilacerada pelas forças estrangeiras, tal elemento vincula-se diretamente com a humilhação nacional e é um dos alicerces para compreendermos o nacionalismo chinês contemporâneo e os motivos que levam o Japão a continuar sendo percebido como ameaça (e instrumentalizado como ameaça) por parte das lideranças chinesas (GRIES, 2004).

O século de humilhação¹⁵⁷ é um marco tão importante na história da China que segundo Zhao (2008), quase todos os líderes políticos poderosos da China desde o início do século XX,

¹⁵⁷ De acordo com Callahan (2004), há ao menos dez acontecimentos reiteradamente retratados nos livros de história chineses que reforçam o discurso da humilhação nacional: 1) Primeira Guerra do Ópio (1839–1842), 2) Segunda Guerra do Ópio (1856–1860), 3) tropas francesas e britânicas queimando o Jardim do Palácio Yuanming (1860), 4) Primeira Guerra Sino-Japonesa (1894), 5) o massacre de Hailanpao e os 64 vilarejos de Jiangdong (1900), 6) Rebelião dos Boxers/ Guerra dos Boxers (1899-1901), 7) Guerra Russo-Japonesa (1905), 8)

de Sun Yat-sen (1912), Chiang Kai-shek (1943-1948) até Mao Tsé-tung (1949-1976), Deng Xiaoping (1978-1992), Jiang Zemin (1993-2002), Hu Jintao (2002-2012) e Xi Jinping (desde 2013) ressaltaram a amargura da humilhação e determinaram projetos que visavam restaurar a China e o seu lugar de direito no cenário internacional¹⁵⁸ - elemento fundamental da cultura estratégica chinesa e das expectativas da sociedade.

De acordo com Oliveira e Morais (2018), não existem dúvidas de que a ameaça externa pode ser considerada um elemento formador e constituinte da identidade nacional, posto que o processo de formação de uma identidade nacional tende a emergir mais facilmente como produto de um elemento defensivo contra a ameaça externa e contra valores e imposições por parte de outras nações (OLIVEIRA; MORAIS, 2018).

A ameaça externa pode aparecer de diversas formas, seja ela econômica, política ou cultural. Ao longo da formação da arquitetura do sistema internacional, a ameaça é um fator importante para o entendimento do comportamento dos Estados e da balança de poder. Segundo Oliveira e Morais (2018), o discurso de uma constante ameaça externa pode ser mobilizado com vários propósitos por um governo, servindo, por exemplo, para denegrir a imagem de inimigos ou ameaças externas/estrangeiras, ou até mesmo para legitimar determinada política ou regime adotado no âmbito doméstico. Por isso, tal questão está estritamente ligada ao nacionalismo chinês no pós-Segunda Guerra, como veremos ainda neste Capítulo.

Os abusos cometidos pelas potências estrangeiras servem de motor e instrumento para que o PCC utilize-se ao mesmo tempo de um discurso de vítima e de herói (LAI, 2008; COSTA, 2017). Do nosso ponto de vista, o governo chinês utiliza-se da ameaça externa para se legitimar e tal prática se tornou um círculo vicioso (GRIES, 2004; LAI, 2008). Segundo Xiaolin (2018), a busca da legitimidade chinesa pode ser explicada, como argumentam autores realistas neoclássicos como Sorensen (2013) e Schweller (2018), pelo fato de que os países buscam sobrevivência no exterior e autopreservação no nível doméstico, o que exige que os estadistas

missionários europeus adentrando em território chinês, 9) invasão japonesa da Manchúria (1931) e 10) Massacre de Nanquim (1937).

¹⁵⁸ No discurso proferido por Deng Xiaoping, por exemplo, em 30 de abril de 1987 durante uma plenária do PCC, ele afirmou “por mais de um século depois da Guerra do Ópio, a China foi vítima de humilhação, e a população chinesa era olhada de cima para baixo. Depois de 28 anos de duras lutas sob o comando do Partido Comunista, o povo derrotou os agressores imperialistas e derrubaram o regime de Chiang Kai-shek” (DENG, 1987, p.151, tradução nossa). Exatamente na mesma linha, vinte anos depois, em um discurso em uma universidade japonesa, Hu Jintao (2003-2013) afirmou: “a China vivenciou um caminho difícil e tortuoso na busca pelo desenvolvimento. Em particular, após a Guerra do Ópio em 1840, a China suportou grandes desafios e turbulências por causa da decadência e declínio do feudalismo e da agressão de poderes imperialistas. A população da China lutou corajosamente e sem se curvar para se livrar das amarras da humilhação, pobreza e retrocesso” (HU, 2008, tradução nossa).

não apenas lidem com ameaças externas, mas também superem desafios e mantenham o apoio de coalizões sociais internas.

4.1.2.2 A IDEOLOGIA COMO LEGITIMIDADE

Nem todos os regimes comunistas possuem o mesmo nível de legitimidade, mas na maioria dos casos algumas das fontes comuns de legitimidade incluem ideologia marxista, objetivos socialistas, revolução popular, líderes carismáticos, desempenho econômico e nacionalismo oficial (ZHONG, 1996, p.205). Em linhas gerais, o Marxismo-Leninismo, pretendia expor as leis científicas do desenvolvimento histórico e social. Tais leis demonstravam que existia uma inevitabilidade da sucessão do capitalismo pelo socialismo e, subsequentemente, do socialismo pelo comunismo. Nesse sentido, o capitalismo estava destinado a ser substituído por uma forma social superior na qual os meios de produção seriam controlados pelo Estado e a economia não mais seria o direcionador de todos os movimentos. Para a possibilidade do socialismo, era necessária uma ditadura revolucionária para que um grupo conseguisse transformar os motores que regiam o mundo em prol da nova forma. Existiria uma única interpretação da história e do desenvolvimento social que seria indiscutível e a classe proletária seria a única força política capaz de concluir a missão histórica de construir o socialismo e o comunismo (MARX, 1990).

Além disso, os ideais comunistas e socialistas preveem como alguns de seus objetivos o fim da exploração, a igualdade e o progresso econômico social. Educação, saúde, trabalho, preços estáveis, estabilidade social, eliminação dos males que assolam o país e reforma agrária, foram alguns dos pontos e projetos do PCC quando assumiu o poder em 1949. Nos primeiros dez anos da história da República Popular da China, houve progresso econômico, posto que “*o pleno emprego foi alcançado nas cidades, a renda foi amplamente equalizada, os preços estabilizados, as necessidades humanas mínimas foram amplamente satisfeitas e os males sociais foram significativamente reduzidos*” (ZHONG, 1996, p.211, tradução nossa).

Autores como Sartori (1969, p.410) argumentam que a ideologia pode ser um instrumento utilizado pelas lideranças para legitimar, em certa medida, as suas autoridades. A ideologia pode ser também uma forma da população se identificar e perseguir um determinado objetivo, incentivando determinadas políticas e interesses nacionais.

O maoísmo inspirava-se em diversos aspectos do marxismo e do leninismo¹⁵⁹, mas diferenciava-se principalmente em aspectos relacionados ao voluntarismo militar. Mao defendia que o campesinato era a força revolucionária que seria capaz de promover e impulsionar o PCC e o proletariado seria uma força diretriz do processo de transformação da China. A tomada de poder por parte de Mao não deu fim as classes sociais e, por isso, a Revolução Cultural de 1966 foi impulsionada com o intuito de eliminar da sociedade aqueles que divergiam politicamente do PCC e poderiam fazer com que o capitalismo voltasse ao poder, assunto que debateremos adiante.

4.1.2.3 A ASCENSÃO DA ECONOMIA COMO PERFORMANCE: A NECESSIDADE DE RECUPERAR A POSIÇÃO DA CHINA

Desde a ascensão de Deng Xiaoping e o processo de abertura econômica e, sobretudo, com o incidente da praça Tiananmen (1989), há uma transformação de um dos alicerces da legitimidade do partido que deixou de ser a puramente a ideologia política, para se transfigurar no modelo econômico. O Protesto na Praça da Paz Celestial ou Massacre da Praça da Paz Celestial consistiu em diversas manifestações que ocorreram entre 15 de abril e 4 de junho de 1989 e foram lideradas por estudantes chineses e intelectuais. De acordo com Downs e Saunders (1999, p.116, tradução nossa), a ideologia marxista, leninista e maoísta “*tem gradualmente perdido sua capacidade de legitimar o contínuo governo do PCC. Internacionalmente, o colapso do comunismo na Europa Oriental e na União Soviética revelou a bancarrota do comunismo como uma ideologia política e como um modelo econômico viável*”.

Quando a China iniciou o processo de abertura e reforma no final da década de 1970¹⁶⁰, a desigualdade de renda, a inicial inflação, o nepotismo e as extorsões se tornaram práticas de funcionários do governo. Apesar do poder econômico chinês ter disparado após a reforma e

¹⁵⁹ De forma muito simplista, as bases do marxismo-leninismo do governo chinês podem ser caracterizadas pelas questões de igualdade econômica, a consciência de classe e o governo pelo proletariado. O capitalismo pode ser caracterizado pela grande desigualdade econômica e ao mesmo tempo que se relaciona com os meios de produção, ele também pode produzir ideias dominantes na sociedade. Por isso, elites teriam a capacidade de manipular e explorar a população. Os proletariados conseguiriam enxergar tal manipulação através da unidade e do conhecimento, através de organizações, partidos etc., eles poderiam lutar contra os interesses capitalistas.

¹⁶⁰ A abertura promovida por Deng Xiaoping em 1978 produziu diversas reformas políticas e econômicas que buscavam o estabelecimento gradual de uma economia de mercado e liberalização política. Optou-se por uma alteração nos termos de troca favoravelmente à agricultura e pela liberalização a comercialização privada do excedente agrícola. Em linhas gerais, ao passo que a produtividade agrícola aumentava, a economia se abria, se modernizava e a natureza da restrição ao crescimento econômico se deslocava para o setor externo. A China começou a aceitar os investimentos estrangeiros diretos, multiplicou canais para a transferência de tecnologias e aceitou empréstimos e créditos de outros governos, organizações internacionais e bancos. Algumas partes do país – Zonas Econômicas Especiais na província de Guangdong e na província de Fujia - ficaram encargo da absorção de tecnologia, expansão das exportações chinesas e introdução de capital externo.

gradativamente as pessoas terem se tornado mais ricas, com as mudanças econômicas vieram o eventual desaparecimento da ideologia comunista na prática. Aportes de ideias ocidentais emergiram e, diante disso, cada vez mais um pensamento político liberal ascendeu na sociedade, principalmente entre estudantes e intelectuais que estavam frustrados com a censura e os abusos cometidos pelo governo (SPENCE, 1990).

Como afirma Zhao (1998, p.289), quando a ideologia oficial do governo perdeu credibilidade, o regime comunista se tornava cada mais incapaz de angariar suporte das massas para legitimar a visão de futuro. Devido à essas circunstâncias alguns intelectuais, particularmente a geração mais jovem de intelectuais, voltaram-se para as ideias liberais ocidentais e apelaram para reformas democráticas de estilo ocidental.

Em meados de maio, mais de 1 milhão de chineses de todas as esferas da vida se reuniram em torno da Praça Tiananmen, em Pequim, pedindo o diálogo com os líderes do governo sobre a democracia e o fim da corrupção que parecia manchar todas as áreas da vida. (...) O governo da RPC respondeu com uma declaração de lei marcial, cuja execução foi inicialmente impedida pela coragem espontânea dos habitantes de Pequim, que bloquearam os soldados do PLA de entrar no coração da cidade. Finalmente, os líderes linha-dura, tendo vencido ou superado seus colegas mais conciliatórios, ordenaram que batalhões recém-convocados de tropas fortemente armadas, apoiadas por tanques, abrissem caminho para Tiananmen. O massacre resultante chocou a China e o mundo, e destacou a distância entre aqueles que buscavam um pluralismo maior na vida e na expressão chinesas, e aqueles que procuravam ainda canalizar programas através dos mecanismos de controle do estado de partido único (SPENCE, 1990, p.768, tradução nossa).

Os protestos consistiam em marchas pacíficas nas ruas de Pequim, mas a resposta a tais movimentos foi a repressão militar por parte do PCC, que fez com que a China fosse questionada internacionalmente. Inúmeras lideranças do movimento foram presas, postula-se que mais de 1000 pessoas morreram durante as manifestações e, por fim, a imprensa estrangeira foi expulsa do país, deixando a cobertura dos acontecimentos restritas à imprensa chinesa.

Desde esse período, as lideranças chinesas tentaram forjar uma conexão ideológica entre a performance econômica e a legitimidade, argumentando que alcançar a estabilidade política era a condição essencial para o desenvolvimento econômico. A necessidade de crescer e ascender vinculou-se diretamente com a busca da China de conservar a sua integridade territorial e ao mesmo tempo galgar a sua posição no cenário internacional.

Segundo Zhong (1996, p.215, tradução nossa), desde a década de 1990, com o aumento do desenvolvimento econômico, a melhora dos padrões de vida das pessoas, a China se tornou mais confiante do seu potencial e legitimou-se internamente devido ao seu sucesso econômico. Nesse sentido, “*as histórias de sucesso de Taiwan, Hong Kong e Cingapura e a taxa de crescimento fenomenal da China nos últimos anos, comparadas a outras grandes economias,*

levaram aos chineses a acreditarem que talvez tenha chegado a hora da China acordar e ocupar seu lugar no mundo novamente”.

Segundo Kane (2014) não é surpreendente a decisão das lideranças chinesas em prol das reformas econômicas que iriam de encontro com ideais socialistas, posto que para eles as reformas trabalhariam para o regime comunista e não ao contrário. Como argumentou Deng Xiaoping em 1992, *“enquanto nos mantivermos sóbrios, não há nada a temer. Continuamos com a superioridade, porque temos grandes e médias empresas estatais e empresas municipais. E o mais importante, nós mantemos o poder do estado em nossas mãos”* (apud KANE, 2014, p.56, tradução nossa).

4.2 A CHINA, AS TRANSFORMAÇÕES DE PODER E O ENTORNO REGIONAL: AS ALIANÇAS, A MILITARIZAÇÃO, AS ESTRATÉGIAS E O NACIONALISMO

De 1947 a 1989, os EUA e a URSS reconheceram-se mutuamente como inimigos e diante dessa polaridade e distribuição de poder, tanto a China, como o Japão precisaram aliar-se com uma das superpotências, como mencionamos no Capítulo anterior. Todavia, com o decorrer da Guerra Fria, as configurações dessas relações e alianças sofreram impactos e transformações no caso da China que modificou suas grandes estratégias ao passo que aumentava seu poder e lideranças se modificavam.

O fim da Guerra trouxe uma nova configuração da política chinesa e o gigante asiático passou por um processo de transformação econômica, ideológica e militar. Diferente do caso do Japão e sua aliança com os EUA, o poder militar era um dos alicerces do governo chinês e, diante da necessidade do fortalecimento chinês perante às ameaças do seu entorno regional, inicialmente os EUA e posteriormente a URSS, o dragão teve que agir em alguns momentos de forma a balancear cada um dos poderes para perpetuar a sua existência e seu regime.

Logo nos primeiros anos, a China vivenciou um processo de reconstrução e crescimento econômico, acompanhado da militarização com a ajuda soviética, desenvolvendo capacidades industriais e nucleares. O processo de militarização chinês foi acompanhado tanto pelas estratégias internas do partido, como devido ao contexto internacional. Afinal, as forças armadas, como mencionamos anteriormente, são parte importante das bases de sustentação do PCC que detém controle sobre elas. Ainda assim, os riscos e receios de possíveis investidas norte-americanas e do retorno do *Kuomintang* logo após da década de 1950 e as transformações na aliança sino-soviética no final da década de 1950 e, principalmente, na década de 1960,

fizeram com que a China precisasse constantemente constituir forças armadas para defender sua integridade territorial.

As transformações no ambiente estratégico chinês no decorrer da Guerra Fria, os tensionamentos, os relaxamentos, as trocas de lideranças e a busca pela manutenção do poder por parte do PCC, impulsionaram para que as políticas externas e as grandes estratégias da China se transformassem consideravelmente ainda durante a Guerra Fria e, em alguns sentidos, se perpetuassem mesmo com o fim da bipolaridade em 1989. Nesse momento, debateremos sobre a evolução das estratégias da China, sua militarização e seu nacionalismo, elencando constantemente as pressões do sistema e as ameaças internacionais que o gigante asiático vivenciou durante a metade do século XX.

4.2.1 O ANTI-IMPERIALISMO DE MAO TSÉ-TUNG (1949-1970) E O ENTORNO REGIONAL CHINÊS

Uma das mais importantes decisões iniciais de política externa da China foi a decisão de aliar-se à URSS contra os EUA. Quando essa decisão foi tomada em 1948-1949, a Guerra Fria estava em andamento na Europa e no Oriente Médio. A decisão do PCC de alinhar-se com o campo soviético colocou a recém-nascida República Popular da China no meio do intenso conflito soviético-americano. De fato, a decisão do PCC de aliar-se à União Soviética foi um fator importante que espalhou o conflito da Guerra Fria para o leste da Ásia. A decisão da RPC de aliar-se à União Soviética teve um profundo impacto nas relações externas da China e em toda a situação mundial (GARVER, 2016, p.29, tradução nossa).

Do ponto de vista internacional, tão logo o PCC tomou o poder o conceito de não-alinhamento era um de seus pressupostos, entretanto a neutralidade era um luxo apenas para pequenos países na periferia geoestratégica do mundo¹⁶¹ (NATHAN; ROSS, 1997). Como apresentamos no Capítulo anterior, assim como o Japão teve algumas de suas políticas de segurança estimuladas e pautadas pelo cenário internacional e seu ambiente estratégico, influenciado por questões domésticas, o caso da China não foi muito diferente.

O tamanho da China e sua localização fez do país o foco de uma competição entre URSS e EUA, enquanto sua necessidade de se reconstruir economicamente tornou necessária a aproximação com algum deles. Diante de um ambiente estratégico restritivo, e como afirmam Nathan e Ross (1997, p.36), Mao Tsé-Tung anunciou em 1949 que a China *“deve inclinar-se para o lado do imperialismo ou para o lado do socialismo. Sentar em cima do muro não será*

¹⁶¹ Durante esse processo, o governo chinês buscou construir um ambiente regional mais permissivo, discursando para países do Terceiro Mundo na Conferência de Bandung (1955), por exemplo, e promovendo o não-alinhamento. Todavia, como mencionam Nathan e Ross (1997), os interesses chineses não puderam ser perpetuados diante das pressões da Guerra Fria.

suficiente, nem há uma terceira estrada possível” (apud NATHAN; ROSS, 1997, p. 36, tradução nossa).

Considerando que os EUA apoiavam Taiwan e o partido nacionalista, que representava uma ameaça para o PCC na China, o governo chinês precisou aliar-se inicialmente com a URSS ¹⁶². Por isso, em 30 de junho de 1949, Mao declarou que o socialismo e o comunismo eram os objetivos da Revolução chinesa e que era necessário a aliança sino-soviética para formar uma Frente Unida Internacional contra o imperialismo. O governo chinês compreendeu a necessidade de alcançar um rápido desenvolvimento econômico para construir as bases de sua modernização militar. Esse era um dos pilares da grande estratégia chinesa do período que visava principalmente a reunificação nacional e o fortalecimento do país, bem como os princípios da necessidade de se alinhar com um dos países (KHAN, 2018).

Na China, a área rural era a única fonte possível para entrada de capitais que eram essenciais para promover a sua auto industrialização e o seu crescimento (FAIRBANK; GOLDMAN, 2006). Os líderes do PCC acreditavam que um grande excedente agrícola estava sendo expropriado pela classe dos donos de terra e usados para suas condições de vida extravagantes. Inspirados no modelo stalinista de industrialização através da ênfase em indústrias pesadas às custas da agricultura – o capital gerado através da coletivização agrícola de estilo soviético seria empregado para o desenvolvimento industrial através do planejamento central - seria um bom modelo para o caso chinês devido à predominância das áreas rurais (NATHAN; ROSS, 1997, p.38; FAIRBANK; GOLDMAN, 2006, p.357).

Nas palavras de Mao Tsé Tung (1938), no volume II dos Trabalhos Escolhidos, na parte sobre problemas de guerra e estratégia, o líder chinês discute a importância do exército afirmando que *“quem quiser conquistar e manter o poder do Estado precisa possuir um exército forte, (...) a era do imperialismo nos ensina que apenas com o poder da pistola (...) derrotaremos a burguesia armada e os donos de terra”*. A reforma das forças armadas foi um ponto importante durante o processo de reconstrução da China.

O país asiático visava o fortalecimento de suas forças militares para se proteger de possíveis incursões norte-americanas e até mesmo japonesas. Afinal, ainda existia a desconfiança de que o Japão poderia se recuperar militarmente e voltar às práticas imperialistas do período anterior à guerra (NATHAN; ROSS, 1997). Como uma das bases da estrutura do

¹⁶² No dia 14 de fevereiro de 1950, os dois países assinaram um Tratado de Amizade, Aliança e Assistência Mútua de 30 anos que obrigava à URSS providenciar assistência militar ou qualquer outra assistência se ela fosse atacada pelo Japão ou qualquer outro país.

governo chinês era a constituição de forças armadas, a Guerra da Coreia foi um dos momentos para o impulso no processo de militarização.

De acordo com Spence (1990, p.517), a China começou um processo de reorganização massiva militar para desenvolver forças armadas mais profissionais a fim de competir com os outros países do mundo. Os manuais de treinamento do PLA no período apresentavam os riscos da supremacia militar norte-americana e apontavam sobre a necessidade de fortalecer as forças armadas. Nota-se que isso não significava dizer que os chineses planejavam consolidar um grande potencial militar na época, posto que naquele momento eles estavam priorizando o treinamento e a qualidade dos militares (SPENCE, 1990).

Podemos afirmar que a Guerra da Coreia foi um dos principais pontos no emaranhado de relações de poder entre China, Japão e EUA que afetou diretamente os rumos da Guerra Fria, bem como as capacidades militares dos países da região e suas estratégias (GARVER, 2016, p.59). Não cabe mencionarmos nesta tese os detalhes pormenorizados dos acontecimentos da guerra na península coreana, mas sim debatermos algumas das consequências da mesma para o cenário da Guerra Fria e as relações entre os países. No Capítulo anterior elucidamos a importância do conflito para o (re)nascimento da indústria de defesa japonesa, bem como as estratégias de política externa do governo enfatizando o entorno regional e questões domésticas. Nesse momento, cabe destacarmos alguns dos impactos do conflito para a grande estratégia da China, sua militarização e para a política externa norte-americana.

O conflito gerou de ambos os lados Pacífico uma apreensão e percepção do outro enquanto uma ameaça, inclusive na população. Campanhas anti-China, anti-EUA permearam os países que definiram suas relações e suas oposições naquele contexto (GARVER, 2016; SPENCE, 1990; CHRISTENSEN, 2011). Do lado chinês, lideranças mobilizaram o apoio popular através de uma propaganda estatal, visando mobilizar recursos para a sua atuação na guerra. Nesse sentido, o governo chinês pressupunha a necessidade de estimular uma coesão das práticas do governo e dos interesses da sociedade, gerando um alinhamento entre Estado e sociedade. Além disso, a propaganda e campanha educacional do período tinha como interesses *“reeducar muitos chineses educados no Ocidente e/ou um segmento considerável de classes médias e altas urbanas da China que olharam positivamente para os modos de vida ocidentais simbolizados pelos EUA”* (GARVER, 2016, p.88, tradução nossa).

No que diz respeito a Guerra da Coreia, o ataque iniciado pela Coreia do Norte foi apoiado pelo governo chinês e, de acordo com Christensen (2011), foi um dos momentos cruciais para a formação da política norte-americana e para a consolidação de sua grande estratégia posteriormente. Apesar de ser considerada como uma Guerra Civil, a decisão norte-

coreana de romper com o acordado na ONU e o cenário internacional, tornaram a região um alvo da política norte-americana e soviética. Afinal, como mencionamos no Capítulo anterior, inicialmente os EUA estavam com muitas “responsabilidades” (ou fardos) no mundo todo e a Coreia não era uma região vital, mas importante para os EUA. A exemplo disso, na política de contenção norte-americana, Kennan excluiu a massa continental do Leste Asiático e compreendeu que a China não representaria uma ameaça que precisaria ser combatida naquele momento¹⁶³.

A atuação norte-americana veio por intermédio da ONU, quando buscou a legitimidade internacional para mandar tropas e atuar no conflito. A estratégia dos EUA estava presente no período, posto que URSS estava boicotando as sessões do Conselho de Segurança e não pode vetar a ação norte-americana que foi aprovada pelos outros membros do conselho.

Com relação a Guerra da Coreia, cabe enunciarmos uma consequência da mesma para a política externa norte-americana, como mencionamos no Capítulo anterior. Durante o governo Truman, o Departamento de Estado emitiu o NSC-68, documento que mencionamos anteriormente, que arguia sobre a URSS e o seu perigo para o mundo. O documento concluía que a única forma possível de deter a URSS era o apoio à militarização massiva norte-americana e, para isso, era necessário aumentar impostos e reduzir gastos no governo¹⁶⁴. Apesar do Congresso ser crítico a tal documento, a Guerra da Coreia em 1950 fez com que críticas internas sobre o envolvimento dos EUA em conflitos no Leste Asiático fossem suprimidas. Nesse sentido, entre 1950 e 1953, o gasto dos EUA com defesa subiu de 5% para 14,2% (CHRISTENSEN, 1996).

Se existiam dúvidas sobre a estratégia que o governo norte-americano deveria adotar com relação a China, estas encontraram sua solução com a Guerra da Coreia que destruiu as perspectivas de reaproximação dos EUA com Pequim ou distanciamento de Taipei (CHRISTENSEN, 2011, p.34). A China precisou ser uma ameaça aos EUA para que o governo norte americano conseguisse mobilizar recursos para atuar externamente (CHRISTENSEN, 2011).

¹⁶³ A estratégia de Kennan e do governo norte-americano foi vista com repulsa por alguns grupos no interior dos EUA, principalmente grupos dentro do Congresso que apoiavam Taiwan. Existem argumentos de uma postura racista norte-americana que preferia combater o comunismo dos povos europeus do que o comunismo na China. De acordo com Christensen (2011) o governo norte-americano não tinha recursos ilimitados e nem teria capacidade de mobilizar a população para os mais diversos conflitos logo após a Segunda Guerra Mundial.

¹⁶⁴ De acordo com Cristensen (2011), alguns estadistas norte-americanos preferiam um alinhamento com a China do PCC logo após a vitória da mesma sobre o Partido Nacionalista, todavia os norte-americanos encontraram um problema para suas práticas discursivas e sua identidade nacional que preservavam ideais sobre liberdade – através de ações que tangenciavam para o uma mescla entre realismo e idealismo na sua política externa durante vários períodos.

Apesar da China não buscar um envolvimento imediato no conflito, o país agiu de forma a defender seu território, com receios de que a unificação coreana, alinhada aos valores dos EUA, poderiam ser um problema para a integridade territorial chinesa, como foi no passado com o caso japonês. Nesse sentido, a China agiu em concordância com a sua cultura estratégica, adotando uma postura reativa às ameaças (FENG, 2007).

Desde a década de 1950, a China começou a galgar mais espaço internacionalmente, mas manteve-se restrita pela falta do reconhecimento diplomático por parte de grande parte dos países do mundo, sobretudo dos países desenvolvidos. Ou seja, ao mesmo tempo em que a China visava se legitimar internacionalmente, o não reconhecimento por parte dos EUA e os ventos da Guerra Fria faziam com que a China ficasse relativamente isolada, mantendo apenas relações comerciais com alguns países. Todavia, ressalta-se que durante o período de alinhamento com a URSS, a China difundiu seus interesses para os partidos socialistas ao redor do mundo e participou de processos de difusão no Camboja, no Vietnã e na Tailândia, por exemplo (GARVER, 2016; CHRISTENSEN, 2011).

O apoio do PCC nas revoluções no Sudeste Asiático foi a base para o surgimento de “teorias de efeito dominó” na estratégia norte-americana e a política de contenção era necessária para que mais países no entorno regional não “caíssem nas mãos do comunismo”. Os EUA temiam que com o processo de independência e descolonização de países no mundo todo permitissem a entrada de ideais de desenvolvimento aos padrões desejados pela URSS e pela China.

Nesse sentido, “*até que a China superasse seu impulso revolucionário expansionista, ela deveria ser contida. Em um grau significativo, os líderes dos EUA decidiram pela intervenção em larga escala no Vietnã para conter o que eles viam como expansionismo comunista chinês*” (GARVER, 2016, p.234, tradução nossa). Nesse período, por exemplo, há o conflito da Guerra do Vietnã que se iniciou em 1959 com o ataque do Vietnã do Norte ao Vietnã do Sul, onde a intervenção direta norte-americana só ocorreu em 1964¹⁶⁵. Tal conflito foi influenciado pelo apoio da URSS e da China ao Vietnã do Norte, e o apoio norte-americano ao Vietnã do Sul.

No que tange a militarização chinesa, em 1954, há uma transformação no sistema organizacional da *PLA* que antes estava dividida em seis comandos e passou a dividir-se em

¹⁶⁵ Nome dado a Frente Nacional para a Libertação do Vietnã que foi o exército formado pelo Vietnã do Norte. Os EUA resolveram entrar diretamente no conflito enviando soldados e armamentos de guerra, mas apesar da supremacia tecnológica norte-americana, as táticas de guerrilha e o território permeado por florestas tropicais fechadas e chuvas, deram superioridade aos *vietcongues*.

treze. Esses subcomandos organizavam e aprimoravam a sua capacidade de atuação, estando sob direção do quartel general da *PLA* e se reportando a recém estabelecida Comissão de Assuntos Militares – a qual Mao Tsé-Tung era o presidente – e o Ministério de Defesa comandado por Peng Dehuai (SPENCE, 1990). A *PLA* gradativamente conseguiu aumentar suas capacidades através do crescimento econômico chinês na metade da década de 1950 e passou a ser equipada com equipamentos de infantaria moderna, rifles, foguetes lançadores, artilharia e etc. Entretanto, devido aos custos envolvidos, o *PLA* se manteve com poucos veículos militares, equipamentos pesados e tanques de guerra.

Durante esse processo de militarização e modernização das forças chinesas, militares foram até a Academia Militar de Kiev na URSS para serem treinados e melhorarem suas capacidades estratégicas. Há nesse período uma gradativa profissionalização das forças armadas e durante o processo de recrutamento o PCC manteve propagandas enfatizando como as forças armadas da China estavam em melhores condições do que no período que o país foi governado pelo *Kuomintang*. (FAIRBANK; GOLDMAN, 2006).

Também há o estabelecimento da marinha chinesa que era inexistente desde 1937 devido à destruição promovida pelos japoneses durante a guerra. A marinha não surgiu com muito poder ofensivo e, considerando o tamanho da costa chinesa, postulava-se que a China não tinha capacidade de defender o seu território por vias marítimas (COLE, 2014; KANE, 2014). Por isso, durante o governo Mao Tsé-Tung a modernização da marinha (*PLA Navy*) foi uma das prioridades, afinal o *Kuomintang* passou a controlar algumas ilhas *offshore* e linhas de comunicação oceânicas (*SLOCs*) e os EUA representavam uma ameaça anfíbia para a China.

A China começou na década de 1950 a promover estudos para o desenvolvimento de tecnologia nuclear através da ajuda da URSS. A URSS enviou especialistas e conselheiros para ajudar no desenvolvimento chinês, assim como enviou protótipos de bombas, mísseis e tecnologias relacionadas. Todavia, em 1959, os acordos em cooperação foram terminados e, por isso, a China conduziu seu primeiro teste nuclear somente em 1964.

Apesar da inicial proximidade, as relações entre China e URSS foram gradativamente minadas a partir do final da década de 1950, tendo em vista a diminuição das tensões na Europa, a morte de Stálin em 1953, o fim da Guerra da Coreia em 1954 e a relativa desaceleração da corrida armamentista internacionalmente. Além disso, fatores como as ideologias conflitantes e os conflitos territoriais em regiões fronteiriças coadunaram com tais questões. Apesar de tal processo de erosão poder simbolizar uma aproximação entre EUA e o PCC já naquele período, o governo norte-americano estava inflexível considerando Taiwan como o governo legítimo da China continental (NATHAN; ROSS, 1997).

Em 1956, Khrushchev (1956-1964), que assumiu o controle da URSS após a morte de Stálin, iniciou um processo de desestalinização, e no vigésimo Congresso do Partido Comunista da URSS (CPSU) criticou as políticas e ações do governo de Stálin. Os governos comunistas não estavam cientes da postura crítica de Khrushchev com relação à Stálin e o governo de Mao questionou o não compartilhamento da decisão do líder soviético com a China. De acordo com Garver (2016, p.91, tradução nossa), *“a oposição de Mao à desestalinização de Khrushchev foi, portanto, ipso facto, uma crítica à liderança de Khrushchev do movimento comunista internacional. Mao logo se posicionou e o PCC como os principais oponentes da desestalinização de Khrushchev”*.

Pode-se dizer que foi em 1957, durante uma Conferência em Moscou, que Mao desafiou o CPSU e afirmou a necessidade de que URSS tomasse a liderança perante aos países socialistas, para levar adiante a expansão do movimento. Visões a respeito da liderança, dos valores de Stálin e da condução do socialismo fizeram com que gradativamente ambos os países se afastassem e as relações fossem afetadas, principalmente, pelas figuras dos líderes e seus interesses (GARVER, 2016). O problema era que a partir de meados de tal ano, Khrushchev tentou ajustar suas relações com o objetivo de relaxar as tensões com o Ocidente, algo que Mao discordava (GARVER, 2016).

O ano de 1959 foi o ponto de inflexão para as relações sino-soviéticas quando três políticas adotadas pelo governo da URSS consternaram Mao Tsé-Tung. A primeira foi a recusa de Moscou apoiar a China nos confrontos com a Índia, a segunda foi o problema sobre a cooperação nuclear sino-soviética¹⁶⁶ e a terceira foi a visita de Khrushchev aos EUA.

Cabe destacarmos o problema chinês com a Índia, posto que as transformações nas alianças indo-soviéticas a partir de 1959 e o não posicionamento de Khrushchev em favor da China, nos ajudam a compreender os estímulos sistêmicos que impactaram na posterior “janela de oportunidade” para a aproximação sino-americana em 1972, que veremos mais adiante. Dois aspectos impactaram no conflito sino-indiano a partir de 1959: as fronteiras e o caso do Tibet. No caso das fronteiras, a disputa iniciou-se em 1958 com a construção de uma rodovia de Kashgar, no oeste de Xinjiang para Lhasa, capital do Tibet. Enquanto a China compreendia que tal região era tradicionalmente parte do Tibet e, conseqüentemente, chinesa; a Índia acreditava

¹⁶⁶ De acordo com Nathan e Ross (1997, p. 41, tradução nossa) “no início de 1958, Moscou começou a tardar a capacidade de cumprimento de suas obrigações sob o acordo de compartilhamento nuclear de 1957. Em junho de 1959, cancelou formalmente o acordo, explicando aos chineses que, se o Ocidente descobrisse a ajuda soviética ao programa nuclear chinês, os esforços soviéticos para relaxar as relações com o Ocidente poderiam ser comprometidos”. A URSS parecia querer trocar uma China não-nuclearizada, por uma Alemanha Ocidental não-nuclearizada.

que tal região era parte inalienável do território indiano. Todavia, para o *PLA* a rota era essencial, tendo em vista que era o único trajeto aberto o ano todo, posto que as outras rotas poderiam ser inutilizadas durante períodos de neve (GARVER, 2016).

Além disso, com a deterioração das relações entre URSS e China, a indústria chinesa e o desenvolvimento científico e militar ficaram mais lentos e, no final de 1962, o fluxo de capitais e de intercâmbio militar e industrial do bloco soviético para a China chegou ao fim. Outros três eventos marcaram a ruptura entre os aliados. Em 1962, a Índia enviou tropas militares para áreas disputadas nas montanhas do Himalaia e Mao em resposta ordenou o envio de tropas chinesas, o que impulsionou o conflito. Após algumas investidas, as forças chinesas destruíram os indianos e adentraram o território. Na situação, a URSS demonstrou suporte ao governo indiano, enviando armas e ajuda de deslocamento (GARVER, 2016). Em 1963, URSS, EUA e Grã-Bretanha assinaram um tratado parcial de proibição de testes nucleares e o líder soviético esperava que o governo chinês compactuasse com o tratado. Todavia, Mao acusou o tratado de fraude, posto que preservava o monopólio nuclear de alguns países (GARVER, 2016).

Posteriormente, as relações se tornaram mais insustentáveis e com o conflito no Rio Ussuri, em 1969, e a crescente ameaça soviética aos olhos chineses, há a reaproximação entre EUA e China, que mencionaremos na próxima seção. No que diz respeito ao conflito fronteiriço, Mao demandou ao *PLA* a ocupação da ilha de Zhenbao (Damansky), mas em março a intervenção dos militares chineses foi repelida pelos guardas soviéticos e marcou uma série de incidentes na fronteira da Manchúria e Xinjiang, marcando a escalada do conflito entre as potências comunistas.

De acordo com Garver (2016), no fim do ano, encontros de Zhou Enlai com as lideranças russas fizeram com que o conflito fosse apaziguado, mas os receios da ameaça soviética continuaram a perpetuar o ideário chinês. A percepção de ameaça inverteu-se e não mais os EUA eram a grande ameaça à China. As cisões entre URSS e China fizeram com que o PCC optasse por um novo balanceamento, barganhando com os EUA.

Durante esse período, ao passo que a China vivenciava ameaças em seu entorno regional, a reorganização interna e os programas econômicos trouxeram fases iniciais de crescimento e, posteriormente, de desastres. O PCC precisou lidar com a necessidade de balancear internamente com gastos militares, com o interesse em estimular sua economia e garantir condições de vida para a população. Dois grandes eventos precisam ser citados do ponto de vista doméstico: o Grande Salto para Frente (1958-1960) e a Revolução Cultural de 1966 que perdurou até a morte de Mao Tsé-Tung em 1976.

O Grande Salto Para Frente objetivava estruturar a produção agrária através de um sistema cooperativo, organizar a produção industrial e aumentar a produção de minerais. O programa foi abandonado em 1961 diante dos problemas sociais causados por dificuldades na produção agrícola. A fome foi um dos principais problemas do período e ficou conhecida como a “Grande Fome Chinesa”. A política estimulou divergências internas no PCC, o que fez com que Mao declarasse a necessidade de promover a limpeza dos quadros políticos dentro do partido.

Tal política estimulou a crescente crítica intelectual ao PCC que se iniciou principalmente com o Movimento Cem Flores (1956-1957). O aumento das divergências internas fez com que Mao iniciasse em 1966 a Revolução Cultural através da transformação de cada unidade política chinesa em uma unidade de ensinamentos sobre o comunismo, expandindo a coletivização da ideologia e levando ao público o conhecimento. Com o intuito de promover a mobilização das massas, Mao visava neutralizar a crescente oposição, instituindo uma profunda campanha político-ideológica (SPENCE, 1990).

O ensino superior foi consideravelmente afetado, posto que as universidades e os intelectuais eram, por vezes, encarados como potenciais inimigos do processo revolucionário chinês. Foi instituída uma política de educação voltada para a educação política e moral em concordância com valores do maoísmo. Por isso, foi alavancada a distribuição do também conhecido “Livro Vermelho” que exaltava a ideologia maoísta e a personalidade de Mao com o objetivo de estimular a grande estratégia chinesa de reunificação e fortalecimento nacional, impulsionando coesão entre Estado e sociedade (KHAN, 2018; SPENCE, 1990). A Revolução Cultural terminou oficialmente durante o IX Congresso do Partido Comunista da China em abril de 1969, todavia postula-se que ela durou até a morte de Mao Tsé-Tung em 1976 (SPENCE, 1990).

Em linhas gerais, diante da bipolaridade, o governo chinês agiu de forma a aliar-se com os países menos ameaçadores tendo como objetivo de salvaguardar sua sobrevivência. Por esse motivo, durante grande parte do período sua política externa e grande estratégia vinculou-se à necessidade de manter a aliança com a URSS. Além disso, a estratégia chinesa vislumbrou a necessidade de promover o desenvolvimento interno, com o intuito de aumentar sua segurança e seu poder naquele cenário. A China fortaleceu seu exército, reestruturou sua inicial marinha e passou a deter poder nuclear.

A figura de Mao é de suma importância para entender tanto a política externa chinesa, como a grande estratégia e o comportamento da China. Afinal, a política externa da China nos primeiros dez anos de sua fundação pode ser caracterizada como a política externa de Mao Tsé-

Tung (ROSA; FORADORI, 2017; GARVER, 2016; KHAN, 2018). Segundo Garver (2016), além de pressões sistêmicas, questões ideológicas influenciaram a política de alinhamento da China com a URSS. Nesse sentido, qualquer alteração nas alianças precisaria ser compreendida por Mao à luz da concepção de que a URSS não mais trilhava o caminho do socialismo e do comunismo.

A profunda identificação de Mao com Lênin e Stalin e sua ideologia tornaram cognitivamente impossível que ele se alinhasse com a América "imperialista capitalista" contra a União Soviética "socialista". Era necessário que Mao primeiro decidisse que a União Soviética não era mais um Estado socialista, mas capitalista e imperialista. Uma vez realizada essa mudança nos rótulos e suas avaliações normativas associadas, se a China alinhada com um ou outro poder "capitalista imperialista" era uma questão de mera conveniência (GARVER, 2016, p.288, tradução nossa).

Destaca-se que o nacionalismo é uma característica importante que pode ser observada na política externa de Mao, que buscou unificar o país e constantemente enfatizou a necessidade de fortalecer a China contra as ameaças externas. O Estado buscou promover o nacionalismo (*top-down*) com o intuito de estimular a legitimidade do PCC frente a população. Com o objetivo de recuperar a posição da China e estimular a legitimidade do partido, o líder chinês enfatizou constantemente as ameaças ocidentais e o imperialismo como problemas a serem enfrentados pela China, assim como adaptou o socialismo e o comunismo para um pensamento chinês. As imagens de Mao sobre como o bloco comunista deveria agir e as próprias atitudes mais ofensivas em relação ao seu entorno regional, nos permitem compreender os motivos que levaram a cisão sino-soviética e o objetivo de fortalecer as forças militares chinesas – tanto para segurança externa, como manutenção do poder interno.

Mesmo dentro da China relações entre o Estado e a sociedade não foram mantidas de forma controlada em todos os momentos, sendo necessárias, por vezes, atitudes de repressão do governo. Entretanto, é importante observar que Mao deteve durante todo o período certa autonomia decisória nos assuntos de política externa, no desenvolvimento militar e na condução da grande estratégia chinesa. Contudo, com os problemas econômicos e políticos internos vivenciados pelo PCC e as transformações durante a Guerra Fria da percepção de ameaça, houve cisões dentro do partido sobre a condução da política externa chinesa e o alinhamento do país. Nesse sentido, no momento da Revolução Cultural, apesar da liderança de Mao e seu poder decisório continuar incólume, existiam divergências dentro do partido.

Lideranças mais radicais como a própria esposa de Mao, Jiang Qing e outras figuras políticas importantes do grupo que ficou conhecido como “Gangue dos Quatro”, composta pela

esposa de Mao, Wang Hongwen, Zhang Chunqiao e Yao Wenyuan¹⁶⁷, compreendiam que tanto os EUA como a URSS eram uma ameaça e deveriam ser combatidas através de alianças com países do Terceiro Mundo. Outras lideranças, sob a figura de Zhou Enlai e outros diplomatas, compreendiam que a URSS seria a maior ameaça (ROSA; FORADORI, 2017; ZHAN, 2018). No caso do primeiro grupo, esses acreditavam profundamente na revolução e na necessidade de combater às forças imperialistas e capitalistas. Enquanto o segundo grupo era composto por pragmáticos.

Como veremos a seguir, a estratégia seguida por Mao Tsé-Tung foi a de aproximar-se com os EUA. Tal estratégia era endossada, inclusive, por parte das elites militares e políticas chinesas, como no caso dos quatro marechais chineses - Chen Yi, Ye Jianying, Xu Xiangqin e Nie Rongzhen - que foram consultados por Mao Tsé-Tung e afirmaram que os soviéticos seriam o principal inimigo chinês, representando uma maior ameaça do que os norte-americanos¹⁶⁸, como veremos a seguir.

4.2.2 O INÍCIO DA DÉCADA DE 1970 E SUAS TRANSFORMAÇÕES: A INSERÇÃO INTERNACIONAL, A REAPROXIMAÇÃO COM OS EUA E O CASO DAS ILHAS SENKAKU/DIAOYU

A bipolaridade da Guerra Fria teve grande influência sobre a China e o Japão, trazendo ambos para os subsistemas de duas grandes potências, fazendo com que os países continuassem como inimigos mesmo ao fim da Segunda Guerra Mundial, como salientamos no Capítulo anterior. Contudo, as mudanças nas relações entre China e URSS, bem como com os interesses estratégicos das lideranças norte-americanas em reaproximar-se com a China na década de 1970, transformaram a configuração da balança de poder na Ásia.

Para tanto, tal período é um dos momentos mais marcantes da história mundial. Apesar de existirem divergências sobre a política de reaproximação, a China deixava de ser uma ameaça para se tornar uma espécie de aliado norte-americano e, ao mesmo tempo, desapareceram as barreiras que impediam o restabelecimento das relações diplomáticas entre

¹⁶⁷ Os membros foram presos e condenados em 1976. Em linhas gerais, os membros ganharam proeminência durante a Revolução Cultural, sendo uma das forças mais radicais do período e acusados de diversos excessos políticos por meio de repressões armadas contra intelectuais e estudantes dentro da China, além de outros. Apesar de ser um tanto difícil separar as políticas realizadas na Revolução dos ordenamentos de Mao ou da influência do grupo dos quatro, esses eram conhecidos pelas visões radicais sobre como a China deveria agir. Os membros foram presos após a morte de Mao, durante a curta liderança de Hua Guofeng (1976-1978).

¹⁶⁸ Chen Yi, por exemplo, constituía-se como o Ministro dos Negócios Estrangeiros e considerava necessário usar a contradição entre os EUA e a URSS de forma mais estratégica e aconselhou Zhou Enlai na aproximação e no aumento das conversas entre EUA e China (CHEN, 2001).

China e Japão. Concomitantemente, transformações ocorreram do ponto de vista territorial com a Devolução de Okinawa ao Japão e, como veremos nessa seção, impactaram para o surgimento de um importante conflito territorial entre China e Japão: o caso das ilhas Senkaku/Diaoyu.

4.2.2.1 A APROXIMAÇÃO SINO-AMERICANA: OS DOIS LADOS DA MOEDA

Como mencionamos, as cisões sino-soviéticas estimularam um pensamento estratégico dentro da China sobre a necessidade ou de enfrentar duas frentes (a norte-americana e a soviética) ou aproximar-se dos EUA. Ao passo que se desgastava a aliança sino-soviética, o presidente norte-americano Richard Nixon e o secretário de Estado Henry Kissinger enxergaram nos atritos crescentes desde o final dos anos 1950 e no início da década de 1960, um espaço propício para impulsionar interesses norte-americanos. Além disso, os riscos da Doutrina Brejnev¹⁶⁹ da URSS fizeram com que os EUA objetivassem a reaproximação com a China para diminuir a capacidade e o poder da URSS (PECEQUILO, 2003).

A reaproximação sino-americana impactou profundamente os rumos da Guerra Fria. Nota-se que os interesses de Nixon podem ser observados desde outubro de 1967, quando Richard Nixon publicou um artigo para a *Foreign Affairs* intitulado “*Asia After Vietnam*”, onde ressaltava que, apesar da China representar um perigo no cenário geoestratégico asiático, a ameaça seria mais contida e menos expansionista. Por isso, “*não podemos nos dar ao luxo de deixar a China para sempre fora da família das nações, ali para nutrir suas fantasias, valorizar seus ódios e ameaçar seus vizinhos*” (NIXON, 1967, p. 115, tradução nossa). O artigo de Nixon foi traduzido para o chinês e publicado em *Cankao ziliao*. De acordo com Garver (2016), Mao leu o artigo e o recomendou à Zhou Enlai, comentando que se Nixon fosse eleito, a política externa norte-americana para a China poderia mudar. Mao assistiu cuidadosamente os passos de Nixon e isso pode ser visto nos discursos do governo chinês de inauguração do governo em janeiro de 1969.

A estratégia de Nixon em direção à China foi consagrada com o interesse na instauração de um equilíbrio de poder que permitiria um relaxamento das tensões com a URSS. Dessa maneira, tal estratégia visava que o equilíbrio das alianças pendesse em favor dos EUA, influenciando para o surgimento da *détente*. “*Propunha-se, em certo sentido, a ganhar tempo*

¹⁶⁹ A doutrina Brejnev é conhecida como a “Doutrina da Soberania Limitada”, tendo como principal objetivo a defesa da união entre os países socialistas. Na prática, ela acabou restringindo a independência dos partidos comunistas em todo o mundo, o que causava desconforto da China. A primeira vez que a doutrina foi posta em prática foi em 1968 durante as manifestações democráticas e libertárias na Tchecoslováquia.

para os Estados Unidos reconquistarem seu poder ante seu rival, não havendo abdicação da tarefa de derrotá-lo” (PECEQUILO, 2003, p. 197).

No dia 1 de fevereiro de 1969, Nixon enviou uma carta à Henry Kissinger afirmando que era necessário dar todo o incentivo às possibilidades de reaproximação com os chineses (NIXON, 1969). Além da predisposição de Nixon de se aproximar do gigante asiático, a disputa territorial entre China e URSS, escalonada em março de 1969, trouxe uma maior facilidade para esse processo de reaproximação.

Do ponto de vista norte-americano com relação à China e seu interesse pela reaproximação, foram feitos estudos sobre a situação doméstica chinesa, em termos políticos, econômicos e militares, e postulava-se que a estabilidade ainda estava longe de ser assegurada. Por isso, em um cenário de instabilidade interna e com a economia marginal chinesa, havia pouca capacidade de manobra e ação do PCC. Além disso, o ambiente estratégico restritivo do entorno regional chinês, com a hostilidade soviética, conflitos com a Índia e as desavenças com o Japão, limitavam possíveis atitudes agressivas da China em relação aos EUA no final da década de 1960.

Analisando os acontecimentos regionais, o governo norte-americano buscou canais de comunicação para impulsionar sua política externa. No outono de 1969, enquanto Pequim e Moscou começavam a negociar uma resolução de suas disputas, os chineses e os americanos iniciaram as primeiras comunicações de maneira altamente secreta que levariam à viagem secreta de Kissinger para a China¹⁷⁰ (GARVER, 2016). As negociações ocorreram através de canais indiretos, mas somente após um torneio de *ping-pong* no Japão, em abril de 1971, houve uma abertura para o convite do time norte-americano jogar na China em partidas demonstrativas. Tal ação, que ficou conhecida como diplomacia do *ping-pong*, foi uma sinalização para a continuidade das negociações e aproximações entre os países (GARVER, 2016).

Em julho de 1971, Kissinger viajou de maneira secreta à China após convite de Zhou Enlai e, no dia 15 do mesmo ano, Nixon anunciou publicamente a ida dele à China, sendo um dos pontos do “*Nixon Shock*” (LEE, 1976; PYLE, 2007; TOGO, 2005). A reaproximação trouxe benefícios para a inserção internacional chinesa, tanto que, em outubro de 1971, a China

¹⁷⁰ Em 10 de outubro, Kissinger transmitiu a decisão aos chineses através do governo paquistanês do presidente Yahya Khan, aliado chinês e norte-americano no período da Guerra Fria. No dia 19 de dezembro o embaixador paquistanês Agha Hilaly informou que a China libertou dois americanos cujo o iate havia entrado nas águas da China como uma resposta à abertura da Casa Branca ao diálogo. Com tal abertura, Mao convidou um jornalista norte-americano, Edgar Snow, para ficar próximo à Mao na celebração do Dia Nacional em 1 de outubro de 1970 e concedeu uma entrevista privada com o jornalista fazendo comentários positivos sobre os EUA e os seus cidadãos, indicando de forma positiva uma visita do presidente (GARVER, 2016).

ou a República Popular da China passou a ocupar o assento permanente como membro do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), compelindo o governo de Taiwan a deixar a organização, como mencionamos no Capítulo anterior.

Podemos observar que o interesse da inserção chinesa na organização era sinalizado no documento de número 106 do volume XVII do Departamento de Estado norte-americano de 16 de fevereiro de 1971, onde há sinalização dos EUA de oferecer à China uma cadeira na ONU com intuito de pressioná-la a participar de acordos multilaterais¹⁷¹. Também podemos observar no documento a concepção do governo norte-americano sobre as transformações de poder no Leste Asiático:

Embora as mudanças tenham sido graduais, a interação dos EUA, China, Japão e União Soviética no Leste Asiático tornou cada país mais consciente do complexo equilíbrio de poder e potencial de manipulação inerente a uma relação - mas não totalmente completo – quadrangular. A mudança da aliança para o confronto nas relações sino-soviéticas e o rápido surgimento do Japão alteraram a natureza do jogo (US DEPARTMENT, 1971a, tradução nossa).

Ao mesmo tempo em que a estratégia foi benéfica para os interesses norte-americanos do período, também trouxe benefícios para a China que conseguiu participar novamente do sistema internacional, reinserindo-se política e economicamente, ganhando maior poder e capacidade de projeção mundialmente. Afinal, tão logo a China assumiu a cadeira na ONU de 1971 e o processo de reaproximação com os EUA foi se consolidando, a China passou a negociar com diversos países, como o próprio Japão, a França, Inglaterra e outros.

Durante a reunião em julho de 1971, Kissinger e Zhou Enlai debateram expressamente não só os interesses chineses de uma política de “Uma só China”, como também discutiram sobre um princípio de reciprocidade entre os países e a respeito do entorno regional, inclusive do militarismo japonês. Cabe ressaltar também que, com relação ao Japão, Kissinger enfatizou a necessidade da manutenção de tropas militares norte-americanas no Leste Asiático, afirmando que “*seria sensato para nós nos retirarmos do Japão, permitirmos que o Japão se reposicione, e depois deixar que o Japão e a China se equilibrem mutuamente no Pacífico. Mas esta não é nossa política*” (US DEPARTMENT, 1971b). Podemos compreender que a *realpolitik* de Kissinger se utilizou da ameaça japonesa como um instrumento para legitimar perante aos olhos dos chineses a capilaridade de atuação e poder militar dos EUA no Leste Asiático.

¹⁷¹ Dois objetivos estratégicos norte-americano chamam atenção no documento: i) o primeiro que deveria ser concretizado entre quatro e oito anos era de encorajar Pequim a desempenhar um papel construtivo e responsável na comunidade internacional e ii) o segundo (de curto prazo - um à três anos) era de fazer o que fosse possível a participação construtiva de Pequim em conferências internacionais sobre problemas mundiais, incluindo medidas para controle de armas e desarmamento.

Quando eu mencionei a questão japonesa ontem, e falei sobre as ambições dos militaristas japoneses, eu não estava pensando apenas na Coreia, Taiwan e Vietnã, mas também no nordeste da China, na Indochina e nas Filipinas, e áreas até o Estreito de Malaca que os japoneses consideram vitais. Assim, existe uma grande possibilidade de que antes que as forças dos EUA tenham se retirado dessas áreas e de Taiwan, as forças armadas do Japão entrem. A entrada em Taiwan seria possível porque o Japão e Taiwan ainda têm um tratado, concluído com Chiang Kai-Shek - o chamado Tratado de Paz, e agora eles estão enfatizando esse fato. (US DEPARTMENT, 1971c, tradução nossa).

A aproximação entre EUA e China transformou o equilíbrio de poder da Guerra Fria e o ambiente estratégico chinês se tornou mais permissivo, com o aumento da sua inserção internacional. Em linhas gerais, as negociações transformaram o tabuleiro geopolítico da Ásia e impactaram os rumos da Guerra Fria. A China percebeu que a aproximação com os EUA poderia favorecer seus interesses nacionais e a sua sobrevivência, devido ao ambiente estratégico restritivo, que parecia pouco favorável ao gigante asiático, com inimigos no norte, leste e oeste (URSS, Japão e Índia), além da própria ameaça norte-americana. Com a necessidade de perseguir sua política autônoma e retomar uma posição relevante no cenário internacional, os EUA ofereceram uma oportunidade para as lideranças chinesas que, por sua vez, também representavam benefícios para a estratégia norte-americana¹⁷². Afinal, com as negociações entre Kissinger e Zhou, os EUA legitimaram a presença de suas tropas militares na região e tal fato influenciou e continua influenciar consideravelmente a evolução das estratégias, das políticas de segurança e o comportamento da China, do Japão e dos EUA.

Cabe ressaltar que nesse período, China e EUA estavam envolvidos nos imbróglis da Guerra do Vietnã que se iniciou em 1959 e se estendeu até 1974. Com a aproximação sino-americana iniciada na década de 1970, a aliança entre China e Vietnã do Norte foi afetada. Apesar da compreensão por parte do governo do Vietnã do Norte que a China traiu o movimento ao aproximar-se dos EUA, as relações foram continuadas. A política de Pequim foi caracterizada por uma estratégia dual, onde de um lado, recusava coadunar com os esforços por parte do governo norte-americano para pressionar Hanoi, mas por outro lado o governo chinês buscou uma negociação para que ambas as partes chegassem a um acordo.

Nesse sentido, a estratégia de política externa chinesa seguiu os moldes de Mao quando afirmou que *“não se pode varrer muito longe se o cabo da vassoura for muito curto. Taiwan*

¹⁷² A aproximação dos EUA com a China, também promoveu um espaço de barganha e diálogo com a URSS (KISSINGER, 2011). Tanto que no dia 21 de maio de 1972, durante a Conferência de Moscou foi assinado o SALT I (*Strategic Arms Limitation Treaty*) que congelou o número de mísseis balísticos estratégicos nos níveis existentes e previu a adição de novos lançadores de mísseis balísticos lançados por submarinos (SLBM) somente depois que o mesmo número de antigos lançadores de mísseis balísticos intercontinentais (ICBM) e SLBM tivessem sido desmontados. O SALT I também limitou os ICBMs terrestres que estavam na faixa da fronteira nordeste dos Estados Unidos continentais até a fronteira noroeste da URSS continental (NIXON FOUNDATION, 2018).

está muito longe para a nossa vassoura chegar. Thieu no Vietnã do Sul também está fora do alcance de sua vassoura, camarada. Nós devemos aceitar esta situação” (apud GARVER, 2016, p.251). Domesticamente nos EUA, no começo da década de 1970, com a afetada moral norte-americana e a continuidade de uma guerra que perdurava mais de cinco anos, protestos aconteceram em grandes cidades dos EUA. Por esse motivo, o interesse norte-americano pela aproximação com a China também tinha relação com os objetivos de chegar a um acordo com relação a situação do Vietnã (GARVER, 2016).

Sem apoio popular e com sucessivas derrotas, o governo norte-americano optou pelo Acordo de Paris que reviu o cessar-fogo em 1973 e a retirada de tropas norte-americanas até 1975. Em junho de 1973, o Congresso norte-americano cortou todos os gastos militares e operações na Indochina (GARVER, 2016, p.258). Todavia, em outubro de 1974, o governo do Vietnã do Norte agiu novamente, mas sem resposta do governo de Washington. Hanoi utilizou toda a força no último ataque e conseguiu a vitória frente ao Vietnã do Sul em abril de 1975, unificando o território.

4.2.2.2 AS ILHAS SENKAKU/DIAOYU: DESCOBERTA DE RECURSOS NATURAIS EM MEIO ÀS RELAÇÕES CHINA-JAPÃO-EUA

Nesse mesmo período da reaproximação sino-americana, ocorrem as negociações entre Japão e EUA pelo retorno das ilhas de Okinawa ao arquipélago, como mencionamos no Capítulo anterior. Esses eventos coincidem com a descoberta de recursos naturais em águas marítimas territoriais no Mar do Leste da China¹⁷³, fazendo com que emergja a disputa pelas ilhas Senkaku/Diaoyu. Como vimos ao longo da tese, as ilhas Senkaku/Diaoyu passaram de mão em mão acompanhando as transformações de poder no Leste Asiático. Como Hara (2006) e Suganuma (1996) afirmam, em diversos momentos as ilhas foram esquecidas e não mencionadas em tratados internacionais, canais diplomáticos e etc. Como veremos nessa seção, a disputa pelas ilhas está emaranhada por diversas questões próprias da Guerra Fria.

A disputa se inicia em 1969 quando o *Comitê de Cooperação na Prospecção para Recursos Minerais* nas áreas *offshore* asiáticas (CCOP), juntamente com a *Comissão Econômica das Nações Unidas para a Ásia e o Leste* (ECAFE), publicaram um relatório de pesquisa geológica concluindo que existiria uma grande probabilidade de que a plataforma continental entre Taiwan e o Japão fosse um dos reservatórios petrolíferos mais prolíficos do

¹⁷³ Ver autores como ARAI et al, 2012, PARK, 1973, SUGANUMA, 2001, ELDRIDGE, 2001, CHUNG, 2008 e outros.

mundo e uma área extremamente favorável para a existência de grandes reservatórios de gás natural¹⁷⁴ (DRIFTE, 2013; 2014; ARAI et al. 2012; SUGANUMA, 1996; FRAVEL, 2012).

O estudo não apontou a quantidade exata de recursos presentes nas cadeias das ilhas Senkaku/Diaoyu e no seu entorno regional, mas a promessa da existência de possíveis grandes reservas reverberou no ocidente e tão logo o anúncio se tornou público, diversas empresas visaram explorar a região (PARK, 1973; ARAI et al. 2012; KOO, 2009; CHUNG, 2004). Com isso, Coreia do Sul, Taiwan e Japão declararam unilateralmente seus próprios blocos de mineração para o desenvolvimento de poços de petróleo no MLC (PARK, 1973). Todavia, ao passo que os grupos de japoneses estavam aplicando para explorar a região, em julho de 1969, o governo de Taiwan anunciou a soberania do território e do entorno regional marítimo, bem como o direito à exploração (PARK, 1973, KAWASHIMA, 2013). O governo japonês se posicionou indicando sua soberania, mas demonstrou vontade de negociar a questão sobre a plataforma continental e a exploração dela com Taiwan. O convite também se estendeu à Coreia do Sul e, em 21 de dezembro de 1970, formaram o Comitê de Pesquisa e Desenvolvimento Oceânico da Coreia do Sul, Japão e China (Taiwan) ou “*China (Taiwan), Japan, (South) Korea Oceanic Development and Research United Committee*” (PARK, 1973; CHUNG, 2004; KAWASHIMA, 2013; SUGANUMA, 1996).

De acordo com Chung (2004), o Japão, Taiwan e Coreia do Sul eram desde aquele período grandes importadores de petróleo do Oriente Médio, com o Japão importando 95% para suprir sua demanda doméstica e Taiwan 98% de seu consumo anual. O controle dos territórios submarinos para a exploração poderia torná-los quase autossuficientes durante um período de tempo caso as estimativas estivessem confirmadas. Além disso, em 1958, com a reunião da Convenção de Geneva da Lei dos Mares quatro tratados¹⁷⁵ foram assinados, codificando regras a respeito do direito internacional e das plataformas continentais.

A resposta da China continental ao plano dos países desenvolverem conjuntamente o território veio inicialmente através da divulgação de uma nota crítica da Agência de Notícias *Xinhua* a respeito da cooperação e desenvolvimento conjunto nas redondezas das ilhas Senkaku/Diaoyu no dia 3 de dezembro de 1970. No dia seguinte, uma transmissão no rádio

¹⁷⁴ Nos territórios subaquáticos localizados entre o Japão e Taiwan poderiam conter “um dos reservatórios de petróleo e gás mais prolíficos do mundo. É também uma das poucas grandes plataformas continentais do mundo que ainda não foi testada pelo exercício, devido a fatores militares e políticos, bem como à falta de informações geológicas de reconhecimento (...)” (CCOP TECHNICAL BULLETIN, 1969, tradução nossa).

¹⁷⁵ Os tratados internacionais assinados em 1958, que posteriormente foram substituídos pela UNCLOS em 1982, foram: the Convention on the Territorial Sea and the Contiguous Zone (CTS); the Convention on the High Seas (CHS); the Convention on Fishing and Conservation of the Living Resources of the High Seas (CFCLR); the Convention on the Continental Shelf (CCS).

difundiu que as ilhas Senkaku/Diaoyu não eram parte do território de Ryukyu, mas pertenciam a plataforma continental da China (PARK, 1973; CHUNG, 2004).

Questionam-se os motivos da demora do pleito chinês com um espaço de pouco mais de um ano após a descoberta de recursos. Do nosso ponto de vista, entendemos que inicialmente a disputa não representava algo que a China poderia conquistar/pleitear diante da distribuição de poder e alianças na Guerra Fria e, além disso, a China estava preocupada com as incursões da Rússia ao norte, com as desavenças com a Índia e os conflitos no Vietnã. Todavia, as sinalizações de uma possível e efetiva aproximação entre EUA e China desde a década de 1970 e o gradativo “aumento” de canais de comunicação levaram ao governo chinês compreender uma alteração no poder de barganha não só em relação ao Japão, mas principalmente em relação à Taiwan. Além disso, a possível aliança de exploração (Coreia do Sul, Taiwan e Japão) são um outro fator que influenciou as decisões chinesas de reivindicar o território nos anos 1970.

O governo chinês protestou fortemente contra o plano de desenvolvimento conjunto, alegando que a China tinha direito às áreas de exploração. Com as severas denúncias e críticas do governo chinês, o projeto foi descontinuado (CHUNG, 2004, p.32).

Em 20 de dezembro, um editorial intitulado "Resolutamente não tolerar tentativas de revisionistas norte-americanos e japoneses de roubar recursos submarinos de nosso país" apareceu de repente no respeitado Diário do Povo de Pequim. O editorial enfatizou que os norte-americanos e japoneses estavam promovendo a chamada "cooperação para o desenvolvimento" através da "United Oceanic Development Company" do Japão-Chiang (Kai-shek)-Park (Chung Hee) para pegar os recursos submarinos de nosso país. (...) a província de Taiwan e as ilhotas pertencentes a ela, que inclui o Diaoyu (ilhas), constituem território sagrado da China. Os oceanos que cercam essas ilhas, a costa chinesa e os recursos submarinos que nela estão contidos pertencem à China, o que decididamente não permitiria que outros colocassem seus dedos sujos sobre eles. Somente a República Popular da China tem o direito de explorar e desenvolver os recursos submarinos desta região (PEOPLE'S DAILY, 1970 *apud* CHUNG, 2004, p.33, tradução nossa).

Quase um ano depois, no dia 30 de dezembro de 1971, a China divulgou um documento chamado “*Statement by the Ministry of Foreign Affairs of the People’s Republic of China Regarding Dominion over the Diaoyu Islands*”, se utilizando da lógica e dos argumentos de Taiwan para pleitear o território (CHUNG, 2004; COSTA, 2017). Dentro da China, as notícias sobre as ilhas foram contidas e não foram apoiadas quaisquer formas de mobilização nacionalista clamando o território¹⁷⁶.

¹⁷⁶ Contudo, fora da China continental, os protestos e as demonstrações ocorreram, tanto que no dia 2 de setembro, uma bandeira de Taiwan foi fixada nas ilhas por um grupo de taiwaneses protestantes, que foram removidos e levados às autoridades de Okinawa. O incidente serviu como um catalizador para demonstrações e protestos de participantes contra o possível militarismo emergente no Japão (CHUNG, 2004, p.34). Em janeiro de 1971, pouco antes da assinatura da Reversão de Okinawa, foram organizadas manifestações por estudantes de Taiwan e Hong Kong nas cidades de Los Angeles, Seattle, Chicago, São Francisco, Nova York e Washington DC. Em fevereiro do mesmo ano, comitês formados por estudantes e cidadãos chineses e taiwaneses enviaram uma carta aberta ao

É também durante este período que surgiu um importante movimento nacionalista fora da China, o “*Safeguard the Diaoyutai Islands Movement*” [保钓鱼台运动 ou 保钓运动] ou “Baodiao Movement”, que se tornou um chamado para que todos os chineses patrióticos defendessem seu território¹⁷⁷. O movimento ganhou apoio de estudantes e intelectuais principalmente em Taiwan, Hong Kong e em outros lugares do mundo, alcançando seu ápice pouco antes da Devolução de Okinawa ao arquipélago nipônico em 15 de maio de 1972.

Assim como houver manifestações nacionalistas taiwanesas e de grupos fora da China no que concernia a disputa, movimentos nacionalistas também afloraram no Japão com o cancelamento do projeto de exploração e extração do petróleo da região.

Entre março e maio de 1972, manifestações de gangues de jovens ocorreram por meio de caminhões-sonoros (...) e os programas de televisão da NHK apresentaram painéis de discussão com escritores e ativistas de direita pedindo ao governo que defendesse a independência, a segurança e o prestígio nacional do Japão, com a utilização da força, caso fosse necessário. Esse comportamento foi diminuído e desapareceu depois que os americanos entregaram o controle administrativo das ilhas Senkaku aos japoneses, juntamente com Okinawa. (...) (CHUNG, 2004, p. 35, tradução nossa).

Nota-se que o tensionamento da disputa surgiu no mesmo momento em que dois dos grandes eventos ocorreram no Leste Asiático e modificaram a geopolítica da região. A devolução de Okinawa e o conseqüente retorno das ilhas Senkaku/Diaoyu ao Japão trouxeram dificuldades para o governo norte-americano, ao passo que esse visava, ao mesmo tempo, aproximar-se da China, manter relações com Taiwan e com o Japão. Durante o processo de resolução de Okinawa e devido à emergência da disputa pelas ilhas Senkaku/Diaoyu, o governo norte-americano foi pressionado por parte de lideranças chinesas e taiwanesas a interceder a seu favor, mas no fim optaram pela “neutralidade”. As lideranças dos EUA compreendiam que os acordos estavam muito avançados para retrocederem na decisão (ELDRIDGE, 2001).

De algumas das discussões diplomáticas sobre as ilhas, cabe destaque o caso da reunião entre Kissinger e Chow Shu-kai, ministro de relações exteriores taiwanês, no dia 12 de abril de 1971. O ministro taiwanês argumentou que se as ilhas retornassem para Taiwan, isso representaria a habilidade da Nação de proteger os interesses dos taiwaneses e chineses. Por esse motivo, Taiwan obteria maior legitimidade frente à diáspora chinesa como o único e verdadeiro representante da China (US DEPARTMENT, 197d).

Tal fato pode ser observado no momento em que Chow enfatizou que “*precisamos da ajuda de nossos amigos. As ilhas não fazem qualquer diferença para o Japão, mas fazem para*

presidente em Taipei, solicitando que ele protestasse contra as ações japonesas (okinawanas) ao retirarem a bandeira japonesa das ilhas Senkaku/Diaoyu (CHUNG, 2008).

¹⁷⁷ Posteriormente, o movimento ganhou adeptos dentro da China.

o povo de Taiwan. Talvez você possa discutir sobre essas pedras - não há petróleo lá - com os japoneses” (US DEPARTMENT, 1971d, tradução nossa). Durante a conversa Kissinger mencionou “*você não quer as ilhas de volta; você só quer evitar a grande confusão sobre elas, não é?”* e Chow confirmou. Além disso, Chow afirmou que entendia que a posição norte-americana de resolução do conflito sem o uso da força, mas informou que precisava de garantias para manter suas capacidades de defesa, posto que poderia levar a um erro de cálculos dos comunistas. Kissinger argumentou que não observava a possibilidade da China continental usar as capacidades militares contra Taiwan, já que eles estavam com medo da URSS.

Na prática, a disputa territorial entre a China e o Japão, especialmente pelas ilhas próximas de Okinawa, como afirma Hara (2015, p.181, tradução nossa), fizeram com que a presença militar norte-americana fosse mais aceitável para os países da região e para o mundo. Nesse sentido, “*enquanto enfatizava a “ameaça da China” e a “defesa do Japão” aos japoneses, Nixon conseguiu garantir a aprovação tácita chinesa da presença dos EUA em Okinawa como “defesa do Japão”, explorando assim o medo da China de reviver o militarismo japonês*”. A doutrina de neutralidade a respeito das ilhas guiou a política externa e a diplomacia norte-americana nos anos vindouros, sendo uma fórmula legal designada para evitar que os EUA precisassem agir. A declaração de neutralidade obedeceu à necessidade do período de não desencadear um potencial conflito capaz de causar alguma ruptura em suas relações com qualquer uma das três nações do Leste Asiático.

Politicamente, a devolução fez com que a popularidade de Taiwan declinasse, ao passo que a China passou a conquistar mais espaço no cenário internacional. Movimentos de estudantes e profissionais raivosos pela decisão do governo norte-americano de devolver a ilhas para o seu “dono ilegítimo”, passaram a questionar a legitimidade do governo de Taiwan (SHAW, 1999). Compreendemos, inclusive, que a disputa pelas ilhas Senkaku/Diaoyu, naquele contexto, não era necessariamente uma disputa com o Japão, mas sim uma disputa de legitimidade entre China e Taiwan.

Em fevereiro de 1972, os governos de Washington e Pequim divulgaram um comunicado conjunto declarando o abandono da política norte-americana de “uma China, uma Taiwan” ou duas Chinas. No comunicado conjunto afirmava-se que os EUA “*reconhecem que todos os chineses de ambos os lados do Estreito de Taiwan mantêm a concepção de apenas uma China e que Taiwan é parte da China. O governo dos EUA não desafia essa posição. Ele reafirma seu interesse em uma solução pacífica da questão de Taiwan pelos próprios chineses*” (SHANGHAI COMMUNIQUE, 1972, tradução nossa). Na parte norte-americana ainda estava escrito que com esta perspectiva em mente, afirma “*o objetivo final da retirada de todas as*

forças e instalações militares dos EUA de Taiwan. Enquanto isso, reduzirá progressivamente suas forças e instalações militares em Taiwan à medida que a tensão na área diminuir” (SHANGHAI COMMUNIQUÉ, 1972, grifo do autor, tradução nossa).

Cabe um parêntese para mencionarmos o caso de Taiwan, o governo norte-americano reconhece desde o Comunicado de Shanghai que Taiwan é parte de uma só China e que Pequim é o governo desta uma China, todavia em nenhum momento os EUA alegaram que a China detém a soberania de Taiwan¹⁷⁸. Na parte chinesa afirmava-se que a questão de Taiwan era o principal ponto que obstruiu a normalização das relações entre China e EUA, posto que “o Governo da República Popular da China é o único governo legal da China (...) a libertação de Taiwan é assunto interno da China em que nenhum outro país tem o direito de interferir” (SHANGHAI COMMUNIQUÉ, 1972, tradução nossa).

No que tange a disputa, o ponto principal é demonstrarmos que não houve demonstrações de poder e incursões militares por parte da China, ou de qualquer outro país envolvido. Nota-se que diferente do século XXI, como veremos no próximo Capítulo, qualquer atitude mais assertiva chinesa em relação ao território poderia configurar em um *encirclement*, pois a mesma poderia ser percebida como um ameaça pelo Japão, pelos EUA e pela URSS. A China não detinha capacidades e nem tinha interesse de se envolver em um outro conflito territorial naquele momento de reaproximação com os EUA e de aumento da sua legitimidade no cenário internacional.

Reitera-se que a disputa tem seu início devido à possibilidade de recursos naturais presentes em seu território, mas logo deixou de ser centrada somente neles e se tornou uma disputa que envolve questões de legitimidade por parte da China e de Taiwan. Ademais, como veremos a partir da década de 1990, as ilhas passaram a ganhar maior relevância simbólica e imaterial.

Sem o interesse dos países estimularem uma disputa em meio à Guerra Fria, às ameaças do sistema e aos acontecimentos nas relações entre eles, os países optaram por medidas conciliatórias. Ao passo que as relações sino-americanas se restabeleceram, o Japão prontamente buscou se reaproximar da China, como mencionamos no Capítulo anterior.

No dia 29 de setembro, foi assinado a Declaração Conjunta entre o primeiro-ministro japonês Kakuei Tanaka (1972-1974), uma liderança mais pró-China que seu antecessor¹⁷⁹, e

¹⁷⁸ Tal documento abriu espaço para a presença norte-americana, mesmo que não física com instalações desde 1979, na aproximação com Taiwan.

¹⁷⁹ Cabe destacarmos a mudança na liderança japonesa com a ascensão de Tanaka Kakuei ao poder, que foi eleito em contraposição à Fukuda Takei, ex-ministro de relações exteriores do governo Eisaku Sato e seu “favorito”.

Zhou Enlai, onde o governo do Japão reconheceu o governo chinês como o único governo legal e legítimo da China. Tanaka Kakuei foi quem iniciou o processo de reaproximação com a China, se encontrando com Zhou Enlai, e obtendo apoio de grupos econômicos da sociedade japonesa. Para conseguir a aproximação, Tanaka precisou domesticamente neutralizar a oposição de grupos na Dieta (pró-Taiwan), mas conseguiu apoio e conduziu a política de aproximação. A partir daquele período, o direcionamento de interesses da política entre os países foi pelo estreitamento de relações, posto que a China não mais representava uma ameaça como no início da Guerra Fria. Ainda assim, a transformação das lideranças políticas com a morte de Mao Tsé-Tung, permitiram que o pragmatismo chinês visasse o crescimento econômico interno da China. Percebia-se uma predisposição da sociedade japonesa e das elites econômicas pela aproximação com o gigante asiático devido aos grandes mercados promissores chineses (LEE, 1976).

Durante as negociações em setembro, postula-se que Zhou Enlai se recusou a discutir sobre a disputa e Tanaka Kakuei replicou que seria interessante discuti-la em outro momento (DRIFTE, 2013). Tal postura demonstra que a China não visava debater sobre a soberania das ilhas no período, tendo em vista a prioridade estratégica de reaproximação entre eles. A comunicação conjunta foi o primeiro passo para o restabelecimento das relações diplomáticas e políticas entre os dois vizinhos que viria a ser formalizada e consolidada com o Tratado de Amizade de 1978, que veremos adiante.

4.2.3 A CHINA NO FINAL DA GUERRA FRIA: A ASCENSÃO DE DENG XIAOPING, O PRAGMATISMO, A ECONOMIA E O FORTALECIMENTO DAS RELAÇÕES SINO-JAPONESAS E SINO-AMERICANAS

O final da década de 1970 é importante do ponto de vista da legitimidade do partido e do nacionalismo, posto que o fim da Revolução Cultural e a morte de Mao Tsé-Tung em 1976 fizeram com que o PCC transformasse o seu modelo de legitimidade da ideologia marxista e do socialismo econômico, em direção à racionalização política e econômica. O período foi marcado por competições dentro do PCC, tendo em vista que desde o início da década de 1970 com a enfermidade de Mao Tsé Tung, grupos moderados e radicais disputavam o poder dentro do partido. As inclinações dos mesmos eram diversas, bem como as estratégias para promover a segurança e os interesses nacionais chineses (ZHAN, 2018; GARVER, 2016). Como resultado

Tanaka tinha uma agenda pró-China e enfatizou que era o tempo de normalizar as relações com a China (*apud* LEE, 1976). Zhou Enlai, no dia 9 de julho, afirmou que o governo de Eisaku Sato era hostil em relação a China e ansiava pela normalização das relações sino-japonesas, tanto que qualquer esforço era bem-vindo.

de todo o período, Mao unificou a China e *“contra as formidáveis adversidades, manteve-se seguro no mundo da Guerra Fria, tão hostil a ele e à sua revolução (...) Foi tão seguro como a China tinha estado em qualquer momento no século XX”* (ZHAN, 2018, p.127, tradução nossa).

Apesar de disputas internas dentro do partido, Deng Xiaoping (1978-1990) assumiu ao poder em 1978, transformando a estrutura política e econômica chinesa, tanto através da liderança coletiva, que mencionamos anteriormente, como por meio das reformas econômicas. Deng Xiaoping, um líder pragmático, buscou fazer da China, um país rico e poderoso (GARVER, 2016; ZHAN, 2018).

O discurso chinês passou a entoar o pragmatismo que pode ser sintetizado na famosa fala de Deng: *“não importa se o gato é preto ou branco, desde que ele capture o rato”*. Esse pragmatismo moldou a grande estratégia chinesa e as suas relações com os outros países do sistema internacional.

A grande estratégia básica que Deng adotaria durante seu tempo no poder já estava em vigor durante os últimos anos de Mao. O objetivo abrangente - manter a China segura - permaneceria o mesmo. O principal ajuste foi na política econômica. (...) No equilíbrio de poder, seus instintos eram os mesmos: eles procuravam ficar o mais próximo possível de outros estados sem comprometer os interesses centrais. Deng foi capaz de descansar mais facilmente em suas tentativas de fazê-lo por causa da situação geopolítica que herdou de Mao (ZHAN, 2018, p.132, tradução nossa).

O objetivo de Deng era transformar a China em um poderoso país socialista por meio de uma poderosa e moderna agricultura, da indústria, da defesa nacional e da ciência (GARVER, 2016). Para alcançar tal objetivo, Deng promoveu a abertura chinesa ao mundo, adaptando aspectos do capitalismo à China. Nas palavras de Deng (1995, p.144, tradução nossa), *“para alcançar as quatro modernizações, devemos ser adeptos do aprendizado de outros países e devemos obter uma grande quantidade de assistência externa”*.

Em 1978, foi iniciado o período das mudanças na economia chinesa com o “Programa das Quatro Modernizações” que, de forma resumida, foi um amplo projeto nacional de política industrial, agrícola, de ciência e tecnologia e de defesa (SUTTER, 2008). Nesse sentido, há a criação de áreas específicas para a captação de investimentos e tecnologias estrangeiras, também conhecidas como Zonas Econômicas Especiais. Através da política de portas abertas, o objetivo de tornar a China um país rico estimulou sua maior aproximação com outros países, sobretudo com os EUA e com o Japão.

No que diz respeito às relações sino-americanas, em dezembro de 1978, Washington e Pequim divulgaram um segundo comunicado conjunto normalizando as relações entre os países, no qual os EUA reconheciam a China do PCC como a única China. Afirmava-se que o

governo dos EUA reconhece a posição chinesa de que há apenas uma China e Taiwan faz parte da China (US-CHINA JOINT COMMUNIQUE, 1978). Todavia, isso não significou o rompimento dos EUA com Taipei, pelo contrário, as relações se mantiveram de forma não oficial.

Cabe lembrarmos que em 1979 o Congresso norte-americano aprovou o *Taiwan Relations Act* (TRA)¹⁸⁰, no qual Washington comprometia-se a fornecer ajuda e defesa para Taipei, tendo em vista que qualquer esforço para determinar o futuro de Taiwan por meios que não fossem pacíficos, incluindo boicotes ou embargos, seria considerado como uma ameaça à paz e à segurança da região do Pacífico Ocidental e uma grande preocupação para os EUA (TRA, 1979). Taiwan obteve êxito através do ato emitido pelo Congresso para manter alguns pressupostos do Acordo de Segurança Sino-Americano de 1955¹⁸¹. A proposta da legislação feita pelo Congresso foi uma forma de consolidar o *status* de Taiwan e prevenir uma possível anexação das ilhas pela China que não fosse pacífica, também preservando os interesses estratégicos norte-americanos na região.

Durante o período, a China buscou um jogo estratégico triangular, visando negociar e barganhar tanto com a URSS como com os EUA. Ao passo em que Deng enxergou a atitude norte-americana de manter relações com Taiwan como uma pressão, objetivou também se reaproximar da URSS na década de 1980. Uma postura diferente, como veremos a seguir, dos anos finais da década de 1970, quando ainda existiam percepções da URSS como ameaça (GARVER, 2016). Também no final da década de 1980, há conversas entre China e Índia, apesar da continuidade de divergências com relação às fronteiras de ambos os países.

Enquanto no governo Mao a China vivenciou diversos conflitos e inúmeras ameaças, o governo Deng vivenciou uma certa permissividade, direcionando esforços para a reestruturação econômica. Tais pontos são fundamentais para compreender que a política externa e estratégia de Deng no período teve como objetivo o fortalecimento da reinserção chinesa internacionalmente e a construção de um entorno regional menos ameaçador e conflitivo.

No caso das relações sino-japonesas, tal período detém papel de destaque na medida em que ambos os países assinaram o Tratado de Amizade de 1978. No contexto da assinatura, desde

¹⁸⁰ O TRA foi uma proposta do congresso norte-americano para evitar que o compromisso entre EUA e Taiwan fosse apenas um acordo executivo, que não teria força na lei. O *Taiwan Relations Act* foi um ato emitido pelo Congresso norte-americano logo após o reconhecimento da República Popular da China como a verdadeira China em 1979, em que possibilitava a continuidade das relações econômicas e comerciais com Taiwan.

¹⁸¹ O Tratado de Segurança entre os países previa a manutenção da legitimidade de Taiwan como o verdadeiro governo da China, mas findou em 1979 com o restabelecimento das relações entre China e EUA. O Tratado assinado em 1955 definia que ambos os países ofereceriam suporte militar para defender o território contra uma invasão ou ameaça. Todavia, somente a ilha de Taiwan e de Pescadores estava circunscritas por tal tratado.

a metade da década de 1970, a *détente* erodia ao passo que a URSS aumentava suas capacidades militares e influência na Ásia. Os vácuos de poder deixados pelos EUA com a Doutrina Guam e a saída do Vietnã, impactaram os receios da China sobre a ameaça da soviética, estimulando a aproximação sino-japonesa (GARVER, 2016; ITOH, 2017). Com a saída de Nixon e a ascensão de Jimmy Carter (1977-1981), o governo norte-americano priorizou a reestruturação econômica e a política doméstica, diminuindo sua participação em algumas regiões do mundo.

O isolamento está aumentando nos EUA, enquanto a alienação de nações amigas [dos EUA] cresce cada vez mais (...). Com o poder americano encolhendo e o isolacionismo surgindo, os social-imperialistas soviéticos revisionistas estão preenchendo o vácuo deixado pelos EUA e estão se aproveitando da fraqueza dos EUA para fazer movimentos expansionistas e de infiltração. O recuo da influência dos EUA, e a política de conciliação e apaziguamento alimentada pelos países ocidentais, ajudará a aumentar a arrogância dos social-imperialistas soviéticos e confrontar outros países (*apud* GARVER, 2016, p.328, tradução nossa).

De acordo com Kokubin et al. (2017, pp.99-100, tradução nossa), as ações soviéticas pareciam ir contra o curso da *détente* que “*começou a se destacar, como a sua crescente intervenção na Guerra Civil Angolana. Isso desencadeou um debate sobre os méritos da política de détente nos EUA, que se tornou um importante ponto focal de conflito no processo de normalização diplomática com a China*”. Gradativamente, a polarização da Guerra Fria e dilemas de segurança retornavam.

Historicamente, relembra-se que na Declaração conjunta de 1972, a China e o Japão concordaram em negociar com o intuito de concluir acordos em diversas áreas. Por esse motivo, uma delegação de burocratas japoneses foi à China no mesmo ano e acordos nas áreas de comércio, transporte aéreo, logística e pesca foram firmados em 1974 (KOKUBIN et al., 2017). Com a reaproximação entre China e Japão, suas relações comerciais floresceram e, entre 1972-1978, cerca de 12 acordos de cooperação que versavam desde aviação até comunicação foram realizados (ROSE, 1998). Em 1975, o Japão se tornou o principal parceiro comercial da China e, com a mudança de liderança em 1976-78 e a abertura chinesa, o arquipélago usufruiu da proximidade para expandir suas relações comerciais¹⁸² (ITO, 2017).

Nesse cenário, no final da década de 1970, o Japão e a China rumavam para o restabelecimento de suas relações com a assinatura do Tratado de Amizade de 1978. A China tinha como expectativa a possibilidade de receber financiamento e obter a avançada tecnologia

¹⁸² Ressalta-se que o final da década de 1970, também foi marcado por uma postura japonesa mais ativa em sua política externa que observou uma oportunidade para florescer algumas de suas estratégias políticas (UEHARA, 2003; KOKUBIN et al. 2017). Tanto que tão logo os EUA se aproximaram da China, o Japão fez o mesmo e ainda buscou estreitar relações com os países no Sudeste Asiático no decorrer da década de 1970, como mencionado no Capítulo 3 (KOKUBIN et al, 2017).

japonesa para concretizar seus planos de modernização, enquanto o Japão visava utilizar os recursos naturais disponíveis no território chinês, sobretudo os recursos energéticos como carvão e petróleo, e aproximar-se de um grande mercado para as exportações nipônicas (KOKUBIN et al, 2017; ITOH, 2017).

Antes da assinatura, houve mais um tensionamento da disputa territorial entre os países pelas ilhas devido à incursão chinesa de navios pesqueiros (entre 80 e 200) que apareceram ao redor das ilhas Senkaku/Diaoyu, em abril de 1978¹⁸³. Apesar desse tensionamento, o Tratado de Amizade Sino-Japonês foi assinado e entrou em vigor no dia 23 de outubro de 1978, sendo um dos grandes marcos para a história das relações entre os países (JAPAN-CHINA PEACE TREATY, 1978).

Com relação ao tratado, há o debate sobre o “arquivamento” da disputa, contudo, tal ideia não é consensual entre o Japão e a China, que detêm opiniões contrárias sobre o “deixar para a posteridade” a resolução. Durante a reunião entre Deng Xiaoping e o primeiro-ministro japonês Takeo Fukuda (1976-1978), o governo japonês argumenta que em nenhum momento houve um acordo com o lado chinês sobre "arquivamento" ou "manutenção do status quo" em relação às ilhas Senkaku/Diaoyu (MOFA, 2014a). O governo chinês, por sua vez, considera ter sido explícita tal decisão, diante da afirmação dada por Deng Xiaoping em frente a inúmeros repórteres em sua visita ao Japão no dia 25 de outubro de 1978. Quando questionado sobre as ilhas Senkaku/Diaoyu, afirmou que:

... nossos dois lados concordaram em não abordar essa questão quando as relações diplomáticas foram normalizadas entre a China e o Japão. Desta vez, quando estávamos negociando o Tratado de Paz e Amizade, os dois lados novamente concordaram em não tocar no assunto. (...) não importa se essa questão é arquivada por algum tempo, digamos, dez anos. Nossa geração não é inteligente o suficiente para encontrar uma linguagem comum sobre esta questão (DENG, 1978 apud PEKING REVIEW, 1978, p. 16, tradução nossa).

Nota-se que o governo de Deng Xiaoping expandiu as relações externas da China e promoveu o desenvolvimento econômico do país alicerçado na entrada de investimento estrangeiro, como no caso da Ajuda para o Desenvolvimento do Japão (ODA), e no fortalecimento das indústrias chinesas. Um exemplo da aproximação econômica entre os países

¹⁸³ Existem visões destoantes sobre o acontecido, posto que enquanto alguns autores como Chung (2004) e Koo (2009), argumentam que foi comandado por Deng Xiaoping, enquanto autores como Kokubin et al. (2017) e Drifte (2013), argumentam que foi uma ação organizada por grupos internos chineses e sem relação com Deng Xiaoping. No caso do primeiro, existem interpretações ainda que Deng Xiaoping teria articulado a questão dos navios pesqueiros com o interesse de apressar a resolução do Tratado de Amizade entre os países e, ao mesmo tempo, parecer mais assertivo frente aos espectadores nacionais, tendo a necessidade de responder à sociedade (CHUNG, 2004). No caso do segundo, diferente de uma ação organizada como uma postura oficial do governo, o envio de navios pesqueiros foi resultado de uma cisão interna dentro do PCC que era contra a aproximação com o arquipélago nipônico e tinha como objetivo pressionar a decisão de Deng Xiaoping.

é que desde 1978 a participação japonesa do comércio chinês sempre esteve em mais de 10% e em 1985 tal valor chegou a 30% (GARVER, 2016).

De fato, na década de 1980, as relações sino-japonesas se tornaram conturbadas devido aos conflitos envolvendo livros de história japoneses, quando um comitê educacional nipônico com membros conservadores e nacionalistas (militaristas) censurou os livros que tratavam do Massacre de Nanquim, deletando a sentença informando que japoneses haviam estuprado e cometido crimes de guerra contra os chineses. O assunto se tornou corriqueiro nas relações entre ambos os países na medida em que tanto nos anos 1990 como no século XXI, alterações e eufemismos nos livros de história japoneses continuam a ocorrer (ROSE, 1998; KOKUBIN et al. 2017). Nota-se que também nesse período, em 1985, Yasuhiro Nakasone visitou o santuário Yasukuni, onde estão enterrados criminosos de guerra japoneses, instigando ainda mais desconfianças nas relações entre os países.

Durante o período, há o florescimento das relações da China com seu entorno regional e, apesar de existirem forças internas que ainda questionavam a liderança de Deng Xiaoping e seu afastamento de alas radicais do partido, a estratégia chinesa se consolidou por vias do pragmatismo (ZHAN, 2018; SUTTER, 2008; GARVER, 2016).

Nota-se que durante o governo de Deng, cada vez mais a crença ideológica começou a desaparecer (GARVER, 2016, p.353), posto que os problemas sociais vivenciados pela China durante o governo de Mao, a fome, a violência da Revolução Cultural e outros, fizeram com que a ideologia do partido logo perdesse apoio popular, não ressoando em grande parte da sociedade. Por esse motivo, Deng precisou cativar o coração das pessoas e o fez através da promoção de reformas com intuito de aumentar a produtividade, cortar custos e promover o desenvolvimento econômico (ZHAN, 2018).

Contudo, ao passo em que o país se abria para o Ocidente, ideias liberais afloraram na sociedade na medida em que diversos livros ocidentais começaram a adentrar os mercados chineses. Além disso, intelectuais chineses produziram publicações direcionadas para a política, a economia, a sociedade e a cultura ocidental. O ocidente e suas ideias penetraram na sociedade chinesa, mesmo que a valorização das tradições fosse mantida. A emergência de grupos sociais liberais, a difusão do debate dentro das universidades chinesas, a maior liberdade (mesmo que ainda restrita) de intelectuais, o gradativo aumento de acesso a determinadas fontes de comunicação como a BBC e a *Voice of America*, por exemplo, impactaram as percepções da população sobre o regime. Tais pontos são fundamentais para entendermos como a tomada de decisão de Deng Xiaoping impactou para emergência de manifestações em 1989 (YANG; LIM, 2010).

Ao passo que o final da década de 1970 promoveu transformações significativas dentro da China e na condução da grande estratégia do país, modificando a condução da política para alcançar seus interesses nacionais; a década de 1980 representou o sucesso econômico e a inicial retomada dos investimentos na modernização militar do país. De fato, com a ascensão de Deng Xiaoping há uma priorização dos gastos chineses para o fomento da indústria e uma diminuição da prioridade de promover os gastos militares e do fortalecimento da PLA (NATHAN; ROSS, 1997; ZHAN, 2018).

Apesar dos cortes de gastos militares, já na metade da década de 1980 há a retomada inicial de investimentos da China nas suas capacidades militares, mas ainda de forma limitada. Ao passo que a economia crescia e as relações comerciais aumentavam, o orçamento militar também foi estimulado, mesmo que a modernização principal do exército chinês fosse ocorrer somente nos anos 1990 (CHASE et al., 2015).

De acordo com Costa (2017, p.75), durante a década de 1980 há uma transformação do posicionamento chinês do ponto de vista da estratégia marítima. A China decidiu perseguir uma estratégia de defesa ativa nas suas proximidades marítimas e modernizar-se, direcionando esforços para o Sudeste Asiático, vivenciando conflitos territoriais no MSC. Nas análises de Bong (2002), Goldstein (1997) e Costa (2017), os autores pontuam que, comparando o MLC e o MSC, o governo chinês ajustou suas políticas territoriais e suas respostas para refletir a distribuição de poder do país no cenário internacional. Nesse sentido, enquanto disputas territoriais no MLC, por exemplo, se mantiveram adormecidas no período, as disputas no MSC foram afloradas.

Diante da importância marítima, o governo chinês direcionou esforços para a consolidação de uma marinha mais equipada. A priorização da marinha, ocorreu pelo fato de que *“o PLA teria que ser preparado em vez de “pequenas guerras na periferia” da Nação. A ênfase em uma visão estratégica “periférica” (para uma extensão significativa marítima) e não continental melhorou a alavancagem do plano na obtenção de recursos dentro do PLA como um todo”* (COLE, 2014, p.55, tradução nossa),

Com isso, há o lançamento da estratégia para os mares por parte do governo chinês. Estratégia que é seguida até os dias atuais, tendo em vista a importância das capacidades AD/A2 (anti-acesso e negação de área) para conservar a integridade territorial do país em caso de ameaça. A estratégia chinesa para os mares é derivada do pensamento de Liu Huaqing, que foi um oficial-general que auxiliou na modernização das Forças Armadas chinesas, principalmente da Marinha do Exército de Libertação Popular, sendo comandante no período de 1982 até 1988. Sua principal contribuição foi o desenvolvimento da estratégia das “Cadeias Marítimas”, uma

doutrina de segurança nacional baseada na necessidade da defesa costeira chinesa. Tal estratégia está alicerçada no seccionamento de espaços marítimos que possuem relevância política e econômica para a China (COLE, 2014; KANE, 2014).

A Primeira Cadeia de Ilhas delimita o Mar do Japão, Mar do Leste da China e Mar do Sul da China. Nesta estratégia, a primeira cadeia começa nas ilhas das Filipinas, perpassando pela Malásia e terminando no Vietnã. Na teoria, a proposta era que tal território estivesse no controle total da China até os anos 2000. Já a Segunda Cadeia de ilhas inicia-se no território do Japão e se estende pelo Oceano Pacífico terminando na Indonésia (MAPA 2). A China deveria ter total controle e projeção sobre esse território até 2020 (COLE, 2014). De acordo com Liu Huaqing (1994), uma forte defesa nacional é fundamental para garantir a soberania e a segurança de um país. Afinal, o resultado final da Guerra Sino-Japonesa teve uma grande influência no curso da história chinesa, demonstrando que a segurança é a pré-condição do desenvolvimento de um país.

Figura 11: Cadeia de ilhas segundo a estratégia de Liu Huaqing



Fonte: JAMESTOWN FOUNDATION (2017)

4.2.4 A CHINA PÓS-GUERRA FRIA: O CRESCIMENTO ECONÔMICO, O NACIONALISMO E A MODERNIZAÇÃO MILITAR

A ausência da estrutura bipolar deixou liberados os reais fluxos da política internacional devido ao fim da configuração de poder que perdurou no sistema durante mais de quarenta anos. As instabilidades foram renovadas e os fluxos de tensão dispersos (PECEQUILO, 2003). Assim

como questionaram-se sobre a continuidade das alianças estabelecidas pelos EUA ao longo da Guerra Fria, teses sobre a futura emergência de potências que promoveriam o balanceamento do sistema foram reforçadas. Nesse sentido, Waltz (1993) afirmava sobre a emergência do Japão, da China, da União Europeia e até mesmo da Rússia, como futuros pólos de poder que fariam da unipolaridade apenas um momento.

Ao passo em que o Japão foi pressionado a participar mais ativamente da ordem que os EUA continuavam consolidando por meio do seu engajamento internacional e através de suas instituições (PECEQUILO, 2003), a China sofreu logo nos anos finais da Guerra Fria com sanções e represálias norte-americanas, indicando que mesmo após o fim da bipolaridade, os ideais liberais dos EUA continuariam a representar um problema para a liderança do PCC (GARVER, 2016).

Com a abertura econômica e seu crescimento, a entrada de tecnologias, de instituições, de ideias liberais e da cultura de diversos países, o governo chinês passou a enfrentar uma profunda crise ideológica que alguns autores chamaram da “crise das três crenças”: crise da crença no socialismo, crise da crença do marxismo e crise da confiança no PCC (ZHAO, 1998; ZHONG, 1996). Nesse sentido, cabe lembrarmos que em 1989 ocorreu o incidente da Praça Celestial que impactou as relações sino-americanas e influenciou para que, mesmo após o fim da Guerra Fria e da ameaça soviética, o ambiente estratégico chinês continuasse relativamente restritivo.

Como argumenta Garver (2016, p.472, tradução nossa), os eventos de 1989 trouxeram uma nova dinâmica para as relações entre EUA e China: *“uma ditadura autoritária, de partido único, vivendo em uma era de revolução democrática global viu-se ameaçada pela confiança democrática dos EUA. Enquanto isso, um estado antidemocrático cada vez mais poderoso pareceria cada vez mais ameaçador para as potências democráticas”*.

Afinal, a grande estratégia norte-americana emergente na década de 1990 teve como enfoque o objetivo de fortalecer internacionalmente o núcleo das democracias, incentivar a implementação e consolidação de novas democracias, impedir agressões de Estados hostis às democracias e perseguir a agenda humanitária (PECEQUILO, 2003). Mantiveram-se os pressupostos e o interesse pela primazia norte-americana no sistema internacional e a necessidade da promoção da hegemonia liberal. Apesar de discordâncias internas sobre como os EUA deveria se comportar, com debates entre internacionalistas e isolacionistas, o governo norte-americano continuou buscando promover ativamente uma nova ordem mundial (PECEQUILO, 2003; DUECK, 2006). Nesse contexto de unipolaridade e em um ambiente estratégico permissivo para os EUA, as lideranças norte-americanas poderiam ter adotado

diversas estratégias, mas Clinton optou pelo engajamento e a expansão (PECEQUILO, 2003; DUECK, 2006).

O incidente da Praça da Paz Celestial e a represália de diversos países pela forma com a qual a China agiu reprimindo manifestantes com suas forças militares, trouxeram percepções negativas do país com relação à nova ordem mundial (HE, 2016; GARVER, 2016).

Para os líderes comunistas chineses, o "Incidente de Tiananmen" foi uma conspiração política liderada pelas potências ocidentais, especialmente os EUA, contra o Partido Comunista Chinês (PCC) para tornar a China outra União Soviética. A "evolução pacífica" ocidental liderada por os EUA foram tratados como a ameaça potencial mais proeminente à estabilidade da China, bem como à legitimidade política do PCC na China logo após o Incidente de Tiananmen no início dos anos 90 (HE, 2016, p. 126, tradução nossa).

O Japão foi o primeiro a retomar sua ajuda para o desenvolvimento. Entre 1979 e 1990, o Japão concedeu empréstimos e ajuda financeira de US\$723 milhões e tal ajuda favorecia o projeto de crescimento econômico chinês e a estratégia chinesa de Deng Xiaoping. Nesse sentido, buscando conservar as relações com o arquipélago nipônico com o objetivo de levar adiante os interesses estratégicos chineses, há o aumento da interdependência econômica entre os países.

Nota-se que com os incidentes da Praça Celestial, há a busca do PCC por recuperar a legitimidade perdida após 1989. Por esse motivo, o governo fez com que o nacionalismo fosse um instrumento para promover a coesão nacional e a lealdade da população, sendo um valor que era compartilhado pelo regime e seus críticos. O incidente da praça Tiananmen, que mencionamos neste Capítulo, foi uma oportunidade para o regime se colocar como liderança da China e, por isso, utilizou-se das sanções econômicas de países ocidentais em represália ao acontecido para fomentar o nacionalismo.

Ainda assim, o PCC criou uma série de campanhas para prover o nacionalismo e o sentimento antiocidental na tentativa de fortalecer a coesão nacional. Nesse sentido, visando uma guinada brutal e a reconstrução do apoio ao Partido, o PCC iniciou uma campanha educacional voltada para estimular valores nacionalistas.

Advindo da renovada realização do poder do nacionalismo após os pilares da ideologia marxista sucumbirem, a liderança pós-Tiananmen focou seus esforços em cultivar uma lealdade ao regime com o suporte do estado ao lançar uma campanha de educação patriótica (*aiguozhuyi jiaoyu*) (...). Um enorme esforço foi feito na doutrinação patriótica e *guoqing jiaoyu* (educação do Estado da nação), direcionado principalmente a intelectuais e à juventude (ZHAO, 1998, p.291-292, tradução nossa).

Segundo Oliveira e Morais (2018) e Zhao (2008), a campanha patriótica chinesa pode ser encarada como um nacionalismo que parte do Estado e que começou com dois documentos lançados em 1991: "*Aviso sobre a condução da educação do patriotismo e da tradição*

revolucionária pela exploração extensiva de relíquias culturais" e "*Diretrizes gerais sobre o fortalecimento da educação referente à história contemporânea e moderna chinesa e suas condições nacionais*". Estes documentos direcionavam as prerrogativas da campanha educativa patriótica, voltada tanto para o estímulo da cultura tradicional quanto de uma reforma orientada para o mercado. Em ambos os documentos, o PCC não usa o termo "nacionalismo" e sim "patriotismo", que pode ser traduzido como "amor ao país" (GARY, 2012). Evidentemente o governo chinês evidentemente buscava, através do projeto educacional, estimular e contribuir para a manutenção da integridade, unidade e orgulho nacional.

Nesse sentido, em 1993, a Comissão de Educação do Estado publicou um importante documento intitulado "*Programa para a Reforma da Educação Chinesa e Desenvolvimento*", no qual o patriotismo era o guia principal nessa transformação. No mesmo ano, o Departamento de Propaganda Central do PCC, a Comissão da Educação, o Ministério da Cultura e o Ministério de Rádio, Televisão e Filmes decidiram que todas as escolas primárias e secundárias do país participariam de um projeto de educação patriótica que seria, em parte, mobilizado através de filmes e televisão¹⁸⁴ (ZHAO, 1998, p.289-292). Como parte desse esforço conjunto, o Departamento de Propaganda do PCC publicou uma antologia de discursos patrióticos, artigos e exposições de Mao Tsé-tung, Deng Xiaoping e Jiang Zemin, que assumiu o poder na China em 1993.

Assim como nas escolas, os cadetes da academia militar também eram mobilizados a discutir e a participar da campanha educacional através de aulas e cursos. Nesse sentido, com o objetivo de criar uma atmosfera social favorável, lugares turísticos, museus, memoriais, sítios históricos e relíquias culturais passaram a receber mais investimento e se tornaram pontos essenciais para a identidade nacional (ZHAO, 1998; GARY, 2012, p.29).

Muitos locais históricos foram designados como bases da educação patriótica para o povo chinês, principalmente para aqueles no Nordeste da China que experimentaram as atrocidades dos agressores japoneses durante a guerra. (...) A história da invasão japonesa no nordeste da China remonta a Guerra Sino-Japonesa de 1894 e 1895 e a guerra Russo-Japonesa, quando as tropas japonesas ocuparam a Península do Liaoning Oriental, o Porto de Lushun (Port Arthur) e a Ferrovia da Manchúria. (...) De acordo com os departamentos de Administração de Relíquias Culturais existem mais de 30 sítios que marcam a invasão japonesa no nordeste da China (...) De 1992 a 1996, mais de dez milhões de yuan chineses foram designados para a proteção destes locais históricos e vários museus foram restaurados ou construídos. O museu do testemunho criminal da unidade militar 731 em Harbin, capital da província de

¹⁸⁴ Ainda nessa linha, um antigo teste de admissão às universidades chinesas que versava sobre o pensamento marxista foi suprimido e substituído por outro modelo de formação ideológica com o programa: "Eu sou Chinês". Este programa foi lançado nas universidades como uma forma do PCC de levar adiante um novo lema da educação patriótica e de amenizar o atrito causado com jovens estudantes que questionavam o exame em ciência política nas provas das universidades, no qual cobravam teorias sobre marxismo e o regime comunista (ZHAO, 1998).

Heilongjiang, recebe mais de três milhões de pessoas por ano (ZHAO, 1998, p.296, tradução nossa).

Zhao (1998) afirma que qualquer condenação contra algum caso que verse sobre a China em âmbito internacional transforma-se em algo a ser explorado para inflar e fazer parte da educação patriótica. A educação patriótica serviu para estabelecer o sentimento nacionalista através do “trauma” – a humilhação promovida pelo estrangeiro – e da “glória” – a vitória do PCC ao derrotar os imperialistas (ZHAO, 1998; GARY, 2012; WU, 2012). Apesar dessas políticas educacionais terem sido implementadas entre 1991 e 1996, as matérias que dominam os currículos das escolas chinesas ainda estão de acordo com a “campanha de educação patriótica”.

De acordo com Zhao (2013a, pp.3-5), o nacionalismo chinês também parte da sociedade e, ao mesmo tempo em que clamam por participação política na China, o nacionalismo popular, ao compartilhar com o governo o sonho de fazer a China forte e poderosa novamente, suspeita da agenda ocidental que poderia enfraquecer ou tardar o crescimento chinês, trazendo mais críticas ao ocidente. Compreende-se que eles não desejam que os EUA vejam a China como um país mais rico e forte do que os EUA. Postula-se que o nacionalismo popular começou a emergir na China na década de 1990 e é um elemento essencial para se pensar a legitimidade do partido, posto que as lideranças logo compreenderam que o nacionalismo poderia ser uma faca de dois gumes: pode ao mesmo tempo legitimar o PCC ou pode ser uma força inesperada com capacidade de questionar a liderança do PCC. Tais pontos fazem com que exista uma disputa por legitimidade e poder internamente que afeta a forma como a China responde aos estímulos e ameaças internacionais.

Do ponto de vista internacional, as relações da China com o seu entorno regional estavam mais amistosas na medida em que o país resolveu diversas situações e conflitos fronteiriços, além disso, outros países não desejavam que disputas territoriais afetassem as suas relações econômicas. Afinal, do pós-Guerra Fria até a Crise Asiática de 1997, a Ásia era vista como uma região econômica dinâmica (GARVER, 2016). Nesse sentido, Deng Xiaoping enunciou um dos principais pilares da política externa chinesa com a estratégia dos “24 caracteres”: (i) observe e analise calmamente (冷静观察), (ii) mantenha sua posição (稳住阵脚), (iii) lide com as políticas de forma calma (沉着应付), (iv) esconda suas capacidades, espere o seu tempo (韬光养晦), (v) mantenha o perfil baixo (善于守拙), (vi) não busque a liderança (绝不当头), e (vii) tome ações e almeje resultados (有所作为). Ou que pode ser resumida no “mantenha o perfil baixo e realize algo” (*taoguang yanghui, yousuo zuowei*).

O governo seguinte foi de Jiang Zemin (1993-2002), que continuou a trilhar diversos aspectos das estratégias de Deng Xiaoping. Em seu mandato cabe ressaltarmos alguns problemas vivenciados pelo mesmo, posto que antigos problemas da China começaram a emergir: como a questão de Taiwan e o Japão. Afinal, desde metade dos anos 1990, movimentos separatistas se tornaram a principal ameaça para a segurança chinesa, posto que a possível independência de Taiwan poderia danificar a legitimidade do partido e estimular movimentos separatistas na região de Xinjiang e do Tibet (HE, 2016).

Nesse período, há a expansão da China no MSC, o que gerou conflitos com o Vietnã, e há a terceira crise no Estreito de Taiwan em 1995-1996. A crise de Taiwan foi iniciada através da cooperação militar entre EUA e as ilhas, por meio da venda de armas norte-americanas para os taiwaneses e da emissão de um visto para o presidente taiwanês na época Lee Teng-hui para visitar os EUA. Os chineses compreenderam as atitudes norte-americanas como uma afronta para a sua segurança e integridade territorial (GARVER, 2016; HE, 2016; KHAN, 2018). Em linhas gerais, as forças chinesas passaram a conduzir exercícios militares próximos de Taiwan, incluindo o lançamento de mísseis a menos de 15 milhas dos principais portos taiwaneses. De acordo com Nathan e Ross (1997, p.74, tradução nossa), *“Pequim esperava acabar com as medidas unilaterais tomadas pelos EUA e tinha como objetivo reforçar a sua advertência ao povo de Taiwan de que pagariam um alto preço por declarar independência”*. As tensões entre os países foram apaziguadas na medida em que os tensionamentos diminuíram com a intervenção norte-americana em favor das ilhas e das percepções das elites chinesas dos custos de uma ação assertiva contra Taiwan.

Em linhas gerais, no ano de 1997, Jiang Zemin visitou Washington e as relações entre os países foram aquecidas e no ano seguinte Clinton foi o primeiro presidente norte-americano a visitar a China pós-1989. Apesar disso, em 1999 há o bombardeio da embaixada de Pequim em Belgrado e, apesar de estremecer as relações entre os países, logo no final do mandato de Clinton as relações foram continuadas.

No que tange as relações sino-japonesas, elas deterioraram na metade da década de 1990 quando ocorreram os tensionamentos no estreito de Taiwan entre EUA e China, demonstrações do poder nuclear chinês e o escalonamento das ilhas Senkaku/Diaoyu em 1996, que debateremos adiante. Percepções sobre a ameaça chinesa foram instigadas, sendo um dos impulsos para a renovação da aliança nipo-americana em 1996 e 1997, que mencionamos no Capítulo anterior. Contudo, é importante apontarmos que apenas no ano de 1996 há o congelamento dos investimentos japoneses à China, posto que ambos os países continuavam separando a economia da política.

Em diversos momentos, Jiang Zemin demonstrou sua política externa divergente em relação ao governo anterior na medida em que enfatizou constantemente os problemas de história japonês. Enquanto Deng Xiaoping priorizou conservar os interesses econômicos da China, Jiang Zemin, mesmo que continuasse a trilhar os caminhos de Deng, foi mais assertivo no pronunciamento de discursos em questões envolvendo livros de história e a falta de um pedido de desculpas do Japão (GARVER, 2016). Afinal, para além das questões dos livros de história, o primeiro-ministro Ryutaro Hashimoto (1996-1998) visitou o Santuário Yasukuni em 1996. Segundo Garver (2016) grupos dentro do partido pressionaram para que as atitudes de Jiang Zemin fossem mais críticas ao arquipélago, assim como o sentimento antiocidental e anti-Japão influenciou a população, na medida em que as campanhas de educação patriótica enfatizaram os horrores promovidos pelo Japão durante as guerras.

Nota-se que apesar da China buscar construir relações próximas com países do seu entorno regional e fortalecer suas relações econômicas, isso não significava que o país deixou de perceber os EUA e o Japão como uma ameaça (CHRISTENSEN, 2011). Por esse motivo, avaliando as capacidades militares dos EUA, com sua vitória na Guerra do Golfo, e as capacidades militares japonesas, o país do meio compreendeu a necessidade de modernizar e fortalecer suas capacidades militares.

Com a queda da URSS, pode-se considerar que no contexto asiático os pólos de poder militar se concentraram nos EUA, no Japão e na China. Apesar das capacidades militares japonesas serem relativamente reduzidas e constrangidas, como enunciamos no Capítulo anterior, o potencial tecnológico e os equipamentos defensivos superavam o chinês (CHRISTENSEN, 2011; NATHAN; ROSS, 1997).

As percepções da defasagem tecnológica das forças militares chinesas impulsionaram o aumento dos gastos militares e os interesses do país pela diversificação de parceiros estratégicos para a transferência de tecnologias militares, sendo o principal país aliado, a Rússia (GARVER, 2016). Em 1997, o governo chinês também decidiu priorizar investimentos nas indústrias de defesa do país e em treinamentos mais especializados para as suas tropas. De acordo com O'Rourke (2011, p.5-6), no que diz respeito a modernização naval, ela teve como um dos objetivos assegurar notoriedade perante a situação de Taiwan, através da compra de tecnologias e equipamentos capazes de promover estratégias A2/AD. Além disso, postula-se que os interesses pela modernização também eram de defender as reivindicações marítimas territoriais chinesas no MLC e no MSC, de proteger as linhas oceânicas de comunicação, de diminuir a capacidade de atuação norte-americana e de promover o *status* da China como uma potência.

Nota-se que o poder militar japonês se desenvolveu ao longo dos anos, mas manteve-se restrito por questões domésticas que influenciaram no comportamento do arquipélago como mencionamos no Capítulo anterior. Contudo, a superioridade militar japonesa permanecia apesar das restrições e graças à aliança nipo-americana. Diante dos receios com os EUA, sobretudo pela deterioração das relações entre os países desde o início da década de 1990, a China buscou estimular sua modernização militar com o objetivo de garantir a sua segurança.

Em linhas gerais, a década de 1990 impulsionou transformações nas relações entre China, Japão e EUA. Como mencionamos no Capítulo anterior, a unipolaridade do sistema coadunou com a multipolaridade regional. Entretanto, a superioridade militar norte-americana e a aliança nipo-americana continuaram a influenciar para que mesmo naquele contexto as decisões chinesas sobre a condução de suas ações fossem restritas tanto no caso do Estreito de Taiwan, como no caso das ilhas Senkaku/Diaoyu que debateremos a seguir.

Durante esse período, a condução da política chinesa à luz dos preceitos elucidados por Deng Xiaoping sobre a necessidade de manter um perfil baixo continuaram. Todavia, com o crescimento econômico chinês, sobretudo na metade dos anos 1990, ocorreram estímulos crescentes para a construção de um poder militar forte e moderno na China. Durante esse período, o PCC precisou não só lidar com as consequências de sua abertura e impulsionar uma campanha de educação patriótica por meio de propagandas, que são fundamentais para estimular a legitimidade de um regime, como precisou controlar alguns impulsos e manifestações populares.

4.2.4.1 OS TENSIONAMENTOS DAS ILHAS SENKAKU/DIAOYU DE 1990 E 1996

O incidente de 1990 sobre o tensionamento da disputa das ilhas Senkaku/Diaoyu foi, em grande parte, ocasionado pelo grupo nacionalista japonês de direita *Seinensha* e associações de pescadores de Taiwan, envolvendo inicialmente os governos japonês e taiwanês. No dia 29 de setembro de 1990, a Agência de Segurança Marítima do Japão (*MSA*) decidiu reconhecer o farol construído no final de 1978¹⁸⁵, incluindo-o nos mapas oficiais de navegação e permitindo que membros do grupo direitista renovassem o farol, o que eles prontamente fizeram (CHUNG, 2004).

O Partido Progressista Democrático (PPD) de Taiwan começou a pressionar seu próprio governo para quebrar o silêncio e reafirmar a soberania sobre as ilhas. Enfrentando a pressão

¹⁸⁵ Em agosto de 1978, o *Seinensha* construiu um farol na ilha de Uotsuri. A construção não foi legitimada pelo Ministério de Relações Exteriores e pelo governo japonês, entretanto o farol não foi destruído e o governo nipônico não pressionou para que a construção não ocorresse (CHUNG, 2004).

sobre a legitimidade política do governo do *Kuomintang* (KMT), que repousava sobre sua reivindicação de representar e governar toda a China, o primeiro-ministro taiwanês apresentou uma declaração de que o governo não toleraria a invasão japonesa de um território chinês (CHUNG, 2004). O prefeito do Kaohsiung, Wu Dun-yi, organizou para que dois barcos de pesca transportassem cerca de 24 atletas de Taiwan com uma tocha Olímpica para plantar o artefato na ilha principal com o intuito de fortalecer a reivindicação. O clímax do incidente foi quando os dois barcos carregados de atletas e jornalistas acompanhantes, em 21 de outubro, foram impedidos de desembarcar nas ilhas por doze navios de patrulha e dois helicópteros do Japão, forçando os barcos taiwaneses a retornarem no mesmo dia (CHUNG, 2004; BONG, 2002).

Também ocorreram algumas manifestações de estudantes dentro da China continental que clamavam por uma posição do governo. Todavia, o PCC optou por não levar adiante um possível tensionamento da disputa e, inclusive, suprimiu movimentos nacionalistas internos (COSTA, 2017). De acordo com Chung (2004), o cálculo chinês de conciliação respondia ao fato de que o cenário internacional para o país asiático não estava propício para qualquer ação mais assertiva. Afinal, mesmo com o fim da bipolaridade, há uma deterioração das relações sino-americanas devido aos incidentes da Praça Tiananmen.

Segundo Bong (2002), na década de 1990, as políticas externas da China e do Japão visaram desconectar as questões das ilhas de importantes agendas tradicionais de segurança, economia e estabilidade doméstica. Do nosso ponto de vista, a postura conciliatória chinesa foi produto do desejo de uma facção pró-reforma dentro do PCC para garantir laços de cooperação com o Japão na esperança de superar o isolamento internacional após o Incidente de Tiananmen em 1989 e o súbito fim da URSS (BONG, 2002, p.27). Por isso, o Ministro de Relações Exteriores chinês não comentou sobre o pedido do grupo nacionalista japonês sobre o reconhecimento do farol no dia 11 de outubro. Grupos nacionalistas internos questionaram o posicionamento do governo chinês e afirmaram que o PCC estava tão desesperado para conseguir auxílio econômico que estavam ferindo a honra nacional e a soberania territorial chinesa. Apesar disso, o PCC reforçou o controle doméstico para evitar que a ira pública em relação ao incidente se traduzisse em desaprovação do regime. O Comitê Central e o Conselho de Estado “*emitiram um documento para os governos locais no qual explicava porque as relações amistosas com o Japão deveriam ter prioridade sobre a controvérsia sobre as “ilhas estratégica e economicamente sem valor”*” (BONG, 2002, p.47, tradução nossa).

O governo de Tóquio também buscou não escalar o conflito, tendo em vista os acontecimentos do período referente à Guerra do Golfo, que mencionamos no Capítulo 3, e o prestígio e imagem do Japão no cenário regional/internacional.

... a questão das ilhas, se continuada ou militarizada, seria um golpe crítico em seus esforços para expandir o papel das FAD nas atividades da Organização de Manutenção da Paz (PKO) da ONU, uma medida que faria a China e outros asiáticos países passaram a acreditar que um Japão remilitarizado estava se tornando uma realidade. A escalada de tensão também poderia criar uma imagem militarista negativa do Japão entre os países do sudeste asiático (BONG, 2002, p. 49, tradução nossa).

A China, ao mesmo tempo em que visou controlar as ações de grupos nacionalistas para que não impactasse em uma maior perda de legitimidade do PCC internamente, ela precisou balancear os interesses do PLA. Há um desdobramento político gerado por pressões internas que mobilizaram a criação do “*1992 Law Concerning the Territorial Sea and the Contiguous Zone*”¹⁸⁶. O documento foi resultado da pressão do PLA para que o governo chinês reivindicasse o território das ilhas e afirmasse sua posição.

Com receios de qualquer represália do governo japonês, as elites estatais chinesas organizaram esforços para minimizar rapidamente o efeito das decisões do documento e melhorar o status geral do relacionamento sino-japonês, convidando o imperador japonês para a China (BONG, 2002, p.45). O governo japonês registrou um protesto, mas as relações continuaram sendo mantidas sem interrupções naquele período.

Outro escalonamento do período foi o do ano de 1996. De acordo com Bong (2002), desde o apaziguamento da disputa em 1990, o Japão e a China seguiram um princípio diplomático de boa vizinhança, evitando tensionar problemas históricos. Tal conflito tem relação com o interesse dos países em definir suas ZEEs que estavam se sobrepondo – algo que gerou tensões não só entre Japão e China, mas também entre o Japão e a Coreia do Sul sobre as ilhas Dohkdo. A UNCLOS, que surgiu em 1982, entrou em efeito somente em 1994, com isso tanto a China como o Japão, países signatários dela, foram obrigados a determinar suas respectivas ZEEs de 200 milhas. Todavia, o espaço geográfico entre Japão e China no MLC torna a delimitação mais difícil devido à existência de cerca de pouco mais de 200 milhas que separam os gigantes asiáticos.

¹⁸⁶ No documento ficou expresso que “o mar territorial da República Popular da China é o cinturão marítimo adjacente ao território terrestre e às águas interiores da República Popular da China. O território terrestre da República Popular da China inclui o continente da República Popular da China e suas ilhas costeiras; Taiwan e todas as ilhas pertencentes a elas, incluindo as Ilhas Diaoyu; as Ilhas Penghu; as ilhas Dongsha; as ilhas Xisha; as Ilhas Zhongsha e as Ilhas Nansha; bem como todas as outras ilhas pertencentes à República Popular da China”. Disponível em: <http://www.npc.gov.cn/englishnpc/Law/2007-12/12/content_1383846.htm> Acesso em: 15 de janeiro de 2019.

Desde 1994, a China conduzia pesquisas nas proximidades dos limites territoriais submarinos entre os países, tanto que de dezembro de 1995 até fevereiro de 1996, a marinha japonesa observou a ação de navios para perfuração a cerca de 300 km ao nordeste das ilhas. Postula-se que o interesse chinês residia na construção de uma *pipeline* para conectar-se ao campo de Pinghu (BONG, 2002). Os países trocaram algumas acusações no período, todavia palavras conciliatórias seguiram os posicionamentos das lideranças até o escalonamento de 1996.

Acompanhado de tal tensionamento diplomático, alguns dias antes do posicionamento japonês sobre as ZEEs entrar em efeito, no dia 14 de julho, sete membros do grupo *Seinensha* construíram um novo farol em Kita-kojima e solicitaram ao MSA que designasse o mesmo como um marco oficial de navegação do governo japonês. O governo chinês pressionou o posicionamento do Japão, que negou o envolvimento no incidente, mas declarou as ilhas como parte do território japonês (BONG, 2002; CHUNG, 2004; KOO, 2009). No dia 20 de julho, o governo japonês ratificou a UNCLOS internamente e incluiu as ilhas como parte das suas ZEEs.

Em julho, o Ministro de Relações Exteriores do Japão afirmou que as ilhas eram parte de seu território e que o arquipélago as administrava desde 1972 e, por isso, a disputa territorial não existiria (BONG, 2002). Movimentos nacionalistas eclodiram em Taiwan, Hong Kong e algumas cidades norte-americanas, enquanto no interior da China movimentações foram reprimidas (NY TIMES, 1996b). O Ministro de Relações Exteriores chinês condenou as afirmações japonesas e acusou o governo de estar aliado aos grupos ultranacionalistas, posto que, no dia 29 de julho de 1996, o primeiro-ministro Ryutaro Hashimoto (1996-1998) visitou o santuário de Yasukuni, que mencionamos.

Diante dos acontecimentos, a disputa passou a incorporar questões muito presentes para a população chinesa, tanto que em 1 de setembro, vítimas da Ocupação japonesa durante a Segunda Guerra Mundial e ativistas da China continental, encaminharam uma petição ao presidente Jiang Zemin solicitando uma ação militar (DOWNS; SANDERS, 1998; BONG, 2002). Manifestações no interior da China ocorreram e alguns ataques às lojas e estabelecimentos japoneses tomaram conta do conflito que impactou de forma negativa nas relações entre os países.

A China precisava evitar ações que poderiam reafirmar a ideia da “ameaça chinesa” ou “*China threat*”, que foram teorias que surgiram e ganharam força na metade da década de 1990, devido ao crescimento do gigante asiático, as suas ações no MSC, as suas capacidades militares e nucleares e uma postura não tão pragmática envolvendo Taiwan. Qualquer postura mais assertiva de política externa poderia providenciar contra a China, a munição para uma política

de contenção e balanceamento contra ela, algo que parece estar se formando no século XXI, como veremos nos próximos Capítulos ao conectarmos a disputa do MLC com a do MSC.

Apesar dos incidentes internos, podemos observar duas importantes ações. A pressão do nacionalismo, que se desvinculava dos interesses do Estado, denotando um desalinhamento entre Estado e sociedade, e a busca por conciliação do governo chinês, adotando uma postura pragmática. Entretanto, no dia 26 de setembro, um ativista pró-China de Hong Kong se afogou nas proximidades das ilhas ao pular na água depois do *MSA* prevenir que seu navio desembarcasse nelas.

Durante um impasse de duas horas, quatro manifestantes saltaram de Kien Hwa No. 2 e tentaram pousar cerca de três quilômetros ao norte da cadeia de ilhas. Os barcos da polícia japonesa os resgataram, mas David Chan Yuk-cheung, diretor geral da viagem de protesto, morreu. A morte de David Chan Yuk-cheung regalvanizou o movimento “Protect-Diaoyu” no exterior. Em Hong Kong, organizações pró-democracia e pró-China se reuniram em uma vigília em memória de David Chan. Apesar das proibições de Pequim, estudantes universitários na China continental divulgaram pelo menos 200 cartazes pró-Diaoyu na internet (BONG, 2002, p.83, tradução nossa).

Apesar desse acontecimento, devido aos receios externos, o governo passou a conter de forma mais firme os movimentos nacionalistas e propagandas que poderiam evocar a maior erosão das relações da China com o Japão e estimular ações norte-americanas. Referente a isso, as lideranças chinesas que controlavam a educação e as universidades censuraram mensagens transmitidas por estudantes sobre o assunto.

Como vimos no Capítulo 2, o movimento de 1919 iniciou-se como uma crítica às invasões estrangeiras e uma contestação do acordado no Tratado de Versalhes. Algumas manifestações persistiram e os olhares voltaram-se para uma crítica ao governo do *Kuomintang* e sua incapacidade de retirar da China as tropas estrangeiras e que, de algum modo, influenciaram posteriormente para o apoio da população ao PCC. Qualquer continuidade de manifestação contra o Japão, poderia representar um problema para a legitimidade do PCC, na medida em que o governo chinês não tinha capacidades relativas militares e econômicas para desafiar o arquipélago. Afinal, como fora em 1919, os levantes populares que impactaram o governo chinês poderiam ser repetidos com o caso das ilhas Senkaku/Diaoyu e as manifestações deixariam de ser puramente contra o Japão e se tornariam protestos contra o governo. A disputa foi apaziguada e as relações entre os países foram normalizadas pouco após o incidente, apesar de algumas manifestações continuarem em cidades taiwanesas e fora da China continental.

Há a retomada dos investimentos japoneses e ambos os países entraram em um acordo de pesca, assinando o tratado em novembro de 1997, onde concordavam em controlar conjuntamente uma zona marítima provisória no MLC, entre 30°40’ and 27° latitude norte,

excluindo áreas até 52 milhas náuticas de ambos os países e encostas, enquanto continuassem a conversar sobre o estabelecimento das ZEEs (BONG, 2002; DRIFTE, 2013; 2014; FRAVEL, 2012).

Sobre os EUA, o país priorizou o distanciamento da disputa. Mesmo que em abril de 1996, a aliança entre EUA e Japão tenha sido estimulada com a Declaração Conjunta que mencionamos no Capítulo anterior, os EUA mantiveram uma postura, no mínimo, contraditória sobre as ilhas Senkaku/Diaoyu. Muito provavelmente, o governo norte-americano tinha receios que a disputa pudesse desencadear os mesmos problemas vivenciados com a crise do estreito de Taiwan, que chegou ao fim em março de 1996¹⁸⁷.

Os dois escalonamentos da década de 1990 nos permitem observar a importância de grupos nacionalistas em ambos os países e ao mesmo tempo é possível notar que assim como na década de 1970, a disputa está envolta em questões simbólicas e econômicas. Argumenta-se, porém, que o valor simbólico das ilhas floresce na medida em que ações nacionalistas de grupos chineses, taiwaneses e japoneses são pontos focais que influenciam o tensionamento e a necessidade das lideranças responderem aos eventos.

Além disso, é possível observar que assim como na década de 1970, a China não buscou realizar demonstrações de poder militar na proximidade das ilhas. Apontar tais questões é fundamental para respondermos no próximo Capítulo parte da nossa primeira hipótese sobre o comportamento chinês, quando analisarmos no século XXI como a percepção e imagens das lideranças chinesas sobre a balança de poder que são um elemento capaz de estimular a maior assertividade do país e uma postura mais resoluta em conflitos territoriais.

4.3 EM SÍNTESE

O Capítulo objetivou apresentar algumas transformações que a China passou a partir da Segunda Guerra Mundial, a atuação dos EUA e as relações com o mesmo em alguns momentos específicos. Analisamos o comportamento chinês, suas grandes estratégias e sua política externa, demonstrando as diferenças do período de Mao Tsé Tung, Deng Xiaoping e Jiang Zemin. Elucidamos sobre a evolução do nacionalismo na China e o seu processo de militarização, apontando problemas externos e internos que as lideranças chinesas lidaram

¹⁸⁷ Nicholas Burns, assessor do Departamento de Estado, recusou clarificar o comprometimento dos EUA com as ilhas Senkaku/Diaoyu perante a mídia e afirmou que um ataque às ilhas Senkaku/Diaoyu “seria uma situação hipotética, é claro, e minha política não é comentar hipóteses (...) estamos confiantes de que podem resolver essa questão por meios pacíficos” (NY TIMES, 1996a, tradução nossa). O embaixador norte-americano Walter Mondale, de maneira controversa, concedeu uma entrevista em 20 de outubro de 1996 afirmando que “as forças americanas não seriam compelidas pelo tratado a intervir em uma disputa” que envolvesse as ilhas Senkaku/Diaoyu (NY TIMES, 1996a).

durante o período. Em linhas gerais, apresentamos como o PCC ascendeu ao poder na China e quais são as suas bases de sustentação. Bases estas que são fundamentais para compreendermos os interesses estratégicos do PCC, afinal nota-se que a China ao longo da segunda metade do século XX, comportou-se de forma a priorizar relações com determinados países para promover o seu desenvolvimento interno.

O entorno regional chinês e a rivalidade com os EUA se transformaram na década de 1970, o que permitiu uma maior integração da China para com o mundo. Entretanto, a rivalidade de ideologias, como afirmam Nathan e Ross (1997), e os incidentes na praça de Tienanmen 1989 fizeram com que ambos os países, apesar de manterem relações econômicas, continuassem a se perceberem como ameaças. Apresentamos também como Taiwan é um dos “calcanhares de Aquiles” nas relações sino-americanas e como a política norte-americana, enquanto professava sobre a existência de uma só China, manteve-se próxima de Taiwan. No caso japonês, as relações entre os países também oscilaram em determinados momentos com a crise do estreito de Taiwan, os problemas nos livros de história e com a questão das ilhas Senkaku/Diaoyu.

O comportamento chinês, sua grande estratégia e sua política externa precisam ser observadas levando em consideração aos desafios que o país vivenciou no período. Diferente do caso japonês que foi considerado como uma incógnita diante das suas restrições em termos de gastos com defesa, a China se comportou constantemente de forma a se militarizar e balancear o poder interna e externamente, em busca da sua segurança no sistema internacional. Problemas domésticos e mudanças na estratégia do país que se voltou para os interesses econômicos, influenciaram, por exemplo, para que a modernização do PLA ocorresse de forma significativa somente a partir dos anos 1990.

Neste Capítulo, apresentamos as lideranças e suas percepções, bem como outras questões domésticas podem afetar as decisões de política externa, suas grandes estratégias e o seu comportamento no cenário internacional. Também debatemos de forma incessante as alianças da China, os perigos em seu entorno regional e questões importantes para se pensar as relações sino-americanas e sino-japonesas. Por fim, debatemos sobre a disputa pelas ilhas Senkaku/Diaoyu no século XX apresentando questões sobre as ações chinesas, suas reivindicações, as relações entre China, Japão e EUA na região e, de forma mais ampla, os tensionamentos relativos à disputa. Os pontos aqui analisados e apresentados são importantes alicerces para entendermos as transformações nas estratégias chinesas, suas relações internacionais, sua ascensão e seu comportamento no século XXI.

CAPÍTULO 5 - AS NOVAS DINÂMICAS DE PODER E DE SEGURANÇA DO SÉCULO XXI NO LESTE ASIÁTICO ENTRE O DRAGÃO E A ÁGUIA: A ASSERTIVIDADE MARÍTIMA CHINESA E O PIVÔ PARA A ÁSIA

A complexa interação entre China, Japão e EUA no século XXI, as transformações das capacidades relativas e as suas grandes estratégias e políticas externas têm feito com que a região do Leste Asiático adquira cada vez mais relevância nos estudos de relações internacionais. Afinal, a ascensão chinesa, o redimensionamento da política norte-americana do Oriente Médio para a Ásia no final da primeira década e a busca japonesa por se tornar um “Estado Normal” têm impulsionado para que a configuração de poder se torne cada vez mais dinâmica.

Em um cenário no qual os países estão gradativamente mais interconectados economicamente, exaltam-se discursos que enfatizam, de ambos os lados, a necessidade de paz e de estabilidade na região, seja em seus livros de defesa, seja em propostas de política externa, como veremos ao longo desse e do próximo Capítulo. Todavia, as percepções de desconfiança e as disputas econômicas, militares e diplomáticas continuam a acontecer entre eles, principalmente diante das rivalidades históricas e das cicatrizes de guerra que continuam a permear suas relações, sobretudo, no caso sino-japonês.

Esse Capítulo pretende analisar as estratégias da China e dos EUA para a Ásia no século XXI, apresentando também aspectos das relações entre os países. Para tanto, o Capítulo se divide em duas partes. Na primeira, debateremos sobre a ascensão chinesa, os seus gastos militares e as suas estratégias. Nesse contexto, analisaremos de forma realista neoclássica o crescimento da assertividade marítima chinesa, utilizando-nos do caso das ilhas Senkaku/Diaoyu e demonstrando de que forma questões domésticas, como nacionalismo e percepções de lideranças, são importantes para compreender o comportamento chinês.

Na segunda parte, voltamos nosso olhar para os EUA, especificamente para questionamentos sobre a sua atuação no Leste Asiático e os efeitos desta para a interação dos países na região. Nessa perspectiva, analisar-se-á a política norte-americana do “Pivô para a Ásia”, bem como alguns documentos oficiais dos EUA que enfatizam uma política de balanceamento para a região e que, durante o governo de Donald Trump (2017 – atual), categorizam a China e a Rússia como atores revisionistas.

Neste Capítulo, interligamos acontecimentos do século XXI e respondemos parte de nossa primeira hipótese sobre a ascensão chinesa, sua assertividade marítima e sobre os receios da presença norte-americana na Ásia, levando em consideração as políticas externas e de

segurança dos países e demonstrando como elas já estão começando a afetar o sistema como um todo.

Além disso, responderemos também nossa terceira hipótese sobre o balanceamento norte-americano para a Ásia e parte da nossa segunda hipótese sobre a instrumentalidade das ilhas Senkaku/Diaoyu (e da ameaça japonesa) para a China, interna e externamente. Por fim, cabe mencionar que analisaremos como as percepções das lideranças chinesas e norte-americanas com relação às ações dos outros países têm criado efeitos para a segurança da região. Ademais, criamos os alicerces para, no próximo Capítulo, respondermos partes das nossas primeira e segunda hipóteses sobre o caso do Japão.

5.1 A ASCENSÃO DO DRAGÃO: A BUSCA PELO SEU LUGAR NOS CÉUS

A ascensão da China está mudando os cenários geoeconômicos e geopolíticos globais e regionais. Como debatemos no Capítulo anterior, a China vivenciou diversos períodos de turbulência diante de um entorno regional ameaçador e, conseqüentemente, de um ambiente estratégico restritivo. Por esse motivo, as estratégias do País do Meio se modificaram, sobretudo, com a ascensão de Deng Xiaoping ao poder. Nesse contexto, as reformas econômicas e as políticas adotadas pelo país desde a década de 70 foram fundamentais para reinserir a China gradativamente no cenário internacional.

No século XXI, a China continuou a crescer e, concomitantemente, a sua demanda por recursos naturais e minerais expandiu-se. Com isso, a China, progressivamente, se projetou internacionalmente e fez acordos, por exemplo, com países na América Latina e na África (OLIVEIRA, 2015). Diante da necessidade de recursos, Klare (2009) aponta sobre as ações chinesas no MLC e nos seus interesses pela exploração de recursos na região, questões que influenciaram para os escalonamentos da disputa de 2004 a 2008, como apresentaremos neste Capítulo.

Um exemplo que ilustra o crescente poder econômico da China foi (e ainda é) a internacionalização de suas empresas e o investimento em iniciativas infraestruturais com as chamadas Nova Rota da Seda (*One Belt*) e Rota Marítima da Seda¹⁸⁸ (*Maritime Silk Road*), que visam aumentar a conexão do Oriente e do Sudeste Asiático por meio da Ásia Central, do Oceano Índico e da Europa. Outro exemplo de sua inserção e projeção internacional é a sua participação em organizações internacionais e na criação de instituições com países em

¹⁸⁸ O projeto indica que a rota marítima começaria em Fujian, depois passaria por Guangzhou, Beihai e Haikou antes de ir ao sul para o Estreito de Malaca. De Kuala Lumpur, a rota iria até Kolkata na Índia, atravessando o Oceano Índico em direção à Naironi, e de lá iria para o Chipre da África em direção ao Mar Vermelho.

desenvolvimento, como o caso das iniciativas do Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS).

No que diz respeito ao primeiro ponto, observa-se que, por intermédio da cooperação com os EUA, a China enfatizou sua presença no mundo por meio da participação em fóruns multilaterais, como exemplo da sua entrada na OMC (Organização Mundial de Comércio) em 2001. Com os EUA e com o Japão, as trocas comerciais floresceram e a China continuou a receber investimentos japoneses por meio da ODA¹⁸⁹. Há um aumento da interdependência econômica entre os países, visto que, enquanto em 2001 a China importou do Japão cerca de US\$ 42 bilhões e exportou cerca de US\$44 bilhões, em 2017, a China importou do Japão cerca de US\$165 bilhões, e exportou US\$137 bilhões. No caso dos EUA, enquanto em 2001 eles importaram cerca de US\$54 bilhões e exportaram US\$26 bilhões, em 2017, os EUA importaram US\$430 bilhões e exportaram US\$164 bilhões (WORLD BANK, 2018). Apesar disso, compreendemos que permanecem as percepções de ameaça por parte dos países e que se intensificou a insegurança na região do Leste Asiático, como veremos ao longo desse e do próximo Capítulo.

Em 2008, com a crise financeira global¹⁹⁰, diversos países do mundo foram afetados, mas a economia chinesa, embora crescendo com uma taxa de 7% (mais lenta em comparação aos anos anteriores), essencialmente resistiu à crise e saiu relativamente intacta e mais forte em comparação com a maioria dos principais países industrializados. Tal acontecimento fomentou o nacionalismo chinês e contribuiu para as mudanças, como veremos a seguir, do comportamento do país.

Afinal, apesar de, inicialmente, a China ter buscado manter seu perfil baixo para não alardear e ser percebida como uma ameaça em 2008, o gigante asiático passou a ser mais estridente e mais resolutivo em assuntos que dizem respeito aos seus interesses nacionais (CHRISTENSEN, 2015). Tal ponto demonstra uma mudança de estratégia do comportamento

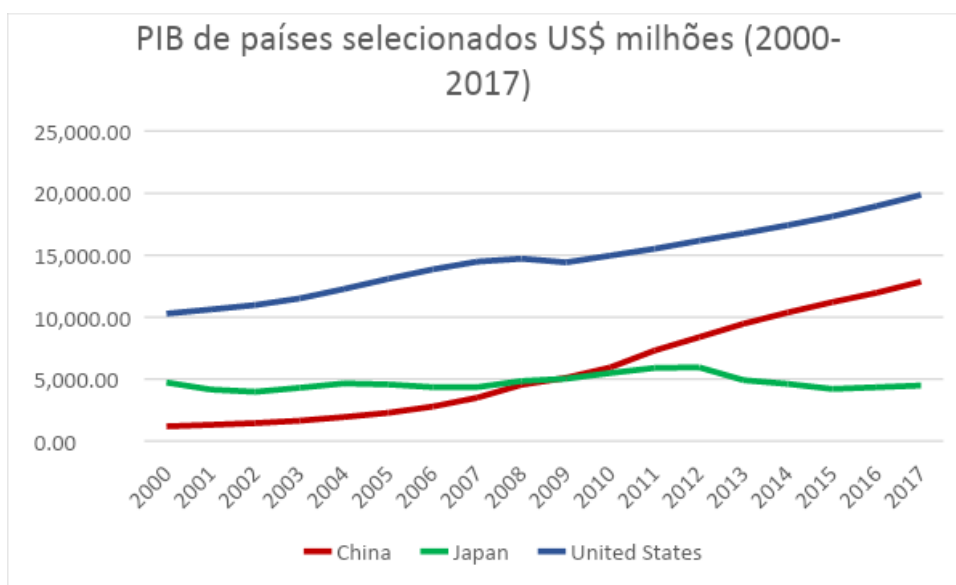
¹⁸⁹ O Japão encerrou o programa de ajuda para o desenvolvimento para a China em 2018, alegando que esta já poderia ser considerada um país desenvolvido. De 1979 até 2016, o governo chinês recebeu mais de 3.3164 trilhões de ienes. Mais informações sobre a ODA podem ser encontradas no link oficial do governo japonês <https://www.mofa.go.jp/policy/oda/region/e_asia/china/index.html> Acesso em: 10 de janeiro de 2019.

¹⁹⁰ Em linhas gerais, a crise financeira de 2008 ocorreu como resultado da sucessão de falências de instituições financeiras nos EUA e na Europa, ocasionada, em grande parte, pela bolha imobiliária. No caso dos EUA, o governo precisou aumentar o lucro e diminuir o crédito para conter o crescimento da inflação, houve um esfriamento do mercado e os imóveis passaram a valer menos, o que fez com que as pessoas deixassem de pagar as suas hipotecas – gerando a crise do subprime. Nesse contexto, fatores como a desconfiança na concessão de crédito e os esforços do governo diante disso, o perdão das dívidas e a tentativa de gerar emprego não foram suficientes, e a crise afetou o mundo como um todo. Houve a recessão e a retração da economia norte-americana, e países em desenvolvimento como Rússia, Brasil e China, sofreram menor impacto imediato com a crise. Para mais detalhes sobre a crise financeira norte-americana, consultar Bresser-Pereira (2010).

e das ações chinesas, saindo do pragmatismo de Deng Xiaoping e abraçando uma postura mais ativa, principalmente durante o governo de Xi Jinping (2013 – atual).

No ano de 2010, a China superou o Japão para se tornar a segunda maior economia do mundo e, desde então, a diferença entre os dois países em termos de produto interno bruto (PIB), aumentou ainda mais, como pode ser visto no Gráfico 3. A economia chinesa equivale hoje a cerca de dois terços da dos EUA, e há projeções de que se torne a maior economia do mundo na próxima década, o que poderia estar confirmando as teorias de transição de poder.

Gráfico 3: PIB do Japão, da China e dos EUA (2000-2017)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do FMI (2019)

Contudo, como debateremos nas próximas páginas, do nosso ponto de vista, o sistema internacional prossegue com uma configuração unipolar e permanecerá a hegemonia norte-americana em curto e em médio prazo, principalmente no que diz respeito à supremacia militar e à capilaridade de seu poder. Nesse sentido, o motivo de entoarmos sobre o crescimento chinês reside na constatação de que tal fato corrobora o nosso argumento acerca das percepções e da compreensão de como as lideranças do PCC tomam suas decisões em relação ao poder relativo do país no sistema.

Do ponto de vista do nacionalismo, o início do século XXI foi marcado por represálias por parte do governo chinês a manifestações muito enaltecidas (*bottom-up*), como foi o caso das demonstrações anti-Japão que ocorreram em 2005 em resposta às questões dos livros de história japoneses¹⁹¹ e ao pleito do Japão à cadeira no CSNU. De acordo com Zhao (2015),

¹⁹¹ Em 2005, o governo japonês propôs novamente a revisão dos livros de história, causando tumultos em diversas cidades chinesas. Em 2000, a Sociedade Japonesa para a “Reforma do Livro Didático de História”, um grupo de estudiosos conservadores, publicou o Novo Livro de História (Atarashii Rekishi Kyokasho, 新しい歴史教科

mesmo diante das críticas nacionalistas da postura chinesa acomodatória em relação aos EUA e ao Japão – em determinados períodos – no geral, as lideranças sabiam que não poderiam confrontar o ocidente. Por esse motivo, ao mesmo tempo em que o governo chinês, por um lado, tolerava e, por vezes, encorajava as expressões de nacionalismo popular para defender os interesses da China, por outro, ele restringiu e baniou algumas ações de grupos com demonstrações contra o Japão ou contra os EUA. Tais ações são comuns, como pudemos observar, no caso da disputa pelas ilhas Senkaku/Diaoyu na década de 1990, e como veremos no que diz respeito à disputa no século XXI (ZHAO, 2015).

Considerando as grandes estratégias e a política externa adotadas pela China desde a década de 1970, no início do século XXI, surgiu a necessidade de dispersar os medos de que uma China em crescimento seria uma ameaça para o sistema. Nesse contexto, a doutrina de ascensão pacífica chinesa, que tem raízes na década de 1990, emergiu em 2003, e, no ano seguinte, o termo ascensão foi substituído por um menos ameaçador, sendo definido como desenvolvimento pacífico chinês. Ademais, em 2003, o termo “mundo harmonioso”¹⁹² foi apresentado como o slogan da política chinesa e foi introduzido em documentos oficiais. Como exemplo de documentos que apresentam ambos os termos, há o *China’s Peaceful Development Road* de 2005 e o segundo livro branco chinês intitulado *China’s Peaceful Development* de 2011 (SORENSEN, 2013; ZHAO, 2015).

Tomar o caminho do desenvolvimento pacífico é unificar o desenvolvimento interno com a abertura para o mundo exterior, ligando o desenvolvimento da China com o do resto do mundo e combinando os interesses fundamentais do povo chinês com os interesses comuns de todos os povos no mundo todo. A China persiste em sua busca de harmonia e desenvolvimento internamente, enquanto busca a paz e o desenvolvimento externamente; os dois aspectos, intimamente ligados e organicamente unidos, são um todo integrado e ajudarão a construir um mundo harmonioso de paz sustentada e prosperidade comum. O caminho de desenvolvimento pacífico da China é novíssimo para a humanidade em busca da civilização e do progresso, sendo o caminho inevitável para a China alcançar a modernização e uma séria escolha e solene promessa feita pelo governo chinês e pelo povo chinês (SC, 2005, tradução nossa).

A China buscou se acomodar à ordem internacional. “Os líderes chineses fizeram acomodações pragmáticas para o mundo unipolar e fizeram todos os esforços para estabelecer

書). O livro reduzia e atenuava a natureza da agressão militar do Japão na Primeira Guerra Sino-Japonesa, na anexação da Coreia do Japão em 1910, na Segunda Guerra Sino-Japonesa e na Segunda Guerra Mundial. O livro foi aprovado pelo Ministério da Educação em 2001 e causou uma enorme controvérsia no Japão, na China e na Coreia do Sul. Mesmo antes da revisão, postula-se que os livros de história do Japão não recontam com muitos detalhes os acontecimentos e existem desavenças entre o governo chinês e japonês sobre o número de mortos nas guerras.

¹⁹² Hu Jintao (2003-2013) enfatizou o conceito de “Datong” (大同), ou “Grande Harmonia”, enfatizando o conceito de mundo harmônico que é derivado da filosofia tradicional chinesa de “harmonia” e a importância de coexistência com as mais diversas civilizações (ZHAO, 2015).

e manter um ‘relacionamento amigável e cooperativo’ com os Estados Unidos, a poderosa superpotência que detém a chave para a modernização econômica da China” (ZHAO, 2015, p.255, tradução nossa). No artigo para a *Foreign Affairs* de 2005, *China’s ‘Peaceful Rise’ to Great-Power Status*, Zheng Bijian argumenta sobre as três estratégias que estariam sendo seguidas pela China no período. A primeira era a preocupação com a industrialização e a necessidade de a China desenvolver-se baseada na eficiência econômica. A segunda era referente à ascensão chinesa e aos problemas que o país vivenciaria ao ser percebido como uma ameaça pelos outros Estados. Por fim, a terceira era a busca pelo alcance do desenvolvimento social e do crescimento econômico, visando diminuir as desigualdades sociais dentro do país (ZHENG, 2005).

Desses pontos, o segundo é o mais interessante para a presente tese, visto que, como argumenta Walt (1987, p.26), Estados poderosos e grandes precisam tomar um cuidado especial para parecerem menos agressivos. Afinal, ações assertivas poderiam impulsionar os discursos de que a China era uma ameaça para o sistema e, conseqüentemente, mobilizar estratégias de contenção e balanceamento contra ela.

Nesse sentido, de 2001 até 2008, a China buscou minimizar suas confrontações, o que trouxe uma política mais comedida com relação ao MSC, por exemplo. Como apresentamos no Capítulo 4, desde a década de 1990, as estratégias chinesas no MSC eram encaradas como problemas para a segurança dos países, tendo em vista a assimetria de poder da China em relação às nações do Sudeste Asiático¹⁹³. Há a diminuição de tensões, uma vez que Pequim temia a internacionalização da questão do MSC, tanto que, em 2002, foi assinada a “Declaração entre os países sobre a Conduta no Mar do Sul da China”, definindo que era necessário um esforço para a elaboração de um “Código de Conduta no Mar do Sul da China”¹⁹⁴.

Ainda com relação aos problemas que a China vivenciaria ao ser percebida como ameaça, Zheng Bijian afirmou que, para transcender as formas tradicionais de ascensão das grandes potências, bem como para superar a mentalidade da Guerra Fria que definiu as relações internacionais ao longo de linhas ideológicas,

... a China não seguirá o caminho da Alemanha até a Primeira Guerra Mundial ou da Alemanha e do Japão que levaram à Segunda Guerra Mundial, quando esses países

¹⁹³ O primeiro exemplo disso veio em 1992 quando ASEAN e China aprovaram a “Declaração sobre o Mar do Sul da China”, a qual estipulava que atritos na região deveriam ser resolvidos por vias pacíficas. Contudo, essa declaração não impediu que, em 1995, China e Filipinas iniciassem o primeiro conflito do recife de Mischief. Após a eclosão de novos atritos nas Spratly entre os dois países em 1999, os chineses concordaram com a necessidade de estabelecer um código de conduta para a região com o intuito de evitar futuros conflitos.

¹⁹⁴ No início dos anos 2000, a China começou a assinar mais acordos bilaterais com a ASEAN e buscou gradativamente a colaboração com os países por meio da criação de instituições multilaterais, como o caso da ASEAN +3 (China, Japão e Coreia do Sul).

saquearam violentamente recursos e perseguiram a hegemonia. Nem a China seguirá o caminho das grandes potências disputando a dominação global durante a Guerra Fria. Em vez disso, a China transcenderá as diferenças ideológicas para buscar a paz, o desenvolvimento e a cooperação com todos os países do mundo (ZHENG, 2005, tradução nossa).

Essa atitude chinesa, como veremos, se refletiu na acomodação por parte do governo norte-americano, que buscou engajá-la nas instituições internacionais e promover o estreitamento de laços entre os países¹⁹⁵ (SORENSEN, 2013; ZHAO, 2015). Durante esse período, as lideranças optaram por estratégias conciliatórias diante de um EUA receptivo e acomodativo em relação à China, devido à necessidade de apoio em questões do Oriente Médio. Contudo, as lideranças chinesas nunca deixaram de compreender que os EUA poderiam ser uma ameaça para o seu crescimento e, em resposta, visaram estratégias para fortalecer suas relações bilaterais com diversos países do mundo, sobretudo, os em desenvolvimento (ZHAO, 2013b).

Diante do crescimento chinês, principalmente após 2008, o PCC buscou trazer de forma cada vez mais enfática o papel do partido na reconstrução do país e na sua missão de proteger a China das ameaças e recuperar a sua posição internacional. Dessa maneira, a autoimagem da China e de seu poder evoluiu ao longo do tempo, passando de um país em desenvolvimento para uma grande potência depois de 2008, o que vem afetando sua grande estratégia e a sua política externa (ZHAO, 2015).

Nesse sentido, o país do meio vivenciou uma tectônica mudança no seu poder relativo ante os outros países do sistema, devido ao aumento de seu poder econômico e militar. Na próxima seção, analisaremos a transformação estratégica chinesa e elucidaremos como os discursos de ascensão/desenvolvimento pacífico chinês, apesar de ainda se fazerem presentes, estão sendo suplantados por uma nova estratégia de maior assertividade nos assuntos internacionais e em questões relacionadas à sua integridade territorial, como foi o caso dos tensionamentos da disputa pelas ilhas Senkaku/Diaoyu. Pretendemos apresentar que a China tem se tornado mais assertiva e que as percepções de um revisionismo estão enaltecidas.

¹⁹⁵ Um exemplo da acomodação são os Diálogos Estratégicos Econômicos realizados entre 2005 e 2008, que consistiram em conversas para negociar no âmbito econômico e militar. No governo Obama, o Diálogo se transformou no Diálogo de Estratégia e Segurança, unificando questões de segurança e economia. Por fim, em 2017, o Diálogo adquiriu o nome de Comprehensive Economic Dialogue. No caso, o primeiro aponta uma postura conciliatória de engajamento da China em relação ao sistema, enquanto os dois últimos demonstram uma forma de reuniões entre os países para resoluções em momentos de crise.

5.1.1 UMA TRANSFORMAÇÃO DA ESTRATÉGIA? A MUDANÇA DA ASCENSÃO PACÍFICA PARA REJUVENESCIMENTO CHINÊS

A partir de 2008, o comportamento complacente e cooperativo com a ordem internacional como um todo começou a se modificar. Um exemplo é o fato de o Dragão buscar criar mais alternativas para a ordem ocidental. Segundo Kent (2015, p.153), a eficácia das organizações internacionais estava comprometida, suas normas diluídas e suas instituições cada vez mais adaptadas às necessidades dos Estados.

Do nosso ponto de vista, a crise de 2008, somada à continuidade do crescimento chinês¹⁹⁶, estimulou a confiança do país, que, em contrapartida, teceu críticas ao modelo ocidental. O governo chinês buscou promover o seu modelo econômico e político-partidário, passando a organizar, desde 2014, cúpulas anuais para apresentar, aos líderes de partidos políticos do mundo, o sistema chinês. A crise representou uma percepção de oportunidade por parte das lideranças do PCC para aumentar o seu poder e mostrá-lo, ao contrário da postura que até então seguia a cultura estratégica defensiva e as estratégias de Deng Xiaoping, de uma postura de perfil baixo. Isso pode ser observado com as incursões chinesas no MSC desde 2009 e o aumento de navios no MLC após 2010 (KENT, 2015; ZHAO, 2013b; 2015). Tais ações foram possíveis e preferidas diante de um ambiente estratégico mais permissivo e do aumento de seu poder relativo militar e econômico internacionalmente. Contudo, não havia uma alta clareza para quais ações o gigante asiático deveria tomar, sobretudo, em relação às ilhas Senkaku/Diaoyu.

Diante desse processo, cabe ressaltar um importante evento que impactou o nacionalismo chinês e ao mesmo tempo serviu como palanque para a ascensão da China e o rejuvenescimento da sua confiança no cenário internacional: os Jogos Olímpicos de 2008. Durante esse período, diversas campanhas internas foram mobilizadas com o interesse de aumentar a coesão nacional e de estimular a população.

No período do evento, diversos países e figuras renomadas, quando ocorreram protestos no Tibet em 2008, condenaram a atitude chinesa de suprimir as manifestações separatistas. Em 2009, um livro intitulado “*Unhappy China*”, que é uma continuação do “*China Can Say No*”,

¹⁹⁶ Do ponto de vista econômico, o sucesso chinês pode ser observado devido a diversos motivos, como a baixa taxa de juros, administrada e estável em virtude de fortes controles de capitais, o sistema financeiro controlado pelo Estado, com os bancos estatais como principais fornecedores de crédito e a regulação do investimento estrangeiro, com a obrigatoriedade da formação de joint ventures com parceiros locais para atuação na China. O protecionismo, o controle do Estado sobre o fluxo de capitais e a presença de capital estatal promoveram o desenvolvimento chinês, opondo-se à ortodoxia e ao regime liberal. Nesse sentido, a crise financeira elevou o status da China e a percepção de prestígio do modelo criado pelo PCC por parte das lideranças e de parcela da população chinesa.

mencionado no Capítulo 4, se tornou um *best-seller* logo após lançado. O livro criticava a influência do Ocidente e dos EUA, em particular, na China, fazendo críticas aos protestos contra os direitos humanos, às questões do Tibet, às reclamações sobre a poluição chinesa – sendo que as nações ocidentais consomem mais recursos *per capita* – e à falta de compartilhamento de tecnologias com a China.

As mudanças do comportamento chinês, muitas vezes, são atribuídas à ascensão de Xi Jinping ao poder em 2013. De fato, a assertividade chinesa pode ser vista de forma mais expressiva durante o governo de Xi; contudo, argumentamos que Hu Jintao foi quem iniciou o processo de transformação da postura chinesa quando percebeu uma oportunidade com a crise de 2008 e com uma possível inclinação da balança de poder no sistema internacional.

A China, portanto, tornou-se mais disposta a alavancar suas crescentes capacidades para mudar o equilíbrio regional e global de poder a seu favor por meio de uma série de frentes e ações nos últimos anos que variaram consideravelmente de área e de intensidade.

A China, portanto, tornou-se mais disposta a alavancar suas crescentes capacidades para mudar o equilíbrio global de poder a seu favor em várias frentes nos últimos anos. Por exemplo, depois que o presidente francês Nicolas Sarkozy, enquanto presidente da UE, se reuniu com o Dalai Lama, Pequim cancelou abruptamente a cúpula programada da China com a União Européia em dezembro de 2008 para mostrar que, mesmo em meio à crise econômica global, estava pronta para enfrentar os líderes de seu maior parceiro comercial. O governador do Banco Central da China chocou o mundo quando propôs proativamente uma moeda de reserva internacional para substituir o dólar americano no início de 2009. Ao enviar três navios para as águas da Somália para patrulhar piratas em dezembro de 2008 – a primeira implantação ativa navios de guerra para além das águas domésticas –, a China tornou-se cada vez mais preparada para mostrar as suas forças militares em rápida modernização (ZHAO, 2013b, p.358, tradução nossa).

Durante esse período e ainda no governo de Hu Jintao, em 2009, a China interceptou um navio de vistoria da USNS nas proximidades das ilhas Hainan e, posteriormente, alguns incidentes continuaram a acontecer em 2010, 2011 e exponencialmente após 2012, como apresentaremos nas próximas seções.

A China transformou a sua postura de “*taoguang yanghui*” – manter o perfil baixo – para “*yousuo zuowei*” – fazer alguma coisa (de forma ativa). Contribuindo com esse argumento, Masuda (2016) aponta que, durante um discurso de Hu Jintao em uma reunião nacional do partido em julho de 2009, o presidente se referiu à política de Deng Xiaoping de manter o perfil baixo, mas enfatizou a necessidade de “*actively achieving something*”¹⁹⁷.

¹⁹⁷ Hu Jintao se empenhou em criar uma força nacional compreensiva, composta por hard e soft power. Com isso, a China perseguiu políticas de crescimento econômico e de fortalecimento das suas capacidades militares, além de difundir sua cultura mundialmente por meio da proliferação de Institutos Confúcio no mundo (ZHAO, 2013b; 2015). Xi Jinping prosseguiu com tais políticas e, em um discurso de 2014, afirmou que “devemos aumentar o soft

Com relação a esse ponto, vale mencionar que, no final de dezembro de 2011, o livro oficial da PLA (*Jiefangjun Bao*) continha um posicionamento sobre o princípio da política externa chinesa com a descrição do discurso proferido pelo General da PLA Ma Xiaotian, feito para o *China Institute for International Strategic Studies*. No discurso, Ma revisou a versão de Deng Xiaoping de manter o perfil baixo e a reformulou em concordância com o expresso por Hu Jintao anteriormente, apresentando que a China deveria “*manter (jianchi) um perfil baixo e ativamente (jiji) conquistar algo*” (apud FRAVEL, 2012, tradução nossa).

O período do governo de Hu Jintao marcou a transição da grande estratégia que ficou evidente em 2009 durante o discurso do ex-presidente chinês em uma conferência interna do partido, que apresentou a necessidade de a China ser firme em relação às disputas territoriais com seus vizinhos (DOSHI, 2019). Nota-se que, em 2007, Xi Jinping, que viria a ser o sucessor de Hu Jintao, se tornou membro do Comitê Permanente do Politburo e subsequentemente ascendeu ao cargo de vice-presidente chinês e vice-presidente do CMC. Tal fato pode representar a própria importância de Xi nas decisões internas do partido antes mesmo de assumir o cargo de presidente.

Nas palavras de Zhao (2013b, p.122, tradução nossa), “*a China levantou a cabeça durante a recessão econômica global em 2008-2009, quando a fraqueza óbvia dos países ocidentais levou os chineses a repensar as relações com as potências ocidentais. Isso mostra que a crescente força nacional da China poderia mudar e que, até certo ponto, já alterou seu comportamento da sua política externa*”. Enquanto respostas chinesas podem ser vistas como reativas (CHRISTENSEN, 2015), nossa interpretação é a de que a crescente atuação e demonstração de poder no MLC e no MSC são exemplos de que a postura chinesa não é simplesmente reativa (LIAO, 2016), mas que passou a ser ativa com as transformações na balança de poder (ZHAO, 2013b; 2015).

Cabe lembrar que, no livro branco da China de 2011, o país expressou seus interesses nacionais, definindo-os em seis categorias: (i) soberania estatal; (ii) segurança nacional; (iii) integridade territorial; (iv) reunificação nacional; (v) estabilidade social e institucional; e (vi) salvaguardas para garantir o desenvolvimento social econômico e sustentável (SC, 2011). Destaca-se o caso da integridade territorial, que será um definidor das reivindicações chinesas no MSC e no MLC, como veremos a seguir.

power chinês, dando uma boa narrativa para a China, e melhor comunicar a mensagem da China para o mundo” (XI, 2014, tradução nossa).

Desde 2013, a China tem atuado de forma mais ampla em outros tabuleiros internacionais, tanto com projetos econômicos – que mencionamos anteriormente – como com ações militares. Em 2013, o governo enviou um destacamento da infantaria para servir à ONU em Operações de Paz, marcando uma inflexibilidade das antigas políticas chinesas em relação a enviar apenas oficiais para cumprir funções, majoritariamente, logísticas. Ademais, em 2015, a China enviou 700 tropas de combate para o Sudão do Sul, sendo tal ação uma das marcas significativas da mudança da sua política de não intervenção. Subsequentemente, em abril de 2015, o PCC enviou uma fragata para evacuar 225 cidadãos estrangeiros de diversas nacionalidades do Iêmen, marcando a primeira vez que um navio militar chinês evacuou estrangeiros de uma zona de conflito (POH; LI, 2017).

As iniciativas são sinais de uma China mais confiante e capaz, bem como “*desejando melhorar sua posição internacional e possivelmente desafiar os EUA – embora de forma limitada – como o principal fornecedor de segurança global*” (POH; LI, 2017, p.87, tradução nossa). As lideranças chinesas expandiram os interesses centrais da China, colocando o MSC e o MLC como partes deles, e, mesmo que o desejo da soberania desses territórios não seja novo, “*passou a reivindicar de forma mais intensa seus territórios*” (ZHAO, 2015, p.261, tradução nossa). Alguns exemplos da assertividade chinesa são a construção de ilhas artificiais no MSC e o aumento das atividades de patrulha, exploração e exercícios militares no MLC, que veremos a seguir (MODJ, 2015; 2016; 2017; 2018).

Deve-se apontar a existência de uma literatura que analisa as transformações do comportamento chinês à luz de cisões dentro do próprio Estado com competições dentro do partido e da burocracia. Com o aumento da pluralidade de atores que participam do processo decisório de política externa chinesa, desde meados da década de 1990, muitos estudiosos sugerem a necessidade de prestar atenção nesse nível de análise (MEDEIROS; FRAVEL, 2003; GLASER; MEDEIROS, 2007; LAI; KANG, 2014).

Essa literatura tende a compreender que o comportamento provocativo da China é reflexo apenas de mudanças de poder relativo de atores políticos internos ou da própria estrutura do processo decisório, que seria vista como uma prática disfuncional do governo chinês (LIAO, 2016, p.824). Apesar da relevância dos estudos de burocracia como parte das instituições domésticas, que é uma das nossas variáveis intervenientes capazes de influenciar as decisões de política externa, nota-se que, no caso da China, as lideranças do partido ainda detêm grande autonomia de poder decisório em assuntos de política externa (FRAZIER, 2011).

Segundo Liao (2016, p.825-826), apesar de existirem reestruturações constantes no processo de decisão chinesa em momentos de transição, nem membros do exército (PLA) e

nem de empresas controladas pelo Estado aumentaram sua presença no Politburo. Ou seja, nosso ponto de vista alinha-se com o do realismo neoclássico, ponderando que um dos principais pontos para as transformações da intensidade das ações chinesas é a percepção e imagens das lideranças com relação à transformação de poder relativo.

Concordamos, portanto, com Zhao (2015, p.252) quando ele afirma que as lideranças chinesas estão sempre sensitivas à balança de forças no mundo (力量对比).

À medida que os líderes chineses vêm à China para recuperar a posição gloriosa de que desfrutaram há cerca de dois séculos, os bons e velhos tempos de uma China moderada desaparecem. Cada vez mais confiante na crescente capacidade de poder da China, a liderança de Xi Jinping estabeleceu a “Grande Revitalização da Nação Chinesa” e o “Sonho Chinês” enquanto assumiu uma posição cada vez mais assertiva em disputas territoriais com seus vizinhos (ZHAO, 2015, p.252, tradução nossa).

Com relação à questão territorial, os interesses e as percepções de Xi Jinping sobre o ambiente regional podem ser observados no discurso feito aos membros do Politburo em janeiro de 2013, quando o líder chinês expressou que *“nós nos ateremos ao caminho do desenvolvimento pacífico, mas nunca abandonaremos nossos direitos legítimos e nunca sacrificaremos nossos interesses centrais nacionais”* e complementou que *“nenhum país deve presumir que nos envolveremos em relações comerciais deixando de lado nossos interesses centrais ou que engoliremos o 'amargo fruto' de prejudicar nossa soberania, segurança ou interesses de desenvolvimento”* (PEOPLE’S DAILY, 2013, tradução nossa).

Segundo Sorensen (2013, p.376, tradução nossa), as percepções do aumento de poder relativo chinês *“aumentou as ambições e expectativas nacionalistas entre as pessoas que acreditam que a China, agora, depois de ‘100 anos de humilhação’, deve se levantar e assumir sua posição como uma grande potência”*. Nesse sentido, a estratégia de política do “Sonho Chinês” (中国梦) de Xi Jinping associa-se com a política externa do gigante asiático, consistindo em um exemplo do discurso de recuperação do País do Meio quando afirma que *“o grande rejuvenescimento da nação chinesa é o maior sonho da nação chinesa nos tempos modernos”* (apud XINHUA, 2013). Kuhn (2013) descreveu que a propaganda chinesa sobre o sonho tem quatro faces: uma China forte (econômica, política e diplomática, tanto na área científica quanto na militar), uma China civilizada (com equidade social e justiça), uma China harmoniosa (com a harmonia entre classes sociais baseadas no bem-estar social) e uma China bela (preocupada com o meio ambiente).

As imagens do passado, enfatizadas em monumentos históricos e na própria educação, e presentes também nas imagens das lideranças, criaram lentes *“por meio das quais os eventos internacionais são enquadrados, especialmente com relação a como outros Estados tratam a*

China. (...) Também cria crescentes pressões domésticas sobre a estratégia de baixo perfil, que não é percebida como apropriada para uma grande potência” (SORENSEN, 2013, p.377, tradução nossa).

Diversos acontecimentos, para além da opressão sofrida pela China desde o final do século XIX até meados da década de 1970, influenciam as imagens da população (e suas expectativas) e das lideranças em relação ao ocidente. Um exemplo foi a falha da CNPC (*Corporação Nacional Chinesa de Petróleo Offshore*) em comprar por US\$18,5 bilhões a empresa baseada na Califórnia (*UNOCAL Corp*) no início de 2005. O motivo disso foi a intervenção do Congresso norte-americano – que viu a ação chinesa como uma possível ameaça à segurança nacional dos EUA –, que resultou na desconfiança dos chineses¹⁹⁸.

O nacionalismo é uma das variáveis intervenientes que afeta a intensidade das ações chinesas e, por vezes, o *timing* de uma decisão, sendo um dos instrumentos utilizados pelo governo chinês para mobilizar a população em busca da coesão nacional, colocando pressões em outros Estados e inflando questões sobre a ameaça externa. Contudo, apesar do nacionalismo *top-down* mobilizado pelo Estado por meio, por exemplo, de campanhas educacionais, os sentimentos nacionalistas afloraram as ambições e as expectativas da população no momento da condução da política externa e política de segurança da China.

Nesse sentido, de acordo com Zhao (2013c, p.544), a crise financeira permitiu uma convergência do nacionalismo de Estado e do nacionalismo popular em direção a políticas mais assertivas. Há também um alinhamento entre o Estado e a sociedade na predisposição de estimular o crescimento chinês, influenciado pela participação da China em megaeventos e, posteriormente, em políticas que entoavam sobre o sonho chinês.

Outrossim, deve-se notar que a postura assertiva chinesa para os oceanos e em relação ao seu vizinho e rival, Japão, podem ter auxiliado as lideranças a retirarem as atenções e opiniões da sociedade chinesa sobre a crescente corrupção e os escândalos que ocorreram na China no século XXI.

A carta nacionalista foi particularmente eficaz quando a China enfrentou pressões de forças estrangeiras. Como disse uma autoridade chinesa, se o povo chinês se sentisse ameaçado por forças externas, a solidariedade entre eles seria fortalecida e o nacionalismo seria uma ferramenta útil para o regime justificar seu papel de liderança. Foi revelador ver que, embora a corrupção e alguns outros problemas sociais e econômicos tenham minado a legitimidade do regime comunista, muitos chineses ficaram do lado do governo comunista sob sanções dos países ocidentais, que se diziam hostis à China e não ao Partido Comunista. Por mais corrupto que fosse o governo, os estrangeiros não tinham o direito de fazer comentários injustificados sobre a China (ZHAO, 2013c, p.538, tradução nossa).

¹⁹⁸ Em 2009, um incidente similar ocorreu em relação a uma companhia anglo-australiana no Rio Tinto.

De um país em desenvolvimento, a China passou a adotar uma identidade de grande potência. Demonstramos, portanto, que o alinhamento do estado-sociedade, a própria estrutura doméstica, o nacionalismo e as imagens das próprias lideranças são os filtros intervenientes que afetaram e continuam impactando a intensidade e os interesses da política do dragão asiático. Tais pontos influenciaram a mudança do comportamento e da estratégia chinesa no século XXI, algo que apresentaremos de forma mais evidente adiante.

De acordo com Khan (2018), a grande estratégia de Xi Jinping tem raízes no crescimento chinês e no seu status de potência, mas a forma com que ele buscou alcançar os objetivos de fazer da China segura e de recuperar sua posição no sistema internacional foi mais enfática que a de seus predecessores.

Xi Jinping, então, está buscando uma grande estratégia semelhante à de seus predecessores. O objetivo continua a ser o de manter o Estado intacto: isso, por sua vez, requer coesão política, crescimento econômico e equilíbrio favorável de poder e de forças armadas fortes. O que mudou foi a intensidade de seu projeto. Para continuar sendo uma grande potência, a conclusão parece ter sido, a China terá que agir como tal. O estado permanece sempre vigilante em relação às ameaças - e, como seu poder cresceu, é ao mesmo tempo mais disposto e mais capaz de fazer algo a respeito delas. Deter grandes poderes não se traduz facilmente em um grande senso de segurança (KHAN, 2018, p.222, tradução nossa).

Com o intuito de fortalecer a China, Xi Jinping promoveu medidas duras contra a corrupção dentro do país, prendendo diversas figuras políticas do corpo civil e militar chinês. *“Xi se identificou tão profundamente com a campanha anticorrupção que as autoridades, incertas de seu futuro, poderiam se mover para bloqueá-lo (...) Xi procura inspirar lealdade a si mesmo, criando um culto formidável à personalidade que a China tem visto desde o dia de Mao”* (KHAN, 2018, p.214, tradução nossa).

Do ponto de vista da política externa atual da China, cada vez mais Xi Jinping tem buscado projetar o país internacionalmente, e inaugurou o *“Xi Jinping Thought”*, ou Doutrina Xi, que ressalta aspectos do rejuvenescimento nacional chinês e da busca pelo país em recuperar a sua glória e a antiga proeminência da China. Além disso, postula-se que Xi se tornou o líder mais poderoso depois de Mao, sendo o segundo a ter seu nome referenciado na Constituição do país. Em 2018, o limite de tempo que uma liderança chinesa pode ficar no poder foi abolido, e Xi Jinping constantemente passou a discursar sobre a necessidade de uma liderança forte capaz de levar adiante as aspirações chinesas.

Cabe ressaltar que a figura de Xi Jinping é fundamental para compreender o comportamento chinês, na medida em que ele serviu às forças armadas chinesas nos anos 1970, foi Ministro de Defesa e é filho do General Xi Zhongxun, que serviu ao exército chinês na campanha de ocupação contra o Japão durante a Segunda Guerra Mundial. O aumento da

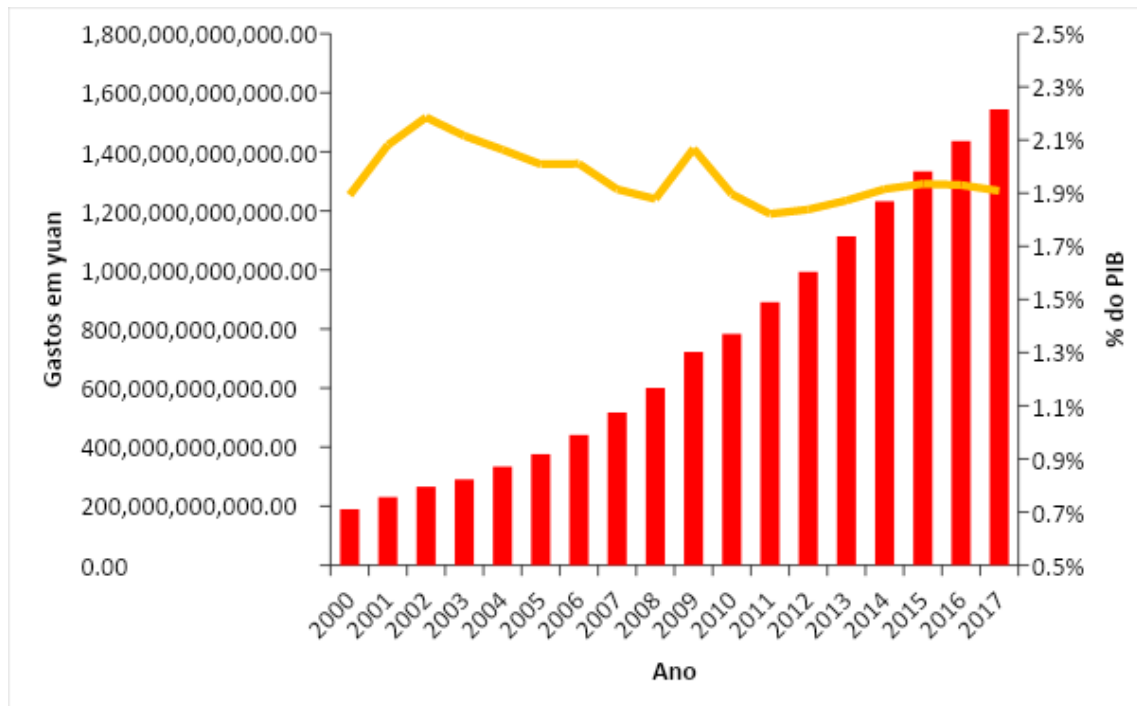
assertividade chinesa envolvendo questões territoriais desde o final de 2012 pode ser resultado dessa herança (ZHAN, 2014). Em 2017, Xi Jinping apresentou, ao 19º Congresso do Partido, os 14 pontos das diretrizes do novo pensamento chinês sobre o socialismo com características chinesas para a nova era, enfatizando o controle do partido e a necessidade de perseguir uma aproximação holística em segurança nacional (STRAIT TIMES, 2017).

Postula-se que, cada vez mais, o governo chinês tem se afastado dos princípios relacionados a manter o perfil baixo, do pensamento de Deng Xiaoping, e ido em direção a uma postura mais assertiva. Nesse sentido, é igualmente postulável que Jinping busca uma maior projeção chinesa internacional, que se consolida não somente no campo econômico, com os projetos que mencionamos anteriormente, mas com investimentos na divulgação da cultura chinesa e no aumento de seus gastos militares.

5.1.1.1 O AUMENTO DAS CAPACIDADES MILITARES CHINESAS

Os gastos militares chineses têm crescido, seguindo a economia chinesa, como pode ser visto no Gráfico 4, mas se mantêm próximos de 2% do PIB. Enquanto que, em 2001, a China gastava cerca de US\$ 45 bilhões em defesa, ficando abaixo do Japão, em 2013, ela quase quadruplicou esse número – gastando US\$ 171 bilhões – e mais que o quintuplicou em 2017, quando gastou cerca de US\$ 290 bilhões (SALTZMAN, 2015; MODJ, 2018). Postula-se que um dos motivos para tal aumento consista na existência de um processo de emulação e na busca, por parte da China, pela modernização de suas forças armadas de forma mais intensa no século XXI (HEGINBOTHAM, 2018).

Gráfico 4: Gastos de Defesa da China de yuan e % do PIB (2000-2017)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da SIPRI (2018)

Nesse período, há o aumento da assimetria dos gastos militares chineses em relação aos países de seu entorno regional e, conseqüentemente, a superação dos gastos em relação ao Japão, como pode ser observado no Gráfico 5.

Gráfico 5: Gastos militares de países do Leste Asiático (2000-2017)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SIPRI (2018).

A China vivenciou um elevado desenvolvimento econômico e, usualmente, ao passo que a economia de um país cresce, o setor de segurança e defesa também aumenta. Como apresentamos nos dois Capítulos anteriores, a indústria de defesa nascente no Japão na década de 1950 e os investimentos na área de defesa com o plano de modernizações de Deng Xiaoping

são exemplos de como os complexos industriais-militares integram dois processos: o desenvolvimento econômico-tecnológico e o aumento das capacidades de defesa.

De acordo com Medeiros e Trebat (2015), a China buscou promover o desenvolvimento de sua indústria bélica por meio da emulação de armamentos de outros países, obtidos por importações da Rússia e dos EUA, principalmente a partir da década de 1990. A capacidade de emulação das tecnologias militares permite o avanço do potencial militar chinês, sendo a modernização muito mais significativa do que propriamente o número de navios, barcos e etc.

Além disso, há a criação do *Chinese National Security Commission* (CNSC) em 2013, que é um exemplo do interesse organizacional chinês para a melhoria da efetividade de formulação e da capacidade de implementação de suas políticas externas e de segurança. O CNSC é liderado por Xi Jinping e tem três tarefas principais: (i) aconselhar o Politburo; (ii) realizar a coordenação estratégica entre os diferentes departamentos e unificá-los em todo o partido, o governo, os militares e a sociedade; e (iii) conduzir o gerenciamento de crises e de riscos, tanto para ameaças de segurança internas quanto externas. Uma das primeiras decisões do CNSC foi o estabelecimento da *ADIZ* – área do espaço aéreo, dentro da qual a pronta identificação, a localização e o controle da aeronave são necessários no interesse da segurança nacional – no MLC em 2013, trazendo desavenças entre China e Japão, o que veremos adiante.

Nos anos 2000, o governo chinês impulsionou seu processo de militarização e cabe destacar algumas inovações do ponto de vista aéreo e marítimo. Na Força Aérea, ressaltam-se projetos como o caça-bombardeiro Xian JH-7/ JH-7A e as aeronaves de caça Chengdu J-10A/S e Shenyang J-11/B/BS, além de uma versão mais avançada da aeronave Shenyang J-11, que começou a ser produzida em série a partir de 2012 sob o nome de Shenyang J-16 (MORAES, 2015). Há, também, o projeto de implementação de um sistema de navegação global composto por 35 satélites (*BeiDou*), que foi iniciado em 2000 e que planeja cobrir todo o globo até 2020. Segundo O'Rourke (2011), a China vem intensificando seu programa de modernização de submarinos, que são considerados essenciais para a capacidade de atuação no seu entorno regional marítimo¹⁹⁹.

Contudo, argumenta-se que os submarinos chineses ainda são muito barulhentos, como é o caso do Jin-class, que emite mais sons do que submarinos construídos pela URSS há três décadas (CHRISTENSEN, 2015). De acordo com Christensen (2015, p.83, tradução nossa),

¹⁹⁹ A presente tese não tem como objetivo comparar o número de recursos como armamentos e embarcações de cada país. Informações detalhadas sobre o potencial militar chinês, japonês e norte-americano no que tange ao número de submarinos, fragatas, etc., podem ser encontrados nos relatórios do International Institute for Strategic Studies.

“em termos de qualidade de armas, não há categoria de equipamento militar, exceto talvez o míssil balístico anti-navio em desenvolvimento na China, conferindo ao país algo que se aproxima de uma vantagem sobre os Estados Unidos”.

Apesar da continuidade da superioridade norte-americana e, em certos aspectos, da japonesa, a modernização naval chinesa vem impondo de forma crescente um custo para a capacidade de atuação marítima e aérea estado-unidense por meio da implementação de estratégias A2/AD (*Anti-Acess/ Anti-Denial*) (HEGINBOTHAM, 2018; GREEN et al, 2017). Segundo Green et al. (2017, p.10, tradução nossa),

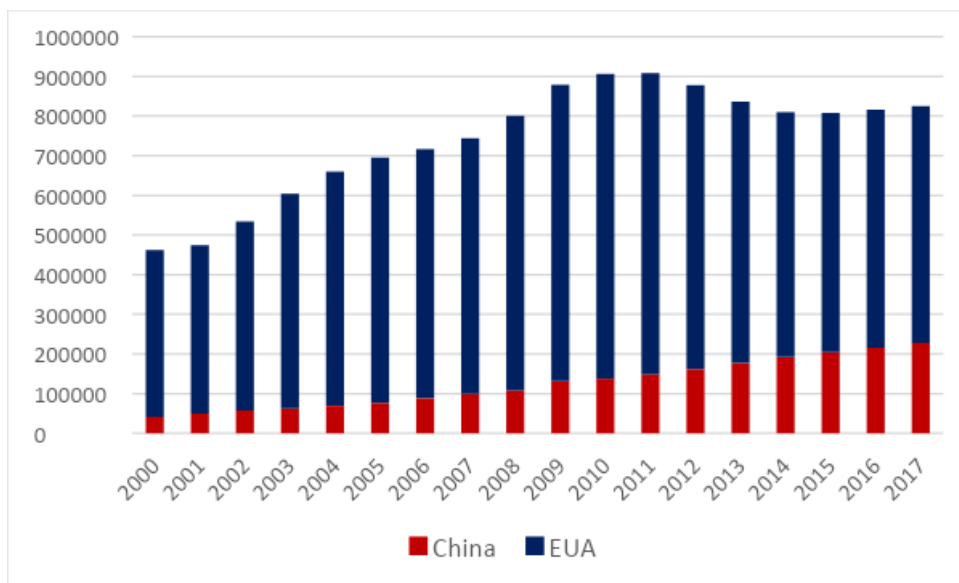
... a China desenvolveu capacidades Anti-Acess/Anti-Denial, como submarinos; mísseis de cruzeiro de ataque terrestre; mísseis balísticos antinavio; mísseis terra-ar de longo alcance; armas antissatélite; capacidades de guerra cibernética; e ativos de inteligência, vigilância e reconhecimento de longo alcance. Com esses recursos, os líderes chineses têm procurado aumentar a vulnerabilidade das bases dos EUA e das forças enviadas. Embora as forças chinesas estejam cada vez mais operando em todo o Indo-Pacífico e além, o principal desafio que representam para as forças dos EUA está dentro da sua Primeira Cadeia de Ilhas.

Outrossim, a China detém um inventário significativo de armas nucleares que consistem em aproximadamente 240 ogivas, das quais cerca de 50 são mísseis balísticos intercontinentais capazes de alcançar, inclusive, o território norte-americano. Identifica-se que a China desenvolveu, de forma significativa, suas capacidades de mísseis, construção naval, eletrônica de defesa, aviação e outras. Tal priorização permitiu o aumento de suas forças submarinas, combatentes de superfície, porta-aviões e arsenais de mísseis, por exemplo. (SWAINE et al, 2015).

Segundo Medeiros e Trebat (2015, p. 543), Taiwan é um dos principais fatores, senão o principal, que mobiliza os esforços chineses para o desenvolvimento de tecnologias de ASBM (*anti-ship ballistic missile*), uma vez que, após a crise do Estreito de Taiwan de 1996, a China teme um possível conflito militar com os EUA. De acordo com os autores, foram institucionalizados, em 2001, o aumento de gastos para o desenvolvimento de forças defensivas contra os porta-aviões americanos por meio da criação do Programa Sha Shou Jian (*Assassin's Mace*), conhecido como Projeto de Segurança Estatal 998. Sem dúvidas, está ocorrendo um processo de balanceamento interno da China por intermédio das práticas de emulação e dos investimentos nas áreas de defesa e segurança diante da percepção dos EUA como uma ameaça para a consolidação da grande estratégia chinesa. Apesar disso, como veremos na próxima seção, quando comparado ao poder norte-americano, a China ainda está muito aquém de equiparar-se ao polo do sistema.

Segundo Moraes (2015), o gasto militar dos Estados Unidos em 2013, mesmo com a forte expansão verificada nos anos 2000, era 33,5% superior ao de 1993. O investimento chinês na área militar, por sua vez, aumentou em 630,75% quando comparado aos anos de 1993 e 2013. Além disso, enquanto que, em 1993, o investimento norte-americano era 19,7 vezes superior ao chinês, em 2013, a diferença passou a ser de 3,6 vezes. Contudo, apesar da expressiva diminuição na diferença de gasto, ela continua sendo significativa (Gráfico 6).

Gráfico 6: Gastos militares chineses e norte-americanos (2000-2017)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SIPRI (2018)

No que diz respeito ao Japão, a China apresenta diversos desafios para o arquipélago, porém, como as frotas japonesas e sua defesa são estruturadas na presença norte-americana na região e o país está sob o guarda-chuva de proteção dos EUA, a debilidade diminui. Deve-se ponderar, ainda, que o Japão possui a marinha mais moderna da Ásia, o que o coloca em uma situação relativamente vantajosa em relação à China. Entretanto, a superioridade em números de embarcações e capital humano, o potencial nuclear chinês e os problemas relacionados ao próprio apoio da sociedade japonesa em questões de conflito são pontos que precisam ser levados em consideração para refletir acerca das capacidades militares japonesas em relação às da China. De acordo com Yoshihara (2014), o Japão ainda possui diversas capacidades defensivas e vem criando estratégias A2/AD, tanto para impedir possíveis ações mais expansivas chinesas como para ter uma alternativa em caso de a *deterrence* falhar.

Em linhas gerais, o aumento das capacidades militares chinesas vem impulsionando suas ações mais assertivas, mas também estimulam receios por parte dos países no seu entorno regional. Em resposta à parte de nossa primeira hipótese, podemos observar que a ascensão chinesa encoraja ações mais assertivas em assuntos internacionais e, sobretudo, em disputas

territoriais, que foram influenciadas também por dinâmicas internas, como analisaremos a seguir. Desde 2008, as ações, contudo, estão indo de encontro com o discurso chinês de desenvolvimento pacífico e, apesar de a China buscar instrumentalizar o conflito pelas ilhas Senkaku/Diaoyu e a ameaça do Japão para justificar suas ações, as percepções de intenções agressivas por parte de seus vizinhos e de outros países se perpetuam.

5.1.1.2 OS TENSIONAMENTOS DAS ILHAS SENKAKU/DIAOYU NO SÉCULO XXI: A ASSERTIVIDADE CHINESA APÓS AS TRANSFORMAÇÕES NA BALANÇA DE PODER

A disputa pelas ilhas Senkaku/Diaoyu se tornou um dos principais assuntos estudados nas relações sino-japonesas na atualidade, e é um importante ponto de fricção para se analisar as dinâmicas de poder no Leste Asiático. A forma com a qual os países lidam com as ilhas durante sua história e na conjuntura do século XXI pode ser pensada, do nosso ponto de vista, como um reflexo das transformações do sistema e das grandes estratégias dos países que têm impactado a maior assertividade chinesa em disputas territoriais marítimas.

Nesse Capítulo, debateremos alguns incidentes importantes que ocorreram na disputa pelas ilhas Senkaku/Diaoyu, apontando que tal assertividade marítima e que as reações com relação ao tensionamentos das ilhas aumentaram a percepção japonesa da China como ameaça e, conseqüentemente, como veremos no próximo Capítulo, foram um dos elementos que influenciaram o senso de urgência do arquipélago em recrudescer suas políticas de segurança e modificar sua política externa.

5.1.1.2.1 OS RECURSOS NATURAIS E AS MARÉS: A DISPUTA ENTRE 2004-2008

Em janeiro de 2004, dois navios de pesca, carregando vinte ativistas chineses, foram em direção às ilhas disputadas com intuito de desembarcar nelas. Tratava-se de um protesto contra o Japão, como resposta ao pleito japonês ao assento na ONU e aos problemas relacionados aos livros de história. Contudo, os chineses foram interceptados pela Guarda Costeira Japonesa (GCJ), que emitiu um alarme para que voltassem. Após o ocorrido, a mídia chinesa acusou o governo japonês de ter utilizado armas de água para afastar os ativistas, inclusive ferindo membros do grupo (LAI, 2008; KOO, 2009).

Em março, sete ativistas chineses do movimento “*China Federation for Defending the Diaoyu Islands*” desembarcaram nas ilhas de Uotsuri/Diaoyu depois de se desviarem das tropas da GCJ. Após plantarem a bandeira, os ativistas concederam entrevistas por telefone para a mídia chinesa e fizeram o possível para não serem presos pelas autoridades japonesas. Contudo,

eles foram levados pela polícia da prefeitura de Okinawa, sendo este o primeiro incidente em que cidadãos da China continental estavam envolvidos diretamente na disputa (LAI, 2008; KOO, 2009).

Em Tóquio, políticos da extrema direita promoveram discursos nacionalistas clamando pelos direitos soberanos das ilhas, mas o governo japonês optou por liberar os ativistas para não escalonar ainda mais o conflito. No dia seguinte, o governo japonês fez ligações para a China com o intuito de prevenir que tal incidente ocorresse novamente, e protestou contra o fato de bandeiras japonesas terem sido queimadas dentro da China. Apesar da tentativa de apaziguar o conflito, a disputa evoluiu para questões legais sobre delimitações marítimas e exploração de recursos. Ambos os países contestaram as demarcações um do outro e as tensões começaram a emergir novamente. Nesse momento, as discussões foram envoltas em caráter de interesse estratégico e econômico das ilhas e sobre os direitos de exploração no MLC. A China começou expedições e iniciou atividades de exploração, mas, como o governo japonês estava preocupado que a exploração pudesse alcançar a linha demarcatória do Japão, foram solicitados dados das atividades. O governo chinês negou o acesso à informação, mas propôs a exploração conjunta da região (LAI, 2008).

Preocupado com as questões referentes à soberania das ilhas, o governo japonês declarou que tinha intenções de começar a sua própria exploração na área. Durante o ano, vários navios de pesca e de exploração chinesa intensificaram as preocupações do Japão, visto que as embarcações chinesas conduziram testes nas vizinhanças das ilhas Senkaku/Diaoyu e na ilha de Okinotori²⁰⁰. A descoberta de um submarino chinês viajando de forma submersa pelas ilhas de Okinawa aumentou os níveis de alerta do arquipélago, que demandou uma desculpa da China. Enquanto isso, o nacionalismo anti-chinês floresceu na mídia, em grupos da sociedade e em partidos políticos. Em 16 de novembro, a China aceitou a responsabilidade de informar que o incidente foi um erro técnico (LAI, 2008).

Entendemos que a China buscou explorar o MLC, porém, é importante ressaltar que o país ainda respondeu de forma restrita e que os tensionamentos do início do século XXI tem referência muito mais ao oportunismo da exploração nos limites das ZEEs entre China e Japão do que propriamente a uma intensificação da disputa pela soberania. Ademais, a China agiu de

²⁰⁰ Okinotorishima é a ilha mais ao sul do arquipélago japonês e se tornou alvo de disputa entre os países, pelo fato do Japão definir Okinotori como uma ilha. O governo chinês critica a posição de Okinotori como ilha e afirma que é mais parecido com uma pedra e, por esse motivo, o Japão não teria direito a ZEEs. Caso o Japão consiga o direito, a ZEEs japonesa se intercalaria com a da China na região (LAI, 2008; DRIFTE, 2008).

forma também comedida no que diz respeito às suas ações militares e diplomáticas com relação ao Japão, sendo diferente do que ocorre após 2010 e, principalmente, após 2012.

As disputas pelas ZEEs, todavia, continuaram, e o governo japonês acusou novamente a China de aumentar as suas atividades de exploração para além da linha mediana entre o Japão e a China. Nesse contexto, as tensões cresceram com a decisão de Tóquio de colocar o farol construído por *Seinensha* sob o controle do Estado, o que agravou as relações diplomáticas com a China e incentivou alguns protestos populares contra o Japão no continente.

Inicialmente, o governo chinês tolerou as demonstrações anti-Japão, mas, no final de abril, optou por restringir os protestos quando descobriram mobilizações na internet para o aniversário do Movimento 4 de maio. Por esse motivo, para impedir as manifestações, o governo enviou diversas mensagens de texto para usuários de telefones celulares nas principais cidades chinesas alertando contra o ato de espalhar rumores, acreditar em rumores ou participar de manifestações ilegais (ZHAO, 2015, p.255). Assim como em 1990 e 1996, os líderes chineses tinham receios de que as demonstrações anti-Japão pudessem ter, como efeito, conforme ocorreu em 1919, a perda de legitimidade do governo.

A disputa geopolítica pela exploração da região continuou, e a visita de Koizumi ao Santuário Yasukuni no dia 17 de outubro de 2005 fez com que as projeções de resolução fossem minadas. A China aumentou a presença de navios militares nas redondezas de Chunxiao e Shirakaba nas ZEEs estipuladas pelo país (LAI, 2008; DRIFTE, 2013). Ademais, no dia 19 de fevereiro de 2005, durante a reunião 2+2 entre EUA e Japão, Taiwan foi listada pela primeira vez como um ponto estratégico dos dois países. Isso foi percebido pela China como um ato de provocação do governo japonês (LAI, 2008; COSTA, 2017).

Entre 2006 e 2010, todavia, os governos tentaram reparar as relações. De acordo com Costa (2017), uma petição *online* sobre um feriado nacional para as ilhas foi suspensa em junho de 2006, e o site da “*Patriotic Network Alliance*” foi fechado para manutenção. Do ponto de vista das relações bilaterais, em 2006, foi realizado o primeiro Comitê de Pesquisa Histórica Conjunta da China e do Japão, com o intuito de promover as trocas entre os países e apaziguar conflitos sobre textos dos livros história japoneses.

Nesse ponto, cabe mencionarmos a conjuntura internacional do período, uma vez que ela pode elucidar os motivos que levaram a uma maior presença chinesa no MLC e as suas missões exploratórias em termos de recursos naturais. De acordo com Michael Klare (2009), a ascensão de novas potências no sistema internacional, como China, Índia e outros países, somada ao aumento das necessidades energéticas para suprir as demandas internas, causaram grandes instabilidades e escalonamentos de disputas territoriais.

O conflito pelas ilhas Senkaku/Diaoyu pode parecer uma disputa meramente por recursos naturais e minerais, mas, como pontuamos no decorrer da tese, envolve também questões nacionalistas e possui um valor estratégico-militar. Contudo, é interessante elucidar que, no início do século XXI, fatores relacionados à busca por recursos naturais por parte da China impulsionaram ações exploratórias no seu entorno marítimo próximo. Nota-se, também, que o Japão possui certa vulnerabilidade energética e dependência em importações de recursos, o que também estimulou as preocupações japonesas (OLIVEIRA, 2015).

Tais incursões, todavia, também precisam levar em consideração que, desde metade da década de 1990 e, principalmente, no século XXI, a capacidade de poder da China aumentou consideravelmente vis-à-vis ao Japão. Mesmo que o gigante asiático continuasse recebendo a ODA do governo japonês e que o Japão ainda fosse a segunda maior potência econômica mundial, atrás apenas dos EUA, podemos inferir que a China compreendeu o cenário regional menos ameaçador para suas ações diante de um ambiente estratégico gradativamente mais permissivo. Ademais, as ações chinesas ante o Japão traziam muito mais um caráter de assimetria, que favorecia a percepção dos outros países em favor da China.

Apesar de permitir algumas manifestações nacionalistas inicialmente, o governo chinês logo optou por restringi-las com o intuito de dialogar e promover uma conciliação com o Japão no que diz respeito à disputa territorial. As ações estavam condizentes com o perfil da política externa do país no período, e tal argumento é sustentado por Lai (2008, p.266, tradução nossa) ao afirmar que *“a resposta de Pequim à ‘agressão controlada’ da GCJ durante o episódio foi extraordinariamente branda, já que nenhum protesto diplomático foi apresentado para além da branda posição da mídia chinesa”*.

Além disso, como as lideranças chinesas estão atentas à balança de poder, mesmo com pressões internas e impulsos por uma postura mais assertiva, constrangimentos sistêmicos impossibilitavam tal ação. Diante da necessidade do PCC de lidar constantemente com a legitimidade do partido perante a população chinesa e de ter que responder aos anseios da sociedade, era preciso calar esses movimentos nacionalistas.

Ambos os países começaram a apaziguar o conflito a partir de 2005. Durante o *Asian–African Summit* na Indonésia, o presidente Hu Jintao e o primeiro-ministro Junichiro Koizumi (2001-2006) concordaram em se esforçar para aumentar suas relações bilaterais e estabilizar sua disputa territorial. Apesar do apaziguamento em 2005, as tensões entre os países continuaram, e um acordo foi alcançado somente em 2008, quando Yasuo Fukuda (2008-2009) e Hu Jintao divulgaram o documento intitulado *“Consenso de Princípios em Assuntos do Mar*

do Leste da China”, no qual definiam algumas possibilidades de exploração conjunta do campo de Chunxiao (Shirakaba).

5.1.1.2.2 O PESCADOR E A INTENSIFICAÇÃO DO CONFLITO EM 2010

Os conflitos pelas ilhas Senkaku/Diaoyu em 2010 e 2012 são um dos momentos mais importantes de observar. Há uma grande mudança com relação às respostas e às ações da China a partir dos tensionamentos de 2010, visto que, desde esse momento, se tornam visíveis os impactos das transformações de poder relativo nas decisões chinesas sobre a disputa. Tal ponto nos permite observar não só como a China lida com o conflito, como também a influência da própria disputa nas estratégias dos países e na perpetuação da insegurança da região do Leste Asiático.

Em 7 de setembro de 2010, um barco pesqueiro chinês colidiu com embarcações da GCJ nas proximidades das ilhas Senkaku/Diaoyu. Após o ocorrido, o capitão do navio e sua equipe foram levados à julgamento pelas leis japonesas, algo que não tinha ocorrido até então. Nota-se que existiam outras embarcações pesqueiras chinesas na mesma área e que diversos barcos da GCJ estavam tentando retirá-los. Contudo, somente o barco do capitão preso, *Minjinyu 5179*, colidiu com os barcos japoneses, o que resultou em sua detenção (DRIFTE, 2013).

O ato do Japão foi visto como provocativo pelas autoridades chinesas, tendo em vista que ambos os países chegaram a um acordo em 2004 de que ativistas seriam deportados imediatamente para a China em caso de contingências como essas. Vale, todavia, analisar que a dificuldade de lidar com a disputa foi em parte devido à recente ascensão do Partido Democrático do Japão (PDJ) ao poder em 2009, que não tinha experiência com resoluções de política externa (DRIFTE, 2013).

De acordo com Fujihira (2012), em termos de decisão política durante o período, o governo de Hatoyama (2009-2010) adotou, em 2010, um processo liderado pela subordinação da burocracia ao PDJ e, conseqüentemente, a administração tornou-se menos organizada na coordenação política. No momento do incidente, o primeiro-ministro japonês era Naoto Kan (2010-2011), que estava no poder somente há três meses. Como o governo de Kan enfrentava problemas com relação às eleições que ocorreriam no período, o primeiro-ministro delegou a tarefa de lidar com o incidente para o chefe de gabinete Yoshito Sengoku e para o Ministro da Terra, da Infraestrutura, do Transporte e do Turismo, Seiji Maehara, que logo depois se tornou Ministro das Relações Exteriores. Maehara constantemente afirmou a necessidade de lidar com o acontecido do ponto de vista da lei doméstica, e defendeu que não existia nenhuma disputa territorial concernente às ilhas Senkaku/Diaoyu (DRIFTE, 2013)

O ocorrido no período pode ser visto, por um lado, como uma postura mais antichinesa por parte dos envolvidos e, por outro, como uma série de percepções equivocadas das lideranças das intenções dos países com relação às ilhas. Para a presente tese, nos interessa demonstrar que, em relação aos conflitos anteriores, as atitudes chinesas foram mais assertivas e que crescia um sentimento antinipônico na população e nas lideranças chinesas.

Durante o primeiro período da detenção do capitão, o governo chinês proibiu que alguns protestos ocorressem dentro da China, mas, após a extensão da detenção por parte do Japão para a segunda metade de setembro, tomou medidas mais drásticas e permitiu algumas manifestações. Com relação ao Japão, o governo chinês protestou e aplicou pressões diretas e indiretas, cancelando reuniões ministeriais, convocando cinco vezes o embaixador japonês na China para reuniões, restringindo as exportações de “terras raras” ao Japão e prendendo cidadãos japoneses dentro da China sob alegações de atividades expiatórias (WANG, 2012: p.12; FUJIHIRA, 2012: p.40; ARAI, 2012: p.88; DRIFTE, 2013).

De acordo com Nakano (2016), as respostas do Japão foram menos organizadas, devido à falta de uma coordenação dentro do partido sobre como responder ao incidente. No que diz respeito a propagandas internas, dentro do Japão, jornais apresentaram os grandes movimentos antinipônicos que ocorreram na China que tiveram alcance nacional e enaltecem uma imagem da China enquanto agressora (LIU, 2016).

A China elevou a disputa para a arena internacional e, durante a Assembleia Geral da ONU em setembro de 2010, demandou a libertação imediata do capitão chinês. No dia 23 de setembro, Hilary Clinton, então Secretária de Estado norte-americana, assegurou que as ilhas Senkaku/Diaoyu estavam sob proteção do Tratado de Segurança Mútua entre EUA e Japão e que qualquer intervenção ou uso da força não era bem-vindo (DRIFTE, 2013). Foi a primeira vez que uma liderança norte-americana enfatizou durante os tensionamentos do conflito que as ilhas estavam sob proteção do tratado de segurança nipo-americano, demonstrando já nesse momento que os EUA estavam dispostos a manter o *status quo* na região.

Postula-se que a confirmação dos EUA foi realizada com a promessa de que os japoneses liberassem o capitão chinês, para a não continuidade do escalonamento do conflito, liberação esta que de fato ocorreu. Tensões diminuíram quando o governo japonês concordou em liberar os pescadores chineses, mas as relações entre os países continuaram impactadas. A China aproveitou-se da atitude japonesa e utilizou as ilhas com os objetivos de justificar suas atitudes resolutas e de demonstrar domesticamente a capacidade do PCC. Além disso, no âmbito internacional, a China passou a demonstrar seu poder por meio da incursão de navios

militares na região para aumentar seu prestígio e confirmar que estava disposta a proteger seus territórios (DRIFTE, 2013).

Nesse escalonamento, o ambiente estratégico para a China era mais permissivo, devido ao seu crescimento econômico mesmo após a crise de 2008. A grande transformação que precisamos mencionar ocorre em relação ao poder relativo chinês ante o do Japão, tanto no nível de gastos militares como no de capacidade econômica. Nesse período, a China já havia se tornado a segunda maior economia do mundo e seus gastos militares continuavam a crescer junto à sua economia, o que transformou profundamente a capacidade da China em relação ao Japão quando comparado aos anos anteriores, como vimos previamente.

O nacionalismo chinês foi uma variável importante que afetou não só as lideranças, como também a população. Na primeira parte da crise, antes da extensão da prisão do capitão, os líderes chineses agiram com restrição, limitando atividades antinipônicas com o intuito de preservar as relações entre os países e evitar posturas contrárias ao governo. Todavia, a atitude de estender a prisão fez com que Pequim permitisse os protestos nacionalistas no interior da China. Após a extensão da prisão do pescador chinês, contudo, os protestos se intensificaram e, em outubro de 2010, diversas manifestações anti-Japão ocorreram dentro da China (FUJIHIRA, 2012; COSTA, 2017). Posteriormente, com a liberação do pescador, as manifestações foram controladas, tanto por conta do receio de que tais mobilizações se voltassem contra o próprio PCC quanto pelo intuito de apaziguar as tensões entre os dois países.

Pode-se argumentar que a postura restrita inicial era resultado da expectativa de que o Japão retornasse o capitão e da própria cultura estratégica chinesa mais defensiva. Entretanto, como a prisão do capitão se estendeu, há uma mudança do comportamento do PCC diante dos movimentos nacionalistas no interior da China. Isso nos permite demonstrar como as lideranças estão preocupadas com a legitimidade interna e como o nacionalismo ainda consegue ser controlado parcialmente por parte do Estado. Demonstra-se também como o nacionalismo popular chinês detêm um poder de pressão; por esse motivo, a China controlou a população inicialmente. Entretanto, com o não retorno do capitão chinês, as próprias lideranças passaram a apoiar o nacionalismo popular e a instrumentalizá-lo para legitimar as atitudes do partido. Além disso, vale observar que, apesar de o Japão ser um país que preza pela manutenção do *status quo*, suas ações foram percebidas como ameaçantes pela China.

A maneira como as lideranças agiram em relação à disputa nos permite demonstrar como a ação chinesa foi uma resposta à ação japonesa, o que pode ser pensado como algo contrário à ideia de assertividade marítima da China desde 2009. Contudo, cabe mencionarmos que, no nosso argumento, a China não precisa ser expansiva e agressiva, mas que a resposta

dela ao tensionamento mais resoluto do que a de anos anteriores, significa uma transformação em seu comportamento. Em nossa visão, tal comportamento é resultado do aumento de suas capacidades de poder relativo e de variáveis domésticas.

Ademais, a resposta foi acompanhada pelas sanções econômicas e por incursões militares nas proximidades das ilhas, uma vez que, mesmo que já houvesse um aumento das incursões de navios chineses para a exploração no MLC desde o início dos anos 2000, é somente a partir de 2010 que incursões militares próximas às ilhas se tornam uma prática recorrente. Há um aumento da confiança do país em relação à disputa e, a partir de outubro de 2010, a China passou a enviar constantemente patrulhas para a região contestada das ilhas, demonstrando seu poder no MLC.

No momento em que há a extensão da prisão do capitão do barco chinês, a China agiu de forma mais assertiva se comparada às disputas anteriores, considerando os cancelamentos diplomáticos e a maior permissão de manifestações nacionalistas (que entoavam diretamente a disputa) no interior da China. Expectativas dentro da sociedade chinesa e o crescente nacionalismo clamavam por respostas mais assertivas do país, o que coadunou com a percepção das lideranças sobre a resposta chinesa e em relação ao poder da China vis-à-vis ao do Japão.

Os EUA tiveram um papel importante, visto que Hilary Clinton solicitou que o Japão liberasse o pescador chinês para não escalonar o conflito. Além disso, o país serviu como um ator estabilizador, uma vez que foi o primeiro momento em que um secretário de Estado norte-americano tomou um posicionamento oficial sobre as ilhas durante o período do conflito. Tal posicionamento nos permite observar a própria postura norte-americana e os interesses de redimensionamento das suas atenções para a Ásia, algo que será efetivado a partir de 2011 e que analisaremos no presente Capítulo.

Segundo Drifte (2013, p.35, tradução nossa), “*o incidente ajudou o governo japonês a obter forte apoio dos EUA na aplicação do tratado de segurança bilateral às ilhas Senkaku e, de modo geral, ajudou a convencer o público japonês sobre a necessidade de maiores esforços de defesa do Japão*”. Desde 2010, o governo japonês continuou a implementar leis domésticas que fossem congruentes com a lei internacional, aumentando o controle marítimo do território das ilhas.

Em linhas gerais, a intensidade da resposta chinesa começou a incentivar a percepção de ameaça por parte do Japão, assim como as ações japonesas e o apoio norte-americano estimularam uma percepção de ameaça por parte das lideranças da China, que impactaram nas decisões posteriores nos tensionamentos de 2012. Afinal, as interações sino-japonesas

continuam oscilando entre relações econômicas relativamente estáveis e relações político-diplomáticas mais instáveis.

O ponto mais importante para o argumento da tese é considerar a ação mais assertiva chinesa quando comparada aos incidentes anteriores da disputa na década de 1970, de 1990 e no início dos anos 2000. Consideramos que o aumento das capacidades econômicas e militares do gigante asiático resultou na possibilidade de o país reagir de forma mais resoluta na disputa.

5.1.1.2.3 A NACIONALIZAÇÃO E O ESCALONAMENTO DE 2012

Desde o relativo apaziguamento do conflito de 2010, as relações entre os países se estabilizaram e floresceram, tanto que a cooperação bilateral chegou ao volume de 345 bilhões de dólares e o investimento estrangeiro direto (IED) do Japão na China chegou a um total de 6,3 bilhões em 2012 (DRIFTE, 2013). Além disso, os desastres naturais que ocorreram em março de 2011 na região de Tohoku trouxeram uma simpatia por parte da China, que mandou missões de resgate e de apoio para o arquipélago.

Contudo, as relações se deterioraram a partir de 27 de março, quando livros de história japoneses, apresentando as ilhas Senkaku/Diaoyu como parte do território japonês e negando o número de 300,000 vítimas do Massacre de Nanquim, foram aprovados (DRIFTE, 2013). Além disso, em março de 2012, o governo japonês anunciou uma lista de 39 ilhas pertencentes ao território japonês para clarificar questões sobre as suas ZEEs, incluindo o grupo das ilhas Senkaku/Diaoyu.

Os chineses protestaram imediatamente no mesmo dia e, de olho no olho, a Administração Oceânica do Estado [SOA] divulgou em 3 de março nomes e descrições padrões das ilhas Senkaku e das suas 70 ilhotas afiliadas. Outro contra-ataque chinês foi o anúncio em 16 de março pela SOA de que eles haviam começado a patrulhar perto das ilhas Senkaku. Isto foi seguido prontamente no mesmo dia por um navio CMS que entrava nas Águas Territoriais das Ilhas Senkaku, e cruzavam as Águas Contíguas das ilhas (DRIFTE, 2013, p.34, tradução nossa).

Em 2012, há o maior impacto das ilhas nas relações entre China e Japão, quando o governo japonês decidiu nacionalizar três ilhas do grupo Senkaku/Diaoyu. Em 16 de abril de 2012, Ishihara Shintaro, governador de Tóquio, afirmou publicamente as intenções de usar dinheiro do governo para comprar as ilhas de Uotsuri, Kita-ko e Minami-ko. As ilhas, como mencionamos no Capítulo 2, pertenciam à Kunioki Kurihara, que tinha um débito de 4 bilhões de ienes com o governo e desejava vendê-las antes de março de 2013, quando a concessão das ilhas expirava (DRIFTE, 2013).

As negociações dentro do gabinete de Yoshihiko Noda (2011-2012) se iniciaram, e as discussões sobre a compra das ilhas foram tomando forma. Em 7 de julho, o primeiro-ministro

Noda confirmou a compra planejada, atribuindo a mudança ao desejo do governo de bloquear uma tentativa mais disruptiva do governador de Tóquio. Além disso, o primeiro-ministro não queria ser visto como fraco ante as próximas eleições que ocorreriam no período, e, por esse motivo, suas percepções e ações com relação ao ambiente internacional e doméstico impactaram as decisões sobre o incidente.

O anúncio foi realizado próximo ao 75º aniversário do Incidente da Ponte Marco Polo, o que gerou maiores tensões dentro da China e incentivou manifestações populares durante os meses de agosto. Nesse contexto, apesar de a mídia chinesa televisonar questões sobre as ilhas Senkaku/Diaoyu, apresentando inicialmente que diversos protestos estavam ocorrendo na China, vale frisar que, após a escalada violenta dessas manifestações, endossou discursos críticos ao comportamento agressivo dos manifestantes (ZHAN, 2014).

De acordo com Drifte (2013) e Costa (2017), o governo japonês estava pressionado pelo governo chinês e pela política doméstica. Por esse motivo, o gabinete de Noda pensou em diversos cenários, baseado nas respostas de como a China lidou com os incidentes de 2010. Nesse contexto, o governo japonês optou por proceder de forma a nacionalizar as ilhas antes de Ishihara e antes da transição política que ocorreria na China. Segundo Nakano (2016, p.13, tradução nossa), o Japão assumiu que, caso o processo de nacionalização continuasse, “*as manifestações e os movimentos de boicote encorajariam os líderes políticos chineses a adotar uma política mais assertiva contra o Japão*”.

O governo chinês estava ciente das iniciativas de Ishihara e informou que, se ele comprasse as ilhas, causaria danos irreversíveis às relações bilaterais. As pressões do governo aumentaram quando Ishihara foi bem-sucedido em angariar contribuições financeiras voluntárias do público com o intuito de comprar as ilhas. Até junho, o governo de Tóquio conseguiu coletar 70,000 doações, totalizando mais de 1,1 bilhão de ienes em setembro de 2012 (DRIFTE, 2013).

O governo central japonês, todavia, prosseguiu com os interesses de nacionalizar as ilhas, e tal ação foi vista pelo governo chinês de forma negativa. A ação japonesa foi feita no dia 10 de setembro, e o anúncio causou uma avalanche de manifestações, sanções políticas e aumento de forças militares chinesas, tanto marítimas como aéreas, nas redondezas das ilhas Senkaku/Diaoyu²⁰¹ (FUJIHIRA, 2012; DRIFTE, 2013; COSTA, 2017). A segunda onda de

²⁰¹ Anteriormente, em agosto de 2012, um grupo de ativistas de Hong Kong foi em direção às ilhas, o que resultou na detenção e expulsão dos manifestantes por parte das forças de segurança japonesas. Porém, logo em seguida, ativistas nacionalistas japoneses desembarcaram nas ilhas e, apesar de violarem uma propriedade privada, não foram presos. Nesse sentido, o tratamento desigual dispensado por parte das autoridades japonesas aos grupos de

protestos também teve violência. A destruição de lojas, restaurantes, carros e ataques a cidadãos japoneses foram resultado dos violentos protestos em mais de 100 cidades chinesas. Ademais, houve um boicote aos produtos japoneses, o que significou uma queda de 3,9% das vendas de empresas japonesas em 2012 (DRIFTE, 2013).

Nesse contexto, os EUA sugeriram que o Japão não prosseguisse com o projeto de nacionalização das ilhas, visto que isso poderia levar a uma crise entre os países. Todavia, o Japão ainda assim optou por seguir a direção de nacionalizá-las, afirmando que o governo chinês estaria apoiando Noda na decisão.

O governo central japonês foi surpreendido pelo súbito anúncio de Ishihara em 16 de abril, e ficou totalmente absorvido com a prevenção do político rebelde de ir adiante com a compra das ilhas, temendo que ele iria complicar seriamente a relação entre o Japão e a China. (...) Para Ishihara, não se tratava apenas de comprar as ilhas, mas de construir instalações nelas. Para o governo Noda, comprar as ilhas pelo Estado era, portanto, o mal menor (DRIFTE, 2013, p.33, tradução nossa).

No que tange à atuação dos EUA no conflito, vale frisar que, em 2012, o senado norte-americano passou o “Ato de Autorização Nacional de Defesa”, no qual afirmava que, enquanto os EUA não tomassem uma posição sobre a soberania das ilhas Senkaku/Diaoyu, eles reconheceriam a administração do Japão sobre as ilhas supracitadas. Por esse motivo, considerava-se que as ações unilaterais de uma terceira parte não afetariam o reconhecimento dos norte-americanos em relação à administração japonesa.

O momento da disputa foi inapropriado, visto que ela ocorreu no período em que Xi Jinping e Shinzo Abe, duas lideranças nacionalistas, estavam ascendendo ao poder dentro de seus respectivos países e, por isso, esperava-se uma postura mais dura com relação à disputa em ambos os casos. Xi Jinping se tornou secretário Geral do PCC e presidente da Comissão Militar Central (CMC), enquanto Abe foi eleito presidente pelo PLD, em setembro de 2012, e primeiro-ministro em dezembro. Em 2012, completou-se os quarenta anos da normalização das relações diplomáticas entre os dois países, e estava previsto que muitas das atividades comemorativas acontecessem, mas estas foram canceladas ou postergadas.

Nesse tensionamento, ambos os países visaram alcançar as audiências internacionais. Nesse contexto, Abe “*ligando a disputa territorial sino-japonesa com outras disputas no Mar do Sul da China, (...) [tinha como] objetivo solidificar o fundamento político e normativo que reforçaria as concepções japonesas de justiça*” (NAKANO, 2016, p.14, tradução nossa). Ademais, em 2013, o governo japonês visou prevenir a cooperação entre Taiwan e China, assinando um acordo de direitos de pesca nas áreas disputadas.

cada nacionalidade fez com que a hostilidade da opinião pública chinesa em relação ao Japão crescesse, uma vez que os manifestantes japoneses não foram detidos (DRIFTE, 2013).

A China, por sua vez, em 2012, apresentou à Assembleia da ONU uma cópia de um documento anunciando a soberania das ilhas e acusando o Japão de roubo (NAKANO, 2016). Nota-se que ela foi resoluto, uma vez que sua vantajosa posição no sistema resultou no interesse do gigante asiático em demonstrar seu poder diante do Japão e dos EUA, no sentido de que o país não estaria disposto a ceder em relação às disputas territoriais. Entretanto, como veremos a seguir, para não alardear percepções de ameaça ou minimizá-las, o gigante asiático buscou instrumentalizar as ilhas internacionalmente.

Justificar as ações chinesas somente no âmbito das transformações de suas capacidades relativas no sistema internacional é insuficiente, por isso devemos argumentar também que a intensidade da reação e da demonstração de poder pode ser explicada por questões internas no momento da mudança na liderança chinesa e expectativas com relação à sociedade chinesa sobre o partido. Afinal, as instituições domésticas (o sistema político) impulsionaram o PCC a se legitimar constantemente perante as expectativas da sociedade e o crescente nacionalismo popular tem um importante impacto nesse ponto. Havia certo alinhamento entre as expectativas das lideranças chinesas e de parcela da população com relação ao incidente das ilhas de 2012, evidente, sobretudo, diante do nacionalismo crescente que foi impulsionado pelo PCC desde 1990 e que tomava formas *bottom-up* posteriormente (GRIES, 2004; ZHAO, 2013a).

O governo chinês permitiu que algumas manifestações ocorressem e afirmou apoio a algumas delas. Weiss (2013, p.33, tradução nossa) argumenta que “*os líderes autoritários podem se beneficiar internacionalmente gerenciando protestos nacionalistas para sinalizar suas intenções diplomáticas. (...) O espectro dos protestos nacionalistas dá aos líderes autoritários um mecanismo visível para comunicar o grau de restrição interna à política externa*”.

Hong Lei, o representante do Ministro de Relações Exteriores, explicitamente mencionou as demonstrações anti-Japão como defensoras da soberania chinesa durante a intensificação dos incidentes. Quando questionado sobre a posição da China a respeito das manifestações que ocorreram em grande parte do país com a nacionalização das ilhas por parte do Japão, a liderança respondeu:

Cidadãos chineses em várias partes da China tomaram espontaneamente as ruas em protesto contra a “compra” ilegal das Ilhas Diaoyu pelo governo japonês, denunciando o desafio colocado pelo lado japonês na vitória da Guerra Mundial Antifascista, bem como em relação à ordem internacional do pós-guerra. Eles demonstraram a sua posição justa e o seu patriotismo, e construíram um forte impulso para salvaguardar a soberania, defender a integridade territorial e defender a justiça (...) já se passaram os dias em que a nação chinesa estava sujeita à intimidação e à humilhação (HONG, 2012).

Contudo, o governo chinês optou por não televisionar parte das manifestações que ocorreram em setembro, preferindo manter propagandas pró-China e questões sobre a soberania das ilhas Senkaku/Diaoyu por meio de reportagens na CCTV (China Central Television) de organizações chinesas criticando o Japão e apoiando o PCC (ZHAN, 2014). Afinal, o PCC sempre visou controlar as manifestações populares para que elas não se transformassem em críticas ao governo.

Como resultado desse tensionamento, em 2012, a China emitiu o livro branco de defesa intitulado “*Diayu Dao, an Inherent Territory of China*”, defendendo as ilhas como parte do território chinês e exemplificando todos os posicionamentos da China em relação à soberania das ilhas. No dia 13 de dezembro de 2012, logo após a ascensão de Xi Jinping, uma aeronave Y-12 pertencente à *State Oceanic Administration (SOA)*, uma entidade estatal chinesa, fez a primeira intrusão não autorizada no espaço aéreo reivindicado pelos japoneses pela primeira vez na história. O dia foi propositalmente escolhido pela data do Massacre de Nanquim.

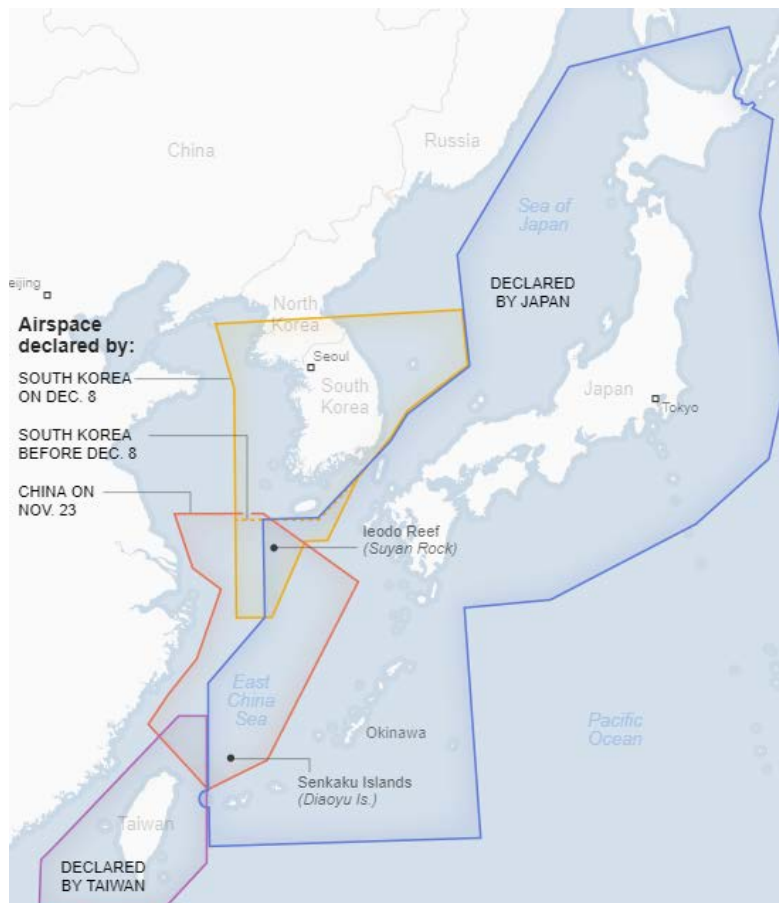
Em julho de 2013, a China realizou seu primeiro voo militar pelo do Estreito de Miyako, enviando uma aeronave de alerta antecipado Y-8 por meio da hidrovia estrategicamente importante situada entre a ilha principal de Okinawa e a Ilha de Miyako. Tais águas se encontram em uma das poucas rotas internacionais pelas quais as forças aéreas e navais chinesas conseguem ultrapassar os confins da primeira cadeia de ilhas e entrar no Pacífico Ocidental (BURKE et al, 2018). Dois meses depois, a China realizou seus dois primeiros voos de bombardeiros de longo alcance pelo Estreito de Miyako; durante a experiência, as aeronaves militares ultrapassaram o limite do canal antes de retornar ao Mar da China Oriental.

Além disso, treinamentos navais começaram a ocorrer de forma mais evidente em 2013 com o objetivo de aumentar a efetividade de combate da marinha chinesa. Nesse contexto, foi lançado o livro branco “*The Diversified Employment of China’s Armed Forces*”, onde havia menção explícita ao Japão. No documento, afirma-se que “*sobre as questões relativas à soberania territorial da China e aos direitos e interesses marítimos, alguns países vizinhos estão tomando medidas que complicam ou exacerbam a situação, e o Japão está causando problemas sobre a questão das Ilhas Diaoyu*” (apud ZHAN, 2014, p.108, tradução nossa).

Em novembro de 2013, a China demarcou a ADIZ sobre o MLC, que mencionamos anteriormente, o que trouxe manifestações do governo japonês e, inclusive, do norte-americano, como uma crítica à medida unilateral adotada pela China. Além disso, segundo Itoh (2017, p.227), em 2014, o governo chinês começou a construir uma base militar na ilha de Nanxi, na província de Zhejiang, localizada a 188 milhas ao Nordeste das ilhas Senkaku/Diaoyu, sendo

mais próxima, inclusive, em comparação com a própria ilha de Okinawa em relação às ilhas disputadas com o Japão.

Figura 12: ADIZ chinesa no Mar do Leste da China

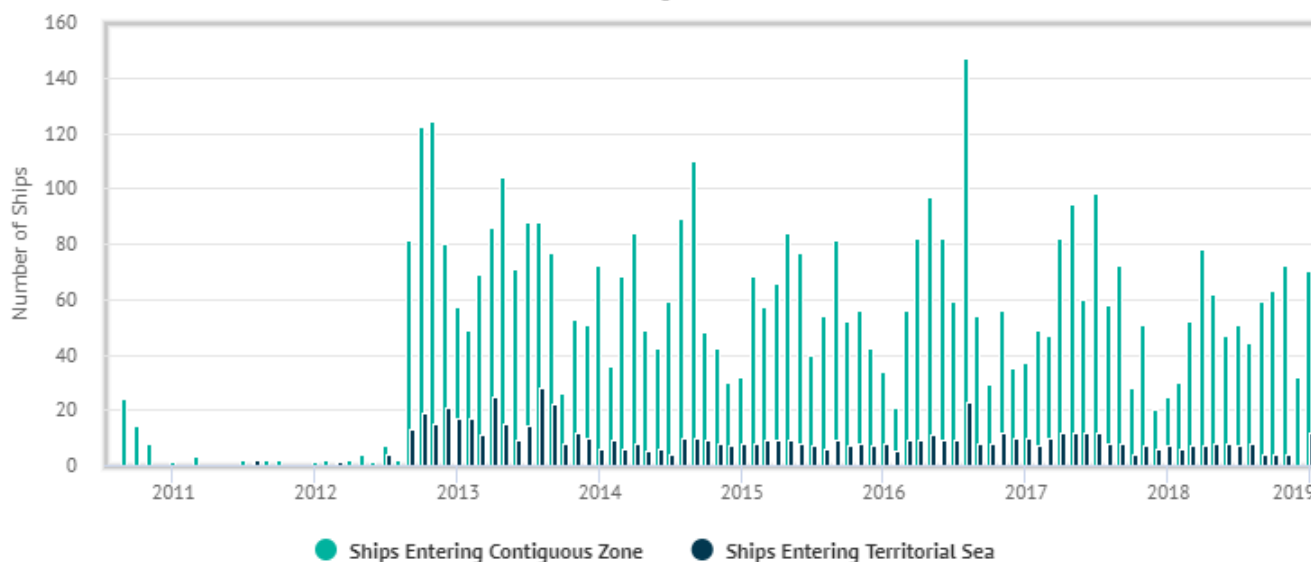


Fonte: NY TIMES (2013)

Em 2013, o governo de Barack Obama demandou que ambos os países apaziguassem o conflito. Como resposta à assertividade chinesa, Obama reiterou as afirmações de que as ilhas estavam sob o resguardo do Tratado de Segurança Mútua entre Japão e EUA. O posicionamento de Obama marcou a primeira vez que um presidente norte-americano se posicionava sobre o assunto; inclusive, vale enfatizar que, após sua primeira declaração, o presidente continuou afirmando, sucessivamente, que as ilhas estavam sob a proteção do tratado nipo-americano (OBAMA, 2015). Nas palavras de Obama durante sua visita à Tóquio em 2014, constata-se que *“nosso compromisso com a segurança do Japão é absoluto e o artigo cinco abrange todos os territórios sob a administração do Japão, incluindo as ilhas Senkaku”* (apud THE GUARDIAN, 2014). Do ponto de vista militar, por exemplo, dois aviões norte-americanos B-52s sobrevoaram as ilhas Senkaku/Diaoyu em resposta ao ADIZ chinês (CHRISTENSEN, 2015).

Para além das incursões marítimas, as aeronaves chinesas, progressivamente, têm sobrevoado a região do MLC, tanto perto das ilhas Senkakus/Diaoyu quanto de outras ilhas do Japão. A China também aumentou a complexidade das operações na área, apresentando mais pacotes de comando e de controle por meio da utilização de aeronaves especializadas para missões, caças e bombardeiros. Esta atividade aérea foi justificada como sendo uma medida destinada a monitorar áreas soberanas dentro de sua jurisdição. Contudo, tais ações têm modificado a estrutura organizacional do Japão e vêm estimulando os acontecimentos relacionados às mudanças de oficiais e ao fortalecimento de bases no sudeste do Japão, assunto que debateremos no próximo Capítulo (BURKE et al, 2018).

Gráfico 7: Número de embarcações chinesas nas zonas contíguas e territoriais das Ilhas Senkaku/Diaoyu



Fonte: AMTI (2017)²⁰²

Nos anos seguintes, os países buscaram retomar as conversas e, em setembro de 2014, Tóquio e Pequim criaram um mecanismo para momentos de crise que envolvesse questões no MLC. O *High Level Consultation on Maritime Affairs* persiste até os dias atuais e já contou com dez rodadas de negociações entre os países. Em novembro de 2014, também foi realizada a Cúpula entre China e Japão, evento no qual ambos concordaram em cooperar para diminuir as tensões marítimas e promover a paz. Shinzo Abe pontuou que “*é importante cooperar mutuamente em vários níveis em quatro pontos: (i) promover a compreensão mútua entre os cidadãos; (ii) aprofundar relações econômicas; (iii) estimular a cooperação no Mar do Leste da China; e (iv) estabilizar o ambiente de segurança na Ásia Oriental*” (MOFA, 2014d).

²⁰² As águas territoriais são águas localizadas a 12 milhas de determinado território, e a zona contígua é uma área de até 12 milhas náuticas somadas com as 12 milhas do mar territorial.

A despeito da busca pelo reestabelecimento das relações, navios e embarcações chineses continuam representando uma ameaça para o Japão e as incursões marítimas chinesas e suas demonstrações de poder, apesar de diminuírem em termos numéricos, não desapareceram. Tal posicionamento nos permite inferir que as transformações do equilíbrio de poder da China têm afetado seu comportamento marítimo mais assertivo, que vem se transformando desde Hu Jintao e a crise econômica de 2008, como mencionamos anteriormente.

Além disso, na Estratégia Militar chinesa de 2015, há um explícito argumento do governo chinês sobre a necessidade da China de retomar seus olhares para os oceanos, transformando-se em um poder marítimo, ou anfíbio. Ao mesmo tempo em que a China tem buscado expandir suas relações e sua atuação no continente por meio dos projetos infraestruturais, o governo chinês vem direcionando esforços para o fortalecimento e a modernização de sua marinha.

A mentalidade tradicional de que a terra supera o mar deve ser abandonada e grande importância deve ser dada à gestão dos mares e oceanos e à proteção dos direitos e interesses marítimos. É necessário que a China desenvolva uma estrutura de força militar marítima moderna compatível com seus interesses nacionais de segurança e de desenvolvimento, proteja sua soberania nacional e seus direitos e interesses marítimos, proteja a segurança de SLOCs estratégicos e interesses estrangeiros, e participe da cooperação marítima internacional de forma a fornecer apoio estratégico para a construção de um poder marítimo (MODC, 2015, p.16, tradução nossa).

Cabe ressaltarmos outros dois acontecimentos envolvendo as ilhas. Um foi no dia 9 de junho de 2016, quando um navio de guerra chinês adentrou na proximidade das águas contíguas das ilhas e teve como resposta às críticas do governo de Tóquio. O navio ficou dentro do território das águas contíguas somente durante uma hora e rumou para o Oceano Pacífico (NYTIMES, 2016). O outro ocorreu no dia 5 de agosto de 2016, quando entre 200 e 300 navios pesqueiros chineses abruptamente passaram pelas águas próximas das ilhas Senkaku/Diaoyu. Nos quatro dias seguintes, 23 embarcações da Guarda Costeira Chinesa (GCC) escoltaram barcos pesqueiros nas proximidades marítimas do território disputado. Não houve escalonamento, mas o acontecimento sem dúvidas alertou o Japão sobre as ações chinesas e as suas estratégias de *gray-zones*, nos permitindo observar a crescente confiança chinesa e as suas atividades marítimas.

Uma importante ponderação sobre o acontecido é que a ação realizada pode ser uma resposta do governo chinês aos comentários do Japão a respeito da resolução da Corte de Haia sobre o MSC e a disputa territorial entre China e Filipinas. Em 2016, a Corte Permanente de Arbitragem (CPA) do Tribunal Internacional de Haia tomou uma decisão em favor das Filipinas na disputa sobre o MSC, concluindo que a China não tem base legal para clamar "direitos

históricos" sobre a maior parte das águas do Mar da China Meridional. Em resposta ao acontecido, o Japão apoiou a decisão e afirmou a necessidade de seguir as regras internacionais. A China, entretanto, se recusou a aceitar o posicionamento da organização internacional, tanto que, em 2017, divulgou seu livro branco sobre cooperação e segurança no Ásia-Pacífico, apresentando o aumento das conversas entre China e Japão, bem como entre China e Índia. O ponto mais importante do documento, contudo, é a afirmação sobre o MSC e referente às decisões internacionais, onde está expresso que *“nenhum esforço para internacionalizar e judicializar a questão do Mar do Sul da China será de alguma utilidade para sua resolução; só tornará mais difícil resolver a questão e colocará em risco a paz e a estabilidade regional”* (SC, 2017, tradução nossa).

Postula-se que a ação de barcos pesqueiros chineses ao adentrarem no MLC junto a embarcações chinesas na função de escoltas pode ter sido um sinal do governo chinês para que o Japão não se envolvesse no MSC.

Os conflitos de 2010 e 2012 intensificaram a rivalidade entre os dois países e ocasionaram, progressivamente, a insegurança no Leste Asiático como um todo. Nesse contexto, o incidente das ilhas na segunda década do século XXI impulsionou os governos a perseguirem campanhas de propagandas para legitimar a soberania das ilhas e sua legitimidade nos âmbitos internacional e doméstico.

5.1.1.2.4 A INSTRUMENTALIZAÇÃO INTERNA E EXTERNA DAS ILHAS SENKAKU/DIAOYU PARA A CHINA

Discursos oficiais e propagandas podem ser um instrumento de poder político das nações e são importantes para impulsionar um alinhamento da sociedade com o Estado. Além disso, são uma relevante ferramenta para o ambiente internacional, permeiam a política dos países e, inclusive, são utilizados em instituições internacionais, como a Liga das Nações. Segundo Carr (1999) *“a propaganda é hoje em dia tão amplamente reconhecida como uma arma política nacional a tal ponto que cláusulas quanto a seu uso são bastante comuns em acordos internacionais”* (CARR, 2001, p.179).

Apesar de serem diferentes as questões sobre propagandas em regimes totalitários e democracias (CARR, 2001), deve-se considerar que o PCC depende da legitimidade interna para se manter no poder, como argumentamos ao longo do trabalho (SHIRK, 2007). As propagandas, a utilização de meios de comunicação e a própria educação, do nosso ponto de vista, são importantes mecanismos para tal fim. Em conformidade com esse pensamento, Carr

(2001, p.178), citando um general alemão, compara o uso das propagandas com a utilização de recursos ofensivos contra adversários: “*da mesma forma que lanço obuses nas trincheiras inimigas, ou gás venenoso no inimigo*”, escreveu o General alemão, que foi o principal responsável pelo envio de Lenin e seus seguidores, num trem selado para a Rússia, ‘eu, como um inimigo, tenho o direito de usar a propaganda contra ele’”.

Internamente, a China, desde a fundação do PCC, vem instrumentalizando a ameaça externa, sobretudo o Japão na década de 1990, com a educação patriótica para fomentar o nacionalismo e a coesão nacional. No que diz respeito aos acontecimentos desde 2010, mas principalmente após 2012, o PCC optou por realizar propagandas internas e externas para divulgar o Japão como ameaça, visando deslegitimar a posição do arquipélago em relação às ilhas e à sua imagem de “país pacífico”.

Contudo, devemos expor que o nacionalismo pode ser uma faca de dois gumes, assim como a instrumentalização das ilhas. Portanto, ao instrumentalizar as ilhas internamente, mas controlar os movimentos nacionalistas, estimulando-os em certos momentos e abafando-os em outros, as lideranças chinesas conseguem transparecer uma imagem do Japão como ameaça e ao mesmo tempo tentam evitar questionamentos sobre a legitimidade do PCC.

Durante o período, as propagandas ocorreram por meio de documentos oficiais, como o livro branco de 2012, e, também, estavam presentes em programas de TV e em discursos para reafirmar o Japão como uma ameaça.

Como o Japão ocupa um papel antagonico central na campanha de educação patriótica e a disputa de Diaoyu/Senkaku aparece com frequência na imprensa, não é mais possível minimizar a questão na China. (...) Como ganhar o controle das ilhas Diaoyu/Senkaku também é uma meta que apela a todos os setores da sociedade chinesa, o governo se beneficia da atuação em relação ao Japão para manter esse espetáculo em andamento (LIU, 2016, p.139, tradução nossa).

Segundo Callahan (2015), a humilhação nacional e a narrativa persistem desde a década de 1990 com a campanha de educação patriótica, que foi criada para estimular a atenção da juventude para a ameaça externa e não para criticar ao partido. Por esse motivo, o Japão continua sendo exaltado como uma ameaça, a despeito das relações econômicas entre os países. Mesmo em 2017, a Segunda Guerra Sino-Japonesa foi reinterpretada nos livros de história chineses, sendo aumentada em seis anos, uma vez que, antes, a guerra era considerada de 1937 até 1945, e passou a constar como iniciada em 1931²⁰³.

A campanha nacional de educação contra a humilhação/patriotismo da China impulsionou imagens desumanizadas dos japoneses como bárbaros no comércio

²⁰³ Mais informações podem ser encontradas no seguinte link <<https://www.theguardian.com/books/2017/jan/13/china-rewrites-history-books-to-extend-sino-japanese-war-by-six-years>> Acesso em: 10 de janeiro de 2019.

mediático da República Popular da China. Em 2012, por exemplo, 60% dos filmes e programas de TV feitos nos principais estúdios da Hengdian World eram sobre a Guerra Anti-Japonesa (1937-1945), e cerca de 700 milhões de japoneses foram mortos em todos os filmes chineses naquele ano (...) (A população total do Japão em 2012 era de 127 milhões.). Isto não é uma coincidência ou uma consequência do regime de censura da China que torna os tópicos mais contemporâneos fora dos limites para os cineastas. Especialmente desde que Xi Jinping chegou ao poder, pintar o Japão como um Estado bárbaro e militarista tornou-se um objetivo-chave do soft power chinês (CALLAHAN, 2015, p.222, tradução nossa).

De acordo com Callahan (2015), a própria estratégia inaugurada por Xi Jinping do “Sonho Chinês”, mesmo que seja uma expressão positiva da aspiração nacional pela grandiosidade, é, igualmente, uma estratégia que cultiva a identidade de um nacionalismo crítico ao ocidente e ao Japão. No caso da ameaça japonesa e da sua instrumentalidade, Shirk (2007, p. 258, tradução nossa) aponta que *“o esforço pós-Tiananmen do Partido Comunista para reconstruir sua legitimidade por meio da campanha de educação patriótica é amplamente responsável pelo aumento do nacionalismo antiestrangeiro entre os jovens de hoje”*.

Considerando a instrumentalização das ilhas para estimular o nacionalismo, a coesão nacional e, conseqüentemente a legitimidade do PCC, o governo chinês redimensiona os problemas do partido para a ameaça externa e não para a corrupção do próprio aparato governamental, sendo um elemento de dispersão (LIU, 2016). Durante o escalonamento de 2012, o governo chinês tomou atitudes resolutas com o interesse de sinalizar, para a população, a sua capacidade de lidar com o conflito diante, sobretudo, da efervescência de movimentos nacionalistas que emergiram no país.

O governo procurou aprofundar as emoções patrióticas de seus cidadãos. A mídia chinesa relatou fielmente cada um desses passos na tentativa de convencer o público chinês de que a China estava preparada para defender seus territórios. As histórias da mídia também enfatizaram que os chineses que vivem no exterior apoiaram essas ações, como evidenciado por sua participação em manifestações que protestavam contra sua oposição às reivindicações do Japão em relação às ilhas. (...) Quando algumas das manifestações saíram do controle, tornou-se evidente que as multidões de nacionalistas chineses enfurecidos também podiam pressionar o governo chinês. Talvez em uma tentativa de conter a raiva, os meios de comunicação na China pararam de relatar os protestos internos (ZHAN, 2014, p.106, tradução nossa).

Do nosso ponto de vista, manifestações internas trazem visibilidade para ações do governo que sejam resolutas e que, ao mesmo tempo, pressionem o próprio país a agir em conformidade com a expectativa do crescente nacionalismo (CAIRNS; CARLSON, 2016). Inicialmente, o governo permitiu as manifestações populares e, ao passo que o tensionamento das ilhas se desenvolveu, o People's Daily e outros grandes meios de comunicação chineses também publicaram comentários que variavam de “simpatia” pelas manifestações até apoio total a elas (CAIRNS; CARLSON, 2016, p.39). Foram permitidas manifestações não só nas ruas, como também nas próprias mídias sociais chinesas, como o Weibo, principal mídia social

chinesa que se assemelha ao *Twitter*. Todavia, como mencionamos anteriormente, as manifestações detinham características para além de protestos anti-Japão e eram denotadas, sobretudo, nas plataformas online, por críticas ao próprio regime (CAIRNS; CARLSON, 2016).

Nesse sentido, a China começou a censurar, na internet, manifestações de cidadãos chineses, enquanto permitiu que mobilizações nas ruas se desenvolvessem somente por um determinado tempo. Como os ensinamentos da história de grandes movimentos populares na China nos demonstra, o PCC instrumentalizou a disputa territorial para ganhar apoio doméstico e obter a legitimidade do regime; entretanto, Pequim não está disposto a permitir que protestos anti-japoneses continuem por muito tempo por receio de perder o controle sobre tais manifestações (WIEGAND, 2011). Com isso, o governo reprimiu as manifestações e não as televisionou, mas o assunto das ilhas e do Japão continuaram na forma de entrevistas com membros do governo e especialistas.

O governo passou a divulgar mais notícias e a tomar mais posicionamentos em relação às ilhas Senkaku/Diaoyu, apresentando constantemente em noticiários as ações marítimas e aéreas do país nas proximidades das ilhas. Portanto, existe uma dualidade na instrumentalização das ilhas Senkaku/Diaoyu por parte do governo chinês. Tal dualidade ocorre na medida em que o governo visou instrumentalizar as ilhas para legitimar suas ações internamente e fomentar o nacionalismo e a coesão nacional no escalonamento de 2012 e, ao mesmo tempo, precisou censurar e controlar manifestações que passaram a enfatizar críticas ao partido.

No que diz respeito à propaganda interna, a *China Oceanic Press* publicou uma versão comercial do livro branco de 2012 sobre as ilhas Senkaku/Diaoyu como parte inerente do território chinês, e distribuiu panfletos informativos sobre a soberania chinesa (CHINA NEWS, 2012). Reportagens circularam sobre a soberania das ilhas, como pode ser observado na notícia do Renmin Ribao de 26 de setembro de 2012, que apresenta detalhamentos sobre o pleito chinês (RENMIN RIBAO, 2012). Em fevereiro de 2013, por exemplo, a CCTV televisionou as operações de três barcos de vigilância operando em águas próximas das ilhas disputadas (BBC, 2013).

Além disso, o governo chinês lançou o site *Diaoyudao.org*, com informações em inglês, mandarim, holandês, francês, japonês, árabe, russo e espanhol sobre as ilhas, apresentando livros, documentos oficiais e até mesmo algumas notícias que foram publicadas sobre o assunto. No mesmo site, o governo apresenta as rondas de patrulha da GCC desde 2014, buscando demonstrar o controle do governo sobre as águas territoriais do entorno das ilhas em um esforço para garantir a legitimidade doméstica e internacional (DIAOYUDAO.ORG, s/d). As ilhas são

instrumentalizadas para fomentar a legitimidade do partido e a coesão nacional, trazendo questionamentos do Japão como “ladrões” e malfeitores.

Para além de um interesse de mobilizar a legitimidade interna, argumentamos que a China objetivou, por meio de propagandas, legitimar suas ações marítimas e reivindicações externamente. Os incidentes de 2010 e 2012 elevaram o debate sobre a eclosão de uma possível guerra entre Japão e China, e diversas notícias passaram a circular nos mais diversos veículos midiáticos internacionais sobre o tensionamento da disputa. A China buscou internacionalizar a disputa, fazendo acusações às atitudes do Japão na ONU com o discurso de Yang Jiechi em setembro de 2012. Para além disso, a China investiu na divulgação de diversas propagandas sobre o território das ilhas como parte inalienável do gigante asiático, tentando alcançar as audiências internacionais e conquistar apoio ante o Japão (DRIFTE, 2013; COSTA, 2017).

Em linhas gerais, o governo chinês tem iniciado um processo de investimento em redes de comunicação e mídias chinesas, tornando-as mais “globalizadas” por meio de programações direcionadas para o público estrangeiro nos mais diversos idiomas (Espanhol, Inglês, Árabe e outros). Tal iniciativa é um dos interesses chineses por expandir seu poder cultural e sua influência internacionalmente.

A China lançou uma estratégia mais sofisticada e assertiva, cada vez mais voltada para o público internacional. A China está tentando remodelar o ambiente de informação global com infusões maciças de dinheiro - financiamento de publicidade paga, cobertura jornalística patrocinada e mensagens positivas fortemente massageadas de impulsionadores. Enquanto dentro da China a imprensa é cada vez mais rigidamente controlada, no exterior, Pequim tem procurado explorar as vulnerabilidades da imprensa livre para sua vantagem. Em sua forma mais simples, isso envolve o pagamento de suplementos de propaganda chineses para aparecer em dezenas de publicações internacionais respeitadas, como o Washington Post (THE GUARDIAN, 2018, tradução nossa).

A internacionalização da mídia da China está alinhada com as ideias do governo chinês no século XXI, sobretudo, com as do governo de Xi Jinping. Para além de críticas ao Japão ou apresentações sobre a soberania das ilhas, o líder objetivou investir nas indústrias e nas empresas de telecomunicações chinesas com o intuito de “contar bem a história da China” (CHINA DAILY, 2019, tradução nossa). A *Xinhua News Agency*, por exemplo, já detém mais de 180 escritórios internacionais, superando diversas mídias convencionais, como a Reuters e a *Agence France Press* (BECARD; FILHO, 2019). Somente entre 2009 e 2010, por exemplo, o valor investido nas mídias chinesas foi de US\$ 880 bilhões (YOMIURI SHIMBUN, 2014c). Como pontuam Sun (2015) e Becard e Filho (2019), apesar da expansão e da internacionalização das mídias chinesas terem como objetivo contar a história do país e diminuir as diferenças entre a autoimagem e a percepção que o mundo detinha da China, as ações chinesas se tornaram fontes de ansiedade no Ocidente. Afinal, as demonstrações de poder

no MLC e no MSC influenciaram a percepção negativa dos outros países no sistema internacional.

Já no incidente de 2010, em outubro, o governo chinês iniciou uma campanha nos EUA por intermédio de propagandas em diversos jornais norte-americanos. Outra tática foi o protesto da China durante uma das reuniões anuais do FMI e do Banco Mundial em Tóquio, à qual bancos chineses e o Ministro das Finanças da China não compareceram como forma de protesto e pressão (YOMIURI SHINBUN, 2012).

Segundo o jornal *Yomiuri Shinbun* (2013a, tradução nossa), propagandas criticando o Japão “foram levadas ao redor do mundo nesses grandes jornais (...). Eles incluíam jornais em países surpreendentemente pequenos ou menos conhecidos, incluindo nações insulares no Pacífico e em países na África. (...) Diplomatas chineses frequentemente apareciam em vários programas de TV de diversos países para criticar o Japão”. Além disso, o *China Daily* expressou críticas severas ao governo japonês, principalmente no que tange ao crescimento da direita no Japão. Na notícia, afirmava-se que as pessoas no mundo todo e os políticos não seriam enganados pelo desempenho de “certos palhaços na arena política japonesa que querem atrair a atenção. (...) Qualquer que seja o truque que o Japão possa utilizar, fazer lobby com políticos ocidentais, distribuir panfletos ou gastar muito dinheiro em propaganda, ele não pode mudar o fato de que as Ilhas Diaoyu pertencem à China” (CHINA DAILY, 2012, tradução nossa).

No livro editado por Thomas Hollihan de 2014 intitulado “*The Dispute over the Diaoyu/Senkaku Islands*”, diversos autores apresentam o papel das mídias nessa instrumentalização de ambos os países de ameaça um do outro. Zhan (2014) apresentou que a empreitada mundial chinesa sobre as ilhas alcançou os mais diversos jornais internacionais. No dia 23 de outubro de 2012, por exemplo, uma carta aberta do embaixador chinês foi publicada no jornal *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, declarando que as ilhas Diaoyu pertenciam à China e confirmando os esforços do país para garantir a paz.

No dia 31 de outubro, Kong Quan, o embaixador chinês na França, publicou um artigo no *Le Monde* intitulado “*La Chine est propriétaire des îles Diaoyu et non le Japon*”, onde argumenta que os documentos de história franceses são exemplos de como as ilhas Senkaku/Diaoyu são parte inalienável do território chinês (ZHAN, 2014). Na carta, Kong escreve que demandou aos seus colaboradores que consultassem arquivos da biblioteca nacional francesa, solicitando os mapas feitos por Guillaume Delisle em 1772, Didier Robert de Vaugondy em 1778 e Alexandre Blondeau em 1817, alegando que “*todos esses mapas demonstraram claramente que as ilhas Diaoyu pertencem à China*” (KONG, 2012, tradução nossa).

No dia 1 de novembro de 2012, Liu Xiaoming, embaixador chinês no Reino Unido, escreveu para o *Financial Times* sobre as atitudes japonesas no incidente e reiterou que as ilhas pertenciam à China. Além disso, enfatizou constantemente que o arquipélago precisaria aprender com a Alemanha sobre como encarar o passado (LIU, 2012). Em 2014, Liu também fez críticas à visita de Shinzo Abe ao Yasukuni Shrine em 2013, comparando o militarismo japonês a um famoso personagem de filme hollywoodiano de grande bilheteria, *Voldemort*. Nesse sentido, o embaixador chinês apelou para uma figura fictícia reconhecida internacionalmente para criticar a postura da liderança japonesa e enfatizar que o “mal do militarismo” não foi erradicado no Japão (LIU, 2014).

No final de 2013, o governo chinês modificou sua estratégia internacionalmente e, ao invés de mobilizar a atenção para o Japão e para a questão das ilhas Senkaku/Diaoyu, enfatizou discursos sobre a história e a dificuldade do arquipélago de aceitar o passado. Assim, o governo chinês criticou a visita de Shinzo Abe ao Santuário Yasukuni e reiterou sobre os horrores vivenciados pela China durante a guerra (YOMIURI SHINBUN, 2014a). Em março de 2014, por exemplo, pela primeira vez, o governo chinês aceitou um processo demandando que as companhias japonesas pedissem desculpas e compensassem as pessoas, os familiares e/ou o governo chinês pelo trabalho forçado durante a Segunda Guerra Mundial, algo que não tinha feito até então devido aos receios da deterioração das relações entre China e Japão (YOMIURI SHINBUN, 2014b). Segundo Amako (2014), a China tem feito tais ações “*porque as questões históricas são o maior ponto fraco para o primeiro-ministro Abe, que é amplamente considerado como se estivesse se inclinando para a direita (...) Eles estão tentando fazer com que os países europeus se identifiquem com eles, destacando sua posição como vítimas*” (apud YOMIURI SHINBUN, 2014b, tradução nossa).

Como parte de uma campanha destinada ao público nacional e internacional, a mídia *Xinhua* publicou um site que versa sobre a invasão japonesa na Segunda Guerra Mundial e sobre a vitória chinesa. Lá, é possível encontrar relatos de 1949 até 2015 nos mais diversos idiomas, bem como acessar um jogo interativo sobre questões históricas do conflito²⁰⁴. No site, existem, ainda, menções do importante papel estratégico que a China detinha durante a guerra, apresentando posicionamentos de Stalin, Roosevelt e Churchill. Tal site tinha como objetivo o alcance nacional e internacional, promovendo a legitimidade do PCC e a coesão nacional contra uma ameaça comum, criando o “eu” e o “outro”.

²⁰⁴ Disponível em: http://fms.news.cn/swf/kzdt_2015sjxw/index.html Acesso em 10 de janeiro de 2018.

Um dos pontos mais importantes do site em relação ao Japão foi a comparação feita entre o governo alemão e o governo japonês no que tange aos pedidos de desculpas de ambos os países. Na comparação, o governo chinês estabeleceu cinco critérios: atitude do governo (政府态度); julgamentos com base na lei (律法层面); educação sobre a guerra no país (历史教育); compensações de guerra (战争赔偿) e raízes históricas (历史根源). Em todos os pontos, aparecem críticas ao governo japonês que podem ser vistas sumarizados na tabela abaixo (TABELA 2) (XINHUA, 2015, tradução nossa).

Tabela 2: Comparação de atitudes dos Governos da Alemanha e do Japão realizada pela Xinhua

Alemanha	Japão
<p>Encara a História (直面历史) Desde o final da Segunda Guerra Mundial, muitos presidentes alemães e primeiros-ministros levaram a cabo reflexões, desculpas e remorsos em nome do povo alemão em diferentes ocasiões.</p>	<p>Nega a Agressão (否认侵略) Existem forças políticas no Japão que se recusam a reconhecer as responsabilidades da guerra. Em particular, depois que Shinzo Abe se tornou primeiro-ministro novamente em 2012, ele constantemente fez discursos e ações que distorcem a história.</p>
<p>Legislação severa (严厉立法) Na Alemanha, declarações públicas que apoiam ou negam crimes nazistas são violações extremamente sérias. A promoção da ideologia nazista sob qualquer forma e o uso de símbolos nazistas são proibidos.</p>	<p>Atitudes turvas (态度模糊) Em 1953, o governo japonês reimplementou o "Ato de Direito Militar", classificando os criminosos de guerra que morreram como homens que prestaram serviços públicos.</p>
<p>Compreensão correta da história (正确认识) Nas escolas alemãs, os alunos devem aprender sobre o Holocausto nas aulas de história e fazem visitas a campos de concentração e memoriais.</p>	<p>Evita a história (极力回避) Desde o final da Segunda Guerra Mundial, o Japão vem enfatizando suas perdas na guerra e tentou evitar menções aos danos que causaram aos outros países durante o conflito.</p>
<p>Responsabilidade ativa (积极担责) Os líderes do governo alemão realizaram compensações e reparações de guerra para o Reino Unido, os EUA, a URSS, a França, Israel, a Polônia, a antiga Checoslováquia e outros.</p>	<p>Falta de sinceridade (缺乏诚意) O Japão carece de respeito e sinceridade para com seus vizinhos do Leste Asiático, que foram os mais afetados pela agressão japonesa.</p>
<p>Crítica (彻底清算) O governo alemão continua realizando investigações sobre os crimes de guerra cometidos e sobre criminosos de guerra.</p>	<p>Mantém-se reservado (有所保留) Como representante supremo do poder na época, o imperador japonês escapou das acusações e, apesar do julgamento de líderes e organizações, alguns criminosos de guerra ainda podem ocupar posições importantes no Japão. Ressalta-se que o governo japonês também destruiu documentos sobre alguns acontecimentos antes dos julgamentos.</p>

Fonte: Elaboração própria com base no XINHUA (2015, tradução nossa).

Referente a tal ponto, em 2014, a Agência Central de Arquivos da China começou a publicar online, diariamente, arquivos de confissões de criminosos de guerra japoneses em chinês e em inglês, com o intuito de apresentar ao mundo as atrocidades cometidas pelo arquipélago (SCMP, 2014b). Como parte da campanha massiva contra o Japão, em 2015, o

governo chinês levou repórteres para campos de concentração de prisioneiros na China, apresentando os crimes cometidos pelo Japão no período.

Demonstrando que a história é um dos pontos que estimula as percepções negativas chinesas sobre o Japão e que alimenta a coesão nacional, Li Lishui, cidadão chinês que participou da guerra sino-japonesa através da logística de alimentos para soldados chineses, entendeu, na situação, que “*a maneira como os japoneses pensam sobre o Mar do Leste da China agora é como eles pensavam sobre o Nordeste da China. Eles não pararam no Nordeste, continuaram indo para o sul até Xangai e até o Sudeste Asiático*” (REUTERS, 2015, tradução nossa).

Nota-se que, mesmo com a mudança de enfoque nas propagandas, persistem notícias esporádicas sobre as ilhas Senkaku/Diaoyu nas mídias estatais chinesas e, em 2018, tanto *Xinhua* como o *China Daily* apresentaram reportagens sobre como o Japão ocupou as ilhas ilegalmente em 1895. Na mídia social *Weibo*, diversos perfis vinculados ao governo chinês passaram a divulgar e a compartilhar as notícias, enfatizando a ameaça japonesa e a postura imperialista de seu vizinho (WEIBO, 2018). No dia 21 de janeiro de 2018, por exemplo, diversas mídias chinesas, como a *People's Daily*, a CCTV e a *Global Times*, ressaltaram o aniversário de 123 anos da ocupação nipônica das ilhas Senkaku/Diaoyu. Diversos *posts* estão disponíveis no Weibo e podem ser acessados online, onde é possível ver imagens, menções a documentos, discursos e ações chinesas²⁰⁵. Alguns exemplos de propagandas na mídia social chinesa podem ser vistos nas figuras a seguir²⁰⁶.

²⁰⁵ Os perfis de ambas as mídias podem ser encontrados a seguir: CCTV <https://www.weibo.com/cctvxinwen?profile_ftype=1&is_search=1&key_word=%E9%92%93%E9%B1%BC%E5%B2%9B&is_hot=1#_0> e *People's Daily* <https://www.weibo.com/p/1002062803301701/home?profile_ftype=1&is_search=1&key_word=%E9%92%93%E9%B1%BC%E5%B2%9B&is_hot=1#_0> Acesso em: 10 de janeiro de 2019.

²⁰⁶ Ocorreram também censuras de filmes japoneses. De 2012 até 2015, nenhum filme japonês estreou nos cinemas chineses.

Figura 13: Imagens de propagandas sobre as ilhas Senkaku/Diaoyu no People's Daily (direita) e no CCTV (esquerda)



Fonte: WEIBO (2018)

Em um dos posts no Weibo, o *People's Daily* afirmou que:

Vamos avançar nisso juntos e transmitir a verdade! Há 123 anos, o Japão roubou as Ilhas Diaoyu. Na Primeira Guerra Sino-Japonesa de 1894, a China foi derrotada. Em 14 de janeiro de 1895, o governo Meiji no Japão decidiu secretamente “incluir as Ilhas Diaoyu em território japonês”. Em 21 de janeiro, o gabinete do governo japonês mais uma vez discutiu [a questão] e decidiu ocupar com força as Ilhas Diaoyu. Desde os tempos antigos, a Ilha Diaoyu e suas ilhas afiliadas têm sido território chinês. A China descobriu e deu o nome de Ilhas Diaoyu. As Ilhas Diaoyu pertencem à China! (WEIBO, 2018, tradução nossa).

Mesmo após o relativo apaziguamento dos tensionamentos em 2014, a China não deixou de perseguir propagandas internacionais que versavam tanto sobre as ilhas Senkaku/Diaoyu quanto sobre os problemas de história entre os dois países. No que diz respeito às Ilhas Senkaku/Diaoyu, cabe a menção do discurso realizado por Xi Jinping na Cerimônia de Comemoração do 90º Aniversário da Fundação do Exército Popular de Libertação em 2017 durante o qual ele afirmou que “*nós nunca permitiremos que, de qualquer forma e em qualquer momento, alguma pessoa, organização ou partido político tente separar qualquer parte do território chinês, e nem qualquer um deve esperar que toleremos qualquer tentativa de comprometer nossa soberania nacional, nossa segurança ou nossos interesses*” (XI, 2017, tradução nossa).

Em linhas gerais, ao passo que a China buscou promover internacionalmente sua imagem de vítima, promoveu, internamente, uma imagem heroica e resoluta. Contudo, a despeito das propagandas chinesas contrárias ao Japão e a favor de uma imagem positiva do

país, a China continuou sendo percebida como ameaça, como veremos no próximo Capítulo. Outrossim, veremos, no Capítulo seguinte, que o Japão também instrumentalizou as ilhas Senkaku/Diaoyu doméstica e internacionalmente, obtendo maior êxito do que a China em promover uma imagem de país pacífico internacionalmente. Afinal, a despeito da projeção econômica chinesa e de suas propagandas internacionais, percebe-se que sua assertividade no MSC e no MLC e que o preconceito do mundo em relação à emergência de uma “*China threat*” influenciam e impactam nas percepções dos outros países sobre quaisquer ações chinesas.

5.2 OS EUA NA ÁSIA NO SÉCULO XXI: UMA ÁGUIA CANSADA?

A supremacia norte-americana desde a década de 1990 caracteriza o sistema internacional como unipolar. Todavia, as transformações no equilíbrio de poder com a ascensão chinesa, a contínua importância da Rússia e o crescimento da Índia vêm acompanhando discursos sobre a decadência norte-americana, de acordo com os quais o mundo poderia estar vivendo um período de transição.

Seria esse sistema unipolar apenas um momento, como previam autores como Waltz (1993)? Ou seria uma configuração relativamente estável do sistema internacional, conforme afirmam autores como Wohlforth (1993; 1999)? Estaria a crise econômica indicando a transição do poder norte-americano e a sua decadência (ARRIGHI, 2008; WALLERSTEIN, 2004), ou, pelo contrário, reforçando a hegemonia dos EUA (FIORI et al., 2008)? Ou, ainda, é possível que o recente contexto econômico esteja simplesmente indicando o crescimento/ascensão dos outros países do sistema (ZAKARIA, 2008), e não necessariamente a queda do poder norte-americano?

Os EUA passam por uma crise desde 2008, mas a forma de compreender esse momento varia consideravelmente na literatura. Fiori et al. (2008) defende que a atual crise não significa a derrocada do poder norte-americano e, inclusive, serve para reconfirmar seu *status* no sistema internacional. Afinal, para o autor, momentos de crise e de expansão, de paz e de guerra, são características inerentes ao sistema internacional. Fareed Zakaria (2008), por sua vez, compreende que os EUA não enfrentam o seu declínio, mas a ascensão dos outros países²⁰⁷.

²⁰⁷ Para o autor, persistiria a supremacia militar norte-americana e, por esse motivo, ele está inclinado ao conceito do termo “uni-multipolaridade”, cunhado por Huntington (1999), que define a polaridade do sistema como muitas potências e uma superpotência. Huntington (1999) critica a concepção de unipolaridade, pois define que a unipolaridade denota a existência de um polo, sem outros poderes significativos, por esse motivo defende o termo uni-multipolaridade. Do nosso ponto de vista, tendemos a concordar com Wohlforth (1999), que o termo de Huntington complexifica mais do que agrega nas análises internacionais, posto que ele continua a informar um ponto: a existência de uma superpotência ou de um polo de poder.

Do nosso ponto de vista, concordando com Zakaria (2008) e Brooks e Wohlforth (2016, p.48), os EUA mantêm a superioridade econômica e militar, bem como a sua hegemonia. Não há uma decadência de sua supremacia, mas o crescimento de outros países. Por isso, “*os EUA são e permanecerão por muito tempo como o único Estado que pode buscar uma grande estratégia de engajamento profundo, que requer a capacidade de sustentar garantias de segurança confiáveis com aliados nos oceanos. A ascensão da China ao potencial emergente do nível de superpotência não altera essa realidade estrutural*” (BROOKS; WOHLFORTH, 2016, tradução nossa).

Resta uma pergunta: isso não iria de encontro à hipótese da presente tese, que assume tanto uma perda de poder relativo dos EUA como a existência de percepções sobre os problemas enfrentados pelo país, relativos à manutenção do sistema unipolar? Não, uma vez que não estamos negando a superioridade norte-americana, mas apontando que há um crescimento do poder relativo chinês, o que pode gerar problemas para ações dos EUA em contingências regionais asiáticas.

A supremacia norte-americana, evidente desde a década de 1990 com o fim da bipolaridade, trouxe diversas teses sobre quais estratégias os EUA poderiam adotar. Como apresentamos nos Capítulos anteriores, os EUA continuaram engajados com o interesse de manter a supremacia norte-americana e de promover a ordem liberal (PECEQUILO, 2003; DUECK, 2006). Por esse motivo,

Todo presidente desde George H.W. Bush comprometeu os EUA a manterem a primazia global americana e a aprofundar e expandir a ordem internacional liberal que se consolidou após a Segunda Guerra Mundial. Todos os presidentes também se comprometeram a enfrentar proativamente qualquer ameaça emergente ou ressurgente que pudesse interromper essa ordem mundial favorável em curto prazo, ao mesmo tempo em que buscaram se proteger de desafios mais profundos que pudessem ameaçar essa ordem em longo prazo (BRANDS; FEAVER, 2016, p.95, tradução nossa).

Contudo, cada política externa e cada decisão estratégica têm custos para, sobretudo, o pólo do sistema internacional. Nesse sentido, a política externa de expansão e de engajamento de George W. Bush (2001-2008) impactou diretamente os problemas que seriam herdados por Barack Obama em 2009. De fato, o governo de Bush trouxe problemáticas relacionadas à economia norte-americana e à legitimidade do país, que são evidenciadas no governo de Obama, marcado por questionamentos sobre as despesas dos EUA no Oriente Médio e acerca da possível incapacidade de o país atuar de forma efetiva em todo o sistema.

As invasões ao Afeganistão em 2001 e ao Iraque em 2003 foram controversas, visto que, ainda que o recurso da força militar seja uma ferramenta legítima de autodefesa, existia a

oposição explícita de vários setores da sociedade norte-americana e da comunidade internacional à doutrina de guerra preventiva e à ação norte-americana sem a ausência do consentimento do CSNU (SOLLER, 2010). A Doutrina Bush sobrevalorizava o poder militar norte-americano, que detinha um caráter expansivo e agressivo, enfraquecia organismos supranacionais, principalmente a ONU, devido ao seu unilateralismo, e estimulava ações preemptivas. Somente os recursos usados na primeira década da Guerra ao Terror custaram aos EUA quase 1,3 trilhões de dólares, o que desgastou não só a economia norte-americana, como também erodiu sua legitimidade internacional e doméstica (EVANS, 2013).

No Nordeste Asiático, as relações entre Japão e EUA estavam fortalecidas desde 1997. Já em relação à China, a reaproximação que estava se consolidando após o apaziguamento da crise do Estreito de Taiwan se deteriorou quando, em abril de 2001, uma aeronave chinesa colidiu com um avião norte-americano no MSC. Entretanto, o governo Bush buscou se aproximar da China e, com os ataques da Al-Qaeda, o apoio chinês estimulou a aproximação das relações entre eles. Segundo Christensen (2015), Bush optou por medidas conciliatórias com o gigante asiático. Um exemplo disso ocorreu quando, na efervescência de uma possível crise entre China e Taiwan, com a ascensão de Chen Shui-bian (2000-2008) como presidente de Taiwan – a liderança pró-independência –, os EUA não agiram de forma a apoiar a pequena ilha no MLC. Pelo contrário, o país visou apaziguar qualquer possibilidade de tensionamento entre a China continental e Taiwan.

Zhao (2015, p.78, tradução nossa) sintetiza o comportamento do governo Bush em relação à China na seguinte frase: os EUA tiveram problemas em formular um plano estratégico sobre como agir em relação à China. Oscilavam entre “*concepções sobre ou ver a China como uma ameaça estratégica que requer contenção ou como uma oportunidade estratégica que merecia engajamento*”.

Mesmo com o maior enfoque norte-americano para outras regiões do mundo, a Ásia continuou como um dos pontos de atenção dos EUA, e sua política direcionou-se para criar relações positivas e construtivas na região por meio de diálogos multilaterais de segurança e de economia. Contudo, ao passo que se fortaleciam relações mais cooperativas entre os EUA e a Ásia, o redimensionamento estratégico norte-americano para o Oriente Médio não trouxe efeitos positivos. Devido a esses problemas, a política externa de Bush para a Ásia foi ofuscada (GREEN, 2017; EVANS, 2013).

O governo de Barack Obama (2009-2016) herdou os problemas financeiros ocasionados pela crise de 2008 e pela atuação norte-americana no Afeganistão e no Iraque e, por esse motivo, perseguiu um caminho de desengajar os EUA desses conflitos. Nesse contexto, Barack Obama

viu-se forçado a procurar reconquistar a legitimidade internacional perdida pelos governos Bush, tendo em vista os problemas que mencionamos e o crescimento de outras potências. Tais questões fizeram com que a administração de Obama respondesse com uma estratégia que compreendia a necessidade de uma postura relativamente mais retraída e menos intervencionista (SOLLER, 2010).

Mesmo em sua campanha presidencial de 2008, Obama propôs um novo direcionamento da estratégia norte-americana, que reverteria as escolhas de política externa de seus predecessores. Nessa perspectiva, no artigo que escreveu à *Foreign Affairs* de 2007, intitulado “*Renewing American Leadership*”, Obama faz menções sobre os novos desafios que o mundo encontra e relata sobre uma nova visão da liderança norte-americana no século XXI (OBAMA, 2007).

Nesse sentido, Obama buscou desvincular a sua grande estratégia das ações e da política externa de Bush, principalmente no que tangia à atuação dos EUA no Oriente Médio. Por esse motivo, a administração de Obama enfatizou a diplomacia, o multilateralismo e o respeito à ordem internacional como pilares de sua política externa, distanciando-se do unilateralismo de Bush (PECEQUILO, 2010; BRANDS, 2017). No que tange à política externa de Obama e à sua grande estratégia, Brands (2017, p.102, tradução nossa) argumenta que:

Obama enfatizou a necessidade de injetar maior restrição, economia e precisão no uso do poder militar dos EUA; de dobrar o compromisso diplomático com amigos e rivais; e de “reequilibrar” a política americana geograficamente, à luz do surgimento da Ásia-Pacífico como o cockpit da geopolítica e da geoeconomia do século XXI. A grande estratégia de Obama poderia assim ser resumida – pelo menos na opinião do próprio presidente – em preservar a liderança norte-americana de uma ordem internacional eminentemente favorável, mas a custos reduzidos, por intermédio de uma diplomacia mais flexível e enérgica e de maneiras que refletissem melhor as transformações do poder no cenário internacional.

As ações iniciais de Obama com relação à China sintetizavam aspectos de sua política externa que priorizava o multilateralismo e o fortalecimento de relações construtivas com outros países do sistema internacional. Os objetivos da administração de Obama eram “*reconstruir laços com nossos aliados na Europa e na Ásia e fortalecer nossas parcerias em todas as Américas e na África*” (OBAMA, 2007, tradução nossa). Obama almejou uma postura conciliatória, compreensiva e cooperativa com o gigante asiático, a despeito dos problemas que começaram a surgir no MSC em 2009. Em um primeiro momento, exemplos da postura conciliatória norte-americana podem ser vistos em duas ações: quando Obama optou por não se encontrar com Dalai Lama – liderança espiritual do Tibet – e quando tardou em ratificar o acordo sobre a venda de armas para Taiwan (CHRISTENSEN, 2015; ZHAO, 2015).

No mesmo ano, a China e os EUA assinaram uma declaração conjunta afirmando que *“os dois lados concordaram que respeitar os interesses centrais dos países era de extrema importância para garantir o progresso das relações EUA-China”* (US-CHINA JOINT STATEMENT, 2009, tradução nossa). O importante ponto de tal declaração é o fato de que os EUA não mais declarariam o respeito aos interesses centrais da China em nenhum outro comunicado, uma vez que iriam de encontro até mesmo com a posição norte-americana em relação às disputas territoriais da China no MSC e no MLC.

No ano seguinte, as ações dos EUA mostraram-se contrárias ao esboçado em 2009, quando, em fevereiro de 2010, o líder norte-americano visitou Dalai Lama, atitude que o fez ser severamente criticado pela China. Ademais, vale observar que um pouco antes do ocorrido, em janeiro de 2010, a administração dos EUA aprovou a venda de um pacote de armas para Taiwan, e a China respondeu com diversas críticas ao posicionamento norte-americano.

Houve um comportamento dual dos EUA em relação à China. Por um lado, o país norte-americano reconheceu a China como uma potência global e realizou diversos diálogos estratégicos e econômicos com o gigante asiático; por outro, a administração norte-americana *“mostrou disposição para agir onde o comportamento da China violava os interesses dos EUA, o que causou instabilidade regional, e também trabalhou com seus aliados para engajar e balancear o crescente poder chinês”* (ZHAO, 2015, p.79, tradução nossa). Tal comportamento pode ser observado à luz da grande estratégia de Obama e da política do pivô para a Ásia, que correspondia inicialmente aos interesses de promover relações amistosas e cooperativas entre os países do ponto de vista econômico. Contudo, a estratégia do pivô logo se consolidou em um empreendimento mais proeminente no campo militar e no da segurança.

Em linhas gerais, o redimensionamento da estratégia dos EUA para a Ásia foi iniciado com a atuação de Hilary Clinton, a então Secretária de Estado dos EUA. Em 22 de julho de 2010, durante a reunião da ASEAN, Hilary afirmou que *“EUA está de volta e agora estou aqui para confirmar que estamos de volta e estamos aqui para ficar”* (apud ASEAN, 2010, tradução nossa). Na mesma reunião, Clinton asseverou que os EUA tinham interesses na livre navegação dos oceanos, bem como que respeitavam a lei internacional no MSC. A fala de Clinton marcou uma vitória para o Vietnã, que estava tentando internacionalizar a disputa territorial que possui com a China e, ao mesmo tempo, foi percebida como uma ameaça pelos chineses (CHRISTENSEN, 2015, p.258). As ações de Hilary esboçaram o início da estratégia norte-americana de pivô para a Ásia que veremos a seguir.

5.2.1 O PIVÔ PARA A ÁSIA NO SÉCULO XXI E OS SEUS PERCALÇOS

Nos últimos 10 anos, alocamos recursos imensos para esses dois teatros [Afeganistão e Iraque]. Nos próximos 10 anos, precisamos ser inteligentes e sistemáticos sobre onde investiremos tempo e energia, a fim de nos colocarmos na melhor posição para sustentar nossa liderança, proteger nossos interesses e promover nossos valores. Uma das tarefas mais importantes da política americana ao longo da próxima década será, portanto, garantir um investimento substancialmente maior – diplomático, econômico, estratégico e diverso – na região Ásia-Pacífico (CLINTON, 2011, tradução nossa).

Para os EUA, isso reflete uma mudança mais ampla. Depois de uma década em que lutamos duas guerras que nos custaram caro, em sangue e tesouro, estamos voltando nossas atenções para o vasto potencial da região da Ásia-Pacífico. (...) Nosso novo enfoque nessa região reflete uma verdade fundamental – os Estados Unidos foram e sempre serão uma nação do Pacífico (...). A Ásia definirá em grande parte se o próximo século será marcado por conflito ou cooperação, por sofrimento desnecessário ou progresso humano (OBAMA, 2011, tradução nossa).

Analisando o redimensionamento da política dos EUA para a Ásia, pretendemos debater que questões domésticas, como lideranças norte-americanas, cisões dentro das instituições domésticas e relações estado-sociedade, vêm impactando a política dos EUA. Esses dois pontos têm gerado **percepções** e dúvidas dos Estados da região em relação à postura dos EUA, isto é, eles questionam se o país norte-americano está resoluto em suas ações nas contingências territoriais, como, por exemplo, no caso do MLC.

Durante o início do governo Obama, o ambiente estratégico era relativamente permissivo, e havia certa clareza sobre a necessidade de sair do Oriente Médio e agir na Ásia devido ao crescimento chinês, à dinamicidade econômica da região e aos tensionamentos no MSC e no MLC. Entretanto, as políticas dos EUA em relação à China se mantiveram dúbias, com discursos de engajamento e características de balanceamento.

Em linhas gerais, a política do pivô foi multidimensional e se baseou, principalmente, em três princípios: o da economia, o da segurança e o da promoção da dignidade humana, sendo que o último deles foi logo esquecido pelos articuladores da política norte-americana. De acordo com o Relatório do Pentágono de 2012, intitulado “*Sustaining US Global Leadership: Priority to 21st century Defense*”, o governo norte-americano explicita a política de *rebalance* para o Ásia-Pacífico, e afirma que:

Enquanto os EUA continuarão a contribuir militarmente para a segurança global, nós precisaremos necessariamente balancear em direção à região da Ásia-Pacífico. Nossas relações com aliados asiáticos e parceiros-chave são fundamentais para a futura estabilidade e crescimento da região. Vamos enfatizar nossas alianças existentes, que fornecem uma base vital para a segurança da Ásia-Pacífico. Também expandiremos nossas redes de cooperação com parceiros emergentes em toda a Ásia-Pacífico para garantir a capacidade coletiva e a capacidade de garantir interesses comuns (US DEPARTMENT OF DEFENSE, 2012, p. 2, tradução nossa).

Economicamente, o governo dos EUA buscou manter a diversificação dos laços econômicos na região, mas, ao mesmo tempo, promoveu políticas para diminuir o poder gravitacional econômico da China. A iniciativa do TPP (Parceria Trans-Pacífica) é um exemplo disso. O tratado teve sua ideia inicial baseada no Acordo de Livre Comércio entre Nova Zelândia, Chile, Brunei e Singapura realizado em 2005. Na prática, ainda durante o governo Bush, os EUA decidiram entrar nas negociações, tendo como objetivo fortalecer suas trocas econômicas e sua inter-relação e penetração nos países do Ásia-Pacífico. Contudo, o TPP se tornou o centro da estratégia norte-americana para a Ásia durante o mandato de Barack Obama (CLINTON, 2011).

Do ponto de vista da segurança, a política do pivô se consolidou de forma militar como resposta aos sucessivos tensionamentos marítimos da região envolvendo a China, e também com questões referentes às crescentes ameaças norte-coreanas (GREEN, 2017, p.522). Nesse sentido, as políticas visaram fomentar o aumento das capacidades militares marítimas e aéreas dos EUA, impulsionando acordos de cooperação do país com países no Sudeste Asiático e fortalecendo alianças com o Japão e a Coreia do Sul, por exemplo.

Como parte da estratégia, postulava-se que, até 2020, grande parte da frota marítima norte-americana estaria no Pacífico. Isso seria possível por meio da consolidação das estratégias de penetração do poder militar norte-americano com acordos militares, como o caso entre EUA e Austrália – com a alocação de cerca de 2500 oficiais norte-americanos em Darwin (GREEN, 2017; CHRISTENSEN, 2015).

Entre 2010 e 2012, os EUA realizaram exercícios navais com o Vietnã e fortaleceram relações com os países do Sudeste Asiático, sobretudo, com as Filipinas antes do governo de Rodrigo Duterte²⁰⁸, priorizando a alocação de oficiais militares na região²⁰⁹ (GREEN, 2017). Desde 2015, o governo norte-americano também já conduziu cinco operações para a livre

²⁰⁸ Com o Vietnã, os EUA lançaram o combate anual de exercícios militares em 2010, assinaram o Memorando de Compreensão e Cooperação em Defesa Bilateral (Understanding on Advancing Bilateral Defense Cooperation) de 2011, se comprometeram a oferecer assistência de 18 milhões de dólares para a capacidade de segurança marítima do Vietnã em 2013, e deram fim parcial ao embargo de exportação de armas letais em 2014 (GRONNING, 2018). Em relação às Filipinas, os EUA se comprometeram com a assistência de segurança marítima, com 79 milhões somente em 2015, enquanto haviam fortalecido, em 2014, a aliança EUA-Filipinas por intermédio de um acordo de cooperação que permitia o acesso rotativo de militares norte-americano nas Filipinas. Todavia, as relações entre os países foram fragilizadas com a ascensão de Rodrigo Duterte (2016-) que promoveu medidas de aproximação com a China, enfatizando os interesses econômicos do país (GRONNING, 2018). Ademais, considerando os tratados militares que os EUA detêm desde o fim da Segunda Guerra Mundial com os países da Ásia, para além da Coreia do Sul e do Japão, a águia tem uma relação estreita com as Filipinas devido ao Tratado de Defesa Mútua assinado em 1951.

²⁰⁹ Em abril de 2014, os EUA e as Filipinas assinaram um Acordo de Cooperação em Defesa, aumentando o acesso a determinados portos, e, em outubro do mesmo ano, a administração aliviou o banimento de exportações de armas para o Vietnã, situação que persistia por 40 anos, para providenciar equipamentos de patrulha e vigilância para Hanói.

navegação dos mares²¹⁰ (*Freedom of Navigation Operations*), que ocorreram em 27 de outubro de 2015, 29 de janeiro de 2016, 10 de maio de 2016, 21 de outubro de 2016 e 24 de maio de 2017²¹¹.

Considerando as organizações multilaterais, os EUA também visaram modificar a estrutura institucional na Ásia por meio da sua entrada na Cúpula do Leste Asiático (EAS), com o objetivo de instrumentalizá-la como principal mecanismo para a resolução de questões de segurança na região. Ademais, desde 2009, a águia perseguiu algumas medidas multilaterais, como a assinatura dos EUA do Tratado de Amizade e Cooperação da ASEAN²¹², por exemplo (BRANDS, 2017; GREEN, 2017).

Do ponto de vista chinês, a estratégia de pivô para a Ásia recebeu críticas de diversos oficiais, da mídia e de parcela da opinião pública chinesa, enquanto que, em outras partes da Ásia, ela foi bem-vinda. Um relatório de 2014 do *Center of Strategic International Studies* (CSIS), apontou que 77% de especialistas chineses desaprovavam a estratégia, argumentando que esta seria muito confrontacional e pouco cooperativa para a China. Entretanto, mais de 80% de especialistas de outros países da Ásia apoiaram as intenções de tal política (GREEN et al., 2014). A resposta diplomática oficial chinesa à política foi comedida, com posicionamentos dúbios, sendo inicialmente receptiva aos interesses dos EUA de atuarem na região, mas, em momentos mais recentes, se mostrou mais fechada, argumentando que os EUA estariam com a mentalidade da Guerra Fria²¹³ (REUTERS, 2018).

As iniciativas musculares norte-americanas para a Ásia tentaram legitimar o comprometimento dos EUA com a região. Apesar de as políticas estarem, de fato, levando a um aumento da cooperação em segurança e fortalecimento do poder militar norte-americano marítimo no MSC e no MLC, restavam dúvidas sobre a capacidade dos EUA de levar adiante tal estratégia. O relatório de 2014 mostrou que a maioria das elites asiáticas expressaram dúvidas sobre o compromisso e a habilidade da administração de Obama de seguir com a sua política e estratégia para a Ásia. Nas palavras de Michael Green (2017, p.522, tradução nossa),

²¹⁰ É um princípio consuetudinário do direito internacional marítimo que navios com bandeiras de outros países não devem sofrer interferência de outros países, salvo em situações específicas.

²¹¹ Mais informações podem ser acessadas no seguinte site < <https://www.belfercenter.org/publication/freedom-navigation-south-china-sea-practical-guide> > Acesso em: 02 de março de 2019.

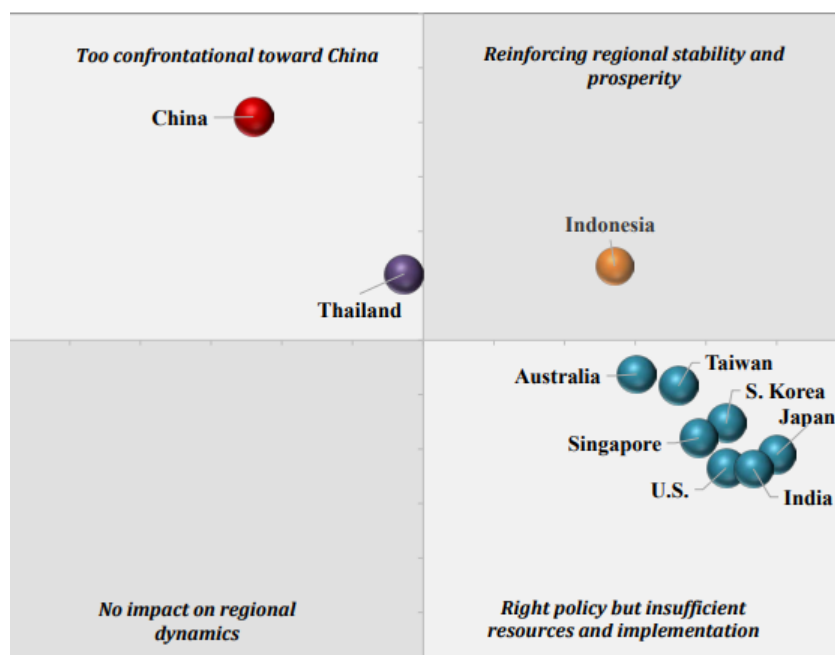
²¹² O tratado já havia sido assinado pelos seguintes países: China (2003), Índia (2003), Japão (2003), Paquistão (2004), Coreia do Sul (2004), Rússia (2004), Nova Zelândia (2005), Mongólia (2005), Austrália (2005), França (2006), Timor Leste (2007), Bangladesh (2007), Sri Lanka (2007) e Coreia do Norte (2008).

²¹³ O governo norte-americano repetidamente enfatizou que a estratégia para a Ásia não tinha como enfoque a China, mas esse discurso ficou difícil de se sustentar diante das trocas de acusações entre os dois países sobre interesses nacionais, por parte da China, e respeito pela livre navegação, por parte dos EUA.

“na Europa, oficiais temiam que o pivô fosse real, enquanto, na Ásia, eles estavam preocupados que não fosse”.

Cabe aqui uma observação sobre como a atuação norte-americana em outros tabuleiros afetavam a visão dos países sobre a capacidade e o interesse dos EUA de agir. Afinal, a crise da Ucrânia e a anexação da região da Criméia pela Rússia impactaram a imagem e o prestígio dos EUA internacionalmente. Além disso, quando Obama foi perguntado sobre a incapacidade de agir no caso da Ásia Central, informou que não deveriam existir expectativas automáticas sobre a intervenção militar dos EUA nessas disputas, uma vez que o governo norte-americano preferiria adotar medidas diplomáticas (HUGHES, 2016; CHRISTENSEN, 2015). Nesse sentido, tais acontecimentos abriram precedentes e dúvidas sobre como os EUA atuariam internacionalmente, influenciando as percepções dos países sobre a resolução estadunidense de agir, como veremos de forma pormenorizada no caso nipônico.

Figura 14: Opinião de especialistas sobre a política do Pivô para a Ásia



Fonte: GREEN et al. (2014)

A estratégia de *rebalance* do governo norte-americano continua moldando as dinâmicas regionais do Ásia-Pacífico e esse não é um processo estático, mas evolutivo, que enfrentou e ainda enfrenta problemas. Compreender o pivô, a sua continuidade e os seus problemas é algo que podemos acessar com uma análise realista neoclássica que envolve não só questões no nível sistêmico, como também as imagens da liderança de Obama, os aspectos institucionais da

estrutura política norte-americana e as questões relativas ao alinhamento entre o Estado e a sociedade.

As percepções de Obama direcionavam para o interesse de sair do ambiente tóxico do Oriente Médio, junto à percepção da dinamicidade asiática e da transformação na distribuição da balança de poder, sobretudo, no Leste Asiático. Obama compreendia que a região era essencial para os interesses nacionais norte-americanos, e postulava que a China poderia ter um papel construtivo no mundo e ser positiva para os interesses dos EUA. Seguindo essa linha de raciocínio, Obama constantemente enfatizou a política para a Ásia como de cooperação e de engajamento ao gigante asiático (BADER, 2013).

Além disso, a forma pela qual Obama direcionou os esforços tem relação com a cultura estratégica do país, afinal, os EUA assumem ideais liberais e, conforme afirma Dueck (2006), *“embora a intervenção militar de curto prazo às vezes possa ser necessária para enfrentar ameaças internacionais, os meios econômicos e diplomáticos são preferidos pelos liberais”* (DUECK, 2006, p. 27-30, tradução nossa).

Um exemplo também foi o discurso de Hilary Clinton em 2012, na Academia de Guerra Naval nos EUA, quando afirmou que a China não é a URSS e que *“nós não estamos na beira de uma nova Guerra Fria na Ásia. Apenas olhe para a expansão do comércio entre as nossas economias, as conexões entre nossos povos, as continuadas consultas entre nossos governos (...) a geopolítica hoje não pode sustentar um jogo de soma-zero”* (CLINTON, 2012, tradução nossa).

Contudo, as ações do pivô para a Ásia tiveram como efeito o afloramento de percepções de ameaça que foram se retroalimentando. A iniciativa do TPP, por exemplo, logo evoluiu de modo a criar um contrapeso ao poder econômico chinês, tanto que, no discurso de 2015 sobre o TPP, Obama afirmou que *“quando mais de 95% de nossos clientes vivem fora de nossas fronteiras, nós não podemos deixar países como a China escrever as regras da economia global. Nós devemos escrever essas regras (...)”* (OBAMA, 2015, tradução nossa).

Das políticas econômicas e de segurança, podemos afirmar que a primeira sofreu os maiores impactos, visto que a própria estrutura do sistema político democrático e a crise econômica que afetou o país em 2008 ditaram a capacidade de articulação para levar adiante tal estratégia. Sindicatos de trabalhadores e democratas queriam evitar a repetição do tratado NAFTA, que gerou a perda de empregos na área manufatureira e déficits comerciais.

O TPP se provou fraco e muito mais uma política de governo do que uma política de Estado²¹⁴, uma vez que, na disputa presidencial de 2016, Hilary Clinton e Donald Trump se opuseram ao acordo. Houve a saída dos EUA das negociações em 2017 com o governo de Trump, mas os princípios do TPP persistem até hoje no CPTPP (*Comprehensive and Progressive Agreement for Trans-Pacific*), com o Japão como um de seus principais articuladores.

Outro problema referente às questões que envolviam economia ocorreu quando Obama cancelou a sua viagem para a Ásia e a sua presença no APEC (Cooperação Econômica do Ásia-Pacífico) e no EAS em 2013 (BRANDS, 2017). Segundo Campbell (2016, p.299, tradução nossa), “*as percepções de que os EUA não podem colocar a sua casa em ordem em prioridades básicas traz dúvidas recorrentes sobre a capacidade de permanência do poder dos EUA na Ásia*”.

As questões de segurança também enfrentaram empecilhos domésticos, tendo em vista cisões internas com os Democratas como os principais líderes a favor de cortes nos gastos de defesa dos EUA²¹⁵ (BRAND, 2017; GREEN, 2017). Como argumenta Campbell (2016, p.296), as divisões entre os partidos democrático e republicano aumentaram, assim como as divisões dentro delas. Nesse sentido, cisões internas que são resultados das próprias instituições domésticas dos países nos permitem explicar parte dos problemas do pivô²¹⁶.

.... o grau de unidade nas relações exteriores, principalmente durante o período da Guerra Fria, já que os políticos tentaram colocar as diferenças domésticas de lado em questões de política internacional, garantiu aos Estados Unidos coesão suficiente para enfrentar a ameaça do Comunismo com armas nucleares com um certo grau de propósito e determinação. A eventual superextensão do poder americano no Vietnã, no entanto, e o trauma nacional que o acompanhou, fracionaram essa união e levaram às disputas divisivas entre republicanos e democratas – e de fato a divisões dentro dos dois partidos (CAMPBELL, 2016, p.295, tradução nossa).

Desde a segunda década do século XXI, há um decréscimo dos gastos do país com a defesa por meio de cortes orçamentários, congelamento de salários, diminuição de tropas no exterior e outros – dados que serão apresentados na próxima seção (EVANS, 2013). Segundo

²¹⁴ O governo Obama tentou levar adiante o projeto do TPP com o intuito de contrabalancear as iniciativas econômicas chinesas, algo que não foi bem-sucedido, em parte, tendo em vista que em maio de 2015 todos os principais aliados norte-americanos na Ásia e na Europa, se juntaram ao AIIB com exceção do Japão.

²¹⁵ Quando os republicanos e os democratas estiveram sem capacidade de chegar a um acordo sobre elevar o teto da dívida norte-americana em 2011, deixando o país com riscos de inadimplência com a própria dívida, os dois lados concordaram em limitar gastos de defesa e de não defesa, criando também um super comitê para negociar os cortes e gastos. Para incentivar que os partidos concordassem e negociassem com os acordos, eles criaram o mecanismo de cortes automáticos em certos investimentos, como os de defesa, por exemplo, e que ficou conhecido como “sequestration”, com início previsto para 2013.

²¹⁶ Nota-se que existem divergências dentro do Congresso sobre os assuntos de política externa, mas é necessário afirmar que, em comparação com as políticas dos EUA para o Oriente Médio, as políticas para a Ásia encontram menos barreiras e cisões (CAMPBELL, 2016).

Campbell (2016, p.296, tradução nossa), “*um número crescente de conservadores fiscais tornou-se cada vez mais céptico em relação ao orçamento da defesa, cortando-o e limitando o seu crescimento por meio da Lei de Controle Orçamental (Budget Control Act) de 2011 e subsequente corte agressivo de gastos*”.

O Pentágono conseguiu manter o comprometimento com o Ásia-Pacífico, permanecendo com uma postura militarmente ativa na região. Contudo, Green (2017) argumenta que o Congresso norte-americano e o seu poder de veto impactaram o orçamento do número de navios, tropas, etc., que deveriam ser usados para levar adiante a política mais robusta para a região.

Referente a tal questão, um painel do Congresso norte-americano liderado por Bill Perry e Stephen Hadley, em 2010, aconselhou que, diante da crescente importância do Pacífico, o governo norte-americano comprasse e/ou desenvolvesse 350 navios. O secretário de Defesa naquele ano, Bob Gates, propôs 300 navios. Entretanto, o Congresso cortou os gastos em defesa, o que possibilitava a capacidade de desenvolver e/ou comprar apenas 280 navios. No mesmo ano, Leo Panetta, sucessor de Bob Gates, escreveu, para as lideranças norte-americanas envolvidas em questões militares, que os cortes poderiam fazer com que a marinha norte-americana diminuísse para o seu menor tamanho desde 1915 (GREEN, 2017, p. 522). Nesse mesmo sentido, em 2014 e 2015, o Departamento de Defesa decidiu limitar o número de navios litorâneos de combate a serem produzidos, embarcações estas que eram consideradas importantes armas para contra-atacar as estratégias chinesas A2/AD.

Além de questões de cisões partidárias, ao passo que os EUA ganhavam apoio popular por diminuírem a relevância do Oriente Médio, do ponto de vista societal, remanejar a política para a Ásia não era uma tarefa fácil. As relações de Estado-sociedade durante o processo de desenvolvimento e implementação da política podem ser caracterizadas pela crise econômica e moral da sociedade norte-americana²¹⁷. Nesse contexto, ao mesmo tempo em que se percebia o poder econômico da China como um dos fatores para o desemprego nos EUA, havia um desgaste dos interesses da sociedade na atuação norte-americana no exterior (BADER, 2013).

Ou seja, os EUA podiam remanejar sua política para a Ásia, mas não a ponto de aflorar conflitos que demandariam ações como as realizadas no Oriente Médio. Os EUA optaram constantemente por enfatizar o papel da lei internacional e, em debates sobre o MSC e MLC,

²¹⁷ A eleição de Donald Trump, em 2016, nos apresenta muito sobre como a sociedade norte-americana estava disposta a agir em prol do isolacionismo e como a mobilização de recursos por parte do governo dos EUA se tornou um problema, o que pode ser observado dentro das cisões internas presentes nas próprias instituições (SCHWELLER, 2018).

mantiveram posturas críticas a demonstrações de poder, mas não indicaram o apoio à soberania de nenhuma das partes. As políticas durante o pivô são condizentes com a importância de questões domésticas para a execução da política da forma que se sucedeu.

Schweller (2018) concluiu que há uma percepção da sociedade norte-americana com relação ao declínio dos EUA ante a crise econômica, o que impulsionaria uma possível transformação de sua grande estratégia. Portanto, existiriam indicativos de que os EUA deixariam de agir de forma expansiva no mundo – com os interesses de levar a democracia e seus valores liberais –, para se fortalecer internamente. Tal questão é salientada no discurso do presidente eleito, Donald Trump, e o *slogan* de sua campanha presidencial, “*America First*”.

No que é relativo à segurança, a política do Ásia Pivô se consolidou com o aumento de tropas norte-americanas e estímulos às alianças com parceiros regionais. A dominância marítima chinesa no MSC e, poucos meses depois, os incidentes nas ilhas Senkaku/Diaoyu desde 2010 levaram aos holofotes a postura mais enfática e estridente da China em relação aos conflitos territoriais. Tal postura influenciou as ações e o fortalecimento dos interesses dos EUA, fazendo com que este participasse de forma mais ativa regionalmente.

Apesar disso, os receios com relação à política se sucederam e impactaram as expectativas dos países, como demonstramos com as pesquisas de opinião anteriores. Para além dos cortes orçamentários e das cisões internas que se tornavam visíveis nas negociações norte-americanas e nas ações de cortes em gastos de defesa, um ponto interessante foi a falta de coesão estratégica do conceito da política do pivô para a Ásia nos discursos e documentos do governo.

Segundo Green (2017), a articulação estratégica se modificava de acordo com o tempo e a liderança que propagava o discurso, exceto se a declaração fosse realizada por secretários de defesa. O autor cita o exemplo do artigo de Hilary Clinton na *Foreign Policy* de 2011, listando as seis prioridades²¹⁸ do governo norte-americano. Todavia, em novembro do mesmo ano, o Conselheiro de Segurança Nacional, Thomas Donilon, em um discurso na Ásia, não mencionou dois deles – o fortalecimento da presença militar norte-americana e os avanços para os direitos humanos e a democracia –, enquanto adicionou uma nova prioridade, que era engajar e criar uma relação construtiva com a China. Em 2013, o secretário de Estado, John Kerry, criticou a ênfase militar da postura de *rebalance* e adicionou a mudança climática como uma das prioridades do governo para a Ásia.

²¹⁸ As seis prioridades são: (i) fortalecimento das relações bilaterais de segurança; (ii) fortalecimento das relações com os países emergentes, incluindo a China; (iii) engajamento com as instituições multilaterais regionais; (iv) aumento do comércio e de investimentos; (v) aumento da presença militar ampla; e (vi) avanços nas questões dos direitos humanos e da democracia (CLINTON, 2011).

Nesse sentido, a mídia norte-americana “*deu pouca importância, mas, para os observadores da Ásia, as inconsistências sugeriram uma falta de consenso sobre a ação norte-americana na região asiática. Essa falta de clareza também levou a uma disputa competitiva do Japão e da China para se definirem no centro do ainda indefinido pivô*” (GREEN, 2017, p.524, tradução nossa). Esses pontos nos permitem compreender a forma que se sucedeu a política do redimensionamento da atuação norte-americana na Ásia. Entretanto, um ponto relevante para o presente trabalho é apresentar que tais acontecimentos impactaram as visões dos países sobre a resolução e a capacidade de atuação do país norte-americano. Do nosso ponto de vista, os problemas da política do pivô e o crescimento chinês impulsionaram, como veremos no próximo Capítulo, as transformações da política de segurança nipônica.

Em linhas gerais, a política serve aos interesses norte-americanos de manutenção do *status quo* no cenário asiático, com o objetivo de corrigir os impactos da ascensão chinesa, ampliar a sua capacidade de atuação na região e auxiliar seus aliados. Contudo, a forma pela qual a política foi adotada e os problemas na sua implementação precisam levar em consideração questões domésticas que interferiram no resultado dela.

Na literatura, pode-se observar visões que compreendem a política dos EUA de forma positiva, e outros que apresentam que ela trouxe efeitos negativos. No caso da primeira, autores como Harold (2015) debatem sobre o pivô e seus benefícios para a região e para o poder norte-americano. No caso do segundo, autores como Ross (2012) e Ford (2017) apontam que a ação norte-americana intensificou dilemas de segurança na região e aumentou a instabilidade do Leste Asiático, na medida em que foi encarada de forma confrontacionista pela China.

Concordamos com o segundo posicionamento, visto que compreendemos o pivô como uma faca de dois gumes. Em nossas análises, podemos observar que, ao passo que emergiram tensionamentos da China no MSC e, posteriormente, no MLC, a política pivô instigou a maior assertividade chinesa. A China passou a perceber os EUA como confrontacionista e buscou articular medidas unilaterais para **mostrar** o seu poder marítimo e aéreo na região – como o caso da declaração do ADIZ, que mencionamos anteriormente. Em resumo, a evolução do Ásia Pivô e das respostas da China fizeram com que crescesse a percepção de ameaça chinesa e norte-americana, tornando o ambiente regional cada vez mais restritivo para as opções políticas dos EUA e da China ²¹⁹.

²¹⁹ Ressalta-se que a China já havia começado um processo expansivo que condiz com o seu crescimento, como apresentamos na primeira parte do Capítulo, e que poderia ser visto como ir de encontro à cultura estratégica do próprio país. Alguns dos acontecimentos de antes do lançamento oficial da estratégia do pivô ocorreram: em 2009, quando o Pentágono informou que cinco navios chineses assediaram um navio de patrulha norte-americano (USNS) e disseram para ele deixar a área; em 2010, com o incidente das ilhas Senkaku/Diaoyu e a postura resoluta

Nosso argumento pode ser observado nos documentos oficiais do governo norte-americano. Comparando as Estratégias Nacionais de Segurança de 2010 com as de 2015, observa-se uma evolução da percepção da China como ameaça e dos problemas no MSC e no MLC. Enquanto no documento de 2010 existem diversas menções sobre engajar a China, *“encorajaremos a China a fazer escolhas que contribuam para a paz, a segurança e a prosperidade à medida que sua influência aumenta”* (NSS, 2010, tradução nossa), no documento de 2015, apesar de apresentar a cooperação e o estreitamento de algumas relações econômicas entre China-EUA, afirmou-se que *“nós estamos alertas em relação à modernização militar chinesa e rejeitamos qualquer intimidação na resolução de disputas territoriais”* (NSS, 2015, tradução nossa). Recentemente, em 2017, o NSS apresenta que *“uma continuidade na história é a disputa por poder. O presente período não é diferente. Três grandes desafios – os países revisionistas, China e Rússia, os roguem states, Irã e Coreia do Norte, e as ameaças de organizações transnacionais (...) estão competindo ativamente com os EUA”* (NSS, 2017, tradução nossa).

O fim do governo Obama e a ascensão de Trump vêm impactando o cenário geopolítico asiático e afetando o sistema internacional como um todo. Afinal, Trump anunciou sua intenção de sair da UNESCO, abandonou as conversas sobre migração na ONU, deseja remodelar o NAFTA, propôs reduzir as contribuições às Nações Unidas e também propôs, em 2018, uma redução de 42% da ajuda estrangeira (SCHWELLER, 2018). Os dois primeiros anos de Donald Trump trouxeram (e trazem) abalos para as relações dos países no Leste Asiático devido à Guerra Comercial com a China²²⁰, as tentativas de diálogo dos EUA com a Coreia do Norte, e as menções do presidente norte-americano sobre a necessidade de os aliados se defenderem sozinhos²²¹.

chinesa; em 25 de fevereiro de 2011, quando um navio chinês atirou contra navios de pesca filipinos; e por fim, em 26 de maio, dia em que houve um choque de barcos de patrulha chineses e navios de exploração vietnamitas – em outubro do mesmo ano, ambos os países decidiram se reunir para conversar sobre a disputa sem resoluções.

²²⁰ Em linhas gerais, durante o século XXI, a China era (e é) acusada por diversos países de não ser um mercado verdadeiramente aberto, na medida em que impõe medidas protecionistas para produtos com alto valor agregado. Em 2018, Trump começou a anunciar medidas protecionistas para proteger a indústria norte-americana, o que afetou diversos países no mundo, mas principalmente a China. As ações norte-americanas geraram reações chinesas que estão se desenvolvendo na guerra comercial entre os países.

²²¹ Contudo, a despeito de tais fatos e de projeções sobre a possível saída de muitas tropas norte-americanas do Afeganistão e da Síria, deve-se ponderar que, no dia 31 de dezembro de 2018, Trump assinou uma legislação que objetiva fortalecer o papel dos EUA no Ásia-Pacífico. O também chamado “Asia Reassurance Initiative Act” que autoriza gastos de 1,5 bilhões até 2023 para fortalecer o engajamento militar, diplomático e econômico norte-americano no Leste e Sudeste Asiático (WSJ, 2019). Ou seja, a liderança segue com uma política de fortalecimento dos interesses da Ásia e, até mesmo pode ser pensada como de forma mais ativa. Entretanto, no que tange às afirmações de Trump sobre seus aliados na Ásia, eram constantes as menções da liderança sobre os problemas do ônus do tratado de segurança nipo-americano e o dever “unilateral” dos EUA em defender o arquipélago nipônico

5.2.2 O PODER MILITAR DA ÁGUA: OS PROBLEMAS E A SUPERIORIDADE

Os EUA continuam sendo a principal potência do sistema internacional, apesar dos problemas econômicos. De acordo com Christensen (2015, p.81, tradução nossa), “*em praticamente todos os aspectos do equipamento militar, o exército dos Estados Unidos permanece superior ao PLA em qualidade, quantidade ou ambos*”. Mesmo com os avanços nos gastos militares chineses e os crescimentos que apresentamos nas seções anteriores, os EUA ainda detêm superioridade em termos de capacidades militares (ANEXO D).

Em termos de atuação mundial e alianças, os EUA mantêm compromissos em defesa com sessenta e dois atores no mundo, uma capilaridade de poder e atuação geopolítica que se consolidou desde o fim da Segunda Guerra Mundial, enquanto a China, por sua vez, detém alianças formais de segurança com a Coreia do Norte e uma relação próxima com o Paquistão. Mesmo em relação à Rússia, desavenças e desconfianças persistem entre os países, herdadas do período da Guerra Fria, que foi apresentado no Capítulo 4 (CHRISTENSEN, 2015).

Por meio de suas alianças e de seus comandos militares espalhados internacionalmente, os EUA conseguem agir no mundo todo. No que diz respeito à presença norte-americana no Leste Asiático, cabe observar que os EUA mantêm quase 80 mil oficiais e soldados alocados em alguns países, sobretudo, no Japão. No caso do território japonês, as tropas norte-americanas têm acesso a bases aéreas em Misawa, Yokota e Kadena, além de bases navais em Yokosuka, Atsugi e Sasebo²²² (TABELA 3).

Tabela 3: Tropas norte-americanas no Ásia-Pacífico (2016)

	US Army	US Navy	US Air Forces	US Marine Corps	Total
Japão	2,900	12,000	11,450	20,700	47,050
Coreia do Sul	19,200	250	9,900	250	28,500
Outros (Austrália, Tailândia e Singapura)	S/D	S/D	S/D	S/D	1,805

(THE JAPAN TIMES, 2016). Além disso, Trump enfatizou em 2017, por exemplo, que o Japão poderia se defender comprando armas dos EUA (NY TIMES, 2017).

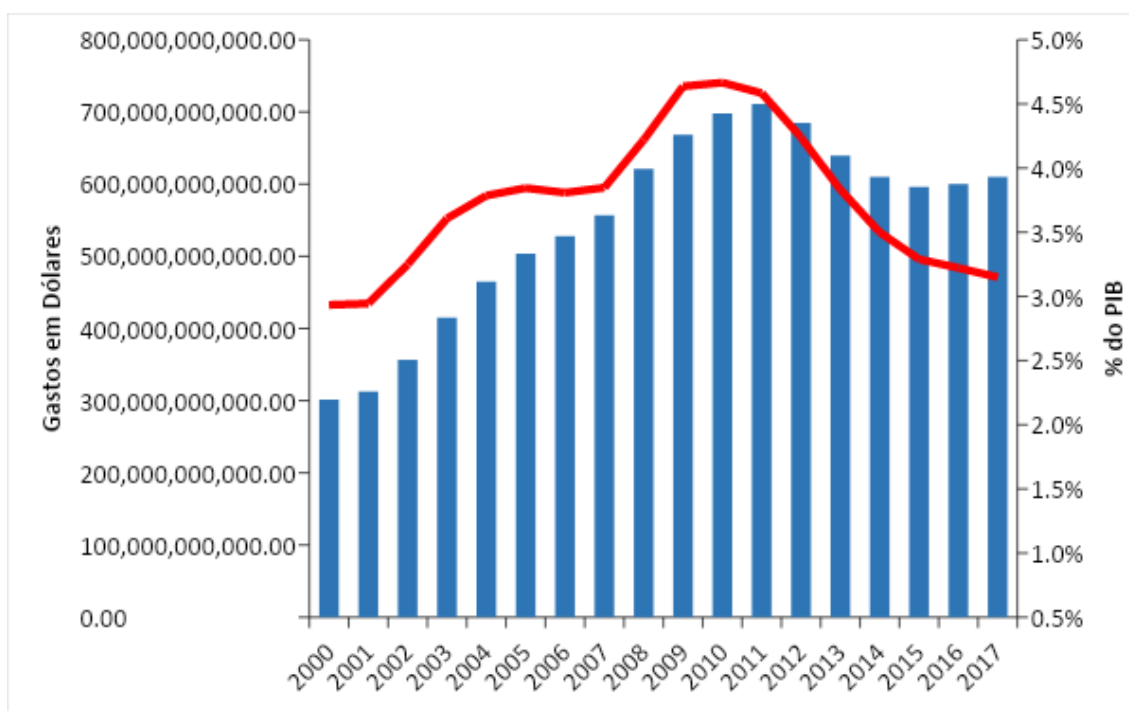
²²² Nota-se que existem problemas em relação às tropas norte-americanas presentes em Okinawa e às possíveis mudanças de uma das bases de Futenma para Henoko. Enquanto a primeira está localizada em uma populosa região de Okinawa, Henoko seria mais afastada, mas traria riscos para a preservação ambiental da ilha. O governo japonês vem enfrentando diversos problemas nas tentativas de realocar a base, com desavenças entre os políticos da prefeitura de Okinawa e o governo central de Tóquio. No último referendo de fevereiro de 2019, a população de Okinawa votou contra a mudança da base de Futenma para Henoko (JAPAN TIMES, 2019), algo que tem sido planejado pelo governo norte-americano e japonês desde o final da década de 1990, devido à insatisfação da população de Okinawa em relação às condutas norte-americanas (ELDRIDGE, 2005).

Guam	S/D	S/D	S/D	S/D	5,150
------	-----	-----	-----	-----	-------

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da IISS (2017)

Nos últimos anos, os gastos em defesa dos EUA sofreram diversos cortes. As origens dos problemas orçamentários podem ser atribuídas à crise financeira e à falha política de articulações dentro do Congresso norte-americano, que expressamos acima. Segundo Campbell (2016), diversos oficiais norte-americanos passaram a apontar os riscos desses cortes nos gastos, apresentando que tais reduções fariam dos EUA um país menos seguro internacionalmente. Ademais, com o redimensionamento da política norte-americana para a Ásia, era necessário o fortalecimento de capacidades marítimas e aéreas estadunidenses, visto que, no Oriente Médio, foram priorizadas tecnologias terrestres.

Gráfico 8: Gastos de Defesa em dólares e porcentagem do PIB dos EUA (2000-2017)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da SIPRI (2018)

A superioridade militar norte-americana, apesar de importar muito, não faz com que os EUA sejam percebidos de forma homogênea entre os seus aliados e os países no Ásia-Pacífico. Outra ponderação que precisa ser feita é o fato de os EUA atuarem militarmente nos mais diversos teatros do mundo, enquanto a China não necessitaria arcar com os custos do sistema da mesma forma que os EUA precisam/desejam arcar. Os EUA atuam globalmente, mas, no âmbito regional, a China, cada vez mais, vem desenvolvendo tecnologias e modernizando o seu exército, o que pode ser um problema para a superioridade norte-americana na Ásia.

Um relatório da *Rand Corporation* de 2018 realizou uma análise de diversos cenários de conflito entre EUA e China com relação à Taiwan e ao MSC, chegando à conclusão de que, a despeito da superioridade militar norte-americana, a China pode impor empecilhos para a ação dos EUA em seu entorno regional próximo (FIGURA 15) (HEGINBOTHAM, 2018). Devido à proximidade geográfica, as contingências e os problemas dos EUA com relação à Taiwan são semelhantes aos do caso das ilhas Senkaku/Diaoyu e às questões que envolvam o Japão.

Figura 15: Análise de contingências entre os EUA e a China em relação à Taiwan e às Ilhas Spratly

Summary Coding of Scorecard Results								
Scorecard	Taiwan Conflict				Spratly Islands Conflict			
	1996	2003	2010	2017	1996	2003	2010	2017
1. Chinese attacks on air bases	Dark Green	Dark Green	Yellow	Orange	Dark Green	Dark Green	Dark Green	Yellow
2. U.S. vs. Chinese air superiority	Dark Green	Light Green	Light Green	Yellow	Dark Green	Dark Green	Light Green	Light Green
3. U.S. airspace penetration	Light Green	Yellow	Yellow	Yellow	Dark Green	Dark Green	Dark Green	Light Green
4. U.S. attacks on air bases	Yellow	Dark Green	Light Green	Light Green	Dark Green	Dark Green	Dark Green	Dark Green
5. Chinese anti-surface warfare	Dark Green	Light Green	Yellow	Orange	Dark Green	Dark Green	Light Green	Yellow
6. U.S. anti-surface warfare	Dark Green	Dark Green	Light Green	Light Green	Dark Green	Dark Green	Dark Green	Dark Green
7. U.S. counterspace	Orange	Orange	Yellow	Yellow	Orange	Orange	Yellow	Yellow
8. Chinese counterspace	Dark Green	Light Green	Yellow	Yellow	Dark Green	Light Green	Yellow	Yellow
9. U.S. vs. China cyberwar	Dark Green	Dark Green	Light Green	Light Green	Dark Green	Dark Green	Light Green	Light Green
10. Nuclear stability (confidence in secure second-strike capability)	Country		1996, 2003, and 2010		2017			
	China		Low confidence		Medium confidence			
U.S.				High confidence				

Key for Scorecards 1–9			
U.S. Capabilities		Chinese Capabilities	
Major advantage	Dark Green	Major disadvantage	Dark Green
Advantage	Light Green	Disadvantage	Light Green
Approximate parity	Yellow	Approximate parity	Yellow
Disadvantage	Orange	Advantage	Orange
Major disadvantage	Red	Major advantage	Red

Fonte: HEGINBOTHAM (2018)

A tabela demonstra que a China pode trazer problemas para os EUA sem estar próxima de alcançá-lo do ponto de vista militar. Afinal, as regiões de conflito próximas ao *heartland* chinês impõem limitações geográficas para a capacidade de ação norte-americana e, conseqüentemente, trazem receios para o Japão, como veremos no próximo Capítulo (CHRISTENSEN, 2011). Assim, tal como o coração precisa bater mais forte para levar o sangue para os vasos capilares ou extremidades, quanto mais longe do “*beating heart*” dos EUA, mais difícil e custosa é a manutenção do seu poder em zonas geográficas afastadas.

Analisando capacidade militar, econômica e tecnológica no século XXI, Wohlforth e Brooks (2016) apresentam dados que sustentam o argumento com relação à distribuição de poder no sistema internacional. Utilizando algumas de suas mensurações, a tabela abaixo demonstra como os EUA continuam incontestes em termos de distribuição de poder relativo. Entretanto, é notório o crescimento da China e a superioridade do país em relação ao Japão.

Em conclusão, há uma perda de poder relativo dos EUA? Sim, relativo. Afinal, o crescimento econômico chinês tem sido maior do que o norte-americano proporcionalmente; entretanto, considerando não só o poder econômico, mas também o poder militar em números e em termos tecnológicos, ainda há superioridade norte-americana. Ademais, a supremacia dos EUA avança para áreas do ponto de vista da legitimidade internacional, de seu poder cultural e da capilaridade das próprias instituições que ajudou a criar (FIORI et al., 2008).

Do nosso ponto de vista, os problemas do pivô e das decisões de política externa estadunidense em diversas contingências internacionais, somadas ao crescimento chinês, vêm impulsionando os receios e as percepções de diversos países no Leste Asiático sobre a capacidade de concretização e de atuação das políticas e da grande estratégia dos EUA. O poder percebido vem afetando as ações dos atores regionais da Ásia. Em linhas gerais, argumentamos que a Águia pode não estar tão cansada assim, pode ainda voar alto, planando solitária nos céus, mas, para alguns que assistem debaixo, ainda existem **percepções** de não haver garantias de que ela irá querer agir ou terá capacidade para tal.

5.3 EM SÍNTESE

Demonstramos que as transformações na capacidade relativa de poder entre China e EUA acarretaram mudanças nas grandes estratégias e políticas externas dos países. Nesse Capítulo, respondemos parte das nossas hipóteses da tese. Em resumo, a supremacia norte-americana e o sistema unipolar persistem, tendo em vista a capilaridade de seu poder no sistema, a inquestionável superioridade militar e a ainda superioridade econômica. Contudo, houve uma perda de poder relativo, uma vez que a China cresceu, e sua ascensão denota a transformação no equilíbrio de poder regional, não impactando, contudo, a polaridade do sistema como um todo. No que diz respeito aos EUA, ressalta-se que o interesse da tese era demonstrar: (i) a existência de constrangimentos internos (variáveis intervenientes) que afetaram a política externa norte-americana, como no caso do pivô para a Ásia e, conseqüentemente, (ii) as percepções dos países sobre a capacidade e o interesse norte-americano de arcar com os custos na região.

Com relação à China, apresentamos os alicerces da transformação de seu comportamento, levando em consideração as mudanças na balança de poder. Desde 2008, o gigante asiático gradativamente modificou sua estratégia de perfil baixo para demonstrar seu poder no cenário internacional, agindo de forma assertiva e mais resoluta em disputas territoriais. Ao mesmo tempo, a China prosseguiu desenvolvendo as suas forças militares, trazendo cada vez mais dificuldades para a ação norte-americana no seu entorno regional. Questões domésticas como as imagens das lideranças, sobretudo com a ascensão de Xi Jinping, o nacionalismo e a necessidade de responder aos anseios da sociedade e se legitimar ante a população, impulsionaram o comportamento chinês.

Analisamos também a questão das ilhas Senkaku/Diaoyu e suas respostas aos tensionamentos de 2004-2008, de 2010 e, principalmente, a partir de 2012. Demonstramos que há um aumento da assertividade chinesa, relacionado com as transformações na balança de poder e também com o florescimento do nacionalismo da China. Trouxemos questões sobre as lideranças e a própria estrutura doméstica do país, e demonstramos que a maior assertividade do país é resultado das pressões de tais variáveis.

Tais pontos são essenciais para nosso argumento no próximo Capítulo sobre o recrudescimento político-militar japonês e seu maior ativismo regional. Cabe destacar que o governo chinês buscou instrumentalizar o conflito pelas ilhas Senkaku/Diaoyu e a ameaça japonesa para legitimar suas ações, doméstica e internacionalmente. Do ponto de vista doméstico, como apresentamos ao longo da tese, as bases do nacionalismo e da legitimidade do PCC estão alicerçadas, em parte, na ameaça externa. Nesse sentido, o Japão foi constantemente instrumentalizado domesticamente para legitimar as ações do PCC e estimular o nacionalismo e a coesão nacional.

No caso das ilhas, o PCC também as instrumentalizou por meio de mídias, propagandas e diversas ferramentas, com o intuito de fortalecer e legitimar, doméstica e internacionalmente, a sua reivindicação territorial e a sua assertividade. Apesar dessa instrumentalização externa, a China continuou sendo percebida como ameaça e, como veremos no próximo Capítulo, esse fator é um ponto fundamental para pensar as ações japonesas no MSC. Tais transformações fizeram com que emergisse, na Ásia, uma maior instabilidade, na medida em que percepções de ameaças foram fortalecidas e tensionamentos entre duas grandes potências emergiram na região. No próximo Capítulo, analisaremos como as mudanças na balança de poder, nas ações chinesas e nos problemas vivenciados pelos EUA estão modificando a política externa e consideravelmente a estratégia do Japão.

CAPÍTULO 6 - O SOL NASCENTE E AS PERCEPÇÕES DE TRANSFORMAÇÕES NA BALANÇA DE PODER: O RECRUDESCIMENTO MILITAR DO JAPÃO E SUAS ESTRATÉGIAS DE BALANCEAMENTO NO MAR DO SUL DA CHINA

Come gather 'round people wherever you roam and admit that the waters, around you have grown, and accept it that soon, you'll be drenched to the bone. If your time to you is worth savin'. Then you better start swimmin' or you'll sink like a stone. For the times they are a-changin'...

Time they are A-Changing. Bob Dylan, 1964 song.

No presente Capítulo, pretende-se estudar a transformação do comportamento japonês e de sua estratégia, que envolve o recrudescimento de seu poder militar e sua busca por maior ativismo regional. Nesse sentido, traremos também os efeitos da assertividade chinesa nas ilhas Senkaku/Diaoyu e das percepções do possível declínio do poder relativo norte-americano para o Leste Asiático como um todo. Desse modo, estabeleceremos a correlação entre a disputa sino-japonesa no MLC e a capacidade de atuação do Japão no MSC. Afinal, como mencionamos no Capítulo anterior, percepções de desconfiança e disputas econômicas, militares e diplomáticas continuam a acontecer entre as potências do Leste Asiático (China, Japão e EUA), principalmente diante das rivalidades históricas e das cicatrizes de guerra que continuam a permear suas relações, sobretudo, no caso sino-japonês.

Como analisamos, no Capítulo anterior, as grandes estratégias chinesas e norte-americanas para a Ásia, sobretudo após as transformações na balança de poder desde 2008 com a ascensão chinesa, no presente Capítulo, redimensionaremos nossas análises para o Japão, tendo em vista que o comportamento um tanto anômalo do arquipélago em suas políticas de segurança tornam o país um caso único e de suma importância para ser analisado. Nesse sentido, apresentaremos questões sobre os ajustes e/ou sobre as possíveis mudanças da grande estratégia, da política externa e, especificamente, da política de segurança, que envolve, principalmente, o caso do *Collective Self Defense*, elencando, assim, não somente fatores internos, mas também externos, uma vez que estes também vêm impactando nessa transformação.

Nesse sentido, responderemos parte da primeira hipótese da presente tese e, ao mesmo tempo, analisaremos a instrumentalização das ilhas Senkaku/Diaoyu e da ameaça chinesa. Como efeito de tal instrumentalização, responderemos à segunda e à terceira partes da segunda hipótese, apresentando como o Japão instrumentalizou a ameaça chinesa e a disputa pelas ilhas Senkaku/Diaoyu para se reaproximar dos países no MSC e aumentar sua presença na região. Diante disso, argumenta-se que o Japão vem promovendo esforços de balanceamento externo

em relação à China e fortalecendo as relações com países como Austrália, Índia, Filipinas e Vietnã.

6.1 A CONTÍNUA BUSCA PELA NORMALIZAÇÃO DO JAPÃO: UM NOVO ALVORECER?

Assim como demonstramos no Capítulo 3, o comportamento do Japão, suas políticas de segurança e sua grande estratégia evoluíram de forma um tanto anômala quando consideramos as previsões neorrealistas de Waltz (1993; 1997), tendo em vista que não houve fortes transformações em suas alianças e políticas de defesa após o fim da Guerra Fria. Demonstramos que as pressões sistêmicas influenciaram a elasticidade da Doutrina Yoshida, flexibilizando para que o Japão, aos poucos, se militarizasse e passasse a arcar com os custos de sua posição no sistema internacional. Entretanto, o arquipélago manteve-se resoluto em não levar adiante uma brusca transformação em sua grande estratégia e continuou se amparado nos preceitos de alinhamento com os EUA e nas restrições nas políticas de segurança (PYLE, 2007; HUGHES, 2017).

Ademais, o Japão manteve-se relativamente distante de assuntos internacionais que versassem sobre segurança. Contudo, como demonstraremos, o Japão prosseguiu transformando suas políticas de segurança de acordo com as demandas do sistema, sendo influenciado, todavia, por questões domésticas e afetado pelos próprios problemas relacionados ao crescimento econômico do país e à deflação, vivenciados desde o estouro da bolha especulativa na década de 1990.

No século XXI, as novas ameaças que emergiram e as pressões norte-americanas por um maior envolvimento do arquipélago em tabuleiros internacionais, como no caso do Oriente Médio, fizeram que o Japão, gradativamente, trilhasse o caminho para a normalização de seu poder militar e de seu ativismo internacional. À medida que as transformações do sistema começavam a acontecer de forma mais significativa, o Japão modificou suas políticas de segurança e rumou em direção a um afastamento cada vez mais evidente da Doutrina Yoshida (HUGHES, 2017).

No século XXI, a política externa do Japão continuou buscando se apresentar como um importante *player* no sistema internacional, fortalecendo suas relações com diversos países do mundo, inclusive, com a China. Contudo, parte das maiores mudanças foram sentidas no campo das políticas de segurança do país, uma vez que o Japão precisou adotar medidas para se adequar às novas ameaças e transformações que ocorreram no período. De acordo com Hughes

(2005), a partir de 2001, há um rápido e radical desenvolvimento na política de defesa e de segurança japonesa durante o governo do primeiro-ministro Koizumi Junichiro (2001-2006). Em linhas gerais, durante esse período, há o aumento de leis permitindo as participações das FAD em zonas de combate e de não combate no Afeganistão e no Iraque, assim como a criação e o fortalecimento do BMD (*Ballistic Missile Defense*).

Cabe ressaltar o BMD, visto que, em 2003, durante o governo de Koizumi, o gabinete emitiu uma declaração afirmando que havia decidido desenvolver um sistema de defesa de mísseis balísticos como uma medida defensiva contra as ameaças norte coreanas²²³. Com o BMD, o Japão precisou reavaliar a sua posição a respeito do uso do espaço e da exportação de tecnologia militar. Para cooperar com os EUA, foi aprovada a “*Lei Básica do Espaço*”, que modificou a reinterpretação da política japonesa sobre os propósitos de defesa para uma interpretação de não agressão. Isso significa que as FAD podem “*manufaturar, possuir e operar seus próprios satélites para gerar suporte militar como o míssil balístico de defesa*” (DIAN, 2013, p. 8, tradução nossa). Tal acontecimento foi o prelúdio para a futura evolução da concepção de Tóquio sobre a *Collective Self-Defense*.

O BMD foi de fato considerado em Tóquio como um mecanismo de mudança para a política de defesa do Japão, bem como para as relações de aliança. A participação no sistema desencadeou a aquisição de ativos militares potencialmente ofensivos, uma maior capacidade de comando e controle, uma reestruturação significativa do sistema de defesa coletiva e mudanças doutrinárias que permitiram substancialmente a prevenção caso um ataque fosse considerado iminente. No geral, foi um marco claro em direção à normalização das políticas de segurança japonesas (DIAN, 2014, p.136, tradução nossa).

Com o atentado de 11 de setembro de 2001 e a atuação norte-americana no Iraque, o Japão, que já estava aos poucos transformando sua postura internacionalmente, foi pressionado e conseguiu cada vez mais expandir suas ações militares, cumprindo parte do seu papel na aliança nipo-americana. Segundo Midford (2011, p. 115), para poder auxiliar os EUA no direcionamento de sua política para o Oriente Médio, o primeiro-ministro japonês optou por um plano audacioso em forma de um projeto. De fato, Koizumi criou um projeto sobre a necessidade de as FAD agirem por meio da prestação de serviços médicos, do suporte logístico e da ajuda humanitária na Índia, no Paquistão e na fronteira do Paquistão com o Afeganistão. Todavia, o líder japonês encontrou resistências não só dos membros de partidos rivais, como também dos seus aliados do *Komeito* e de membros do próprio partido, por não os consultar sobre o uso das FAD no exterior.

²²³ Um outro receio com relação à Coreia do Norte foi o evento em dezembro de 2001, quando uma embarcação norte-coreana adentrou as ZEEs do Japão, sendo perseguida pela guarda costeira japonesa. Segundo Shinoda (2007, p.101), tal incidente alarmou a população sobre as ameaças que o arquipélago vivenciava.

Podemos observar a continuidade da resistência dentro do Japão para levar adiante algumas políticas e mudanças em sua estratégia, algo que, como apresentamos, se repete ao longo da política nipônica desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Com as críticas dentro do partido e entre partidos, Koizumi reformulou a proposta e não mais as FAD poderiam ser enviadas para o Paquistão ou fornecer armas e transporte para os EUA. Segundo Midford (2011), as pesquisas de opinião acompanharam a proposta de Koizumi e, diante da nova reformulação, 51% apoiavam a nova lei. No dia 29 de outubro, a “*Lei de Medidas Especiais Antiterroristas*” foi aprovada e, em novembro, as FAD foram enviadas para o Oceano Índico e, diferentemente da lei de 1992, as FAD poderiam ser despachadas para zonas de combate. Tal postura era impensada anteriormente, devido ao fato de a própria geografia da região não representar uma ameaça tão direta ao arquipélago (HUGHES, 2005; PYLE, 2007; HOOK et al., 2017).

Em 2003, também foi aprovada a “*Lei sobre Medidas Especiais e Assistência Humanitária para a Reconstrução no Iraque*” e, mesmo que ela tivesse oposições na Dieta, ela foi aprovada. O envio das FAD à Guerra ao Terror foi possível, sem envolvimento militar direto, e criou um sistema de atuação do Japão sob a bandeira da ONU (HUGHES, 2005; SHINODA, 2007). No mesmo ano, outra lei foi aprovada e permitiu a maior atuação do Japão em outros teatros como aliado norte-americano. A “*Lei da Emergência*” tinha como objetivo dar poderes às FAD do ponto de vista de ataques armados ao Japão, e deve ser pensada em relação ao ambiente regional japonês (HOOK et al., 2017).

Outra contribuição do governo Koizumi foi o aumento do poder decisório do primeiro-ministro com a *Lei do Gabinete*. De acordo com Shinoda (2007), há uma nova configuração do processo de tomada de decisões e o primeiro-ministro passou a ter maior capacidade de agir em decisões internacionais. Produziu-se uma hierarquia de poder na qual a burocracia deixou de ser um ator de veto e o primeiro-ministro pode propor leis diretamente, sem o aval de todos os membros do gabinete, o que contribui para a possibilidade de ele aprovar as leis que enunciamos anteriormente.

Preocupando-se com a audiência asiática do entorno regional próximo, Koizumi viajou para Pequim e Seoul para convencê-los de que as contribuições do Japão para os conflitos no Oriente Médio não eram movimentos a favor da “remilitarização”. Durante essas visitas, Koizumi constantemente enunciava os interesses para a paz (CLAUSEN, 2011). De acordo com Clausen (2011, p.181, tradução nossa), “*ele também usaria a linguagem da comunidade internacional e a contribuição internacional para suavizar as ações que fortaleciam a aliança EUA-Japão*”.

Se, por um lado, o primeiro-ministro Koizumi buscou “acalmar” visões de um Japão militarista, por outro, não deixou de realizar ações como as visitas anuais ao Santuário Yasukuni, que eram protestadas pela China e pela Coreia do Sul. Assim, ao passo que o governo de Koizumi fortaleceu as relações entre Japão-EUA, emergiram atritos com a China, devido às disputas territoriais, que abordamos no Capítulo anterior, e às visitas ao templo Yasukuni (LAI, 2008; DRIFTE, 2013).

Em suma, as relações diplomáticas sino-japonesas oscilaram ao longo dos anos, sobretudo, devido às questões da disputa territorial pelas ilhas Senkaku/Diaoyu que apresentamos no Capítulo anterior. Além disso, as repetidas visitas de Koizumi ao santuário Yasukuni, ao passo que condiziam com o neonacionalismo emergente no Japão e com o florescimento de grupos de direita no arquipélago (LAI, 2008), trouxe problemas e instabilidades nas relações do Japão com seus vizinhos do Nordeste Asiático. Também durante o período Koizumi, é importante pontuar que foi iniciado um processo de estímulo à revisão constitucional (CFR, 2019). E, mesmo que ele não tenha sido levado adiante naquele momento, foram feitos relatórios de partidos japoneses (LDP e PDJ), de associações comerciais (*Japan Association of Corporate Executives e Japan Business Federation*) e até mesmo da mídia (*Yomiuri Shimbun*)²²⁴.

Durante os governos de Shinzo Abe (2006-2007), Yasuo Fukuda (2007-2008) e Aso Taro (2008-2009), todos buscaram reorientar a diplomacia japonesa, visando a um Japão internacionalista e promotor da democracia, da economia liberal, dos direitos humanos e da obediência às leis internacionais. Buscou-se restaurar as relações sino-japonesas no período após os incidentes com os livros de história, as visitas ao Santuário Yasukuni e os tensionamentos das ilhas Senkaku/Diaoyu. Nessa perspectiva, a primeira viagem internacional de Shinzo Abe foi à China, ainda em 2006, quando foram estimuladas conversas e encontros entre ambos os países (HOOK et al., 2017). Cabe pontuar que, durante o governo de Shinzo Abe, uma importante mudança ocorreu nas políticas de segurança do país, quando foi criado o Ministério da Defesa do Japão (MDJ), substituindo a antiga Agência de Defesa²²⁵.

No governo seguinte, Fukuda herdou a responsabilidade de dar continuidade às conversações iniciadas por Shinzo Abe, recebendo o primeiro-ministro chinês Hu Jintao no ano de 2008. Ambos os países assinaram o “*Japan and China: Building a Mutually Beneficial*

²²⁴ Mais informações sobre as propostas podem ser encontradas em CFR (2019).

²²⁵ Diante disso, a defesa deixou de ficar subordinada a outros ministérios e passou a ter ainda mais autonomia. Cada vez mais, o Japão conseguiu ampliar sua capacidade de resposta às contingências internacionais que eram um problema para a sua própria segurança.

Relationship Based on Common Strategic Interests”, documento no qual reconheciam que eram responsáveis pela garantia da paz no Ásia-Pacífico (MOFA, 2008). Por esse motivo, a relação de cooperação entre os dois estados deveria ser fortalecida em diversas áreas. Também nesse período há o estreitamento de relações entre os países com possíveis acordos de exploração conjunta no MLC (DRIFTE, 2013).

Os governos seguintes, de Yukio Hatoyama (2009-2010), Naoto Kan (2010-2011) e Yoshihiko Noda (2011-2012), diante da crise econômica, romperam novamente com a predominância do PLD. A ascensão de Hatoyama inspirou uma tentativa de maior aproximação com a China, uma vez que, em seu ensaio *My Political Philosophy*, faz reflexões sobre a necessidade do redimensionamento da política japonesa para a Ásia e não para os EUA; como resultado, o período de seu governo foi marcado por abalos nas relações nipo-americanas (HOOK et al., 2017). Na obra, avaliando o cenário global, Hatoyama teceu críticas ao capitalismo financeiro dos EUA, que levava a então recente crise econômica, e ao apoio quase incondicional dos últimos governos do PLD ao modelo econômico (HATOYAMA, 2009, p. 3-4). Todavia, o esmorecimento das relações, devido às questões territoriais e à maior assertividade marítima chinesa, fez com que as propostas de aproximação de Hatoyama não seguissem adiante e, inclusive, se deteriorassem nos governos posteriores (HOOK et al, 2017).

O governo Shinzo Abe (2012-) vem transformando a postura japonesa, e as relações com a China vem passando por momentos de aproximação e de distanciamento, principalmente devido à assertividade marítima chinesa, quando há o aumento da percepção de ameaça iminente da China por parte do Japão. Ademais, o governo de Abe vem sendo marcado por transformações significativas na área de segurança e defesa e também na política externa e grande estratégia japonesa.

Outro fator relevante é o interesse de Shinzo Abe para a internacionalização do Japão (HOOK et al, 2017). O primeiro-ministro japonês visitou cerca de 50 países somente nos seus dois primeiros mandatos, um número elevado quando comparado aos dos seus antecessores. As viagens tinham como objetivos principais a abertura de mercados para empresas japonesas e o apoio político para o seu maior engajamento regional e global.

Ao analisarmos documentos, discursos e memorandos divulgados no Ministério e Relações Exteriores japonês, a grande estratégia japonesa sob o governo de Abe se tornam evidentes, como pode ser visto no documento oficial intitulado “*A Recompensa dos Mares Abertos: Os Cinco Novos Princípios da Diplomacia Japonesa*” de 2013, que indica o posicionamento, a política externa e a estratégia nipônica. Os cinco princípios seriam: a proteção da liberdade de pensamento, de expressão e de fala na região; garantir que os oceanos

sejam governados pelas leis e regras, e não pela força (momento no qual o primeiro-ministro enaltece a estratégia norte-americana de rebalanceamento para a Ásia); perseguir o estreitamento de relações econômicas entre o Japão e outros países; estimular as relações culturais entre os países; e, por fim, promover a troca entre as jovens gerações. Portanto, fica claro que esse documento enfatiza não só o interesse nipônico pela aproximação do Japão com os países da ASEAN (Associação de Nações do Sudeste Asiático), como também, no segundo princípio, faz uma menção indireta à assertividade marítima chinesa (MOFA, 2013a).

Em linhas gerais, o século XXI trouxe incertezas para a política japonesa, e três questões precisam ser ressaltadas quando pontuamos os problemas que vêm sendo enfrentados pelo Japão: a ascensão chinesa, a Coreia do Norte e a possível incapacidade ou falta de interesse de os EUA pós-2008 arcarem com os custos da aliança. De acordo com Saltzman (2015) e Hughes (2016), os três países vêm impactando diretamente o comportamento do Japão e fazendo com que o país persiga medidas cada vez mais militaristas e transforme sua grande estratégia, como observaremos na próxima seção.

6.1.1 O RECRUDESCIMENTO E A ESTRATÉGIA JAPONESA: O FATOR ABE E A REINTERPRETAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO EM 2014-2015

Como o próprio primeiro-ministro Shinzo Abe afirmou em 2013 no CSIS, “*o Japão está de volta*”, e sua ascensão ao poder vem transformando a grande estratégia japonesa e, conseqüentemente, a sua postura internacionalmente (ABE, 2013a). Afinal, diante de novas (velhas) ameaças no sistema internacional, Shinzo Abe tem realizado esforços para transformar as políticas de segurança do Japão, a sua política externa e, conseqüentemente, o envolvimento do arquipélago regional e internacionalmente.

A ascensão de Abe (2012-) ao poder, como apresentamos no Capítulo anterior, foi precedida pelos tensionamentos das ilhas Senkaku/Diaoyu e, por esse motivo, influenciou os tensionamentos das relações sino-japonesas. Ao passo em que a China se tornou uma ameaça cada vez mais iminente diante dos conflitos territoriais entre os países e o aumento das capacidades relativas econômicas chinesas, cada vez mais percepções sobre a necessidade de mudança afloraram no Japão entre políticos que desejam transformações na Constituição japonesa. Por esse motivo, desde sua ascensão, Shinzo Abe vem promovendo discursos sobre a necessidade de fazer mudanças nas políticas do Japão e na capacidade de país agir internacionalmente. Durante seu governo, Shinzo Abe buscou não só reinterpretar a

Constituição para flexibilizar ações do arquipélago, como tem feito esforços na tentativa de emendar o artigo 9º da Constituição japonesa com o intuito de legitimar a existência das FAD.

A ascensão chinesa e suas ações nas disputas territoriais com o Japão e no MSC, a pressão norte-coreana e os receios com relação aos EUA são estímulos do sistema que pressionaram a busca pelo governo de Shinzo Abe de transformar as políticas de segurança e a política externa do país. Tais pontos já eram discutidos nos livros de defesa do Japão desde 2005, mas foram exaltados principalmente a partir de 2010 (MODJ, 2005; 2006; 2007; 2008; 2009; 2010; 2011; 2012; 2013; 2014; 2015; 2016; 2017; 2018a).

Em linhas gerais, a Coreia do Norte, desde o início do século XXI, representa uma ameaça para o arquipélago, sobretudo, após 2009, quando declarou sua saída do *Six Party Talk* (Rússia, China, Coreia do Sul, Coreia do Norte, EUA e Japão) (2003-2009). Tal fórum tinha como intuito a promoção de um diálogo para a resolução pacífica das preocupações relativas à segurança do Leste Asiático diante do desenvolvimento do programa nuclear norte-coreano²²⁶. Com a ascensão de Kim Jong Un (2011-atual) ao poder, cada vez mais mísseis foram testados e, inclusive, sobrevoaram o território japonês, como foi o caso de Hokkaido em 2017. Nesse sentido, tais ocorrências fazem com que a Coreia do Norte ainda seja vista como um problema, inclusive, para as relações do Japão na atualidade²²⁷.

A ascensão chinesa, o aumento de seus gastos militares e a sua assertividade marítima no MLC e no MSC tiveram um grande papel nessa percepção de ameaça do arquipélago, uma vez que tal contexto contribuiu para o senso de urgência japonês em relação a promover transformações na sua política²²⁸. Desde a década de 1990, o arquipélago tem agido com uma postura de, ao mesmo tempo, engajar a China na participação da ordem internacional e balanceá-la por meio do fortalecimento da sua aliança com os EUA (HUGHES, 2017; KOGA, 2016). Todavia, a assertividade marítima em alguns episódios isolados entre 2004-2005 e a sua continuidade após 2010 impulsionaram a percepção de ameaça por parte do arquipélago.

²²⁶ A Coreia do Norte saiu do Tratado de Não Proliferação Nuclear em 2003.

²²⁷ Em 2018, a Cúpula histórica entre Coreia do Norte e EUA trouxe, por exemplo, diversas promessas para uma possível desnuclearização da península. Entretanto, o Japão, que afirmou estar disposto a realizar uma reunião com o líder norte-coreano, foi deixado de lado e até agora só consegue passar seus interesses por meio de conversas presenciais e telefônicas com o líder sul-coreano e com o líder norte-americano (OLIVEIRA, 2018).

²²⁸ No caso do MLC, como apresentamos, o Japão detém pleitos territoriais, e a disputa envolve também questões simbólicas e de nacionalismo. No caso do MSC, de acordo com a UNCTAD (The United Nations Conference on Trade and Development), estima-se que 60% do comércio marítimo passa pela Ásia, sendo o MSC uma das regiões mais importantes (UNCTAD, 2018). Sendo assim, tal região é crítica tanto para China como para Taiwan, Japão e Coreia do Sul, que dependem do Estreito de Malaca, que conecta o Oceano Índico com o Oceano Pacífico por meio do MSC, para a manutenção de suas rotas comerciais e para o bom funcionamento de suas economias. No que concerne ao Japão, cerca de 42% de seu comércio marítimo em 2016 foi realizado pela via do MSC, enquanto, no mesmo ano, 64% do comércio chinês e 80% de suas importações de petróleo dependeram de tal região (CHINA POWER PROJECT, 2017).

Além disso, os receios de ser abandonado pelos EUA, os riscos de o pólo não mais ter capacidade de arcar com os custos da aliança e de sua projeção de poder, além das pressões americanas sobre o maior ativismo do Japão no cenário internacional, figuram como um dos mais importantes pontos (talvez o mais) que coadunam com o objetivo do Japão por recrudescer suas políticas militares. Afinal, ao longo do século XXI, o arquipélago continuou vivenciando dilemas de *entrapment* e *abandonment*, visando, aos poucos, rearticular a aliança com os EUA e se mostrar comprometido com o país²²⁹ (DIAN, 2014; HUGHES, 2017).

O posicionamento geográfico estratégico do Japão e sua relevância para suprir as forças norte-americanas em contingências no pacífico não são mais suficientes. Por esse motivo, “*os Estados Unidos estão pedindo cada vez mais ao Japão para fornecer contribuições diferentes para a aliança e para a estabilidade da região. Como consequência, o governo Obama tem aumentado recentemente a pressão sobre o Japão por um papel militar mais ativo na aliança e para redividir as desiguais responsabilidades*” (DIAN, 2013, p.6, tradução nossa).

Desde 2012, apesar da política do *rebalance* para a Ásia, documentos japoneses vêm expressando preocupações acerca da retórica norte-americana, da real capacidade de lidar com os custos e do seu comprometimento na região, sobretudo, a partir do segundo mandato do governo Obama. No *East Asian Strategic Review* de 2015, aponta-se que, recentemente, a política norte-americana para o Ásia-Pacífico tem sido questionada devido aos problemas orçamentários e fiscais dos EUA que entraram em efeito em 2013, conforme mencionamos no Capítulo anterior. Os livros de defesa do arquipélago de 2011 até 2016 expressaram a necessidade de atenção sobre como os cortes orçamentários dos EUA de 2013 irão impactar as estratégias de defesa do país (MODJ, 2012; 2013; 2014; 2015; 2016).

Diante das pressões do sistema e dos interesses de Shinzo Abe, o arquipélago, cada vez mais, passou a difundir a política externa do pacifismo proativo, informando sobre a necessidade de uma maior atuação do Japão internacionalmente e contribuindo de modo ativo com o sistema internacional, como debateremos de forma mais pormenorizada ainda no presente Capítulo. O objetivo do arquipélago reforça um interesse nacional de fortalecer sua presença no sistema internacional e de manter seu *status quo* no Leste Asiático, mesmo que sua influência e poder já venha se erodindo desde a ascensão chinesa.

²²⁹ Segundo Dian (2013, p.6, tradução nossa), mesmo que o Japão continue com um dos pilares para os EUA na região do Ásia-Pacífico, “sua capacidade de ditar termos para os EUA é diminuída pela relevância renovada de outras parcerias bilaterais (...) O efeito da diversificação de alianças dos EUA é que o Japão não é mais capaz de se comportar como um 'consumidor de segurança', cujo mero alinhamento com os EUA garantiria a sua segurança e a sua estabilidade”.

Do ponto de vista econômico, o governo de Abe lançou, em 2013, o que ficou conhecido como *Abenomics*, com o intuito de dinamizar a economia japonesa e promover o crescimento do país. Nesse sentido, as iniciativas econômicas se baseiam em três flechas: estímulo fiscal, flexibilização monetária e reformas estruturais (CFR, 2019). Abe buscou conciliar as reformas econômicas com a ideia de que o Japão seria capaz de promover as mudanças na política externa e de segurança do arquipélago, mas, mesmo após a política, o Japão continua vivenciando problemas de crescimento e de deflação (SALTZMAN, 2015; CFR, 2019).

Em uma histórica decisão, entre 2014 e 2015, o governo japonês aprovou uma série de medidas de segurança com o objetivo principal de reinterpretar a Constituição permitindo que as FAD providenciassem assistência militar a aliados mesmo se o Japão não estivesse sob ataque. Intituladas como *Japan's Peace and Security Legislation*, tais medidas foram constituídas a partir da promulgação de uma nova lei, a *International Peace Support Law*, e da revisão de dez leis²³⁰, incluindo a reinterpretação do direito do arquipélago de exercer a *Collective Self Defense*²³¹.

A barganha para a aprovação da lei se iniciou em 20 de maio de 2014. Já em 1 de julho de 2014, após a negociação entre o PLD e a coalizão *New Komeito*, o gabinete do primeiro-ministro aprovou as revisões de diversas leis referentes à temática de defesa e foi aprovada a reinterpretação do direito de defesa coletiva do arquipélago (AKIMOTO, 2016).

O governo chegou à conclusão de que não somente quando um ataque armado ocorrer contra o Japão, mas também quando **um ataque armado contra um país estrangeiro que tenha uma relação próxima com o Japão ocorrer e que, como resultado, ameace a sobrevivência do Japão e represente uma clara ameaça** que altere o direito à vida, à liberdade e à busca pela felicidade, e quando não há outros meios apropriados disponíveis para repelir o ataque e assegurar a sobrevivência do Japão e proteger sua população, o uso do mínimo de força necessário deve ser permitido sob a Constituição como uma medida de autodefesa, em concordância com a lógica do governo na presente data (SASAKAWA PEACE FOUNDATION, 2015; tradução e grifo nossos).

A reinterpretação representa uma evolução da estratégia e da capacidade de ação do Japão no sistema internacional, mesmo que seus efeitos ainda precisem ser vistos. Ela foi aprovada, mas continua limitada, uma vez que a precondição para o Japão atuar continua restrita a um ataque armado que represente uma ameaça existencial à segurança do arquipélago. O documento oficial do governo japonês é explícito em relação a esse quesito quando afirma que “o direito de exercício de *collective self-defense* não é permitido com o propósito de defender

²³⁰ Informações detalhadas sobre cada lei podem ser obtidas em Akimoto (2016).

²³¹ Ressaltamos esse ponto no Capítulo 3 da tese, mas cabe lembrarmos que os países têm direito à autodefesa coletiva segundo os preceitos do direito internacional e da Carta da ONU. Entretanto, o governo japonês interpretava que o direito de autodefesa coletiva iria de encontro à Constituição japonesa. Por esse motivo, a reinterpretação é um marco para a transformação das estratégias e do comportamento nipônico no século XXI.

um país estrangeiro, isto é, somente pelo propósito de responder a um ataque contra um país estrangeiro” (OLPS, 2016, tradução nossa).

Além disso, durante a elaboração do documento para levar à votação, o *New Komeito* demandou que três princípios ainda fossem mantidos em relação ao envio de tropas. Nesse sentido, a ação deve: (i) ter legitimidade da lei internacional; (ii) ter controle democrático; e (iii) levar em consideração a segurança das FAD. No documento sobre a decisão, há a menção entre a conexão dos estímulos sistêmicos e a necessidade do Japão de transformar sua interpretação.

(...) o rápido progresso da inovação tecnológica e a difusão de armas de destruição em massa, bem como mísseis balísticos, ameaças como o terrorismo etc., criam problemas e tensões para a região do Ásia Pacífico. No futuro, um ataque armado contra um país estrangeiro pode efetivamente ter um impacto direto para a sobrevivência do Japão. Além disso, nos anos recentes, os riscos de impedimentos ao acesso e uso livre dos oceanos, do espaço aéreo e do cyberspaço aumentaram e está ficando mais sério. Nenhum país consegue mais manter a sua própria segurança sozinho e a comunidade internacional espera que o Japão atue de forma mais ativa e apropriada, condizente com o seu poder nacional (CABINET SECRETARIAT, 2015, p. 1, tradução nossa).

Questões sistêmicas influenciaram diretamente a transformação japonesa e, por esse motivo, cabe dialogarmos com Saltzman (2015), que se utiliza do realismo neoclássico para compreender a capacidade de transformação da política de segurança japonesa. De acordo com Saltzman (2015), o declínio de poder relativo do garantidor da segurança japonesa (EUA) e a ascensão regional da China foram os motivadores para a revisão da política de segurança do arquipélago. Nessa perspectiva, duas citações merecem ser pontuadas. A primeira é a do antigo Ministro da Defesa do Japão, Shigeru Ishiba, quando disse em 2014 que *“a relativa influência dos EUA está declinando enquanto o poder chinês cresce. Nós devemos começar a pensar seriamente em como evitar a guerra”* (WSJ, 2014, tradução nossa). Ademais, Shinzo Abe (2012-) argumentou durante a corrida presidencial que *“com os gastos de defesa dos EUA sofrendo diversos cortes, o colapso da balança de poder na Ásia poderia criar instabilidade”*, e continuou afirmando que *“nós devemos fortalecer uma aliança com os EUA que consiga se manter diante dessas circunstâncias”* (FOXNEWS, 2012, tradução nossa).

As preocupações de Abe sobre a necessidade de retroalimentar a confiança das relações do Japão com os EUA vêm não somente do fato de existir riscos orçamentários norte-americanos, como também são fruto do receio em relação ao comprometimento dos EUA com a defesa do Japão. Por esse motivo, a reinterpretação tinha como objetivo assegurar um comprometimento norte-americano com o arquipélago nipônico.

Eu fui informado por diversos oficiais do governo norte-americano que as forças militares dos EUA estavam determinados a levar adiante ações para defender o Japão

em relação ao artigo 5º do Tratado de Segurança EUA-Japão. No entanto, por exemplo, se os navios dos EUA em patrulha para defender o Japão fossem atacados, e os navios do SDF do Japão que estavam próximos e eram capazes de ajudar os navios dos EUA não os resgatassem ou tomassem quaisquer medidas para protegê-los, continuaríamos a desfrutar do sentimento de confiança do povo dos EUA em relação ao Japão? (...) Eles disseram que eu deveria pensar sobre essas coisas seriamente (ABE, 2014a, tradução nossa).

No que tange à atuação do Japão na aliança nipo-americana, a reinterpretção possibilita que as FAD: (i) protejam navios de guerra norte-americanos em caso de ataque de outros países em águas próximas do arquipélago, mesmo antes de um ataque ao Japão; (ii) pare e inspecione navios suspeitos de carregamento de armas; (iii) intercepte mísseis balísticos sobre o território japonês; (iv) providencie cobertura militar para operações de paz mesmo que as tropas estejam sob ataque; e (v) participe de operações de *minesweeping* da ONU (sob autorização da) no Oriente Médio e no Golfo Pérsico (SALTZMAN, 2015).

A aprovação da *Collective Self-Defense* é um interessante caso para analisar a evolução e a transformação da estratégia japonesa no século XXI, e enfatiza como os estímulos sistêmicos são filtrados por variáveis intervenientes domésticas que impactam o comportamento do arquipélago. Vale considerar que o ambiente estratégico japonês pode ser pensado como restritivo diante da ameaça norte-coreana e da maior iminência da ameaça chinesa. Há uma clareza alta da necessidade de fortalecer a aliança com os EUA e das ameaças que o Japão percebe diante dos testes nucleares da Coreia do Norte e das disputas territoriais com a China. Nota-se que, à luz das transformações no equilíbrio com o aumento de poder relativo chinês e diante da percepção de ameaça, o Japão perseguiu políticas de balanceamento interno e externo à ameaça.

Variáveis intervenientes estão afetando e influenciando as transformações da política de segurança e o comportamento do Japão internacionalmente, e uma delas é a liderança de Shinzo Abe (2012-), que tem um papel fundamental. Afinal, desde seu primeiro mandato em 2006, ele buscou mobilizar recursos e direcionar as políticas japonesas para a normalização²³². Abe já havia esboçado sua inclinação para o fortalecimento das políticas de segurança japonesa até mesmo em uma palestra na universidade sobre a constitucionalidade ou não das armas nucleares (SHINODA, 2007, p. 105). Ademais, os dois ex-líderes militaristas e nacionalistas japoneses, Kishi Nobusuke e Eisaku Sato, avô e tio-avô respectivamente de Shinzo Abe, são figuras

²³² Um exemplo disso foi a entrevista em abril de 2007, quando Abe afirmou que “já se passaram mais de 60 anos desde que a Constituição foi posta em prática. Existem provisões na Constituição que não servem mais para os tempos atuais (...) Eu acredito que é importante que nós japoneses escrevamos uma Constituição para nós mesmos e que refletiria a forma do país que consideramos desejável no século XXI”. Nota-se que Abe também estava preocupado em manter boas relações com a China, o que nos permite perceber como a balança de poder e a ameaça influenciam a percepção da própria liderança.

políticas que influenciaram a formação do pensamento da liderança nipônica (JAPAN TIMES, 2012).

Entretanto, apesar da predisposição de Abe, outras questões impactaram e continuam impactando as políticas do arquipélago. A cultura estratégica japonesa ainda é um impedimento para transformações mais assertivas. Os ideais sobre o pacifismo e as expectativas persistem na sociedade e nas elites. O neonacionalismo é um fator que vale ser mencionado por estar presente na postura da própria liderança, em grupos da sociedade e em partidos políticos que entoam a busca do Japão em recuperar o prestígio e o seu *status* de país normal. Nota-se também que parte do gabinete de Shinzo Abe (e da Dieta como um todo) pertence ao *Nippon Kaigi*, que é uma organização não partidária que objetiva preservar a beleza do Japão e enaltecer uma educação patriótica, a existência do Santuário Yasukuni e, inclusive, a própria revisão constitucional.

As vozes nacionalistas em busca do militarismo do arquipélago, apesar de aumentarem, não denotam toda a população japonesa. Inclusive, em uma pesquisa de opinião do *NPO Genron* de 2014, o público japonês enxergava que as principais ameaças militares para o arquipélago eram a Coreia do Norte e a China, com 68,6% e 64,3% respectivamente. Tal indicador demonstra que a população compartilhava dos receios das ameaças do sistema. Todavia, isso não se transmitiu, tampouco se transmite, em apoio incondicional às transformações de políticas de segurança do arquipélago.

Ademais, como Waltz (1979) menciona, qualquer esforço de balanceamento, sobretudo quando envolve o âmbito doméstico, pode ser custoso devido à necessidade de investir e de direcionar recursos para o desenvolvimento bélico, o que pode gerar insatisfação das massas. Uma parcela da população não aceitou (ou não aceita) os custos da militarização e, inclusive, quando analisamos o caso da reinterpretação, o *Asahi Shimbun* divulgou uma pesquisa de opinião pública em abril de 2014, de acordo com a qual apenas 29% dos entrevistados apoiavam o *Collective Self-Defense* (KAMIYA, 2014). Além disso, em 2015, o *Asahi Shimbun* divulgou números um pouco diferentes, que mostravam que 43% eram contrários à proposta e 33% eram a favor (SEBATA, 2016). Por sua vez, pesquisas de opinião conduzidas pelo jornal *Yomiuri Shimbun* em maio de 2014 apresentaram que 11% dos correspondentes apoiavam o *Collective Self-Defense* de maneira irrestrita, enquanto 60% apoiavam somente o mínimo necessário do direito de defesa coletiva (KAMIYA, 2014).

Tais resultados apresentam justamente a capacidade de aprovação do *Collective Self Defense* de maneira limitada e mostram que existem, ainda, constrangimentos para as políticas de segurança do arquipélago e que são ainda mais evidentes quando observamos as

manifestações que ocorreram em Tóquio pouco antes da votação final da aprovação pela Dieta (BBC, 2015). Em suma, percebe-se que tais fatores influenciaram direta ou indiretamente a limitação das alterações das políticas de segurança japonesas.

As instituições domésticas são centrais, talvez primárias para compreendermos a dinâmica interna, tendo em vista a estrutura do governo japonês e a necessidade, mesmo para uma reinterpretação, do apoio da Dieta. Em 2014, os políticos do PLD eram maioria na Câmara Alta e na Câmara Baixa, o que o colocava em situação vantajosa para reformas constitucionais (SALTZMAN, 2015). De acordo com Liff (2017, tradução nossa), a reinterpretação e a atuação da coalizão partidária restringiram ainda mais o direito à defesa coletiva, uma vez que “*Komeito também limitou as ações japonesas em um ataque armado, durante o qual o Japão poderia providenciar apoio para países com os quais o Japão tem próximas relações*”.

O Japão precisou do apoio do *New Komeito*, mas a liderança do partido, Natsuo Yamaguchi, expressou preocupações sobre as iniciativas de modificar a interpretação e afirmou que “*se o PLD toma uma direção da qual o público está desconfiado (...) nós ficaremos junto ao público e controlaremos o PLD*” (JAPAN TIMES, 2013, tradução nossa). Apesar das discordâncias entre eles, ambos chegaram a um acordo preliminar, restringindo algumas ações e respostas das FAD (SALTZMAN, 2015).

Para aprovação da lei, o *New Komeito* e o PLD apresentaram diversos cenários para justificar a mudança da legislação de segurança com o objetivo de aprimorar as relações nipo-americanas e a capacidade de *deterrence* com a Coreia do Norte e a China, que envolvem, por exemplo, a proteção de navios norte-americanos carregando cidadãos japoneses, a defesa das forças militares norte-americanas contra ataques de mísseis balísticos, a interdição de navios, a proteção de linhas marítimas estratégicas e possíveis contingências nas *gray-zones*²³³ (HUGHES, 2016). Tal iniciativa era essencial para que fosse possível a renovação da aliança nipo-americana que ocorreu naquele ano com as novas Diretrizes da Cooperação de Defesa entre EUA e Japão (US-JAPAN GUIDELINES, 2015).

Enfatiza-se que, para além do *Collective Self Defense*, o governo japonês passou um pacote de leis que tinham como intuito aumentar a capacidade da atuação das FAD em contingências referentes às ilhas remotas do Japão, acelerando um processo de resolução com referência às possíveis ações estrangeiras militares nas ilhas. Afinal, a Guarda Costeira Japonesa (GCJ) não pode responder a ataques militares; quem poderia fazê-lo são as FAD, e

²³³ As gray zones são áreas que estão no linear entre períodos de paz e os momentos de conflito.

existiam problemas para a capacidade da atuação ágil das FAD²³⁴. Muito possivelmente, o governo japonês tinha (e ainda tem) receios de que o governo chinês desejasse fazer o mesmo que fez com relação ao recife de Scarborough no MSC em 2012, quando a China se apoderou do recife e passou a construir ilhas artificiais e a bloquear a entrada de navios pesqueiros filipinos.

(...) para conseguir responder a diversos atos ilícitos, sob a política básica de que agências relevantes, incluindo a polícia e a Guarda Costeira Japonesa devem responder de forma eficiente e com cooperação e de acordo com suas respectivas atribuições e autoridade, o governo irá fortalecer ainda mais as medidas necessárias em todas as áreas, que envolvem aumentar as capacidades de resposta das respectivas agências, fortalecendo a colaboração entre as agências, incluindo troca de informações, examinando e desenvolvendo guias concretas de respostas, acelerando procedimentos de tomada de decisão, e aprimorando exercícios e treinamentos (MOFA, 2014b, tradução nossa).

Cabe ressaltar que, apesar da aprovação da reinterpretação, as medidas que Abe planeja levar adiante sobre uma possível emenda do Artigo 9º da Constituição para legitimar a existência das FAD têm encontrado resistência²³⁵. Na prática, Shinzo Abe planeja emendar o Artigo 9º da Constituição, visando eliminar dúvidas sobre a inconstitucionalidade das FAD, enfatizando que tais forças perfazem uma organização armada e que o direito à autodefesa é legítimo²³⁶.

Shinzo Abe tem até 2021, devido à sua reeleição, para tentar levar adiante o projeto de emenda constitucional. Para isso, o governo japonês precisa de 2/3 de votos na Casa Alta e Baixa, além de um referendo popular. Existem indícios de que o governo de Abe se utilizará das eleições em 2019 para continuar mantendo a superioridade de votos em ambas as casas. Do ponto de vista político, o LDP possui maioria em ambas as instituições políticas até o início de 2019, contudo os receios com relação às votações do referendo e ao apoio da população têm feito com que o governo não tenha iniciado o processo de reforma (CFR, 2019).

²³⁴ A aprovação fez parte das medidas conhecidas como “Japan’s Legislation for Peace and Security”. Com relação ao caso de questões referentes às ilhas, na prática nada mudou com a aprovação das leis com referência às prerrogativas das FAD e da GCJ, e nenhuma lei foi aprovada com o intuito de prover tal clarificação. Ademais, tal ponto tem maior relação com a necessidade de corrigir um problema legal interno que foi observado com a assertividade chinesa. Mesmo que alguma mudança aconteça, na prática, ela só retificaria o que as FAD podem fazer em contingências, não consistindo propriamente em um recrudescimento das políticas de segurança.

²³⁵ No que diz respeito à reforma da Constituição, cabe salientar que a Constituição japonesa nunca foi emendada e que os planos do PLD são de emenda em quatro questões: no artigo 9º, em cláusulas para situações de emergência, no acesso à educação superior gratuita e nos aspectos referentes à percentagem eleitoral, onde cada prefeitura deveria ter pelo menos um membro na Casa Alta. Existem outras questões, como as ambientais, que vêm impactando o governo japonês e a sua necessidade de emendar a Constituição.

²³⁶ Na seção 9-2, estipula-se que as disposições precedentes não impedem o direito do Japão de tomar as medidas de autodefesa necessárias e de manter as Forças de Autodefesa como uma organização armada que, de acordo com a lei, está sob o comando do primeiro-ministro como líder do gabinete (HIKOTANI, 2019).

No que tange à busca pela emenda do artigo 9º, pesquisas de opinião demonstram que a maioria da população é contrária a qualquer revisão (CFR, 2019). É preciso apontar que existem questões sobre a revisão constitucional que não estão relacionadas somente ao artigo 9º, uma vez que são previstas outras mudanças. A proposta da emenda constitucional envolve para o PLD: o aumento do poder do gabinete em situações de emergência; o acesso gratuito à educação (garantindo investimento público); a modificação do sistema eleitoral de distritos para a Câmara Alta; e a inclusão das FAD no artigo 9º (CFR, 2019).

Por esse motivo, apesar de pesquisas sobre revisão constitucional nos indicarem muito a possibilidade de emenda, precisamos também pontuar o apoio com relação ao Artigo 9º. Tanto os jornais *Yomiuri Shimbun*, mais conservador, como o *Asahi Shimbun*, mais liberal, demonstraram algumas semelhanças nas pesquisas de opinião sobre o artigo 9º. Apesar do crescente interesse na discussão da revisão constitucional, em pesquisas de 2016, 68% dos entrevistados eram contra a revisão do artigo 9º, enquanto 27% votariam a favor de revisá-lo. No caso do jornal *Yomiuri*, quando perguntados de maneira específica sobre os parágrafos, 82% apontaram que não revisariam o primeiro parágrafo sobre disputas internacionais, ao passo que, no que tange ao conteúdo do segundo parágrafo, sobre manter forças militares, 48% eram a favor e 48% eram contra. Quando questionados sobre as escolhas, os correspondentes do jornal *Asahi* se opunham porque a Constituição trouxe paz, enquanto os correspondentes do *Yomiuri* se opunham porque o Japão tem a mais renomada Constituição pacífica mundialmente (CRF, 2019)²³⁷.

Em 2019, *Asahi Shimbun* conduziu uma nova pesquisa de opinião e apontou que, no que tange especificamente ao artigo 9º e ao plano de Shinzo Abe, 63% dos entrevistados eram contra e 32% apoiavam a revisão em 2018 e que, no ano de 2019, 64% eram contrários e 28% eram a favor (ASAHI, 2019a). Uma pesquisa de opinião conduzida pela *Kyodo News* também em 2019 apontou que 54% da população é contrária a revisão, enquanto apenas 40% é a favor (JAPAN TIMES, 2019). Quando o assunto é especificamente o artigo 9º, a população estava dividida entre 47% contra e 45% a favor. Também na mesma pesquisa aponta-se que, daqueles que votariam a favor da emenda, 56% compreendiam a necessidade de modificá-la devido ao ambiente regional do arquipélago com a ameaça norte-coreana e com o crescimento do poder militar chinês (JAPAN TIMES, 2019).

²³⁷ Para mais informações sobre as pesquisas dos jornais e da revisão constitucional como um todo, o CFR lançou um site interativo com dados históricos e atuais sobre tal processo, que pode ser acessado no seguinte link: <https://www.cfr.org/interactive/japan-constitution/public-attitudes-on-revision>.

Deve-se pensar que, apesar do fato de Shinzo Abe deter a maioria na Dieta, ainda é necessária a aprovação da revisão constitucional por meio de um referendo; por esse motivo, as pesquisas de opinião são importantes. Existem dois problemas centrais no referendo e na busca de Abe em emendar a Constituição. O primeiro é o fato de que, se a população votar contra a emenda constitucional, seria uma derrota política significativa para o PLD, estabelecendo um parâmetro para futuros revisionistas. Ou seja, existiria a capacidade de fortalecer, em médio prazo, a própria existência do artigo 9º, na medida em que dificilmente outros partidos tentariam modificar tal artigo. O segundo ponto, mais problemático, é o fato de que as FAD são consideradas como inconstitucionais, apenas como força militar do arquipélago, realizando, no entanto, não só funções de segurança, mas também de alívio humanitário e outros. Caso o referendo atestasse contra a emenda constitucional, as FAD poderiam perder completamente a legitimidade, impactando não só sua imagem internacionalmente, mas também a capacidade de mobilização de recursos para a própria constituição da instituição japonesa.

As mudanças nas políticas de segurança do arquipélago não foram feitas no vácuo e algumas respostas internacionais nos ajudam a perceber como as transformações no cenário do Ásia-Pacífico como um todo, com a assertividade marítima chinesa, os problemas norte-coreanos e outros, impactaram uma imagem positiva do arquipélago e de seu processo de militarização. De acordo com Green e Hornung (2014, tradução nossa), Austrália, Filipinas e Singapura expressaram o apoio à decisão japonesa de reinterpretar a Constituição, enquanto Indonésia, Malásia, Tailândia, Myanmar, Vietnã, Índia e outros países *“têm sido particularmente favoráveis, mas mais cautelosos em suas posições públicas. (...) Enquanto muitos tiveram suas próprias experiências difíceis com o Japão no século passado, é o futuro e a ascensão da China que preocupa o pensamento deles agora”*.

Carlita Carlos, ex-presidente da Universidade Nacional de Defesa das Filipinas, enfatizou que *“o Japão tem todo o direito de fortalecer suas capacidades militares devido às provocações chinesas [...] os chineses estão sempre jogando a carta de que nós fomos colonizados pelo Japão. Todos nós estivemos na mesma situação. Nós lembramos, mas nós também sabemos como perdoar”* (apud COSTA, 2017, p.81, tradução nossa). O secretário de relações exteriores das Filipinas na época, Albert del Rosário, afirmou em uma declaração que *“as Filipinas receberam de forma positiva a passagem da legislação de segurança nacional da Dieta Nacional do Japão. Nós esperamos que tal acontecimento aumente a parceria estratégica com o Japão e com aqueles que contribuam com os valores compartilhados de paz, estabilidade e prosperidade mútua na comunidade internacional”* (ROSARIO, 2015, tradução nossa).

Contrariamente, a resposta chinesa não foi positiva. No livro branco de 2015, intitulado “*China’s Military Strength*”, a China faz uma crítica severa ao Japão afirmando que “o Japão não está poupando esforços para evitar o mecanismo do pós-guerra, reformulando suas políticas militares e de segurança” (SC, 2015, tradução nossa). Fu Ying, presidente do Comitê de Relações Exteriores do CNP, afirmou que Shinzo Abe buscou, desde sua ascensão, apresentar a China como uma ameaça: “*ele criou tal mito. E utiliza-se disso como desculpa para emendar as políticas de segurança do Japão. Isso é muito preocupante para a região e para a China*” (SCMP, 2014a, tradução nossa). Esse último ponto é importante para o nosso debate sobre a instrumentalização da assertividade chinesa e da disputa pelas ilhas Senkaku/Diaoyu para o Japão se aproximar de países no MSC, como veremos ainda no presente Capítulo.

Considerando as rivalidades históricas japonesas e suas relações com países do entorno próximo, o Ministro de Relações Exteriores da China, Hong Lei, expressou que, pelo fato de o arquipélago se comportar de maneira agressiva no passado, qualquer ação do país nipônico está sendo observada pela China. Ademais, criticou o fato de forças dentro do Japão levarem adiante uma agenda política de segurança fabricando a “*China threat*” (HONG, 2016).

Concordamos, portanto, com autores como Costa (2017), que a ameaça chinesa foi um dos instrumentos utilizados pelo governo japonês e até pode ter tido um papel motivador para o *Collective Self Defense*, na medida em que preocupações japonesas no MSC e no MLC fazem referência aos receios da livre navegação dos oceanos. Contudo, discordamos do protagonismo exacerbado chinês no assunto no que diz respeito à motivação específica da reinterpretação, visto que ampliamos o debate, analisando de forma mais geral, e conseguimos asseverar a relevância da ameaça norte-coreana e, principalmente, os receios de *abandonment* e da incapacidade de lidar com os custos do sistema por parte dos EUA. A mudança pode possibilitar, no futuro, que o arquipélago estabeleça mais acordos de segurança com outros países, uma vez que, com o *Collective Self-Defense*, o Japão pode oferecer segurança e ajuda aos aliados do Indo-Pacífico, algo que não fez e nem pôde fazer de maneira formal desde o fim da Segunda Guerra Mundial, como veremos mais adiante.

Podemos asseverar que a assertividade marítima chinesa, a relevância da ameaça norte-coreana e, principalmente, os receios de *abandonment* e da incapacidade de lidar com os custos do sistema por parte dos EUA foram fundamentais para pressionar as mudanças das políticas de segurança e da política externa japonesa. No que tange ao ponto dos EUA, deve-se enfatizar que, para Shinzo Abe, era necessário modificar a reinterpretação antes da Revisão das Diretrizes

de Cooperação em Defesa entre EUA e Japão, que foi assinada no final do ano de 2015²³⁸. A necessidade da reinterpretação constitucional precisa ser analisada levando em consideração os interesses do Japão em assegurar a capacidade de oferecer novas salvaguardas para os EUA, fortalecendo a aliança entre os mesmos.

Concordamos com Hughes (2016; 2017) e Saltzman (2015) de que não só a China como também a Coreia do Norte e os receios com relação aos EUA foram o alicerce mobilizador para as transformações nas políticas de segurança japonesa. Tais receios, inclusive, são os estímulos para os incentivos do aumento dos gastos de defesa do Japão desde 2013. Ou seja, o Japão não mais pode depender somente dos EUA para garantir a sua segurança em um ambiente regional, onde a capacidade nuclear norte-coreana e a assertividade chinesa ameaçam o arquipélago.

6.1.1.1 A INSTRUMENTALIZAÇÃO INTERNA DA AMEAÇA CHINESA E DA DISPUTA PELAS ILHAS SENKAKU/DIAOYU

Como argumenta Ripsman, Taliaferro e Lobell (2016), os EPE detêm informações privilegiadas sobre o sistema internacional para decidir como agir em relação aos constrangimentos, às ameaças e às oportunidades. Em diversos momentos, para os países conseguirem promover mudanças em suas políticas, sobretudo em questões sobre balanceamento interno, como apresentamos, é necessário, em diversas situações, o apoio da população.

Assim como discutimos que a China instrumentalizou as ilhas Senkaku/Diaoyu domesticamente para promover a legitimidade do partido, os tensionamentos de 2012 e a ameaça chinesa foram e ainda são instrumentalizados pelo governo do Japão para justificar interna e externamente suas políticas e seu comportamento. Contudo, apresentamos anteriormente que, mesmo com a ameaça chinesa e a percepção da população nipônica das ameaças que o país vivencia em seu entorno regional, não há um alinhamento uníssono da sociedade e do Estado na promoção de tais políticas.

Nesse sentido, precisamos ponderar que, apesar das mudanças nas políticas de segurança que estão em curso, a aprovação da reinterpretação do *Collective Self Defense*, por exemplo, se manteve limitada, e mudanças constitucionais ainda encontram dificuldades. A disputa pelas ilhas foram um dos importantes instrumentos utilizados pelo governo de Shinzo

²³⁸ Em resumo, as diretrizes entre os países reforçaram a necessidade da cooperação entre eles, mas também estimularam discursos sobre o fortalecimento da aliança com o maior compromisso do Japão com contingências envolvendo os EUA. As diretrizes introduzem a “Partner Capacity Building”, que tem como objetivo fortalecer as capacidades de atuação de ambos os países na região diante dos desafios regionais.

Abe para estimular a passagem da *Collective Self Defense* na Dieta e, como a China vem sendo apresentada como um problema constante nos livros brancos da defesa do Japão, poder-se-ia esperar que haveria um maior apoio da população em relação às transformações objetivadas por Shinzo Abe.

Apesar de mobilizar mudanças da estratégia do Japão e de impulsionar um maior ativismo nipônico, as ilhas e a ameaça chinesa ainda não conseguiram romper as visões da população japonesa que continuam contrárias a uma maior militarização (HUGHES, 2017; SALTZMAN, 2015). Nota-se que, se considerarmos a assertividade chinesa e a criação do Conselho Nacional de Segurança (CNS) de 2013, que abordaremos adiante, bem como a aprovação da reinterpretação constitucional em 2014/2015, o interesse do governo japonês pela maior organização e capacidade de resposta em contingências envolvendo ilhas remotas utilizou-se da ameaça chinesa e do conflito pelas ilhas Senkaku/Diaoyu. As ilhas e a ameaça chinesa foram, portanto, instrumentalizadas e efetivamente funcionaram para fortalecer a estrutura de segurança nipônica, assim como legitimar um possível aumento nos gastos de segurança do Japão.

Contudo, a instrumentalidade das ilhas e da China não conseguiu alcançar o apoio da população a ponto de modificar a postura japonesa e sua normalização de forma irrestrita. No que tange às ilhas e ao controle do Japão sobre elas, foi demonstrado em uma pesquisa de opinião que 63,7% da população chinesa compreendia a necessidade de uma maior assertividade da China pelo controle das ilhas, enquanto, no caso japonês, apenas 22,7% apoiavam assertividade japonesa na região (GENRON NPO, 2014).

Grande parte da população era contrária ao *Collective Self Defense* total e, inclusive, é contra possíveis transformações do artigo 9º da Constituição e sua emenda, como apresentamos nas pesquisas na seção anterior. Tais pontos são observados também no fato de que a aprovação da reinterpretação sofreu impactos de cisões partidárias e da própria opinião pública em 2014/2015, o que contribuiu para que o próprio *Collective* fosse limitado.

Na prática, mesmo que a reforma/revisão não promova mudanças imediatas na política de segurança do Japão, ela é um passo fundamental para legitimar a existência das FAD e, conseqüentemente, a existência de um poder militar do arquipélago. Caso a aprovação que está sendo perseguida por Abe ocorra, isso representaria a reafirmação do poder militar japonês e a vontade nipônica de divulgá-lo para o mundo. Tal ponto estimularia a mudança definitiva da cultura estratégica japonesa, que pode já estar se modificando desde o início do século XXI (HUGHES, 2017; OROS, 2014; SAMUELS, 2007).

O governo japonês, com relação ao fato de emendar a Constituição, tem estimulado diversas propagandas internas e nos sites dos ministérios de defesa e de relações exteriores sobre o papel das FAD. Afinal, assim como em regimes totalitários, “*as democracias, ou os grupos que as controlam, por sua vez, não são totalmente inocentes nas artes de moldar e dirigir a opinião das massas*” (CARR, 2001, p.174). No século XXI, foram lançados mangás²³⁹ sobre as FAD e panfletos com caricaturas e desenhos explicando a sua função, buscando também incentivar a população a integrar a instituição (MODJ, 2018b).

Nos anos recentes, há um decréscimo no número de aplicantes para as FAD no Japão, o que traz questões preocupantes para a segurança do país. Dados do governo apontam que, desde 2014, o Japão tem tido dificuldades em cumprir as metas de recrutamento (JAPAN TIMES, 2018a). Para justificar as transformações nas políticas de segurança, foi lançado um mangá financiado pelo PLD intitulado “*Honobono Ikka no Kenpo Kaisei Ite Nani*” (A família Honobo pergunta o que são as revisões constitucionais) com o objetivo de alcançar as gerações mais jovens (JAPAN TIMES, 2015). Nota-se que tais pontos que elucidamos não têm relação com a necessidade de propagandas e instrumentalização das ameaças, mas buscam estimular a legitimidade das FAD internamente.

No que tange propriamente à ameaça chinesa e à instrumentalização das ilhas, o ponto mais evidente foi a entrevista de Shinzo Abe ao programa de televisão *Minna no News (minna no niyuusu)*; no dia 20 de julho de 2015, o primeiro-ministro veiculou uma mensagem para o público sobre as políticas de defesa e a questão das ilhas Senkaku/Diaoyu. Abe enfatizou que o ambiente regional japonês estava ficando cada vez mais restritivo devido às ameaças de seus vizinhos. Apesar de não direcionar o seu discurso para um país específico, quando perguntado sobre a questão da China e das ilhas Senkaku/Diaoyu, afirmou que o aumento das políticas de segurança seria uma forma de “fechar a porta para ladrões e gatunos”, impedindo que estes continuassem a tentar se intrometer em algum território japonês ou mesmo usurpá-lo. (FNNSLINE, 2015).

Ademais, documentos oficiais do governo continuam enfatizando a concepção da China como uma ameaça. Nos livros Brancos de Defesa do arquipélago, que têm alcance nacional e internacional, são constantemente retratadas as ameaças do Japão no que tange à disputa territorial e aos receios em relação à ascensão chinesa. Treinamentos militares, capacidades e gastos de defesa são temas comuns e recorrentes nos documentos. A China é vista como uma

²³⁹ Revistas em quadrinho japonesas.

desestabilizadora no sistema, por conta das suas disputas territoriais no Leste Asiático como um todo.

Na parte militar, a China vem fortalecendo suas forças militares de forma ampla e rápida, impulsionando grandes aumentos em seu orçamento de defesa. (...) Como parte de tais esforços, acredita-se que a nação está aumentando suas capacidades militares assimétricas para impedir que as forças militares de outros países se aproximem, avancem para a região vizinha da China e inibam suas atividades militares (MODJ, 2014, p.32-33, tradução nossa).

Em outra passagem mais recente do Livro Branco de Defesa do Japão de 2017, o governo nipônico afirma que

No entanto, ao defender o “desenvolvimento pacífico”, a China, particularmente em assuntos marítimos em que seus interesses conflitam com outros, continua a agir de forma assertiva com tentativas de mudar o status quo por coerção baseada em suas próprias afirmações incompatíveis com a existente ordem internacional. Essas ações incluem atos perigosos que podem causar consequências, mesmo não intencionais. A China continua pronta para cumprir suas demandas unilaterais sem compromisso com os outros países, o que abrange fazer esforços constantes para transformar essas mudanças coercivas no status quo em um fato consumado. Existe uma forte preocupação do Japão e da comunidade internacional em relação ao impacto dessas ações no ambiente de segurança da região (MODJ, 2017, p.85, tradução nossa).

Diferentemente da China, onde a mídia é controlada pelo partido, no Japão, as mídias variam de acordo com o posicionamento político mais conservador ou liberal, como enunciamos em questões sobre pesquisas de opinião anteriormente. Por esse motivo, é difícil ponderar a instrumentalização direta do governo nessas mídias, mas é possível observar que os veículos de comunicação auxiliaram nos estímulos para a propagação de uma imagem da China como ameaça (SUZUKI; MURAI, 2014). Mesmo que não essa seja uma instrumentalização direta estimulada pelo governo japonês, é importante apontarmos sobre a veiculação das notícias durante os incidentes, visto que eles podem ter sido um instrumento para fomentar a imagem da China como ameaça.

De acordo com Suzuki e Murai (2014, p.146, tradução nossa), as narrativas japonesas nas mídias domésticas conservadoras como o *Yomiuri Shimbun* enalteciam a caracterização da China como uma ameaça irracional. Nesse sentido, é retratado nas reportagens que “*a China está, de forma agressiva, buscando invadir e clamar pelas ilhas japonesas, e que o Japão é uma vítima racional, tendo problemas para proteger a integridade do seu território*”. Especulava-se que as ações chinesas tinham como objetivo impulsionar uma guerra com os EUA ou que os EUA poderiam não estar dispostos a auxiliar o Japão na defesa do território. No dia 22 de março de 2014, o jornal *Yomiuri* veiculou uma notícia sobre como a GCHQ estava despreparada para recuperar as ilhas japonesas em caso de ataque; na reportagem, observava-se, ainda, que, se navios pesqueiros chineses, mesmo que armados, desejassem ocupar as ilhas,

difícilmente as FAD poderiam ser mobilizadas (YOMIURI SHIMBUN, 2014e). No mesmo ano, o jornal publicou um editorial afirmando a necessidade de o governo discutir de forma mais incisiva assuntos de segurança nacional (YOMIURI SHIMBUN, 2014f).

Enfatizando a ação chinesa como absurda, a mídia sugeriu que a disputa territorial com o Japão é parte irracional da expansão estratégica chinesa e desdenhou da legitimidade das reivindicações chinesas. Em contraste, a mídia japonesa tratou do Japão como um ator racional que estava respondendo calmamente aos tensionamentos irracionais gerados pelo seu competidor, estando o Japão apoiado na lógica e na razão. De fato, o *Yomiuri Shimbun* clamou que o Japão manteve uma atitude racional estratégica que demonstrava a sua superioridade com relação à reivindicação na disputa, contrastando com as ações da “agressora” China (SUZUKI; MURAI, 2014, p. 147-148, tradução nossa).

Desde 2012, como apresentamos, o governo chinês impulsionou diversas propagandas contra o arquipélago e estimulou a divulgação de posicionamentos sobre a soberania das ilhas Senkaku/Diayu. Em resposta a tal ponto, o governo japonês, logo no início de 2013, formou um grupo de conselheiros no Gabinete sobre comunicações concernentes às disputas territoriais entre os países com o objetivo de aumentar a capacidade de projeção de mensagens do arquipélago em nível internacional e em nível doméstico (CABINET SECRETARIAT, 2013). Em 2014, o MEXT implementou novas diretrizes educacionais para as áreas de geografia, estudos cívicos e história, enfatizando que as ilhas Senkaku/Diaoyu são partes do território nipônico e ensinando a localização geográfica e os pontos japoneses sobre a legitimidade no caso de disputas territoriais com outros países (CABINET SECRETARIAT, 2014). Nas diretrizes, aponta-se que:

Com relação à questão territorial (...) deve ser compreendido que o esforço contínuo a respeito da resolução pacífica dos conflitos é essencial. Também deve ser compreendido que o Japão detém disputas não resolvidas concernentes aos territórios no Norte e à ilha de Takeshima (...) Além disso, com relação à situação das ilhas Senkaku, uma parte do Japão deve ser instruída de que não existe nenhuma disputa de soberania a ser resolvida, devido à posição legítima do Japão sobre tal território (CABINET SECRETARIAT, 2014, tradução nossa).

Além disso, internamente, as campanhas chinesas contra o Japão desde a ascensão do PLD e a visita de Shinzo Abe ao Santuário Yasukuni, que enunciamos no Capítulo anterior, foram veiculadas nas mídias locais japonesas de forma crítica. Inclusive, *Yomiuri Shimbun* publicou a necessidade de o PLD demonstrar os objetivos políticos e suas estratégias com o intuito de revelar internacionalmente a verdade sobre o Japão e a reforma militar do país e de diferenciar o Japão da China. Além disso, o jornal criticou a opacidade dos dados militares chinesas (*apud* SUZUKI; MURAI, 2014, p.161).

Cabe mencionar que, mesmo antes da ascensão de Shinzo Abe ao poder, pouco depois dos incidentes de 2012 durante seu último discurso público de campanha, o partido solicitou,

pela internet, que cidadãos japoneses fossem à Akihabara. No discurso, há menção explícita sobre a China mencionando que:

(...) a partir de amanhã, nós finalmente vamos ter as eleições para determinar o futuro do Japão. Uma China em ascensão nunca escondeu suas ambições sobre os territórios japoneses... Como nós podemos resolver tal crise? Nós devemos adotar apenas uma medida paliativa? Ou devemos criar uma nova fase histórica para a nossa diplomacia? Se essa postagem na internet puder mudar o Japão, mesmo que um pouco, isso será o início de uma nova história (...) Vamos mudar o Japão começando por Akihabara (apud MURAI; SUZUKI, 2014, p.190, tradução nossa).

Mesmo que não seja o enfoque da presente tese observar como Shinzo Abe instrumentalizou a disputa com a China em suas campanhas para justificar a volta do PLD, a ação do primeiro-ministro é uma importante menção para se pensar como o candidato na época direcionava seus discursos para a disputa com a China com o intuito de fomentar a necessidade de mudar o Japão. Tal ponto relaciona-se com questões referentes ao próprio nacionalismo japonês, o que pode ser visto em uma das respostas ao post nas mídias sociais dizendo que “os cidadãos japoneses estão do lado de Abe. (...) Atividades anti-Japão na China e na Coreia, ações traidoras de algumas mídias de massa e a desastrosa política do PDJ fizeram com que os cidadãos japoneses se levantassem (...). Vamos recuperar parte do orgulho do Japão de volta” (apud SUZUKI; MURAI, 2014, p.191, tradução nossa).

Do nosso ponto de vista, deslegitimando a posição chinesa e argumentando sobre os direitos do Japão em relação ao território, o governo visou instrumentalizar o conflito para estimular uma percepção de ameaça chinesa e, conseqüentemente, receber apoio para o recrudescimento de suas capacidades militares. Nesse sentido, a crise de 2012 não transformou a postura da população em um ativismo contra a China e nem foi transmitida de forma imediata e incondicional para a militarização japonesa.

A assertividade marítima chinesa tem possibilitado a divulgação de uma imagem positiva do Japão internacionalmente por meio da constante vitimização em discursos internacionais sobre como a China se comporta e pelos interesses de explicar a questão das ilhas Senkaku/Diaoyu. A estratégia japonesa está permitindo, como será debatido ainda no presente Capítulo, o aumento da sua atuação no MSC como forma de balancear externamente a ameaça chinesa.

6.1.2 PARA ALÉM DA REINTERPRETAÇÃO: OS GASTOS MILITARES NIPÔNICOS

Em linhas gerais, o processo de normalização do Japão vem ganhando impulso desde a década de 1990 com os incentivos para participar, mesmo que somente por meio de ajuda humanitária, de outros tabuleiros mundiais. Todavia, com a reafirmação da aliança nipo-americana em 1997 e, posteriormente, em 2005, o arquipélago buscou realinhar seus interesses com os EUA e ao mesmo tempo foi aos poucos adotando medidas que colocavam em xeque antigos preceitos da Doutrina Yoshida. De acordo com Dian (2014), entre 1997 e 2008, o Japão se tornou um “aliado engajado” e permitiu a continuidade da capacidade de atuação dos EUA no Leste Asiático.

Entretanto, esse processo de busca pela normalização e incentivos para o fortalecimento da aliança com os EUA não coincidiu com um aumento dos gastos militares do arquipélago, mas com o seu relativo decréscimo no início do século XXI e, principalmente, entre 2004 e 2012. Tal ponto ia de encontro às previsões dos neorealismos, como enfatizamos no Capítulo 3. Durante o período, Tóquio encontrou diversos desafios econômicos, políticos e sociais que influenciaram a capacidade militar do Japão, devido aos continuados problemas de crescimento e inversão da pirâmide etária, por exemplo.

Diante das transformações, debates sobre a “remilitarização” do Japão têm se tornado cada vez mais difundidos na academia, e, gradativamente, os realismos vêm ganhando poder explicativo para as ações do Japão. Ou seja, cada vez mais o arquipélago parece estar balanceando as ameaças do seu entorno regional. Por esse motivo, com o intuito de fortalecer e otimizar processos burocráticos de respostas às contingências internacionais e empreender discussões sobre vários assuntos de segurança nacional, em 4 de dezembro de 2013, o Conselho Nacional de Segurança (CNS) foi criado. É possível observar que o CNS aumenta o papel do primeiro-ministro e do gabinete em ofício na capacidade de atuação nas decisões de política externa e concede maior poder político na esfera decisória das lideranças, melhora a habilidade do arquipélago de agir de forma mais independente, bem como aumenta a coordenação entre agências (LIFF, 2018). Desde sua criação, o topo das preocupações e das conversas é a questão da Coreia do Norte, seguido pela situação na Ásia (LIFF, 2018).

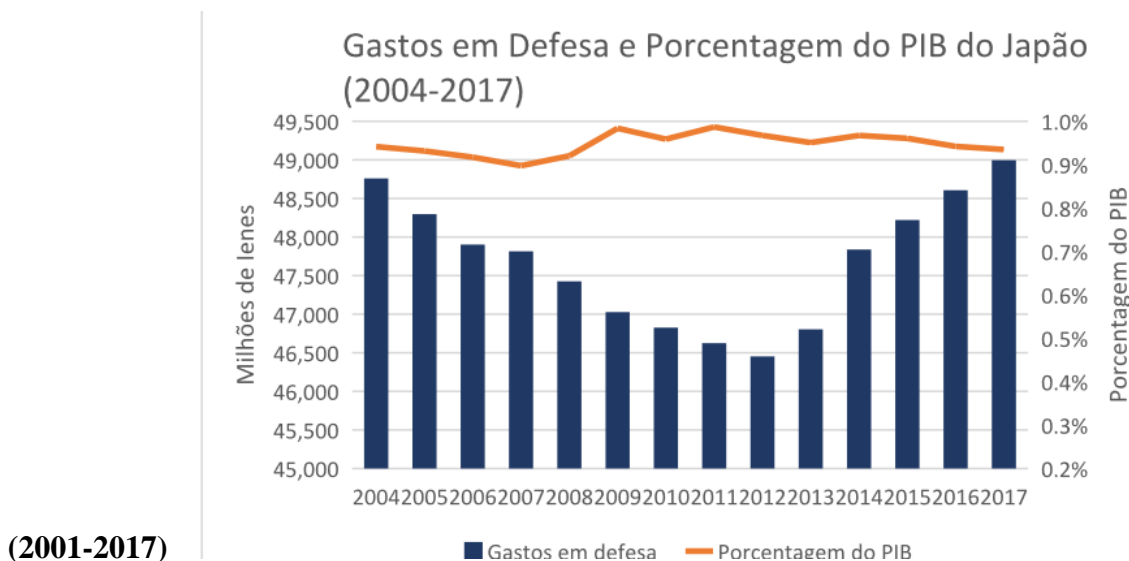
Nas Diretrizes de Defesa Nacional de 2005, 2010 e 2014, o governo japonês ressalta as preocupações com a Coreia do Norte, China e Rússia, e frisa como tais países podem representar um desafio para a segurança regional. A principal transformação veio no documento recém-divulgado de 2018, no qual há a menção do governo japonês sobre a tentativa da China

e da Rússia de alterar a ordem global e regional, quando o governo norte-americano as trata como revisionistas (NPDG, 2018).

No que diz respeito aos EUA, como demonstramos e como aponta Hughes (2016, p.121, tradução nossa), os políticos japoneses “*começaram pela primeira vez no pós-guerra a duvidar seriamente se os EUA possuem o poder militar necessário para combater as estratégias chinesas de sondagem e de anti-access que têm impacto mais direto na segurança do Japão, tanto em relação a disputas territoriais quanto nas linhas oceânicas de segurança*”.

Analisando somente os gastos de defesa do Japão – apesar de ser possível observar que há um aumento dos gastos militares japoneses em ienes, principalmente a partir de 2013, com uma oscilação em 2015 -, o teto de 1% do PIB continuou a não ser rompido durante o período. Ou seja, apesar dos receios com relação ao ambiente internacional, não há uma militarização do arquipélago expressiva e acentuada, o que pode ser explicado tanto pelos problemas econômicos do arquipélago como pela cultura estratégica do país e pela tradição do teto de gastos.

Gráfico 9: Gastos em Defesa e porcentagem do PIB do Japão em milhões de ienes



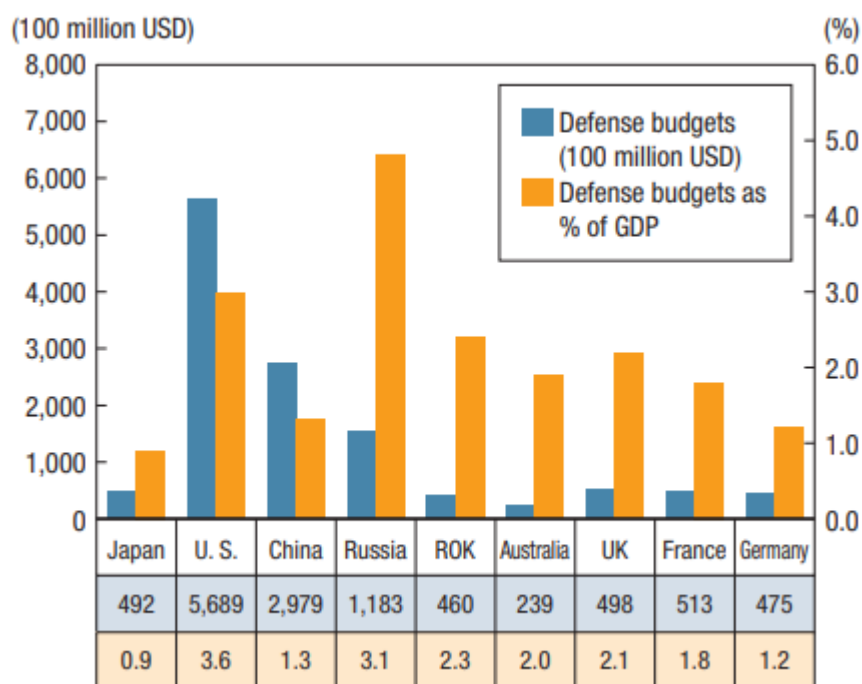
Fonte: Elaboração própria com base em dados do MODJ, 2018a²⁴⁰

Ademais, quando comparado às outras potências no sistema internacional, os gastos japoneses continuam muito aquém dos gastos militares de dois importantes *players* do seu entorno regional, a Rússia e a China. Não se pode discutir que os gastos japoneses continuam

²⁴⁰ Optamos por inserir dados do Ministério da Defesa do Japão somente a partir de 2004, devido à disponibilidade dos dados da instituição. Ainda assim, existem diferenças em relação ao orçamento apontado na database do SIPRI e na database japonesa no que concerne ao valor de investimentos em defesa na moeda local (iene). Por esse motivo, para esse gráfico, optamos por seguir os valores indicados pelo governo japonês.

significativos em comparação com outros países do mundo como um todo, mas, quando observamos os países do seu entorno, o arquipélago continua comédido em seus gastos. Do nosso ponto de vista, a explicação para que o Japão não se militarize nos termos esperados pelo neorrealismo de Waltz (1979; 1993) envolve tanto o fato de que o arquipélago não queria ser percebido como militarista pelos seus vizinhos como a observação de que ainda existiam (existem) constrangimentos institucionais, de cultura estratégica e da relação estado-sociedade que impactam a capacidade de o sol nascente gastar mais com defesa. Isso pode ser observado não só no século XXI, como também pode ser visto desde o final da Segunda Guerra Mundial, como apresentado anteriormente.

Gráfico 10: Gastos de defesa de países selecionados em 2017



Fonte: MODJ, 2018a

Em março de 2017, o governo de Shinzo Abe anunciou a remoção da autoimposição do limite de gastos militares do arquipélago em 1% do PIB, sendo tal ação um passo decisivo para os desejos de revitalização do país. Vale analisar que, mesmo que as consequências do ato de Abe ainda precisem ser vistas, tal ponto é fundamental para compreendermos os interesses pela normalização do poder japonês (REUTERS, 2017).

No que tange ao aspecto marítimo, cabe enunciarmos uma mudança do governo japonês com o intuito de responder às possíveis contingências futuras no MLC em relação à China. O Japão está aumentando as capacidades da GCJ nas ilhas ao Sudoeste, onde há um

redimensionamento geográfico e uma reorganização das suas forças para regiões mais próximas do MSC e do MLC. Recentemente, em 2019, as atividades chinesas têm estimulado ações assertivas por parte do governo japonês que enviou, por exemplo, no dia 26 de março de 2019, tropas para as proximidades das ilhas Senkaku/Diaoyu com o intuito de conter as ações chinesas (ASAHI, 2019b). Estão sendo estabelecidos novos campos de defesa nas ilhas ao Sudeste do Japão, sobretudo, nas ilhas de Amami Oshima e Miyakojima. O ministro da Defesa do Japão enfatizou em uma entrevista que “*Japan's defense front line is now the southwestern region, so we'll beef up our capability and deterrence in that area*” (apud MAINICHI, 2019).

De acordo com Hughes (2018), a superioridade militar japonesa foi sendo minada devido ao aumento das capacidades militares das forças chinesas. As FADA (Forças de AutoDefesa Aéreas) estiveram acostumadas com a superioridade qualitativas dos seus equipamentos. Todavia, em 1990, as forças chinesas começaram a introduzir uma nova geração de equipamentos de alta tecnologia e, além disso, os mísseis balísticos chineses de médio alcance (DF-15/CSS-6 e DF-3/CSS-2), mesmo que direcionados à Taiwan, representam uma ameaça para o arquipélago. As forças marítimas japonesas têm preocupações sobre a modernização de capacidades antiacesso e “*blue water*”²⁴¹, com a introdução de submarinos nucleares e a diesel, *destroyers* e navios de alta tecnologia que vêm sendo incorporados pela China (HUGHES, 2016).

Nas ilhas de Ishigaki e Miyako, postula-se que há o aumento de oficiais da GCJ e de mísseis antinavios, por exemplo. A intensificação das incursões de aeronaves chinesas no MLC e russas²⁴² ao norte, adentrando as áreas de identificação de defesa aérea do Japão (ADIZ), a entrada de embarcações nas proximidades das ilhas disputadas e o interesse do arquipélago em atuações no MSC vêm impactando a reorganização militar do Japão no século XXI. Em proximidade com os EUA, em 2018, o governo japonês e o governo norte-americano criaram um plano conjunto para a defesa das ilhas Senkaku/Diaoyu, o que pode trazer percepções de que os EUA estão dispostos e que reafirmam o interesse em lidar com tensionamentos da região (JAPAN TIMES, 2018c). Contudo, as ações da China no MSC, como veremos adiante, têm preocupado o governo japonês, que continua a perceber a necessidade de se militarizar.

²⁴¹ É uma força da marinha capaz de operar globalmente atravessando oceanos abertos e águas profundas.

²⁴² De fato, operações russas aumentaram no norte do Japão, e isso é visível nos livros de defesa do arquipélago. Contudo, o governo Shinzo Abe vem buscando se aproximar do líder russo com o intuito de resolver os problemas no que diz respeito à soberania territorial das ilhas disputadas na região ao norte de Hokkaido. Além disso, Abe vem buscando a assinatura de um Tratado dando fim à Segunda Guerra Mundial entre ambos os países (CNN, 2019).

Além disso, uma última transformação na política de segurança do Japão que precisa ser mencionada ocorreu em 2014, quando o governo criou os *Três Princípios de Transferência de Equipamentos de Defesa e Tecnologia*, substituindo os *Três Princípios de Exportações de Armas* de 1967. As medidas continuam restritivas, mas representaram um marco para o arquipélago, possibilitando maior cooperação em defesa com diversos países, inclusive com países no MSC (HORNUNG; MOCHIZUKI, 2016).

Na prática, o Japão continua restrito na exportação de armamentos para países que sofrem embargos da ONU, como Irã e Coreia do Norte; ademais, a tecnologia japonesa transferida para um país não pode ser repassada para terceiros. Todavia, os novos princípios criam a possibilidade de o Japão entrar em acordos de cooperação de desenvolvimento de armas com outros países de forma mais efetiva, promovendo também a revitalização tecnológica²⁴³ do Estado (HUGHES, 2017). Há um incentivo às trocas de tecnologias, o que possibilita a recuperação de uma indústria bélica japonesa competitiva e capaz de emular as tecnologias militares de outros países.

6.2 A INSTRUMENTALIZAÇÃO EXTERNA DAS ILHAS SENKAKU/DIAOYU

Como mencionamos no Capítulo anterior, os incidentes de 2010 e 2012 elevaram o debate sobre a eclosão de uma possível guerra entre Japão e China por conta da disputa pelas pequenas ilhas. Diversas notícias passaram a circular nos mais variados veículos midiáticos internacionais sobre o tensionamento da disputa. A China, como apresentamos, buscou internacionalizar o tensionamento por meio de propagandas e em cúpulas internacionais, mas a sua assertividade no tabuleiro do MSC, como veremos a seguir, e os preconceitos sobre a ameaça chinesa tornaram difícil a efetividade da propaganda externa.

Costa (2017) argumenta que o Japão não precisou perseguir a mesma campanha que a China internacionalmente, tendo em vista que o gigante asiático estava agindo agressivamente no MSC e, conseqüentemente, era visto como ameaça por outros países. Contudo, precisamos discordar da autora no que se refere ao Japão, visto que esse também enfatizou, em diversos canais diplomáticos e midiáticos, seu posicionamento sobre as ilhas. Além disso, a forma pela qual o Japão passou a difundir-se internacionalmente nos permite observar uma importante

²⁴³ Ficou definido que há a proibição da transferência de armas se o ato violar as obrigações do Japão em tratados internacionais e em resoluções do CSN, ou se as armas forem destinadas para um país envolvido em conflito; outrossim, definiu-se que há permissão de transferência se a ação contribuir para a paz e para a cooperação internacional, ou se aumentar a segurança do Japão, desde que haja controle apropriado para prevenir a utilização do armamento por terceiros (HORNUNG; MOCHIZUKI, 2016).

questão, que diz respeito a como as ilhas foram instrumentalizadas para legitimar a maior atuação do Japão no MSC e fortalecer laços com países como Filipinas e Vietnã.

Como resposta às atitudes chinesas desde 2010, o governo japonês passou a considerar estratégias de *lobby* para o apoio internacional, enviando membros do governo e ministros para países na Europa. Durante uma coletiva de imprensa, o secretário do Gabinete, Osamo Fujimura, enfatizou que o governo levaria o caso para a comunidade internacional, apresentando a posição japonesa para outros países e mídias internacionais (YOMIURI SHINBUN, 2012). Nota-se que o governo japonês teve receios em levar o pleito para outros países inicialmente, uma vez que isso poderia causar neles a impressão de que existia uma disputa territorial, o que o Japão nega.

Abaixo listaremos alguns exemplos das táticas perseguidas pelo Japão em relação a esse assunto. Ichiro Komatsu serviu como embaixador da França em 2012 e explicou com detalhes a posição japonesa ante a disputa territorial (YOMIURI SHINBUN, 2012). Keiichi Hayashi, embaixador no Reino Unido, também contribuiu com comentários no dia 14 de novembro de 2012 para o *Financial Times*, com o título “*Time for China to calm down*” (HAYASHI, 2012).

Outras formas de divulgação do governo japonês para estimular o apoio internacional foram: (i) a entrevista do embaixador do Japão na Austrália, Yoshitaka Akimoto, em junho de 2013; e (ii) o artigo escrito por Masaru Tsuji, embaixador na Holanda, ao jornal holandês *Volkskrant*, no qual ele explica a política externa mais ativa do governo japonês e promove a imagem positiva do arquipélago internacionalmente. As divulgações do arquipélago têm sido promovidas não para abordar a questão das ilhas, mas também, principalmente, para enfatizar os motivos pelos quais o Japão tem perseguido algumas transformações nas suas políticas de segurança com o *Collective Self-Defense* e com a reestruturação política doméstica.

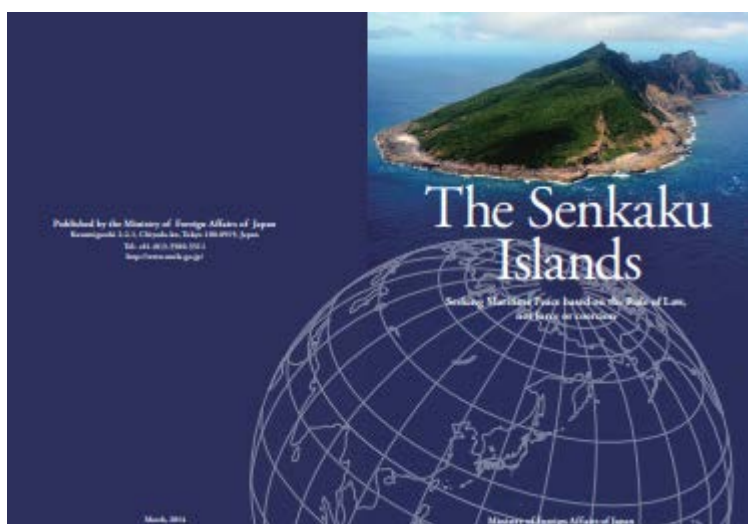
Segundo o jornal Yomiuri Shinbun (2014d, tradução nossa), “*desde o início deste ano, um número crescente de embaixadores japoneses e outros funcionários do governo em todo o mundo têm aparecido em programas de TV locais e escrito para jornais e outras formas de publicação para divulgar a posição do Japão sobre questões diplomáticas e de segurança*”. Desde 2014, o governo de Shinzo Abe tem procurado investir mais na divulgação da imagem do país internacionalmente. Em 2015, por exemplo, o MOFA recebeu um aumento de US\$500 milhões para melhorar a comunicação estratégica do país, e o *timing* de tal ação condiz justamente com o aniversário do fim da Guerra Sino-Japonesa (STANISLAUS, 2017), data que foi utilizada, como mencionamos, pelo governo chinês para promover a imagem do Japão como vilão e ameaça, interna e externamente.

Assim como fez a China com relação aos Institutos Confúcio, o Japão está investindo na proliferação de *Japan Houses*, como foi o caso da inauguração no Brasil em 2017 (STANISLAUS, 2017). No que se refere a tal ponto, o governo frisou que “*além de realizar a ‘disseminação ofensiva de informações’ em oposição às campanhas antijaponesas da China e da Coreia, o Japão também transmitirá o ‘Japanese appeal’*” (SANKEI, 2014, tradução nossa). Da mesma forma que Xi Jinping compreendia a necessidade de contar ao mundo a história chinesa, o Japão também deseja contar a sua.

Afinal, “*na luta pela existência e pelo poder – que de certo modo constitui a matéria-prima do mundo social –, o que os outros pensam sobre nós se torna tão importante quanto o que somos na realidade. O que somos como membros de uma sociedade acaba sendo determinado muito mais pela imagem refletida no espelho das mentes de nossos companheiros (isto é, nosso prestígio), do que pelo próprio original*” (MORGENTHAU, 2003, p.149).

De modo semelhante às táticas do governo chinês, Tóquio lançou um site explicativo sobre as reivindicações japonesas e a questão das ilhas Senkaku em inglês, árabe, chinês, francês, holandês, italiano, coreano, português, russo e espanhol. Outrossim, lançou um panfleto informativo sobre as ilhas e o difundiu em diversos países, convidando até mesmo membros da academia para divulgar a posição do arquipélago (MOFA, 2014a).

Figura 16: Panfleto das Ilhas Senkaku pelo governo japonês



Fonte: MOFA (2014a)

Ressalta-se ainda que o governo japonês retrucou a comparação feita pelo embaixador chinês no Reino Unido sobre seu militarismo com o personagem fictício de *Hollywood*, e afirmou que a China era o país que estava adotando medidas unilaterais e que promovia uma corrida armamentista na região, uma vez que seus gastos militares eram muito superiores.

Keiichi Hayashi, embaixador japonês no Reino Unido, afirmou que Pequim poderia optar por estabelecer relações construtivas ou seguir com o papel de *Voldemort* (HAYASHI, 2014).

Como forma de difundir a posição do país e de estimular a ameaça chinesa, Kennichiro Sasae, embaixador do Japão os EUA, escreveu um artigo de opinião para o *Washington Post* fazendo acusações ao governo chinês e se manifestando acerca das propagandas que foram realizadas pelo país. Sasae enfatizou que “*eu não posso prever se a campanha de propagandas anti-Japão vai funcionar dentro da China, mas certamente não nos afetará internacionalmente (...) No fim, a comunidade internacional será influenciada pelos atos chineses e não pela sua anacrônica propaganda*” (SASAE, 2014, tradução nossa).

A instrumentalização da ameaça chinesa por parte do Japão veio por meio dos seus livros de defesa anuais (que também serviram para o âmbito interno) e de discursos internacionais enfatizando o papel da lei internacional e o pacifismo do país. No Capítulo anterior, apresentamos a instrumentalização externa da China sobre as ilhas, mas cabe enfatizarmos, no presente Capítulo, a troca de acusações entre ambos no Fórum de Davos de 2014 e no Fórum de Shangri-La no mesmo ano. Destaca-se o Fórum de Shangri La, quando Shinzo Abe apontou os problemas da assertividade marítima de países no entorno regional asiático, argumentando ser contrário a qualquer a utilização da força para modificar o *status quo* da região. No mesmo discurso, enfatizou a necessidade do Japão de se aproximar de países como a Índia e, principalmente, a Austrália, bem como de fortalecer a aliança com os EUA. Abe argumentou sobre os diversos países asiáticos que visitou, observando que *eles compartilham de visões comuns e ensinamentos com relação ao nosso compromisso de valorizar o estado de direito, e todos desfrutam de um consenso em relação à livre navegação dos oceanos*” (ABE, 2014a, tradução nossa). O discurso apresenta constantemente a posição do Japão em relação à necessidade de obedecer à lei e tornar o Indo-Pacífico uma região pacífica, deixando os oceanos e os céus como bens comuns globais. No mesmo discurso, o governo japonês providenciou barcos de patrulha para as Filipinas, ofereceu embarcações para o Vietnã e enfatizou a cooperação com a Indonésia.

No mesmo fórum, o governo norte-americano fez duras críticas à China, apontando que o país estaria estimulando inseguranças na região “*desestabilizando ações unilaterais que afirmam suas reivindicações no Mar do Sul da China*” (HAGEL, 2014, tradução nossa). O governo chinês criticou o posicionamento de ambos os países, e tal acontecimento instigou as percepções de ameaça e a desconfiança entre as partes, relacionando-se com a política do pivô para a Ásia e com a mudança estratégica japonesa. Antes de Shangri-la, durante uma reunião da APEC de 2014, o primeiro encontro entre Xi Jinping e Shinzo Abe desde que as lideranças

tomaram posse foi marcado pelo desconforto que ambos sentiram na presença um do outro. Tais eventos foram importantes palcos para ambos os governos instrumentalizarem as ilhas para a audiência internacional e a ameaça um do outro com o intuito de legitimar seus discursos de autodefesa²⁴⁴.

Contudo, no caso chinês, a percepção de ameaça do gigante no MSC evocou movimentos de aliança e aproximação de países com desavenças territoriais com a China. Do nosso ponto de vista, isso estimulou um maior balanceamento externo japonês e, como apresentaremos com mais detalhes nas próximas seções, as ilhas têm permitido uma maior aproximação do Japão com os países no MSC, na medida em que são enfatizados discursos de “ameaça comum” e de vitimização por parte do Japão.

6.2.1 AS ÁGUAS DO MAR DO LESTE E DO MAR DO SUL SE SOBREPÕEM: A ATUAÇÃO JAPONESA NO MAR DO SUL DA CHINA E A BALANÇA DE AMEAÇAS

As transformações que enunciamos ao longo da tese nos demonstram um processo de normalização do *status* do arquipélago nipônico que, gradativamente, compreende a necessidade de agir no cenário internacional e militarizar-se, tanto para arcar com os custos de seu entorno regional cada vez mais restritivo diante de ameaças, como a chinesa, como para fortalecer suas relações com os EUA (KOGA, 2016).

Diante do comportamento japonês no século XXI e dos desdobramentos do Leste Asiático, direcionamos nossas análises para o Japão e para o seu balanceamento externo, que vem ocorrendo por meio do fortalecimento de suas relações com países no Indo-Pacífico como um todo. Precisamos conectar os oceanos que não se dividem em suas águas, mas apenas em teatros de segurança regional. Não queremos dizer, todavia, que as disputas no MLC e no MSC e a importância para o Japão são as mesmas; afinal, enquanto, no MLC, a disputa é pela soberania do território e envolve diretamente questões relacionadas a fatores como identidade nacional, nacionalismo, exploração de recursos e delimitações legais do território, no MSC, a ação japonesa tem sido crescente por meio do balanceamento externo e da aproximação com países da ASEAN, sendo uma disputa pelo interesse das linhas oceânicas e do *Freedom of Navigation (FNOPS)*.

²⁴⁴ Nota-se que, com relação à China, persiste uma aproximação com a Rússia, evidenciada, por exemplo, quando Putin afirmou estar ao lado da China com relação à decisão de Haia de 2016 em favor das Filipinas. Entretanto, a Rússia ainda mantém uma posição afastada do MSC e clama constantemente pela não interferência de potências estrangeiras na região. Mais informações sobre a continuidade das relações russo-chinesas podem ser encontradas no seguinte artigo <<https://amti.csis.org/russias-tactics-strategy-south-china-sea/>> Acesso em: 20 de janeiro de 2019.

Entretanto, em nosso argumento, as disputas se intercalam e se interconectam na medida em que um ator, a China, tem agido de forma assertiva em ambos os teatros. Desde 2008, mas, principalmente, durante o governo de Xi Jinping (2013-), a China demonstra de forma mais incisiva seu interesse de retornar ao seu lugar de direito, e há uma gradativa mudança de uma estratégia de “manter o perfil baixo” de Deng Xiaoping para uma nova estratégia de ativismo e de não submissão aos interesses das grandes potências.

Reitera-se que não cabe nesta tese apresentarmos, de forma pormenorizada, as disputas territoriais e o seu histórico no MSC, mas demonstrar como o Japão tem conseguido estabelecer alianças nesse teatro regional. Afinal, entre 2016 e 2018, o Japão começou a expandir sua zona de atuação militar saindo do berço restritivo do seu entorno marítimo próximo, e passou a agir no MSC por meio de treinamentos e exercícios militares com navios das FADs marítimas. Nota-se que, desde então, o Japão tinha feito somente exercícios com navios de patrulha da GCJ e, apesar de treinamentos com a Índia no Indo-Pacífico e da ida de embarcações do Japão para o Oriente Médio, a primeira vez que o Japão conduz exercícios militares com submarinos na região do MSC ocorre em 2018, como veremos mais adiante.

No século XXI, o MSC é um espaço cobiçado não só pelos atores regionais, mas também pelos extrarregionais que dependem da área para suprir suas demandas internas, como é o caso do Japão. Do ponto de vista econômico, o MSC é uma das mais importantes rotas comerciais marítimas e é rica em recursos minerais e energéticos, possuindo também uma grande diversidade marinha. Ademais, a região é rica em recursos minerais e energéticos, bem como em recursos vivos devido à diversidade marinha.

Historicamente, os principais litigantes no MSC são: China, Taiwan, Vietnã, Malásia, Brunei e Filipinas, e os atritos territoriais vão se concentrar nas áreas das ilhas Paracels²⁴⁵, das ilhas Spratly²⁴⁶ e do Recife de Scarborough²⁴⁷. Em linhas gerais, durante a segunda década do século XXI, o MSC emergiu como um dos pontos focais de confronto entre China, EUA e alguns países da região, como Filipinas e Vietnã. Para Pequim, o corpo d’água simboliza, assim como as ilhas Senkaku/Diaoyu, parte inviolável do território marítimo chinês, e cristaliza os

²⁴⁵ As ilhas Paracel são disputadas pela China, por Taiwan e pelo Vietnã. O arquipélago inclui cerca de 100 ilhas de corais e recifes.

²⁴⁶ As ilhas Spratly são constituídas por diversos recifes, ilhéus, atóis e pequenas ilhas. A região é disputada atualmente por Brunei, China, Malásia, Filipinas e Vietnã, visto que, nela, postula-se a existência de potenciais recursos minerais e além disso é uma das regiões com as rotas marítimas mais movimentadas do mundo.

²⁴⁷ Por último, o recife de Scarborough é a mais nova área de disputa interestatal do MSC. Este conjunto composto por uma variedade de recifes, bancos de areia e rochas se estende por um perímetro de 49 km e seu principal valor estratégico reside em seu posicionamento em relação aos arquipélagos Paracel e Spratly (Triângulo Estratégico do MSC). Segundo arbitragem de 2016 da Corte Internacional de Justiça (CIJ), o Recife de Scarborough se encontra dentro da ZEE das Filipinas, sendo, portanto, uma área pertencente à soberania do país asiático

princípios de integridade territorial e unidade nacional. Como mencionamos no Capítulo 4, a visão estratégica chinesa naval é atribuída a Liu Huaqing, que defende a necessidade de a marinha chinesa salvaguardar rotas com acesso ao Oceano Pacífico e ao Índico. Logo no início dos anos 2000, a marinha chinesa estendeu suas áreas de operação para o oceano próximo (MSC, MLC e Mar Amarelo), e pretende seguir a nova fase até 2020, da segunda cadeia de ilhas – Bonin, Marianas e Carolinas. Por fim, em 2050, a China se tornaria uma marinha de poder global.

Por considerar tais territórios como parte inviolável da China e ser uma importante região para concretizar seus interesses econômicos e militares, o gigante asiático se torna irredutível nas negociações sobre tal região. Nesse sentido, a relevância do MSC estimula uma disputa geopolítica por recursos, pelo livre acesso de rotas marítimas e pela influência, o que tem incentivado a maior atuação de atores extrarregionais. Dessa maneira, o Japão tem participado de forma cada vez mais ativa na região, seja enviando forças militares para treinamentos e operações simbólicas, seja promovendo acordos de cooperação com os países do Sudeste Asiático, como veremos a seguir.

6.2.2 A CONEXÃO PARA O JAPÃO ENTRE O MSC E O MLC

Em 2009 e 2010, as tensões começaram a emergir tanto no teatro do MSC como no MLC, como mencionamos no Capítulo anterior. Enquanto a China ficou mais assertiva em relação às Filipinas e ao Vietnã desde 2009, o incidente do navio pesqueiro em 2010 e, principalmente, a nacionalização em 2012 no MLC deterioraram as relações sino-japonesas. De acordo com Drifte (2016), o lado japonês conectou a assertividade chinesa com a necessidade de apoiar os países no MSC, e, no mesmo período, como mencionamos, os EUA se tornaram um porta-voz da busca pela resolução do conflito territorial nos dois teatros.

Com o governo Abe, o Japão adotou a sua primeira *National Security Strategy*, por intermédio da qual foi desenvolvida a política externa japonesa do “*Proactive Contributor to Peace*”²⁴⁸. A implementação do documento e os objetivos de tal política representaram não só um passo para a normalização do Japão, mas também o envolvimento do país internacionalmente. Para a mudança da política externa, o governo japonês argumenta que não poderia proteger a sua paz diária, “*a não ser que ativamente contribua para a estabilidade*

²⁴⁸ A concepção de pacifismo pró-ativo se assemelha consideravelmente com as perspectivas de Ozawa (1993) no livro *Nihon Kaizo Keikaku*, onde cunhava o termo de “Japão normal” argumentando sobre a necessidade do país agir proativamente regionalmente e cooperação ativa com instituições internacionais.

regional e global e para a segurança em cooperação com a comunidade internacional” (MOFA, 2014c, tradução nossa).

Nesse sentido, o governo de Shinzo Abe tem constantemente buscado enfatizar princípios que deveriam reger as relações entre os países do ponto de vista da lei internacional, como: (i) a necessidade de esclarecer e fazer suas reivindicações baseadas na lei internacional; (ii) o estabelecimento de que nenhum país pode usar a força ou coerção para conseguir suas reivindicações; e, por fim, (iii) o comum acordo de que os países devem resolver suas disputas de forma pacífica (MOFA, 2013b).

Vale enfatizar, também, que Abe traçou algumas considerações acerca de interconexões sobre o MLC e o MSC durante uma entrevista em 2013. Ao ser questionado sobre a possibilidade de uma conciliação sem resolução sobre as ilhas Senkaku/Diaoyu, Abe respondeu:

As reivindicações chinesas significam que o Japão deveria admitir que existe uma questão de soberania territorial a ser resolvida. Nós nunca podemos deixar esse argumento acontecer. O lado chinês tem usado um argumento similar contra o Vietnã e as Filipinas para ganhar controle sobre as ilhas do Mar do Sul da China. Recentemente, em 8 de maio, o jornal da China publicou um artigo questionando o status da própria Okinawa (ABE, 2013b, tradução nossa).

Do nosso ponto de vista, há uma conexão da preocupação do governo com relação ao MSC e o MLC, demonstrando como o Japão observa as ações da China na região do Leste Asiático como um todo. Na mesma entrevista, um interessante comentário interliga a assertividade chinesa e a reinterpretação da Constituição. Um importante ponto para o argumento sobre a conexão do MLC, o MSC e os efeitos da instrumentalização da disputa pelas ilhas Senkaku/Diaoyu para a militarização do Japão pode ser sinalizado no caso do arquipélago com a seguinte afirmação:

No que diz respeito à questão do direito de autodefesa coletiva, imagine que navios norte-americanos em alto-mar estavam sendo atacados e que um navio armado, digamos um destróier do tipo Aegis, do Japão, aliado do tratado americano, estava apenas passando. O arranjo que temos atualmente não permite que o destruidor faça qualquer tipo de resposta. Isso é insano (ABE, 2013b, tradução nossa).

Compreendemos que, muito possivelmente, tal consideração está interligada com a postura do Japão em relação às possíveis contingências vivenciadas pelos EUA no MSC. Pode-se observar que as ações do Japão no MSC não são encaradas pelo arquipélago como parte das *Collective Self-Defense*; pelo menos, o governo não busca conectar publicamente as transformações da reinterpretação com o caso do MSC. Contudo, é importante observar que a aprovação do *Collective Self-Defense* permite ao arquipélago oferecer aos aliados, mesmo que

de forma limitada, a capacidade de atuar em contingências de conflitos que se relacionem com a sua segurança, algo que antes não podia ser feito.

Cabe ressaltar que o processo de normalização do Japão, que enunciamos anteriormente, tem resultado na aproximação do arquipélago com as Filipinas e o Vietnã. De acordo com Grønning (2018), alguns ajustes das políticas do Japão, como a regulação de exportação de armas, aumentaram significativamente o escopo da cooperação militar-industrial entre o Japão, o Vietnã e as Filipinas. Nesse sentido, “*esse ajuste paralegal legaliza a comprovação de Tóquio das duas ‘parcerias estratégicas’, com as cooperações militar-industrial e militar-tecnológica. Esse tipo de parceria, até agora, era excepcionalmente exclusiva dos EUA*” (GRØNNING, 2018, p.543, tradução nossa).

Ademais, foi anunciada em 2015 a nova “*Development Cooperation Charter*”, que junto aos princípios de transferência de equipamentos de defesa e tecnologia, permitem ao arquipélago conectar a ODA com *capacity building*. Ou seja, a lei permite que o Japão fortaleça as capacidades militares com as Filipinas e o Vietnã por meio de doações. Além disso, a reinterpretação constitucional e sua ambiguidade permitem que a legislação seja mais amplamente aplicável.

O vice-almirante (ret.) Y. Koda (comunicação pessoal, 29 de setembro de 2015) oferece uma perspectiva sobre a ambiguidade inerente à nova reinterpretação constitucional, observando que ela permite que o Japão se envolva legalmente em legítima defesa coletiva quando e onde for considerado necessário. Como as “parcerias estratégicas” com as Filipinas e o Vietnã podem ser definidas como países com os quais o Japão possui relações próximas e a legislação é aplicável pelos critérios e julgamentos de decisores de política externa, a nova legislação de segurança permite uma ampla extensão da cooperação militar-operacional do Japão com esses países (GRONNING, 2018, p.545, tradução nossa).

Referente à conexão por parte do governo japonês dos dois teatros, em junho de 2015, o Ministro da Defesa Nakatani Gen conectou o MSC com a segurança do MLC, preocupando-se com o fato de que a expansão militar da presença chinesa no Sudeste Asiático poderia afetar a capacidade de ação e a presença norte-americana no MLC. Em caso de conflitos e contingências no MSC e no MLC simultaneamente, o governo nipônico apresenta receios de que os EUA não conseguiriam arcar com os custos dos dois tabuleiros, deixando o Japão em uma posição fragilizada (DRIFTE, 2016). O governo japonês não deseja que as ilhas Senkaku/Diaoyu sejam um fato isolado, e sim parte das preocupações do Indo-Pacífico como um todo.

Do nosso ponto de vista, no que concerne às disputas territoriais, o governo japonês compreende que qualquer modificação ou decisão acerca da soberania de determinados territórios em favor da China pode afetar diretamente o pleito japonês no MLC. Durante a visita

do Ministro de Defesa Onodera Itsumori à Manila em junho de 2013, o oficial afirmou que tanto as Filipinas como o Japão enfrentavam situações semelhantes, e, por isso, “*o lado japonês está muito preocupado que a situação no Mar do Sul da China possa afetar a situação no Mar do Leste da China*” (apud DRIFTE, 2016, p. 14, tradução nossa).

Ademais, em um artigo escrito pelo primeiro-ministro Shinzo Abe intitulado “*Asia Security Diamond*” e publicado em 2012, argumenta-se sobre as preocupações a respeito do MSC e da China como uma ameaça. No argumento do líder japonês, o MSC é um mar profundo o suficiente para que as forças militares chinesas consigam instalar seus submarinos nucleares. Esse é o motivo pelo qual o “*Japão não deve se curvar aos exercícios coercivos diários do governo chinês nas redondezas das ilhas Senkaku no Mar do Leste da China. (...) Se o Japão se rendesse, as reivindicações chinesas no Mar do Sul da China ficariam fortalecidas*” (ABE, 2012, tradução nossa).

6.2.3 ENTRE PERCEPÇÕES E AÇÕES EM ALTO MAR: BALANCEAMENTO À VISTA?

Historicamente, existe uma preocupação do governo japonês, principalmente após o fim da Segunda Guerra Mundial e com a Doutrina Fukuda de 1977, em estabelecer relações com os países do Sudeste Asiático e envolver-se em acordos de cooperação multilateral no âmbito político-militar. Como afirmam Fouse e Sato (2006, tradução nossa), “*lembranças da agressão de guerra do Japão na Ásia fazem com que os japoneses e os asiáticos sejam igualmente cautelosos em relação aos papéis militares japoneses na região asiática*”.

Desde o início dos anos 2000, a agência japonesa Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) tem realizado seminários sobre leis marítimas, policiamento e segurança, que são feitos, principalmente, pela GCJ. Em 2006, a JICA proveu para as Filipinas três navios de patrulha, armamentos e oficiais; ademais, cadetes de países do MSC têm sido educados na Universidade de Defesa Nacional de Yokosuka no Japão (MIDFORD, 2015).

Ao longo do tempo, o Japão construiu sua imagem na região e buscou, por meio da cooperação multilateral, criar uma imagem positiva do arquipélago. O aumento da capacidade de atuação japonesa no MSC está ligado à promoção do país por meio de sua ajuda financeira e de relações econômicas, bem como à preocupação militar de alguns dos países do Leste Asiático com relação à China. O legado histórico do militarismo japonês está se tornando um fator menos determinante para os países do Sudeste Asiático (DRIFTE, 2016).

Durante muito tempo, apesar da ODA auxiliar indiretamente a segurança das linhas marítimas de comunicação para o Japão, o arquipélago evitou discutir sobre segurança com os países do Sudeste Asiático, tanto multilateral como bilateral. Em 1999, por exemplo, o Japão propôs a necessidade de uma cooperação para patrulhas antipirataria no MSC, mas os países da ASEAN não concordaram e, segundo Midford (2015, p.532, tradução nossa), “*uma grande barreira era que os estados litorâneos do estreito de Malacca, especialmente a Indonésia e a Malásia, eram cautelosos quanto ao envolvimento japonês em patrulhamento nas águas territoriais ou mesmo perto delas*”.

Em abril de 2000, Tóquio organizou a Conferência Regional de combate à pirataria e roubo à mão armada contra navios, promovendo, então, o primeiro evento multilateral sobre o tema na região. Nas reuniões ministeriais do ASEAN Regional Forum (ARF) e, principalmente, na de 2003, foi realizada a “*Declaração em Cooperação contra a Pirataria e outras ameaças para a segurança marítima*”, afirmando sobre a necessidade de os membros da ARF cooperarem providenciando auxílio técnico, *capacity building* e treinamentos, estabelecendo *frameworks* legais para a cooperação e institucionalizando a cooperação e o treinamento antipirataria e de segurança.

No mesmo ano, foi negociado o Acordo de Cooperação Regional no combate à pirataria e a roubos contra navios na Ásia (ReCAAP); entretanto, apesar de ele ter sido concluído em 2004, Malásia e Indonésia não o assinaram. Segundo Midford (2015, p.534, tradução nossa), “*ReCAAP ilustra como o Japão promoveu seus interesses de segurança por intermédio de um multilateralismo funcional regional de segurança e evitou ter um papel militar direto no Sudeste Asiático, enquanto tranquilizou Estados regionais sobre as intenções e o comportamento do Japão*”. Desde o início do século XX, existiam receios por parte do governo chinês em relação à atuação japonesa na região, acusando o Japão de estar usando “*a luta contra a pirataria como uma desculpa para agir militarmente no Estreito de Malacca*” (FOUSE; SATO, 2004, tradução nossa).

Em linhas gerais, durante o início do século, a aproximação japonesa com os países do Sudeste Asiático priorizava trocas de informação e treinamentos sobre ataques piratas e exercícios antipirataria no estreito de Malaca com Malásia e Tailândia. Apesar de a GCJ ter passado a atuar de forma cada vez mais ativa no MSC, a prioridade era a realização de exercícios militares para conter a pirataria, tanto que, em 2010, a GCJ enviou seu maior navio de patrulhamento para a Tailândia com o intuito de conduzir um treinamento bilateral contra a pirataria (MIDFORD, 2015).

Quando, em 2009, as disputas territoriais se intensificaram novamente no MSC, o governo japonês começou a esboçar as preocupações com relação às ações chinesas. Em 2010, durante a reunião do *ARF*, com o Vietnã como líder da ASEAN naquele período, o assunto do MSC foi trazido para a pauta e, naquele contexto, a Secretária de Estado Norte-americano, Hillary Clinton, disse que os EUA tinham interesse na resolução pacífica dos conflitos, como mencionamos no Capítulo anterior. Nesse contexto, o ministro de relações exteriores do Japão, Okada Katsuya, ficou ao lado de Clinton durante a declaração. No mesmo ano, a administração de Naoto Kan, primeiro-ministro japonês, concluiu um acordo de parceria estratégica com o Vietnã e, após o incidente de 2010 no MLC, “*levou o gabinete de Kan a começar a perceber o link entre as disputas territoriais chinesas pelas ZEEs no litoral do MSC e a sua disputa com a China sobre as ilhas Senkaku e os conflitos envolvendo as ZEEs no MLC*” (MIDFORD, 2015, p. 535, tradução nossa).

No governo de Yoshihiko Noda (2011-2012), o Japão começou a se usar de discursos contra a pirataria para providenciar equipamentos e treinamentos para países no MSC (MIDFORD, 2015, p.536). Segundo Midford (2015, p.537), o governo de Noda se preocupou com ações chinesas, visto que definições naquela região, caso a China ganhasse apoio internacional, certamente poderiam afetar a posição do Japão no caso das ilhas Senkaku/Diaoyu²⁴⁹.

Com relação à audiência externa e à receptividade dos países no MSC no que concerne à crescente atuação japonesa na região, um oficial da FAD afirmou que “*dez ou vinte anos atrás, os países da ASEAN não desejavam que o Japão enviasse tropas militares internacionalmente, mas agora eles estão modificando sua posição com o intuito de contrabalancear a China*” (MIDFORD, 2015, p.542, tradução nossa). A assertividade chinesa teve consequências diretas na atuação nipônica fora do seu entorno regional imediato, onde o Japão conquistou legitimidade e confiança para atuar em regiões sem ser encarado como um ator imperialista.

Um bom exemplo para isso é a fala do antigo ex-ministro de relações exteriores das Filipinas em uma entrevista para o *Financial Times*, durante a qual afirmou que seria bem-vinda a atitude do Japão de transformar sua Constituição e se tornar um ator capaz de balancear o poder chinês na região (*apud* PILLING et al, 2012). No mesmo ano, ambos os países assinaram

²⁴⁹ Tal conexão entre os mares pode ser visto no Programa Nacional de Defesa de 2010, que, apesar de não mencionar o MSC, apresenta a modernização militar chinesa e suas capacidades de projeção de poder como preocupantes para o arquipélago, uma vez que a China tem expandido e intensificado atividades marítimas em águas próximas (NPDG, 2010; NPDG, 2013).

um acordo de cooperação de cinco anos, quando o Japão providenciou 12 navios de patrulha para a guarda costeira das Filipinas por meio da concessão de empréstimos e ajuda financeira.

Um interessante ponto de conexão sobre a instrumentalização das ilhas e da ameaça japonesa e acerca da capacidade do Japão de agir no MSC devido ao compartilhamento de experiências com relação à ameaça chinesa pode ser visto no discurso de Perfecto Yasay, quando, na posição de secretário de relações exteriores das Filipinas, afirmou para a imprensa, após reunião com o ministro de relações exteriores japonês, Fumio Kishida, em agosto de 2016, que *“tivemos a mesma experiência no Mar do Leste da China e no Mar do Sul da China, no que diz respeito a certas ações que usam força, intimidação e/ou provocação para afirmar sua reivindicação sobre um determinado território”* (BBC, 2016; JIJI, 2016, tradução nossa).

Além disso, em uma entrevista, Julio Amador III (2019), funcionário do Ministério de Relações Exteriores das Filipinas, apontou que, embora o governo filipino não tenha se esquecido dos acontecimentos do período expansionista japonês, se identifica com o Japão e com os problemas que o arquipélago tem vivenciado com a China. Tal identificação facilita a cooperação em segurança entre os países, bem como a atuação do Japão no MSC.

Mesmo antes do incidente de 2012, em 2011, no *“Comunicado Conjunto entre Japão e Filipinas”*, os países concordaram em promover uma parceria estratégica e fortalecer a cooperação em segurança marítima. Algumas semanas depois, os países inauguraram o Diálogo Marítimo entre Filipinas e Japão, incentivando trocas e treinamentos entre as Forças Marítimas de AutoDefesa do Japão e a Guarda Costeira das Filipinas (MOFA, 2011). Em 2013, foi realizado o segundo diálogo entre Japão e Filipinas, o que demonstra a aproximação dos países no âmbito da defesa e da cooperação marítima (MOFA, 2013c).

Como mencionamos anteriormente, em 2015, o governo japonês apoiou a decisão do país do Sudeste Asiático de levar ao Tribunal de Haia suas objeções acerca das ações expansivas chinesas no MSC. No ano seguinte, quando a Corte deliberou a favor de Manila contra as reivindicações chinesas, o Ministro de Relações Exteriores japonês se posicionou a favor do cumprimento da lei, afirmando que, uma vez que a decisão *“seja final e legalmente vinculante para as partes na controvérsia sob as disposições da UNCLOS, as partes neste caso são obrigadas a cumprir a sentença. O Japão espera fortemente que o cumprimento das partes acabe levando à solução pacífica de disputas no Mar do Sul da China”* (KISHIDA, 2016, tradução nossa). Ainda em 2015, as Forças Marítimas de Autodefesa do Japão engajaram em um treinamento conjunto com a marinha das Filipinas com o intuito de aumentar a cooperação de segurança marítima entre os dois países.

Em 2015, Japão e Filipinas assinaram uma Declaração Conjunta com o interesse de fortalecer a parceria estratégica entre os países e aumentar ainda mais as relações bilaterais de segurança com o país na região (MOFA, 2015). Além disso, em 2016, o secretário da defesa das Filipinas, Voltaire Gazmin, e o embaixador japonês no país, Kazuhide Ishikawa, assinaram um novo acordo de defesa, permitindo a transferência de equipamentos de defesa do Japão para as Filipinas e possibilitando o desenvolvimento conjunto de pesquisas e produção de equipamentos de defesa (CASTRO, 2016). Entre 2017 e 2018, o Japão concedeu cinco aviões *Beechcraft TC-90 King*, sendo esta a primeira vez que o arquipélago emprestou aviões para outro país. Tal acontecimento tem relação com a flexibilização da exportação de armas que ocorreu em 2014, que mencionamos anteriormente (PARAMESWARAN, 2017).

A ascensão do presidente Duterte nas Filipinas e a sua crescente barganha para conseguir ganhos comerciais com relação à China e, de forma concomitante, se aproximar do país poderiam trazer complicações para a estratégia de balanceamento nipônica. Afinal, o gigante asiático desarma seus rivais por meio do bilateralismo pautado principalmente na assimetria de capacidades econômicas, como ficou explicitado na “*Guerra das Bananas*” com as Filipinas e com os empréstimos feitos ao Camboja. Tal assunto é importante para repensarmos, inclusive, os efeitos da China no regionalismo do Sudeste Asiático, uma vez que os países da ASEAN “*tem tido problemas para apresentar uma frente unida contra a China, que prefere lidar com cada país de forma bilateral. Em junho [de 2012], a ASEAN falhou em emitir um comunicado final após o Camboja se recusar a endossar a linguagem que criticava as ações marítimas chinesas*” (PILLING et al, 2012, tradução nossa).

Contudo, a despeito de uma relativa aproximação entre os países, as relações entre Filipinas e Japão têm se intensificado no âmbito militar e econômico, sobretudo em 2019 (HEYDARIAN, 2019). Inclusive, em 2019, durante o discurso em um fórum em Tóquio Duterte afirmou que “*Eu amo a China, ela nos ajudou um pouco. Mas cabe a nós perguntar, é certo que um país reivindique todo o oceano?*” (apud CNN PHILIPPINES, 2019). Tal discurso fortalece o argumento da aproximação entre Filipinas e Japão, bem como a compreensão de Duterte sobre as ações chinesas marítimas para além do MSC, o que pode indicar a efetividade da instrumentalização das ilhas Senkaku/Diaoyu por parte de Shinzo Abe. Além disso, em maio de 2019, Japão, Filipinas, EUA e Índia realizaram o primeiro exercício naval quadrilateral no MSC, representando o interesse dos países pela livre navegação dos oceanos (HEYDARIAN, 2019).

Com o tensionamento nas proximidades e com relação à “*plataforma de petróleo Hai Yang Shi You 981 (HD-981), ladeada por dezenas de civis, guarda costeira e navios de guerra,*

em uma área fora das Ilhas Paracel disputadas, as relações entre o Vietnã e a China atingiram seu ponto mais baixo desde que os dois países travaram uma guerra em 1979-1983” (INOGUCHI; PANDA, 2018, p. 11, tradução nossa).

No que tange ao Vietnã, alguns acontecimentos e menções de lideranças à imprensa são interessantes de observar; Em 2013, na visita de Shinzo Abe ao Vietnã, as lideranças afirmaram dividir a percepção de que todas as disputas e problemas no Ásia-Pacífico deveriam ser resolvidos por meio de negociações pacíficas. O primeiro-ministro japonês, como tem feito em diversas ocasiões, enfatizou que os países têm desafios comuns na região e que, por isso, era necessário estreitar laços de cooperação política e de segurança²⁵⁰.

Um curioso evento em 2015 foi a posição de autoridades do Vietnã em relação à entrada de caixas de maçãs chinesas em território, visto que as frutas vieram com panfletos discursando sobre as ilhas Senkaku/Diaoyu e o pleito chinês. Tais panfletos estavam em inglês e chinês, e as autoridades do Vietnã estavam prontas para rejeitar as importações caso elas continuassem a conter tais informações, uma vez que a aceção de tais panfletos poderia gerar um problema para as relações do governo vietnamita com outros países (no caso, com o Japão) (JIJI, 2015).

Em 2017, durante uma das visitas do primeiro-ministro Shinzo Abe ao Sudeste Asiático, o primeiro-ministro Phuc, do Vietnã, expressou a apreciação da ativa importância do Japão nas disputas territoriais no MSC e na segurança marítima do Vietnã por meio da promoção do comércio e da transferência de armamentos e tecnologias para o país (MOFA, 2017). Recentemente, os dois países se reuniram no 6º Diálogo de Políticas de Defesa e, gradativamente, têm discursado pelo aumento das suas relações por meio de, por exemplo, assistência marítima e acordos de cooperação de suas guardas costeiras (PARAMESWARAN, 2018).

Durante uma visita da comitiva das Forças Armadas do Vietnã (VPA) ao Japão em junho de 2018, um oficial militar vietnamita concedeu uma entrevista ao *The Sankei Shimbun* e *Japan Forward*, durante a qual afirmou que “*eu espero que o Japão reforme o artigo 9º e se envolva de forma mais ativa na segurança regional*” (OKADA, 2018, tradução nossa). A afirmação do oficial endossa o argumento, inclusive, de que alguns dos países do Sudeste Asiático têm visado uma maior participação militar nipônica a despeito de um passado

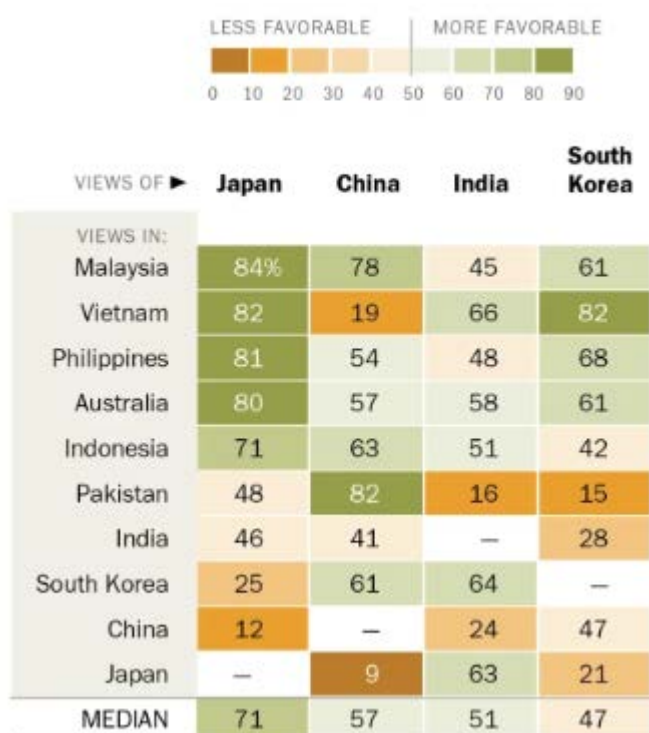
²⁵⁰ Na extensiva database da Universidade de Columbia a autora teve acesso a diversas comunicações à imprensa por parte do Japão sobre os desafios que os países asiáticos enfrentam. É notório o constante interesse japonês de trazer o MLC para as pautas e utilizar-se da disputa com a China naquela região para se aproximar dos países do MSC e difundir uma imagem de “vítima”.

imperialista. Alinhado a esse pensamento, o ex-presidente vietnamita, Tran Dai Quang, elogiou, em 2018, a participação mais ativa japonesa no MSC (JAPAN TIMES, 2018b)

Do ponto de vista da imagem do país internacionalmente, algumas pesquisas conduzidas pelo *Pew Research Center* em 2015 são interessantes para observarmos tanto a forma como o público enxerga a China e o Japão quanto qual é a percepção da opinião pública de países na Ásia sobre disputas territoriais.

Figura 17: Percepções de países asiáticos uns dos outros

Asians' Views of Each Other

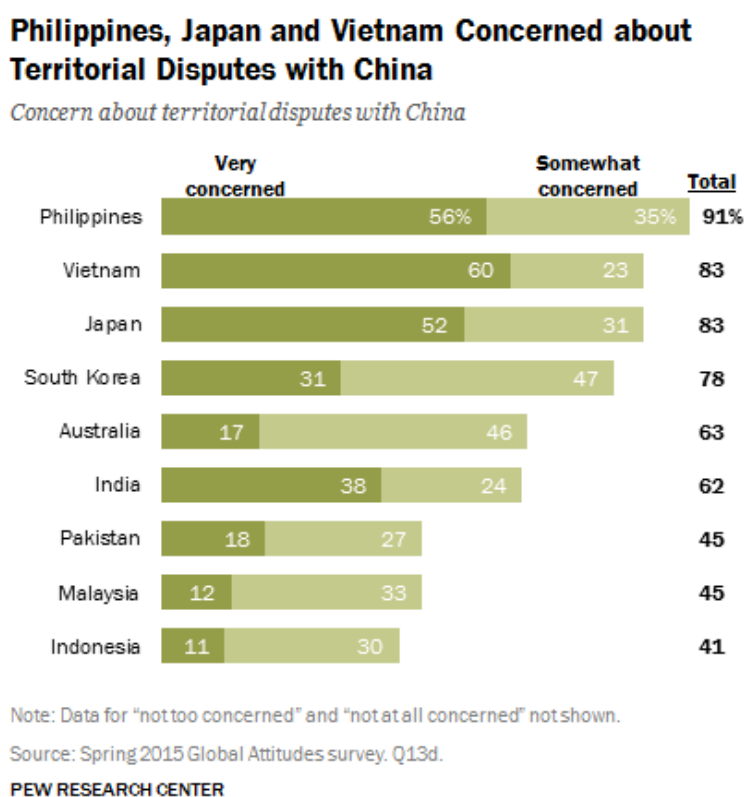


Fonte: PEW RESEARCH (2015)

Mesmo que seja difícil valorar quantos apoiam o poder militar do Japão ou as ações da China, compreender as visões que a população tem de um determinado país nos ajuda a analisar como eles percebem (ou não) as ameaças. O Japão, em comparação com China, Índia e Coreia do Sul, é o país melhor avaliado na média dos outros países, ao passo que a Coreia do Sul apresenta a menor pontuação entre todos. Todavia, nota-se que as principais percepções negativas da China são por parte do Japão e do Vietnã. O Japão, por sua vez, recebeu baixas pontuações dos chineses e sul-coreanos, e isso é consequência das rivalidades históricas e do passado imperialista japonês; ademais, é com esses dois países que o Japão detém disputas territoriais – com os sul-coreanos, pelas ilhas Takeshima/Dokdo, e com os chineses, pelas ilhas Senkaku/Diaoyu. (PEW RESEARCH, 2015).

No caso das disputas territoriais, filipinos, vietnamitas e japoneses apresentam uma visão de preocupação com relação às disputas com a China, sendo que 91% dos filipinos estão preocupados ou relativamente preocupados, enquanto 83% dos vietnamitas também se apresentam dessa forma (FIGURA 18). Pode parecer um tanto questionável pensar que o público se preocupa com as disputas territoriais, mas as visões da China como ameaça no caso das Filipinas não são tão negativas. Um fator que pode causar tal questão é, como mencionamos, a cooperação econômica entre os países.

Figura 18: Visões de determinados países em relação às disputas territoriais com a China



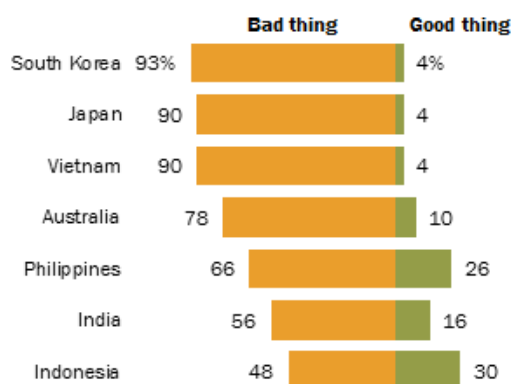
Fonte: PEW RESEARCH (2015)

Pesquisas recentes apresentam dados um tanto conflitantes com os das anteriores, apesar de mostrarem que a maioria dos países do Ásia-Pacífico continuam enaltecendo a China como uma ameaça. A pesquisa conduzida em 2017 apresenta que boa parte dos países considera que a militarização chinesa é um problema para a região.

Figura 19: Visões dos países do Ásia-Pacífico sobre a militarização chinesa

Across Asia-Pacific, most see growing Chinese military as a bad thing

China's growing military power is a ___ for our country



Source: Spring 2017 Global Attitudes Survey.

PEW RESEARCH CENTER

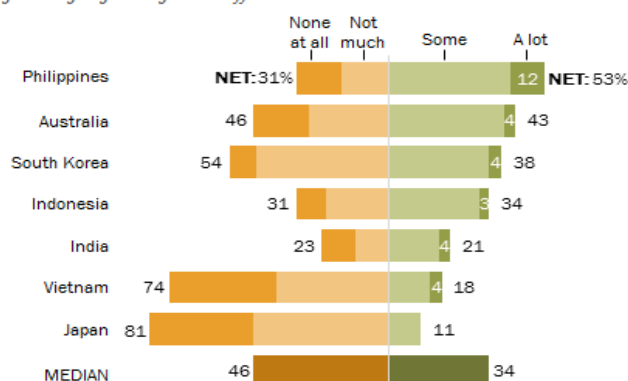
Fonte: PEW RESEARCH (2017b)

Contudo, é curioso analisarmos a percepção dos entrevistados no que diz respeito à confiança na liderança de Xi Jinping (2013). De fato, quando questionados sobre a confiança na liderança chinesa em relação ao fato de Xi Jinping agir de maneira correta internacionalmente, o Vietnã e o Japão apresentam visões críticas, o que representa a desconfiança em relação à China tanto por questões históricas como pelas desavenças territoriais; entretanto, as Filipinas apresentam uma percepção totalmente inversa. A maioria dos entrevistados desse país tem confiança no presidente chinês, mas como isso seria possível? Muito provavelmente, o fator da ascensão de Duterte nas Filipinas e sua diplomacia estratégica de aproximação econômica com o gigante asiático em 2016 e 2017 pode ter influenciado na percepção da população.

Figura 20: A confiança de países no Ásia-Pacífico com relação à Xi Jinping

In Asia-Pacific, limited confidence in President Xi

How much confidence do you have in Chinese President Xi Jinping to do the right thing regarding world affairs?



Source: Spring 2017 Global Attitudes Survey.

PEW RESEARCH CENTER

Fonte: PEW RESEARCH (2017b)

Ao observarmos as relações multilaterais do Japão com países da ASEAN, é interessante analisar o resultado do *The Japan-ASEAN Summit Meeting* de 2016, evento no qual o primeiro-ministro japonês afirmou a preocupação com os acontecimentos no MSC e ao mesmo tempo foi receptivo ao diálogo entre ASEAN e China para a resolução de conflitos, enfatizando, no mesmo discurso, os problemas do Japão no MLC. Os membros da ASEAN, por sua vez, mencionaram a importância da resolução pacífica das disputas em concordância com a lei internacional e com a necessidade de agir com autorrestrições em suas atividades (MOFA, 2016a).

Como audiência externa do Japão para além da Ásia, os encontros do G7 (Alemanha, Reino Unido, Canadá, EUA, França e Itália) dos ministros de relações exteriores, em abril e em setembro de 2016, apresentaram as preocupações das potências com a situação tanto no MSC como no MLC. Na declaração final sobre questões marítimas, afirma-se que “*nós estamos preocupados com as situações no Mar do Leste e do Sul da China, e enfatizamos a importância fundamental da resolução e na administração da disputa. Nós expressamos nossa forte oposição a qualquer ação unilateral intimidadora, coerciva ou provocativa que possa alterar o status quo e aumentar tensões (...)*” (MOFA, 2016b, tradução nossa).

Tais fatos nos permitem avaliar como a instrumentalização da ameaça chinesa e da disputa pelas ilhas Senkaku/Diaoyu bem como a assertividade marítima em dois cenários vêm contribuindo para a maior aproximação do Japão com os países no MSC. Além disso, nos permitem demonstrar como o arquipélago conseguiu alcançar as audiências internacionais e promover uma imagem positiva tanto de suas ações no MSC como da sua militarização.

6.2.4 SAINDO DA ENCOSTA

Como uma das consequências da instrumentalização externa e da conexão dos oceanos por parte do governo japonês, é possível perceber um maior ativismo do arquipélago internacionalmente, condizente com a própria política externa mais ativa iniciada por Shinzo Abe. Cada vez mais, a esfera de influência e atuação militar japonesa deixa de se limitar ao seu entorno territorial próximo e transborda para o MSC. Nessa parte da tese, tendo em vista a contemporaneidade, apresentaremos notícias veiculadas nas mídias internacionais, como *New York Times*, *Japan Times*, *Xinhua* e *South Morning Post*, para demonstrar o ponto da maior atuação nipônica no MSC. Afinal, a capacidade de atuação do Japão em outros teatros, no caso do MSC, como pretendemos mostrar, está em curso.

Alguns incidentes em 2017 e 2018 são importantes para analisarmos a atuação japonesa militar no teatro do MSC. Nesse contexto, mesmo que tais mobilizações tenham cunho diplomático e de “aviso”, são movimentações que não eram antes apoiadas/realizadas pelo governo japonês. Nesse sentido, o Japão tem balanceado a ameaça chinesa e se aliado com países no MSC, bem como com a Austrália e a Índia.

Em janeiro de 2018, uma reunião secreta de quatro comandantes militares do Japão, da Austrália, dos EUA e da Índia fez história²⁵¹. O comandante norte-americano enfatizou, no *Raisina Dialogue* de 2018, o fato de a China ser uma força transnacional disruptiva no Indo-Pacífico. Diante da assertividade chinesa e das suas ações nos mais diversos teatros, tendo em vista as fronteiras territoriais chinesas, esses países se aproximaram e “*o que está surgindo pode não ser a formação de uma OTAN asiática, como afirmam os comentaristas chineses mais sensíveis, mas uma coalescência da força centrípeta dos países que procuram encontrar reforço nos números, especialmente com os EUA menos capazes de suportar os fardos dos custos na região*” (SMH, 2018, tradução nossa). De acordo com Gale (2018), a expansão da estratégia marítima chinesa e a sua crescente assertividade marítima e territorial têm levado ao estímulo do alinhamento de países como Austrália, Índia, EUA e Japão – os membros do Quad.

Considerando a região do Indo-Pacífico como um todo, cabe mencionarmos a proximidade nipo-indiana que vem se consolidando desde o início dos anos 2000 e que representou um avanço diante das reuniões entre oficiais militares da Austrália, Japão, EUA e Índia. Além disso, a aproximação do Japão com a Índia segue a visão de Shinzo Abe sobre a defesa da região com o *Asia's Security Diamond*, que mencionamos anteriormente.

²⁵¹ O primeiro Diálogo de Segurança Quadrilateral ocorreu em 2007, e os países se encontraram somente uma vez. Todavia, em 2007, o primeiro-ministro australiano recém-eleito, Kevin Rudd, se retirou da reunião. Contudo, o diálogo foi retomado em 2017 e persiste na atualidade (GALE, 2018).

De acordo com Amorim e Lucena (2014), alguns dos eventos mais marcantes das relações entre os países foi o exercício naval conjunto em 2007 e 2009, conhecido como Malabar. Ademais, em abril de 2012, a Índia e o Japão realizaram o sexto Diálogo Estratégico entre Ministros de Relações Exteriores, e um dos pontos discutidos foi o interesse por aumentar a cooperação entre os países na segurança marítima. o Japão e a Índia acordaram que cooperariam em relação aos materiais de “terras raras”, resolução que precisou ser pensada em virtude do incidente das ilhas Senkaku/Diaoyu em 2010, que, como mencionamos, sofreu embargo por parte do governo chinês em represália às ações japonesas. Assim como o relaxamento das leis japonesas sobre a exportação de armas trouxe efeitos para os países do Sudeste Asiático, houve também o aumento das relações entre as nações em questões relacionadas à indústria de defesa (AMORIM; LUCENA, 2014).

De acordo com Shukla (2012), Hemant Kumar Singh, antigo embaixador da Índia no Japão, afirmou que existem três motivos que fizeram com que Tóquio voltasse suas atenções para a Nova Deli. Segundo Amorim e Lucena (2014), esses três pontos aparecem de forma significativa no desenvolvimento das relações entre os países ao longo dos anos, principalmente nas reuniões do Diálogo Trilateral entre Índia, Japão e EUA sobre a segurança regional e marítima.

Nota-se que a Índia participa de fóruns multilaterais com a China, como o do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), mas existe uma deterioração das relações entre China e Índia após 2013, quando há o incidente militar em Aksai Chin. Tais deteriorações persistem se evidenciam em disputas territoriais, como no caso de Arunachal Pradesh, e nas tensões recentes em Doklam, um território de Butão que levou tropas indianas para as fronteiras. Vale também enfatizar que o enfraquecimento das relações entre os dois países também ocorre devido à aliança entre China e Paquistão²⁵².

Alguns eventos contribuem para o nosso argumento da capacidade de ação do Japão em outros teatros, o que se configura por meio de alianças e treinamentos militares com países no Sudeste Asiático. Em outubro de 2018, o governo japonês realizou um exercício militar junto aos EUA e às Filipinas, marcando o primeiro momento em que veículos blindados japoneses foram para fora do solo japonês desde o fim da Segunda Guerra Mundial (SCMP, 2018).

²⁵² As relações China-Paquistão começaram em 1950, quando o Paquistão estava entre os primeiros países a terminar relações diplomáticas oficiais com a República da China (em Taiwan) e a reconhecer o regime da República Popular da China na China Continental. Desde então, ambos os países deram uma importância considerável à manutenção de uma relação especial extremamente próxima e solidária, e os dois países trocaram regularmente visitas de alto nível, resultando em uma variedade de acordos. O governo chinês prestou assistência econômica, militar e técnica ao Paquistão, e cada país considera o outro um aliado estratégico estreito. A China também auxilia o programa nuclear do Paquistão, e apoiou o país na disputa pelo território de Cashemira.

Ademais, como demonstração de sua reorganização marítima, o Japão, em abril de 2018, ativou sua primeira unidade marítima (*Amphibious Rapid Deployment Brigade*), treinada para conter invasores ocupando ilhas japonesas ao longo do MLC. Como justificativa, o vice-ministro da Defesa do Japão, Tomohiro Yamamoto, enfatizou o ambiente estratégico japonês e as ameaças que o arquipélago vivenciava (CNBC, 2018).

Além disso, em 2017, o Japão enviou, para um *tour* de três meses pelo MSC e pelo Oceano Índico, o maior navio de guerra japonês (Izumo – um navio porta-helicópteros), sendo tal ato inédito desde o fim da Segunda Guerra Mundial; vale observar que o mesmo exercício foi repetido em 2018, isto é, pelo segundo ano consecutivo. Com relação à mesma embarcação, o governo japonês decidiu por transformá-la em um navio de porta-aviões, ação considerada, por muitos, uma estratégia de mudança do padrão de armas japonesas para uma postura ofensiva²⁵³.

Essas demonstrações de poder japonesas no MSC têm como intuito demonstrar que o país está disposto a atuar para manter o *status quo* na região. Nessa perspectiva, como bem pontuou Morgenthau (2003, p.160), “*sempre que as reivindicações de uma potência marítima eram desafiadas em regiões coloniais ou semicoloniais, tanto por nativos locais como por potências concorrentes, aquelas nações enviavam navios de guerra para a região, como representantes do seu poder*”.

Como parte desses movimentos militares, em 2016, as FAD marítimas do Japão enviaram dois *destroyers* (*Ariake* e *Setogiri*) e um submarino (*Oyashio*) para realizar treinamentos no mar aberto (JAPAN TIMES, 2016b). Em setembro de 2018, o Japão mandou pela primeira vez um submarino para exercícios em áreas disputadas no MSC. O *Kuroshio* fez parte de um exercício antiacesso com um helicóptero de carga e dois *destroyers* no sudoeste do Recife de Scarborough. Consideramos que a ação seria uma mensagem estratégica do Japão para a China e para os países do MSC de que o arquipélago pretende manter a balança de poder na região. Tais exercícios seguiram as operações marítimas britânicas e norte-americanas, que enfatizavam a necessidade de reforçar a livre navegação dos oceanos (WSJ, 2018). Além disso, em agosto do mesmo ano, o governo enviou o *destroyer Kaga* para missões por intermédio de exercícios conjuntos no MSC e no Oceano Índico, evidenciando mais uma mensagem sobre os interesses do arquipélago de manter *o status quo* da região.

²⁵³ Mais informações podem ser encontradas no seguinte link: < <https://thediplomat.com/2018/12/japan-to-convert-izumo-class-into-f-35-carrying-aircraft-carrier/>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2019.

O Japão tem balanceado a China ao se aproximar de países no Indo-Pacífico, tendo em vista a realização de acordos de cooperação e participação em treinamentos militares. Um dos aspectos que têm permitido essa aproximação é a geografia, uma vez que a ameaça chinesa e suas disputas territoriais no MSC e com a Índia são um ponto fulcral para a tentativa, por vezes bem-sucedida, de formação de alianças do Japão com países que também percebem a China como ameaça.

A participação do Japão no MSC e os treinamentos e patrulhas da Índia são exemplos de movimentos militares realizados com o arquipélago como uma forma de demonstrar seu engajamento em outros teatros. Considerando as mudanças constitucionais, existe uma tendência para fortalecer esse balanceamento à ameaça chinesa. Afinal, a proximidade geográfica, as capacidades ofensivas, o poder agregado assimétrico entre os países da região com relação à China, como vimos no Capítulo anterior, e a assertividade marítima chinesa vêm estimulando percepções de ameaça, impulsionando aproximações e fortalecendo alianças.

6.3 EM SÍNTESE

No presente Capítulo, redimensionamos nossas análises para o Japão, demonstrando que a iminência da ameaça chinesa e as percepções dos riscos de os EUA não conseguirem arcar com os custos da aliança nipo-americana estão estimulando uma transformação no comportamento do arquipélago. Vale destacar que tal mudança na postura japonesa, apesar de ganhar contornos desde o fim da Guerra Fria, somente se transformou de forma significativa com a reinterpretação constitucional e a aprovação do pacote de leis de segurança em 2014/2015.

Assim como a grande estratégia do arquipélago parece estar se transformando com a ascensão de Shinzo Abe, sua política externa vem endossando a necessidade do arquipélago de agir internacionalmente e arcar de forma ativa com os custos de ser um importante *player* internacional. Demonstramos no Capítulo anterior como as ilhas Senkaku/Diaoyu e a assertividade marítima chinesa vêm se consolidando ao longo do século XXI e, no presente Capítulo, argumentamos que tal assertividade tem impulsionado a percepção de ameaça e a necessidade de o Japão modificar seu comportamento.

Em linhas gerais, as ilhas foram instrumentalizadas principalmente a partir de 2012 por ambos os países, com o intuito de legitimar discursos sobre desenvolvimento pacífico por parte da China e recrudescimento militar por parte do Japão. Contudo, como apresentamos no presente Capítulo e no anterior, a instrumentalização das ilhas foi efetiva em dois cenários diferentes para os países. Por esse motivo, nossos resultados apresentam mais pormenorizações

e, no âmbito doméstico, vão de encontro aos de Costa (2017), que simplesmente aponta uma instrumentalidade internacional sem avaliar até que ponto ela tem sido efetiva, tanto no entorno regional do Ásia-Pacífico como domesticamente, para o apoio da população japonesa, sem analisar, também, suas consequências.

Desde os incidentes em 2010 e 2012 e considerando os recentes acontecimentos com tensionamentos no MLC, principalmente, em 2016, o Japão está balanceando interna e externamente a China de forma mais assertiva por meio da aliança nipo-americana e do aumento de sua capacidade de atuação no cenário internacional. No âmbito interno, demonstramos como os gastos militares japonesas estão, aos poucos, se desvinculando das autoimposições do 1% do PIB, e enunciamos que existem reestruturações organizacionais com o intuito de aumentar a capacidade de defesa e proteção do arquipélago.

Argumentamos, ainda, que os receios do Japão pelas mudanças de 2014/2015 foram muito relacionados com o receio de abandono por parte dos EUA e com a possibilidade de o país norte-americano não poder mais arcar com os custos do sistema diante dos problemas internos e da própria política do Ásia Pivô, que analisamos anteriormente. Além do fortalecimento da aliança nipo-americana, há uma expansão de suas relações de cooperação política e militar com outras potências regionais do Indo-Pacífico. Podemos perceber, portanto, que, apesar da continuidade de relações econômicas e comerciais entre os países, cada vez mais o Japão tem seguido com o processo de normalização das suas capacidades militares e pretende assumir um papel mais ativo no cenário internacional, sobretudo, em outros teatros como no MSC.

A percepção de ameaça chinesa das lideranças e uma opinião pública japonesa cada vez menos favorável à China são alguns dos elementos que nos permitem compreender os motivos que levam o Japão a buscar sua militarização, objetivo que ainda encontra empecilhos domésticos, como bem analisou Saltzman (2015) e como avaliamos no presente Capítulo. Por esse motivo, percalços domésticos, como as opiniões contrárias dos partidos e o apoio restrito da população às mudanças constitucionais, são algumas das questões que contribuíram para que o *Collective Self Defense* fosse limitado, bem como implicaram a existência de problemas para a revisão constitucional proposta por Shinzo Abe.

Além disso, questões que precisam ser analisados futuramente são a inversão da pirâmide etária e os problemas com políticas de previdência e segurança social²⁵⁴. Afinal, como

²⁵⁴ Como experiência pessoal da autora, ao conversar com senhores e senhoras japonesas no Japão em 2018, muitos fizeram severas críticas ao governo japonês diante da tentativa de aumento de gastos militares, tendo em vista o problema das contas da previdência interna.

o realismo neoclássico nos permite observar, os imperativos estruturais “*raramente, ou nunca, obrigam os líderes a adotar uma política em detrimento de outra; tomadores de decisão não são sonâmbulos fustigados por forças inexoráveis além de seu controle. (...) Os Estados respondem (ou não) a ameaças e oportunidades de maneiras determinadas por considerações internas e externas das elites políticas*” (RIPSMAN; TALIAFERRO; LOBELL, 2016, p.42).

Demonstramos, como principal ponto inovador, a conexão entre a disputa sino-japonesa com o MSC e como, por meio da instrumentalidade da disputa pelas ilhas Senkaku/Diaoyu, o Japão vem conseguindo atuar em tabuleiros que não foram possíveis desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Diante disso, nota-se que desconfianças e incertezas na região persistem e que a assertividade chinesa e a disputa pelas ilhas são catalisadoras para essas percepções de ameaça. Claramente, tal situação não é a única, mas constitui um dos fatores, como apresentamos, importantes para compreender o quebra cabeça do Leste Asiático.

CONCLUSÃO

As ações do Japão, dos EUA e da China, bem como as transformações na balança de poder ao longo dos anos, têm estimulado percepções de ameaças e incentivado que, em determinados momentos, cada um deles tome medidas com o intuito de manter o *status quo*, revisar a distribuição de poder ou a própria ordem regional e internacional ou demonstrar o seu poder. “A guerra é uma competição de duas vias em que duas forças vivas colidem em um duelo intensamente interativo para impor uma vontade sobre a outra. Ação inevitavelmente provoca reação. Preparativos para a guerra em tempos de paz não são diferentes” (YOSHIHARA, 2014, p.11, tradução nossa).

Considerando a busca por poder, segurança e prestígio entre os países ao longo da história, a presente tese buscou responder duas perguntas de lógica de efeito causal sobre como as transformações na balança de poder no Leste Asiático afetavam as relações entre as potências (China, Japão e EUA), e, conseqüentemente, a existência da disputa pelas ilhas Senkaku/Diaoyu, e sobre quais os efeitos da disputa nas estratégias norte-americanas, japonesas e chinesas no século XXI e no fortalecimento de alianças no Leste Asiático.

Em um sistema anárquico e sem salvaguardas sobre as ações de novos e antigos rivais, as relações sino-japonesas oscilam entre relações próximas economicamente e dissuasões políticas e diplomáticas. Repetimos as afirmações do nosso primeiro Capítulo: dificilmente dois tigres são capazes de habitar a mesma montanha e, considerando que regionalmente o Japão e o China são aqueles que habitam a região do Leste Asiático, ambos não estão dispostos a aceitar as regras e as imposições um do outro. Enquanto o Japão conquistou apoio norte-americano e vem atuando como o principal balanceador do poder chinês, a China tem ascendido e buscado sua posição de direito no cenário internacional.

A geografia nos apresenta como ambos continuam como eternos rivais, enquanto a história instiga a percepção de rivalidade e desconfiança entre os países. O sistema internacional anárquico incentiva tais dinâmicas e, diante da necessidade de sobreviver, cada um dos países vem buscando se modernizar e aumentar seus gastos militares diante da ameaça um do outro. Ademais, a China vem buscando ampliar seu poder, comportando-se de forma cada vez mais ativa e revisionista no sistema, sendo também impulsionada por dinâmicas internas, bem como por estratégias sobre a posição chinesa no cenário internacional.

Os EUA, por sua vez, na tentativa de manter seu *status quo* e a capilaridade de seu poder no Leste Asiático, como uma águia que sobrevoa o mundo todo, buscam balancear o poder chinês, mas encontram empecilhos internos que trazem como efeitos, além de insegurança na

região, percepções diversas entre os países no Leste Asiático. Como consequência, espera-se que o Japão, diante dos receios com relação ao poder norte-americano, à continuidade da instabilidade na região com o aumento do poder relativo chinês e à ameaça norte-coreana, abrace cada vez mais o seu potencial militar.

A tese se dividiu em seis Capítulos e apresentou o intuito de responder às perguntas de forma a apresentar questões históricas sobre as relações entre os países e a evolução de variáveis independentes, intervenientes e dependentes ao longo do tempo. O primeiro Capítulo debateu o arcabouço teórico, demonstrando quais foram os interesses de enquadrarmos nossas análises no Realismo Neoclássico, que, enquanto uma teoria multinível, nos permite debater nuances e, de maneira pormenorizada, questões relevantes para entender as relações entre os países e suas ações. Apresentamos como variáveis independentes os estímulos sistêmicos (Ambiente Estratégico, Polaridade, Distribuição de Poder e Claridade), as variáveis intervenientes (Cultura Estratégica, Nacionalismo, Instituições Domésticas, Lideranças e relações Estado-sociedade) e variáveis dependentes (Grandes estratégias – e seus ajustes – e Políticas Externas e de Segurança).

No Capítulo 2, iniciamos o debate histórico das transformações na balança de poder no Leste Asiático desde o século XIX, construindo os alicerces para responder nossas perguntas e questões sobre a importância da geografia e da história – nossas premissas. Nos Capítulos 3 e 4, analisamos as transformações vivenciadas pelo Japão e pela China, pontuando questões sobre suas políticas externas, grandes estratégias, militarização e políticas de segurança. Ademais, abordamos, de forma pormenorizada, questões sobre as estruturas domésticas dos países e sobre o nacionalismo.

Destacamos o comportamento dos países e as transformações domésticas do Japão e da China vis-à-vis o sistema internacional no Pós-Segunda Guerra Mundial (1945), enfatizando a participação norte-americana em ambos os processos e trazendo pontos sobre a política externa dos EUA e sua grande estratégia no contexto de Guerra Fria e nos anos 1990. Além disso, nos Capítulos 2, 3 e 4, apresentamos questões mais pormenorizadas sobre as ilhas Senkaku/Diaoyu, principalmente sobre o contexto histórico, e, no Capítulo 4, expomos os tensionamentos da disputa, com o intuito de elucidar mais detalhes acerca de como a China agiu em tais contextos, demonstrando que tanto suas ações quanto suas reações foram comedidas e restritas no século XX.

No Capítulo 5, iniciamos nossas análises pormenorizadas sobre as políticas externas e estratégias dos países no século XXI, buscando compreender o comportamento chinês desde 2008 e a sua assertividade marítima, e a política do pivô para a Ásia do governo de Barack

Obama. Nesse cenário, trouxemos detalhes específicos sobre os poderes relativos chinês e norte-americano (considerando PIB e suas capacidades militares). Debates sobre a maior estridência chinesa em disputas territoriais marítimas no MLC, no caso das ilhas Senkaku/Diaoyu, a partir de 2010 e, principalmente, desde 2012. Argumentamos sobre a postura de Xi Jinping e a iniciada transformação do comportamento chinês ainda em Hu Jintao, o que nos permitiu demonstrar como as lideranças chinesas estão preocupadas com a balança de poder e com a legitimidade interna em suas decisões. Nesse sentido, também apresentamos a instrumentalização, por parte da China, da ameaça japonesa e da disputa pelas ilhas Senkaku/Diaoyu tanto no âmbito doméstico quanto no internacional.

Ainda no mesmo Capítulo, argumentamos sobre a política norte-americana para a Ásia e analisamos neoclassicamente a política do pivô, debatendo sobre os constrangimentos que influenciaram para que a política fosse criada e se desenvolvesse de determinada forma. Nesse sentido, pontuamos que a política do pivô estimulou uma maior assertividade chinesa e, ao mesmo tempo, enfatizaram-se percepções da possibilidade de os EUA não conseguirem e nem quererem arcar com os custos na região.

Por fim, no Capítulo 6, analisamos as transformações do comportamento japonês e de sua estratégia com o recrudescimento de seu poder militar e sua busca por maior ativismo regional. Nesse sentido, debatemos os efeitos da assertividade chinesa nas ilhas Senkaku/Diaoyu e da percepção de um possível declínio do poder relativo norte-americano para o Leste Asiático como um todo, o que impulsionou a percepção de Shinzo Abe sobre mudanças nas leis domésticas e na necessidade de revisar a Constituição.

Estabelecemos também a correlação entre a disputa sino-japonesa no MLC e a capacidade de atuação do Japão no MSC, enfatizando que o governo japonês instrumentalizou a ameaça externa chinesa e a disputa com o intuito de alcançar as audiências domésticas acerca da necessidade de recrudescer suas políticas de segurança e, inclusive, de romper com o teto de gastos em defesa. As ações chinesas permitiram a conexão dos oceanos e, por esse motivo, *“os mares do Sul e do Leste da China, portanto, tornaram-se um indicador do Leste Asiático sobre como uma China mais poderosa agiria. A assertividade chinesa contribuiu para o tipo de política de poder que uma vez procurou evitar”* (ZHAO, 2015, p.261, tradução nossa).

Para além disso, demonstramos como o Japão respondeu às propagandas negativas da China com relação à disputa e como a instrumentalização e a assertividade marítima chinesa em dois teatros facilitou a atuação do arquipélago nipônico no MSC. O Japão não só estimulou a cooperação com países como Vietnã e Filipinas no âmbito da defesa, da segurança e de

capacity building, como também passou a enviar embarcações para treinamentos na região ou para tours em áreas disputadas.

Como respostas às nossas três hipóteses, podemos observar que, de fato, há uma percepção por parte de países do Leste Asiático, principalmente do Japão, da relativa perda de poder norte-americano. Nota-se que isso não significa o fim da unipolaridade, mas que existem receios de que, mesmo com o balanceamento e o aumento de tropas norte-americanas em alguns países da região, os EUA podem não ter capacidade e nem interesse de continuar sua projeção de poder para o Leste Asiático. Nesse sentido, preocupações sobre o governo de Donald Trump floresceram e, mesmo que, na prática, tenham se intensificado tensões no MSC, por exemplo, com a presença dos EUA, existem receios de um possível retraimento norte-americano.

Ademais, apresentamos que a maior assertividade marítima chinesa tem relação com as transformações na balança de poder, e que, por esse motivo, discursos sobre a necessidade de “fazer alguma coisa de forma ativa” foram enfatizados em contraposição aos discursos de “manter o perfil baixo”. A China reitera que sua ascensão é pacífica e que deseja somente retomar o seu lugar de direito no sistema internacional. Observamos que, apesar de sua assertividade marítima crescente, considerando nossas análises sobre o MLC e a disputa desde 2010, sua postura nos tensionamentos de 2010 e 2012 foi reativa às ações japonesas, diferentemente do que ocorreu no caso do MSC a partir 2009. Todavia, desde 2012, o gigante asiático passou a demonstrar seu poder por meio de incursões marítimas e de medidas unilaterais na região.

Além disso, demonstramos que o Japão tem realizado esforços para balancear a China internamente e vem estimulando o processo de normalização e recrudescimento político-militar. Há, ao mesmo tempo, um balanceamento externo do Japão com outros atores regionais devido às percepções de ameaça e à transformação no equilíbrio de poder. Por esse motivo, o Japão se aproximou de países no Sudeste Asiático, da Índia e da Austrália.

No que diz respeito à segunda hipótese, demonstramos que há uma instrumentalização das ilhas Senkaku/Diaoyu por parte dos governos japoneses e chineses e também apresentamos suas consequências. Ao debatermos de forma pormenorizada a instrumentalização interna e externa da disputa, apresentamos não só como o governo japonês conectou constantemente a disputa no MLC com o MSC, como também mostramos de que modo ele passou a agir para enviar navios para a região. Além disso, no caso japonês, ao analisarmos de forma neoclássica o comportamento do Japão e suas políticas e segurança, chegamos à conclusão de que, de fato, ocorrem mudanças em direção ao recrudescimento militar japonês, mas que existem restrições domésticas que impactam o comportamento nipônico e influenciam tanto a limitação do

Collective Self Defense, como as dificuldades do governo Shinzo Abe em emendar o artigo 9º da Constituição. Debates, inclusive, acerca das percepções do Japão de insegurança com relação à aliança nipo-americana, às ações chinesas no MLC e no MSC e à necessidade de fortalecimento interno e balanceamento à ameaça chinesa externamente, apresentando como a instrumentalização das ilhas e as preocupações do governo japonês com o MSC impactaram a capacidade do Japão de agir em outros tabuleiros.

Avançamos também no debate em relação à China à medida que apresentamos detalhes sobre a veiculação das manifestações no caso das ilhas e sobre como o governo chinês buscou legitimar-se internamente. Ao analisarmos a história, também pudemos debater como o PCC está atento às manifestações e tem receios de que elas escalonem em níveis de mobilizar críticas ao próprio governo. Nesse sentido, afirmamos que a ameaça do Japão é elemento constituinte do nacionalismo chinês e, por isso, assim como as ilhas Senkaku/Diaoyu, é instrumentalizada pelo PCC para fortalecer a legitimidade do partido, justificar (e impulsionar) suas ações e até mesmo para ser usada como caráter de dispersão diante de escândalos de corrupção. A China buscou instrumentalizar a disputa pelas ilhas e a ameaça japonesa externamente, investindo em propagandas para isso. Inicialmente, o gigante asiático instrumentalizou a disputa pelas ilhas, mas, após as visitas de Shinzo Abe ao Santuário Yasukuni em 2013, direcionou suas críticas ao Japão e ao militarismo japonês como um todo. Apesar disso, a China continuou e continua sendo vista como ameaça por alguns dos países no MSC, pelos EUA e por outros.

No que diz respeito à terceira hipótese, concluímos que os EUA são um ator central no Nordeste Asiático, e no Leste Asiático como um todo, e na disputa territorial sino-japonesa. Ao retomarmos a história, pudemos observar que a indefinição sobre as ilhas Senkaku/Diaoyu foi uma herança do Tratado de São Francisco. Inclusive, vale observar que não somente o problema da disputa pelas ilhas Senkaku/Diaoyu, mas também as disputas entre Japão e Coreia do Sul, e a própria disputa no MSC sobre as Ilhas Spratly, por exemplo, são resultados dos problemas de tal tratado.

Além disso, retomando o início da disputa na década de 1970, podemos observar que a neutralidade norte-americana, resultado dos interesses de Richard Nixon, pode ser pensada como uma instrumentalização das ilhas por parte dos EUA. Afinal, o governo norte-americano conseguiu legitimidade da China para manter tropas na região devido aos riscos do militarismo japonês e, ao mesmo tempo, conseguiu, com o Japão, legitimar sua presença – que era desejada devido aos preceitos da Doutrina Yoshida – diante da ameaça chinesa.

Com a política do pivô para a Ásia e os interesses norte-americanos pautados na estratégia que se vincula à primazia do país, demonstramos que o governo de Obama direcionou

esforços para a Ásia com o intuito de manter o *status quo* na região. Além disso, teve como interesse reafirmar o poder norte-americano, mesmo que, como mencionamos, o pivô tenha vivenciado problemas e tenha trazido percepções de que os EUA não poderiam arcar com os custos do sistema.

As relações entre os três países são ponto fundamental para compreendermos as dinâmicas de poder no Leste Asiático e a disputa por poder e influência. Outrossim, são fundamentais para pensarmos o futuro do sistema internacional como um todo, visto que as decisões de tais países, mesmo que no âmbito regional, podem ter efeitos globais. Com a maior assertividade marítima chinesa no MSC e com o envolvimento de outras potências na defesa do Ásia-Pacífico como um todo, a ameaça chinesa vem se consolidando nas percepções de diversos países do sistema internacional.

As transformações na balança de poder vêm afetando as percepções dos países e, do nosso ponto de vista, podem ser um indicativo para a eclosão de conflitos na região e de maiores tensionamentos. Por esse motivo, práticas de balanceamento interno e externo vêm se consolidando, gerando efeitos espirais que trazem mais insegurança para a região do Leste Asiático como um todo. Insegurança essa que se associa não só com disputas marítimas, como também com a própria imprevisibilidade das ações de outros atores regionais, como a Coreia do Norte, por exemplo.

Apesar de não argumentamos sobre a iminência de uma possível guerra, é preciso apresentar, como afirma Blainey (1998, p.293, tradução nossa), que “*as guerras geralmente terminam quando as nações em conflito concordam com sua força relativa e as guerras geralmente começam quando as nações em conflito discordam sobre sua força relativa*”. Portanto, transformações na balança de poder podem estimular percepções e ações, na medida em que ameaças ou oportunidades podem se tornar discerníveis ou mais claras. Existem riscos tanto para conflitos no MLC, sobre as ilhas Senkaku/Diaoyu ou com relação à uma possível nova crise no Estreito de Taiwan, quanto no MSC, por conta das diversas desavenças entre os países da região e países extrarregionais. Além disso, os maiores riscos para novas corridas armamentistas na região serão influenciados pelas ações futuras dos EUA, tendo em vista que, do nosso ponto de vista, apesar dos problemas, o país norte-americano ainda age como um balanceador importante na região. Os possíveis riscos de que os EUA não tenham capacidade e nem queiram arcar com os custos de todo o sistema e dos arranjos de suas alianças assimétricas estimulam processos de militarização mais salientes no Japão e percepções diferenciadas e ações ainda mais enfáticas chinesas, o que pode continuar aumentando a insegurança regional.

É necessário observar o comportamento das três potências com relação aos conflitos regionais, e se a disputa pelas ilhas Senkaku/Diaoyu será escalonada. Além disso, são necessários maiores estudos sobre as futuras ações japonesas, sobre a sua possível mudança constitucional e sobre a continuidade da projeção da imagem do Japão enquanto uma nação pacífica. Nesse sentido, as Olimpíadas em 2020 podem trazer um bom ponto de análise para a compreensão não só da projeção externa japonesa, como também do próprio nacionalismo do país.

As ações norte-americanas precisam ser estudadas de forma mais pormenorizada durante o governo de Donald Trump, pois ele vem trazendo dúvidas sobre como os EUA vão consolidar seu poder internacionalmente e acerca de quais serão os efeitos da administração do presidente norte-americano para a supremacia do país e para a própria configuração de seu poder internacionalmente. Apesar de debatermos o MSC e de elucidarmos pontos sobre a maior assertividade chinesa, as ações norte-americanas no Leste Asiático e a participação do Japão na região, análises mais pormenorizadas acerca da disputa entre os países litigantes precisam ser feitas. Afinal, elas são importante parte do quebra-cabeça do Leste Asiático.

Por fim, destaca-se que as disputas, tensões e percepções de ameaças persistem no Leste Asiático e têm impulsionado cada vez mais a presença de outras potências na região. Tais dinâmicas de segurança e de poder tendem a continuar influenciando o sistema internacional como um todo. Por esse motivo, ainda é necessário observarmos como a Águia, o Sol e o Dragão vão se comportar futuramente e como os outros países do sistema vão percebê-los. Afinal, as ações e as reações, os escalonamentos de conflitos e o apaziguamento deles, as interações e as indiferenças, o internacional e o doméstico, cada um destes influencia as percepções e o comportamento dos Estados que jogam um constante, arriscado e perigoso jogo de poder e de segurança.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABE, Shinzo. Asia's Democratic Security Diamond. Project Syndicate. Congress Library Document, 2012.
- _____. Statesmen's Forum: HE Shinzo Abe, Prime Minister of Japan Speech. CSIS, 2013a. Disponível em <https://csis-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/legacy_files/files/attachments/130222_speech_abe.pdf> Acesso em 10 de maio de 2017.
- _____. Japan Is Back: A Conversation with Shinzo Abe. Foreign Affairs, Vol. 92, No. 4, pp. 2-8, 2013b.
- _____. Keynote Address by H.E. Mr. Shinzo Abe, Prime Minister of Japan at the 13th IISS Asian Security Summit Shangri-La Dialogue, 2014a. Disponível em <https://www.mofa.go.jp/fp/nsp/page18e_000087.html> Acesso em 12 de janeiro de 2018.
- AKAGAWA, Natsuko. Heritage Conservation in Japan's Cultural Diplomacy. Heritage, national identity and national interest. Tokyo: Routledge Contemporary Japan Series, 2014.
- AKIMOTO, Daisuke. Exercising the Right to Collective Self-Defense? An Analysis of Japan's Peace and Security Legislation. ZJAPANR / J.JAPAN.L, pp.137-164, 2016.
- ALMONG, Guy. The Myth of the 'Pacifist' Japanese Constitution. The Asia-Pacific Journal, Vol. 12, Issue 36, No. 2, 2014.
- AMADOR, Julio. Entrevista sobre o Japão, a China e o Sudeste Asiático. Alana Camoça. Entrevista concedida à autora por e-mail em dezembro de 2018.
- AMORIM, Wellington; LUCENA, Antonio Henrique. Japan and India: soft balancing as a reaction to China's rise? Revista Brasileira de Política Internacional, Vol.57, No.special, 2014.
- AMTI. Playing Chicken in the East China Sea. Asia Maritime Transparency Initiative, 2017. Disponível em <<https://amti.csis.org/playing-chicken-east-chinasea/>> Acesso em 10 de junho de 2018.
- ARAI, Tatsushi et al. Clash of National Identities: China, Japan, and the East China Sea Territorial Dispute. Virgínia: George Mason University, Wilson Center, 2012.
- ARANO, Yosuri. Foreign Relations in Early Modern Japan: Exploding the Myth of National Seclusion, 2013. Disponível em <<http://www.nippon.com/en/features/c00104/>> Acesso em 27 de Agosto de 2017.
- ARON, Raymond. Paz e Guerra entre as Nações. Trad. Port. Brasília & São Paulo: IPRI, UNB, Imprensa Oficial, 2002.
- ARRIGHI, Giovanni. Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2008.

ASAHI. Survey: majority say no impetus for constitutional revision, 2019a. Disponível em <<http://www.asahi.com/ajw/articles/AJ201905030035.html>> Acesso em 10 de maio de 2019.

_____. Japan deploys missile batteries, troops close to Senkaku Islands, 2019b. Disponível em <<http://www.asahi.com/ajw/articles/AJ201903260044.html>> Acesso em 15 de maio de 2019.

ASEAN. US Here to Stay, Says Clinton Ha Noi, Asean Org. Julho, 2010. Disponível em <https://asean.org/?static_post=us-here-to-stay-says-clinton-ha-noi-23-july-2010> Acesso em 10 de outubro de 2018.

BADER, Jeffrey. Obama and China's Rise: An Insider's Account of America's Asia Strategy. Washington: Brookings Institution Press, 2013.

BARNETT, Doak. China and the Major Powers in East Asia. Washington: The Brookings Institute, 1977.

BBC. China stepping up propaganda efforts over disputed islands, 2013. Disponível em <<http://ezproxy.cul.columbia.edu/login?url=https://search.proquest.com/docview/1287827399?accountid=10226>> Acesso em 10 de janeiro de 2019.

_____. Japan military legislation changes draw protests, 2015. Disponível em <<https://www.bbc.com/news/world-asia-34101222>> Acesso em 10 de janeiro de 2016.

_____. Japan, Philippines agree against coercion on maritime issues, 2016. Disponível em <<https://search-proquest-com.ezproxy.cul.columbia.edu/docview/1810513140?pq-origsite=summon&accountid=10226>> Acesso em 10 de outubro de 2015.

BECARD, Danielly S. R.; FILHO, Paulo M.. Chinese Cultural Diplomacy: instruments in China's strategy for international insertion in the 21st Century. Revista Brasileira de Política Internacional, Vol. 62, edição 005, pp.1-20, 2019.

BENNER, Erica. National doctrines in international perspective In: SHIMAZU, Naoko (eds) Nationalism in Japan. NY: Routledge. pp. 9-40, 2006.

BERGER, Thomas. From Sword to Chrysanthemum: Japan's Culture of Anti-militarism. International Security, Vol. 17, No. 4, pp. 119-150, 1993.

_____. Norms, identity, and national security in Germany and Japan In: KATZENSTEIN, P. (Org.) The Culture of National Security: norms and identity in world politics. NY: Columbia University Press, 1996.

_____. War, Guilt, and World Politics after World War II. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

BLANCHARD, Jeran-Marc. China's peaceful rise and sino-japanese territorial and maritime tensions. In: GUO, Suijian. China's peaceful rise in 21 century -Domestic and international condition. Ashgate publishing limited. pp 211-233, 2006.

BONG, Youngshik. D. 'Flashpoints at sea? Legitimization strategy and East Asian Island disputes'. Ph.D. dissertation in Political Science. University of Pennsylvania, Philadelphia, 2002.

BRANDS, Hal. Barack Obama and the Dilemmas of American Grand Strategy. The Washington Quarterly, Vol. 39, No.4, pp. 101–125, 2017.

BRANDS, Hal; FEAVER, Peter. Stress-Testing American Grand Strategy. Survival, Vol.58, No.6, pp. 93-120, 2016.

BRESSER-PEREIRA, Luiz C. A crise financeira global e depois: um novo capitalismo? Novo Estudos, Vol. 86, pp.51-72, 2010.

BROOKS, Stephen G. et al. Don't Come Home, America: The Case against Retrenchment. International Security, Vol. 37 No.3, pp.7-51, 2012.

BROOKS, Stephen; WOHLFORTH, William. The Rise and Fall of the Great Powers in the Twenty-First Century. China's Rise and the Fate of America's Global Position. International Security, Vol. 40, No. 3, pp. 7–53 (online), 2016.

BURKE, Edmond J. et al. China's Military Activities in the East China Sea. Implications for Japan's Air Self-Defense Force. Santa Monica. CA: RAND Corporation, 2018. Disponível em <https://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/research_reports/RR2500/RR2574/RAND_RR2574.pdf> Acesso em 22 de dezembro de 2018.

CABINET SECRETARIAT. The Advisory Panel on Communications Concerning Territorial Integrity, 2013. Disponível em <http://www.cas.go.jp/jp/ryodo_eg/torikumi/ryodoshitsu/ryodoshitsu-adp.html> Acesso em 8 de maio de 2016.

_____. Example of Teaching Guide for the Courses of Study, 2014. Disponível em <http://www.cas.go.jp/jp/ryodo_eg/torikumi/mext_02.html> Acesso em 8 de maio de 2019.

_____. Kuni no sonritsu wo mattoshi, kokumin wo mamoru tame no kireme no nai anzen hosho hosei no seibi ni tsuite [Cabinet Decision on the Development of Seamless Security Legislation to Ensure Japan's Survival and Protect Its People], 2015. Disponível em <<http://www.cas.go.jp/jp/gaiyou/jimu/pdf/anpohosei.pdf>> Acesso em 15 de agosto de 2017.

CAIRO DECLARATION. The Cairo Declaration, 1943. Disponível em <<https://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/122101.pdf?v=d41d8cd98f00b204e9800998ecf8427e>> Acesso em: 10 de julho de 2017.

CALLAHAN, William. National Insecurities: Humiliation, Salvation, and Chinese Nationalism. *Alternatives*, Vol. 29, pp. 199–218, 2004.

_____. Identity and Security in China: The Negative Soft Power of the China Dream. *POLITICS*, Vol. 35, No.3-4, pp. 216–229, 2015.

CA ORDINANCE. APO 719. Civil Administration Proclamation No. 27. Geographical boundaries of the Ryukyu Islands, 1953. Disponível em <<http://ryukyu-okinawa.net/pages/archive/caproc27.html>> Acesso em 11 de novembro de 2017.

CA ORDINANCE. APO 719. Civil Administration Ordinance 68. Provisions of the Government of Ryukyu Islands, 1952. Disponível em <https://www.spf.org/islandstudies/jp/wp/infolib/docs/01_history030_doc01.pdf> Acesso em 10 de agosto de 2017.

CAMPBELL, Kurt. *The Pivot. The Future of American Statecraft in Asia*. New York: Twelve Hachette Book Group. First Edition, 2016.

CAIRNS, Christopher; CARLSON, Allen. Real-world Islands in a Social Media Sea: Nationalism and Censorship on Weibo during the 2012 Diaoyu/Senkaku Crisis. *The China Quarterly*, Vol.225, pp. 23–49, 2016.

CARR, Edward. *Vinte anos de crise: 1919-1939*. Trad. Port. Brasília & São Paulo: IPRI, UNB, Imprensa Oficial, 2001.

CASTRO, Renato C. The Philippines and Japan Sign New Defense Agreement. *Asia Maritime Initiative*, 2016. Disponível em <https://amti.csis.org/the-philippines-and-japan-sign-new-defense-agreement/> Acesso em 12 de maio de 2018.

CCOP TECHNICAL BULLETIN. Committee for Co-ordination of Joint Prospecting for Mineral Resources in Asian Offshore Areas. Economic Commission for Asia and the Far East. Technical Bulletin Vol.2, 1969. Disponível em <<https://www.gsj.jp/data/ccop-bull/2-01.pdf>> Acesso em 9 de janeiro de 2016.

CFR. Constitutional Change in Japan, 2019. Disponível em <<https://www.cfr.org/interactive/japan-constitution/public-attitudes-on-revision>> Acesso em 10 de maio de 2019.

CHA, Victor. Powerplay: Origins of the US Alliance System in Asia. *International Security*, Vol. 34, No. 3, pp. 158-196, 2010.

CHANG, Yu-nan. The Chinese Communist State System Under the Constitution of 1954. *The Journal of Politics*, Vol. 18, No. 3, pp. 520-546, 1956.

CHEN, Ching Chang. History as a Mirror: What Does the Demise of Ryukyu Mean for the Sino-Japanese Diaoyu/Senkaku Islands Dispute? *Perceptions*, Vol. XIX, No. 1, pp. 87-105, 2014.

CHEN, Zhimin. Nationalism, Internationalism and Chinese Foreign Policy. *Journal of Contemporary China*, Carfax Publishing, pp. 35–53, 2005.

_____. China's Power from a Chinese Perspective (II): Back to the Center Stage In: CHUNG, Jae-ho. *Assessing China's Power*. The Asan Institute, UK: Palgrave Macmillian, pp.271-290, 2015.

CHINA DAILY. Japan's propaganda war on Diaoyu Islands doomed to fail, 2012. Disponível em <http://www.chinadaily.com.cn/china/2012-10/17/content_15823750.htm> Acesso em 19 de outubro de 2018.

_____. Xi: Spreading China's story key mission, 2018. Disponível vem <<https://www.chinadaily.com.cn/a/201808/23/ws5b7de976310add14f387392.html>> Acesso em 10 de janeiro de 2019.

CHINA NEWS.钓鱼岛——中国的固有领土宣传册出版发行 [Diàoyúdao——zhōngguó de gùyǒu língtǔ xuānchuán cè chūbān fāxíng], 2012. Disponível em <<http://www.chinanews.com/gn/2012/09-20/4198724.shtml>> Acesso em 19 de maio de 2015.

CHINA POWER PROJECT. How much trade transits the South China Sea, 2017. Disponível em <<https://chinapower.csis.org/much-trade-transits-south-china-sea/#easy-footnote-bottom-1-3073>> Acesso em 10 de dezembro de 2018.

CHRISTENSEN, Thomas. *Useful Adversaries: Grand Strategy, Domestic Mobilization, and Sino-American Conflict, 1947– 1958*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1996.

_____. *Worse Than a Monolith. Alliance Politics and Problems of Coercive Diplomacy in Asia*. Princeton: Princeton University Press, 2011.

_____. *The China Challenge. Shaping the Choices of a Rising Power*. W. W. Norton & Company, Inc, 2015.

CHUNG, Chien Peng. *Domestic Politics, International Bargaining and China's Territorial Disputes*. NY: Routledge, 2004.

CLAUSEN, Daniel. Competitive Political Strategy in Japanese Defense Politics: Re-evaluating Koizumi's Legacy. *Journal of Asia Pacific Studies*, Vol.2, No. 2, pp.162-187, 2011.

CLINTON, Hilary. *America's Pacific Century*. Foreign Affairs, 2011. Disponível em <<https://foreignpolicy.com/2011/10/11/americas-pacific-century/>> Acesso em 17 de outubro de 2018.

_____. Clinton: 'a strong America is welcoming new powers into an international system'. Atlantic Council, 2012. Disponível em <<https://www.atlanticcouncil.org/blogs/natosource/clinton-a-strong-america-is-welcoming-new-powers-into-an-international-system>> Acesso em 10 de agosto de 2018.

CNBC. Japan activates first marines since WW2 to bolster defenses against China, 2018. Disponível em <<https://www.cnbc.com/2018/04/07/japan-activates-first-marines-since-ww2-to-bolster-defenses-against-china.html>> Acesso em 1 de maio de 2019.

CNN. Putin, Abe work towards peace treaty, Kuril Islands remain sticking point, 2019. Disponível em <<https://www.cnn.com/2019/01/22/asia/putin-abe-kuril-islands-intl/index.html>> Acesso em 12 de maio de 2018.

CNN PHILIPPINES. Duterte on China: Is it right to claim entire South China Sea?, 2019. Disponível em <<https://cnnphilippines.com/news/2019/5/31/duterte-japan-visit-south-china-sea.html?fbclid=IWaR2>> Acesso em 10 de agosto de 2019.

COLE, Bernard D. The History of the Twenty-First-Century Chinese Navy. Naval War College Review, Vol. 67, No. 3, Article 5, pp.1-20, 2014.

_____. Reflections on China's Maritime Strategy: Island Chains and the Classics. National War College. EMC Chair Conference Paper, 2015.

COSTA, Anna. The China-Japan Conflict over the Senkaku/Diaoyu Islands: Useful Rivalry. Routledge Security in Asia Series. UK: Taylor and Francis, 2017.

CRESPO, Eduardo et al. A Dimensão geopolítica da experiência de desenvolvimento econômico durante a restauração Meiji (1868-1912). Revista da Escola de Guerra Naval, Vol.22, No.3, pp. 607 – 642, 2016.

DENG, Xiaoping. Planning and the market are both means of developing the productive forces. Selected Work of Deng Xiaoping, 1982-1992 (Vol 3), 1987. Disponível em <<https://archive.org/stream/SelectedWorksOfDengXiaopingVol.3/Deng03#page/n9/mode/2up>> Acesso em 15 maio de 2016.

DIAN, Matteo. Japan and the US pivot to the Asia Pacific: China's military rise and the American Pivot to Asia. Strategic Update, 13.1, London School of Economics, 2013.

_____. The Evolution of the US–Japan Alliance. The eagle and the chrysanthemum. Asian Studies Series, Chandos Publishing. Elsevier Ltd, 2014.

DIAOYUDAO WHITE PAPER. DiaoyuDao an Inherent Territory of China. State Council Information Office, 2012. Disponível em <<https://scio.go.cn>> Acesso em 10 de janeiro de 2015.

DIAOYUDAO.ORG (s/d) 中华人民共和国政府关于领海的声明. (Zhong hua ren min gong he guo zheng fu guan yu ling hai de sheng ming). Disponível em: <http://www.diaoyudao.org.cn/2014-12/11/content_34291770.htm> Acesso em: 20 de junho de 2018.

DOSHI, Rush. Hu's to blame for China's foreign assertiveness? Brookings, 2019. Disponível em <<https://www.brookings.edu/articles/hus-to-blame-for-chinas-foreign-assertiveness/>> Acesso em 10 de janeiro de 2018.

DOWNS, Erica S.; SANDERS, Philip C. Legitimacy and the Limits of Nationalism: China and the Diaoyu Islands. *International Security*, Vol. 23, No. 3, pp. 114-146, 1999.

DRIFTE, Reinhard. Japanese-Chinese territorial disputes in the East China Sea – between military confrontation and economic cooperation. Working paper, Asia Research Center, London School of Economics and Political Science, London UK, 2008.

_____. The Senkaku/Diaoyu Islands Territorial Dispute Between Japan and China: between materialization of the China Threat and Japan reversing the outcome of World War II ? UNISCI Discussion Papers, No 32, 2013.

_____. The Japan-China Confrontation Over the Senkaku/Diaoyu Islands – Between shelving and dispute escalation. *The Asia-Pacific Journal*, Vol. 12, No. 30 (3), 2014.

_____. Japan's Policy towards the South China Sea – Applying Proactive Peace Diplomacy? Peace Research Institute Frankfurt, PRIF Report, No 140, 2016.

DUECK, Collin. *Reluctant Crusader. Power, Culture and Chang in American Grand Strategy*. NJ: Princeton University Press, 2006.

DULLES, John Foster. Speech at the San Francisco Peace Conference, September 5, 1951. Disponível em <<http://worldjpn.grips.ac.jp/documents/texts/JPUS/19510905.S1E.html>> Acesso em 12 de setembro de 2018.

EAGLETON, Terry. *Ideology: An Introduction*. London: Verso, 2007.

EASR. East Asian Strategic Review. National Institute of Defense Studies, 2015. Disponível em <<http://www.nids.mod.go.jp/english/publication/east-asian/e2015.html>> Acesso em 10 de abril de 2017.

EDMAPS. Historical Maps of Japan. Disponível em <<https://www.edmaps.com/html/japan.html>> Acesso em 10 de janeiro de 2019.

ELDRIDGE, Robert D. *The Origins of the Bilateral Okinawa Problem: Okinawa in Postwar US-Japan Relations, 1945-1952*. NY: Routledge, 2001.

_____. The Origins of U.S. Policy in the East China Sea Islands Dispute: Okinawa's Reversion and the Senkaku Islands. Routledge Security in Asia Series. New York: Routledge, Edition 1, 2013.

ELMAN, Collin. **Horses for courses: Why not neorealist theories of foreign policy?** *Security Studies*, Vol. 6, Issue 1, 1996.

EVANS, Michael. Defence Policy and the Challenge of Austerity: Some Implications for Southeast Asia. *Journal of Southeast Asian Economies*, Vol. 30, No. 2, pp. 164-178, 2013.

EXCHANGED NOTES. Notes Regarding the Implementation of Article VI of Treaty of Mutual Cooperation and Security between Japan and the United States of America, 1960. Disponível em <<http://worldjpn.grips.ac.jp/documents/texts/docs/19600119.T2E.html>> Acesso em 20 de agosto de 2017.

FAIRBANK, John K. Tributary Trade and China's Relations with the West. *The Far Eastern Quarterly*, Vol. 1, No. 2, pp. 129-149, 1942.

FAIRBANK, John K; GOLDMAN, Merle. *China: a new history*. Londres: The Belknap Press of Harvard University Press, 2006.

FENG, Huiyun. *Chinese Strategic Culture and Foreign Policy Decision-Making*. London: Routledge, 2007.

FIORI, José L. et al. *O mito do colapso do poder americano*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

FMI. *Fundo Monetário Internacional Database*, 2019. Disponível em <<https://www.imf.org/en/data>> Acesso em 10 de janeiro de 2019.

FNNLINE. 安倍首相、みんなのニュース生出演 国民のギモンSP その6. [Abe shushō, min'na no nyūsu-sei shutsuen kokumin no gimon SP sono 6], 2015. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=HLL2cLcgIE0&feature=youtu.be>> Acesso em 12 de janeiro de 2018.

FORD, John. The Pivot to Asia Was Obama's Biggest Mistake. *The Diplomat*, 2017. Disponível em <<https://thediplomat.com/2017/01/the-pivot-to-asia-was-obamas-biggest-mistake/>> Acesso em 12 de outubro de 2018.

FOUSE, David; SATO, Yoichiro. *Enhancing Basic Governance: Japan's Comprehensive Counterterrorism Assistance to Southeast Asia*. Honolulu, Hawaii: Asia-Pacific Center for Security Studies, 2006.

FOX NEWS. More than a name change: Japan's next leader wants to ease post-WWII military restrictions, 2012. Disponível em <<https://www.foxnews.com/world/more-than-a-name->

change-japans-next-leader-wants-to-ease-post-wwii-military-restrictions> Acesso em 12 de março de 2018.

FRAVEL, M. Taylor. Explaining Stability in the Senkaku (Diaoyu) Islands Dispute. Japan Center for International Exchange, 2010.

_____. Revising Deng's Foreign Policy. The Diplomat, 2012. Disponível em <<https://thediplomat.com/2012/01/revising-dengs-foreign-policy-2/>> Acesso em 10 de março de 2019.

FRAZIER, Mark W. China's domestic policy fragmentation and grand strategy in global politics. In: CARLSON, Allen; REN, Xiao. New frontiers in China's foreign relations. Lanham, MD: Lexington, 2011.

FUJIHIRA, Shinju. Can Japanese Democracy Cope With China's Rise? Wilson Center. Wilson Center, 2012.

FUKUSHIMA, Akiko. The Uses of Institutions: The United Nations for Legitimacy. In: IKEBNERRY, John; INOBUCHI, Takashi. The Uses of Institutions: The U.S., Japan, and Governance in East Asia. Palgrave Macmillan, 2007.

GALE, Jesse B. The Quadrilateral Security Dialogue and the Maritime Silk Road Initiative. Center of Strategic International Studies, 2018. Disponível em <<https://www.csis.org/analysis/quadrilateral-security-dialogue-and-maritime-silk-road-initiative>> Acesso em 22 de dezembro de 2018.

GARVER, John W. China's Quest. The history of the foreign relations of the People's Republic of China. Oxford: Oxford University Press, 2016.

GARY, Rachel. Angry Youth: Patriotic Education and the new Chinese nationalism. Honors Program Theses. Tacoma: University of Puget Sounds, 2012.

GELLNER, Ernst. ¿Que es una nación? In: GELLNER, Ernst. Naciones y Nacionalismo. Madrid: Alianza Editorial, 1994.

_____. O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe. In: BALAKRISHNAN, Gopal. Um mapa da questão nacional. Rio de Janeiro: Contraponto, pp.107-154, 2001.

GENRON NPO. 10th Japan China Pool, 2014. Disponível em <http://www.genron-npo.net/en/pp/docs/10th_Japan-China_poll.pdf> Acesso em 13 de maio de 2015.

GILPIN, Robert. War and Change in World Politics. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

- GLASER, Bonnie S.; MEDEIROS, Evans S. The Changing Ecology of Foreign Policy-Making in China: The Ascension and Demise of the Theory of Peaceful Rise. *The China Quarterly*, Vol. 190, pp. 291-310, 2007.
- GLUCK, Carol. *Japan's Modern Myths. Ideology in the Late Meiji Period*. NJ: Princeton University Press, 1985.
- GOLDSTEIN, Avery. Great Expectation: Interpreting China's Arrival. *International Security*, Vol.22, No.3, pp. 36-73, 1997.
- GÓMEZ, Hipólito C. La Rivalidad de los imperialismos europeos. La emergencia de las nuevas potencias coloniales: Estados Unidos y Japon, 1895-1914. In: PEREIRA, Juan C. *História de Las Relaciones Internacionales Contemporaneas*. Ariel História, Edición 1, pp. 149-160, 2001.
- GORDON, Andrew. *A Modern History of Japan: From Tokugawa Times to the Present*. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- GREEN, Michael J. *Japan's Reluctant Realism. Foreign Policy Challenges in an Era of Uncertain Power*. Council on Foreign Relations Book. NY: Palgrave, 2003.
- _____. *Understanding Japan's Relations in Northeast Asia, testimony for the House Committee on International Relations Hearing on Japan's Tense Relations with Her Neighbors: Back to the Future*, 2006.
- _____. *By More than Providence: Grand Strategy and American Power in the Asia – Pacific Since 1783*, NY: Columbia University Press, 2017.
- GREEN, Michael J. et al. *Power and Order in Asia. A Survey of Regional Expectations*. CSIS Report. ROWMAN & LITTLEFIELD, 2014.
- _____. *Countering Coercion in Maritime Asia. The Theory and Practice of Gray Zone Deterrence*. Center for Strategic and International Studies, 2017. Disponível em: <https://csis-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/publication/170505_GreenM_CounteringCoercionAsia_Web.pdf?OnoJXfWb4A5gw_n6G.8azgEd8zRIM4wq> Acesso em 17 de janeiro de 2018.
- GREEN, Michael; HORNUNG, Jeffrey. Ten Myths About Japan's Collective -Defense Change. *The Diplomat*, 2014. Disponível em <<https://thediplomat.com/2014/07/ten-myths-about-japans-collective-self-defense-change/>> Acesso em 12 de outubro de 2018.
- GRIES, Peter H. *China's New Nationalism. Pride, Politics and Diplomacy*. California: University of California Press. 1st Edition, 2004.
- GRONNING, Bjørn E. M.. Japan's security cooperation with the Philippines and Vietnam, *The Pacific Review*, Vol. 31, No.4, pp.533-552, 2018.

GUIBERNAU, Montserrat. Anthony D. Smith on nations and national identity: a critical assessment. *Nations and Nationalism*, Vol. 10, No. 1-2, pp. 125–141, 2004.

HAGEL, Chuck. Remarks by Secretary Hagel at plenary session at International Institute for Strategic Studies Shangri-La Dialogue, 2014. Disponível em <<https://archive.defense.gov/transcripts/transcript.aspx?transcriptid=5442>> Acesso em 12 de maio de 2015.

HAMAKAWA, Kyoko. Issues on the Title of the Senkaku Islands: Analysis of the Viewpoints of Japan and China. Issue Brief, National Diet Library, No 565, 2007.

HAMASHITA, Takeshi. The Tribute Trade System and Modern Asia. In: LATHAM, Johan; KAWAKATSU, Heita. *Japanese Industrialization and the Asian Economy*. London: Routledge, pp.194-201, 1994.

HARA, Kimie. Cold War Frontiers in the Asia-Pacific. Divided Territories in the San Francisco Treaty. NY: Nissan Institute, Routledge Japanese Studies Series, 2006.

_____. Okinawa, Taiwan, and the Senkaku/Diaoyu Islands in United States–Japan–China Relations. *The Asia-Pacific Journal. Japan Focus*. Vol. 13. No. 28 (2), 2015.

HARRIS TREATY. The Treaty of Amity and Commerce Between the United States and Japan. 1858. Japan’s National Congress Library.

HAROLD, Scott W. Is the Pivot Doomed? The Resilience of America’s Strategic ‘Rebalance’. *The Washington Quarterly*, pp.85-99, 2015.

HATOYAMA, Yukio. My Political Philosophy. *The Wall Street Journal*, September 3, 2009. Disponível em <<http://www.law.harvard.edu/programs/about/pifs/symposia/japan/2009-japan/briefing-book/my-political-philosophy.pdf>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2012.

HAYASHI, Keiichi. It is time for China to calm down. *Financial Times*, 2012. Disponível em <<https://www.ft.com/content/9c280262-2cf8-11e2-9211-00144feabdc0>> Acesso em 12 de maio de 2018.

_____. China risks becoming Asia’s Voldemort. *Telegraph*, 2014. Disponível em <<https://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/asia/japan/10552351/China-risks-becoming-Asias-Voldemort.html>> Acesso em 10 de janeiro de 2017.

HE, Kai. Explaining United States–China relations: neoclassical realism and the nexus of threat–interest perceptions. *The Pacific Review*, Vol.30, No.2, pp.133-151, 2016.

HEGINBOTHAM, Eric. *The China-US Military Scorecard: forces, geography, and the evolving balance of power, 1996-2017*. California, Santa Mônica: Rand Corporation, 2018.

HENSEL, Paul. Charting a course to conflict: territorial issues and interstate conflict, 1816-1992. *Conflict Management and Peace Science*, Vol. IS, No 1, pp. 43-73, 1996.

- HERZ, Monica. Teoria das Relações Internacionais no Pós-Guerra Fria. Dados, Vol. 40, No. 2, 1997.
- HEYDARIAN, Richard J. Duterte's Pivot to Japan. Asia Maritime Transparency Initiative, 2019. Disponível em <<https://amti.csis.org/dutertes-pivot-to-japan/>> Acesso em 10 de agosto de 2019.
- HIKOTANI, Takako. Anotações de Alana Camoça da Palestra realizada na Universidade de Columbia em 2019 sobre a Constituição japonesa.
- HOBBS, Thomas. Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado Eclesiástico e civil. São Paulo: Martin Claret, 2ª edição, 2009.
- HONG, Lei. Foreign Ministry Spokesperson Hong Lei Press Conference. China News, 2012. Disponível em <<https://www.china-un.org/eng/fyrth/t973264.html>> Acesso em 16 de junho de 2014.
- _____. Foreign Ministry Spokesperson Hong Lei's Regular Press Conference, 2016. Disponível em <<http://is.china-embassy.org/eng/fyrth/t1351862.html>> Acesso em 10 de Agosto de 2017.
- HOOK, Glenn D. et al. Japan's International Relations. The University of Sheffield/Routledge Japanese Studies Series, NY: Routledge. 3 editions, 2017.
- HOOK, Glenn; MCCOMACK, Gavan. Japan's Contested Constitution Documents and Analysis. NY: The University of Sheffield/Routledge Japanese Studies Series. 1st Edition, 2005.
- HORNUNG, Jeffrey W.; MOCHIZUKI, Mike M. Japan: Still an Exceptional U.S. Ally. The Washington Quarterly, Vol. 39, No.1, pp. 95-116, 2016.
- HOSAKA, Hiroshi. The U.S. Administration of the Ryukyu Islands and the reversion of Okinawa (1961-1972). Ryukyu Island Repository, 1987.
- HU, Jintao. Speech by Chinese President Hu Jintao at Waseda University, 2008. Disponível em <http://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjdt_665385/zyjh_665391/t464200.shtml> Acesso em 16 de maio de 2016.
- HUANG Junling, SUGANUMA Unryu. The KMT's Archives: The Status of the Ryukyu/Okinawa : The Sovereignty over the Diaoyu/Senkaku Islands. 人文研究』編集委員会編 (7):2016.3, pp.67-85, 2016.
- HUGHES, Christopher. Japan's re-emergence as a 'normal' military power. NY: Routledge, 2005.

_____. Japan's 'Resentful Realism' and Balancing China's Rise. *The Chinese Journal of International Politics*, Vol.9, Issue 2, No.1, pp.109–150, 2016.

_____. Japan's Grand Strategic Shift. From the Yoshida Doctrine to an Abe Doctrine? In: TELLIS, Ashley et al. *Power, ideas, and military strategy in the Asia-Pacific*. *Strategic Asia* 2017–18, pp.73-105, 2017.

HUNTINGTON, Samuel. *The Lonely Superpower*. *Foreign Affairs*, 1999. Disponível em <<https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/1999-03-01/lonely-superpower>> Acesso em 10 de janeiro de 2018.

HUTH, Paul K. *Standing Your Ground. Territorial Disputes and International Conflict*. Michigan: The University of Michigan Press, 1998.

IISS. *The Military Balance: the annual assessment of global military capabilities and defense economics*. International Institute of Strategic Studies, 2017.

IKENBERRY, John et al. Introduction: Unipolarity, State Behavior, and Systemic Consequences. *World Politics*, Vol.61, No.1, pp.1-27, 2009.

INOBUCHI, Takashi; PANDA, Ankit. Japan's Grand Strategy in the South China Sea. Principled Pragmatism. In: CORR, Anders (ed). *Great Powers, Grand Strategies: The New Game in the South China Sea*, Naval Institute Press. Kindle Edition, 2018.

IOKIBE, Makoto; MINOHARA, Tosh. America Encounters Japan, 1836–94 In: IOKIBE, Makoto; MINOHARA, Tosh. *The History of US-Japan Relations. From Perry to the Present*. Singapura: Palgrave Macmillian, pp.3-22, 2017.

OKINAWA TREATY. Agreement Between the United States of America and Japan Concerning the Ryukyu Islands and the Daito Islands, 1971. Japan's National Congress Library.

IOKIBE, Makoto; SASAKI, Takuya. The 1960s: Japan's Economic Rise and the Maturing of the Partnership. In: IOKIBE, Makoto; MINOHARA, Tosh. *The History of of US-Japan Relations. From Perry to the Present*. Singapura: Palgrave Macmillian, pp. 149-170, 2017.

ITOH, Mayumi. *The Making of China's Peace with Japan*. New York: Palgrave Macmillian, 2017.

JACKOBSON, Linda; KNOX, Dean. *New Foreign Policy Actors in China*. SIPRI Policy Paper, No. 26, 2010.

JAMESTOWN FOUNDATION. Sino-indian maritime competition. Disponível em <<https://jamestown.org/program/sino-indian-maritime-competition/>> Acesso em 10 de janeiro de 2015.

THE JAPAN TIMES. Formed in childhood, roots of Abe's conservatism go deep, 2012. Disponível em <<https://www.japantimes.co.jp/news/2012/12/26/national/formed-in->

childhood-roots-of-abes-conservatism-go-deep/#.XNsJxY5KjIU> Acesso em 14 de janeiro de 2017.

_____. New Komeito Chief Vows to Counter Abe If He Tries to Change Article 9, 2013. Disponível em <<https://www.japantimes.co.jp/news/2013/06/29/national/politics-diplomacy/new-komeito-chief-vows-to-counter-abe-if-he-tries-to-change-article-9/#.XNswIY5KjIU>> Acesso em 10 de agosto de 2015.

_____. LDP produces manga to make case for constitutional revision, 2015. Disponível em <<https://www.japantimes.co.jp/news/2015/05/11/national/politics-diplomacy/ldp-produces-manga-make-case-constitutional-revision/>> Acesso em 14 de agosto de 2018.

_____. Trump rips US defense of Japan as one-sided, too expensive, 2016a. Disponível em <<https://www.japantimes.co.jp/news/2016/08/06/national/politics-diplomacy/trump-rips-u-s-defense-japan-one-sided-expensive/#.XQbO>> Acesso em 10 de janeiro de 2018

_____. Japanese submarine, destroyers arrive in Philippines for port call near disputed South China Sea waters, 2016b. Disponível em <<https://www.japantimes.co.jp/news/2016/04/03/national/msdf-submarine-escort-ships-arrive-philippines-port-call-training/>> Acesso em 2 de janeiro de 2018.

_____. Empowered Xi says China ready to fight 'bloody battle' to regain place in world, 2018a. Disponível em <<https://www.japantimes.co.jp/news/2018/03/20/asia-pacific/politics-diplomacy-asia-pacific/empowered-xi-says-china-ready-fight-bloody-battle-regain-place-world/>> Acesso em 20 de dezembro de 2018.

_____. Shrinking applicant pool: Japan's Self Defense Forces struggling to recruit amid population crisis, 2018b. Disponível em <<https://www.japantimes.co.jp/news/2018/09/26/national/shrinking-applicant-pool-japans-self-defense-forces-struggling-recruit-amid-population-crisis/>> Acesso em 19 de agosto de 2018.

_____. Japan and U.S. to formulate armed response to China threat to Senkakus: sources, 2018c. Disponível em <<https://www.japantimes.co.jp/news/2018/11/04/national/japan-u-s-plan-armed-forces-response-china-threat-senkakus/#.XNw2ro5KjIU>> Acesso em 12 de maio de 2019.

_____. Poll shows 54% oppose revision of Japan's pacifist Constitution under Abe's watch, 2019. Disponível em <<https://www.japantimes.co.jp/news/2019/04/11/national/politics-diplomacy/poll-shows-54-oppose-revision-japans-pacifist-constitution/>> Acesso em 10 de maio de 2019.

JAPAN-CHINA PEACE TREATY. Treaty of Peace and Friendship between Japan and the People's Republic of China, 1978. Disponível em <<https://www.mofa.go.jp/region/asia-paci/china/treaty78.html>> Acesso em 10 de outubro de 2016.

JERVIS, Robert. Perception and Misperception in International Politics. Princeton, NJ: Princeton University Press. New Paperback Edition, 2017.

JII. Vietnam to Reject Apples in Boxes with China Claims for Senkaku Isles, 2015. Disponível em <<https://search-proquest-com.ezproxy.cul.columbia.edu/docview/1725132824?pq-origsite=summon>> Acesso em 19 de agosto de 2018.

_____. Japan Philippines Agree to Work Closely against China, 2016. Disponível em <<https://search-proquest-com.ezproxy.cul.columbia.edu/docview/1714012741?pq-origsite=summon&accountid=10226>> Acesso em 10 de maio de 2019.

JOHNSTON, Alastair I. Cultural Realism: Strategic Culture and Grand Strategy in Chinese History. NJ: Princeton University Press, 1995.

KAMIYA, Mataka. Japanese Public Opinions about the Exercise of the Right of Collective Self-Defense. Discuss Japan, Japan Foreign Policy Forum, Politics, No.23, 2014 Disponível em <<https://www.japanpolicyforum.jp/archives/politics/pt20140925231907.html>> Acesso em 10 de janeiro de 2015.

KANAGAWA TREATY. Empire of Japan Treaty. Treaty between the United States of America and the Empire of Japan, 1854. Japan's National Congress Library.

KANE, Thomas M. Chinese Grand Strategy and Maritime Power. NY: Routledge Taylor & Francis Group, 2014.

KANG, David C. East Asia before the West: five centuries of trade and tribute. NY: Columbia University Press, 2010.

KATZENSTEIN, Peter. Cultural norms and national security police and military in postwar Japan. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1996.

KATZENSTEIN, Peter J.; OKAWARA, Nobuo. Japan, Asian-Pacific Security, and the Case for Analytical Eclecticism. International Security, Vol. 26, No.3, pp.153-185, 2001.

KAWASAKI, Tsuyoshi. Postclassical realism and Japanese security policy. The Pacific Review, Vol. 14, No. 2, pp.221-240, 2001.

KAWASHIMA, Shin. The Origins of the Senkaku/Diaoyu Islands Issue. Asia-Pacific Review, Vol. 20, No.2, pp. 122-145, 2013.

KAZUI, Tashiro; VIDEEN, Susan. Foreign Relations during the Edo Period: Sakoku Reexamined. The Journal of Japanese Studies, Vol. 8, No. 2, pp. 283-306, 1982.

KELLAS, James. *The Politics of Nationalism and Ethnicity*. Macmillian Education. Library of Congress Cataloging-in-Publication Data, 1991.

KENNEDY, Paul. *The Rise and Fall of the Great Powers. Economic Change and Military Conflict 1550 to 2000*. Great Britain: Unwyn Hyman Limited, 1988.

KENT, Ann. *China's Changing Influence on the Multilateral System: From Adaptation to Assertion* In: CHUNG, Jae-ho. *Assessing China's Power*. The Asan Institute, UK: Palgrave Macmillian, pp.139-162, 2015.

KHAN, Sulmaan W. *Haunted by Chaos. China's Grand Strategy from Mao Zedong to Xi Jinping*. Boston: Harvard University Press, 2018.

KISHIDA, Fumio. *Arbitration between the Republic of the Philippines and the People's Republic of China regarding the South China Sea. Final Award by the Arbitral Tribunal*. Statement by Foreign Minister Fumio Kishida, 2016. Disponível em <https://www.mofa.go.jp/press/release/press4e_001204.html> Acesso em 10 de maio de 2018.

KISSINGER, Henry. *Diplomacy*. NY: Simon & Schuster, 1994.

_____. *Sobre a China*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

KITCHEN, Nicholas. *Systemic pressures and domestic ideas: a neoclassical realist model of grand strategy formation*. *Review of international studies*, Vol. 36, No. 1, pp. 117-143, 2010.

KLARE, Michael T. *Rising Power, Shrinking Planet: The New Geopolitics of Energy*. Nova York, NY: Holt Paperbacks, 2009.

KODA, Yoji. *The Russo-Japanese War. Primary Causes of Japanese Success*. US Naval War College, 2005. Disponível em <<https://www.usnwc.edu/getattachment/41943426-2ee1-45d3-8c6d-79f640fc3464/The-Russo-Japanese-War--Primary-Causes-of-Japanese.aspx>> Acesso em 19 de maio de 2017.

KOGA, Kei. *The rise of China and Japan's balancing strategy: critical junctures and policy shifts in the 2010s*. *Journal of Contemporary China*, Vol. 5, Issue 101, pp.1-15, 2016.

KOKUBIN et al. *Japan–China Relations in the Modern Era*. NY: Routledge, 2017.

KOKUTAI. *Kokutai no Hongi. Selections from Kokutai no Hongi (Fundamentals of our national polity, 1937)*. Disponível em <<http://afe.easia.columbia.edu/ps/japan/kokutai.pdf>> Acesso em 19 de junho de 2018.

KOMEI. *Relationship between the Right of Collective Self-Defense and the Constitution 1972*. 集团的自衛権と憲法との関係—内閣法制局 [Shūdantekijieiken to kenpō to no kankei — naikaku hōsei-kyoku], 2018. Disponível em <https://www.komei.or.jp/news/detail/20140618_14255> Acesso em 10 de agosto de 2018

KONG, Quan. La Chine est propriétaire des îles Diaoyu et non le Japon. *Le Monde*, 2012. Disponível em <https://www.lemonde.fr/idees/article/2012/10/30/la-chine-est-propretaire-des-iles-diaoyu-et-non-le-japon_1783146_3232.html> Acesso em 10 de agosto de 2015.

KOO, Min Gyo. The Senkaku/Diaoyu dispute and Sino-Japanese political economic relations: cold politics and hot economics? *The Pacific Review*, Vol 22, No 2, pp.205-232, 2009.

KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. *Power and Interdependence*. Longman Classics of Political Science. NY: Pearson. Third Edition, 2001.

KOREA ANNEXATION TREATY. Treaty of Annexation. [Annexation of Korea by Japan], 1910. Disponível em <<https://international.ucla.edu/institute/article/18447>> Acesso em 10 de agosto de 2016.

KUBO, Fumiaki; HATTORI, Ryuji; HATTORI, Satoshi. The 1930s: Japan's War with China and American Non-Recognition. In: IOKIBE, Makoto; MINOHARA, Tosh. *The History of US-Japan Relations. From Perry to the Present*. Singapura: Palgrave Macmillian, pp.83-102, 2017.

KUHN, Robert L. Xi Jinping's Chinese Dream. *The New York Times*, 2013. Disponível em <<https://www.nytimes.com/2013/06/05/opinion/global/xi-jinpings-chinese-dream.html>> Acesso em 10 de janeiro de 2019

LAI, Hongyi; KANG, Su-jeong. Domestic Bureaucratic Politics and Chinese Foreign Policy. *Journal of Contemporary China*, Vol. 23, No. 86, pp.294–313, 2014.

LAI, Yew Meng. Nationalism and Power Politics in Japan's Relations with China. A Neoclassical Realist Interpretation. Dissertation, University of Warwick, Department of Politics and International Studies, 2008.

LAMPTON, David. *The Making of Chinese Foreign and Security Policy in the Era of Reform, 1978-2000*. Stanford: Stanford University Press, 2001.

_____. *Following the Leader. Ruling China, from Deng Xiaoping to Xi Jinping*. California: University of California Press, 2014.

LAWRENCE, Susan V. China's Political Institutions and Leaders in Charts. Congressional Research Service. CRS Report for Congress, 2013. Disponível em <<https://fas.org/sgp/crs/row/R43303.pdf>> Acesso em 10 de outubro de 2015.

LEE, Chae-Jin. *Japan faces China. Political and Economic Relations in the Postwar Era*. Maryland: John Hopkins University Press, 1976.

LEE, Ji-Young. Historicizing China's Rise and International Relations of East Asia. American University. EAI Fellows Program, Working Paper Series, No. 47, 2014.

_____. Hegemonic Authority and Domestic Legitimation: Japan and Korea under Chinese Hegemonic Order in Early Modern East Asia. *Security Studies*, Vol. 25, pp.320–352, 2016.

LIAO, Nien-Chung C. The sources of China's assertiveness: the system, domestic politics or leadership preferences? *International Affairs*, Vol. 92, No 4, pp.817–833, 2016.

LIFF, Adam P. Policy by Other Means: Collective Self-Defense and the Politics of Japan's Postwar Constitutional Reinterpretations. *Asia Policy*, No. 24, pp. 139-172, 2017.

_____. China's Maritime Gray Zone Operations in the East China Sea and Japan's Response In: MARTISON, Ryan D.; ERICKSON, Andrew S., eds. *China's Maritime Gray Zone Operations*. Annapolis, MD: Naval Institute Press, 2018.

LIPSET, Seymour M. *Political Man: The Social Bases of Politics*. London: Heinemann, 1960.

LIU, Feng. China's Security Strategy towards East Asia. *The Chinese Journal of International Politics*, Vol. 0, No. 0, pp. 1–29, 2016.

LIU, Xiaomin. China responds to Japan's provocation. *Financial Times*, 2012. Disponível em <<https://www.ft.com/content/83440fd8-22c2-11e2-938d-00144feabdc0>> Acesso em 15 de agosto de 2015.

_____. China and Britain won the war together. *Telegraph*, 2014. Disponível em <<https://www.telegraph.co.uk/comment/10546442/Liu-Xiaoming-China-and-Britain-won-the-war-together.html>> Acesso em 10 de janeiro de 2015.

LOBELL, Steven. Threat assessment, the state, and foreign policy: a neoclassical realist model. In: LOBELL, Steven E.; RIPSAN, Norrin M.; TALIAFERRO, Jeffrey W. *Neoclassical Realism, the State, and Foreign Policy*. Cambridge: Cambridge University Press, pp.42-74, 2009.

_____. Neoclassical realism and the study of regional order, 2012. Disponível em: <<http://cco.cup.cam.ac.uk/chapter.jsf?bid=CBO9781139096836&cid=CBO9781139096836A013>> Acesso em: 10 de outubro de 2018.

_____. *Balance of Power Theory*. Oxford bibliographies, 2017. Disponível em: <<http://www.oxfordbibliographies.com/view/document/obo-9780199743292/obo-9780199743292-0083.xml>> Acesso em 19 de janeiro de 2018.

LU, Ning. The Central Leadership, Supraministry Coordinating Bodies, State Council Ministries, and Party Departments. In: LAMPTON, David. *The Making of Chinese Foreign and Security Policy in the Era of Reform, 1978-2000*. Stanford: Stanford University Press, 2001.

- LIU, Huaqing. Defense Modernization in Historical Perspective. In: PILLSBURY, Michael. Chinese Views of Future Warfare. Institute for national strategic studies. Washington: National Defense University Press, pp.115-118, 1994.
- MA, Ying-Jeou. Legal Problems of Seabed Boundry Delimitation in the East China Seal. Occasional Papers/ Reprints Series in Contemporary Asian Studies. School of Law, University of Maryland, No 3, 1984.
- MACARTHUR, Douglas. MacArthur Notes. The Birth of Japanese Constitution, 1946. Disponível em <<http://www.ndl.go.jp/constitution/e/shiryu/03/072shoshi.html>> Acesso em 11 de outubro de 2016.
- _____. United States. Dept. of the Army. Civil Affairs Weekly Report on Japan to the Far Eastern Commission, 1950.
- _____. Reminiscences. NY: McGraw-Hill, 1964.
- MACKINDER, Halford J. The Geographical Pivot of History. The Geographical Journal, Vol. 23, No. 4, 1904.
- _____. The Round World and the Winning of the Peace. Foreign. Affairs, Vol. 21, No. 4, pp. 595-605, 1943.
- MAEDA, Tetsuo. The Hidden Army. The Untold Story of Japan's Military Forces. Carol Stream: Edition q, 1995.
- MAGALHÃES, Nuno S. Realismo tridimensional e o futuro do Nordeste Asiático. Revista Relações Internacionais. Edição 16, pp. 37-59, 2007.
- MAHAN, Alfred T. The Influence of Sea Power Upon History, 1660–1783. Blackmask Online, 2004.
- _____. Análisis de los elementos del poder naval. Geopolítica(s), Revista de estudios estratégicos. sobre espacio y poder, Vol. 4, No. 2, pp. 305-334, 2013.
- MAINICHI. Japan deploys antiship missile unit in southwestern island, 2019. Disponível em <<https://mainichi.jp/english/articles/20190326/p2g/00m/0fp/079000c>> Acesso em 18 de maio de 2019.
- MAKITO, Saya. The Sino-Japanese War ant the birth of Japanese Nationalism. Tokyo: International House of Japan, 2011.
- MAO, Tsé-tung. Selected Works of Mao Tse-tung: Volume II. 1938. Disponível em <<https://www.marxists.org/reference/archive/mao/selected-works/index.htm>> Acesso em 23 de maio de 2017.
- MAQUIAVEL, Nicolau. O Príncipe. São Paulo: Editora Martin Claret, 2010.

MARX, Karl. *Capital: A Critique of Political Economy*. Volume 1. London: Penguin Classics, 1990.

MASUDA, Masayuki. Why has Chinese foreign policy become more assertive? *East Asia Forum. Economics, Politics and Public Policy in East Asia and the Pacific*, 2016. Disponível em <<https://www.eastasiaforum.org/2016/02/20/why-has-chinese-foreign-policy-become-more-assertive/>> Acesso em 10 de janeiro de 2017.

MATSUDA, Hiroko. Japanese New Imperial History in Comparative Perspective. The Cases of Okinawan and Taiwanese Migrations. *Journal of History for the Public*, Vol. 13, pp. 194-199, 2016.

MCCOMARCK, Gavan; NORIMATSU, Satoko. *Resistant islands: Okinawa confronts Japan and the United States*. NY: Rowman & Littlefield Publishers, 2012.

MEARSHEIMER, John J. *The Tragedy of Great Power Politics*. New York: NORTON & COMPANY, 2001.

MEDEIROS, Carlos A.; TREBAT, Nicholas M. Modernização Militar no Progresso Técnico e na Inovação Industrial Chinesa. In: CINTRA, Marcos A. M, FILHO, Edison B. S.; PINTO, Eduardo C. *China em transformação: dimensões 160 econômicas e geopolíticas do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Ipea, 2015.

MEDEIROS, Evan S.; FRAVEL, M. Taylor. China's new diplomacy. *Foreign Affairs*, Vol. 82, No.6, pp. 22–35, 2003.

MEISSNER, Werner. China's Search for Cultural and National Identity from the Nineteenth Century to the Present. *China's Perspective*, Vol. 68, pp. 41-54, 2006.

MELLO, Leonel I. A. *Quem tem medo da geopolítica?* São Paulo: Hucitec; Edusp, 1999.

MIDFORD, Paul. *Rethinking Japanese Public Opinion and Security. From Pacifism to Realism?* *Studies in Asia Security*. Stanford: Stanford University Press, 2011.

_____. Japan's Approach to Maritime Security in the South China Sea. *Asian Survey*, Vol. 55, No. 3, pp. 525-547, 2015.

MINOHARA, Tosh; TAKAHARA, Shusuke; MURAI, Ryota. The Great War and Shifting Relations, 1909–19. In: IOKIBE, Makoto; MINOHARA, Tosh. *The History of US-Japan Relations. From Perry to the Present*. Singapura: Palgrave Macmillian, pp.-43-61, 2017.

MIYASHITA, Akitoshi. Where do norms come from? *Foundations of Japan's postwar Pacifism. International Relations of the Asia-Pacific*, Vol.7, pp. 99–120, 2007.

MODC. *Full Text: China's Military Strategy*. Ministry of Defense of China, 2015. Disponível em <http://eng.mod.gov.cn/Press/2015-05/26/content_4586805_4.html> Acesso em 10 de novembro de 2016.

MODJ. Japan's White paper. Defense of Japan, 2005. Disponível em <http://www.mod.go.jp/e/publ/w_paper.html> Acesso em 10 maio 2016.

_____. Defense of Japan, 2006.

_____. Defense of Japan, 2007.

_____. Defense of Japan, 2008.

_____. Defense of Japan, 2009.

_____. Defense of Japan, 2010.

_____. Defense of Japan, 2011.

_____. Defense of Japan, 2012.

_____. Defense of Japan, 2013.

_____. Defense of Japan, 2014.

_____. Defense of Japan, 2015.

_____. Defense of Japan, 2016.

_____. Defense of Japan, 2017.

_____. Defense of Japan, 2018a.

_____. Manga-Style Defense of Japan (Comic), 2018b. Disponível em <<https://www.mod.go.jp/e/publ/comic/index.html>> Acesso em 10 de outubro de 2018.

_____. The Constitution and the Right of Self-Defense. Ministry of Defense of Japan 2018c.

Disponível em

<http://www.mod.go.jp/e/publ/w_paper/pdf/2013/22_Part2_Chapter1_Sec2.pdf> Acesso em 19 de abril de 2018.

MOFA. Joint Statement

between the Government of Japan and the Government of the People's Republic of China on

Comprehensive Promotion of a Mutually Beneficial Relationship Based on Common Strategic

Interests, 2008. Disponível em <[https://www.mofa.go.jp/region/asia-](https://www.mofa.go.jp/region/asia-paci/china/joint0805.html)

[paci/china/joint0805.html](https://www.mofa.go.jp/region/asia-paci/china/joint0805.html)> Acesso em 17 de janeiro de 2017.

_____. Japan-Philippines Joint Statement

on the Comprehensive Promotion of the Strategic Partnership

between Neighboring Countries Connected by Special Bonds

of Friendship, 2011. Disponível em

<https://www.mofa.go.jp/announce/pm/noda/joint_statement110927.html> Acesso em 1 de

maio de 2017.

_____. The Bounty of the Open Seas:

Five New Principles for Japanese Diplomacy, 2013a. Disponível em

<https://www.mofa.go.jp/announce/pm/abe/abe_0118e.html> Acesso em 19 de outubro de 2015.

_____. Japan's National Security Strategy, 2013b. Disponível em <https://www.mofa.go.jp/fp/nsp/page1we_000081.html> Acesso em 10 de outubro de 2017.

_____. Second Japan-Philippines Dialogue on Maritime and Oceanic Affairs, 2013c. Disponível em <https://www.mofa.go.jp/announce/announce/2013/2/0222_01.html> Acesso em 4 de maio de 2018.

_____. Japanese Territory. Senkaku Island. Ministry of Foreign Affairs, 2014a. Disponível em <<https://www.mofa.go.jp/region/asia-paci/senkaku/index.html>> Acesso em 10 de maio de 2018.

_____. Cabinet Decision on Development of Seamless Security Legislation to Ensure Japan's Survival and Protect its People, 2014b. Disponível em <https://www.mofa.go.jp/fp/nsp/page23e_000273.html> Acesso em 12 de abril de 2018.

_____. Japan's Foreign Policy to Promote National and Worldwide interest. Diplomatic Bluebook, 2014c. Disponível em <<https://www.mofa.go.jp/policy/other/bluebook/2014/html/chapter3/efforts/html>> Acesso em 19 de maio de 2015.

_____. Japan-China Summit Meeting. Japan-China Relations, 2014d. Disponível em <https://www.mofa.go.jp/a_o/c_m1/cn/page4e_000151.html> Acesso em 20 de janeiro de 2015.

_____. 19th The Japan-ASEAN Summit Meeting, 2016a. Disponível em <https://www.mofa.go.jp/a_o/rp/page3e_000590.html> Acesso em 19 de maio de 2018.

_____. G7 Foreign Ministers' Statement on Maritime Security, 2016b. Disponível em <<https://www.mofa.go.jp/files/000147444.pdf>> Acesso em 18 de maio de 2018.

_____. Japan-Viet Nam Summit Meeting, 2017. Disponível em <https://www.mofa.go.jp/s_sa/sea1/vn/page4e_000713.html> Acesso em 10 de agosto de 2018.

MORAES, Rodrigo F. A Ascensão Naval Chinesa e as disputas Territoriais Marítimas no Leste Asiático. In: CINTRA, Marcos A. M, FILHO, Edison B. S.; PINTO, Eduardo C. China em transformação: dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Ipea, 2015.

MORGENTHAU, Hans J. The Balance of Power. Realist Tradition Theories, pp. 227-257, 1932. Disponível em

<<https://pdfs.semanticscholar.org/8a29/32fda57ddfbe2008fa0b65344537cac04377.pdf>>

Acesso em 10 de janeiro de 2018.

_____. A política entre as nações: a luta pela guerra e pela paz. Brasília. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

MURAI, Shusuke; SUZUKI, Takeshi. How the Japanese Social Media Users Discussed the Senkaku Controversy. In: HOLLIHAN, Thomas A. The Dispute over the Diaoyu/Senkaku Islands. How Media Narratives Shape Public Opinion and Challenge the Global Order. UK: Palgrave Macmillan, pp.169-200, 2014.

MUSEU DE OKINAWA. Imagens conseguidas durante a visitação de Alana Camoça ao Museu de Okinawa em março de 2018.

MURATA, Koji. The 1990s: From a Drifting Relationship to a Redefinition of the Alliance. In: IOKIBE, Makoto; MINOHARA, Tosh. The History of US-Japan Relations. From Perry to the Present. Singapura: Palgrave Macmillian, pp.215-234, 2017.

MUTSU, Munemitsu. Kenkenroku: A Diplomatic Record of the Sino-Japanese War, 1894-1895. Princeton Library of Asian Translations. NJ: Princeton University Press, 1983.

NAKANO, Ryoko. The Sino-japanese territorial dispute and threat perception in power transition. The Pacific Review, Vol.9, Issue 2, p.1-22, 2016.

NATHAN, Andrew; ROSS, Robert J. The Great Wall and the Empty Fortress: China's Search for Security. NY: W. W. Norton, 1997.

NDL. Humanity Declaration. Emperor, Imperial Rescript Denying His Divinity. The Birth of Japanese Constitution, 1946. Disponível em <<https://www.ndl.go.jp/constitution/e/shiryo/03/056shoshi.html>> Acesso em 10 de janeiro de 2016.

NDPO. National Defense Programme Outline. 1976. Disponível em: <<http://worldjpn.grips.ac.jp/documents/texts/docs/19761029.O1E.html>> Acesso em 20 de agosto de 2017

_____. National Defense Programme Outline. 1995. Disponível em: <<http://www.mofa.go.jp/policy/security/defense96/>> Acesso em 20 de agosto de 2017.

NIXON FOUNDATION. Richard Nixon – A timeline. Disponível em <<https://www.nixonfoundation.org/>> Acesso em 10 de agosto de 2018.

NIXON, Richard M. Asia After Vietnam. Foreign Affairs, Vol. 46, No. 1, pp. 113-125, 1967.

_____. Memorandum From President Nixon to his Assistant for National Security Affairs (Kissinger). Foreign Relations of the United States, 1969–1976, VOLUME XVII,

CHINA. 1969. Disponível em <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v17/d3>> Acesso em 10 de julho de 2018.

NPDG. National Defense Program Guidelines. Ministry of Defense of Japan, 2010. Disponível em <https://www.mod.go.jp/e/d_act/d_policy/pdf/guidelinesFY2011.pdf> Acesso em 21 de maio de 2017.

_____. National Defense Program Guidelines. Ministry of Defense of Japan. 2013. Disponível em <https://www.mod.go.jp/e/d_act/d_policy/pdf/guidelinesFY2013.pdf> Acesso em 21 de maio de 2017.

_____. Defense Program Guidelines. Ministry of Defense of Japan. 2018. Disponível em <https://www.mod.go.jp/j/approach/agenda/guideline/2019/pdf/20181218_e.pdf> Acesso em 28 de dezembro de 2018.

NSC 13/3. Report by the National Security Council on Recommendations with Respect to United States Policy Toward Japan. 1949. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1949v07p2/d70>> Acesso em 18 de janeiro de 2018.

NSC-68. A Report to the National Security Council. Truman Library, 1950. Disponível em <https://www.trumanlibrary.org/whistlestop/study_collections/coldwar/documents/pdf/10-1.pdf> Acesso em 10 de agosto de 2018.

NSS. National Security Strategy. The White House, Washington, 2010. Disponível em <<http://nssarchive.us/NSSR/2010.pdf>> Acesso em 14 de abril de 2017.

_____. National Security Strategy. The White House, Washington, 2015. Disponível em <<http://nssarchive.us/wp-content/uploads/2015/02/2015.pdf>> Acesso em 15 de abril de 2017.

_____. National Security Strategy. The White House, Washington, 2017. Disponível em <<https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2017/12/NSS-Final-12-18-2017-0905.pdf>> Acesso em 26 de janeiro de 2018.

NY TIMES. Japan Admits It Bungled Notice of War in '41. 1941. Disponível em <<https://www.nytimes.com/1994/11/21/world/japan-admits-it-bungled-notice-of-war-in-41.html>> Acesso em 10 de janeiro de 2019.

_____. An Asian Mini-Tempest Over Mini-Island Group. 1996a. Disponível em <<https://www.nytimes.com/1996/09/16/world/an-asian-mini-tempest-over-mini-island-group.html>> Acesso em 10 de agosto de 2016.

_____. Isle Furor Stirs Chinese Nationalism in Hong Kong. 1996b. Disponível em <<https://www.nytimes.com/1996/10/08/world/isle-furor-stirs-chinese-nationalism-in-hong-kong.html>> Acesso em 10 de agosto de 2016.

_____. Overlapping Airspace Claims. 2013. Disponível em: <<http://archive.nytimes.com/www.nytimes.com/interactive/2013/11/27/world/asia/overlapping-air-space-claims.html>> Acesso em 10 de janeiro de 2019.

_____. Trump Tells Japan it can protect itself by buying US Arms. 2017. Disponível em <<https://www.nytimes.com/2017/11/06/world/asia/trump-japan-shinzo-abe.html>> Acesso em 10 de maio de 2018.

_____. Japan Summons Chinese Envoy After Naval Ship Nears Disputed Islands. 2016. Disponível em <<https://www.nytimes.com/2016/06/10/world/asia/japan-china-navy-protest.html>> Acesso em 14 de janeiro de 2017.

O'ROURKE, Ronald. PLAN Force Structure: Submarines, Ships and Aircraft. In: SAUNDERS, Phillip et al. The Chinese Navy: Expanding Capabilities, Evolving Roles. Washington: NDU Press, pp.141-174, 2011.

OBAMA, Barack. Renewing American Leadership. Foreign Affairs, 2008. Disponível em <<https://www.foreignaffairs.com/articles/2007-07-01/renewing-american-leadership>> Acesso em 10 de janeiro de 2017.

_____. Remarks By President Obama to the Australian Parliament. White House, 2011. Disponível em <<https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2011/11/17/remarks-president-obama-australian-parliament>> Acesso em 18 de janeiro de 2017.

_____. Statement by the President on the Trans-Pacific Partnership. White House, 2015. Disponível em <<https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2015/10/05/statement-president-trans-pacific-partnership>> Acesso em 18 de janeiro de 2017.

OEC. The Observatory of Economic Complex. 2018. Disponível em: <<https://atlas.media.mit.edu/en/>> Acesso em 15 de agosto de 2018.

OKADA, Mizuki. Vietnam Expects Bigger Role for Japan in Asia's Security. Japan Forward, 2018. Disponível em <<https://japan-forward.com/vietnam-expects-bigger-role-for-japan-in-asias-security/>> Acesso em 19 de dezembro de 2018.

OKINAWA REVERSION AGREEMENT. Treaties between Japan and US. 1971. Disponível em <<https://treaties.un.org/doc/publication/unts/volume%20841/volume-841-i-12037-english.pdf>> Acesso em: 10 de junho de 2017.

OLIVEIRA, Alana C.G. O acordo entre as Coreias e a situação geopolítica do Nordeste Asiático e as perspectivas de paz na região. Mundo em Transe, 2018. Disponível em <<http://www.mundoemtranse.com.br/index.php/2018/05/04/o-acordo-entre-as-coreias-a-situacao-geopolitica-do-nordeste-asiatico-e-as-perspectivas-de-paz-na-regiao/>> Acesso em 10 de outubro de 2019.

OLIVEIRA, Alana C.G.; MORAIS, Isabela N. Ameaça externa e o sistema de educação na construção do nacionalismo chinês. *Estudos Internacionais*, Belo Horizonte, Vol.6 No.1, pp.107 – 126, 2018.

KITAOKA, Shin'ichi. Inception of a Modern Relationship In: MOFA. The First Meeting of the Japan-China Joint History Research Committee. Japan-China Joint History Research Report. Modern and contemporary history. Vol.1. pp. 3-34, 2011.

OLPS. Outline of the Legislation for Peace and Security. 2016. Disponível em <http://www.mod.go.jp/e/publ/w_paper/pdf/2016/DOJ2016_2-3-2_web.pdf> Acesso em 19 de agosto de 2017.

OROS, Andrew L. Japan's Strategic Culture: Security Identity in a Fourth Modern Incarnation? *Contemporary Security Policy*, Vol. 35, No.2, pp. 227–248, 2014.

OTA, Masahide. The US Occupation of Okinawa and Post-War Reforms in Japan Proper. In: WARD, Robert; SAKAMOTO, Yoshikazu. *Democratizing Japan. The Allied Occupation*. Honolulu: University of Hawaii Press, 1987.

PAINE, Sarah C.M. *The Sino- Japanese War of 1894-1895. Perceptions, Power, and Primacy*. U.S. Naval War College. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

PAN, Zhongqi. Sino-Japanese Dispute over the Diaoyu/Senkaku Islands: The Pending Controversy from the Chinese Perspective. *Journal of Chinese Political Science*, Vol. 12, No. 1, 2007.

PARAMESWARAN, Prashanth. Philippines to Receive First 2 Aircraft From Japan. *The Diplomat*, 2017. Disponível em <<https://thediplomat.com/tag/beechnair-tc-90-king-airplanes/>> Acesso em 10 de junho de 2018

_____. Vietnam-Japan Relations in the Spotlight with Defense Dialogue, 2018. Disponível em < <https://thediplomat.com/2018/07/vietnam-japan-relations-in-the-spotlight-with-defense-dialogue/>> Acesso em 10 de agosto de 2019.

PARK, Choon-ho. Oil under troubled waters: the NortheastAsia sea-bed controversy. *Harvard International Law Journal*, Vol. 14, No.2, pp. 212–60, 1973.

PECEQUILO, Cristina S. *A política externa dos Estados Unidos*. Rio Grande do Sul: UFRGS Editora, 2003.

_____. *As Grandes Estratégias dos Estados Unidos (1989/2010)*. Meridiano 47, 2010. Disponível em <<http://www.ibri-rbpi.org/?p=2575>> Acesso em 10 de janeiro de 2018.

PEKING REVIEW. Vice Premier Deng Hsia-Ping at Tokyo Press Conference. November 4444, 1978. Disponível em <<https://www.marxists.org/subject/china/peking-review/1978/PR1978-44.pdf>> Acesso em: 18 de junho de 2017.

PEOPLE'S DAILY. Xi vows peaceful development while not waiving legitimate rights. 2013. Disponível em <<http://en.people.cn/90785/8113230.html>> Acesso em 15 de julho de 2017.

PETERSON, Alexander M. Sino-Japanese Cooperation in the East China Sea: A Lasting Arrangement. *Cornell International Law Journal*: Vol. 42, Iss. 3, Article 5, 2009.

PEW RESEARCH CENTER. How Asia Pacific Publics See Each Other and their national leaders. 2015. Disponível em <<http://www.pewglobal.org/2015/09/02/how-asia-pacific-publics-see-each-other-and-their-national-leaders/>> Acesso em 12 de outubro de 2018.

_____. US active duty military presence overseas is at its smallest in decades. 2017a. Disponível em <<http://www.pewresearch.org/fact-tank/2017/08/22/u-s-active-duty-military-presence-overseas-is-at-its-smallest-in-decades/>> Acesso em 10 de janeiro de 2018.

_____. How people in Asia-Pacific view China. 2017b. Disponível em <<https://www.pewresearch.org/fact-tank/2017/10/16/how-people-in-asia-pacific-view-china/>> Acesso em 10 de maio de 2018.

PILLING, David et al. Philippines backs rearming of Japan. CNN, 2012. Disponível em: <<https://www.cnn.com/2012/12/09/business/philippines-backs-rearming-japan/index.html>> Acesso em: 16 de outubro de 2018.

POH, Angela; LI, Mingjiang. A China in Transition: The Rhetoric and Substance of Chinese Foreign Policy under Xi Jinping, *Asian Security*, Vol.13, No.2, pp.84-97, 2017.

PORTSMOUTH TREATY. Portsmouth Treaty. Japan's National Congress Library, 1905.

POTSDAM DECLARATION. Proclamation Calling for the Surrender of Japan, Approved by the Heads of Governments of the United States, China, and the United Kingdom 26th July 1945. Japan's National Congress Library, 1945.

PYLE, Kenneth B. *Japan Rising: the resurgence of Japanese power and purpose*. NY: Public Affairs, 2007.

RENAN, Ernst. O que é uma nação. In Conferência realizada na Sorbonne, em 11 de março de 1882. Sorbonne University, 1882.

RENMIN RIBAO. 钓鱼岛是中国的固有领土 [Diàoyúdao shì zhōngguó de gùyǒu lǐngtǔ]. 2012. Disponível em <<http://paper.people.com.cn/rmrbhwb/page/2012-09/26/02/hwbcjsy926b.pdf>> Acesso em 10 de maio de 2015.

REUTERS. China steps up appeal to West in Japan propaganda battle. 2015. Disponível em <<https://www.reuters.com/article/us-china-japan/china-steps-up-appeal-to-west-in-japan-propaganda-battle-idUSBREA0F0OH20140116>> Acesso em 10 de janeiro de 2019.

_____. Japan PM Abe says no defense budget ceiling as 1 percent to GDP. 2017. Disponível em <<https://www.reuters.com/article/us-japan-defence-budget/japan-pm-abe-says-no-defense-budget-ceiling-as-1-percent-to-gdp-idUSKBN1690EZ>> Acesso em 11 de maio de 2018.

_____. Senior Chinese diplomat says China, U.S. must avoid Cold War mentality. 2018. Disponível em <<https://www.reuters.com/article/us-usa-trade-china/senior-chinese-diplomat-says-china-u-s-must-avoid-cold-war-mentality-idUSKCN1M607M>> Acesso em 5 de abril de 2019.

RIPSMAN, Norrin M.; TALIAFERRO, Jeffrey W.; LOBELL, Steven E. Neoclassical Realist Theory of International Politics. Oxford: Oxford University Press. 1 Edition, 2016.

RIPSMAN, Norrin M. Neoclassical realism and domestic interest groups. In: LOBELL, Steven E.; RIPSMAN, Norrin M.; TALIAFERRO, Jeffrey W. Neoclassical Realism, the State, and Foreign Policy. Cambridge: Cambridge University Press, pp.170-193, 2009.

ROSA, Paolo; FORADORI, Paolo. Politics does not stop at the 'nuclear edge': neoclassical realism and the making of China's military doctrine. Italian Political Science Review. Vol. 47, Issue 3, pp. 359-384, 2017.

ROSARIO, Albert Del. Statement of Secretary del Rosario on Japan's Security Bill. 2015. Disponível em <<https://dfa.gov.ph/dfa-news/dfa-releasesupdate/7399-statement-of-secretary-del-rosario-on-japan-s-security-bill>> Acesso em 10 de outubro de 2017.

ROSE, Caroline. Interpreting history in Sino-Japanese relations: a case study in political decision-making. Tóquio: Nissan Institute/Routledge Japanese studies series, 1998.

ROSE, Gideon. Neoclassical Realism and Theories of Foreign Policy. World Politics Vol. 51, No. 1, pp.145-177, 1998.

ROSS, Robert. The Problem with the Pivot. Foreign Affairs, Vol. 91, No. 6, pp. 70-82, 2012.

SAICH, Tony. The National People's Congress: Functions and Membership. Harvard Kennedy School. Ash Center for Democratic Governance and Innovation, 2015.

SAITO, Natsu T. Colonial Presumptions: The War on Terror and the Roots of American Exceptionalism. 1 Geo. J.L. Mod. Crit. Race Perspective, Vol 1, No.67, pp.67-133, 2009.

SAKURADA, Daizo. For Mutual Benefit: The Japan-US Security Treaty: From a Japanese Perspective. Working Paper 7/97. Centre for Strategic Studies, 1997.

SALTZMAN, Ilai. Growing Pains: Neoclassical Realism and Japan's Security Policy Emancipation, Contemporary Security Policy, Vol.36, No. 3, pp. 498-527, 2015.

SAMUELS, Richard J. Securing Japan. Tokyo's Grand Strategy and the Future of East Asia. Ithaca: Cornell University Press, 2007.

SAN FRANCISCO TREATY PEACE. 1951. San Francisco Treaty. Japan's Congress National Library.

SANKEI. 外務省、英などに「ジャパンハウス」新設へ 対外発信の拠点整備急ぐ 新年度概算要求で. [Gaimushō, Ei nado ni `Japan hausu' shinsetsu e taigai hasshin no kyoten seibi isogu shin nendo gaisan yōkyū de]. 2014. Disponível em <<https://www.sankei.com/smp/politics/news/140828/pl1408280027-s.html>> Acesso em 10 de janeiro de 2019.

SARTORI, Giovanni. Politics, Ideology and Belief Systems. American Political Science Review, Vol.63, pp. 398–411, 1969.

SASADA, Hironiro. Youth and Nationalism in Japan. Muse Project. SAIS Review of International Affairs, Vol. 26, No. 2, pp. 109-122, 2006.

SASAE, Kennichiro. China's propaganda campaign against Japan. Washington Post, 2014. Disponível em <https://www.washingtonpost.com/opinions/chinas-propaganda-campaign-against-japan/2014/01/16/925ed924-7caa-11e3-93c1-0e888170b723_story.html?utm_term=.2fcc97efff8a> Acesso em 10 de janeiro de 2017.

SASAKAWA FOUNDATION. Sasakawa Peace Foundation. Senkaku Island, 2015. Disponível em <https://www.spf.org/islandstudies/info_library/senkaku-islands/08-supplement/> Acesso em 5 de junho de 2016.

SASAKI, Fumiko. Nationalism, Political Realism and Democracy in Japan: The thought of Masao Maruyama. NY: Routledge, Edition 1, 2012.

SASAKI, Takuya; NAKANISHI, Hiroshi. The 1950s: Pax Americana and Japan's Postwar Resurgence. In: IOKIBE, Makoto; MINOHARA, Tosh. The History of US-Japan Relations. From Perry to the Present. Singapura: Palgrave Macmillian, pp.127-148, 2017.

SATO, Eisaku. The Pursuit of Peace and Japan in the Nuclear Age. Noble Lecture. The Nobel Peace Prize, 1974.

SC. China's Peaceful Development Road. China's White Paper, 2005. Disponível em <<http://www.china.org.cn/english/2005/Dec/152669.html>> Acesso em 18 de julho de 2016.

_____. China's Peaceful Development. Information Office of the State Council. 2011. Disponível em <http://english.gov.cn/archive/white_paper/2014/09/09/content_281474986284646.html> Acesso em 15 de setembro de 2015.

_____. China Military Strategy. China's White Paper, 2015. Disponível em <http://english.gov.cn/archive/white_paper/2015/05/27/content_281475115610833.html> Acesso em 12 de outubro de 2016.

_____. China's Policies on Asia-Pacific Security Cooperation. 2017. Disponível em <<http://www.scio.gov.cn/zfbps/32832/Document/1539908/1539908.html>> Acesso em 12 de janeiro de 2018.

SCHWELLER, Randall L. *Deadly Imbalances: Tripolarity and Hitler's Strategy of World Conquest*. NY: Columbia University Press, 1998.

_____. The Progressiveness of Neoclassical Realism, in Elman, Colin and Elman, Miriam Fendius (eds.) *Progress in International Relations Theory: Appraising the Field*, Cambridge, MA: MIT Press, 2004.

_____. Opposite but Compatible Nationalisms: A Neoclassical Realist Approach to the Future of US–China Relations. *The Chinese Journal of International Politics*, Vol. 11, Issue 1, pp. 23–48, 2018.

SCMP. Chinese official Fu Ying accuses Shinzo Abe of using tensions as pretext for changing military policy: Chinese official says premier sees territorial dispute as way to amend Japan's security policy. 2014a. Disponível em <<https://www.scmp.com/news/asia/article/1522259/chinese-official-fu-ying-accuses-shinzo-abe-using-tensions-pretext>> Acesso em 10 de janeiro de 2019.

_____. Beijing posts Japanese wartime 'confessions' online in propaganda push. 2014b. Disponível em <<https://www.scmp.com/article/1545644/beijing-posts-japanese-wartime-confessions-online-propaganda-push>> Acesso em 10 de maio de 2019.

_____. Philippines drills: Japan sends armoured vehicles to foreign soil for first time since second world war. 2018. Disponível em <<https://www.scmp.com/news/asia/southeast-asia/article/2167326/philippines-drills-japan-sends-armoured-vehicles-foreign>> Acesso em 18 de maio de 2019.

SCOBELL, Andrew. *China's Use of Military Force. Beyond the GreatWall and the Long March*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

SEBATA, Takao. The Right to Collective Self-Defense and United States Forces in Japan (USFJ). 長崎県立大学東アジア研究所東アジア評論 [Nagasaki kenritsudaigaku Higashiajia kenkyūjo Higashiajia hyōron], Vol. 8, No 3, 2016. Disponível em <http://reposit.sun.ac.jp/dspace/bitstream/10561/1181/1/v8p47_sebata.pdf> Acesso em 10 de abril de 2017.

SELF, Benjamin. China and Japan: A façade of friendship. *The Washington Quarterly*, Vol. 26, No. 1, pp. 77–88, 2002.

SHANGHAI COMMUNIQUÉ. Joint Communiqué of the People's Republic of China and the United States of America. 1972. Disponível em <<http://www.china-embassy.org/eng/zmgx/doc/ctc/t36255.html>> Acesso em 10 de outubro de 2016.

SHAW, Han-Yi. The Diaoyutai/Senkaku Islands Dispute: Its History and an analysis of the ownership claims of the PRC, ROC and Japan. *Occasional Papers/ Reprints Series in Contemporary Asian Studies*, No. 3, 1999.

SHIGENORI, Matsui. *The Constitution of Japan: A Contextual Analysis*. Oxford: Hart Publishing, 2011.

SHIMAZU, Naoko. Reading the Diaries of Japanese conscripts. Forging national consciousness during the Russo Japanese War. In: SHIMAZU, Naoko (eds) *Nationalism in Japan*. NY: Routledge, pp. 41-65, 2006.

SHIMONOSEKI TREATY. Shimonoseki Treaty. Japan's Congress National Library, 1895.

SHINODA, Tomohito. *Koizumi Diplomacy: Japan's Kantei Approach to Foreign and Defense Affairs*. Seattle: University of Washington Press, 2007.

SHIRK, Susan. *China Fragile Superpower. How China's Internal Politics Could Derail its Peaceful Rise*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

SHOGO, Suzuki. *Civilization and Empire. China and Japan's encounter with European and International Society*. NY: Routledge Taylor & Francis Group, 2009.

_____. The rise of the Chinese 'Other' in Japan's construction of identity: Is China a focal point of Japanese nationalism? *The Pacific Review*, pp. 95-116, 2014.

SHUKLA, Aijai. India, Japan to talk on cooperation in Asia-Pacific. 2012. Disponível em <<http://ajaiashukla.blogspot.com.br/2012/04/india-japan-to-talk-on-cooperation-in.html>> Acesso em 19 de outubro de 2017.

SIPRI. Defense Database Expenditure. 2018. Disponível em: <http://www.sipri.org/research/armaments/milex/milex_database/milex_database> Acesso em 15 de junho de 2018.

SMH. History in making as nations team up. *Sidney Morning Heral*, 2018. Disponível em <<https://www.smh.com.au/politics/federal/history-in-making-as-nations-team-up-20180119-h0kx1s.html>> Acesso em 1 de dezembro de 2018.

SMITH, Sheila. *Intimate rivals: Japanese domestic politics and a rising China*. NY: Columbia University Press, 2015.

STANISLAUS, Warren A. Japan House: Tokyo's New Public Diplomacy Push. *The Diplomat*, 2017. Disponível em <<https://thediplomat.com/2017/07/japan-house-tokyos-new-public-diplomacy-push/>> Acesso em 19 de janeiro de 2019.

SOEYA, Yoshihide; ELDRIDGE, Robert D. The 1970s: Stresses on the Relationship. In: IOKIBE, Makoto; MINOHARA, Tosh. *The History of US-Japan Relations. From Perry to the Present*. Singapura: Palgrave Macmillian, pp.171-193, 2017.

SOLLER, Diana. O Relatório Albright e a Grande Estratégia Obama: um caso de convergência? *Relações Internacionais (R:I)*, 2010.

SORENSEN, Camilla. Is China Becoming More Aggressive? A Neoclassical Realist Analysis. *Asian Perspective*, Vol. 37, pp. 363–385, 2013.

SPANG, Christian. Karl Haushofer re-examined –Geopolitics as a factor of Japanese German reapprochement in the inter-war years? In: SPANG, Christian (Ed.) *Japanese German relations, 1895-1945: war, diplomacy and public opinion*. NY: Routledge, 2006.

SPENCE, Jonathan. *The Search for a Modern China*. NY: Norton & Company, 1st Edition, 1990.

SPYKMAN, N. Geography and Foreign Policy I. *The American Political Science Review*, Vol. XXXII, No. 1, 1938.

STARR, Robert. Okinawa reversion treaty: annex to hearings before the Committee on Foreign Relations, United States Senate, ninety-second congress, first session on Ex. J.92-1. *Okinawa Reversion Hearings*, pp.90-91, 1971.

STERLING-FOLKER, Jennifer. Realist Environment, Liberal Process, and Domestic-Level Variables, *International Studies Quarterly*, Vol. 41, pp. 1-25, 1997.

_____. Neoclassical Realism and Identity: Peril Despite Profit Across the Taiwan Straits. In: LOBELL, Steven E.; RIPSAN, Norrin M.; TALIAFERRO, Jeffrey W. *Neoclassical Realism, the State, and Foreign Policy*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 99-138, 2009.

STRAIT TIMES. 19th Party Congress: 7 key themes from President Xi Jinping's work report. 2017. Disponível em <<https://www.straitstimes.com/asia/east-asia/19th-party-congress-7-key-themes-from-president-xi-jinpings-work-report>> Acesso em 4 de julho de 2018.

SUGANUMA, Uryuu. Historical justification of sovereign rights over territorial space of the Diaoyu/Senkaku Islands: Irredentism and Sino-Japanese Relations. Dissertation. Graduate School of Syracuse University, 1996.

SUGITA, Yoneyuki. *Pitfall or Panacea: The irony of US Power in Occupied Japan: 1945-1952*. NY: Routledge, 2003.

- SUN, Tzu. *A arte da Guerra*. Porto Alegre. São Paulo: Editora L&PM, 2001.
- SUN, Wanning. Slow boat from China: public discourses behind the ‘going global’ media policy. *International Journal of Cultural Policy*, Vol. 21, No. 4, pp. 400-418, 2015.
- SUN, Yat-Sen. *The Three Principles of the People*. 1924. Disponível em <http://larouchejapan.com/japanese/drupal-6.14/sites/default/files/text/San-Min-Chu-I_FINAL.pdf> Acesso em 10 de abril de 2017.
- SUN, Yun. Chinese national security decision-making processes and challenges; The Brookings Institution. CNAPS Visiting Fellow Working Paper, 2013.
- SUTTER, Robert. *Chinese Foreign Relations: Power and Policy since the Cold War*. Lanham, MD: Rowman and Littlefield Publishers, 2008.
- SUZUKI, Takeshi; MURAI, Shusuke. How the Japanese Legacy Media Covered the Senkaku Controversy. In: HOLLIHAN, Thomas A. *The Dispute over the Diaoyu/Senkaku Islands. How Media Narratives Shape Public Opinion and Challenge the Global Order*. UK: Palgrave Macmillan, pp.141-169, 2014.
- SWAINE, Michael D. et al. *Conflict and Cooperation in the Asia-Pacific Region: a strategic net assessment*. Carnegie, Ednowment for International Peace, 2015.
- SWNCC-228. The State-War-Navy Coordinating Committee. Reform of the Japanese Government System (SWNCC 228). 1946. Disponível em <<http://www.ndl.go.jp/constitution/shiryo/03/059shoshi.html>> Acesso em 18 de janeiro de 2018.
- TAKARA, Kurayoshi. The Senkaku Islands Problem as Seen Through Okinawan History. Symposium text. Rebalance to Asia. Refocus on Okinawa. Willard InterContinental Hotel, Washington D.C, 2012.
- TAKEUCHI, Keiichi. Japanese geopolitics in the 1930s and 1940s. In: DODDS, Klaus; ATKINSON, David. *Geopolitical Traditions: A century of geopolitical thought*. NY: Routledge. 1st Edition. pp. 72-92, 2000.
- TALIAFERRO, Jeffrey. State Building for Future Wars: Neoclassical Realism and the Resource-Extractive State. *Security Studies*, Vol. 15, No 3. pp. 464-495, 2006.
- _____. Neoclassical realism and resource extraction: State building for future war. In: LOBELL, Steven E.; RIPSAN, Norrin M.; TALIAFERRO, Jeffrey W. *Neoclassical Realism, the State, and Foreign Policy*. Cambridge: Cambridge University Press, pp.194-226, 2009.
- TANN, Ken. *Semi genesis of a Nation. An iconography of Japanese identity*. Thesis from the University of Sydney, 2010.

THE CONSTITUTION OF JAPAN. The Constitution of Japan. 1947. Disponível em <http://afe.easia.columbia.edu/ps/japan/constitution_1947.pdf> Acesso em 15 de junho de 2014.

THE GUARDIAN. Obama says US will defend Japan in island dispute with China. 2014. Disponível em <<https://www.theguardian.com/world/2014/apr/24/obama-in-japan-backs-status-quo-in-island-dispute-with-china>> Acesso em 10 de maio de 2017.

_____. Inside China's audacious global propaganda campaign. 2018. Disponível em <<https://www.theguardian.com/news/2018/dec/07/china-plan-for-global-media-dominance-propaganda-xi-jinping>> Acesso em 10 de janeiro de 2019.

TOGO, Kazuhiko. Japan's Foreign Policy, 1945-2003. The Quest for a Proactive Policy. Netherlands: Tuta SubAegide Pallais 1683, 2005.

TORRES, Ernani. A crise da economia japonesa nos anos 90: impactos da bolha especulativa. Revista de Economia Política, Vol. 17, No.1, Issue 65, pp.5-19, 1997.

_____. Japão: Da Industrialização Tardia à Globalização Financeira. In: José Luís Fiori. (Org.). Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações. Petrópolis: Vozes, pp. 223-250, 1999.

GONÇALVES, Williams da Silva; MIYAMOTO, Shiguenoli. Os militares na política externa brasileira: 1964-1984. Estudos Históricos vol.6 n.12. Rio de Janeiro, p.211-246. 1993.

TUCÍDIDES. A história da guerra do Peloponeso. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2001.

TRA. Taiwan Relations Act (Public Law 96-8, 22 U.S.C. 3301 et seq. 1979. Disponível em <<https://www.ait.org.tw/our-relationship/policy-history/key-u-s-foreign-policy-documents-region/taiwan-relations-act/>> Acesso em 12 de outubro de 2016.

TSUCHIYAMA, Jitsuo. War Renunciation, Article 9, and Security Policy. In: BERGER, Thomas; MOCHIZUKI, Mike; TSUCHIYAMA, Jitsuo. Japan in International Politics. The foreign policies of an adaptive state. London: Lynne Rienner Publishers, 2007.

UEHARA, Alexandre. A política externa do Japão no final do século XX. O que faltou? Fundação Japão. Annablume. São Paulo: Selo Universidade, 2003.

UN CHARTER. Charter of the United Nations. 1946. Disponível em <<http://www.un.org/en/charter-united-nations/>> Acesso em 20 de janeiro de 2018.

UNCLOS. United Nations Convention on the Law of the Sea. 1982. Disponível em <http://www.un.org/depts/los/convention_agreements/texts/unclos/unclos_e.pdf> Acesso em 20 de junho de 2016.

UNCTAD. Review of Maritime Transport. 2018. Disponível em <https://unctad.org/en/PublicationsLibrary/rmt2018_en.pdf> Acesso em 10 de janeiro de 2019.

US DEPARTMENT. Foreign Relations of the United States: Diplomatic Papers, the conferences at Cairo and Tehran. 1943. Disponível em <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1943CairoTehran/d259>> Acesso em 10 de junho de 2018.

_____. Draft Response to National Security Study Memorandum 106. Foreign Relations of the United States, 1969–1976, VOLUME XVII, CHINA, 1969–1972, 1971a. Disponível em <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v17/d105>> Acesso em 19 de junho de 2018.

_____. NS Archive. Memorandum for Henry A. Kissinger, Day 1. 1971b. Disponível em <<https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB66/ch-34.pdf>> Acesso em 10 de outubro de 2016.

_____. NS Archive. NS Archive. Memorandum for Henry A. Kissinger, Day 2. 1971c. Disponível em <<https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB66/ch-35.pdf>> Acesso em 10 de outubro de 2016.

_____. Memorandum of Conversation. Foreign Relations of the United States, 1969–1976, VOLUME XVII, CHINA, 1969–1972. 1971d. Disponível em <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v17/d180>> Acesso em 10 de outubro de 2016.

_____. Sustaining US Global Leadership: Priority to 21st century Defense. 2012. Disponível em <https://archive.defense.gov/news/Defense_Strategic_Guidance.pdf> Acesso em 16 de março de 2015.

US-CHINA JOINT COMMUNIQUÉ. Joint Communiqué on the Establishment of Diplomatic Relations between the People's Republic of China and the United States of America. 1979. Disponível em <<http://www.china-embassy.org/eng/zmgx/doc/ctc/t36256.html>> Acesso em 10 de outubro de 2016.

US-CHINA JOINT STATEMENT. U.S.-China Joint Statement. White House, 2009. Disponível em <<https://obamawhitehouse.archives.gov/realitycheck/the-press-office/us-china-joint-statement>> Acesso em 14 de janeiro de 2018.

US-JAPAN GUIDELINES. The guidelines of Japan-US defense cooperation. 1978. Disponível em <https://www.mod.go.jp/e/d_act/anpo/19781127.html> Acesso em 10 de janeiro de 2015.

_____. The guidelines of Japan-US defense cooperation. 1997. Disponível em <https://www.mod.go.jp/e/d_act/anpo/19970923.html> Acesso em 10 de janeiro de 2015.

_____. The guidelines of Japan-US defense cooperation. 2015. Disponível em <https://www.mod.go.jp/e/d_act/anpo/shishin_20150427e.html> Acesso em 20 de maio de 2016.

US-JAPAN MUTUAL SECURITY TREATY. Tratado de Segurança EUA-Japão. 1960. Disponível em <<http://www.mofa.go.jp/region/n-america/us/q&a/ref/2.html>> Acesso em 10 de abril de 2018.

US-JAPAN SECURITY TREATY. Mutual Defense Treaty between the United States and the Republic of the Philippines. 1951. Disponível em <http://avalon.law.yale.edu/20th_century/phil001.asp> Acesso em 10 de outubro de 2018.

VON GLAHN, Richard. Myth and Reality of China's Seventeenth-Century Monetary Crisis. *The Journal of Economic History*, Vol. 56, No. 2, Papers Presented at the Fifty-Fifth Annual Meeting of the Economic History Association, pp. 429-454, 1996.

WAKAIZUMI, Kei. *The best course available. A Personal Account of the Secret U.S.-Japan Okinawa Reversion Negotiations*. Honolulu: University of Hawaii Press, 2002.

WALLERSTEIN, Immanuel. *O declínio do poder norte-americano*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

WSJ. Abe's Military Push May Please U.S. but Rattle Neighbor. *The Wall Street Journal*, 2014. Disponível em <<https://www.wsj.com/articles/abes-military-push-may-please-u-s-but-rattle-neighbors-1398148593>> Acesso em 19 de janeiro de 2016.

_____. Japan Challenges China With Submarine Exercise. *Wallstreet Journal Online*. *The Wall Street Journal*, 2018. Disponível em <<https://www.wsj.com/articles/japanese-submarine-conducted-exercise-in-south-china-sea-last-week-1537158243>> Acesso em 9 de maio de 2019.

WALT, Stephen. *The Origins of Alliances*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1987.

WALTZ, Kenneth N. The New World Order. *Millennium, Journal of International Studies*. Vol. 22, No. 2, pp.187-195, 1993.

_____. International politics is not foreign policy. *Security Studies*, Vol. 6, No.1, pp.54-7, 1996.

_____. Structural Realism after the Cold War. *International Security*, Vol. 25, No. 1, pp. 5-41, 2000.

_____. *Theory of International Politics*. Reading, MA: Addison-Wesley, 1979.

_____. *O Homem, o Estado e a Guerra: uma análise teórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

WANG, Yuan-Kang. *Harmony and War: Confucian Culture and Chinese Power Politics*. NY: Columbia University Press, 2011.

- _____. Managing Regional Hegemony in Historical Asia: The Case of Early Ming China. *The Chinese Journal of International Politics*, Vol. 5, pp. 129–153, 2012.
- WANG, Zheng. Perception Gaps, Identity Clashes. In: ARAI, Tatsushi; GOTO, Shihoko; WANG, Zheng. *Clash of National Identities: China, Japan, and the East China Sea Territorial Dispute*. Virgínia: George Mason University, pp.9-18, 2012.
- WATANABE, Paulo Daniel. *Segurança e Política Externa do Japão no pós-Segunda Guerra Mundial*. Dissertação de Mestrado. UNESP/UNICAMP/PUC-SP, 2012.
- WEIBO. Chinese State Media Commemorate ‘Diaoyu Occupation’, Encourage Netizens to Make It Go Viral. 2018. Disponível em <<https://www.whatsonweibo.com/chinese-state-media-commemorate-diaoyu-occupation-encourage-netizens-make-go-viral/?print=print>> Acesso em 22 de dezembro de 2018.
- WEISS, Jessica C. Authoritarian Signaling, Mass Audiences, and Nationalist Protest in China. *International Organization*, Vol. 67, No. 1, pp.1-35, 2013.
- WIEGAND, Krista. *Enduring Territorial Disputes: Strategies of Bargaining, Coercive Diplomacy, and Settlement*. Athens: University of Georgia Press, 2011.
- WOHLFORTH, Williams C. *The Elusive Balance: Power and Perceptions During the Cold War*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1993.
- _____. The Stability of a Unipolar World. *International Security*, Vol. 24, No. 1, pp. 5–41, 1999.
- WOODALL, Brian. *Growing Democracy in Japan: the Parliamentary Cabinet System since 1868*. Lexington: The University Press of Kentucky, 2014.
- WORLDJPN. Joint Statement of Japanese Prime Minister Eisaku Sato and U.S. President Richard Nixon. Washington. *Public Papers of the Presidents: Richard Nixon, 1969*, pp. 953-957, *A Documentary History of U.S.-Japanese Relations, 1945-1997*, pp.789-793, 1969a. Disponível em <<http://worldjpn.grips.ac.jp/documents/texts/docs/19691121.D1E.html>> Acesso 10 de junho de 2017.
- _____. Agreed Minute to joint communique of United States President Nixon and Japanese prime minister Sato. *World and Japan Database*, 1969b. Disponível em <<http://worldjpn.grips.ac.jp/documents/texts/JPUS/19691119.O2E.html>> Acesso em 10 de junho de 2018.
- WORLD BANK. *World Bank Database*, 2018. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/>> Acesso em 10 de dezembro de 2018.

WSJ. Trump's Successful Pivot to Asia. The Wall Street Journal, 2019. Disponível em: <<https://www.wsj.com/amp/articles/trumps-successful-pivot-to-asia-11547596114>> Acesso em 10 de maio de 2019.

XI, Jinping. Xi eyes more enabling int'l environment for China's peaceful development. Ministry of Defense, 2014. Disponível em <http://eng.mod.gov.cn/TopNews/2014-11/30/content_4554680.html> Acesso em 14 de janeiro de 2017.

_____. Speech at a Ceremony Marking the 90th Anniversary of the Founding of the People's Liberation Army. Qiushi Journal, Vol.9,No.4, Issue No.33, 2017. Disponível em http://english.qstheory.cn/2017-11/28/c_1122006806.htm Acesso em 23 de outubro de 2018.

XINHUA. presidente chinês pede para se buscar com persistência Sonho Chinês de rejuvenescimento nacional, 2013. Disponível em <http://portuguese.xinhuanet.com/2017-09/26/c_136638951.html> Acesso em 10 de outubro de 2018.

_____. Commemoration of the 70th Anniversary of Victory of Chinese People's Resistance against Japanese Aggression and World Anti-Fascist War. 2015. Disponível em <<http://www.xinhuanet.com/politics/kzsl70/zjjq.html>> Acesso em 10 de junho de 2016.

YAHUDA, Michael. Sino-Japanese Relations After the Cold War. Two tigers sharing a mountain. Routledge. Taylor & Francis Group, 2014.

YANG, Lijun; LIM, Chee K. Three waves of nationalism in contemporary China: sources, themes, presentations and consequences. EAI Working Paper No. 155, 2010.

YOMIURI SHIMBUN. Japan, China embark on 'propaganda wars. Yomiuri Reshikan Database, 2012.

_____. SENKAKUS--tense waters. Quantity vs logic in 'propaganda war'. Yomiuri Reshikan Database, 2013a.

_____. China only deepens its regional isolation with ADIZ issue. Yomiuri Reshikan Database, 2013b.

_____. Government to probe China media machine. Yomiuri Reshikan Database, 2014a.

_____. Behind the Propaganda Wars. Xi's rhetoric on history defies international norms. Yomiuri Reshikan Database, 2014b.

_____. Behind the Propaganda Wars. China wages 880-billion-yen global media campaign. Yomiuri Reshikan Database, 2014c.

_____. Behind the Propaganda Wars. Anti-Japan rhetoric demands a firm response. Yomiuri Reshikan Database, 2014d.

_____. Parties must openly debate importance of right to use collective self-defense. Database Yomiuri Shimbun, 2014e.

- _____. Japan-China COLD WAR 10 / GSDF unprepared to recapture remote islands. Database Yomiuri Shimbun, 2014f.
- YOSHIDA, Shigero. Last Meiji Man. Lanham: Rowman & Littlefield, 1960.
- YOSHIHARA, Toshi. Going Anti-Access at Sea How Japan Can Turn the Tables on China. Maritime Strategy Series, 2014.
- YOSHIKAWA, Tatsuhiko. The Manchurian Incident, the League of Nations and the Origins of the Pacific War. What the Geneva archives reveal. *The Asia-Pacific Journal*, Vol. 5, Issue 12, 2015.
- ZAKARIA, Fareed. From Wealth to Power: The Unusual Origins of America's World Role, Princeton: Princeton University Press, 1998.
- _____. O mundo pós-americano. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ZHAI, Xian. Rewriting the Legacy of Chiang Kai-shek on the Diaoyu Islands: Chiang's Ryukyu policies from the 1930s to the 1970s. *Journal of Contemporary China*, Vol. 25, No. 96, pp. 1128-1146, 2015.
- ZHAN, Zhang. Fanning the Flames of Public Rage: Coverage of Diaoyu Islands Dispute in Chinese Legacy Media. In: HOLLIHAN, Thomas A. *The Dispute over the Diaoyu/ Senkaku Islands How Media Narratives Shape Public Opinion and Challenge the Global Order*. NY: Palgrave Macmillan, pp.81-118, 2014.
- ZHANG, Tiejue. Chinese Strategic Culture: Traditional and Present Features. *Comparative Strategy*. Vol. 21, No.2, pp.73-90, 2002.
- ZHAO, Suisheng. A State-Led Nationalism: The Patriotic Education Campaign in Post-Tiananmen. *China. Communist and Post-Communist Studies*, Vol.31, No.3, pp.287-302, 1998.
- _____. Chinese Pragmatic Nationalism and Its Foreign Policy Implications. In Annual Meeting of the American Political Science Association. University of Denver, 2008. Disponível em <<http://sites01.lsu.edu/faculty/voegelin/wp-content/uploads/sites/80/2015/09/Suisheng-Zhao.pdf>> Acesso em 15 de junho de 2016.
- _____. Foreign policy implications of Chinese nationalism revisited: the strident turn. *Journal of Contemporary China*, Vol. 22, No.82, pp. 535-553, 2013a.
- _____. Chinese Foreign Policy as a Rising Power to find its Rightful Place. *Perceptions*, Vol XVIII, No 1, pp. 101-128, 2013b.
- _____. Foreign Policy Implications of Chinese Nationalism Revisited: the strident turn. *Journal of Contemporary China*, Vol. 22, No. 82, pp. 535-553, 2013c.

_____. China's Power from a Chinese Perspective (I): A Developing Country versus a Great Power. In: CHUNG, Jae-ho. *Assessing China's Power*. The Asan Institute, UK: Palgrave Macmillian, pp.251-270, 2015.

ZHENG, Bijian. *China's Peaceful Rise to Great-Power Status*. Foreign Affairs, 2005. Disponível em <<https://www.foreignaffairs.com/articles/asia/2005-09-01/chinas-peaceful-rise-great-power-status>> Acesso em 13 de outubro de 2014.

ZHONG, Yang. Legitimacy crisis and legitimation in China. *Journal of Contemporary China*, Vol.26, No. 2, pp. 201-20, 1996.

ZHU, Yuchao. Performance Legitimacy and China's Political Adaptation Strategy. *Journal of Chinese Political Science*, Vol. 16, pp.123–140, 2011.

ANEXO A

AS ILHAS SENKAKU/DIAOYU: DETALHES HISTÓRICOS PORMENORIZADOS

As ilhas são constituídas de conglomerados de arenito (camadas alternadas de arenito e conglomerado em algumas partes), tufo, andesito, lava andesítica, afloramentos de corais elevados acima do nível do mar durante a era Holoceno e outros materiais rochosos (SASAKAWA FOUNDATION, 2015).

Ilhas que compõem as Ilhas Senkaku/Diaoyu			
Ilhas (Nome Japonês/ Nome em Chinês)	Latitud e	Longitud e	Área km
Uotsuri-shima (魚釣島)/ Diàoyú Dǎo (钓鱼岛/釣魚島)	25.44	123.28	3.6
Kitakojima (北小島)/ Běi Xiǎodǎo (北小島/北小島)	25.43	123.32	0.26
Minamikojima (南小島) / Nán Xiǎodǎo (南小島/南小島)	25.43	123.33	0.32
Kuba-shima (久場島)/ Huángwěi Yǔ (黄尾屿/黄尾嶼)	25.55	123.40	0.87
Taisho-to (大正島)/ Chìwěi Yǔ (赤尾屿/赤尾嶼)	25.55	124.33	0.04
Okinawakitaiwa (沖ノ北岩) / Dà Běi Xiǎodǎo (大北小島/大北小島)	25.46	123.32	0.05
Okinominamiwa (沖ノ南岩) / Dà Nán Xiǎodǎo (大南小島/大南小島/南岩)	25.45	123.34	0.01
Tobise (飛瀨)/ Fēi Jiāo Yán (飞礁岩/飛礁岩)	25.44	123.30	0.02

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do governo japonês e do governo chinês.

As ilhas Senkaku/Diaoyu abrigam uma grande variedade de plantas e animais incluindo espécies endêmicas e os mares circunvizinhos são ricas áreas pesqueiras. Nota-se que as Ilhas Senkaku/Diaoyu estão localizadas à beira da vasta Plataforma Continental do Mar da China Oriental. Existem ainda vários vales submarinos notáveis na encosta continental sob o Mar da China Oriental ao redor das Ilhas Senkaku/Diaoyu.

A oeste da Ilha de Uotsuri, estão o desfiladeiro Nishi-Uotsuri e o desfiladeiro Nansei-Uotsuri, enquanto a leste da Ilha de Taisho existem o Primeiro e Segundo Cânions de Taisho e o Primeiro e Segundo desfiladeiros de Hokuto-Taisho. Também há áreas elevadas submersas, como o outeiro de Uotsuri ao sul da Ilha de Uotsuri, o Hokuto-Taisho Bank a nordeste da Ilha de Taisho e o outeiro de Minami-Taisho ao sul da Ilha de Taisho (SASAKAWA FOUNDATION, 2015). O Mar do Leste da China pode ser essencialmente dividido em dois complexos: a Depressão do Mar do Leste e o estreito de Okinawa. O Estreito de Okinawa seria separado da Depressão devido à elevação da Ilhas de Uotsuri-jima ou Diaoyudao.

As reivindicações japonesas e as ilhas Senkaku:

Não há dúvidas de que as ilhas Senkaku são uma parte inerente do território do Japão, à luz dos fatos históricos e com base no direito internacional. De fato, as ilhas Senkaku

estão sob o controle válido do Japão. Não existe quaisquer questões de soberania territorial a serem resolvidas concernente às ilhas Senkaku (MOFA, 2013).

Quando observamos o caso japonês e as suas reivindicações, existem três argumentos centrais. O primeiro argumento é de que no momento em que as ilhas foram incorporadas ao território japonês, em 1895, não existiriam indícios de que a soberania de tal território estava sob o controle de qualquer Nação. Historicamente, o governo japonês compreende que as ilhas tem sido parte consistente das ilhas Nansei Shoto desde o século XIX. Em 1879, Koga Tatsushiro, comerciante e empresário japonês, foi para Naha, em Okinawa, iniciar um negócio e abriu em 1882 uma filial na ilha de Ishigaki. Dois anos depois, em 1884, enviou oficiais aos territórios que hoje são conhecidos como ilhas Senkaku. No mesmo ano Koga fez um requerimento para o arrendamento das ilhas, cuja aprovação foi concedida pelo governo Meiji por 30 anos, em 1896 (HAMAKAWA, 2007; TAKARA, 2012; SMITH, 2015; SUGANUMA, 1996).

Segundo Hamakawa (2007), a intenção da incorporação das ilhas Senkaku, porém já estava presente desde 1879, quando houve a anexação formal das ilhas. Um mapa também conhecido como Dai Nihon Zenzu (*The Map of Great Japan*) publicado em 1879 as ilhas já eram ilustradas como pertencentes a ilhas de Ryukyu. O mapa foi ilustrado por cidadãos privados, mas foram publicados com a licença do Ministro de Interiores de Okinawa.

Argumenta-se que desde 1885 foram realizadas repetidas pesquisas acerca das ilhas por meio de autoridades da Província de Okinawa, confirmando que as ilhas estavam desabitadas. Informações disponibilizadas sobre a visão do governo japonês ainda ressaltam que “*segundo os relatórios apresentados em 22 de setembro e em 5 de novembro de 1885 pelo governador da Província de Okinawa ao ministro das Relações Interiores, a Província de Okinawa realizou pesquisas das Ilhas Senkaku por ordem do Ministro do Interior, inclusive uma pesquisa no final de outubro de 1885 com o barco Izumo Maru*” (MOFA, 2013).

As autoridades japonesas confirmaram que não existiriam indícios²⁵⁵ de que tais ilhas tinham estado sob o controle da Dinastia Qing da China. Após a confirmação de que tal território representava “*terra nullis*” – terra que não pertence a ninguém – o governo do Japão,

²⁵⁵ Endossando o argumento japonês, de acordo com Takara (2012), as ilhas Senkaku serviram como uma importante marca para os navegantes da era pré-moderna no Leste Asiático, sendo a maioria das embarcações que perpassaram tal território eram do Reino de Ryukyu. Isso não significa dizer diretamente que tais ilhas pertenciam ao reino, mas sim que as localizações e a existência das ilhas Senkaku era sabida pelo reino de Ryukyu. Afinal, as embarcações de Ryukyu navegaram pela região usando as ilhas como ponto de referência para sair de Naha e chegar à Fuzhou na China, durante aproximadamente 500 anos. Nesse sentido, Takara (2012) compreende que as ilhas Senkaku eram ilhas inabitadas durante todo o período pré-moderno e nem o Reino de Ryukyu, nem a China, nem o Japão e nem a Coreia teriam se apoderado de tal território e construído alguma vila ou comunidade nestas ilhas.

através da Resolução de Gabinete em 14 de janeiro de 1895, decidiu incorporar as ilhas Senkaku formalmente ao seu território, como parte integrante da província de Okinawa. Afirma-se que “*sob o direito internacional, um governo que pretende ocupar uma terra nullius não tem nenhuma obrigação de notificar outros países sobre a sua intenção*” (MOFA, 2013). Desde então, as ilhas estariam sob controle do Japão.

Mapa “Rascunho” dos territórios sob jurisdição de Okinawa



Fonte: Commission Research Report, 2016.

O governo concedeu a Koga Tatsuiro o arrendamento das ilhas em 1896 e houve uma certa tentativa de “povoar” a ilha de Kuba. Foram enviadas 35 pessoas, incluindo pescadores em 1897. Após a aprovação o arrendatário enviou trabalhadores para as ilhas para realizar: “*coleta de penas de pássaros, produção de peixe processado (bonito seco), coleta de corais, criação de gado, produção de enlatados e coleta de fosfato mineral (estrume de pássaro usado para combustível)*” (MOFA, 2013). As atividades não ficaram restritas à ilha de Kuba, mas também foram feitas nas ilhas de Uotsurijima, Kitakojima e Minamikojima (SASAKAWA FOUNDATION, 2015). Durante todo o período das grandes guerras, as ilhas foram usadas por Koga Zenji, mas em 1978, pouco antes de sua morte, sua esposa vendeu as ilhas Minamikojima e Kitakojima, e assim que o proprietário faleceu, no mesmo ano, a ilha de Uotsurijima foi vendida para Kurihara Kunioki em 25 de Abril de 1978 (SUGANUMA, 1996; SASAKAWA FOUNDATION, 2015).

O segundo argumento da soberania das ilhas sustenta-se em tratados e declarações internacionais do Pós-Segunda Guerra Mundial. Alguns documentos internacionais respaldariam os argumentos japoneses, sendo eles: a) Declaração do Cairo (1943), b) Declaração de Potsdam (1945), c) Tratado de Paz de São Francisco (1951), d) Tratado de Reversão/Devolução de Okinawa (1971) e e) A Minuta entre Japão e EUA a respeito das ilhas Ryukyu e Daito (1971).

No caso da (a) Declaração do Cairo (1943), ficou definido que os objetivos dos países participantes eram punir a agressão japonesa. Na reunião entre o General e líder chinês Chiang Kai-shek, o presidente norte-americano Franklin D. Roosevelt, e o primeiro-ministro Winston Churchill se encontraram na Conferência em 25 de novembro de 1943. Na Declaração os três aliados afirmaram que o Japão “*shall be stripped of all the islands in the Pacific which she has seized or occupied since the beginning of the first World War in 1914, and that all the territories Japan has stolen from the Chinese, such as Manchuria, Formosa, and the Pescadores, shall be restored to the Republic of China*” (CAIRO DECLARATION, 1943). As ilhas não são mencionadas no acordo, mas a devolução de territórios à China estaria restrita, em tese, aos nomes apresentados, como Manchúria, Formosa e Pescadores.

Considerando a (b) Declaração de Potsdam (1945), está escrito que “*the terms of the Cairo Declaration shall be carried out and Japanese sovereignty shall be limited to the islands of Honshu, Hokkaido, Kyushu, Shikoku and such minor islands as we determine*” (POTSDAM DECLARATION, 1945). O problema existente na Declaração de Potsdam é a falta de definição das “ilhas menores” que deveriam ser determinadas pelos países. Tal dubiosidade permite a interpretação do Japão como as ilhas Senkaku, sendo parte deste território.

No que tange ao (c) Tratado de Paz de São Francisco (1951), o governo japonês indica a falta do protesto chinês quando as ilhas ficaram sob administração dos EUA como parte da prefeitura de Okinawa no Tratado de São Francisco (1951). No artigo 3 consta que:

Japan will concur in any proposal of the United States to the United Nations to place under its trusteeship system, with the United States as the sole administering authority, Nansei Shoto south of 29 north latitude (including the Ryukyu Islands and the Daito Islands), Nanpo Shoto south of Sofu Gan (including the Bonin Islands, Rosario Island and the Volcano Islands) and Parece Vela and Marcus Island. Pending the making of such a proposal and affirmative action thereon, the United States will have the right to exercise all and any powers of administration, legislation and jurisdiction over the territory and inhabitants of these islands, including their territorial waters (SAN FRANCISCO TREATY PEACE, 1951).

Por fim, com o (d) Tratado de Reversão de Okinawa (1971), o governo japonês argumenta que as ilhas Senkaku ficaram sob controle administrativo norte-americano até a década de 1970, quando foi assinado um tratado devolvendo a prefeitura de Okinawa à

administração japonesa. Na reversão de Okinawa ficou acordado no Artigo 1º que com relação as ilhas Ryukyu e Daito:

the United States of America relinquishes in favor of Japan all rights and interests under article 3 of the Treaty of Peace with Japan signed at the city of San Francisco on September 8, 1951, effective as of the date of entry into force of this Agreement. Japan, as of such date, assumes full responsibility and authority for the exercise of all and any powers of administration, legislation and jurisdiction over the territory and inhabitants of the said islands (OKINAWA REVERSION AGREEMENT, 1971).

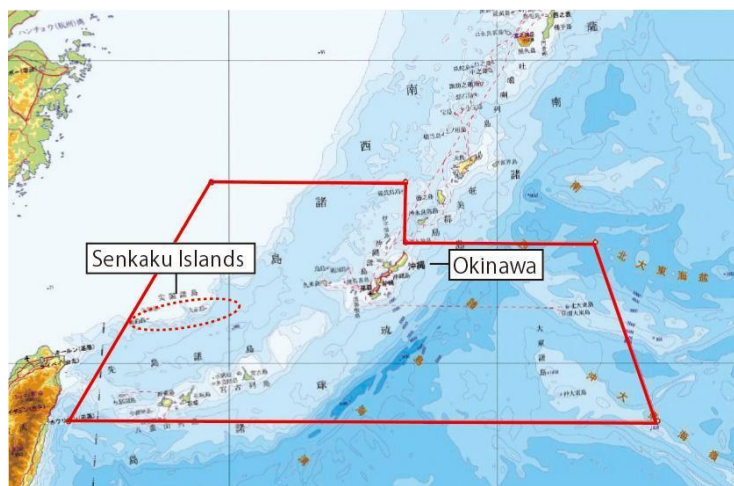
No segundo parágrafo do Artigo 1º, considera-se que as Ilhas Ryukyu e Daito são “*all the territories and their territorial waters with respect to which the right to exercise all and any powers of administration, legislation and jurisdiction*” que foi acordado no Tratado de Paz de São Francisco (1951)²⁵⁶. Ainda assim, na (d) Minuta entre Japão e EUA a respeito das ilhas Ryukyu e Daito (1971), escreve-se que “*the territories denned in paragraph 2 of article I are the territories under the administration of the United States of America under article 3 of the Treaty of Peace with Japan*” e são todas as ilhas, atóis, pedras e ilhotas situadas na área delimitada pelas linhas retas que ligam as coordenadas expostas na tabela abaixo:

Tabela das coordenadas dos territórios devolvidos ao Japão

	<i>North Latitude</i>	<i>East Longitude</i>	Fonte:
Agreed	28 degrees	124 degrees 40 minutes	Minute between
	24 degrees	122 degrees	
Japan and	24 degrees	133 degrees	US, 1971 <i>apud</i>
	27 degrees	131 degrees 50 minutes	
OKINAWA	27 degrees	128 degrees 18 minutes	REVERSION AGREEMENT.
	28 degrees	128 degrees 18 minutes	
	28 degrees	124 degrees 40 minutes	

Coordenadas do território de Acordo com o Tratado de Reversão de Okinawa

²⁵⁶ Excetuando-se as ilhas Amami que foram devolvidas em 1953 e as Ilhas Nanpo Shoto e outras menores ilhas que foram devolvidas em 1968.



Fonte: MOFA, 2013

O terceiro argumento do Japão é que se não fosse a divulgação da pesquisa e dos relatórios realizados em 1968, em um estudo realizado por especialistas do Japão, Taiwan e Coreia do Sul, com a cooperação da Comissão Econômica da ONU para a Ásia e o Extremo Oriente (ECAFE), que indicou a possibilidade da existência de jazidas petrolíferas no Mar da China Oriental, as ilhas não seriam chamadas nem pela China e nem por Taiwan. Nesse sentido, o governo nipônico contesta que por cerca de 75 anos as ilhas não foram contestadas e, inclusive, apareciam em publicações do Partido Comunista Chinês como parte do território japonês.

A Reivindicação chinesa e as ilhas Diaoyu:

Diaoyu Dao and its affiliated islands are an inseparable part of the Chinese territory. Diaoyu Dao is China's inherent territory in all historical, geographical and legal terms, and China enjoys indisputable sovereignty over Diaoyu Dao. (...) China's position on the issue of Diaoyu Dao is clear-cut and consistent. China's will to defend national sovereignty and territorial integrity is firm and its resolve to uphold the outcomes of the World Anti-Fascist War will not be shaken by any force (DIAOYUDAO WHITE PAPER, 2012).

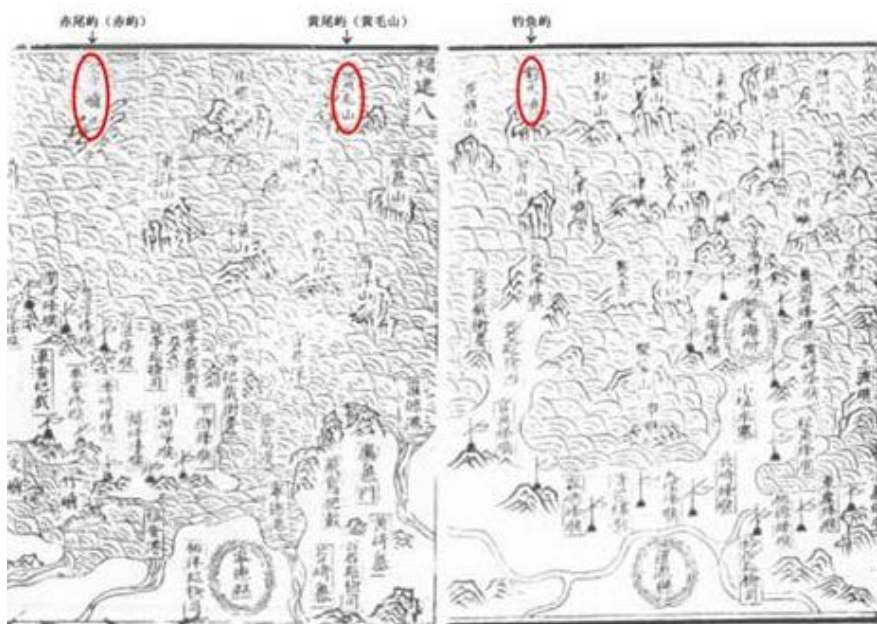
O governo chinês considera que as ilhas foram descobertas, nomeadas e usadas pelos chineses desde a Dinastia Ming (1368-1644), sendo parte integrante do território chinês até o final do século XIX, quando foram cedidas para o Japão como “*Taiwan's appertaining islands*” sob o Tratado de Shimonoseki (1895) e com a derrota japonesa na Segunda Guerra Mundial, a soberania do território teria sido revertida ao *status* de território chinês (PAN, 2007: p77; FRAVEL, 2010: p147).

A posição do governo a respeito da soberania é endossada por alguns documentos históricos que comprovariam que as ilhas eram parte do território chinês desde pelo menos o século XIV. Argumenta-se que “*in China's historical literature, Diaoyu Dao was also known as Diaoyu-Yu, Diaoyu-Tai or Diaoyu-Shan. The earliest recorded names of Diaoyu Dao,*

Chiwei Yu and several other places can be found in Voyage with a Tail Wind (Shun Feng Xiang Song) which began to be written in 1403” (DIAOYUDAO.ORG, s/d). De acordo com relatos chineses, cartas e alguns documentos históricos de viagem, considerava-se que Diaoyu e Chiwei Yu eram parte integrante da China e a divisão marítima que delimitava a “fronteira” marítima com o território de Ryukyu era o Hei Shui Gou, também conhecido atualmente como estreito de Okinawa, entre Chiwei Yu (Taisho-to) e a ilha de Kume (DIAOYUDAO.ORG; s/d; DIAOYUDAO WHITE PAPER, 2012).

O governo chinês argumenta que, por exemplo, as ilhas Diaoyu foram consideradas como parte da estratégia de defesa marítima contra o ataque de piratas japoneses na China. Em 1561 um Compendium ilustrado sobre a segurança marítima feito por Zheng Ruozeng, sob os auspícios de Hu Zongxian, o comandante supremo da defesa marítima do sudeste da corte Ming, incluiu Diaoyu Dao no “*Mapa das Montanhas e Ilhas Costeiras*” (Yan Hai Shan Sha Tu) e incorporou-a nos planos de defesa marítima²⁵⁷. Ou seja, “*not only did the Qing court incorporate Diaoyu Dao and other relevant islands into the scope of China's Maritime defense as the Ming court did, but it also clearly placed the islands under the jurisdiction of the local government of Taiwan*” (DIAOYUDAO.ORG; s/d).

Mapa extraído do Compendium ilustrado sobre segurança marítima da Dinastia Ming



Fonte: DIAOYUDAO.ORG, s/d.

²⁵⁷ Outros documentos podem ser consultados no site chinês http://www.diaoyudao.org.cn/en/node_7219353.htm.

Além do mapa apresentado no *Compedium*, a China apresenta outros mapas desenhados entre o século XVI e o século XIX que apresentam o território das ilhas Diaoyu como parte da jurisdição chinesa. Um outro exemplo foi o mapa desenhado por Michael Benoist, um jesuíta francês, que foi pago pela corte de Qing para criar o “*Grande Mapa Geográfica Universal*” (Kun Yu Quan Tu). O mapa foi terminado em 1767 e autorizado pelo imperador chinês na época, Qianlong, e indicava as ilhas Diaoyu como parte do território do Império de Qing.

Mapa de Michael Benoist de 1767



Fonte: DIAOYUDAO.ORG, s/d.

Assim como o governo japonês, a China também sustenta parte do seu argumento a respeito da soberania das ilhas Diaoyu está amparada em alguns tratados internacionais, mas são interpretados de forma diferente do Japão. O primeiro documento é o Tratado de Shimonoseki (1895) que foi resultado da primeira Guerra Sino-Japonesa (1894-1895). Na visão chinesa, o Artigo 2º cede de forma perpétua e completamente a soberania da porção sul da província de Fengtian, “*the line of demarcation begins at the mouth of the River Yalu and ascends that stream to the mouth of the River An-ping, from thence the line runs to Fêng-huang, from thence to Hai-cheng, from thence to Ying-kow, forming a line which describes the southern portion of the territory*” (SHIMONOSEKI TREATY, 1895).

De acordo com o Livro Branco de Diaoyudao do governo chinês (2012), após Ryukyu ser incorporada ao território japonês, o arquipélago mudou seu nome para Okinawa. Pouco depois, o Japão invadiu e ocupou as ilhas Diaoyu e secretamente a incluíram como parte de seu território em 1895 e “*Japan then forced China to sign the unequal Treaty of Shimonoseki and cede to Japan the island of Formosa (Taiwan), together with Diaoyu Dao and all other islands appertaining or belonging to the said island of Formosa*”. Como no tratado não ficam

demarcadas exatamente quais são as ilhas pertencentes à ilha de Formosa, fica dúbia a cessão da soberania das ilhas Diaoyu ou não para o Japão (SUGANUMA, 1996).

No que tange ao Tratado de Paz de São Francisco (1951), a China detém uma interpretação diferente do Japão. De acordo com a posição da China, as ilhas deveriam ter sido devolvidas aos chineses com a aceitação incondicional japonesa da Declaração de Cairo, de Potsdam e com o Tratado de São Francisco, visto que o Japão ficou obrigado a retornar os territórios usurpados durante sua expansão e devolver Taiwan à soberania chinesa (CHEN, 2014). Apesar do Tratado apresentar explicitamente o nome de Taiwan e não o nome das ilhas Diaoyu, afirma-se que “*Japan will also be expelled from all other territories which she has taken by violence and greed*”(SAN FRANCISCO TREATY, 1951).

No que diz respeito a participação norte-americana na visão chinesa, postula-se que os EUA arbitrariamente incluíram as ilhas Diaoyu sob seu controle de forma ilegal e ilegítima na década de 1950 e retornaram sua administração ao Japão, sendo um ato de grave violação da soberania territorial chinesa. Um dos principais problemas das ilhas Senkaku/Diaoyu reside na indefinição e na má formulação das declarações e tratados de paz após a Segunda Guerra. Nesse sentido, a não menção de alguns territórios marítimos deixaram para a interpretatividade a soberania de determinados territórios, sendo as ilhas Senkaku/Diaoyu um deles (SUGANUMA, 1996).

Taiwan tem uma posição fundamental na continuação dessa disputa, visto que o país, que visa ser legitimado como independente, ou província chinesa, é o território do qual a China utiliza-se para argumentar a soberania sobre as ilhas Senkaku/Diaoyu. A posição chinesa é clara a respeito de Taiwan: um território inerente da China. A partir de Taiwan, as ilhas são consideradas ilhas afiliadas, clamadas como parte da jurisdição administrativa de Taiwan.

Posição Oficial Norte-Americana e as ilhas Senkaku:

Os EUA não reivindicam a soberania das ilhas, mas são atores fundamentais na medida em que impactam no equilíbrio de poder da região e ao mesmo tempo são os atores que ficaram com a administração das ilhas entre 1951 e 1972. A posição do governo norte-americano é a de neutralidade e oposição ao uso da força para a resolução a respeito das ilhas.

Na reversão do Tratado de Okinawa em 1972, os EUA devolveram os territórios à administração japonesa e nesse momento o secretário de Estado norte-americano William Rogers afirmou que o tratado não afetava “*the legal status of those islands at all. Whatever the legal situation was prior to the treaty is going to be the legal situation after the treaty comes*

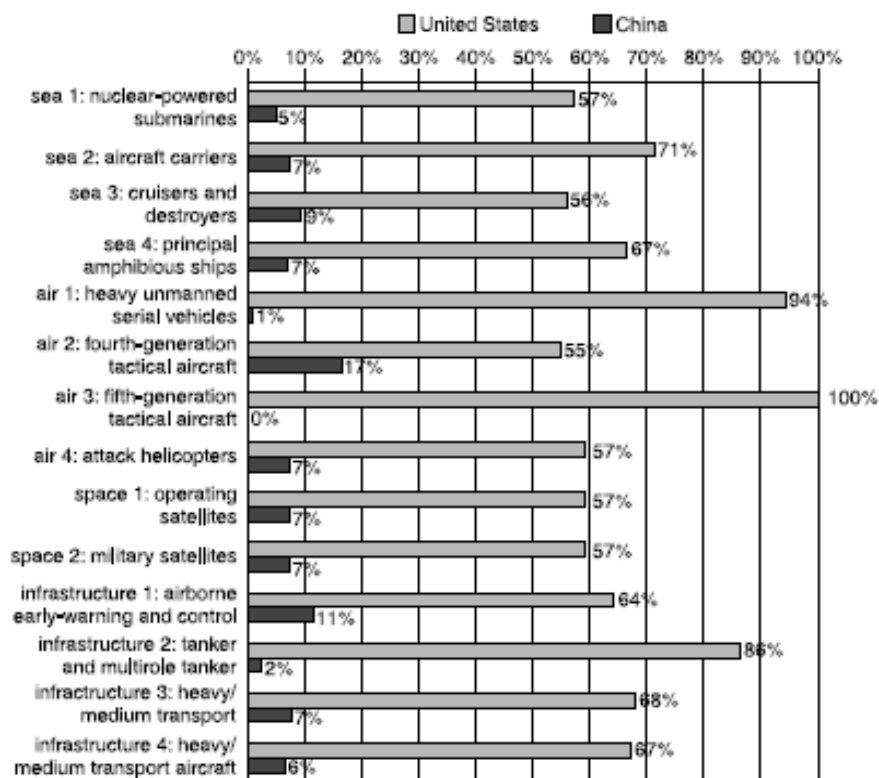
into effect". O Conselheiro Jurídico Assistente em Exercício dos EUA, Robert Starr, afirmou no dia 20 de outubro de 1971:

The United States believes that a return of administrative rights over those islands to Japan, from which the rights were received, can in no way prejudice any underlying claims. The United States cannot add to the legal rights Japan possessed before it transferred administration of the islands to us, nor can the United States, by giving back what it received, diminish the rights of other claimants (STARR, 1971).

ANEXO B

Superioridade Norte-Americana em termos de equipamentos de defesa segundo dados de Wohlforth e Brooks (2016).

Figure 2. Command of the Commons, the United States and China as Percentages of Six Major Powers



NOTE: Calculated from data in Stephen G. Brooks and William C. Wohlforth, "Moving Beyond Unipolarity? China's Rise and the Fate of America's Global Position," *International Security*, Vol. 40, No. 3 (Winter 2015/16), p. 20, fig. 1.

Capacidades materiais de armamentos EUA X China

	China	EUA
ICBM	62	450
Bomber Aircraft	150	157
Submarinos movidos por energia nuclear lançadores de mísseis	4	14
Veículos blindados de infantaria e combate	3800	3336
Tanques de batalha	6740	2831
Artilharia	13380	6833
Attack Guided Missile Submarines	52	54
Porta-aviões	1	10
Cruisers, destroyers and fragatas	78	93
Principais navios anfíbios	4	31
Tactical aircraft	1913	3476
Helicópteros de ataque	246	760
Helicópteros de transporte pesado / médio	368	2606
Aeronave de transporte pesado / médio	79	683
Tanker and multi-role tanker	16	521
Airbone	24	107
Veículos aéreos de carga pesada	4	637

Fonte: Elaboração própria com base no IISS (2017)